



Rodrigues Alves. Óleo de João Batista. Coleção Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro

.....

RODRIGUES ALVES

VOLUME II



Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Senador Geraldo Melo
1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade
2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima
1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio
2º Secretário

Senador Nabor Júnior
3º Secretário

Senador Casildo Maldaner
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Suplicy

Senador Lúdio Coelho

Senador Jonas Pinheiro

Senadora Marluce Pinto

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Coleção Biblioteca Básica Brasileira

RODRIGUES ALVES

APOGEU E DECLÍNIO DO PRESIDENCIALISMO

Volume II

Afonso Arinos de Melo Franco



Brasília – 2001

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

A Querela do Estatismo, de Antônio Paim

Minha Formação, de Joaquim Nabuco

A Política Exterior do Império (3 vols.), de J. Pandiá Calógeras

O Brasil Social, de Silvio Romero

Os Sertões, de Euclides da Cunha

Capítulos de História Colonial, de Capistrano de Abreu

Instituições Políticas Brasileiras, de Oliveira Viana

A Cultura Brasileira, de Fernando Azevedo

A Organização Nacional, de Alberto Torres

Deodoro: Subsídios para a História, de Ernesto Sena

Rodrigues Alves, de Afonso Arinos de Melo Franco (2 volumes)

Presidencialismo ou Parlamentarismo?, de Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila

Rui – o Estadista da República, de João Mangabeira

Eleição e Representação, de Gilberto Amado

Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros, organizado pelo Centro de Documentação do
Pensamento Brasileiro

Franqueza da Indústria, de Visconde de Cairu

A renúncia de Jânio, de Carlos Castello Branco

Joaquim Nabuco: revolucionário conservador, de Vamireh Chacon

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2001

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEEDIT@cgraf.senado.gov.br – <http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Franco, Afonso Arinos de Melo.

Rodrigues Alves : apogeu e declínio do presidencialismo/
Afonso Arinos de Melo Franco. – Brasília: Senado Federal,
Conselho Editorial, 2001.

2v.: il., retrs. - (Coleção Biblioteca Básica Brasileira)

1. Presidente, Brasil. 2. Política e Governo, Brasil. I. Alves,
Rodrigues. II. Título. III. Série.

CDD 923.181

.....

.....

Sumário

VOLUME II

LIVRO V

CAPÍTULO PRIMEIRO

- Leopoldo de Bulhões e a gestão econômico-financeira, *pág. 19* •
- Reforma do Tesouro e outras medidas, *pág. 26* • – Reforma do Banco do Brasil, *pág. 26*

CAPÍTULO SEGUNDO

- O Convênio de Taubaté, *pág. 33*

CAPÍTULO TERCEIRO

- A Caixa de Conversão, *pág. 51*

CAPÍTULO QUARTO

- A situação no fim do quadriênio, *pág. 67*

CAPÍTULO QUINTO

- Guerra e Marinha, *pág. 69*

LIVRO VI

CAPÍTULO PRIMEIRO

- Seabra e a política interna, *pág. 81*

CAPÍTULO SEGUNDO

- A reforma eleitoral, *pág. 87*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Intervenção em Goiás, *pág. 91* • – Intervenção em Mato Grosso, *pág. 93* •
– Drama em Sergipe, *pág. 105* • – A demissão de Seabra, *pág. 110*

LIVRO VII

CAPÍTULO PRIMEIRO

- A sucessão presidencial, *pág. 115*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Eleição de Afonso Pena, *pág. 149*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Fim do governo de Rodrigues Alves, *pág. 153*

LIVRO VIII

CAPÍTULO PRIMEIRO

- Viagem à Europa. Retorno a Guaratinguetá, *pág. 177*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Afastamento político. Residência em Guaratinguetá, *pág. 191*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Crise política. Morte de Afonso Pena. Candidaturas presidenciais, *pág. 195*

LIVRO IX
CAPÍTULO PRIMEIRO

- Governo Hermes da Fonseca, *pág. 207* • – Candidato à presidência de São Paulo, *pág. 221*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Presidente de São Paulo, *pág. 237* • – São Paulo e o Governo Federal, *pág. 243* • – A atitude de Glicério. Moderação de Rodrigues Alves, *pág. 247*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Rodrigues Alves e a Câmara, *pág. 255* • – Tentativa final do PRC, *pág. 261*

LIVRO X
CAPÍTULO PRIMEIRO

- Aspectos da administração. A defesa do café, *pág. 265* • – Demissão do secretário da Fazenda, *pág. 287*

CAPÍTULO SEGUNDO

- A Prefeitura de São Paulo, *pág. 289*

LIVRO XI
CAPÍTULO PRIMEIRO

- A candidatura de Venceslau Brás. Ação de Rodrigues Alves, *pág. 291*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Enfermidade de Rodrigues Alves. Seu afastamento do Governo. Sua influência política, *pág. 309*

CAPÍTULO TERCEIRO

- A guerra européia. Acusações contra Rodrigues Alves, *pág. 313*

LIVRO XII

CAPÍTULO PRIMEIRO

- O Governo Venceslau Brás, *pág. 317* • – Política doméstica, *pág. 326*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Rodrigues Alves reassume o Governo, *pág. 331* • – A batalha do reconhecimento, *pág. 333*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Política, sempre política, *pág. 349*

LIVRO XIII

CAPÍTULO PRIMEIRO

- Morte de Pinheiro Machado, *pág. 355*

CAPÍTULO SEGUNDO

- Reforma constitucional, *pág. 363*

CAPÍTULO TERCEIRO

- Apoio nacional a Venceslau Brás, *pág. 379*

LIVRO XIV
CAPÍTULO PRIMEIRO

– O café e a guerra, *pág. 385*

CAPÍTULO SEGUNDO

– Eleição de Altino Arantes. Formação de seu governo, *pág. 397*

CAPÍTULO TERCEIRO

– Síntese da terceira presidência de Rodrigues Alves, *pág. 403*

LIVRO XV
CAPÍTULO PRIMEIRO

– Volta a Guaratinguetá, *pág. 413* • – Atividade política, *pág. 417*

CAPÍTULO SEGUNDO

– Candidato à Presidência da República, *pág. 423* • – A convenção, *pág. 447*

LIVRO XVI
CAPÍTULO PRIMEIRO

– Declínio da saúde de Rodrigues Alves. Sua eleição, *pág. 461*

CAPÍTULO SEGUNDO

– A constituição do ministério. Alternativas na saúde do presidente, *pág. 471*

CAPÍTULO TERCEIRO

– O último encontro e o último desencontro, *pág. 485*

LIVRO XVII

– As duas mortes, *pág. 493*

BIBLIOGRAFIA

pág. 505

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 519

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Rodrigues Alves

pág. 17

Sessão em que a Lei Áurea foi aprovada

pág. 18

Casa de Guaratinguetá

pág. 32

Leopoldo de Bulhões, Ministro da Fazenda

pág. 53

Rio Branco e a reforma das Forças Armadas

pág. 68

O povo carioca e a catástrofe do *Aquidabã*

pág. 80

Seabra, sustentáculo do Governo (car.)

pág. 86

Rodrigues Alves, Presidente da República

pág. 117

O “enterro” da candidatura Bernardino de Campos

pág. 136

Família Rodrigues Alves

pág. 159

Casa da Rua Senador Vergueiro

pág. 175

Casa do Conselheiro em Guaratinguetá

pág. 194

Quintino Bocaiúva e Pinheiro Machado

pág. 215

Pinheiro Machado, com a esposa e sobrinha

pág. 230

Posse de R. A. no seu 3º governo paulista
pág. 238

Oficialidade da força pública de São Paulo
pág. 241

Francisco Glicério (caricatura de Raul)
pág. 249

Elihu Root
pág. 274

Lauro Müller
pág. 283

R. A. com três netas
pág. 312

R. A. em visita ao Presidente Venceslau Brás
pág. 323

Foto de banquete oferecido a R. A.
pág. 334

Enterro de Pinheiro Machado
pág. 362

Rui Barbosa na sua biblioteca
pág. 374

Lauro Sodré, Rui Barbosa e R. A. (caricatura de *O Malho*)
pág. 383

Altino Arantes e Rubião Junior
pág. 399

Posse de Altino Arantes no Governo de São Paulo
pág. 404

Nilo Peçanha, Rui Barbosa, Venceslau Brás, R. A., Urbano Santos em
encontro no Catete
pág. 418

Sessão do Senado em que falou Rui
pág. 424

Rui Barbosa em outra fotografia

pág. 450

Banquete do Clube dos Diários: R. A. lê a plataforma

pág. 456

Morte de Rodrigues Alves: o cortejo fúnebre ao sair da casa da
Rua Senador Vergueiro

pág. 503

Rodrigues Alves volta à cidade natal

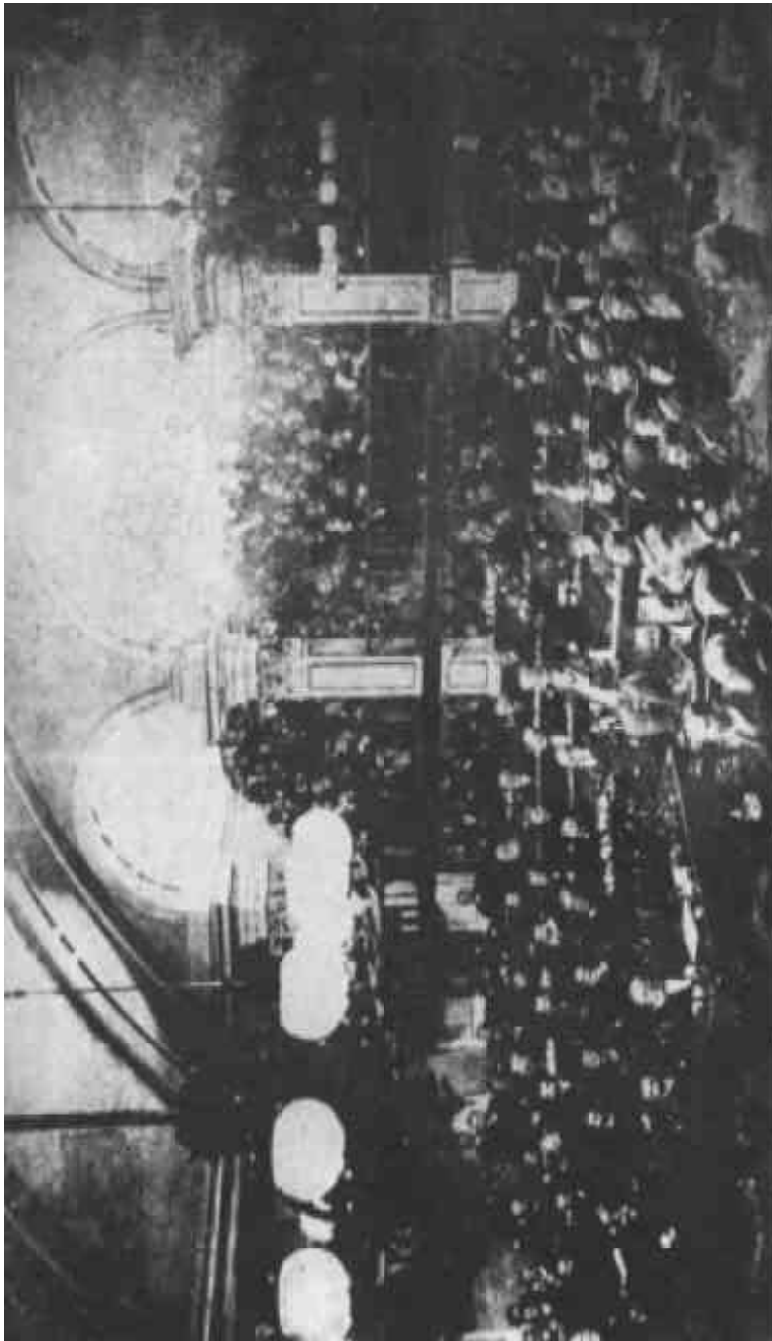
pág. 504



*“Entendimento claro, espírito equilibrado,
índole reta, consciência sã, alma patriótica.”*

RUI BARBOSA

(Brinde ao Presidente Rodrigues Alves.
22 de abril de 1903)



A memorável sessão da Câmara dos Deputados do dia 13 de maio de 1888, em que a Lei Áurea foi aprovada. Rodrigues Alves é o quinto da terceira fila, à esquerda. Na segunda bancada, bem abaixo, está Joaquim Nabuco, seu antigo colega no Colégio Pedro II. Arquivo da Casa de Rui Barbosa

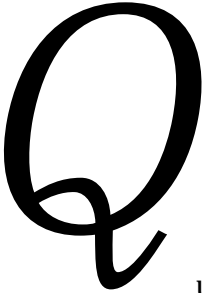
.....

Livro V

Capítulo Primeiro

Leopoldo de Bulhões e a gestão econômico-financeira – Reforma do Tesouro e outras medidas – Reforma do Banco do Brasil.

LEOPOLDO DE BULHÕES E A GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A large, stylized, black letter 'Q' with a decorative tail that loops back and ends in a small hook, positioned to the left of the first paragraph.

Quando se tratou do convite feito pelo presidente a Leopoldo de Bulhões, para que viesse ocupar a pasta da Fazenda, ficou mencionada a hesitação do convidado e os seus receios de não poder dirigir, com o saber requerido, a vida financeira do país.

Rodrigues Alves tinha, porém, motivos para insistir na escolha. Seguiu a orientação de Campos Sales, que, ao colocar na pasta o mato-grossense Joaquim Murtinho, obedecia ao propósito de realizar uma política financeira fundada em princípios e desligada dos interesses imediatos de São Paulo. Prudente de Moraes tivera dois políticos paulistas como gestores das finanças: o próprio Rodrigues Alves e Bernardino de Campos. Rodrigues Alves preferia seguir as pegadas do seu antecessor, preenchendo a pasta com um homem que não tivesse a visão limitada aos interesses do café; um homem que dispusesse de uma concepção menos

regional dos problemas econômico-financeiros do país, concepção condicionada, embora, às idéias dominantes na ciência e na prática da época.

Campos Sales, ao consultar Rodrigues Alves sobre a sua escolha para candidato, deixara claro que contava com sua fidelidade às linhas mestras da gestão financeira em aplicação. A ação de Rodrigues Alves, quando ministro da Fazenda de Floriano e de Prudente, já se definira como partidária da orientação clássica, expressa no orçamento equilibrado, na moeda estável e tendente para a conversibilidade, no câmbio mantido em taxa natural. Sua luta contra os bancos emissores e em defesa do câmbio ficou relatada em local próprio. O presidente não sacrificara em nada estas convicções ao aceitar, como candidato pressentido, a orientação de Campos Sales.

Se as relações do seu governo não foram sacrificadas pela rígida conduta restritiva a que se obrigou Campos Sales, preso a compromissos internacionais que soube honrar, isso se deveu precisamente à folga e à estabilidade que o predecessor lhe legara.

Dentro das novas e mais favoráveis condições, as idéias e a ação de Rodrigues Alves não se afastavam dos princípios da defesa da moeda, do câmbio, do crédito externo e do equilíbrio orçamentário, que eram considerados os melhores no seu tempo.

Essas eram, igualmente, as idéias de Bulhões. Logo depois de formado em Direito pela Faculdade de São Paulo (onde foi colega do gaúcho Cassiano do Nascimento, líder de Rodrigues Alves na Câmara), Leopoldo de Bulhões manifestou seus pendores pelos estudos de finanças, escrevendo em um jornal de sua província natal, Goiás, trabalhos em que considerava a política financeira do Império tão ruínosa quanto a escravidão.¹ Já então pleiteava o fim do papel-moeda inconvertível, seguindo a trilha de estadistas como Itaboraí e Sousa Franco. Deputado geral de 1882 a 1885, proferiu longos discursos sobre o orçamento da Fazenda, nos quais exibia leituras amadurecidas e amplas como fonte das suas opiniões de economista liberal e spenceriano. Deputado à Constituinte de 1890, Bulhões criticou documentadamente a política de Rui Barbosa, que representava o contrário das suas opiniões. Chegou a considerar as finanças republicanas piores que as imperiais, que tanto atacara na Cadeia Velha.

1 Desde moço, Bulhões, filiado ao Partido Liberal, foi financista, federalista e abolicionista. Com Nabuco, Patrocínio, Gusmão Lobo e José Mariano, tomou parte ativa na luta pela libertação dos escravos.

Em janeiro de 1892, Bulhões foi eleito para integrar a cobiçada Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, vendo reconhecidos os seus méritos de financista. Pormenores que merecem registro: Bulhões vinha suceder, na Comissão, ao Deputado Rodrigues Alves, que havia sido nomeado ministro da Fazenda, e, quando este se retirou da pasta, Floriano mandou convidar Bulhões para ocupá-la, sendo Aristides Lobo portador do convite. O jovem deputado recusou, no entanto, a honrosa oportunidade. Preferiu continuar na Câmara. O sucedido com Rodrigues Alves não era de molde a inspirar-lhe confiança.

Na Câmara, Bulhões sustentou os mesmos pontos de vista de Rodrigues Alves, contrários à pluralidade de bancos emissores e à encampação do direito de emitir papel-moeda pelo Tesouro Nacional. Combatia ele um projeto, firmado por Glicério e outros deputados, que visava assegurar a formação de um banco privado emissor, nos moldes dos que haviam deixado tão triste memória no tempo do governo de Deodoro.

Seu discurso sobre a reforma financeira é dos mais notáveis que se podem encontrar nos *Anais* da primeira legislatura. Sem perder de vista seu propósito, que era o de combater a nova tentativa de restauração do emissionismo privado, origem dos escândalos do Encilhamento, dá um verdadeiro espetáculo de erudição especializada e geral e de domínio da tribuna. Sem chegar à grosseria, nem mesmo à impertinência, arrasa o Conselheiro Mayrink, também deputado e participante no esforço de restauração da licença de especulação e jogo, de que fora um dos beneficiários maiores, havia poucos anos.

Na renovação do Congresso, em 1894, Bulhões teve seus méritos reconhecidos, sendo eleito senador por Goiás. Tinha trinta e sete anos e era o mais moço dos membros do Senado.

Tal como fizera com Floriano, Bulhões não aceitou a sondagem de Prudente para entrar no ministério. Nem era razoável que o fizesse, uma vez que conquistara, tão jovem, um mandato de nove anos na Câmara Alta.

No dissídio entre Glicério e Prudente, ficou com este, sendo eleito para o diretório do novo Partido Republicano, em companhia de políticos consagrados, como Afonso Pena, Porciúncula e Rosa e Silva.

No Senado, entre 1894 e 1902, consolidou seu prestígio no Estado e no país. Assim, quando Rodrigues Alves veio convocá-lo em 1902, sabia que chamava um político experimentado e um financista provecto, que poderia ombrear entre os melhores por ele escolhidos para outras pastas.

Rendera-se Leopoldo de Bulhões, explica seu filho e biógrafo, “reconhecendo que poderia consolidar e colher os frutos de uma sadia política financeira, iniciada pelo próprio Rodrigues Alves, ministro da Fazenda, executada com brilho e tenacidade por Joaquim Murtinho e que, no Parlamento e pela imprensa, com ardor defendera”.

Embora as idéias do presidente e do seu ministro fossem concordes e se mantivessem tal como as tinha aplicado o primeiro, no exercício da pasta, e defendido o segundo, ao longo dos seus mandatos parlamentares, não se podia agora esquecer que as condições em que iam atuar eram muito diversas daquelas sob cujo império tinham atuado anteriormente.

O governo Campos Sales havia conseguido pôr as finanças em situação muito melhor do que estavam no tempo em que Rodrigues Alves era ministro e Bulhões deputado. Afora isso, e em virtude mesmo daquela melhoria, o novo governo vinha disposto a um amplo programa de reformas e realizações, que não poderiam sequer ser cogitadas nos quadriênios anteriores. Portanto, as mesmas opiniões de antigamente deveriam nortear uma política diversa. Em resumo, competia a Bulhões assegurar a Rodrigues Alves os recursos necessários, fiscais e creditícios, à execução do seu programa, mas sem *deficit* orçamentário, sem queda do câmbio, sem inflação.

Não se pode negar que, malgrado os imprevistos e os fatores contrários, ele o conseguiu. Conseguiu-o apesar das despesas, não remunerativas de imediato, da incorporação do Acre; apesar dos gastos e prejuízos decorrentes de crises estaduais, como as de Sergipe e Mato Grosso; apesar do tremendo abalo da revolução de 14 de novembro. Por ser menos acessível e menos espetacular, a gestão financeira de Bulhões é pouco conhecida, embora situe-se no mesmo nível de importância histórica que as de Rio Branco, Lauro Müller, Passos, Frontin e Osvaldo Cruz, à frente dos respectivos serviços.

Outro aspecto, que não pode ser esquecido, é o entrosamento inevitável entre as finanças públicas e a economia do país, em geral. Isto é que explica a frieza de Rodrigues Alves e de Bulhões diante do plano de valorização do café, obstinadamente levado a efeito pelo presidente de São Paulo, Jorge Tibiriçá, através das medidas constantes do chamado Convênio de Taubaté e a hostilidade de ambos à Caixa de Conversão. A valorização implicaria, inevitavelmente, uma política financeira de emissões de papel e de baixa de câmbio. A Caixa seria o instrumento de tal política. Ora, isto representava o oposto das opiniões do presidente e do seu ministro, que não poderiam concordar com uma orientação econômica destrutiva da política financeira indispensável à execução das vigorosas realizações da União. Câmbio baixo e inflação significavam pesados sacrifícios no pagamento de empréstimos externos, feitos para financiamento das grandes obras, além do encarecimento geral dos salários, equipamentos e serviços internos, às mesmas destinados. O verdadeiro ódio que a resistência de Rodrigues Alves à política de Tibiriçá despertou em São Paulo, a ponto de desprestigá-lo muito no Estado natal, no fim do seu vitorioso governo, era uma consequência de posições irretratáveis. O declínio político de Rodrigues Alves, ao termo do mandato, proveio, em grande parte, da oposição dos seus próprios patricios, habilmente explorada por adversários pessoais, como Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt.

Mas o presidente, embora tenha procurado se enquadrar na candidatura Bernardino de Campos, em 1905, e tenha se submetido, até certo ponto, à política de valorização do café, em 1906, o que fez, nos dois casos, sem convicção e com reservas, não transigiu na esfera da sua competência constitucional privativa. Nem o poderia fazer, porque destruiria o seu próprio governo.

Rodrigues Alves, que subira ao ministério de Floriano para representar esses interesses estaduais, mas logo se afastara, imprimiu desde aquele tempo à sua gestão um sentido que, em linha geral, nunca variou. É claro que seus atos tinham de corresponder às mutáveis condições da evolução econômica do país. Mas a orientação básica foi sempre a mesma, no plano federal, como ministro de Floriano e Prudente, ou como presidente da República. Na resistência e nos sacrifícios impostos pela sua orientação financeira, revelou-se ele o estadista de mentalidade

nacional, portador de diretrizes teóricas determinadas e capazes de superar o espírito de regionalismo.

Sua orientação era a do financista prático, crente no êxito das experiências consagradas, sem interesses pessoais nem preconceitos de escola.

Rodrigues Alves não era um místico do desenvolvimento inflacionário, como Rui Barbosa, hércules intelectual arrastado no turbilhão de leituras sem a vivência dos problemas financeiros; não era um livre-cambista à *outrance*, como Bernardino de Campos, cujo liberalismo econômico chegou ao impasse do revisionismo constitucional e levaria o Brasil, provavelmente, a deter seu progresso; não era um inexorável deflacionista tributário, à maneira de Campos Sales, que reuniu as idéias de crédito externo e honra nacional de forma a fazer do governo federal, durante quatro anos, o poder interventor por excelência, mas empenhado em sobrepor a honra ao progresso nacional.

Rodrigues Alves teve a felicidade de, no seu governo, poder levar a efeito uma política financeira que servia aos propósitos dos seus planos de administração expansionista, mas que não comprometia as suas idéias de financista prático, moderado, convencido da eficácia dos métodos isentos de radicalismo. Como governante nacional, e não regional, ele aceitava a necessidade de impulsionar o desenvolvimento para além da riqueza exclusivamente agrícola do café. Os melhoramentos materiais e a campanha sanitária tinham, para ele, esse fim, segundo declarou mais de uma vez. Mas não se atirou aos excessos de um Alves Branco, no Império, ou de um Rui Barbosa, na República.

Por outro lado, como paulista e lavrador de café, conhecia a importância da agricultura cafeeira, bem como da imigração e dos transportes a ela ligados. Daí os aspectos liberais e mesmo livre-cambistas de sua atuação, não só na qualidade de presidente da República, como também depois, no exercício da presidência de São Paulo, pela terceira vez. Sua mensagem de 1903 contém largo trecho referente a essas posições. Mas ele nunca aceitou os exageros de Bernardino de Campos e do seu liberalismo econômico, que era, de fato, uma posição de enfraquecimento do poder público.

Finalmente, partidário que sempre foi da política de equilíbrio e, mesmo, de saldos orçamentários, do câmbio firme, da moeda forte,

Rodrigues Alves não se aproximou da inflexibilidade de Joaquim Murinho e Campos Sales, que tão grandes aflições trouxe às forças produtoras e tantos sacrifícios infligiu ao povo.

A propósito de todas essas observações, pode-se citar o seguinte trecho do resumo que, com tanta precisão, relata a ação governamental de 1902 a 1906:

“Observa-se na história das finanças que, por via de regra, a um governo que entesoura sucede uma administração que despende: o primeiro administrador da Receita, o segundo governo da Despesa [...]. Ao governo do quadriênio que vai findar azou-se a fortuna de poder ser cumulativamente de Receita e de Despesa: acautelar, promover os interesses financeiros, que deixa assegurados e prósperos, e, paralelamente, arquitetar em monumentos a estrutura da vida econômica nacional [...].”

Contando com um colaborador e amigo da estatura de Leopoldo de Bulhões, o presidente pôde, no fim do seu quadriênio, apresentar com desvanecimento o quadro da política econômico-financeira, cujos aspectos marcantes passaremos a examinar.

A situação herdada de Campos Sales permitia a Rodrigues Alves colher os frutos daquela dura fase de restrições, através de obras e realizações que revitalizassem a economia, depauperada pelo arrocho financeiro, conservando-se, entretanto, as linhas mestras do quadriênio anterior.

Tratava-se de manter, de forma humanizada e reprodutiva, o equilíbrio orçamentário, o crédito externo e interno, a firmeza da moeda, sendo que esta, de acordo com as crenças da época, devia ter a sua circulação sempre tendente à conversibilidade metálica.

País de economia reflexa, o Brasil tinha as suas finanças sempre condicionadas à pressão dos interesses externos, às vezes de pura especulação, como no caso dos preços-ouro do café, ou no da competição mais forte, como se deu com as plantações inglesas de borracha no Oriente. Não era, assim, possível a Rodrigues Alves, impor o êxito dos seus planos financeiros, que esbarraram muita vez em forças maiores que as do Brasil. Mas, a verdade é que ele tudo fez para defender as posições que considerava de interesse nacional.

REFORMA DO TESOURO E OUTRAS MEDIDAS

A máquina administrativa da fazenda era emperrada e obsoleta. Por iniciativa do governo, o Congresso votou as Leis nºs 1.117 e 1.118, de 16 de janeiro de 1904, que modernizaram completamente o funcionamento do Tesouro e da Casa da Moeda. Essas leis, regulamentadas pelo Executivo, deram os mais auspiciosos resultados. Os balanços do Tesouro, atrasados desde 1895, foram postos em dia. Milhares de processos, que dormiam nas várias diretorias, foram liquidados ou postos em andamento. Fraudes crônicas, que ocorriam nas folhas de pagamento dos servidores, foram eliminadas. O domínio da União sobre os terrenos de Marinha, contestado por alguns Estados, foi confirmado. A competência tributária da União sobre lucros das companhias (que era o germe do futuro imposto de renda) foi reconhecida. A jurisdição fiscal das alfândegas federais sobre a navegação em toda a costa foi declarada.

REFORMA DO BANCO DO BRASIL

Esta reforma, pela sua importância no contexto da política geral, merece explicação.

Campos Sales, com implacável energia e obstinada convicção, interviu com toda a força do poder público para restabelecer, paradoxalmente, a liberdade spenceriana da economia. O *funding-loan* de 1898 visava liquidar a política de expedientes, feita de empréstimos e emissões, herdada do Império e levada ao auge no Encilhamento, para fazer o país entrar na linha do equilíbrio. Seu mecanismo era o seguinte: os títulos do novo empréstimo seriam emitidos durante três anos, a partir de julho de 1898 e, para cobertura dos mesmos, o governo emitiria somas iguais de papel-moeda ao câmbio de 18, sendo este dinheiro depositado pelo governo nos três bancos estrangeiros, o River Plate, o London e o Deutschland. Por meio de impostos e economias, o governo apuraria, em cada exercício, saldos correspondentes ao valor dos títulos emitidos durante o ano. Esses saldos orçamentários seriam incinerados (deflação) ou, caso o câmbio permitisse, convertidos em letras-ouro em

favor da Casa Rothschild, para serem aplicados no pagamento dos empréstimos. Como se vê, os bancos estrangeiros, que tanto ajudaram a queda do câmbio e as emissões, durante os governos de Floriano e Prudente, apareciam agora como verdadeiras entidades públicas, controlando a vida financeira do país. Isto, que estava na mentalidade do tempo, seria hoje impossível no Brasil.

Campos Sales, para honrar os compromissos, tornou-se detestado. Ele próprio, na sua fala de recusa ao comércio, que desejava abrandamento das medidas de economia verdadeiramente asfixiantes, exclamou: “E os empregados públicos, que viram rebaixados os seus vencimentos? E os operários, que de um dia para outro se viram sem emprego e sem pão?” Esse quadro, sucintamente pintado pelo presidente, mostra a dificuldade que o governo enfrentou de modo implacável.

Tal política levou a quebras numerosas, à paralisia dos negócios, à miséria popular. Entre os estabelecimentos atingidos pela tormenta estava o Banco da República, cuja presidência Afonso Pena deixara em novembro de 1898, passando-a ao Comendador Luís Martins do Amaral, indicado pelo governo.

Apesar da ligação entre o governo e o banco, não pôde este resistir à crise de súbita deflação promovida por aquele. Em setembro de 1899, quatro bancos brasileiros suspenderam as operações: o da República, o Rural e Hipotecário, o da Lavoura e Comércio e o Comercial. Inutilmente havia o governo nomeado para a direção do Banco da República um diretor do Banco Alemão, na esperança de que isto restabelecesse a confiança pública. Decidiu, então, Campos Sales, correr em auxílio do Banco da República, o que fez por decreto de 21 de setembro, que conferia ao estabelecimento vários favores, mas que condicionava a aplicação destes à concordância dos acionistas em entregar a direção do Banco ao governo.

Três anos mais tarde, em setembro de 1902, o diretor alemão Petersen demitiu-se, sendo nomeado em seu lugar Raimundo de Castro Maya.

Foi este o banco que Campos Sales legou ao seu sucessor. Rodrigues Alves e Bulhões logo concordaram em fazer do instituto bancário oficial um novo instrumento de ação. Na mensagem de 1904, ele havia advertido que os meios de que dispunha o Banco da República

eram “evidentemente insuficientes para imprimir ao movimento econômico do país o impulso que fora para desejar”.

Para empreender a reforma do Banco da República, de acordo com as novas condições financeiras do país, Bulhões fez reunir a assembléia geral dos acionistas a 29 de julho de 1905, utilizando permissão que lhe fora dada pela lei de 30 de dezembro de 1904. No seu discurso, disse o ministro da Fazenda que se impunha a reorganização do banco, como coroamento da melhoria econômica que se observava. Segundo ele, o estabelecimento poderia “exercer as funções de um banco central, dispondo de capital abundante para redesconto do papel dos outros bancos, para adiantar aos outros bancos, e, finalmente, para ampará-los nos momentos de crise”.

Como se vê, ficava delineada a função que o Banco do Brasil teve no futuro.

Em 28 de agosto, os acionistas aprovaram as modificações propostas, com algumas alterações em benefício deles.

A 21 de setembro, Rodrigues Alves enviou mensagem ao Congresso, remetendo anteprojeto de reforma dos estatutos do banco, que daí por diante se chamaria do Brasil.

A Comissão de Finanças da Câmara, tendo como relator Davi Campista, apresentou projeto nas linhas do que enviara o presidente. A oposição, liderada por Barbosa Lima e Brício Filho, procurou inutilmente entrar a marcha do projeto, inclusive por meio da tentativa de criação de uma comissão de inquérito, para investigar a gestão do governo no extinto Banco da República.

Em dezembro, terminou a lei sua tramitação no Senado, sendo sancionada a 30 daquele mês, acompanhada pelos estatutos do novo Banco do Brasil.

O capital foi fixado em 70.000 contos. Para que se tenha idéia do seu valor, basta recordar que o orçamento da receita, em papel, naquele mesmo ano, era de 263.343 contos. Desse capital, um terço ficava pertencendo aos acionistas do antigo Banco da República, outro terço era aberto à subscrição pública, e o terço restante ficava como participação do governo.

As atribuições do novo Banco do Brasil eram da maior importância. Recebia saldos do Tesouro e fazia-lhe adiantamentos por antecipação da receita; contratava com a União e os Estados, servindo-lhes “de intermediário financeiro para os movimentos de fundos nos mercados nacionais ou estrangeiros”; comprava e vendia títulos da dívida pública; fazia operações de câmbio além das operações comerciais normais. O presidente e o diretor de câmbio seriam de nomeação do governo.

Desde sua segunda passagem pela pasta da fazenda, em estreita combinação com Afonso Pena, Rodrigues Alves pensava em fazer do banco do governo o instrumento capaz de auxiliar a administração pública, na política econômico-financeira. Agora, como presidente, atingia o seu objetivo.

A intervenção inevitável do Estado no campo econômico, que acompanhava a formação, por lei, do banco oficial, encontrou resistências nos elementos apegados às teorias liberais. Teorias, porque, na prática, desde o Império, o Poder Público intervinha francamente na vida econômica e financeira.

No relatório final do governo de Rodrigues Alves, a matéria foi tratada nos seguintes tópicos:

“As objeções meticulosas, inspiradas na liberdade de comércio e quejandas, não são de receber; é uma necessidade de defesa coletiva, atenuação terapêutica do formidável malefício econômico, financeiro e político do regime de circulação que nos flagela e um elemento precioso ao saneamento dela, isto é, a sua substituição pelo regime metálico.”

Assim, o reconhecimento do princípio intervencionista era seguido pelo seu ideal no campo monetário, que eram a conversibilidade metálica da moeda e a defesa do crédito externo. Rodrigues Alves e Bulhões não podiam desprender-se das arraigadas convicções do seu tempo.

O resultado da política cambial correspondeu plenamente às intenções do governo:

“A pedra angular do banco reformado [diz o mesmo documento] tinha de ser a franca, possante, oficial instituição de um aparelho regulador das taxas cambiais, para evitar as oscilações bruscas.”

Graças à ação do novo Banco do Brasil, o câmbio nacional não ficaria mais entregue ao jogo espoliativo de bancos estrangeiros, como no tempo em que Rodrigues Alves fora ministro da Fazenda.

Por isso mesmo, a síntese da administração poderia consignar:

“Não se duvida mais que a interferência organizada da carteira cambial consegue regular a freqüência e demasia das oscilações das taxas em benefício de toda vida social; consegue mesmo equilibrar os câmbios em alta relativa.”

E agora vinha a informação importante, dada no termo do governo:

“Eles [os câmbios], que giraram em torno de 12 por tanto tempo, foram subindo, quase sem desfalecimento, até acima de 17.”

Pode-se discutir – e isto foi feito mesmo naquela época, a propósito do Convênio de Taubaté – o acerto econômico daquelas providências financeiras destinadas a sanear a moeda, honrar o crédito, firmar o câmbio em alta. Mas não se podem negar duas coisas: primeiro, que esta era a política financeira indispensável ao êxito do programa do governo, fundado em grandes melhoramentos materiais financiados, em parte substancial, por créditos e serviços estrangeiros; segundo, que esta política foi honesta, conscientemente executada e levada a pleno sucesso.

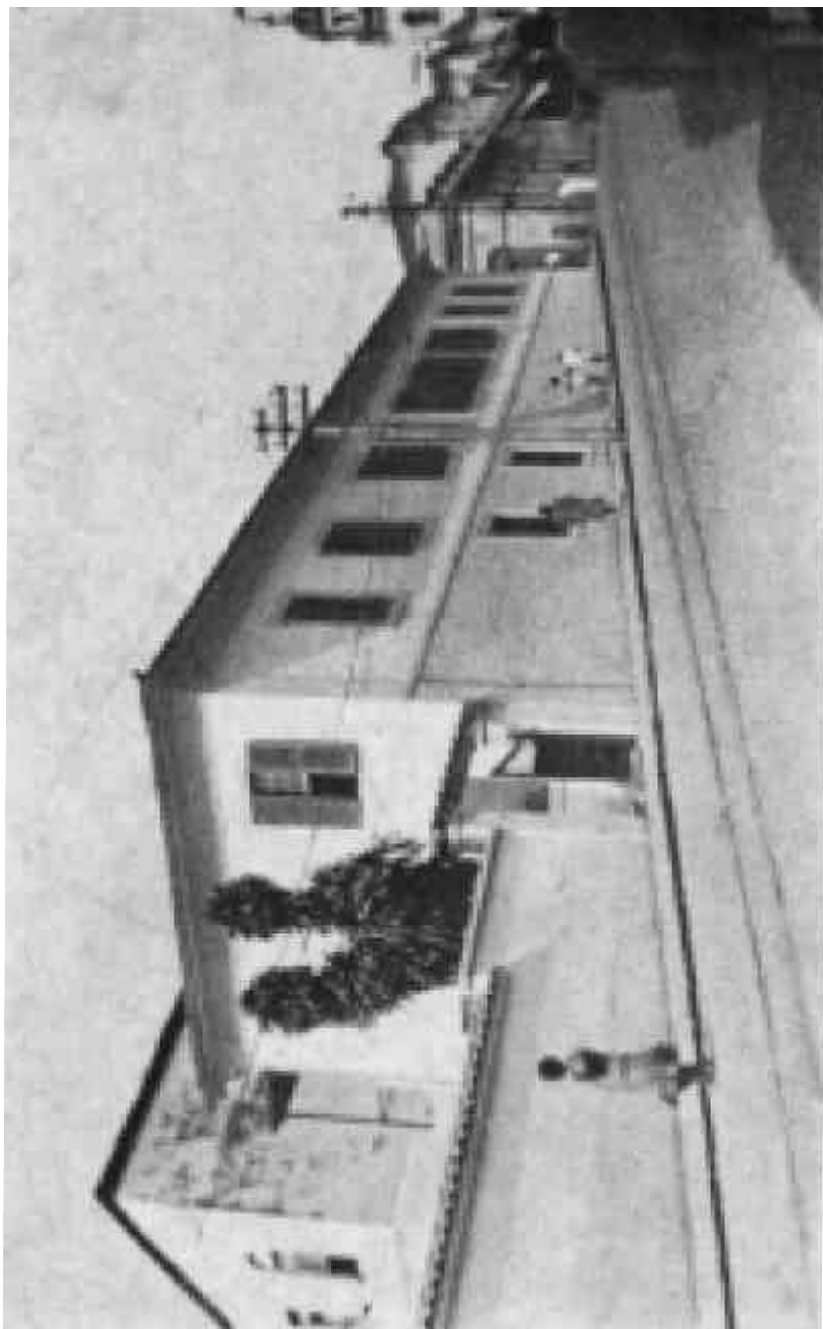
Falando na Câmara dos Deputados, em 2 de agosto de 1915, o Deputado maranhense Dunshee de Abranches proferiu valioso estudo sobre a obra financeira de Rodrigues Alves como ministro da Fazenda e presidente da República.

Mais adiante veremos, em cifras e dados concretos, o resultado dessa administração financeira, na qual, acentuou Dunshee de Abranches, “todos os pagamentos se fizeram sem emissão de títulos, sem letras do Tesouro, incluindo-se neles os dois milhões de esterlinos pagos à Bolívia em consequência do Tratado de Petrópolis e as primeiras grandes prestações na Inglaterra pela construção dos novos couraçados da Marinha”.

As cifras oficiais, constantes da síntese geral da administração, oferecem outros dados relevantes quanto aos últimos dias do governo. Vê-los-emos oportunamente.

A verdade é que se encerrou brilhantemente a administração financeira do quadriênio, tão brilhantemente como nas demais pastas. Bulhões ombreara-se com os outros membros do governo, no exercício da sua função. Com o seu auxílio honesto e competente, pudera Rodrigues Alves concluir o impetuoso programa de realizações, sem precedentes na história brasileira.

Ao lado, contudo, desse sucesso incontestável no plano financeiro, a segunda metade do quadriênio assistira ao desenvolvimento da delicada crise econômica, ligada à mais importante atividade nacional nesse terreno, que era a produção do café. A crise da valorização do café, que colocou em divergência os governos da República e de São Paulo, abalou profundamente o prestígio político de Rodrigues Alves, determinou a candidatura Afonso Pena e abriu as portas da mutação que foi sofrendo a República, a partir da morte prematura do primeiro presidente mineiro.



A velha casa de Guaratinguetá, vista do ângulo da Rua Dr. Martiniano. Cortesia do Prof. José Luis Pasin

.....

Capítulo Segundo

O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

O

princípio do século encontrou o Estado de São Paulo na vanguarda da produção, não somente nacional, mas mundial do café, sendo de notar-se que esse produto era então (como ainda agora) um dos maiores fatores do comércio internacional.

O deslocamento das lavouras paulistas do Vale do Paraíba para o oeste e o noroeste do Estado era um episódio histórico a que Rodrigues Alves assistira durante a mocidade e de que participara pessoalmente, não apenas como lavrador mas, também, como político e governante. Ele conhecera, na juventude, os cafezais de Guaratinguetá, grimpendo pelos morros íngremes, trabalhados pela escravaria africana e o seu produto transportado em tropas de mulas e carros de bois. Como deputado provincial, defendera, então, a implantação das estradas de ferro e a abertura de correntes imigratórias de trabalhadores europeus.

Depois, juntamente com o irmão Virgílio, auxiliados ambos pelos recursos da tia e sogra, abriram no oeste as grandes fazendas de São Manoel, Santa Ana, Santa Maria, no paraíso cafeeiro da terra roxa, entre Jaú e Bauru. Nessa época, como ministro da Fazenda, senador ou presidente do Estado, acompanhou as vicissitudes da lavoura cafeeira, aplicando a ação do estadista a um assunto que conhecia bem, como particular.

Agora, na presidência da República, iria defrontar-se com novos aspectos políticos e econômicos desse problema, a que estivera ligado de perto, durante toda a sua vida privada e pública.

Desde o governo de Prudente de Moraes, denunciava-se a crise do café, através dos primeiros sintomas do que viria a ser a sua moléstia crônica, ou seja, a superprodução. Começavam, então, a produzir os novos cafezais paulistas vindos do fim do Império e princípio da República (as fazendas de Rodrigues Alves, no oeste, vinham do fim do Império) e, com as grandes colheitas, os preços deram sinais de afrouxamento e os estoques não mais se esgotavam.¹

“Nos primeiros anos [lembra Caio Prado Júnior] a situação ainda se dissimulará, em parte, com a desvalorização da moeda brasileira; em papel, o preço do café não oscilará muito. É com a estabilização e revalorização da moeda, depois da restauração financeira de 1898, que se sentirá todo o efeito da depreciação. Esta será em 1905, em ouro, de mais de 50%. E, paralelamente, se acumularão estoques cada vez maiores de mercadoria invendável. Eles serão, em 1905, de 11 milhões de sacas de 60 quilos, que representavam 70% do consumo mundial de um ano.”

Por meio dessa síntese feliz podemos compreender as razões da crise econômica e política, que abalou a segunda metade do mandato de Rodrigues Alves, e influenciou decisivamente no desenvolvimento posterior da história republicana.

A crise política foi conseqüência da econômica e exprimiu-se na divergência entre os governos paulista e federal, no tocante à iniciação da valorização do café.

Acompanharemos sucintamente alguns antecedentes.

Em 1895, o Deputado fluminense Érico Coelho apresentou projeto instituindo, em favor da União, o monopólio da exportação do café. Esta medida radical, que só veio a se concretizar muitos anos mais tarde, não teve andamento. Não encontrava, na época, condições favoráveis.

Em 1897, outras tentativas fracassaram no Congresso. O Deputado mineiro Ildefonso Alvim tentou inutilmente criar uma comissão

1 Segundo informa Rodrigo Soares Júnior, na sua biografia de Jorge Tibiriçá, São Paulo tinha, no princípio do século, 600 milhões de cafeeiros.

mista de deputados e senadores, que preparasse lei de auxílio à lavoura cafeeira, e a Câmara, aceitando parecer de Calógeras, recusou crédito para a criação da propaganda do café no exterior, com vista a aumentar-lhe o consumo. Calógeras apresentou o ponto de vista da economia liberal; para ele competiam à iniciativa privada “as despesas imprescindíveis à conquista de novos mercados, cabendo apenas aos poderes públicos, indiretamente, auxiliar tais tentativas”.

Em 1898, Alfredo Ellis, então deputado por São Paulo, propôs que o governo federal nomeasse agentes especializados que estudassem, nos mercados de consumo, as razões da crise e os processos de debelá-la.

Em 1899, o economista Joaquim Franco de Lacerda apresentou importante estudo sobre o problema.² Depois de referir-se à queda dos preços do café, que se acentuava havia três anos, observava:

“Dois caminhos temos a seguir [...]: ou reduzir o total do que importamos [...] ou então valorizar os preços do café.”

O corte nas importações seria ruinoso, segundo Franco de Lacerda, porque os impostos alfandegários (então os mais importantes) declinariam, trazendo o *deficit* orçamentário, as emissões e a miséria interna. A alta do câmbio, sem o aumento do valor-ouro do café (base da exportação) era também ruinoso, porque o valor-ouro da moeda subindo, descia em correspondência o valor-papel que o importador estrangeiro pagava ao fazendeiro, pelo café que comprava. Depois de argumentar longamente com dados técnicos sobre câmbio, emissões e trocas comerciais, apelando para vários exemplos de países estrangeiros, concluía Franco de Lacerda:

“Cumprе, pois, ao Governo da União e aos dos Estados cafeeiros estudar seriamente a situação em que se acham as suas finanças e procurar, na valorização do café nos mercados consumidores, o remédio para solução da crise que ameaça tudo desmoronar no nosso país. Podemos assegurar que a valorização dos preços do café é possível desde que se estabeleça

2 Publicado nos *Anais* da Câmara por iniciativa do Deputado Cassiano do Nascimento; sessão de 14 de junho daquele ano.

uma organização comercial que metodize as entregas para o consumo e sustente os estoques disponíveis, tomando, também, outras medidas conjuntamente. Com a valorização dos preços do café, entraremos firmemente em uma nova fase de prosperidade geral.”

As citações de Franco de Lacerda, nome hoje esquecido, são necessárias, porque suas idéias pioneiras correspondem com precisão ao grande movimento que envolveu planos, interesses e especulações e que, sob a égide do Convênio de Taubaté, tanto significou na vida brasileira, até a Primeira Guerra Mundial.

Outro nome que deve ser mencionado, como precursor da campanha de valorização, é o do político paulista Alfredo Ellis, o qual, sentindo as dificuldades que atravessava a lavoura do seu Estado, deixou-se visivelmente conquistar pelas doutrinas de Franco de Lacerda. Finalmente, o presidente de São Paulo, Jorge Tibiriçá, a cujo arrojo e tenacidade se deveu a execução da política valorizadora, era outro adepto fervoroso das doutrinas daquele economista.

Alfredo Ellis, desde antes de 1900, ocupava-se obstinadamente com os assuntos do café. Viajara pela Europa e pelos Estados Unidos, estudando os mercados consumidores. Sua experiência lhe ensinara a verdade que muitos ignoravam, ou fingiam ignorar, ou seja, que a queda dos preços não provinha só do excesso de produção, mas da especulação dos intermediários. Dada a falta de organização bancária interna, e a inexistência de um verdadeiro crédito agrícola, as casas exportadoras de Santos, ligadas a bancos estrangeiros, compravam o café na fase da colheita, forçando ao máximo a baixa de preços (o que era fácil nos anos de boa safra), estocavam o produto e deixavam-no fluir lentamente, sem alterar os preços do consumidor. Assim, quando a colheita era pequena, a pressão altista não se fazia, por causa dos estoques remanescentes. E a situação chegou ao ponto de, no governo Rodrigues Alves, o preço da produção ser maior do que o da venda nos mercados de consumo, devido à alta do câmbio.

Alfredo Ellis descreve a desdita dos fazendeiros estrangulados pelos trustes, empregando esta mesma palavra. Refere-se a uma circular que havia lido, distribuída por uma forte firma de Nova Iorque, a qual informava que continuaria a forçar a baixa do café no mercado produtor. Culminando a série de discursos que vinha fazendo, desde o período de

Campos Sales, em defesa da lavoura paulista do café. Alfredo Ellis, a 1^ª de julho de 1903, apresentou ao Senado projeto de um só artigo, que dispunha: “Fica o governo autorizado a promover os meios de defender e valorizar o café.”

Pouco antes das negociações do convênio, um homem de negócios de São Paulo, Conde Siciliano, ofereceu um plano para melhoria da situação do café. O plano baseava-se essencialmente no monopólio da exportação por um sindicato, a ser formado como uma espécie de empresa pública, e pela valorização do produto por meio da compra de estoques, através de uma taxa-ouro. Essas idéias, muito debatidas, do chamado “projeto Siciliano”, influíram no convênio.

A única solução natural, o crédito ao produtor em condições vantajosas, não era viável pela descapitalização interna. A solução preferida foi o artifício da valorização, mediante crédito externo. E foi nesse rumo, preparado, além de outros, por Franco de Lacerda, Alfredo Ellis e Siciliano, que veio se atirar impetuosamente o presidente de São Paulo, Jorge Tibiriçá.

Dessa forma instalava-se no governo de São Paulo uma teoria financeira e econômica oposta àquela que norteava a ação do governo Campos Sales e cuja continuação o presidente campineiro considerou elemento essencial, como vimos, para a indicação do seu sucessor. Releva notar, também, que Rodrigues Alves, ao aceitar a indicação de seu nome, havia se manifestado de acordo com a orientação do seu antecessor. Assim, a posição oficialmente declarada do seu Estado natal chocava-se com as suas convicções e com os seus compromissos de candidato.

O projeto de Alfredo Ellis teve parecer contrário da Comissão de Finanças, relatado pelo Senador gaúcho Ramiro Barcelos. Em certo momento da discussão que se travou entre o autor e o relator apreende-se bem as intenções e o estado de espírito dos contendores. Ellis declarou que se devia valorizar o café, mediante compra, feita pelo governo federal, de “4 ou 5 milhões de sacas”, financiando-se a operação com um empréstimo. “De onde tirá-lo?”, perguntou Ramiro. “De onde tirou os 8½ milhões de esterlinas para as obras do porto e para a Avenida”, retrucou Ellis.

Nesse ponto é que estava a dificuldade. Os Rothschild, banqueiros do Brasil, estavam empenhados na política de restauração cambial

e monetária vinda do governo Campos Sales, mas não tinham interesses no comércio do café, artigo de pouca saída na Inglaterra.

A mudança da política vigente implicaria dificuldades cambiais e de pagamento dos empréstimos, que eles tinham negociado para as obras do governo. Por isso mesmo os Rothschild se oporiam a qualquer mecanismo de valorização do café. Só depois de assinado o convênio entraram no negócio.

A iniciativa do Senador Ellis não teve andamento no Senado, mas, a 28 de agosto, ela se renovou na Câmara, com mais vigor, por meio de projeto apresentado pelo paulista Cândido Rodrigues (que fora secretário de Rodrigues Alves no governo paulista) e assinado por 34 colegas, na quase totalidade representantes das zonas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais.

Visava o projeto, especialmente, fixar preço mínimo para o produto, fazer propaganda dele a fim de aumentar-lhe o consumo, conceder crédito aos produtores, limitar a produção e recorrer ao crédito externo, para mobilizar o plano. A 21 de dezembro, a Comissão de Orçamento, em longo e bem estudado relatório relatado pelo piauiense Anísio de Abreu, deu parecer contrário ao projeto. Assinale-se que Davi Campista, futuro ministro da Fazenda de Afonso Pena, assinou este parecer, que se chocava com a orientação que depois assumiu. O parecer negativo foi objeto de longo voto divergente do paulista Galeão Carvalho, no qual se alinham todos os argumentos então predominantes em favor da valorização do café e da intervenção do Estado no domínio econômico.

Ficou o assunto esquecido na Câmara, até meados de 1904, quando, em 10 de agosto, voltou a debate, com um estudo da Comissão de Agricultura. O estudo era baseado no projeto Cândido Rodrigues, em várias emendas a ele apresentadas, e em outras iniciativas correlatas. Nada, porém, progredia na esfera federal. Somente o impulso vindo da principal região produtora, que era São Paulo, poderia vencer a resistência passiva da União.

O presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, encontrava apoio firme e amplamente majoritário em todos os setores influentes da opinião paulista. Cumpria-lhe procurar apoio fora de São Paulo, com outros Estados,

desde que se tornara patente que a União não se dispunha a isso. E foi o que se verificou no correr do ano de 1905.

Rodrigo Soares Júnior, que compulsou o arquivo particular de Jorge Tibiriçá, fornece elementos esclarecedores das tratativas que levaram ao Convênio de Taubaté.

Os elementos que mais auxiliaram o presidente paulista foram o Deputado Cândido Rodrigues e o Senador Glicério, encarregados de pressionar Rodrigues Alves; Carlos Peixoto, incumbido de trazer o apoio de Francisco Sales, presidente de Minas; enquanto o Deputado fluminense Barros Franco Júnior e Cândido Resende trabalhavam junto a Nilo Peçanha, presidente do Estado do Rio. Aos velhos adversários políticos de Rodrigues Alves competia a tarefa de organizar a massa de manobra no Congresso, contra o Catete.

A estratégia projetada envolvia medidas políticas, que iam muito além dos propósitos econômicos cogitados a princípio.

Insensivelmente, mas inevitavelmente, a campanha pela valorização do café veio desaguar no problema da sucessão presidencial.

Minas era o Estado de maior população, maior eleitorado, maior representação no Congresso. São Paulo, berço da República civil, tinha conseguido conservar o controle do poder federal por três períodos presidenciais sucessivos. A resistência contra a renovação paulista, por mais um quadriênio, era natural, e só poderia ser vencida por uma união sem frinchas, entre os governos do Estado e da União. A contradição de interesses financeiros entre os dois governos era, porém, irreductível, e isto os levaria a uma separação política, que impossibilitou um quarto presidente paulista.

Tibiriçá, a princípio, não se deu conta da situação. Pensou que podia pressionar o governo federal nos dois sentidos, obrigando-o a aceitar a valorização do café e o candidato paulista de sua preferência, no caso Bernardino de Campos. Mas, desde cedo, a conquista do duplo objetivo revelou-se inviável.

Assim, as coisas se foram organizando na direção das forças políticas. São Paulo conseguiu vencer a batalha econômica, forçando

Rodrigues Alves a aceitar, ainda que não completamente, o plano da valorização. Mas São Paulo foi forçado a ceder na batalha política, e a concordar, também de má vontade, com a chapa presidencial Afonso Pena/Nilo Peçanha, solução que premiou os dois Estados participantes da manobra.³

A unidade de ação entre os Estados cafeeiros foi se estreitando, à medida que os seus governantes se convenciam da falta de interesse do governo federal.

Em outubro de 1905, Tibiriçá convidou Sales e Nilo para um encontro na cidade de Taubaté, do qual deveria resultar a solenização do acordo entre os três governos. O Presidente Francisco Sales, bem mineiro, deu resposta sabiamente condicionada. Observou que uma reunião sem resultados positivos seria “um desastre” e que, por isso, convinha que os planos do acordo fossem assentados previamente. Em seguida ponderou que, sem acordo da União, qualquer plano estadual seria inviável e que, portanto, o encontro dos três presidentes de Estado, sem audiência prévia do presidente da República, ficaria como “simples encenação”.

Antônio Prado, amigo de Rodrigues Alves e não muito de Jorge Tibiriçá, concedeu, em setembro, entrevista ao *Jornal do Comércio*, opondo-se à valorização. Presidente da Estrada de Ferro Paulista e industrial, Prado, embora tivesse também negócios de café, por meio da forte casa exportadora Prado Chaves, sentia seus interesses predominantes ao lado da política financeira do governo federal e receava as conseqüências cambiais e monetárias da política valorizadora. É provável que essa entrevista, que foi muito comentada, tenha sido precedida de conversa entre Antônio Prado e Rodrigues Alves, pois este parece referir-se a ela, na mensagem de 1906.

Mas, aos poucos, o trabalho político de arregimentação prosseguia no Congresso. Quando da votação da lei de orçamento, foi aprovada a emenda apresentada por Cândido Rodrigues, na qual se autorizava o presidente da República a entrar em acordo com os Estados

3 A sucessão presidencial será estudada mais adiante, quando for tratada a política do quadriênio Rodrigues Alves.

cafeeiros, a fim de regular o comércio do café e, dizia-se expressamente, “promover a sua valorização”, dando garantias às operações de crédito realizadas para tal fim.

Com o caminho facilitado por esta colaboração do Congresso Federal, os três presidentes reuniram-se em Taubaté, no dia 25 de fevereiro, sendo o convênio assinado por eles na madrugada de 26, no edifício do Paço Municipal.

O convênio desdobrava-se em 15 artigos e as suas disposições mais importantes eram as seguintes: foram fixados preços mínimos, em ouro, para os diferentes tipos de café exportável (art. 1^o); criava-se uma sobretaxa no valor de 3 francos-ouro (valor que poderia ser alterado) para cada saca de café exportado, e impediam-se, mediante impostos proibitivos, novas plantações (art. 6^o); o Estado de São Paulo ficava autorizado a negociar, no exterior, um empréstimo de 15 milhões de libras, destinado a financiar o plano, sendo o pagamento desse empréstimo⁴ feito com o produto da sobretaxa acima referida, à qual seria arrecadada pela União (arts. 7^o e 8^o); o empréstimo, pelo qual se responsabilizavam solidariamente os três Estados, serviria também de lastro a um instrumento oficial, que o convênio previa no âmbito federal, a Caixa de Conversão, cuja finalidade era a “fixação do valor-moeda” (art. 8^o); o convênio seria aprovado pelo presidente da República (art. 15).

Pela Constituição Federal, o convênio era duvidoso, em alguns pontos. A União não era obrigada a arrecadar a taxa-ouro criada pelos Estados, nem a aplicá-la no pagamento de empréstimo externo para eles negociado. Igualmente, a recomendação ao Congresso Federal para criar um órgão como a Caixa de Conversão era inoperante. De outro lado, a aprovação do convênio pelo presidente da República não era impositiva.

Ao enviar o texto do convênio a Rodrigues Alves, Tibiriçá fê-lo acompanhado de um ofício, datado de 12 de março, no qual comunicava a deliberação tomada sobre a Caixa de Conversão (“idéia adotada pelos presidentes dos três Estados para solução da questão monetária

4 Empréstimo enorme, em comparação com os outros, feitos no Império e na República.

entre nós”), informava que esta criação havia sido “julgada da maior urgência” e reclamava do presidente da República a “convocação extraordinária” do Congresso para votação das leis necessárias.

Tudo isso era de patente inconstitucionalidade.

Como poderiam os chefes dos executivos estaduais forçar o presidente à convocação extraordinária do Congresso, matéria de sua competência privativa? Além do mais, estava-se em fim de fevereiro, e o Legislativo devia estar reunido, normalmente, a 3 de maio.

Rodrigues Alves recebeu a documentação em Petrópolis, das mãos do secretário da Fazenda de São Paulo, Albuquerque Lins. O presidente explicou ao secretário que a questão monetária tornava sua posição embaraçosa, pois ele era contrário à quebra do padrão, que seria a conseqüência fatal das medidas a serem tomadas.

“Se me tivessem consultado de Taubaté [ajunta o relato de Rodrigues Alves], é possível que as dificuldades tivessem desaparecido.”

Albuquerque Lins alegou que partira de Nilo Peçanha a idéia da fixação da moeda em câmbio baixo e que “os governadores tiveram receio de sair sem essa solução, ficando mal nos Estados”. O presidente observou então que descartavam a dificuldade para ele. E rematou seus apontamentos com estas palavras: “O Dr. Lins contestava-me sempre e não me parecia muito satisfeito.”

À quase petulante comunicação de Tibiriçá, Rodrigues Alves respondeu com moderação, mas com firmeza, em ofício de 12 de março.⁵ Depois de comprometer-se a submeter oportunamente o convênio à aprovação do Congresso (único poder competente, pela Constituição, para resolver sobre alguns assuntos ali contidos), o presidente recusou-se a tomar a iniciativa da convocação extraordinária do mesmo Congresso, por “não considerá-la aceitável”. Quanto à sua aprovação ao convênio, prevista no artigo 15, o presidente não se manifestou diretamente. Pela ação subsequente mostrou, porém, que não se considerava competente para proceder

5 Nota de Rodrigues Alves, escrita em Petrópolis, no mesmo dia: “Ontem e anteontem estiveram aqui Glicério e Rubião. Aquele não pareceu ficar contente com as minhas idéias sobre a valorização do café. Hoje meu filho desceu para levar ao Dr. Albuquerque Lins um ofício, em resposta ao do Dr. Tibiriçá, mandando o convênio.”

àquela aprovação, pois, juntamente com a mensagem habitual de abertura do Congresso, a 3 de maio, e nessa mesma data, enviou outra mensagem, de poucas linhas, que era acompanhada pelo texto do Convênio de Taubaté. Assim, o presidente entendeu acertadamente que parte da execução do convênio era da competência dos Estados signatários, não lhe cabendo intervir, e parte necessitava de lei federal, sendo, pois, o Congresso o poder competente. Ele não se envolveria.

O pensamento de Rodrigues Alves sobre todo o conjunto da matéria se exprime, com largueza e lucidez, no texto da mensagem de abertura do Congresso.⁶

O documento é, nesta parte, indubitavelmente, da própria redação de Rodrigues Alves, pois exprime todas as idéias que sustentava desde os seus tempos de ministro da Fazenda, e, também, explica com cuidado a contradição que existia entre os objetivos do convênio e o programa, em fim de execução, do governo que terminava. E contesta francamente as opiniões defensoras do convênio. Para o presidente, a defesa dos preços não se faria com a valorização artificial, mas com a boa comercialização do café, fundada no crédito do produtor. Só com o crédito, o armazenamento e a emissão de títulos negociáveis (*warrants*) poderiam o fazendeiro e o comissário defenderem-se contra a pressão baixista dos vendedores no estrangeiro, que auferiam lucros incriveis, na diferença de preços. Contesta a teoria de que o câmbio baixo valorizava o café, mostrando que, pelas razões acima, os preços independiam do câmbio. A esse propósito, depois de declarar-se ele próprio lavrador, afirma:

“É um desacerto pensar que a lavoura do país não pode prosperar sem câmbio baixo, e uma corrente se tem formado em favor da idéia de uma taxa que a beneficie. As estatísticas demonstram, ao contrário, que, com taxas melhores do que as

6 Sobre ela há esta nota curiosa do presidente: “Desci para a abertura do Congresso. A mensagem foi levada pelo Dr. Valdetaro. O Senado, pela primeira vez, não se levantou para receber o mensageiro do presidente. Já o ano passado quiseram fazer a mesma coisa a meu filho, que era o secretário, mas o Pinheiro Machado, que fingia de distraído, levantou-se” (Rodrigues Alves Filho tinha sido eleito deputado federal por São Paulo).

atuais, os preços do café têm tido alternativas de alta e baixa, mas a lavoura tem vivido e prosperado.”

Adverte para os riscos do papel-moeda inconvertível e repele a quebra do padrão monetário, com a fixação legal do câmbio e uma taxa artificialmente baixa. Defende, por fim, a política monetária de seu governo, que permitira o grande programa de obras e saneamento, indispensável ao progresso econômico. Termina com este período:

“Seria um erro recuar, como será obra de patriotismo afastar de vossas deliberações a idéia de quebra do padrão monetário e a de fixação do câmbio, que contrariam profundamente aqueles planos, com tanto êxito experimentados.”

Assim se expressava, em defesa de sua obra de estadista, o homem que, na vida particular, era grande lavrador de café.

Rodrigues Alves comportava-se no episódio com suas habituais qualidades de firmeza e moderação. Como presidente, não se submetia a pressões que contrariassem suas idéias e programa, ainda que proviessem do seu próprio Estado. Não convocou o Congresso, não tomou qualquer iniciativa sobre a projetada Caixa de Conversão e manifestou-se claramente contra as teses do convênio. Mas não podia assumir a responsabilidade de frustrá-lo nos pontos que não colidiam com a sua competência. Por isso remeteu-o ao Congresso, e, mais tarde, depois de aprovado, chegou a defendê-lo.

O Congresso, órgão político, decidiu a matéria politicamente. O presidente estava em fim de mandato. Afonso Pena fora eleito presidente a 1^o de março e todo o funcionamento da máquina política e parlamentar já se fazia tendo em vista o futuro governo. No Congresso, a antiga coligação transformava-se no chamado Bloco (a denominação veio de uma frase de Glicério, discursando em homenagem a Pinheiro Machado) e a forte personalidade do caudilho gaúcho emergia para a liderança incontestada da política federal. Jorge Tibiriçá tornara-o, em nome de São Paulo, o árbitro da situação.⁷ Pinheiro transformara-se em

⁷ Rodrigo Soares Júnior publica cartas trocadas entre ambos. Essas cartas marcam a chefia de Pinheiro Machado.

uma espécie de presidente não-eleito, mais seguido e temido do que o legítimo. Em breve comandaria suas hostes para a candidatura de Hermes da Fonseca, durante cuja presidência reinou sem rival. Só Minas, mais firme com Venceslau do que com Afonso Pena, iria derrubá-lo, pouco antes de sua morte, para a qual tanto concorreu a violenta campanha parlamentar e de imprensa. O próprio Rodrigues Alves, nas notas íntimas, a partir de 1905, revela a cada passo o reconhecimento tácito da liderança nacional de Pinheiro, embora ele, pessoalmente, não se submetesse à mesma, e só encontrasse provas de simulado respeito nos contatos pessoais com o gaúcho.

Pinheiro já era forte, mas sua posição sem contraste não lhe veio do Rio Grande nem de Borges de Medeiros, porém da luta interna dos paulistas em 1906.

Assim, com a aprovação do Convênio de Taubaté, os paulistas largavam o real pela miragem: perdiam possivelmente a presidência com Bernardino (que se inclinava pela política financeira reclamada em São Paulo) e obtinham uma vitória que não funcionou.

Fato que chocou e entristeceu Rodrigues Alves foi a adesão pública de Campos Sales ao Convênio de Taubaté antes da sua remessa ao Congresso. No dia 26 de março, Campos Sales, em São Paulo, respondeu ao convite para defender a aprovação do ajuste com as seguintes palavras:

“Estou à disposição do Estado de São Paulo e do país inteiro, nos postos que me forem indicados. Façam o convênio e contem comigo, caso o convênio não contrarie os meus princípios políticos.”

A restrição final, anota Rodrigues Alves, era feita para amenizar declaração anterior em favor da valorização e da fixação legal do câmbio que “fez escândalo entre os amigos do Dr. Campos Sales”. José Carlos Rodrigues, que chefiava no *Jornal do Comércio* o combate ao convênio, escreveu a Campos Sales “uma carta de queixa e aviso”. O ex-presidente devia estar magoado com o sucessor, pois lhe atribuía a responsabilidade, por omissão, no insucesso de uma candidatura à presidência, no lugar de Afonso Pena, candidatura falsamente sustentada por Pinheiro Machado. Agora, com Afonso Pena já eleito, cometia o gesto

pouco generoso de acompanhar os adversários de Rodrigues Alves, que não fazia mais do que sustentar a política financeira que dele herdara.

A mensagem de Rodrigues Alves ao Congresso, opondo-se ao Convênio de Taubaté, provocou surpresa e indignação.

A violência dos ataques ao presidente, oriundos dos paulistas, é chocante. Um dos corifeus do convênio, Augusto Ramos, que Tibiriçá enviara à Europa para estudar a comercialização do café, chegou a escrever o seguinte na *Gazeta de Notícias*: “Não há manejos, por mais humilhantes e torpes, dos quais, por intermédio de um ministro e outros agentes, não se tenha servido o Sr. Presidente da República para ferir, perante o estrangeiro, o crédito dos Estados cafeeiros, desses mesmos Estados que hão de pagar a orgia de dívidas com que S. Ex^a nos cumulou.” Isto porque o governo federal recusara-se a avaliar o empréstimo externo.

A resistência do governo federal em colaborar com a parte que, implicitamente, lhe cabia na execução do Convênio, seja assumindo a co-responsabilidade no empréstimo externo, seja promovendo a lei da Caixa de Conversão, levou os três presidentes estaduais a modificar o texto do Convênio de Taubaté. Para isso, reuniram-se eles em Belo Horizonte, onde assinaram, a 4 de julho, documento de “modificações e aditamento ao Convênio de Taubaté”. As alterações foram estas: o preço do café, em vez de ser fixado em francos-ouro, passou a sê-lo em mil-réis; dada a recusa da União em endossar o empréstimo externo, a sobretaxa de exportação passou a ser arrecadada pelos Estados produtores; o empréstimo seria aplicado diretamente na valorização do café, não se tratando mais da fixação legal do câmbio, visto que não se podia assegurar a criação da Caixa de Conversão.

No intervalo transcorrido entre a assinatura em Taubaté e a modificação em Belo Horizonte, o assunto foi copiosa e às vezes violentamente debatido na imprensa. Finalmente, entrou o convênio em discussão na Câmara dos Deputados no dia 19 de julho. Já vinha com parecer da Comissão de Finanças, favorável à aprovação. Seu relator era Davi Campista, indicado para ministro da Fazenda de Afonso Pena, o qual cumpria os compromissos assumidos quando da formação dessa candidatura, embora já tivesse votado contra projeto semelhante.

O parecer de Campista, sucinto e escrito com elegante clareza, dá ênfase à defesa da intervenção do Estado no domínio da economia.

Nesse ponto, as idéias do brilhante deputado por Minas Gerais merecem atenção, por serem pioneiras no Brasil. Campista justificava a conveniência da valorização do produto por ato do poder público, ação “que faria sorrir a economia clássica”, pelo fato do Brasil deter um virtual monopólio da produção. Esse foi, aliás, o erro constante dos valorizadores entre nós, erro porque não levavam eles em conta o aumento das plantações nos países concorrentes. O caso da borracha, de que também tínhamos monopólio, em breve manifestaria outro aspecto desse mesmo erro.⁸

O parecer de Campista contém trechos que devem ser inscritos na história das idéias econômicas do Brasil. Trechos como este:

“Não podem servir de embaraço – mormente em países novos como o nosso – preocupações doutrinárias, incapazes aliás de soluções irredutíveis, sobre intervenções oficiais no mundo econômico. Seja o Estado uma simples instituição política e de boa ordem, seja, efetivamente, uma máquina de progresso, não se pode sensatamente reduzi-lo, entre nós, ao invariável papel de demitir-se solenemente diante de cada dificuldade que aparece, e que joga com os mais elevados interesses da nação.”

Ao parecer, Serzedelo Correia juntou voto de apoio, prolixo e hesitante. Era favorável ao convênio, mas receava um desastre na sua execução, caso os mercados consumidores dispusessem de estoques capazes de resistir à oferta altista.

Juntamente com o parecer, vinha uma longa representação do Senado paulista, exaltadamente favorável ao convênio. Nessa representação, a política financeira de Campos Sales e Rodrigues Alves era criticada, diretamente, como tributária do pensamento metalista dos escritores franceses,⁹ enquanto o câmbio baixo e o emissionismo eram abertamente

8 O Deputado Cincinato Braga, em discurso proferido em 1910, fez impressionante relato de como as plantações inglesas da Malásia estavam sendo preparadas para liquidar a produção brasileira da borracha. Nesse esquecido discurso vem uma advertência profética do desastre próximo.

9 Em certo momento, o documento diz que não deseja alterar a política Campos Sales-Rodrigues Alves, mas trata-se de declaração inócua. Todo ele tende para criticá-la e derrubá-la.

defendidos. Termina com afirmações gratuitas e inconsistentes, que serviam para dourar a pilula (esta é a expressão, pois falavam em circulação monetária do ouro) do empréstimo, que viesse atender aos interesses da lavoura cafeeira.

Iniciada a discussão de plenário, Davi Campista, em curto discurso, opinou pela aprovação. Sente-se um certo constrangimento nas palavras do relator. Os mineiros cumpriam lealmente o compromisso assumido quando da candidatura Pena, mas estavam muito longe do entusiasmo dos paulistas.

O jovem Deputado baiano Miguel Calmon, que seria também ministro no futuro governo, leu um discurso inesperado.

Opunha-se firmemente ao convênio, não por motivos políticos, mas por considerações econômicas, que largamente desenvolveu, apoiado em dados teóricos e estatísticos. É um trabalho meditado, construído com esforço, pesquisa e inteligência, um dos melhores discursos sobre matéria econômica que se pode encontrar nos *Anais* da Câmara. Os vaticínios finais de Calmon eram sombrios, mas não infundados como o futuro demonstraria. Pede que “não se arrojem a operações comerciais aleatórias, cujos prejuízos sobrecarregam as gerações futuras”. Adverte que a “vã miragem” nos fará perder “a supremacia do nosso café, sobre seus variados competidores”.

Outros oradores ocuparam a tribuna no decorrer da discussão. Barbosa Lima combateu o convênio com veemência e Davi Campista voltou a defendê-lo, sempre frouxamente.

O fluminense Paulino de Sousa, de brilhante tradição conservadora e cafeeira, combateu o projeto. Um dos seus argumentos foi importante: lembrou que o *funding-loan*, destinado a consolidar toda a dívida federal, era de 10 milhões de libras, enquanto que o empréstimo estadual desejado seria de 15 milhões.

Tratado como questão política, o convênio não seria recusado pela maioria. Foi aprovado na Câmara, em discussão final, por 107 votos contra 15. O Deputado Rodrigues Alves Filho, fiel à orientação do PRP, votou a favor. Seu pai não fora frontalmente contrário. Entre os que votaram contra estavam homens do Norte, como Estácio Coimbra, Miguel Calmon e Artur Orlando. Também foram contrários o flumi-

nense Paulino, o carioca Irineu Machado e o gaúcho federalista Pedro Moacir, que não obedecia à liderança de Pinheiro Machado.

A discussão no Senado se fez a 31 de julho. Foi rápida. Poucos oradores e discursos resumidos. Glicério defendeu o convênio. Houve 31 votos a favor e 6 contra. Tal como se dera com Barbosa Lima, na Câmara, os Senadores Gomes de Castro e Barata Ribeiro, que haviam lutado contra Rodrigues Alves em 1904, agora estavam de acordo com o presidente e votavam contra o convênio.

Aprovada legalmente a política de valorização, restava a parte mais importante, que era a obtenção, no estrangeiro, dos recursos necessários à sua implementação. Caio Prado Júnior fornece uma síntese dessas negociações.

O sistema financeiro chefiado pelos Rothschild, que, desde a Independência, participava, com maior ou menor usura, do atendimento ao crédito público brasileiro, opunha-se decididamente ao Convênio de Taubaté, e nem poderia fazer outra coisa, pois estava ligado aos empréstimos que, desde Prudente, amparavam a política monetária dos presidentes paulistas. Os altistas de São Paulo tiveram de recorrer a outras fontes. Foram elas dois bancos alemães, um francês e outro americano, além de Henri Schröder, de Londres (que desde então inicia negócios com o Brasil), e da firma alemã Theodor Wille, grandes exportadores no Brasil, a qual foi ativa coordenadora do arranjo. Os Rothschild viram-se afinal obrigados a entrar na operação para não perderem contato com o mercado brasileiro. E, apesar da campanha feita contra a alta pelos representantes do comércio estabelecido do café nos Estados Unidos e na Europa, a operação foi montada, e o enorme crédito de 15 milhões de libras assegurado e aplicado, durante alguns anos, nas compras de café destinado à retenção. Entre 1906 e 1910 (sempre segundo Caio Prado) haviam sido retiradas do mercado 8.500.000 sacas.

Os sucessos ligados à política de valorização não interessam ao presente estudo, pois transcorreram depois do governo Rodrigues Alves.¹⁰ Basta consignar que os resultados da grande operação não

10 Cumpre notar que, mais tarde, quando Presidente de São Paulo (1912-1916), Rodrigues Alves teve de defrontar-se com os remanescentes daquela política, em função da Primeira Guerra Mundial.

foram benéficos aos produtores, como desejava sinceramente o honrado mas pouco competente Jorge Tibiriçá.

Os grandes beneficiários foram os agentes financeiros, que promoveram o levantamento dos recursos. Eles dominavam, na proporção de quatro votos contra um, a comissão incumbida de administrar os estoques provenientes da retenção. E, uma vez firmados os preços, ficaram com as mãos livres para negociar o café retido durante quatro anos, o que fizeram com grandes lucros.

Convém acrescentar ao relato que os preços altos aumentavam o interesse da concorrência em centros de produção a custos mais baixos que no Brasil. Daí vêm todas as conseqüências prejudiciais à nossa economia cafeeira.

Nunca o Brasil poderá contar – nem seria razoável que contasse – com o desinteresse estrangeiro em relação ao nosso café. Os países, costumava dizer Gilberto Amado, não têm sentimentos, só têm interesses.

Se não tínhamos condições internas de resistência, cumpria criá-las e não se entregar à proteção internacional, como fizeram os inventores da política de valorização.

Rodrigues Alves, lavrador de café, interessado na alta, ficou contra ela. Seu programa era o da redução dos custos, melhoria de produção e crédito adequado ao produtor. Ele estava certo, a longo prazo, e os outros, a longo prazo, mostraram-se errados. Veremos como o presidente, insultado e combatido pelos seus patrícios, soube defender a produção cafeeira de São Paulo, alguns anos depois, com tal energia e êxito, que homens que combateram sua orientação em 1906, como o então Deputado Altino Arantes, o levaram novamente à presidência da República, em 1918.

.....

Capítulo Terceiro

A CAIXA DE CONVERSÃO

O

s Documentos parlamentares contam com dois volumes referentes à Caixa de Conversão. O primeiro compreende a complexa e abundante matéria relacionada com a lei que, em 1906, criou o órgão. O segundo, a parte que diz respeito à sua modificação, em 1910.

É interessante observar que Nilo Peçanha, em 1906, presidente do Estado do Rio e principal impulsionador da idéia no Convênio de Taubaté, foi o presidente da República que, quatro anos mais tarde, denunciou suas insuficiências e propôs sua modificação; enquanto Leopoldo de Bulhões, ministro da Fazenda de Rodrigues Alves, e que a este acompanhava na oposição à Caixa de Conversão, era o ministro da Fazenda de Nilo, quando se solicitou a alteração do instituto.

O material contido nos dois volumes revive um dos períodos mais brilhantes da Câmara dos Deputados em toda a vida republicana.

Não se trata, é certo, de nenhuma dessas fases tempestuosas, nas quais a eloqüência parlamentar rebenta da tribuna com o eco das paixões e conflitos que se espraiam no plenário e nas ruas. Fases que conhecemos, algumas vezes, no Império e na República, e que, em épocas

recentes, graças aos novos meios de comunicação, chegaram a trazer dezenas de milhões de brasileiros suspensos nos receptores de rádio, em toda a vastidão do país.

Os debates sobre a Caixa de Conversão, especialmente os de 1906, exprimiam outro tipo de grandeza da instituição parlamentar: a controvérsia sobre temas áridos e técnicos, mas sustentada em tal nível de erudição, raciocínio e liberdade, que o evocador daqueles dias mortos não pôde deixar de se sentir confortado com o espetáculo oferecido pelas elites políticas dirigentes.

De resto, é tradição bem sustentada no Brasil a alta qualidade dos debates sobre assuntos financeiros. No Império, o primeiro Martim Francisco, Alves Branco, Silva Ferraz, Sales Torres Homem e outros discutiram e expuseram com grande brilhantismo questões de moeda, câmbio, banco, impostos e orçamentos. Nos primeiros anos da República, a defesa que Rui Barbosa fez da sua gestão no Ministério da Fazenda é um monumento de saber, energia e linguagem.

Os discursos e pareceres de 1906 colocam-se perfeitamente à altura desses antecedentes ilustres, sendo de justiça ressaltar-se os nomes de Davi Campista, que dominou incontestavelmente toda a longa e intrincada marcha do episódio, na primeira fase, de Calógeras, que teve a mesma posição na segunda, opondo-se diametralmente à orientação anterior. Campista, brilhante deputado por Minas Gerais, saiu da batalha da Caixa de Conversão com duas situações nacionais galhardamente asseguradas: a do político e a do estadista.

Sua passagem da condução da Câmara, naquele momento, à pasta das Finanças de Afonso Pena tornou-se imperativa, e, outras fossem as condições de funcionamento do nosso presidencialismo, sua ascensão do ministério à presidência seria natural.

A decifração do ministério que é a vida de Campista, estrela que fulge intensa e rapidamente para declinar antes de morte prematura, de certo modo se opera com a leitura dos seus discursos e pareceres de 1906. Chega-se à conclusão melancólica de que ninguém, no Brasil, estava mais em condições de governá-lo do que aquele jovem homem de Estado, destruído pela “conspiração contra a inteligência”,¹ cujo

1 A expressão é de Antônio Gontijo de Carvalho.

O Bulhões



© parolito e a carta do Thomson.

*Leopoldo de Bulhões, ministro da Fazenda.
O Tagarela. Coleção Plínio Doyle*

êxito gerou o desvio da candidatura Hermes. O mesmo se pode dizer de Calógeras, adversário declarado das idéias de Campista. O fato de Calógeras nunca ter sido indicado, no tempo de predomínio mineiro, para a presidência da República é uma tristeza para Minas.

O propósito declarado da Caixa de Conversão era o de fixar legalmente a taxa do câmbio, de forma a evitar as oscilações bruscas, que instabilizavam os preços de exportação de produção agrícola, principalmente a maior delas que era o café. Tal instabilidade era ruïnosa para o exportador.

O sistema bancário se encontrava, em parte substancial, sob controle estrangeiro. O novo Banco do Brasil vinha de ser instituído em 1905; sua Carteira de Câmbio, entregue ao Diretor Custódio Coelho, ainda não podia dominar verdadeiramente o mercado, como se verifica pelos receios que confidenciava a Rodrigues Alves, e que este ia registrando em seus apontamentos.

Os bancos estrangeiros, interessados no comércio de exportação do café, aproveitavam na medida do possível a influência que tinham no câmbio, para o jogo especulativo das taxas, forçando a alta, quando lhes convinha, a fim de que as compras internas se liquidassem com menos mil-réis, o que lhes aumentava o lucro, visto que os preços no exterior não variavam. Some-se a isso a baixa geral dos próprios preços do café, já recordada, e pode-se fazer idéia do quanto a fixação da taxa de câmbio poderia parecer a salvação do sistema econômico nacional (incluindo-se nele os tesouros estaduais) ligados ao produto.

Rodrigues Alves e Afonso Pena conheciam perfeitamente esse mecanismo de pressão sobre o câmbio, desde o tempo em que, no governo de Prudente, um ocupava a pasta da Fazenda e outro a presidência do Banco da República. As coisas não haviam mudado, como demonstra este trecho de carta do presidente ao seu futuro sucessor, escrita em 6 de outubro de 1905:

“Achei também muito brusca a queda do câmbio, que os homens da praça atribuem, como sempre, à especulação, defeitos da moeda, etc. É assunto que muito preocupa o governo, como você sabe.”

Dos debates parlamentares conclui-se que a idéia de um órgão federal capaz de estabilizar o câmbio foi sugerida em Taubaté por

Nilo Peçanha.² O afluxo de ouro trazido pelo empréstimo de 15 milhões de libras forçaria inevitavelmente a alta do câmbio, se este continuasse entregue às leis econômicas naturais, o que transformaria o convênio em prejuízo, em vez de lucro, para o exportador nacional. Somente um artifício legal poderia evitar o risco, e este artifício foi a Caixa de Conversão.

Dessa forma, a intervenção do poder público no domínio econômico, contrariando as leis naturais da economia, deu-se duplamente em 1906: aumentando-se o preço do produto, mediante retenção e compra de café pelos governos estaduais e mediante freagem na subida das taxas de câmbio graças à Caixa, que fazia o monopólio da troca de todo o ouro do empréstimo por cédulas de sua emissão, mas sempre à taxa de 15 dinheiros por mil-réis. Deve-se ressaltar que essa taxa era menor do que aquela de 17½ a que já chegara o câmbio em 1906, a qual tornava menos onerosas as despesas³ do governo federal no serviço das dívidas que herdara e que contraíra.

Rodrigues Alves, na época da assinatura do Convênio de Taubaté, achava-se mal impressionado com a atitude de Custódio Coelho, diretor de câmbio do Banco do Brasil. Em suas notas referentes ao ano de 1906, o presidente deixa clara sua suposição de que Custódio estava mais entrosado com a orientação de São Paulo e Minas do que com a do governo federal.

Custódio mostrava-se pessimista quanto às possibilidades do Banco do Brasil manter o câmbio naquela fase em que a escassez de letras, determinada pela entressafra do café, pressionava no sentido da alta do ouro. Propunha-se a fazer um estoque de letras, mas dizia que Bulhões não lhe dava os recursos.

“Ponderei [escreve o presidente] que Bulhões me havia informado dos seus receios sobre o câmbio, e que me dissera que havia autorizado a operar, adquirindo letras para o tal estoque [...]. Estava certo, disse depois ao Bulhões, que os homens de São Paulo se entenderam com o Custódio, não só para ouvi-lo sobre o mérito da operação, como para evitar uma alta brusca

2 Chegou-se a atribuir a Nilo o propósito malicioso de liquidar o Convênio por meio da Caixa, pois a oposição de Rodrigues Alves a esta parecia provável.

3 Entre dezembro de 1904 e abril de 1905 o câmbio subiu de 12½ a 16¾ ou seja, 37%. Esta alta trouxe prejuízos aos exportadores de café, mate e borracha, e sustou praticamente a exportação de manganês.

do câmbio que poderia inutilizar as vistas dos Estados, e tenho mesmo idéia de que eles me disseram que o Dr. Custódio ficara bem impressionado com o projeto, e que não havia que reçar a alta do câmbio pela ação moderadora do banco [...].”

Vê-se o jogo duplo do diretor de câmbio. Ao presidente, que receava a baixa, pedia recursos a fim de sustentar as taxas. Aos “homens de São Paulo”, que não queriam a alta, assegurava a “ação moderadora” da Banco para impedi-la.

No fundo, o que se dava – e que é corrente na vida pública – era o desejo de Custódio Coelho de manter-se na sua posição com o futuro governo, ligado pelos compromissos de Afonso Pena aos planos paulistas.⁴

4 Rodrigues Alves aborreceu-se com a publicação do relatório de Custódio Coelho, feita pelo *Jornal do Comércio*, e que ele e Bulhões haviam desaconselhado. Sobre o relatório diz: “Qual o intuito [de Custódio] escrevendo-o? Defender-se quando ninguém o atacou? [...] Criar boa posição para si, amparando a hipótese de continuar no novo governo? Não sei, mas a leitura rápida que fiz me desagradou e isto disse ontem ao Bulhões.” (Nota de 10 de fevereiro.) – Na mesma nota, o presidente desabafa: “Tinham-me dito que o Dr. Custódio havia trabalhado pela eleição do Dr. Barbosa Lima. Foi o Dr. Seabra quem mo disse. Interpelei-o; confessou que lhe havia dado *uns 60 votos*, mas que ele *seria amigo*. Contestei-o, sorrindo, e fiquei a matutar sobre a atitude dos *amigos* do governo.” (Expressões sublinhadas no original.) A impressão de Rodrigues Alves sobre o desejo de permanência do diretor de câmbio era exata, como se vê de outra nota sem data, em Guaratinguetá, já depois de deixar o governo: “No dia 14 apareceu-me o Custódio Coelho, que vinha do Pena e me comunicava ter sido convidado para continuar no banco. Disse que precisava ouvir-me. Isto era de manhã, na sala do bilhar, onde estava o Virgílio. O Custódio parecia-me contrafeito. Disse-lhe que ele devia agir com liberdade, consultando-se a si próprio [...]. Se se tratasse de ficar por alguns dias, até que o governo tivesse quem o substituísse, nada teria a dizer, senão que deveria fazê-lo, mas para tomar posição permanente ao lado do governo, era preciso pensar, não sacrificando nome e conceito que tinha conquistado. Pareceu-me constrangido com as minhas palavras [...]. Havia mesmo algum tempo que a sua atitude no Banco me parecia esquisita. Prendendo o câmbio que tinha elementos para subir; contrariando os outros bancos que queriam caminhar para diante e acumulando um estoque extraordinário para facilitar a Caixa de Conversão, parecia estar trabalhando para um fim previamente combinado. O Bulhões ficou muito contrariado com o seu relatório, e persuadido também que estava feito com o Davi Campista [...]. Os mineiros e os deputados do Bloco estavam, havia muito tempo, anunciando essa passagem, mas era difícil acreditar.”

Havia, portanto, um descompasso entre o presidente da República e o seu diretor de câmbio. Rodrigues Alves, desde o primeiro momento, manifestou-se contrário à Caixa de Conversão, radicalmente contrário, como declara nas suas notas. Estas concordam, inteiramente, com importante carta por ele escrita a Afonso Pena, de Petrópolis, a 2 de abril de 1906, na qual expõe, com a maior franqueza, ao sucessor (então já eleito) seus pontos de vista e suas intenções.

Começa lembrando que, quando se pensou em valorização do café, o plano dos Estados era negociar um empréstimo externo muito menor e dedicado somente à compra de parte da produção. Depois veio o receio da elevação do câmbio, e Rodrigues Alves havia dado instruções ao Banco do Brasil (Custódio Coelho) para resolver o assunto por entendimento.

Quando o convênio levantou, com surpresa para ele, a questão da moeda e do câmbio, escreveu a Sales e Tibiriçá, mostrando-lhes o constrangimento em que ficava, “conhecida *como era*⁵ a minha opinião contrária à quebra do padrão e à fixação do câmbio”.

Tibiriçá dizia-se de acordo, mas alegava que Sales e Nilo insistiam nas outras medidas, versão que parece ser uma desculpa, pois o empréstimo era negociado só por São Paulo. Aí meteu-se a política de permeio. E Rodrigues Alves explica, quase com dureza, a sua posição:

“Se o Congresso separar as duas questões, como parece mais regular, dar-me-á liberdade para examinar uma e outra, e a que tratar do café será estudada com simpatia. Se, prescindindo do meu concurso, decretar medidas que contrariam minhas idéias, e o plano que tenho adotado, procurarei, como é natural, cumprir também o meu dever.”

Esta sentença final enunciava o propósito de Rodrigues Alves de vetar o projeto que instituía a Caixa de Conversão. Não parece que possa ser interpretada de outra maneira.

Rodrigues Alves tentou aparar o golpe por outro lado, apelando para o próprio Tibiriçá. Anota ele, a 18 de agosto:

“O Álvaro de Carvalho foi a São Paulo conversar com o Tibiriçá sobre a conveniência de adiar o debate sobre a Caixa

5 Sublinhado no original.

de Conversão. Voltou sem nada conseguir; a questão é fechada e tem de ser resolvida logo – é compromisso do Bloco.”

No domingo, 2 de setembro, o Deputado Cardoso de Almeida procurou Rodrigues Alves e relatou-lhe o que se passara na reunião da bancada paulista havida naqueles dias, quando foi discutido um telegrama de Tibiriçá recomendando abertamente o rompimento com Rodrigues Alves. Havia elementos que simpatizavam com essa idéia, como Rodolfo Miranda, Arnolfo Azevedo e Palmeira Ripper. Outros divergiam, como Cincinato Braga e o próprio Cardoso de Almeida.

Galante foi a posição de Pinheiro Machado nesse episódio. Informado da intenção do presidente paulista de romper com seu patrício, o presidente da República em fim de mandato, Pinheiro disse ao Senador Glicério que “tal nunca deveria ser feito”, que isso seria uma vergonha para os paulistas e que veio daí o abandono da idéia.⁶

Pinheiro Machado dava severa lição a Glicério, que, cedendo aos impulsos de incorrigível manobrista político, escrevera ao senador gaúcho uma carta a 6 de setembro (de que conservou cópia) e da qual constam estes trechos:

“O Tibiriçá, em carta de 3, escreve-me insistindo pelo rompimento contra Roiz Alves,⁷ sob o fundamento de que este, ao abrigo da unanimidade das opiniões em que se divide a República, mais se prestigia para, no exterior, hostilizar o levantamento do empréstimo projetado pelos três Estados [...]. Ele insiste no rompimento, no suposto, atenda bem, de que diminuído o prestígio universal do atual presidente, os Rothschild não se animarão a hostilizar o empréstimo [...]. Eis aí, pois, os motivos que de novo submeto ao seu exame, e o faço agora, precisamente para aproveitar o ensejo que se lhe oferece de estar com o Pena em Belo Horizonte.”

Mas se o Bloco havia arrastado o presidente no caso do convênio, não conseguirá demovê-lo na questão da Caixa. Aí a decisão dependia

6 Nota de Rodrigues Alves, de 7 de setembro.

7 *Roiz*, em lugar de *Rodrigues*. Glicério grafa o nome do amigo sempre na forma antiga.

de lei e o presidente da República dispunha da poderosa arma do veto, como havia insinuado em sua carta a Afonso Pena. Foi provavelmente por isso mesmo que os amigos deste se organizaram, dentro do Congresso, para que o projeto só fosse enviado ao Executivo, para sanção, depois que Pena tivesse assumido o governo.

Tem-se, assim, bem clara a posição de Rodrigues Alves no complicado assunto da política econômica do fim do seu mandato, que ligou a valorização do café à fixação do câmbio. Ele aceitava a valorização, embora achasse que esta poderia ser conseguida pela facilitação do crédito e medidas de comercialização. Mas não aceitava a fixação do câmbio, por lei, em taxa inferior à que lhe parecia a natural e de forma a prejudicar a continuação dos seus planos de reforma. Sua atitude franca foi recebida com admiração pelos meios imparciais. O prestígio do presidente ressurgiu com força.

O projeto de lei que criou a Caixa de Conversão foi apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 16 de agosto. Acompanhava-o um estudo de Davi Campista, autor do projeto e seu relator na Comissão de Finanças.

A teoria dominante no estudo e no projeto tendia a assimilar a situação do Brasil à da Argentina. Partia do princípio de que os países de produção agrícola devem trabalhar para elevar o montante da exportação dos seus produtos, e que essa fonte de divisas é que, com o tempo, vai criar as reservas externas e o capital interno. A euforia do câmbio alto era ilusória, porque remunerava mal a produção interna exportável e porque não se fixava, sujeitando-se a freqüentes oscilações, prejudiciais ao produtor. Devia-se imitar o exemplo da Argentina, que, em 1899, criara uma Caixa de Conversão mais ou menos nos moldes daquela que agora era proposta no Brasil.⁸

A fixação do câmbio na Argentina dera resultados extraordinários. Sua exportação de carne, trigo e outras mercadorias assegurou-lhe saldos orçamentários enormes em 1905. Havia, contudo, uma diferença importante. No sistema argentino, a Caixa trocava por ouro não só as notas de sua emissão como as que haviam sido emitidas anteriormente,

8 A obra que serviu de inspiração a Davi Campista para o projeto da Caixa de Conversão foi a de Martinez & Lewandowski, intitulada *L'Argentine au XX.e siècle*. O livro era citado por outros deputados.

idênticas àquelas. Era, pois, a conversibilidade metálica estabelecida de plano. No Brasil, porém, a Caixa só trocaria por ouro os bilhetes de sua própria emissão, sempre ao câmbio fixo de 15 dinheiros por mil-réis.

O projeto consubstanciava essas idéias. Aprovado pela Comissão de Finanças a 15 de agosto, com votos em separado, um favorável, de Serzedelo Correia, outro contrário, de Paula Ramos, entrou, como se disse, em discussão, no dia 16.

O voto de São Paulo foi dado, no dia 22, por Altino Arantes, que iniciava sua grande carreira política.⁹ A 25 de agosto, Barbosa Lima abre fogo contra o projeto e, a 28, Alcino Guanabara pronuncia um discurso memorável, mostrando a inviabilidade da repetição, entre nós, da experiência argentina.

Davi Campista fala em defesa do seu trabalho no dia 1º de setembro, com o brilho, a malícia e a competência habituais.

Prossegue a tramitação com vários oradores, que se manifestam pró e contra.

A simples discussão do projeto provoca mal-estar na praça.

A 18 de setembro, Custódio Coelho procurou, inquieto, o presidente da República. O câmbio caía e a praça se alarmava, apesar de haver bastante dinheiro com a exportação do café. Rodrigues Alves reuniu Leopoldo de Bulhões e Custódio Coelho e leu-lhes o seguinte telegrama que enviou a Afonso Pena, então em Belo Horizonte:

“Os centros financeiros da Europa estão muito apreensivos com o andamento que tem tido na Câmara o projeto que cria uma caixa de emissão e conversão a câmbio fixo, havendo nesta praça iguais apreensões. Receio que as dificuldades que estou sentindo se agravem, se não for sustada imediatamente a discussão desse projeto, até que o seu governo possa, com direta responsabilidade, guiar o trabalho do Congresso nesse assunto tão melindroso e que pode trazer sérias perturbações ao crédito público. Como sabe, o Congresso não está obedecendo à direção do governo e, infelizmente, é

9 O discurso de Altino tinha sido cuidadosamente preparado e lido antes de ser proferido a um grupo de deputados paulistas, reunidos na sua residência, em Niterói.

profundo o meu desacordo com esse projeto. Receando que venha encontrar uma situação má no início do seu governo, e que as dificuldades que pressinto se agravem, cumpro o dever de preveni-lo, informando-o dessas dificuldades e apreensões que estão preocupando o meu espírito.”

Depois de copiar o texto remetido, Rodrigues Alves escreve no seu caderno:

“Houve alarme na praça. O câmbio que há tempo tem estado quase a 17 caiu, e onde irá?”

No dia 25, o presidente anota:

“Recebi carta do Pena, em resposta ao meu telegrama. Não compreende as apreensões dos centros financeiros e acha tudo bem. E, no entanto, as notícias continuam más, e os títulos caindo na Europa.”

A tramitação do projeto prosseguiu, de fato, normalmente, durante os meses de setembro e outubro. A Comissão de Finanças examinara as emendas e dera nova redação ao projeto, o qual é votado em 8 de outubro, em terceira discussão, sendo aprovado por 115 votos contra 25. Na pequena minoria, fiel ao governo, estava naturalmente o Deputado Rodrigues Alves Filho.

A grande vitória dos partidários do projeto era exclusivamente política. Ramiro Barcelos, que estava para renunciar à senatoria pelo Rio Grande, leu a Rodrigues Alves uma carta que escrevera a Afonso Pena. Nela o senador gaúcho assegurava ao presidente eleito que a quase totalidade dos deputados era contrária ao projeto, e que os votos a favor só vinham porque eram dados para atender aos desejos do futuro governo.

No Senado, a proposição da Câmara recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças, a 1^o de novembro. O relator foi Urbano Santos, do Maranhão. Houve votos vencidos, o de Gomes de Castro, Presidente da Comissão, e mais os de Rosa e Silva, de Pernambuco, e Anísio de Abreu, do Piauí. Gomes de Castro, apesar de opositor a Rodrigues Alves, votava com ele, tal como Barbosa Lima fizera na Câmara. Glicério votou a favor, assim como o mineiro Feliciano Pena, primo e cunhado do novo presidente.

Anísio de Abreu fez acompanhar seu voto de fundada exposição. Nela, o senador afirma com franqueza, contrariando as teses de Campista: “A Caixa de Conversão que se pretende criar [...] não completa, mas prejudica, deforma, anula e elimina a política econômica e financeira de Campos Sales, firme e resolutamente prosseguida pelo governo atual.” Depois de afirmar que a matéria em decisão era a mais grave submetida ao Congresso desde a República, conclui que votar, como votava “contra o projeto e, portanto, pela continuidade da política econômica e financeira que fez a glória dos dois últimos quadriênios”, era “obra de patriotismo”.

Após a discussão, que não atingiu o nível da que se verificara na Câmara, foi o projeto aprovado, também, por grande maioria: 27 votos contra 5. Os três paulistas, Alfredo Ellis, Francisco Glicério e Lopes Chaves, votaram contra Rodrigues Alves.

O reexame do projeto pela Câmara (necessário pelo fato de terem sido aprovadas pequenas emendas no Senado) só se iniciou a 29 de novembro. Rodrigues Alves, então, já tinha transmitido o poder a Afonso Pena.

Carlos Peixoto, novo líder do plenário e relator na Comissão de Finanças, pediu urgência, regime sob o qual foi o projeto aprovado, sem dificuldades, e sancionado a 3 de dezembro.

É evidente que a comunicação de Rodrigues Alves a Afonso Pena de que vetaria a lei (contida na carta antes referida) fez com que os sustentadores da nova situação não quisessem enfrentar o risco. Daí o fato de que o projeto, sendo aprovado na Câmara a 8 de outubro, só haja iniciado a marcha no Senado a 1º de novembro. Daí, provavelmente, também, a concordância na aprovação das emendas do Senado, que não alteravam substancialmente a proposição, mas exigiam a volta do projeto à Câmara.

Agora, apenas alguns dados a mais sobre a Caixa de Conversão, que confirmam os pontos de vista de Rodrigues Alves.

Em abril de 1910, o Presidente Nilo Peçanha enviou ao Congresso uma exposição do seu ministro da Fazenda – que era de novo, Leopoldo de Bulhões – propondo alterações substanciais na lei de 1906. A exposição do ministro é o reconhecimento do insucesso da Caixa. Bulhões, com natural discrição, não deixa de defender suas antigas idéias. Mostra que a política financeira anterior à Caixa era a da valorização natural da moeda: “Com o resgate diminuía-se a quantidade de papel-moeda; com a garantia aurificava-se a massa restante, melhorava-se

da sua qualidade.” Adiante afirma: “A Caixa foi realmente instituída em uma época em que a tendência do câmbio para a alta se apoiava não em elementos fugazes e ocasionais, mas em alicerces poderosos, construídos pela própria economia pública.”

E qual era a situação, em 1910? O ministro explica:

“Temos assim, por obra da lei de 1906, cerca de 630.000 contos de papel-moeda sem o lastro que o antigo fundo de garantia lhe oferecia e de ano para ano mais avultava; isto é, em matéria de valorização do papel, regredimos manifestamente, e nossa situação legal é menos resistente e sadia do que já foi.”

Tomando por base a exposição do ministro, a Comissão de Finanças, a 29 de abril, apresentou projeto elevando a taxa cambial de 15 para 16 e restaurando os fundos de garantia e resgate do papel-moeda.

A esses dispositivos, a bancada de São Paulo, pelo seu líder Galeão Carvalho, juntou emenda, aumentando o fundo de depósito e emissão da Caixa de 20 para 40 milhões de libras.

O projeto ficou parado na Câmara até que, em 8 de novembro, dias antes do termo do seu mandato, Nilo Peçanha enviou nova exposição de Bulhões, na qual o ministro pintava em cores sombrias a especulação baixista que abalava os recursos do Banco do Brasil. Mostrava que o esforço para a baixa do câmbio era especulativo e não resistiria ao afluxo de letras de exportação que, assegurava o ministro, estava sendo “represadas” com intuítos especulativos. Bulhões terminava com a proposta de que a taxa de câmbio fosse elevada a 18.

A discussão do assunto iniciou-se a 21, nos primeiros dias do governo Hermes. Não se compara, em interesse com a que se processou em 1906, mas não deixou de apresentar discursos de alta qualidade, como os de Calógeras e Cincinato Braga, na Câmara. O debate no Senado foi menos importante. Destaca-se uma carta de Joaquim Murtinho (que estava enfermo) defendendo a política monetária Campos Sales-Rodrigues Alves.

Em seu discurso na Câmara dos Deputados, a 7 de dezembro, Calógeras explica, de forma cristalina, a ilusão que fora a política econômica no Convênio de Taubaté e na Caixa de Conversão.

Mostrou como os depósitos nesta última, até o nível máximo de 20 milhões de libras, foram sempre manobras em que especuladores

hábeis aproveitavam-se, com ouro vindo do estrangeiro, da diferença entre o câmbio fixo da Caixa e o câmbio livre do mercado, para enriquecer.

É um dos grandes estudos de Calógeras este discurso. Mas, como todas as orações parlamentares feitas de improviso, é uma exposição sucinta. O trabalho definitivo de Calógeras sobre a Caixa de Conversão aparece, em forma de capítulo, no seu livro clássico *La Politique Monétaire du Brésil*, publicado naquele mesmo ano de 1910.

No livro, escrito em francês (língua tão familiar a Calógeras quanto o seu próprio idioma), o assunto da Caixa de Conversão é exposto pelo financista e não pelo político; o autor liberava-se das controvérsias teóricas sobre finanças, câmbio e moeda, névoa perturbadora em que a ciência e a insciência davam-se as mãos em um mundo de abstrações confusas. Ao mesmo tempo, apareciam as conexões que ligavam aquela iniciativa à vida do povo sacrificado e inerme e à economia do país, nem sempre bem defendida.

Calógeras não era – nunca o foi – um revolucionário social. Sua formação humanista tendia para o espiritualismo, tanto que, no declínio da vida, sua conversão à Igreja Católica foi uma etapa natural da ascensão daquele espírito raro. Mas as qualidades humanas de Calógeras, a cultura humanística, a lúcida ternura pelos fracos e explorados, faziam-no ver, naquela aventura coordenada da valorização do café e da desvalorização do câmbio de exportação, a grande montagem da exploração dos salarizados, pelos que detinham o comando do nosso império e vulnerável sistema produtivo.

Em 1906, preso aos compromissos do sistema político de Minas Gerais a que pertencia, Calógeras não podia opor-se abertamente à aprovação do projeto, que deixara de ser questão técnica para tornar-se ponto de solidariedade política. Mas não votou, tampouco, por ela. Não compareceu.¹⁰ Agora, porém, Calógeras sentia-se com as mãos livres para o seu vigoroso ataque ao sistema com o qual a situação hermista não tinha compromisso político especial.

O discurso e o livro de 1910 são formidáveis libelos contra a manobra exploradora, que se escondia debaixo do pretendido apoio à

10 Outro representante mineiro que não votou naquele dia foi Melo Franco. É possível que, ligado a Calógeras desde a mocidade de ambos, em Ouro Preto, tivesse seguido a orientação do amigo, a quem muito admirava

produção. Mostra Calógeras que a elite econômica brasileira, seguindo o exemplo argentino, não lograria o mesmo êxito econômico, embora alcançasse resultados sociais semelhantes. Argentina e Brasil eram países sem indústrias e sem capital nacional, cujas economias se fundavam na exportação de produtos primários; lá, a carne e o trigo; aqui, o café, a borracha e outros menores.

A política de câmbio preso (pouco importa a taxa, mas o câmbio menor do que a tendência natural do mercado) aliava-se à inflexibilidade na contenção dos salários, e este era um fator básico para o sucesso dos planos, embora sempre mantido na sombra, durante as complicadas discussões dos doutores.

O câmbio baixo aumentava substancialmente as exportações, dando lucros aos produtores e intermediários, quer brasileiros, quer estrangeiros. Esse lucro era bastante para assegurar vida rica, e mesmo muito rica, à pequena minoria privilegiada, senhora dos produtos, dos instrumentos e dos segredos do comércio internacional. Mas a mesma política levava ao crescente, implacável encarecimento da vida dos salarizados, que, por mais frugais que fossem, tinham, com o salário inflexível, de consumir quase tudo vindo de fora: os remédios, os vestuários, os alimentos, os combustíveis, os materiais de construção, sem esquecer os serviços de utilidade pública das companhias estrangeiras, e os transportes com os fretes cobrados parte em ouro. Calógeras mostra como as estradas de ferro, cobrando parte dos fretes em ouro, tornavam impossível a circulação das mercadorias de produção local e, por isso, não permitiam a industrialização dos laticínios, nem o transporte de verduras, ovos e galinhas. Mostra como, no interior do Brasil, comia-se carne de Chicago ou de Buenos Aires e importavam-se produtos como o arroz, o milho e a batata.¹¹

11 Pessoalmente, lembro-me de que, menino em Belo Horizonte, entre 1910 e 1914, via na casa de meu pai e meu avô manteiga francesa (Demagny), dentifício também francês (Calodon), queijo do Reino, vinho francês (em geral Pommard), tecidos ingleses para homens, telhas francesas, pinho-de-riça, ferramentas inglesas (chave inglesa), palitos de Portugal, cinema americano (sessão Fox às sextas-feiras), óculos alemães, trilhos, locomotivas, vagões, automóveis, combustível nem se fala. Até as cestas de Natal, que o inglês Wigg mandava para meu pai, só tinham frutas importadas. Os livros primários eram a *Cartilha*, de João de Deus, e o *Coração*, de De Amicis...

Na Argentina, os produtos exportáveis eram menos instáveis do que os nossos, além de que o solo era mais fértil, a imigração muito maior, a topografia mais favorável, as lavouras muito melhores e mais extensas. O plano argentino conseguiu vencer, formar uma plutocracia agrária sólida sobre a miséria do povo, situação que durou até que a ausência de indústria levou o país às dificuldades de hoje.

No livro de Calógeras há críticas fundadas a Rodrigues Alves, pela atitude que tomou, combatendo a Caixa de Conversão, mas fechando os olhos ao Convênio de Taubaté, quando este se prendia àquela.

Nossa explicação para o fato, sem diminuir a responsabilidade de Rodrigues Alves, é esta: sua tolerância forçada para com o convênio era devida, segundo pensamos, ao receio de perder a posição política em São Paulo e, também, à circunstância de ser ele próprio membro da classe dos produtores de café. Rodrigues Alves poderia ter sido um animador da valorização. Nunca o foi. Mas poderia, também, ter se oposto a ela com mais vigor. Não o fez. Não é provável que qualquer político do seu tempo, sob o império das mesmas circunstâncias, agisse de modo mais firme do que ele com relação ao café.

.....

Capítulo Quarto

A SITUAÇÃO NO FIM DO QUATRIÊNIO

É

possível que Rodrigues Alves não visse as coisas com a mesma visão culta de Calógeras, mas seu bom-senso, sua experiência e seus sentimentos naturais de moderação e tolerância colocaram-no no caminho certo.

A “política experimental” do brilhante Campista não o convenceu, nem os compromissos de Afonso Pena o abalaram, quanto à Caixa de Conversão.

Ele resistiu, e, por isso, terminou o governo isolado politicamente, além de derrotado no Congresso.

Mas saiu do governo sem transigir na política financeira que melhor se ajustava às realizações empreendidas.

Os títulos dos empréstimos públicos internos cotavam-se acima do par e os da dívida externa ao par. O câmbio, que recebera a 12, estava perto de 17, apesar das pressões baixistas. A dívida interna diminuía e a externa estava em dia. Os saldos da balança comercial superavam 16 milhões de libras em 1905, e os saldos da execução orçamentária iam a mais de 15.000 contos, durante o quadriênio. Finalmente, entre saldos em Londres e no Brasil, Rodrigues Alves e Bulhões legaram a Afonso Pena e Davi Campista um total de quase 250.000 contos.



*Rio Branco empenhou-se na reforma das Forças Armadas.
Foto Renascença. Coleção Plínio Doyle*

.....

Capítulo Quinto

GUERRA E MARINHA

A pesar dos resíduos vindos do positivismo e do republicanismo histórico, culminantes nas conspirações e no movimento de 1904, e na formação do bloco antigovernista de 1905, Rodrigues Alves terminou seu mandato com saldo positivo de prestígio nas Forças Armadas.

Isso era compreensível. As classes militares não podiam deixar de ser sensíveis à soma de realizações do governo, que bem se ajustavam aos sentimentos predominantes nas organizações bélicas.

O êxito da política externa de Rio Branco, em episódios como a conquista do Acre, ou a defesa da soberania nacional nos incidentes com o Peru e a Alemanha, a transformação do Rio de Janeiro, a vitória contra as epidemias que desprestigiavam o Brasil, todos esses fatos que elevavam o conceito do país repercutiam favoravelmente na opinião dos militares não políticos, que eram a grande maioria.

Uma prova do respeito afetuoso que cercava o presidente no seio do Exército transparece no acolhimento que lhe foi dispensado,

pela tropa e oficialidade, nas grandes manobras militares de Santa Cruz, realizadas pela primeira vez em outubro de 1905 e repetidas em 1906.

O presidente compareceu a essas manobras, acompanhado-as a cavalo, juntamente com o comando das forças e passando uma noite em barraca de campanha.

O fato provocou curiosidade da imprensa, que publicou fotografias do cavaleiro Rodrigues Alves. Os jornais jocosos não deixaram mesmo de aproveitar a oportunidade para pilhérias e remoques.

No seu caderno, Rodrigues Alves anotou, a 7 de outubro de 1905:

“Assisti em Santa Cruz às grandes manobras do Exército, ficando muito contente com o que vi. Impressão magnífica por ver contentes oficiais e praças e o tom marcial dos soldados, de todos. Ofereci aos oficiais um grande banquete, saudando o Exército representado na divisão ali estacionada.”

No ano seguinte, 1906, em nota de 6 de outubro, tendo voltado a assistir às manobras, exprime-se mais longamente:

“Fui assistir às manobras em Santa Cruz, partindo no dia 4, às 2 horas, com a comitiva oficial. Acampeei em uma barraca, que servira para o Conde d’Eu. Nesse dia jantamos na barraca do General Hermes. No dia seguinte assisti às manobras a cavalo, e percorrendo os campos. Almoçamos na mesma tenda que me hospedava. Às 4 horas de ontem recebi uma grande manifestação dos oficiais, que me ofereceram um busto de bronze, representando a lei, e um álbum com os discursos de Root e Rio Branco. Falaram os oficiais Tenente-Coronel Torres Homem e Comandante Moreira Gomes. Respondi. À noite houve o banquete do governo aos oficiais. Ofereci o banquete e o General Hermes falou pelo Exército. Tudo correu muito bem, sem o menor acidente. A manifestação dos oficiais fez-me muita impressão e a toda gente que assistiu [...]. Foram os filhos todos, Francisco, Oscar e José, a filha do Rio Branco e o filho,¹ e alguns deputados.”

1 Hortênsia e Raul do Rio Branco.

Assim, pouco mais de um mês antes de deixar o governo, o presidente recebia o testemunho de lealdade do Exército. O 14 de Novembro não deixara seqüelas.

No Exército as realizações materiais do governo foram modestas. O prestígio do presidente decorria mais da política geral e das suas virtudes pessoais.

Pode-se mencionar a construção da fábrica de pólvora de Piquete, a aquisição de armamento moderno (canhões e metralhadoras), o reaparelhamento de fortalezas, a construção de estradas estratégicas, de ferro e de rodagem, nas regiões fronteiriças do Sul e a reforma do ensino militar. Não se deve esquecer a custosa mobilização feita na Amazônia e Mato Grosso, quando do episódio do Acre e suas conseqüências. Foram medidas dispendiosas, que deram ao Exército e Marinha noção da sua eficiência e do seu valor.

Dado importante foi o incremento trazido ao serviço de saúde do Exército.

Na Marinha, a ação do governo foi mais ampla. A razão disso era que, desde o governo de Floriano e a Revolta da Armada, a nossa organização naval, suspeita de sebastianismo, entrara em declínio e abandono.

Na Marinha refugiaram-se muitos remanescentes do monarquismo, o que deu à fase de consolidação da República (1893-1898) um visível predomínio do Exército, com quebra do equilíbrio vindo do Império.

Campos Sales não pudera, pelas limitações financeiras a que se obrigara, pensar em restauração da Marinha. Rodrigues Alves pôde fazê-lo, pois encontrou a República consolidada, o saudosismo monárquico extinto na Marinha e os recursos financeiros necessários. Daí o seu importante plano de reforma naval.

Diz a síntese geral da administração, tantas vezes citada: “O governo atual, de movimento e trabalho, não podia ficar indiferente a esse patriótico anelo.”

Para a reforma naval, o Almirante Noronha, ministro da pasta, em consulta com seus auxiliares, fez preparar o projeto que se transformou na Lei nº 1.296, de 14 de dezembro de 1904, o maior esforço empreendido, desde a República, para o reaparelhamento e reorganização da Marinha. Por meio dela, o Brasil tentava voltar à sua posição primordial

entre as forças navais do continente latino. O propósito não era fácil, pois as condições vigentes, no tempo do Império, se haviam dissipado e, agora, a República Argentina, embora menos populosa e com menor linha de costa, encontrava-se em condições econômico-financeiras que lhe permitiam ultrapassar os esforços do Brasil.

A Lei nº 1.296 previa a construção de três couraçados de 13.000 toneladas de deslocamento, três cruzadores de perto de 10.000 toneladas, seis caça-torpedeiros, seis torpedeiros, um transporte de carvão e um navio-escola.

A Marinha entendeu-se com as mais importantes firmas mundiais de construção naval e chegou a contratar a compra dos couraçados. O plano naval de Rodrigues Alves, previsto na lei de 1904, foi, porém, modificado no governo Afonso Pena, sob a influência do novo ocupante da pasta, Almirante Alexandrino de Alencar.

Rui Barbosa, em franca oposição, constituiu-se no Senado o mais severo orador a condenar o plano naval,² apoiado por Alexandrino, que também tinha assento naquela Casa. É curioso que os ataques do senador baiano focalizam precisamente os pontos mais vulneráveis do plano de Afonso Pena, censurando, em Rodrigues Alves, aquilo precisamente que se fez depois, sem protesto de sua parte, ou seja, agir com “imprudência e irreflexão”, sem estudos prévios sérios, sem examinar “palmo a palmo o terreno em que se pisa”.

O relatório final do governo de Rodrigues Alves, em 1906, responde às críticas de Rui e Alexandrino:

“Temos ouvido dizer que essa tonelagem já não satisfaz às exigências do momento e que se pensa, mesmo, em aumentá-la, por uma lei do Congresso. É muito curiosa a evolução dos espíritos. Quando se discutia o plano de construções navais, a que acabamos de nos referir, havia um grupo de oficiais estudiosos que considerava exagerada aquela tonelagem, e pugnava pela conveniência de pequenas máquinas de guerra [...]. Hoje pensam eles de modo diferente: aquele

2 Discurso de 14 de agosto de 1906.

deslocamento não satisfaz e deve ser elevado. Deus os inspire para que não sofra modificações o plano que, tão patrioticamente, começou a ter execução.”

Esta previsão foi infelizmente confirmada pelo maior drama interno da história da Marinha, a revolta de João Cândido, em 1910. Em outro estudo (a biografia de meu pai) esclareci as razões que ligam o trágico levante de 1910 às deficiências de planejamento que se verificaram na modificação, feita pelo Almirante Alexandrino, do plano anterior do Almirante Noronha.³

Em vez dos três couraçados médios, previstos em 1904, o governo Pena resolveu superar o plano, encomendando três *dreadnoughts*, o *Minas Gerais*, o *São Paulo* e o *Rio de Janeiro*. Os dois primeiros foram incorporados à frota em 1910; mas o terceiro, ainda maior que eles, não chegou a ser entregue. De qualquer forma, aquelas unidades correspondiam ao que havia de mais moderno na própria Marinha inglesa, onde o tipo *dreadnought* encontrava-se ainda em estágio experimental.

A era dos couraçados do tipo *dreadnought* (este nome foi dado ao primeiro deles, passando depois a designar o tipo), começou em 1905. Elementos de grande peso no almirantado inglês, utilizando a experiência da guerra russo-japonesa, adotaram o desenho geral em outubro de 1905 e o navio protótipo só ficou terminado em dezembro de 1906, para começar a ser testado no Atlântico. Era este navio, instrumento de operação delicada e difícil para uma Marinha como a inglesa, que a Marinha brasileira resolveu logo adaptar às nossas condições de país atrasado e sem aparelhamento.

Do meu livro, acima citado, destaco este período:

“Muitas críticas se levantaram contra a alteração dos planos primitivos, e algumas se referiam exatamente aos dois grandes vasos de guerra, considerados excessivamente possantes em relação às nossas necessidades, ao resto da Esquadra e às instalações fixas de terra.”

3 V. *Um estadista da República*, vol. II, cap. XV.

Não se trata de repetir, aqui, a exposição da evidente desproporção entre os dois navios adquiridos e as nossas possibilidades técnicas, tanto pessoais quanto materiais. Basta recordar que foi esse desajuste que trouxe a revolta de 1910, com as suas terríveis conseqüências. Embora Rodrigues Alves tenha sido chamado ao Catete, por Hermes, no dia daquele levante, o incidente não se relaciona com a sua biografia. Devem, apenas, ficar acentuados a prudência e o equilíbrio dos seus objetivos, submergidos, com mau desfecho, pelo governo seguinte.

Parecia, até, que os três Estados do Convênio de Taubaté, reuniam-se – para uma improvisação naval, semelhante à que os unira nas aventuras da valorização e do câmbio fixo.

É que o problema naval passara, como tudo mais, a ser político. Contando com grande maioria no Congresso, a oposição do Bloco podia fazer o que quisesse. Esta politização do problema naval é que explica a atitude de Rui Barbosa, líder oratório do Bloco, ao combater encarniçadamente, em 1906, outros aspectos do programa naval de Rodrigues Alves, como, por exemplo, a construção de um novo Arsenal de Marinha, com localização projetada em Jacuecanga, na enseada de Angra dos Reis.

Os estudos de viabilidade da construção naquela enseada já existiam. O presidente estimulou-os, convocando um técnico de renome internacional,⁴ para que opinasse sobre a localização do Arsenal no ponto que mais conviesse aos interesses do país. A posição do governo, concorde com a do técnico inglês, foi em favor de Jacuecanga. A matéria foi considerada na lei de orçamento de 1906, votada em 1905. Por ela ficava o governo com recursos para iniciar “a construção de um novo Arsenal de Marinha em local que fosse escolhido pelo respectivo ministro”.

A Comissão de Finanças deu parecer favorável, com voto vencido de Rui, “quanto à organização da Esquadra” (que considerava, como vimos, mal estudada) e contra a localização do Arsenal, que achava dever permanecer na baía de Guanabara.

4 Hurtzig, a serviço do almirantado inglês, construíra as docas do porto de Cingapura, as docas de Avonmouth e as barragens do rio Nilo.

Na sessão de 27 de dezembro, Rui proferiu um dos seus bons discursos, defendendo as posições assumidas. Sua oração é eminentemente política, cheia de inabordável hostilidade ao governo e, pessoalmente, a Rodrigues Alves. A este e a Bulhões faz uma referência irônica, que não era exceção na sua eloquência:

“Cada orçamento é, pelo menos, um prato de farta miscelânea, desses em que a dona da casa acumula todos os acepipes de uma despensa fornecida *à la diable*. A dona da casa perdeu o juízo há muito tempo, ao que parece, e a cozinha prepara provavelmente ao freguês uma indigestão financeira, da qual não sei se se salvará.”

Pode-se afirmar, sem desrespeito, e continuando a imagem, que ele, Rui, ao dizer estas coisas, não passava do trivial.

Mas a parte referente à defesa da construção do Arsenal na Guanabara é muito bem elaborada. Como sempre, Rui Barbosa mostra amplas leituras sobre a matéria em debate. Cita livros técnicos recentes, de autoridades que interpretam as mais novas experiências vindas da guerra russo-japonesa, e provoca manifestações de apoio dos partidários do Bloco, como Pinheiro, Azeredo e Glicério, este último esquecido de que assinara o parecer favorável da Comissão de Finanças. É que a matéria se revestia de claras conotações políticas. Afonso Pena já estava de antemão eleito. Rodrigues Alves politicamente derrotado, e os líderes da nova situação queriam marcar sua atitude. Mas foi em 1906, depois da eleição de Afonso Pena, que Rui manifestou melhor sua posição contrária aos planos do governo sobre a Marinha.

No dia 14 de agosto, Rui apresentou projeto revogando a autorização concedida na lei de orçamento de 1906, justificando-o com um discurso. A contribuição mais importante foi porém a que se verificou no longo e maciço discurso proferido no dia 21 daquele mês, em seguida a outra intervenção, esta do Senador Alexandrino de Alencar, o principal opositor, no seio da Marinha, do plano do Almirante Noronha, a quem iria suceder na pasta.

Depois de largo intróito, de caráter pessoal, em que evoca vários episódios da sua vida e defende-se de acusações do jornal *O País*, segundo as quais estaria criando dificuldades à defesa nacional, Rui

anuncia da tribuna o seu rompimento “definitivo” com Rodrigues Alves, nestes termos:

“Desde o começo da presidência atual que a direção normal da minha carreira política sofreu modificação, esforçando-me eu por demonstrar aos meus competidores o sentimento que me animava, o desejo que atuava em mim de colaborar com um governo honesto e republicano, para o bem do interesse comum do nosso país [...]. E qual foi, senhores, o motivo da determinante da nossa separação última e definitiva? [...] Cogitamos em arrebatar aos abusos do poder a escolha do primeiro magistrado da nação.”

Sabe-se que a separação não foi definitiva. Quando se cogitou da sucessão de Nilo Peçanha, e antes de se lançar ele próprio à campanha civilista, Rui pensou em Rodrigues Alves para candidato. E mais tarde, na sucessão de Hermes, ocorreu-lhe o mesmo pensamento.

Seguem-se dezenas de páginas encorpadas de argumentação lógica e técnica, contra a construção do Arsenal de Jacuecanga, esmaltadas de copiosas citações de autoridades científicas e militares, nacionais e estrangeiras. Ao termo de sua profusa oração, Rui Barbosa lança mão de um expediente oratório destinado a despertar a emotividade dos senadores: recorda a tragédia do couraçado *Aquidabã* que, no começo daquele ano, explodira precisamente em Jacuecanga, levando à morte numerosos oficiais e praças da Marinha, inclusive o filho do ministro da pasta e o comandante do navio.

O trágico acontecimento verificou-se na noite de 21 de janeiro. Três navios de guerra, o *Aquidabã*, o *Tiradentes* e o *Barroso* estavam fundeados em Jacuecanga, como partes do programa de estudos para a construção do Arsenal. O maior era o *Aquidabã*, construído ainda no Império, barco cheio de glórias, com importante atuação na história da República. Domingo à noite, cerca de 10 horas, subitamente, o navio explodiu, repleto de civis e militares. Houve centenas de mortos e feridos. O *Barroso* retornou logo ao Rio, transformado em navio-hospital. O estupor e o luto se espalharam por todo o país.

Rui, depois de afirmar que as festas daquela noite sinistra visavam fazer triunfar a tese do Ministro Noronha, evocou o drama como se fosse uma lição: “Era um desses lances da Providência em

que o orgulho humano cai aniquilado, de joelhos” e conclui, com esta tirada de efeito:

“Eu não perdi em Jacuecanga nenhum filho, nenhum parente, nenhum amigo, mas a minha ferida, pela morte desastrosa de tantos brasileiros úteis, ainda sangra. As águas de Jacuecanga ainda não emudeceram; não se acalmaram os rumores da noite funesta. É um cemitério naval que querem transformar em Arsenal.”

A catástrofe, repetimos, abalou o país.⁵ Rui não deixou de insinuar a insensibilidade do governo em certo tópico:

“Quase ninguém mais pensa, senhores, hoje, entre o mundo oficial, na sinistra noite da submersão do *Aquidabã*.”

A verdade é que Rodrigues Alves ficou profundamente chocado e solidário com a Marinha. Eis a nota que tomou, em Petrópolis, no dia 22 de janeiro:

“Às dez horas comecei a receber notícias do desastre do *Aquidabã*, no [sic] Jacuecanga. Dizia-se que tinha havido uma explosão, perecendo toda a guarnição e pessoas que tinham ido dormir a bordo, calculando-se em 300 vítimas. Às 2,20 desci em trem especial, com o Dr. Seabra, que tinha vindo para despacho. Cheguei às 4,20 na estação central e fui direto ao Arsenal dar pêsames à Marinha. O ministro tinha chegado às oito no *Barroso* e foi logo para casa, desolado com a morte de um filho que estava no *Aquidabã*. Disseram-me que as vítimas eram 195, estando salvas 105, muitos porém feridos e alguns graves. Morte dos Almirantes Rocha, Calheiros da Graça e Brasil.⁶ Grande desgraça.”

5 Sendo eu criança, cerca de cinco anos após o desastre do *Aquidabã*, lembro-me das conversas, em casa, sobre o naufrágio. Alguém dizia que, em Juiz de Fora, havia um quadro figurando a explosão do navio.

6 Os Almirantes Francisco Calheiros da Graça, Rodrigo José da Rocha e Cândido Brasil eram veteranos da Guerra do Paraguai. O Almirante Brasil estivera em Humaitá. O filho do ministro era o guarda-marinha Mário de Noronha.

No dia 29:

“Ouvi com minhas filhas, Capitão Lírio e Dr. Braga uma missa que mandei rezar na Igreja do Coração de Jesus pelos mortos do *Aquidabã*.”

A preocupação do presidente com o desastre continuou, ao contrário do que insinuou seu velho companheiro Rui Barbosa. A 21 de fevereiro anotava, sempre em Petrópolis:

“Desci para assistir às exéquias pelas vítimas do *Aquidabã*. A cerimônia teve lugar às 11 horas, na Candelária, e assistindo o Vice-Presidente Pena, os ministros, o corpo diplomático, oficiais da canhoneira portuguesa *Pátria* e do cruzador italiano *Lugoli*, que vieram de propósito para esse fim, e muitos outros convidados. O templo ricamente ornado e a cerimônia grandiosa e imponente. Os jornais tecem-lhe elogios, tendo havido censuras (o *Correio da Manhã*, e *Tribuna*) por não estarem francas as portas para o povo e ter havido o rigor do protocolo para convidado e *toilette*. A impressão que deixou a cerimônia foi a melhor possível.”

De fato, o cerimonial da presidência limitara o interior do templo às pessoas convidadas, o que era razoável, dado o caráter oficial da cerimônia.

No dia 25, deixou expressa sua irritação com o ministro brasileiro em Paris, que demonstrara insensibilidade em face do acontecimento:

“Ontem tive carta do Oscar, de Paris, na qual se refere à conduta do nosso Ministro Piza com relação às exéquias mandadas rezar lá pelas vítimas do *Aquidabã*. O Dr. Piza estava em Roma, para fugir do frio.⁷ O cônsul telegrafou-lhe fazendo sentir, diz o Oscar, a necessidade de que fossem feitas em Paris solenes exéquias e pedindo-lhe que, como ministro, tomasse a iniciativa da coisa. Eis a resposta que deu: ‘Legação sente, como todo brasileiro, desastre *Aquidabã*. Sirva fato dura lição. Julgo inútil e desnecessária qualquer

7 Gabriel de Toledo Piza e Almeida, ministro em Paris desde 1890.

manifestação pública em Paris.' Incrível. Há dias os jornais têm dado notícias do não comparecimento do Dr. Piza às exéquias em Paris e o Sr. Rio Branco tem já conhecimento daquela resposta do ministro."

Ainda em observação queixosa, no mesmo dia:

"O *Correio da Manhã* mandou celebrar a 'missa dos pobres' para as vítimas do *Aquidabã*, para contrastar com a dos ricos, celebrada a 21 (grande asneira)".

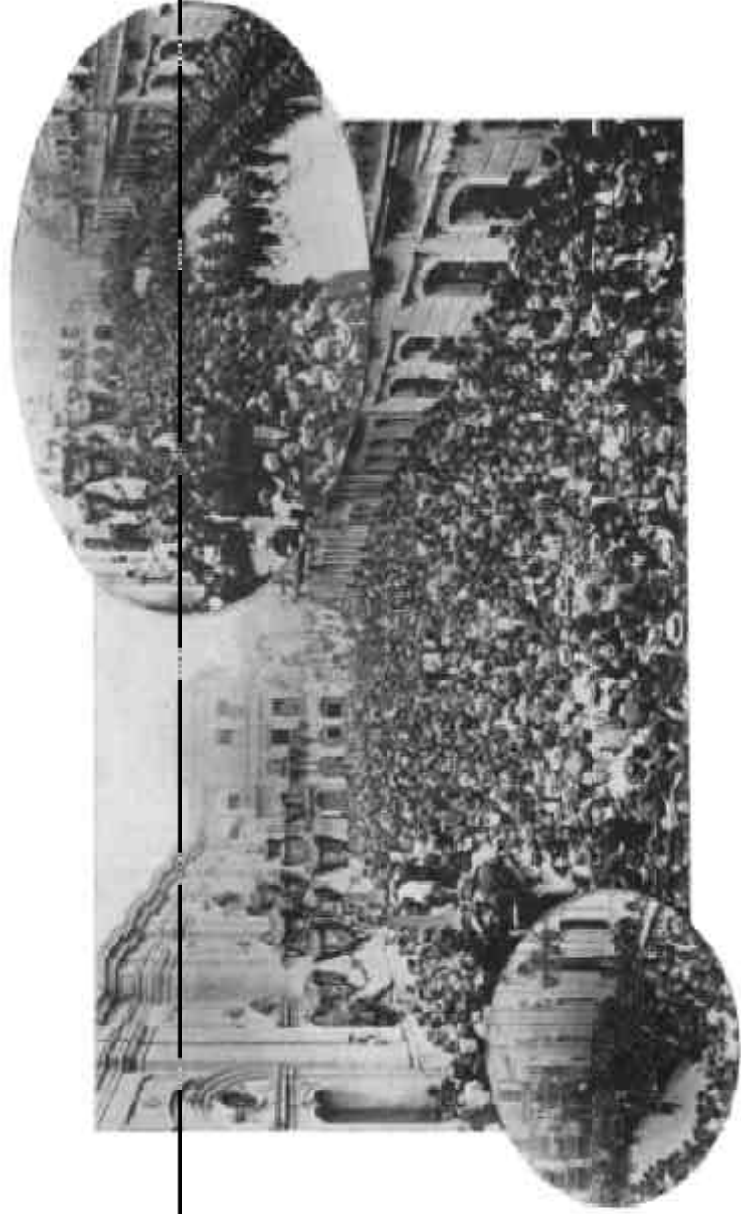
Na mensagem anual de 3 de maio, o presidente faz questão de homenagear a Marinha pelo trágico evento. As primeiras frases do documento são estas:

"Congratulo-me convosco pela instalação dos trabalhos da presente legislatura, é meu primeiro dever referir-me ao doloroso acontecimento, que enlutou a Marinha nacional e o país inteiro, ocorrido em Jacuecanga, em 21 de janeiro do corrente ano. Em todos os Estados da República, assim como no exterior, a grande desgraça ecoou profundamente, despertando um sentimento geral de simpatia e as mais afetuosas manifestações de solidariedade."

O 11 de junho de 1906 foi a última data naval importante para o governo que findava. E o presidente não deixa de comemorá-la:

"Assisti à revista naval a bordo do *Silva Jardim*: duas divisões desfilaram em frente ao iate, salvando, e saíram à barra para voltar à tarde. Saíram muito bem os navios. Bela festa."

No dia 23 de julho o governo firmou os contratos (que não tiveram execução) para a construção dos três couraçados, de acordo com a lei já aprovada.



O povo carioca acompanhou traumatizado a catástrofe do Aquidabã. Foto das esquiadas na Candelária (exterior). Renascença. Coleção Plínio Doyle

.....

Livro VI

Capítulo Primeiro

SEABRA E A POLÍTICA INTERNA

Ao indicar José Joaquim Seabra para a pasta política do seu governo, o Presidente Rodrigues Alves acertara, como nas demais escolhas, em relação ao homem. Político antigo, embora não fosse velho (tinha quarenta e sete anos ao assumir o ministério, mas aos trinta e quatro fora eleito deputado geral na última Câmara do Império), o ministro da Justiça era das figuras mais conhecidas da política nacional. Seabra não tinha ligações com a tradição do florianismo, encarnada nos principais opositores do governo federal, como Pinheiro Machado, Lauro Sodré ou Barbosa Lima. Rodrigues Alves deve ter pensado, de início, nessa vantagem de ter como articulador político um republicano autêntico, com largos serviços ao regime, inteligente e combativo, mas que fora exilado por Floriano como participante da Revolução Federalista, e que apoiara firmemente os dois anteriores presidentes paulistas, Prudente e Campos Sales, sendo que este último fora quem lembrara seu nome para a pasta.

Republicano, antiflorianista, amigo da linha presidencial de São Paulo, eram títulos que o presidente eleito em 1902 não deixaria de considerar.

Mas se Rodrigues Alves acertara no homem, não se pode dizer o mesmo em relação ao político, pelo seu envolvimento constante na mais personalista, mutável e extremada de todas as políticas estaduais daquele tempo, que era a política baiana.

Rodrigues Alves não quis fazer um paulista ministro da Fazenda, ante a dominante preocupação econômica de São Paulo. Mas fez Seabra ministro da Justiça, sem atentar na dominante preocupação política da Bahia. Pode-se afirmar que a cisão baiana, no princípio da República, foi ainda mais grave do que a cisão gaúcha. No Rio Grande, a divisão resolveu-se no confronto armado, cujo desfecho decidiu por muitos anos a fisionomia política do Estado: domínio esmagador dos *chimangos* e atividade inexpressiva dos *maragatos*, que só mais tarde (no governo Bernardes) conseguiram uma meia vitória federal. Na Bahia, o caso era diferente. A luta não se travava nas cargas pampeiras, porém nos discursos, nas chicanas jurídicas, nas campanhas de imprensa, no aliciamento partidário.

Seabra, como todos os chefes políticos da Primeira República, tinha em vista, em primeiro lugar, o domínio do seu próprio Estado. Para os grandes Estados, a liderança estadual era o caminho único que levava à liderança federal, sendo que, em São Paulo e Minas, poderia levar à presidência nacional.

A luta mais forte travava-se sempre no âmbito provinciano, porque, nos Estados pequenos, a liderança nacional era excluída, mas o domínio local conferia mandatos legislativos e todas as benesses do poder estadual.¹

A política baiana, como dissemos, era a mais complicada do país. Quando Rodrigues Alves se empossou na presidência, governava o Estado Severino Vieira, cujo quadriênio transcorreu entre maio de 1900 e maio de 1904.

1 Epitácio Pessoa foi o primeiro caso de liderança em Estado pequeno que abriu caminho para a liderança nacional. Mas o exemplo, precisamente, marca a desagregação do sistema da Primeira República.

Severino, eleito por seu antecessor Luís Viana, rompeu com este em breve tempo, a fim de ter as mãos livres na política do Estado. Na verdade, a eleição de Severino não foi de iniciativa espontânea de Luís Viana; antes obedeceu ao desejo de agradar a Campos Sales, de quem aquele era ministro, sendo que o presidente, segundo depoimento autorizado, “influiu na solução do caso”.² A má vontade de Viana contra Severino, que foi levado a eleger, era conhecida nos círculos políticos baianos, os quais, mesmo antes da posse de Severino, já falavam abertamente no inevitável desentendimento entre os dois chefes.

O rompimento público, e mesmo colorido de certo escândalo, deu-se na primeira fase do governo, quando do regresso de Luís Viana de uma viagem à Europa. Desafetos pessoais e adversários políticos do ex-governador fizeram contra ele uma estúpida manifestação de desagrado nas ruas de Salvador, à qual não faltaram cenas deprimentes e agressões. A polícia de Severino assistiu a tudo impassível, e o governador não foi receber nem visitar o seu antecessor. Era a ruptura em termos baianos, isto é, violenta e tenaz nos objetivos, e cheia de expedientes nos processos.

Seabra inclinou-se para os vianistas, e, como ministro da Justiça, fez reconhecer, em 1903, três deputados federais que Severino excluía da chapa federal, mas que se haviam apresentado como candidatos avulsos.³ O próprio Seabra assim descreve, em carta ao governador José Marcelino (sucessor de Severino) como este último passou a tratá-lo, depois do reconhecimento dos vianistas:

“Começou o ex-governador da Bahia a mover-me a mais cruel e pérfida das guerras, por todos os meios, no Estado e fora dele. Procurou diminuir e abater o prestígio do representante da Bahia nos conselhos do governo federal.”

Esta luta aberta entre as duas mais fortes correntes baianas não podia deixar de colocar, sempre, em questão, a conduta do ministro

2 Antônio Moniz, *A Bahia e os seus governadores na República*.

3 Entre eles estava Félix Gaspar, que veio substituir Seabra na pasta da Justiça, ao termo do governo.

da pasta política no seu Estado, com a consequência inevitável de fortalecer os grupos da oposição federal.

Em julho de 1905, quando se revelavam a inviabilidade da candidatura Bernardino de Campos e o sucesso da candidatura Pena, Bernardino enviou a Rodrigues Alves uma carta que recebera de Severino Vieira, então na Europa. Nela, o chefe baiano mostrava suas preferências pela candidatura Campos Sales (de quem fora ministro, lembremos), ardidamente lançada por Pinheiro Machado, mas já então natimorta.⁴ Depois de aludir à campanha de difamação que se montara contra Bernardino, Severino ajuntava que a candidatura dele fora levantada apenas para liquidar a de Campos Sales, “para o que julgariam suficiente o pronunciamento do presidente da República contra este e a seu favor”. Mas não era só isto. Severino também informava que havia sido tentada “a mediação de pessoa de alta influência entre o presidente da República e o Senador Pinheiro Machado, no sentido de ser afastada [sic] a sua [de Bernardino] e a candidatura de Campos Sales”.

Assim, na opinião de Severino, Rodrigues Alves seria capaz de prestar-se a tão sujas manobras.

Mais adiante Severino desvendava as razões do seu ressentimento, que retroagiam ao reconhecimento dos deputados, por ele condenados em 1903:

“Submeto-me, com resignação e coragem, à situação em que me deixaram, no dia 2 de maio de 1903, os meus aliados da política federal, dizem (e eu tenho indícios e depoimentos para o crer como verdade) que com a colaboração ativa, consciente e inteligente do nosso eminente amigo, o Dr. Presidente da República. Os próprios falsificadores dos votos não faziam reserva da alta proteção que os amparava.”

Para terminar, mais este trecho, no qual Severino insinuava que Rodrigues Alves tomara, em 1902, a presidência que deveria ser de

4 V. Adiante o capítulo “A sucessão presidencial”.

Bernardino. Diz que a solidariedade deste a Prudente afastou-o das cogitações de Campos Sales:

“Solidariedade tanto mais meritória e abnegada quanto lhe valeu injusta e imerecida incompatibilidade para ser o sucessor do Dr. Campos Sales. Essa incompatibilidade, eu posso dar testemunho, foi talhada e verificada por quem,⁵ diante desse obstáculo, teve de soprar, aliás com êxito, o primeiro balão de ensaio da candidatura do atual presidente da República” .

A carta prossegue muito apaixonada contra Seabra, manifestando o propósito de inutilizá-lo politicamente. Era evidente que a cisão baiana, fator importante da cisão nacional, tornava-se fato consumado.

Os comentaristas políticos da época já observavam o que hoje se apresenta claramente. Em *Os Anais*, de Domingos Olímpio, por exemplo, o reconhecimento da bancada baiana por Seabra e contra Severino é previsto como o início da desagregação da maioria governista.

Deve-se assim reconhecer que a ação de Seabra no governo foi extraordinariamente fecunda e leal nos assuntos não políticos da sua pasta, especialmente na saúde pública, mas contribuiu para o isolamento do presidente e a derrota política final do seu governo.

5 O próprio Severino, governador da Bahia e ex-ministro de Campos Sales.



Com sua energia e tino político, Seabra foi um grande sustentáculo do governo. O Tagarela. Coleção Plínio Doyle

.....

Capítulo Segundo

A REFORMA ELEITORAL

É

lugar-comum nos nossos livros de Direito Constitucional ou de história política o reconhecimento de que o calcanhar-de-aquiles da democracia brasileira, no Império e na República, foi sempre o sistema eleitoral.

Seria um nunca acabar se invocássemos provas e testemunhos a esse respeito, pois eles são o pano de fundo de todas as reivindicações progressistas, desde a constituinte de 1823 até os dias de hoje.

Político experiente das mazelas eleitorais a que assistira e de que participara (como todos os políticos do seu tempo), desde a mocidade, quer no governo, quer na oposição, Rodrigues Alves tentou um honesto esforço, logo na primeira fase do seu mandato, para contribuir em benefício da autoridade dos pleitos federais. Esse esforço foi a lei Rosa e Silva, de 1904.

Os objetivos da lei eram modestos; tratava-se de uma reforma parcial que assegurasse representação às minorias, ou seja, o direito de oposição.

Todo o sistema eleitoral brasileiro era viciado, de baixo a cima. O voto não era secreto, o que o tornava coacto em todo o interior. A apuração local era fraudada, o que tirava qualquer autenticidade aos pleitos. As divergências eram esmagadas pelo sistema majoritário. E, finalmente, o reconhecimento de poderes era um segundo pleito, onde voltavam a campear a força e a fraude, separadas ou de mãos dadas.

Rodrigues Alves tocou em um só ponto, atenuando a força majoritária, que fazia representações unânimes. E isto mesmo somente nos pleitos federais, pois a Constituição de 1891 deixara aos Estados a prerrogativa dos sistemas locais. De qualquer maneira, foi um inegável passo à frente no direito eleitoral brasileiro.

A Constituição imperial nada dispunha sobre a representação das minorias, e o mesmo aconteceu com as numerosas leis da Monarquia sobre processo eleitoral. Com efeito, a garantia legal às minorias era ponto assentado na doutrina, mas não exercido na prática. Um escritor do Império, Veiga Filho,¹ mostra como, no antigo regime, esse assunto era “muito estudado pelos nossos estadistas”, embora nunca resolvido legalmente. A lei dos círculos, de 1855, que pretendeu ser um progresso, não o resolveu. E a grande reforma da eleição direta de 1881 (lei Saraiva) tampouco assegurou postos às correntes minoritárias, pois adotou o sistema majoritário, com círculos uninominais e dois turnos.

Na República, a representação minoritária aparece no artigo 28 da Constituição de 1891. O dispositivo provinha de emenda do Deputado Almino Afonso, a qual, com melhor técnica, referia-se, no plural, à “representação das minorias”. Foi a redação final do texto que trouxe a palavra para o singular, gerando dificuldades na interpretação do inciso.

As dúvidas geradas pela discussão no sentido de serem garantidas uma ou mais minorias ia adiando a regulamentação legal do texto constitucional, e anulando a norma nela contida.

Em 1904, Rosa e Silva, sob os auspícios do governo federal, apresentou ao Senado o seu projeto de reforma eleitoral, depois transformado na lei que lhe tomou nome. Essa lei garantiu, tanto quanto era possível dentro dos costumes da época, a representação minoritária nas eleições para a Câmara dos Deputados, mediante o estabelecimento do

1 Veiga Filho, *O Voto e a Eleição*.

voto cumulativo. O sistema, já conhecido em outros países, era simples. O eleitor dispunha do número de votos correspondente ao número de deputados do seu distrito. Enquanto o eleitor governista era levado a distribuir um voto para cada candidato, o eleitor oposicionista podia acumular os seus no nome apresentado pelas minorias. Assim havia uma razoável oportunidade de se elegerem deputados da oposição, em Estados onde ela estivesse organizada.

A primeira eleição para o Congresso sob a nova lei foi a 30 de janeiro de 1906. No dia seguinte o presidente anotou:

“Ontem deu-se a eleição de deputados e senadores pela nova lei do voto acumulado [lei Rosa e Silva]. Correu muito bem o pleito. Na cidade os jornais tecem elogios à polícia. Telegrafei daqui ao Dr. Seabra felicitando-o e ao chefe² e seus auxiliares.”

Em Minas, no Rio Grande e em outros Estados, houve deputados eleitos pelos grupos oposicionistas, a partir da lei Rosa e Silva, que tiveram atuação destacada. Basta lembrar os nomes de Pedro Moacir, no Rio Grande, e Barbosa Lima, no Distrito Federal, este último lançado candidato em 1906 pelo *Correio da Manhã*.

Exemplo ilustrativo dessa liberdade de oposição, facilitada pela lei Rosa e Silva, é o seguinte trecho de discurso do Deputado gaúcho Venceslau Escobar, eleito pelos federalistas do Rio Grande, nessa ocasião:

“Não há novidade, pois, em declarar-vos que sou um deputado francamente oposicionista, que não tenho dependências, que não tenho ligações com conchavos políticos de qualquer natureza; que tenho a mais plena e inteira liberdade de ação, delimitada unicamente pelo programa do meu partido.”

Perguntado a quem fazia oposição, respondeu: “Ao governo. Daqui e de lá também.”

Como se vê, a reforma eleitoral permitia a formação de partidos e a consciência partidária, bases da democracia representativa. Pena é que ela estivesse além do seu tempo e que os costumes das oligarquias

2 Chefe de Polícia, Cardoso de Castro.

fraudulentas não permitissem uma evolução normal das instituições. No Norte, sobretudo, a lei pouco valeu para as oligarquias enraizadas, como a dos Maltas, em Alagoas, a dos Aciólis, no Ceará ou a dos Lemos, no Pará. Alguns governadores apresentaram chapa completa, ou escolheram os candidatos da oposição. Preso à política dos governadores, Rodrigues Alves nada podia fazer. Aliás, aquela política mesma era o resultado das condições dos Estados mais atrasados.

Na mensagem de 1905, Rodrigues Alves manifestou seu contentamento com a reforma que impulsionara:

“Satisfazendo a uma aspiração geral, há longo tempo manifestada, decretastes na última sessão legislativa a reforma eleitoral [...]. As cautelas estabelecidas para assegurar a verdade do alistamento eleitoral e do processo das eleições, assim como a representação das minorias hão de ser, estou certo, da maior eficácia e tenho fundada esperança de que, fielmente executada, a lei garantirá com vantagem a livre manifestação da vontade popular.”

Depois da reforma eleitoral do governo Rodrigues Alves, não houve alteração alguma de monta no viciado sistema das eleições no Brasil, a não ser, pouco antes da Revolução de 1930, a instituição do voto secreto, em Minas Gerais, pelo Presidente Antônio Carlos. Mas não alcançava as eleições federais.³

O sistema proporcional, preconizado por Assis Brasil desde 1893, só foi aplicado nas eleições da Constituinte de 1933, quarenta anos mais tarde.

Pode-se considerar, portanto, a lei Rosa e Silva como marco isolado no progresso do sistema representativo, durante a Primeira República, pelo menos quanto ao direito positivo. Sua aplicação ficava dependendo de condições incontrolláveis pelo governo federal.

3 O voto secreto também vinha sendo defendido no Brasil, havia bastante tempo. O Senador Moniz Freire dedicou-lhe, em 1910, interessante trabalho: *O voto secreto e a revisão constitucional*.

.....

Capítulo Terceiro

*Intervenção em Goiás – Intervenção em Mato Grosso
– Drama em Sergipe – A demissão de Seabra.*

INTERVENÇÃO EM GOIÁS

Em meados de 1905, veio a furo o caso político de Goiás, que se agravava desde algum tempo. Governava aquele Estado o Presidente José Xavier de Almeida, pertencente à corrente política de Leopoldo de Bulhões e por este levado à chefia local. Ao assumir o governo, Xavier de Almeida referiu-se à velha solidariedade política que o irmanava ao seu chefe, imposta “não como um dever [...] mas por uma necessidade afetiva”.

Como acontecia freqüentemente, esses protestos foram logo esquecidos, e a criatura passou a combater o seu criador.

Xavier de Almeida fez fundar um jornal em Goiás que combatia Bulhões, e depois ligou-se abertamente à oposição local, chefiada por Gonzaga Jaime,¹ que se tornou partido situacionista, passando o de Bulhões à oposição.

1 Gonzaga Jaime, então senador federal, morreu assassinado no Rio de Janeiro, vítima de crime passional.

Seguiram as manobras de praxe, em emergências semelhantes. Quando se tratou da sucessão estadual, nenhuma facção quis reconhecer a vitória da outra, e estabeleceu-se a duplicata dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Assumiu a presidência do Estado o primeiro vice-presidente, Frederico Ferreira Lemos, que se dirigiu a Rodrigues Alves, pedindo-lhe que sustentasse a sua autoridade. Lemos era correligionário de Bulhões. Outros da mesma corrente dirigiram-se conjuntamente ao presidente, solicitando a intervenção federal em Goiás. Tinha-se por certo que Rodrigues Alves ia atender diretamente aos amigos do seu amigo e ministro, havendo até a imprensa do Rio anunciado tal decisão. Robustecia a hipótese, a notória superioridade política de Bulhões sobre os adversários em Goiás.

Entre as preferências afetivas e os deveres da função, Rodrigues Alves não vacilou. Sentindo que sua intervenção pessoal poderia ser mal interpretada, preferiu enviar o assunto ao Congresso, o que fez por mensagem de 18 de julho. Remetida esta à Comissão de Justiça da Câmara, teve parecer do Deputado mineiro Estevão Lobo, contrário à intervenção. O parecer é uma longa dissertação teórica, quase sem referência aos fatos em causa. Dele pediu vista o Deputado Hosannah de Oliveira, que concluiu pela necessidade da intervenção. Outros membros da Comissão entenderam de se manifestar, com pontos de vista diferentes, sem resolver a situação focalizada pela mensagem.

Rodrigues Alves violentara seus sentimentos de amizade para manter-se imparcial. Bulhões ressentiu-se e pediu demissão.

Eis a nota do presidente a respeito:

“1905, 22 de julho. Conferência do ministro da Fazenda. Referindo-se à sua situação, o Dr. Bulhões mostrou desejo de retirar-se do ministério. Queria auxiliar-me, não criar embaraços. Insistiu nessa idéia. Ponderei a inconveniência da sua retirada e, mesmo, que não havia motivo para ela. Não resolvi o caso de Goiás. Julguei-me incompetente para fazê-lo e, por isso, afetei a sua competência ao Congresso. Se não fosse a atenção que tinha por ele, o caso teria dificuldades maiores, e foi mesmo para deixá-lo ficar bem que me absteve de intervir, mandando os papéis ao Congresso. Retirou-se tranqüilo.”

O tempo foi passando e a Câmara nada resolvia. Só em julho de 1906 voltou a se ocupar com o assunto. Já então a dualidade desaparecera e foi resolvido o arquivamento da mensagem.

INTERVENÇÃO EM MATO GROSSO

O caso da fracassada mensagem de Rodrigues Alves, pedindo a intervenção federal no Estado de Mato Grosso, no ano de 1906, já foi por nós estudado a propósito da biografia de Afrânio de Melo Franco.² Agora propomo-nos a apreciá-lo aqui, mais brevemente, de outro ponto de vista, ou seja, da posição do presidente da República.

Rodrigues Alves conhecia perfeitamente a situação política em Mato Grosso, desde que, como senador por São Paulo e líder do governo, fora levado a sustentar a difícil posição de Campos Sales, que abriu exceção à “política dos governadores” para dar mão forte ao seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho.³

As oligarquias políticas em Mato Grosso, desde o princípio da República, evoluíram entre alianças e dissídios, apoios e represálias, disputando-se o poder político e o predomínio econômico no longínquo Estado. Não raro, as campanhas políticas transformavam-se em lutas sangrentas, com episódios marcantes de barbarismo e crueldade.

Em uma permanente mutação de interesses e posições apareciam, no cenário federal, chefes de primeira linha, como Generoso Ponce ou Joaquim e Manuel Murinho, ou seus hábeis dependentes, como Antônio Azeredo ou José Maria Metelo.

Campos Sales aceitara, como fato consumado, a derrota de Ponce e a ascensão dos Murinhos, que lhe eram próximos. Então, o Coronel Antônio Pais de Barros, o Totó Pais, que a princípio ficara incondicionalmente ao lado de Ponce, bandeara-se para os Murinhos, diante do apoio dado a estes pelo governo federal.

Foi, na luta, elemento precioso. Usineiro de açúcar com vasta influência na zona canavieira, levantou batalhões provisórios, compostos

2 V. *Um estadista da República*, vol. II.

3 V. *supra*, livro II, cap. III.

de trabalhadores rurais e de vaqueiros da zona criadora de Poconé. Cercou Cuiabá com 3.000 homens, entre os quais 600 cavaleiros, e foi elemento-chave na derrubada de Ponce.

Unidos, Pais de Barros e os Murtinhos elegeram o presidente Pedroso de Barros, depois sucedido no governo do Estado pelo próprio Totó Pais.

Já então Rodrigues Alves governava a República e Pais deu-lhe firme apoio no Estado, em 1903, quando da discussão do Tratado de Petrópolis (contra o qual, recordemos, manifestou-se Joaquim Murtinho) e, em 1905, quando surgiu a candidatura Bernardino de Campos.

Em Mato Grosso, os Murtinhos (principalmente o instável e incontestável Manuel, ministro do Supremo Tribunal, mas politiqueiro impenitente) começaram a se afastar do presidente do Estado, que não se conformava, como eles esperavam, a ser passivo cumpridor de ordens. Abandonado pelos correligionários, Totó Pais foi descaindo no personalismo e na caudilhagem, infelizmente gerais em Mato Grosso.

Em 1905, o sagaz Azeredo, diante do êxito da candidatura Afonso Pena, promoveu a reaproximação entre Ponce e Murtinho, movimento de onde surgiu a chamada Coligação Mato-grossense, satélite da Coligação nacional, vitoriosa em toda linha.

Derrotado no cenário federal com a candidatura Afonso Pena, estava Rodrigues Alves de antemão vencido em Mato Grosso. Era inevitável que a liga Ponce-Murtinho iria se apossar do Estado, eliminando, de qualquer maneira, a situação local. Infelizmente essa eliminação deu-se de forma violenta, por meio de uma revolução chefiada por Ponce, a qual culminou no assassinio de Totó Pais, em Coxipó, para onde fugira acossado pelos inimigos.

Generoso Ponce Filho, no livro que dedicou à memória do pai (livro fundado em copiosa documentação), procura descrevê-lo como o chefe que aliava generosidade à autoridade. É compreensível a preocupação do filho, em um livro que não visa ao levantamento do panorama histórico da época, mas somente à fixação da trajetória de uma vida.

Sem dúvida, Ponce, homem de ascendência ilustre (Pais Leme e Ponce de Leon), mas rude e inculto, tinha notáveis qualidades de liderança e de coração. Mas sua chefia corajosa e astuta não provinha somente de tais

atributos, senão também do fato de que ele era uma expressão genuína do meio social em que se criara. E esse meio, nas lonjuras mato-grossenses, cujo transporte se fazia por água, desde o rio Paraguai à boca do rio da Prata, era o das oligarquias rurais quase feudais, com o poder político entregue a caudilhos mais ou menos sanguinários, emanados diretamente do poder econômico. As usinas de açúcar da margem brasileira do Paraguai, tanto a de Totó Pais quanto as de seus adversários – tornados inimigos – eram propriedades fortificadas, com trabalhadores em regime de servidão e agregados armados. Esses submissos trabalhadores eram recrutados pelos proprietários e constituíam as tropas provisórias, que funcionavam nas crises políticas, comandadas por guerrilheiros experientes.

As fazendas de criar (algumas com centenas de léguas) eram outros redutos de gente disponível, os “camaradas”, a serviço dos grandes criadores.

Ponce não era grande usineiro nem grande criador, mas grande comerciante em Corumbá. Seus processos de luta não diferiam, nem podiam diferir, dos usados pelos contrários. Em 1901, os Murtinhos fizeram funcionar a máquina do governo federal contra ele. No Estado, os Murtinhos eram, então, aliados de Metelo e Totó Pais, sendo o presidente estadual, Alves de Barros, simples instrumento passivo. Azeredo ficou fiel a Ponce. Agora juntavam-se todos contra o Presidente Totó Pais: Ponce, os Murtinhos, Metelo e Azeredo, os comandantes e as figuras de proa. Ao contrário de Campos Sales, que em 1901 se manteve omissos, Rodrigues Alves quis intervir em 1906. Mas não tinha condições. Sua derrota em Mato Grosso era apenas um aspecto do seu declínio político nacional. Provavelmente ele sabia disso, pois os fatos de Mato Grosso foram contemporâneos e conexos com a imposição da candidatura Afonso Pena. Rodrigues Alves não podia deixar de perceber que, perdendo o jogo grande, não poderia ganhar a cartada pequena. Sua firmeza pessoal no caso de Mato Grosso era apenas questão de coerência própria e de lealdade para com os que o apoiavam ali.

Desde 1905, via com clareza o desenvolvimento fatal da situação. De 30 de setembro é a seguinte observação sua:

“O Deputado Aquino⁴ mostrou-me telegrama do presidente de Mato Grosso, dizendo que Pena escrevera a Barreto

4 João de Aquino Ribeiro, genro de Totó Pais.

(secretário do governo, casado com uma parenta sua), recomendando Manuel Murtinho e Metelo, que foram harmonizar as coisas políticas no Estado. O presidente, amigo de Barreto, está achando este frio e com tendências para o acordo. Tinha mesmo consultado se devia visitar o Murtinho e Metelo. Os jornais têm se ocupado com a viagem destes, aludindo ao plano de promover barulhos. Ministro do Supremo Tribunal, chefe político, cabalando [...]. E o presidente da República é que não deve intervir em política!”

Esta nota diz tudo. Na verdade, era incrível que um ministro do Supremo, em exercício, fizesse em Mato Grosso a mais baixa politicagem. Seu sentimento oligárquico era tão forte que, depois da vitória da revolução, em 1906, Manuel Murtinho chegou a brincar com Ponce, porque este, excedido, quis pôr cobro às suas exigências familiares.

A narrativa de Generoso Ponce Filho, sempre concorde com os depoimentos e opiniões dos adversários do governo federal, carece de objetividade. Sem pretender reconstituir todo o quadro, compete-nos somente apresentar fatos que, dentro dos costumes da época, explicam a posição do presidente.

Para começar, Ponce Filho escreve que “às vésperas do pleito estadual e municipal de 1^o e 2 de novembro de 1905, a um simples pedido do Presidente Antônio Pais, [Rodrigues Alves] retira do comando do 7^o Distrito Militar de Mato Grosso o General Abreu Lima”.

Vejamos, agora, como se deram as coisas e quem era aquele general, segundo nota de Rodrigues Alves, posterior à remoção.⁵

Depois de referir-se a uma entrevista inconveniente dada por Abreu Lima, que se retratou dela, ajunta:

“Este general é useiro em tais publicações e em tais retratações. Antes de ir para Mato Grosso já havia sido repreendido por uma carta aberta que publicou, dirigida ao presidente. Indo para Mato Grosso, consultou, de Corumbá, se os ministros do Supremo Tribunal tinham salvas. Estavam a chegar ali o Ministro Murtinho e o Senador Metelo. Respondeu-se que não. A fortaleza

5 De janeiro de 1906.

entretanto salvou à chegada daquele ministro, com 13 tiros. Pedindo-se informação, respondeu que a fortaleza ‘fazia exercícios e que as salvas foram uma coincidência’. Embarcou em seguida com Murtinho e Metelo para Cuiabá, com aparato militar. De lá pediu que fosse reforçada a guarnição da capital, com um batalhão de Corumbá, por ser insuficiente aquela, e que fosse autorizado a ficar na capital. Respondeu-se que não convinha o movimento de forças, e que ele mesmo devia voltar para Corumbá. Começaram então os jornais a noticiar a chegada constante de destacamentos vindos para a capital de outros pontos, a remessa de forças para diferentes pontos a pretexto de prender desertores, e outros atos de irregular intervenção na política do Estado. O General Hermes e o Dr. Epitácio,⁶ cada um por sua vez, mandou mostrar-me telegramas mandados por oficiais de lá dando informações a respeito e confirmando esses fatos. O presidente do Estado fez constantes reclamações. Tive de removê-lo do comando.”

Naquele mesmo mês de janeiro de 1906, Abreu Lima publicou uma entrevista na *Gazeta de Notícias*, do Rio, cheia de conceitos restritivos ao presidente da República e ao ministro da Guerra e de fortes ataques ao presidente de Mato Grosso.

Este era o general cuja remoção pareceu facciosa aos partidários de Ponce.

A viagem feita por Metelo e Manuel Murtinho ao Estado, em fins de 1905, destinava-se declaradamente a preparar a revolução. Esta era prestigiada pelo Bloco e tolerada por Afonso Pena, cuja candidatura viera do Bloco. Rodrigues Alves estava informado de tudo, como vimos, por telegramas de setembro do Presidente Pais, e, em outubro, pelo conteúdo de uma carta do Deputado Luís Adolfo, escrita do Rio, a um cunhado major do Exército, que servia em Mato Grosso. Nessa carta, anota Rodrigues Alves, Luís Adolfo “fala francamente que Manuel Murtinho foi ao Estado para convulsioná-lo e depor o governador,

6 Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa, então procurador-geral da República.

contando com o apoio da força federal e do General Abreu Lima. Diz ao cunhado que se acautele e que não entre no movimento”.

De resto, a revolução de Ponce contra Pais se preparava publicamente, com método, tal como havia acontecido com a de Pais contra Ponce, em 1901.

Em fevereiro de 1906, os poncistas de Mato Grosso, talvez para intimidar, falavam em atentado contra o presidente da República. Eram ameaças novas, que vinham juntar-se a outras, já mencionadas. E o governo federal, entregue a incompreensível abulia, permanecia indiferente. Inutilmente, o nosso consulado em Assunção do Paraguai denunciava a presença de conspiradores poncistas no vizinho país; de balde a alfândega de Corumbá avisava sobre as volumosas importações de armas que se faziam naquela cidade fronteiriça, sede dos negócios do Senador Ponce. Parece que o governo federal não tinha meios de ação, desde antes da eclosão do movimento.

No dia 9 de maio, o Presidente Pais telegrafou ao presidente da República, dizendo que o guerrilheiro José Teodoro invadira com sua gente a cidade de Poconé, saqueando-a e matando o delegado de polícia. Pedia socorro às forças federais.

No dia 16 de maio, levantados em Corumbá, dirigiram-se os rebeldes, em lanchas, rumo a Cáceres, onde assaltaram o quartel federal e apossaram-se, na madrugada do dia 24, das armas existentes. Seguiram depois, sempre por água, para Cuiabá.

A maioria da população estava com Ponce, e as forças federais (como Rodrigues Alves não deixa de anotar) lhe eram também em grande parte simpáticas. Ao lado delas combatiam guerrilheiros experientes, alguns vindos ainda do 14 de Novembro. Isto sem falar nas notáveis qualidades de comando do próprio Ponce.

No dia 17, depois de iniciada a revolução, o Senador Metelo (cuja personalidade moral era mais que discutida na época) procurou o presidente, que ignorava ainda a eclosão do movimento, falando dos “intuítos pacíficos” dos seus amigos. Rodrigues Alves disse-lhe claramente que não acreditava neles. Metelo fingiu-se espantado e alegou que a força estava com o governo. O presidente, mais uma vez, o contestou. Tudo estava bem orquestrado. Até o dia 17 os representantes federais da

oposição reclamavam contra violências praticadas pelo governo local. Rodrigues Alves se queixa desse “jogo político... dessa miséria”.

Diante da grave situação, enviara ele o General Salgado para substituir Abreu Lima, mas este logo experimentou a inferioridade das tropas regulares, com o sucesso dos rebeldes em Cáceres. O Coronel Dantas Barreto, em cuja ação se depositavam grandes esperanças,⁷ chegava também muito tarde para fazer qualquer coisa. A verdade é que a tropa federal seria impotente contra os 4.000 guerrilheiros de Ponce.

Encurralado em Cuiabá, o Presidente Totó Pais encontrava precário apoio na escassa tropa federal, comandada pelo Coronel Carneiro da Fontoura (depois famoso como chefe de polícia de Artur Bernardes). Ponce, bom estrategista, desembarcou suas forças a alguns quilômetros do sul de Cuiabá, na localidade de Cachoeirinho, à margem esquerda do Paraguai. Apoiado por novas forças guerrilheiras, ficou logo em condições de sitiar a capital por terra, em vez de assediá-la pelo rio Cuiabá. O cerco, iniciado a 19 de junho, foi se estreitando, até o dia 30. Na noite de 1^o de julho o Presidente Pais, vendo-se colhido na situação inversa à de 1901, quando invadiu a cidade, resolveu fugir. Não confiava, talvez, na magnanimidade dos vencedores. No dia 2, Ponce entrou triunfalmente em Cuiabá, enquanto Totó Pais se escondeu, com alguns poucos fiéis, nas matas próximas a Coxipó, estabelecimento militar federal, a cerca de 5 léguas da capital. Ali, como negro fugido, foi morto na madrugada do dia 6, por um destacamento comandado pelo guerrilheiro Quinco Caldas, retardatário capitão-de-mato das lutas republicanas.

Somente no dia 18 Rodrigues Alves conheceu os pormenores do crime, pelo seguinte telegrama que lhe levou o destinatário, Deputado Pais Barreto:

“POR FALTA DE GARANTIA EM CUIABÁ DEIXEI DE TELEGRAFAR SOBRE O BÁRBARO E COVARDE ASSASSINATO DO CORONEL. CADÁVER SAQUEADO EM 15 CONTOS, RELÓGIO, ATÉ BOTAS E CHAPÉU. CHEFES REVOLUCIONÁRIOS MANDARAM CAÇÁ-LO COMO UMA FERA, SENDO SUPLÍCIO CALDAS ENCARREGADO DO ASSASSINATO. CASA DE MORADA COMPLETAMENTE SAQUEADA EM ITAICI. ROUBARAM TODOS OS MÓVEIS E SEMOVENTES E

7 Dantas Barreto escreveu um livro sobre o episódio: *Expedição em Mato Grosso*.

PROPRIETÁRIOS DE ARICI LEVARAM ATÉ MÁQUINA DE DESCASCAR ARROZ. POPULAÇÃO DE RIO-ABAIXO REDUZIDA À MISÉRIA.”

O signatário era um certo Lagos. Tudo era agora inútil. A situação estava liquidada para uns e inaugurada para outros.

Assumi o Vice-Presidente Leite Osório, que se havia bandeado para Ponce. Este vice-presidente, segundo denúncia do Senador Metelo a Rodrigues Alves, dizia-se ameaçado de morte por Totó Pais, a quem fez matar. Rodrigues Alves mandou logo Seabra tomar providências, mas tudo revelou um jogo político, pois Metelo nada pôde provar, alegando ter recebido “informações de amigos”. Rodrigues Alves escreve que ficou vexado “desta miséria”.

No Congresso, a situação era perdida para o governo, em 1906. A grande maioria dos deputados e senadores não aprovava a revolução, pois o precedente era sempre perigoso para os respectivos Estados. Mas os chefes do chamado Bloco, tendo à frente o principal deles, Pinheiro Machado, ligavam o caso de Mato Grosso à linha de oposição ao governo federal, vitoriosa nas duas câmaras, desde o ano anterior, com a candidatura de Afonso Pena.

Antônio Azeredo, que em maio daquele ano fora reconduzido ao Senado, punha ao serviço da sua causa em Mato Grosso (que era a causa do Bloco, no Rio) inegáveis atributos de inteligência e habilidade, além de grande experiência política. Dono de publicações influentes, *A Tribuna* e *O Malho*, comandava a opinião, apresentando-lhe as coisas a seu modo.⁸

8 Na intimidade dos seus cadernos, Rodrigues Alves critica a corrupção da imprensa da época, sem poupar nomes. Escrevendo a 25-12-1905, diz que Azeredo atacava a reforma do Lóide Brasileiro, porque este “não queria se explicar com *A Tribuna*”. Na mesma nota, o presidente transmite informação de Bulhões, segundo a qual os ataques de João Laje e Alcindo Guanabara, em *O País*, tinham igual origem. Os abusos iam mais longe, segundo acentua o presidente, na nota desabusada: “A propósito disse-me o Lauro que a imprensa não compreendia que houvesse lucro nas empresas e que ela não tivesse o seu quinhão.” O próprio Pinheiro Machado não estava indene de suspeita: “Para não melindrar o Pinheiro, o Feliciano lembra, que na prorrogação [do Congresso], se mantivesse a autorização para a barra do Rio Grande!!! A barra é motivo que explica algumas facilidades nos orçamentos, e creio mesmo que, sem essa autorização, nem orçamento nem reforma do Banco passariam prontamente.” Feliciano Pena, cunhado de Afonso Pena, era senador por Minas.

Os mineiros, sobretudo, encontravam-se em posição muito desagradável. Os melhores de entre eles, como o Senador João Pinheiro ou os Deputados Carlos Peixoto, Calógeras, João Luís Alves e Melo Franco, estavam convencidos de que a rebelião se enquadrava juridicamente em caso de intervenção federal. Mas os compromissos de Minas com o Bloco eram mais fortes que as posições pessoais, e, por isso, assistiu-se ao espetáculo da maior bancada da Câmara fazer vista grossa às evidências jurídicas e abandonar o presidente da República.

No Senado, o porta-voz mineiro do Bloco era Feliciano Pena, primo e cunhado do presidente eleito. Na Câmara a orientação coube a Carlos Peixoto. Davi Campista tinha sido o líder para os assuntos econômicos. Indicado para ministro da Fazenda, afastava-se naturalmente das lides parlamentares. A nova estrela era Carlos Peixoto, que se transferira da Câmara Estadual para a Federal em 1904, acompanhado de grande auréola. Aos trinta e cinco anos de idade, o deputado mineiro era das mais prestigiosas figuras do cenário federal, graças ao apoio que lhe dava o Palácio da Liberdade.

No Senado e na Câmara algumas das melhores figuras manifestaram-se contra a intervenção, mesmo depois do assassinio do malogrado Totó Pais. E assim decidiram as duas Casas por grande maioria, ao adotar o expediente de enviar a matéria à apreciação do Judiciário.⁹

Todo o quadro político do governo Rodrigues Alves, a começar pelo próprio presidente, encontrava-se lamentavelmente em posição oposta à que assumira no governo de Campos Sales.

Rodrigues Alves mandou ao Congresso duas mensagens sobre Mato Grosso: a primeira no dia 16 de junho, relatando a desordem que precedia a revolução; a segunda a 10 de julho, pedindo o estado de sítio e a intervenção federal.

A primeira mensagem encontrou o Congresso reunido para a apuração da eleição de Afonso Pena. Valendo-se desse argumento, o Presidente Joaquim Murinho impediu sua leitura. Mandou um funcionário comunicar a decisão ao ministro da Justiça, a 23 de junho, sábado, depois

9 No livro *Um estadista da República*, procedemos à exposição dos debates havidos no Congresso sobre o caso de Mato Grosso, bem como ao estudo desse mesmo caso.

que o Congresso havia aprovado, na véspera, o reconhecimento de Pena e Nilo como presidente e vice-presidente.

Só no dia 26, foi lida no Senado a primeira mensagem, tendo Murtinho declarado que depois ia enviá-la à Câmara. Já então se revelam as pressões de bastidores. O Senador Catunda, do Ceará, inscreveu-se para falar em defesa de Rodrigues Alves, e foi advertido por Pedro Borges, colega de representação, de que “não devia entrar no debate, que podia fazer mal ao Ceará”, segundo nota confidencial de Rodrigues Alves em um dos seus cadernos. Prossegue a nota:

“O Catunda respondeu que falaria, pois não devia abandonar o presidente amigo no fim do seu governo [...]. O Pinheiro também interpelou o Pedro Borges: ‘Então o Catunda vai falar?’ ‘Pois é isso mesmo que eu estou estranhando’ retrucou o Pedro Borges. (Este senador está querendo que seu filho, oficial de Marinha, vá para a Europa em comissão do governo.)”

A mensagem de 16 de junho ficou superada com a invasão de Cuiabá e a morte de Pais. Rodrigues Alves enviou, então, o pedido formal de intervenção.

Eis as notas a respeito, que esclarecem também a evolução sofrida pela representação mineira:

“10 de julho – Mandei a mensagem ao Congresso sobre a situação de Mato Grosso em revolução. O Sr. Osório comunica haver assumido o governo do Estado na qualidade de 1ª vice-presidente e o falecimento do Coronel Pais, em Coxipó. Apareceu-me, no dia 9, de manhã, o Dr. Carlos Peixoto, estando presente o Alcindo [Guanabara] e creio que Pais Barreto (deputado). Nesse dia dava-se a reunião ministerial que eu convocara no meu governo (pela segunda vez) para tratar dos negócios de Mato Grosso (a primeira foi para tratar do Acre), e eu expunha a gravidade da situação referindo notícias que tinha. O Dr. Peixoto mostrou-se muito de acordo e disposto a agir sem obediência a chefes, seguindo a sua própria inspiração. Posteriormente o Lauro me disse que tem do Senador João Pinheiro, com quem acabara de estar, a mesma impressão.

Cheguei, mesmo, a informar disto ao Rosa e Silva, sugerindo a conveniência de ouvir o João Pinheiro, para ajudá-lo no Senado. O que se deu depois no Congresso, com relação à mensagem, causou-me surpresa. Carlos Peixoto está se mostrando irritado contra os que defendem o governo e as medidas que sugeri, e disse maliciosamente que é da escola conservadora, para combater o Barbosa Lima [...].”

Barbosa Lima teve, no caso, admirável atitude. Opositorista, sempre inclinado a combater medidas de exceção, colocou-se no episódio ao lado do governo. Desafiou Minas, divergiu de Rui, deixou mal o relator João Luís Alves e votou pelo estado de sítio e a intervenção. O sentimento da Câmara revela-se nos aplausos que coroaram seu discurso, na sessão de 12 de julho.

O vice-presidente do Senado, que o presidia habitualmente desde a eleição de Afonso Pena para a presidência da República, era Joaquim Murтинho. Não poderia haver senador mais parcial, no caso de Mato Grosso. Sob o pretexto de que o Congresso estava reunido para fim específico, que era a apuração da eleição presidencial de 1^a de março daquele ano, Murтинho não deu conhecimento oficial do pedido de intervenção no seu Estado, tal como fizera com a mensagem anterior. Rodrigues Alves reagiu contra a manobra, que atingia a sua autoridade. Redigiu, de próprio punho, um artigo para o *Diário Oficial*, explicando que cumprira o seu dever pedindo a intervenção, e reproduzindo a mensagem não lida. O artigo foi publicado no dia 26 de julho, e traz no fecho o nome do presidente da República. Sabia-se derrotado no Congresso, mas procurava defender até o fim a sua autoridade.

Rodrigues Alves queixa-se também de Rui, oráculo do Bloco, que fez no Senado um dos seus longos eruditos discursos, contra a intervenção: “Falaram Rosa e Silva, Azeredo e Rui, este sustentando a revolução e dizendo muita coisa desagradável ao presidente.”

De fato, o discurso de Rui, proferido no dia 13 de julho, é duro para com o seu antigo colega de faculdade. Diz que ninguém, no país, tinha dúvidas sobre a parcialidade de Rodrigues Alves. Assegura que tinha “nas suas mãos o acordo, aconselhando a guerra quando a paz estava feita”, afirmativa esta temerária. A intervenção viria assim exprimir

“o arbítrio [de Rodrigues Alves], o domínio da sua vontade [...] a força onipotente, alheia a todas as leis”.

O grande isolado, ressentido com o afastamento do seu nome, lembrado pela Bahia, incorporava-se ao rebanho do Bloco, dócil ao cajado de Pinheiro. Apenas não balia como cordeiro, rugia como leão.

Em outra nota, esta de 17 de julho, o presidente volta a relembrar a insinceridade dos mineiros. Carlos Peixoto afirmara aos jornais ter dito ao presidente que “nada podia adiantar acerca do modo de pensar dos seus colegas”. O líder ficava, assim, à espera do consenso da bancada. Mas Rodrigues Alves afirma, ratificando e completando o que escrevera a 10 do mesmo mês:

“O que se passou, entretanto, foi o seguinte [...]. Eu havia convocado para esse dia uma reunião ministerial para tratar do caso de Mato Grosso e referi esse fato ao Dr. Peixoto, e assim como tudo quanto havia naquele Estado, do qual tinha chegado a notícia da morte do Coronel Pais. Expus a situação e disse o que pensava, quais as minhas idéias, e o Dr. Peixoto concordou perfeitamente com tudo. Não conhecia as opiniões dos colegas, mas fossem quais fossem, não modificariam as suas. Disse, mesmo, que não consultaria o Afonso Pena para não ter de contrariá-lo se pensasse diversamente. Estavam presentes o Alcindo Guanabara, meu filho Juquinha¹⁰ e o Dr. Pais Barreto.¹¹ Meu filho ficou entusiasmado com o modo por que se pronunciou o Peixoto. Homens! Homens! O Dr. Lauro Müller disse-me depois que achou o Dr. João Pinheiro nas mesmas disposições do Dr. Carlos Peixoto e este repetiu ao Dr. Félix Gaspar,¹² o que me disse aqui. Ouvi depois dizer por vários que o João Luís Alves, que é chamado em Minas ‘João pra tudo’, pronunciou-se abertamente pelo sítio no dia em que foi para o Congresso a mensagem, mas no dia seguinte o Alves resolveu outra coisa. Dizem agora amigos do Peixoto que o Pinheiro

10 Mais tarde Embaixador Rodrigues Alves.

11 João Francisco de Novais Pais Barreto, deputado federal por Mato Grosso.

12 Ministro da Justiça, em substituição a Seabra.

Machado queria que a Câmara fizesse o mesmo que o Senado, e que muito lhe custou aceitar o alvitre de João Luís. Outros referem que os mineiros tiveram medo do Pena; não sabiam como ele receberia uma atitude contrária ao Bloco.”

Em Mato Grosso a calma se instalara, em seguida à vitória dos rebeldes, ao assassinio do presidente e à consagração legislativa da revolução e do homicídio.

Dantas Barreto, comandante da tropa enviada para sustentar o governo legal, confraternizava com o governo rebelde. Apertou as mãos de Ponce em Cuiabá, e, quando deixou a capital, foi visitar o caudilho vitorioso em Corumbá, para onde regressara antes. Tudo estava em ordem, uma vez que o Presidente Pais fora morto. O Congresso aceitara a posse de Leite Osório como uma solução “legal”. João Luís Alves relatara o parecer contrário à intervenção e favorável à remessa do assunto à decisão do Judiciário, coisa que desde logo se sabia inoperante.

Em nome da Constituição, o Congresso legalizava o crime. O novo presidente de Mato Grosso, Leite Osório, comunicou ao presidente da República, por intermédio de Dantas Barreto, “que não carecia mais do auxílio federal para garantir a liberdade dos habitantes do Estado”. Rodrigues Alves observava, entretanto, que continuava a receber de lá pedidos frequentes de garantias vindos da facção vencida.

Mas o caso de Mato Grosso era uma página virada. O Coronel Dantas Barreto aprendera bastante com a experiência. Acumulara os ensinamentos que iria aplicar depois, em Pernambuco, durante o governo Hermes da Fonseca.

DRAMA EM SERGIPE

O dramático episódio sergipano, no qual perdeu a vida o Deputado Fausto Cardoso, já foi, assim como o caso da revolução em Mato Grosso, objeto de estudo nosso, em *Um estadista da República*.

Por isso, tal como fizemos nas páginas anteriores, evitaremos aqui repetições inúteis, e procuraremos focalizar a matéria somente no tocante ao envolvimento de Rodrigues Alves.

Inicialmente, cumpre recordar que o deputado sergipano e o presidente da República eram amigos pessoais, e que este nutria por aquele não somente autêntica estima, como grande admiração.

Fausto Cardoso, na verdade, era digno dela. Poeta, filósofo, jurista, insigne orador, foi ele das mais importantes figuras do meio intelectual brasileiro no começo da República. A agitação da vida pública, entremeada de ação e de luta, não lhe permitiu realizar a obra de que talvez fosse capaz o seu grande talento.

Orador extraordinário, para os padrões da época, fazia-se desculpar, pelo colorido do seu verbo, da extravagância de muitas das suas idéias.

Em certo momento do governo Campos Sales propôs a instituição de uma ditadura legal, e uma sorte de socialismo de Estado.

O desequilíbrio arrebatado de Fausto ficava um pouco encoberto pela sua personalidade sedutora, mas, às vezes, transparecia no seu desbordante comportamento.

E ele próprio, Fausto, devia reconhecê-lo, pois confessa em um dos poemas que publicou:

Meus combates de rei, meus lances de insensato...

Discípulo de Tobias Barreto e epígono da Escola do Recife, Fausto Cardoso gostava de envolver suas atitudes políticas em explicações filosóficas, nem sempre isentas de confusão. Depois de ter proposto uma espécie de ditadura no governo federal, defendia em Sergipe a filosofia política libertária de Tobias Barreto.

Junte-se a tudo isso que era generoso e bravo, e teremos aproximadamente a imagem do homem de escol, que se deixou sacrificar pela brutal e obtusa “política dos governadores”, em 1906.

No pleito de 31 de janeiro daquele ano, graças à lei Rosa e Silva, Fausto conseguira eleger-se, com grande votação, deputado federal por Sergipe, quebrando os grillhões da oligarquia dos Campos, uma das piores do Norte. Transtornado pela vitória, não soube medir a diferença que existia entre o processo eleitoral, consagrado no Rio de Janeiro pelo reconhecimento de poderes, e a realidade local, dominada pela força próxima da oligarquia.

O golpe assestado a esta fora rude, mas projetava-se no meio federal, onde a Câmara podia escapar às injunções dos dominadores de um pequeno Estado, reconhecendo o seu admirado orador. Isso, porém, não implicava tornar possível a derrubada dos oligarcas, o Governador (em Sergipe chamado presidente) Guilherme Campos e o seu irmão, o caudilho-mor, Senador Padre Olímpio Campos.

Sob pretexto de agradecer ao povo sergipano sua eleição, Fausto embarcou para Aracaju, tendo antes prevenido a Rodrigues Alves que ia, na verdade, abrir luta contra o governo. O presidente tentou, em vão, dissuadir o amigo daquela aventura. Chegando a Aracaju a 1^ª de agosto, Fausto foi recebido com uma manifestação popular, que já era prenúncio da insurreição.

Rodrigues Alves não tinha condições morais para acompanhar Fausto Cardoso no seu tresloucado intento. Como presidente da República, cumpria-lhe respeitar a Constituição, e esta não permitia a deposição dos governadores por movimentos insurreccionais. Por outro lado, vinha ele de viver o caso de Mato Grosso, no qual manifestara energicamente a sua repugnância pela deposição do governo, e pedira, mesmo depois da morte do presidente, a intervenção federal para destituir o grupo que se apossara do poder. Não o conseguiu, por haver o Congresso faltado ao seu dever. Como poderia, agora, o presidente tomar, em Sergipe, atitude oposta à que assumira em Mato Grosso semanas antes? Sua amizade com Fausto Cardoso não era bastante para justificar tal contradição. Sua decisão estava inevitavelmente marcada pelo precedente.

Os fatos foram os seguintes: madrugada de 10 de agosto, a força policial de Sergipe revoltou-se contra o governo estadual, sob o comando do alferes reformado Otaviano Melo. Cercado em palácio, o Presidente Campos convocou o capitão do porto Amintas José Jorge, que não logrou decidir a situação. Guilherme Campos, então, entregou o cuidado da ordem ao Capitão Amintas, telegrafou a Rodrigues Alves pedindo intervenção federal para manter sua autoridade “desrespeitada pelo Deputado Fausto Cardoso”, e abandonou o palácio, refugiando-se, com o irmão senador, no edifício da Alfândega.

A presença de Fausto Cardoso na cidade fora elemento preponderante no acontecimento. A oposição, esmagada pelos Campos,

sentia-se protegida pelo deputado de projeção nacional. Mas Fausto, cedendo aos impulsos contraditórios do seu temperamento, passou a reecer a revolução, que tornara inevitável. Retirou-se para o interior, onde estava no dia do levante. O capitão do porto declarou isto expressamente em telegrama ao ministro da Marinha:

“MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO PREPAROU-SE NA NOITE DE QUARTA-FEIRA. A POLÍCIA, REUNIDA NO QUARTEL, MANDOU COMISSÃO CONVIDAR FAUSTO CARDOSO A COMPARECER E DIRIGIR O MOVIMENTO. ESTE RECUSOU-SE SEGUINDO NA MESMA MANHÃ PARA O INTERIOR.”

E Fausto confirmou em telegrama a Rodrigues Alves, no qual fala na forma como foi recebido no interior, com o povo queimando instrumentos de suplício, como troncos, palmatórias e chicotes, usados pelas autoridades locais. Sua intenção era retornar ao Rio no dia 12, mas foi chamado à capital pelo capitão do porto, a fim de proteger a vida dos adversários.

De fato, diante da fuga do presidente, o Capitão Amintas decidiu chamar Fausto, que atendeu à convocação.

No dia 10 houve uma reunião, em casa de Amintas, com os irmãos Campos e Fausto Cardoso, “feita com a máxima cordialidade”, recebendo Fausto das mãos do presidente o documento de renúncia e ouvindo do senador pedido de garantias para os seus amigos.

No dia 11, o presidente e o vice-presidente do Estado comunicaram a Rodrigues Alves suas renúncias aos cargos.

Solicitou, então, Fausto ao desembargador mais antigo que assumisse o governo, em face da recusa do presidente e do vice-presidente do Tribunal.

Tudo estaria resolvido – em muito melhores condições que em Mato Grosso – se não houvesse Rodrigues Alves entendido que era do seu dever constitucional não aceitar a solução imposta pela força.

Na mensagem que enviou ao Congresso no dia 17, explicou que, a despeito das comunicações de renúncia recebidas, havia mandado seguir, para Sergipe, forças do Exército estacionadas na Bahia e o navio *Aracaju*, da Marinha.

Tomando conhecimento da mensagem, a Comissão de Justiça da Câmara, tendo como relator o seu Presidente João Luís Alves, deu parecer concluindo que a renúncia do Presidente Campos não fora livre e decidindo que o governo federal devia prestar às autoridades locais todo o auxílio para que fossem reintegradas nos seus cargos.

No caso de Mato Grosso, em que não houvera renúncia mas assassinio do governador, João Luís optara contra a intervenção. Agora, que o governador (presidente) comunicara sua renúncia, o deputado mineiro, submisso ao Bloco, optava pela intervenção.

Aprovado o triste parecer, com enorme maioria, no mesmo dia 23, não chegou o assunto a ter andamento no Senado, pelos motivos que se seguem.

No dia 26 chegou a Aracaju a força federal, sob o comando do General Firmino Rego. Este, depois de visitar o presidente resignatário e o seu irmão, refugiados em um torpedeiro da Marinha, avistou-se com Fausto Cardoso para comunicar-lhe as instruções que trazia, de repor as autoridades. Isto, acrescentou, tinha sido a decisão da Câmara.

Fausto imprecou contra “o Congresso que pulou sobre o cadáver do presidente de Mato Grosso e tropeçava no caso jurídico de Sergipe”. Mas o general mostrou-lhe as instruções presidenciais. Cumpria ordens. Nada podia fazer além disso.

Possuído de furioso arrebatamento, o chefe que quis evitar a revolução decidiu morrer em sua defesa. Fausto Cardoso dirigiu-se para o palácio acompanhado de alguns poucos amigos, e ali, na praça fronteira, depois de invectivar a tropa formada, morreu vítima de disparo do fuzil de um soldado.

Terminava em sangue, como em Mato Grosso, o caso de Sergipe. Apenas as posições estavam trocadas. Aqui, o líder rebelde vitorioso era morto, porque a política oficial condenara seu gesto. Lá, o presidente vencido é que morria, ficando os seus executores protegidos pela política oficial.

Comentando a morte de Fausto Cardoso, Pedro Moacir, em um dos seus grandes discursos, estigmatizou a conduta da maioria. Se,

em vez de morrer, o chefe revolucionário tivesse preferido matar, então tudo estaria dentro da ordem constitucional.

Foi igualmente sangrento o epílogo daquele drama regional que no sangue culminara. No dia 9 de novembro, às 14h e 30min, o Senador Padre Olímpio de Campos, chefe da oligarquia e irmão do presidente do Estado, foi assassinado na Praça Quinze de Novembro, no Rio, ao sair da Repartição dos Correios e Telégrafos, situada no prédio do antigo paço real e imperial. Os assassinos foram dois filhos de Fausto Cardoso, que se encontravam acompanhados de um primo. Havia premeditação, mas, pelos depoimentos dos criminosos, publicados nos jornais do dia 10, o encontro naquela hora fora casual. Os rapazes atravessavam a praça quando viram o senador, que haviam jurado matar, sair de uma das portas do velho palácio. Investiram logo, mas a vítima, prevenida, ainda procurou defender-se. Sacou a arma que portava sob a batina, ao mesmo tempo que tentava atingir o agressor mais próximo com o guarda-chuva. Mas caiu logo, varado de balas, e ali mesmo expirou.

O Senador Olímpio de Campos não era o responsável direto pelo trágico fim do Deputado Fausto Cardoso. Este foi vítima do próprio temperamento de espadachim arrebatado. Ambos, no fundo, foram vítimas dos processos de violência brutal que comandava a vida política de certos Estados, na Primeira República.

A fase de progresso que o país conhecia contrastava penosamente com tão bárbaros procedimentos.

O governo Afonso Pena, jungido a compromissos esmagadores com aquele sistema, deveria atravessar, dentro dele, um agravamento contínuo de condições que o levariam ao desmantelo de 1910.

A DEMISSÃO DE SEABRA

A 28 de maio de 1906, Seabra deixou o Ministério da Justiça, para candidatar-se a senador por Alagoas, na vaga de Euclides Malta, que se elegera governador daquele Estado. Foi nomeado para a pasta, por indicação do próprio demissionário, o Deputado Félix Gaspar, que obedecia à orientação de Seabra na Bahia.

Rodrigues Alves aceitou com pesar o afastamento do seu ministro, em cuja lealdade confiava e cujas qualidades de homem político admirava.

Antes de conceder a exoneração solicitada, o presidente desejou ouvir de Euclides Malta a confirmação de que elegeria Seabra, o que obteve.

Rodrigues Alves preferia que seu ministro aceitasse uma cadeira no Supremo Tribunal, mas ele optou pela continuação da carreira política, “que era a sua vocação”. Foi, então, nomeado Amaro Cavalcânti para o Supremo.¹³

A propósito da candidatura de Seabra, o presidente anotou:

“A idéia da entrada do Dr. Seabra para o Senado tem alarmado o mundo político, o Bloco. Tem-se medo dele. Todos os esforços serão para arredá-lo do Senado e se diz abertamente que lá não entrará. A sua entrada é uma ofensa ao Rui, que resignará à sua cadeira, se isto se der. É a linguagem misteriosa dos seus amigos.”

Rodrigues Alves tinha razão, nas suas apreensões: Seabra foi excluído do Senado em novembro.

Rui Barbosa, magoado com o ministro e conterrâneo, pela falta de apoio à sua candidatura, quando lançada em 1905, fez questão fechada da depuração do senador eleito, na hora do reconhecimento de poderes.

Rui e Seabra tinham estado nos melhores termos, desde o governo de Floriano e mesmo depois do segundo vir a ocupar a pasta da Justiça. Na verdade, em 1903, quando da sucessão de Severino Vieira, os adversários deste lançaram a candidatura de Seabra ao governo da Bahia, mas ele recusou, indicando o nome de Rui, com a alegação de que superaria qualquer resistência. Rui não afastou a hipótese, antes aceitou a lembrança, com a condição razoável de que todas as forças políticas estaduais se reunissem em torno do seu nome, o que não conseguiu. Mas os acontecimentos de 1905, a formação do Bloco e o assentamento

13 A nomeação de Amaro não foi fácil. A princípio, Rodrigues Alves quis fazê-lo ministro do Tribunal de Contas, mas ele recusou quase ofendido. Depois cogitou nomeá-lo consultor jurídico do Itamarati. Mas Amaro queria o Supremo.

da candidatura Pena, que teve em Rui o formalizador, afastaram-no de Seabra, que ficou fiel a Rodrigues Alves e à candidatura Bernardino.

Antônio Moniz, no seu documentado trabalho, afirma:

“Logo após [...] deu-se a depuração do Sr. Seabra, eleito senador por Alagoas. O Sr. Rui Barbosa, de acordo com o governador da Bahia,¹⁴ exigiu do Sr. Pinheiro Machado a anulação do pleito. A campanha foi formidável, triunfando por fim o esbulho, por uma diferença de poucos votos.”

Não se deve omitir que Seabra, político bem à moda do tempo, procedeu durante a campanha à senatoria de forma a irritar profundamente os adversários baianos.

Embora devesse se afastar das lutas do seu Estado natal, pois deixava um posto federal para candidatar-se por Alagoas, o ebuliente ministro remexeu quanto pôde a política baiana. Disputou-lhe abertamente a liderança, contra Severino Vieira e o Governador José Marcelino. Começou por conseguir o reconhecimento dos deputados federais baianos, como já ficou relatado, contra todos os esforços do primeiro. Depois fundou um novo partido no Estado, sob sua chefia, e lançou um jornal de combate, como seu porta-voz. Para rematar, deu à sua eleição por Alagoas a repercussão de um acontecimento baiano.

Ainda considerados esses fatos, a participação direta de Rui Barbosa na farsa política da exclusão de Seabra do Senado continua inaceitável. Qualquer senador que tivesse pautado sua conduta pelas medidas da época poderia ser, senão justificado, compreendido. Nunca, porém, aquele que fizera incansavelmente, da tribuna parlamentar, o púlpito de onde pregava à nação o evangelho republicano. O que Rui combateu, em grande, no seu formidável requisitório contra o reconhecimento do Presidente Hermes, em 1910, foi o que ele exigiu, em pequeno, no reconhecimento do Senador Leite e Oiticica, em 1906.

Neste particular carece de objetividade a nota da Casa de Rui Barbosa anteposta ao discurso de Rui sobre a eleição senatorial alagoana de 1906, nota da qual o redator alega que Rui foi “atingido pela calúnia” de trabalhar contra o reconhecimento de Seabra. Não houve calúnia

14 José Marcelino.

nenhuma, Rui inspirou a exclusão, exigiu-a do Bloco, no Senado, e o deixa perfeitamente claro, para que lê o discurso referido.

No texto, não revisto pelo orador (e portanto mais representativo dos seus sentimentos), Rui reconhece expressamente que Seabra foi eleito, no seguinte trecho que provavelmente teria suprimido, se corrigisse as notas taquigráficas:

“Basta-me [...] lembrar os auspícios sob que se levantou a candidatura do ex-ministro da Justiça pelo Estado de Alagoas, cujo governador, depois de ter nesta cidade, prévia e declaradamente, anunciado que o elegeria, obtida a sua vitória, a comunicou em telegrama ao jornal de oposição na Bahia”.¹⁵

Assim ele mesmo disse que a vitória de Seabra foi obtida.

Nem Rui, profundo conhecedor e impiedoso crítico dos costumes republicanos, poderia duvidar de que os Maltas elegeriam quem quisessem, para senador pelo seu Estado.

Mas, embora eleito pelo povo, Seabra foi impedido de ingressar na câmara alta, na etapa da apuração, escorraçado pela máquina oligárquica de que se fizera condutor, no caso, aquele que mais vituperava contra ela.

Que a consciência lhe doía naquele momento, parece certo. Como escusa da violência praticada contra o candidato eleito, Rui disse que “as assembléias legislativas, Câmara dos Deputados ou Senado, sempre exerceram livremente, cometendo talvez injustiças lamentáveis, atos de violência e de força que a História assinalou e que os interesses políticos explicaram”. Pobre, esqualida explicação.

Como Catão, Rui incorria nos erros que condenava. Pelo seu lamentável discurso, o Senado era livre para, sob alegação de que praticava ato político, rasgar o diploma de um senador eleito e reconhecer o daquele que fosse derrotado. Talvez nenhum político sem princípios haja feito declaração tão crua. Rui confiava demais na sua grande autoridade.

Era compreensível a mágoa de Rodrigues Alves, em relação a amigos como Rui, a quem refere nominalmente em nota desalentada, na qual se queixa do abandono em que vai ficando, à medida que se aproximava o fim do governo. O Bloco voltava-se para o sol nascente.

15 Grifo nosso.

.....

Livro VII

Capítulo Primeiro

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

O

problema político mais importante na Primeira República era a transferência do poder, ou seja, a sucessão presidencial. Nesse ponto, o regime republicano sempre se mostrou inferior à Monarquia, onde, via de regra, a substituição dos gabinetes (nem sempre feita em obediência às urnas eleitorais) era conseguida sem intrigas, traições, personalismos ou violências.

No sistema parlamentar imperial, sendo o governo uma delegação das câmaras, escolhia pelo presidente do Conselho de Ministros, os membros mais em evidência do partido que ocupava o poder estatal sempre, por assim dizer, nos degraus do trono. A participação no colegiado governativo era normal e de curta duração. O importante não era pertencer ao ministério, mas ao Senado e ao Conselho de Estado, postos vitalícios. Daí a facilidade com que os ministros se demitiam e a dificuldade, por vezes, com que consentiam em aceitar as pastas. Em síntese, a

constituição dos governos não era problema. Este, quando tinha lugar, estava na substituição dos partidos, feita pessoalmente pelo Imperador.

Na República presidencial, as condições se alteraram profundamente. O poder pessoal do presidente, forte no presidencialismo norte-americano, embora refreado pelo Congresso e pela Suprema Corte, tornou-se praticamente absoluto na América Latina. De fato, o presidencialismo latino-americano é uma espécie de Monarquia absoluta a prazo fixo. Às vezes nem esta limitação é observada, e os presidentes-ditadores se encastelam por longos anos no poder.

Todos os países da América Latina, sem exceção, têm atravessado tais situações, desde a instalação da República presidencial, que, a não ser no Brasil, correspondeu à conquista da independência.

No Brasil, a Primeira República não conheceu presidentes que fossem além do seu mandato. Um ou outro o terá desejado, mas o mecanismo político (talvez mais do que as fórmulas constitucionais) não permitia.

Aquele mecanismo compunha-se essencialmente do domínio das oligarquias estaduais, que se aliavam, no cenário federal através do Congresso, para sustentar o poder presidencial praticamente ilimitado, tendo em contrapartida poder semelhante, para elas, no âmbito dos respectivos Estados.

Os grandes Estados (São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e, em menor grau, Bahia e Pernambuco) tinham parte mais conspícua nos arranjos sucessórios. Os demais seguiam-nos invariavelmente, quando unidos, ou, quando divididos, acompanhavam por vezes as posições divergentes.

A ausência de partidos nacionais e de autenticidade nas eleições (a não ser as realizadas nas grandes cidades) fazia com que as decisões sobre candidaturas presidenciais fossem tomadas por detrás dos reposteiros oficiais.

Grupos muito pequenos de políticos experientes e muito bem informados (na verdade não chegavam a dezenas), alguns deles extremamente sagazes e hábeis, quase todos pacientes e moderados nos processos, alguns pouco imparciais e bem-intencionados, urdiam planos sempre móveis, esboçavam acordos sempre anuláveis, assumiam



*Foto oficial de Rodrigues Alves como Presidente da República.
Arquivo da família Rodrigues Alves*

compromissos sempre retratáveis, ou armavam-se reciprocamente cildas nem sem pre lim pas.

Quase tudo se processava em conversas reservadas, em cartas confidenciais, em sondagens discretas. Esse sigilo fazia com que a imprensa e os discólos do Congresso ficassem diante das combinações impenetráveis como “ratos de botica,”¹ e, por isso mesmo, veiculassem as mais infundadas versões.

Os documentos privados são as melhores fontes para o esclarecimento das sucessões presidenciais na Primeira República. Quando o assunto chegava às notícias de imprensa e às manifestações do Congresso, ou ainda se achava imaturo, ou já se encontrava decidido nos conciliábulos dos chefes. Os manifestos solenes, as decisões convencionais eram simples ratificações das posições assentadas e dos compromissos assumidos, sendo que estes, às vezes, nem chegavam a ser divulgados completamente.

É, por tanto, de grande importância para a história da candidatura Afonso Pena, assentada pelo manifesto de 1º de setembro de 1905, o conhecimento do extenso relatório, feito por Rodrigues Alves sobre a matéria, no qual recolhe as suas recordações pessoalmente com grande minúcia e completa liberdade.²

A transcrição integral do escrito impõe-se, apesar de sua extensão. Num estudo abrangente de história política, torna-se imperioso o esclarecimento dos fatos, mediante testemunhas acerca da ação de alguns homens. Fatores de ordem econômica, social e outros, cuja importância não pode ser negada, exigem referência em outro tipo de estudo histórico, que não o presente.

1 Dizia-se dos ratos que circulavam nas prateleiras, por fora dos bujões de vidro, nos quais se encontravam medicamentos apetitosos. Meu saudoso amigo Afonso Pena Júnior usava essa expressão.

2 O documento, escrito às vezes a lápis, outras a tinta, parece ter sido redigido em mais de uma vez. Não se encontra datado. Em alguns pontos contém observações marginais, sem remissão ao texto, que serão transcritas em notas de pé de página. Também acrescentaremos, em outras notas, trechos do diário de Rodrigues Alves, nos pontos em que disserem respeito ao assunto.

É o seguinte o relatório de Rodrigues Alves:

“Eleição Presidencial. Candidaturas.

“Logo que voltei do Estado de Minas, onde fui fazer a inauguração do prolongamento da Central a Curvelo, nos primeiros dias de agosto de 1904 (voltei a 6),³ comecei a saber por vários deputados que o General Pinheiro Machado estava sugerindo a candidatura do Campos Sales, e que já tinha uma caixa para sustentá-la, falava-se mesmo em uma larga contribuição de um banqueiro, que uns diziam ser o Modesto Leal, outros o Rodolfo de Miranda. Os jornais de ram logo o alarme e às primeiras notícias publicadas, apareceu-me, em uma manhã, o General Pinheiro Machado, que deu-me conhecimento de suas intenções. Achava bom o Campos Sales; que já tinha sido presidente; precisava de uma reparação pelo modo por que saiu; era paulista, mas indicado por um amigo de outro Estado, naturalmente a indicação não me molestaria. Tive desagradável impressão com a notícia, por que era amigo do Campos Sales, mas era muito cedo para se tratar do assunto. Ocorria-me que estava vivemos, ainda, os sentimentos que provocara no governo. São Paulo teria naturalmente outro candidato, e eu sabia que o Glicério queria o Bernardino. Pernambuco e Rosa e Silva por forma alguma se acomodariam com essa indicação. Ponderei tudo isso a Pinheiro, que não me pareceu abalado com as minhas razões, dizendo-me mesmo, quando me referi a Rosa e Silva, que seria até bom que ele não gostasse. Para mim não,

3 Rodrigues Alves saiu do Rio a 2 de agosto, pela Central, para Belo Horizonte. Eram dois comboios. No primeiro ia o presidente com membros do governo. No segundo, numerosos convidados, principalmente parlamentares. Houve manifestações em Juiz de Fora, Barbacena (onde o presidente desembarcou e foi visitar Bias Fortes), e outras cidades à beira da linha. Os viajantes chegaram à nova capital mineira no dia 4, triunfalmente recebidos. Houve festas, visitas à cidade (em bonde elétrico, dizem as notícias dos jornais), e um grande banquete em palácio, oferecido por Francisco Sales, com o comparecimento de Afonso Pena, João Pinheiro e alguns políticos jovens, que depois se destacaram. No dia 5 foi inaugurada a linha que Lauro Müller fizera prolongar até Curvelo. No trem iam numerosos convidados, entre eles uma delegação da Câmara estadual, na qual figuravam dois deputados moços, que depois atuaram largamente no cenário nacional: Afonso Pena Júnior e Afrânio de Melo Franco.

repliquei, por que é amigo do governo e o seu apoio tem grande valor para mim.

“Glicério achava-se no salão e eu conversei com Pinheiro na galera, que dá frente para o parque. Informei o Glicério do que conversamos.

“Não acreditei na sinceridade do Pinheiro Machado, e a minha primeira impressão foi que ele queria inutilizar São Paulo e os candidatos paulistas ou para favorecer Rui, de quem se mostrava íntimo, ou algum outro nome, ou pelo menos dividir-nos no Estado porque ele conhecia a sua política e sabia bem das tendências contrárias a Campos Sales, existentes em seu seio.

“Começou, pois, a campanha em favor da candidatura Campos Sales e a propaganda foi feita com esforço, ajudada pela gente do Rio Grande e muito especialmente por alguns paulistas (Arnolfo, Rodolfo, Costa, Álvaro).⁴ Não havia trabalho em sentido contrário e, conhecidas as minhas relações com Campos Sales, a todos parecia que a candidatura seria do meu agrado e daí a crença que se formou, de que era uma candidatura paulista, aceita e seria triunfante. Antes de retirar-se para o Sul, o General Pinheiro procurou-me e conversou longamente sobre o seu pensamento, que declarou não ser hostil ao governo e fez-me então as mais lisonjeiras referências. Dizia-se então que Pinheiro, apresentando a candidatura sem ouvir-me, quis significar que não estava de acordo [sic] comigo ou pretendia inutilizar-me e daí as suas explicações. Tive muita dificuldade na resposta, abstendo-me de pronunciamentos, limitando-me a fazer boas referências ao Campos Sales ou a concordar com o juízo favorável que externava a seu respeito e disse-lhe, por fim, que ia para Petrópolis e que lá, fora das preocupações do governo, pensaria no caso. (Acen-tuo isto, porque mais tarde os apaniguados de Pinheiro deram a entender que eu havia prometido de ficar neutro e tinha tomado o compromisso de não dar passo algum em quanto ele não voltasse do Sul!)

“O trabalho em favor de Campos Sales produziu em São Paulo grande agitação. Não despretava simpatias entre os políticos militantes e o elemento oficial, que ele não soube agradar, deixando a presidente da República. Entrando para o Banco de Crédito Real, e saindo logo,

4 Arnolfo Azevedo, Rodolfo Miranda, Costa Júnior, Álvaro de Carvalho.

fê-lo irritando amigos, como Cardoso de Almeida, Herculano,⁵ etc. O nome de Bernardino foi, pois, surgindo naturalmente. Acha va-se ele na Europa, mas os amigos de São Paulo correspondiam-se com ele sobre negócios políticos e eu vi mesmo um trecho de cartas criadas ao Cardoso de Almeida, alusivo diretamente à questão das candidaturas.

“O Dr. Tibiriçá tinha prometido não se adiantar sobre candidatos, e a minha impressão e a dele era [sic] que São Paulo não devia pensar mais em dar candidato. Eu pensava realmente assim e quando Campos Sales falou-me, pela primeira vez, em minha candidatura, disse-lhe em carta que achava difícil uma nova candidatura paulista. Dando-se, porém, como possível uma candidatura paulista, o Dr. Tibiriçá, para evitar a agitação que crescia, ou para contê-la, escreveu-me dizendo que as suas simpatias, desde que houvesse probabilidade de uma candidatura paulista, seriam pelo Dr. Bernardino.

“Comecei a guardar reserva sobre esta opinião. O Bernardino estava a chegar da Europa e eu queria ver o seu estado de saúde. Chegou efetivamente e foi a Petrópolis visitar-me. Jantou comigo, visitando-me ainda na manhã seguinte, em companhia do Glicério, mas nada absolutamente conversamos sobre política e candidaturas. Pareceu-me bem de saúde, mas tive a impressão de que não estava ainda bastante vigoroso: tinha hesitações em andar.

“Conhecendo a opinião dos paulistas e do Dr. Tibiriçá, procurei sondar a opinião de amigos sobre a viabilidade do nome do Dr. Bernardino e verifiquei que seria bem aceito. Os Ministros Seabra, Lauro e Bulhões achavam-no bom e chefes de outros Estados pronunciaram-se logo favoravelmente. Aproveitei, pois, a ida do Dr. Lauro a São Paulo e o incumbi de dizer ao Tibiriçá e Bernardino que me parecia que o nome deste poderia reunir a maioria das adesões.

“Começou, então, o trabalho em favor de Bernardino. Os Estados pequenos todos se pronunciaram a favor, menos Paraná. Dos grandes sabia-se que o Rio Grande do Sul acompanharia o Pinheiro; que a Bahia queria o Rui. O Rio de Janeiro dava a entender que não deixaria de acompanhar o governo e Minas e Pernambuco eram tidos também como favoráveis.

5 Herculano de Freitas.

“Desenvolveu-se então contra o Dr. Bernardino a mais indigna das campanhas de difamação na imprensa para tornar impossível a sua candidatura, e as publicações se repetiam em todos os jornais, nos termos mais indecorosos. *O Malho*, do Senador Azeredo, teve parte muito importante na campanha, com as suas indignas caricaturas.⁶

“O Nilo esfriou. Em conferência que teve comigo, única sobre o assunto, interrogou-me se era definitiva a candidatura do Bernardino. Definitiva será, disse-lhe, se a convenção o aceitar.⁷ Pense que não será, replicou, e creio que dentro de um mês haverá outra solução harmoniosa, o que eu toimei como evasiva na ocasião, por que só muito mais tarde se desenvolveram os incidentes da coligação.⁸ Disse-me que eu poderia concorrer para uma solução conservadora, lembrando outro nome e falou-me nesse momento no nome do Dr. Lauro Müller. (Este ficou muito intrigado com a indicação por que foi quem me falou na conveniência de receber o Nilo.)⁹ Compreendi

6 Nota de Rodrigues Alves: “O Senador Azeredo, em Petrópolis, preveniu-me que ia levantar a candidatura do Rui, pela *Tribuna*, dando-me a entender que o fazia para lhe ser agradável, sem contar com o êxito e sem pensar em hostilizar a do Bernardino, que estava sendo bem recebida. Depois, tomou partido contra o Bernardino e o governo e *O Malho* excedeu-se em invectivas e injúrias de toda a casta. Aos que o increpavam dessa atitude, dizia que era questão de dinheiro, que *O Malho* dava 6 contos antes e agora estava dando o dobro ou o triplo. ‘Se quiserem pagar a diferença’, acrescentava ele...”

7 Convenção de deputados e senadores federais, que fazia a indicação formal do candidato.

8 Coligação foi o nome da aliança política que indicou Afonso Pena. Correspondeu ao grupo também chamado Bloco.

9 Na verdade, Lauro Müller estava fazendo um jogo, que Rodrigues Alves verificou depois, ao falar, numa nota posterior, em adesão do Lauro ao Bloco. Era natural que assim fosse, pois, homem político, Lauro desejava prosseguir a sua carreira, que ele sempre sonhou terminar no Palácio do Catete. Lauro teve um encontro secreto com Pinheiro Machado, agenciado pelo escritor e jornalista Oscar Rosas, o qual teve certo destaque na vida literária de então (Araripe Júnior escreve sobre Oscar Rosas em um dos seus estudos de crítica). A nota posterior de Rodrigues Alves é de 13 de setembro de 1906 e diz: “Ontem foi assinado o contrato da barra do Rio Grande [...]. O Lamounier, que os viu sair da secretaria [Pinheiro e Lauro Müller], contou-me o fato muito escandalizado. Os jornais de hoje dão notícias dos discursos em casa do Pinheiro Machado, onde, em três outros, falou o L. Müller.” (Quem narrou a saída com Pinheiro foi Lamounier Godofredo, deputado por Minas.)

desde logo que com o Estado do Rio, o Bernardino não poderia contar. Não foi surpresa para mim, que conheço o governador do Estado e suas relações com o General Pinheiro.

“Tendo, porém, Minas e Pernambuco, o Dr. Bernardino nada poderia recear. Com relação a Pernambuco, eu sabia pelo próprio Rosa e Silva que ele não tinha grande confiança na saúde do Bernardino e parecia-me que preferia o Pena. Dizia-me, entretanto, sem pre, que era meu amigo, que não me criaria dificuldades e o fazia de tal forma que nunca deixaria de contar com o apoio de Pernambuco, achando sempre esquisito que o Rosa e Silva não se pronunciasse claramente, conservando uma atitude de certo mistério e dizendo que ainda não era tempo de falar. Eu julgava sempre que ele queria ver a atitude de Minas, para acompanhá-la e como nada eu receava do Sales, presidente de Minas, que declarou sempre estar com o governo federal, não deixei nunca de esperar apoio para o Bernardino de Pernambuco.

“Nada receava do Sales, disse acima. Efetivamente, por carta declarou-me que não se afastaria do governo, dando a entender que nada queria com os agitadores, referindo-se positivamente a Pinheiro Machado. Em uma carta disse-me isso e que havia escrito no mesmo sentido ao Pena. É certo que em uma carta ele dizia que ‘se a candidatura mineira fosse apresentada por ou tro Esta do ele poderia se ver em dificuldades’, que aliás procuraria remover. Os amigos do Pena estavam, porém, a lidar com o Sales, para dispô-lo a favor da candidatura deles e a minha última carta, pedindo-lhe um pronunciamento claro e franco a favor de Bernardino, ficou sem resposta. Comecei a sentir que no seu ânimo havia já vacilação, ou fosse esta devida ao trabalho dos amigos do Pena, ou ao esmorecimento dos próprios amigos do Sales e seus diretos representantes aqui – João Pinheiro e Carlos Peixoto.

“Sobre a Bahia, consta que o Severino¹⁰ tinha se comprometido com o Pinheiro em favor do C. Sales e que o José Marcelino, indo a Pirapora, tendo convidado antes o Sales e o Lauro Müller para confe-

10 Severino Vieira.

renciarem, trazia o propósito de tratar de candidaturas. A conferência não se realizou e ele retirou-se descontente, falando a uns na importância da Pena em Minas e a outros na necessidade de acabar com o domínio dos paulistas. Surgiu então a candidatura do Rui, por sua conta e risco,¹¹ e com um estrépito ridículo, porque sabia-se que o Severino não era amigo do Rui e que ria o C. Sales. (Li a carta que o Severino escreveu ao Bernardino, escusando-se de não poder aceitar a candidatura e pronunciando-se pela do C. Sales.) Por outro lado, o Dr. Augusto de Freitas mostrava-se favorável ao Bernardino, de quem se dizia amigo pessoal. Disse isto em São Paulo e repetiu-me aqui, antes de partir para a Europa, prometendo mesmo conversar a respeito com o J. Marcelino e o Severino.

“Havia eu incumbido ao Deputado Rodrigues Lima de conversar, tendo de ir à Bahia com o José Marcelino em favor do Bernardino, mas nada ele pôde lhe dizer por que achou o José Marcelino intransigente pelo Rui. Foi bom assim, porque este governador nenhuma sugestão recebeu de minha parte.

“Escrevi sobre a candidatura do Bernardino ao Sales, de Minas, ao Dr. Segismundo, de Pernambuco,¹² e ao Dr. Cassiano do Nascimento, do Rio Grande do Sul. A este disse que a carta era reservada, mas não para o General Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. As minhas cartas eram discretas, de homem político a homem político, sem fazer absolutamente ato algum [sic] que pudesse significar pressão oficial em favor do Bernardino. Isto mesmo declarei ao General Pinheiro, que me escreveu uma carta, louvando-me por haver abandonado a idéia de intervir. Respondi, dizendo que os louvores não me cabiam e que eu só tinha feito o que era lícito ao chefe de Estado fazer.

“O General Pinheiro Machado via bem que a candidatura de Campos Sales não podia triunfar por falta absoluta de elementos e percebeu-se que seu desjo era abandoná-la, mas saíndo-se bem da refrega antes parecendo o vencedor. Os amigos de C. Sales espalharam que este, havia muito tempo, tinha autorizado o General Pinheiro a publicar a sua

11 A candidatura de Rui foi lançada pelo jornal *A Bahia*, em artigo escrito pelo Governador José Marcelino, no dia 13 de março de 1905.

12 Segismundo Antônio Gonçalves.

desistência e referiam, mesmo, que tinham lido cartas nesse sentido. O certo, porém, é que tal desistência não aparecia. Sentia-se que Pinheiro queria entreter o C. Sales com a sua canditura até em contrasolução para o caso e que C. Sales se prestava a esse propósito, alimentando a esperança de que de repente as coisas podiam apresentar aspecto favorável por si.¹³ Constatou-me que alguns amigos de Pinheiro se afligiam com a sua situação junto ao governo e procuravam meios de o aproximar do presidente. Os Senadores Ferreira Chaves e Pedro Velho tiveram neste sentido aberturas com o General Glicério, dizendo-lhe que Pinheiro queria lhe falar. Refiz-me Glicério que, tendo conversado com Pedro Velho na ocasião em que este embarcava para o Rio Grande do Norte, conversou com ele detidamente sobre o referido assunto, e, voltando ao Senado, encontrou-se com Pinheiro que lhe perguntou se eu o recebia bem, e falou-lhe no nome do *Quintino*¹⁴ para candidato, em substituição aos nomeindicados.

“O General Pinheiro conhecia a situação de Minas e a atitude de seu presidente junto a mim. Mandou ao Estado várias missões, ora para se entender com o Bias Fortes, ora com o Sales, e quando viu que Minas não se afastaria da sua atitude e que com o apoio mineiro o nome do Bernardino nada podia reear, fez os primeiros trabalhos para a Coligação e começou a se entender diretamente com o Conselheiro Pena, tendo antes várias inteligências com amigos deste. Assegurou ao Pena o seu apoio, do Rio e da Bahia, se Minas se pronunciasse sem divergências a seu favor. Glicério foi informado desse trabalho pelo Senador Ramiro [Barcelos], e procurou-me na noite em que se deu a conversa para dar-me dela conhecimento.

13 Nota de Rodrigues Alves: “O País publicou um *interview* do Pinheiro Machado, no qual ele defende a sua atitude em favor do Campos Sales. Diz aí que não acreditara na minha intervenção pelo Bernardino. Ele aliás já tinha lido a carta que escrevi ao Cassiano. Ouvi dizer que na intimidade ele declarou que o *interview* era verdadeiro em todas as suas partes, menos nessa.” Nota de Rodrigues Alves: “Em seu manifesto, o Campos Sales se refere à sua desistência e cartas que escreveu. Tudo, porém, ficou em segredo, porque Pinheiro Machado ajeitava os seus planos.”

14 Todas as palavras grifadas estão assim no original.

“Por que foi você procurado?” perguntei eu. “Se o acordo está feito; se como lhe disse o Ramiro no dia seguinte seria ele consumado, lavrando-se escritura, a que vem essa comunicação e a urgência que você diz ter de lhe dar uma resposta?” – ‘É que para ele¹⁵ ainda há uma solução, que é o Campos Sales, se nós o aceitarmos.’ ‘E você o que acha?’ perguntei. ‘Eu sou paulista’, respondeu-me.

“Compreendi que o Glicério continuava agora a ter simpatias pelo Campos Sales e eu tive de impugnar essa preocupação, chamando sua atenção para o Bernardino e a má posição em que ficaria este. No dia seguinte, Glicério comunicou a Ramiro que a lembrança não podia ser aceita e Pinheiro ultimou seus trabalhos com Pena.

“Este que desde muito tempo, com grande surpresa de minha parte, mostrava muitos desejos de ser candidato à presidência, entrou francamente em ação, entendendo-se com Francisco Sales para se pronunciar em seu favor.

“Foi muito curiosa esta parte do trabalho. Sales dizia a Pena que nada poderia fazer sem que fosse de acordo comigo, por que a isso se havia com prometido. Pena agia por si, entendendo-se com Pinheiro e seus amigos, sem me procurar absolutamente e assim, de sua parte, o seu grande trabalho de perturbação.

“João Pinheiro e Carlos Peixoto, amigos de Sales, não tinham simpatias por Pena e auxiliavam-me bastante até certo ponto. Depois eu mesmo notei que um e outro achava [sic] difícil a situação do Bernardino, parecendo-me que eles não se sentiam [sic] bem como mineiros e afagavam a esperança de ser o Sales a *boa solução*.

“A última conferência que tivemos foi interessante. Pena havia telegrafado a Sales dizendo-lhe que dele dependia a candidatura mineira e que o fracasso dela seria de sua responsabilidade. Sales respondia-lhe que se até o dia seguinte o presidente não se pronunciasse em favor da candidatura mineira, ele Pena agiria como entendesse.

“Disse-lhe que aconselhasse ao Sales para manter a sua posição de harmonia comigo e que eu o sustentaria. Mostrei-lhe a carta do Tibiriçá, na qual dizia que julgava insustentável a posição do Bernardino,

15 Pinheiro Machado.

e que teria então de vir a candidatura mineira, lembrando de preferência o nome de Sales; acrescentei que não censurava a permanência ainda da candidatura do Bernardino, porque eu receava que o Pinheiro, vendo-o sem o apoio de Minas, ou renunciando já, voltasse as suas vistas para o Campos Sales. Achei tanto o João Pinheiro como o Peixoto resignados com a indicação do Pena, senão desejando-a mesmo. O sentimento bairrista vencia-os. No correr da conversa ouvi mesmo o João Pinheiro dizer que era definitiva a indicação do Pena, pois tinham sido inúteis os seus esforços com o Pinheiro para substituí-lo pelo Sales. O Pinheiro Machado havia-lhe dito que procurara o Rui para obter essa substituição e não o conseguiu. Percebi então que o João Pinheiro estava também em inteligência com Pinheiro Machado e o nome do Sales, que me parecia uma boa lembrança, não me despertou mais interesse. A Coligação era, pois, uma coisa feita.

“Deu-se antes um incidente que enfraqueceu consideravelmente a candidatura Bernardino. O Glicério, logo que se deram os primeiros movimentos em favor do Pena, foi a São Paulo e sugeriu lá o apoio dos amigos ao Campos Sales, parecendo no primeiro momento que esse era o sentimento nosso aqui. Os amigos de São Paulo receberam mal a sugestão do Glicério, irritaram-se mesmo, compreendendo todos que o nome do Bernardino estava sacrificado. É certo que a candidatura sofrera golpe mortal, ela que já estava visivelmente enfraquecida.

“Entrando na Coligação o Pinheiro Machado, Nilo e Rui (esse disse que a Bahia foi o ‘elemento decisivo’), parecia difícil sustentar-se o nome do Bernardino. Escrevi-lhe, ponderando a conveniência de renunciar, aceitando a candidatura de Afonso Pena e a minha carta encontrou-se com a dele no mesmo sentido.

*

“Não agradou aos membros da Coligação o apoio de São Paulo à candidatura do Afonso Pena¹⁶ e dizem que foi o Senador Rui quem mais se irritou com essa atitude. Pensaram então os coligados em procurar para a vice-presidência um nome, que fosse um *aviso* ao Pena e uma *provocação* ao governo e seus amigos, e lembraram-se de três nomes – Nilo, Borges de Medeiros e Pedro Velho. Disse-me o Lauro Müller que

o Ramiro afirmara que o terceiro nome era o seu e não o do Pedro Velho, mas esta versão não é verdadeira. Se pretendia, como me afirmou o Rosa e Silva, procurar nomes que não agradassem ao governo, não é natural que se lembrasse do nome de um ministro.

“O nome do Nilo foi logo comunicado ao Pena, que aceitou. Todo mundo viu nesta atitude de um ato de fraqueza e medo de que pudessem ainda correr risco a sua candidatura à presidência. Tive ocasião de dizer ao Pena que era preciso muito cuidado com a escolha do vice-presidente; que eu dizia, aos que me consultavam, que era necessário fazer a indicação de acordo com o candidato à presidência porque era desagradável a divergência ou o conflito de opiniões entre os dois magistrados. O Pena respondeu-me que o Rosa e Silva lhe havia feito as mesmas observações quanto ao Nilo, mas que ele receava variar agitações.

“O Rosa e Silva disse-me que não aceitava o Nilo e eu, escrevendo para São Paulo, ponderei também a idéia de votarem lá em outro nome, como Assis Brasil, como protesto contra a forma por que foi feita aqui a indicação. O Rosa teve idéia de organizar um trabalho contra Nilo, mas o pronunciamento de Minas em favor deste tornou desde logo ineficaz qualquer esforço, que nem sequer foi tentado.

*

“Os coligados, uma vez realizado o acordo quanto aos candidatos, não querendo mais cogitar de convenção para apresentá-los, lembraram-se de um manifesto que seria assinado pelos senadores e deputados e foi incumbido de redigi-lo o Senador Rui Barbosa.

“Dizem que no Senado, feita a leitura desse documento, o Senador João Pinheiro fez algumas observações e emendas, no sentido de eliminar conceitos agressivos ao presidente e me referiram que, quando se referia o manifesto à intervenção do presidente, se propôs

16 Nota de Rodrigues Alves: “O Arnolfo era dos deputados paulistas o que mais se interessava pelo Campos Sales em conversa comigo. Mostrava-me cartas que escrevia, respostas que dava, e na Câmara era voz corrente quer ele ‘vinha ao palácio para sondar o presidente’. No manifesto de Campos Sales, anunciando a sua renúncia, vem uma carta a um deputado, que era o Arnolfo.”

falar em *presidentes* e quanto à idéia da convenção, que se dissesse que era idéia anteriormente aceita pela maior parte dos signatários e a este último ponto o próprio Sr. Rui se referiu em seu manifesto à Bahia, dizendo aí que foi essa a única correção feita.

“A linguagem do manifesto tem referências claras ao presidente e percebe-se que houve o propósito de molestá-lo ou de censurá-lo; a atitude do Pena e dos mineiros na Coligação afrouxou a atitude dos amigos do governo e eu achei melhor deixá-los em paz, fazendo cada qual o que lhe parecesse melhor.

“De São Paulo assinaram o manifesto os cinco divergentes (Álvaro, Moreira [*da Silva*], Rodolfo, Costa e Arnolfo). Os governistas não assinaram.

“De Pernambuco, nenhum.

“De Santa Catarina assinou o Hercílio [*Luz*], senador, contra a opinião de todos os outros, que publicaram declaração aguardando o pronunciamento do partido, isto é, o partido não aceitou. O Pará *idem*. O Senador [*Antônio*] Lemos declarou que o partido não concordava com os conceitos do manifesto. O Espírito Santo, *idem*. O Paula Guimarães declarou que assinava sem que isso importasse em falta de apoio ao presidente. Os do Rio, grupo do Miguel de Carvalho, fizeram declaração de que aceitavam os nomes, sem assinar o manifesto, fazendo lisonjeiras referências ao presidente. O Tomás Delfino e alguns deputados deste Distrito [*Federal*] fizeram também declarações.

“O presidente de Minas, aceitando o Pena, fez declarações favoráveis ao governo, que era preciso cercar de prestígio. Os deputados da Bahia, grupo Seabra, fizeram também declaração. De outros Estados tive declarações formais de apoio. Com o afastamento do presidente do pleito, notou-se frouxidão geral entre os políticos. A maior parte assinou o manifesto sem lê-lo: uma ‘vergonha!’”

*

O documento transcrito serve como roteiro para que se faça uma reconstituição bastante aproximada do caminho da sucessão. Servindo-nos dele como base, veremos como se fazia um presidente da República, no regime da Constituição de 1891.

Um elemento precisa ser de logo posto em evidência, porque condicionava o funcionamento do mecanismo: era a ausência de partidos nacionais organizados, cuja lacuna se preenchia por lideranças pessoais. Estas lideranças pessoais constituíam-se ao sabor de circunstâncias, principalmente três: as qualidades do líder, sua origem em um dos grandes Estados e sua tradição autenticamente republicana.

Tais qualidades reuniam-se, em grau eminente, na pessoa do Senador Pinheiro Machado, elevado à vice-presidência do Senado, em 1904. Atributos pessoais de liderança ele os tinha de sobra: bravura, astúcia, sedução pessoal e inteligência política. Era gaúcho, e esta filiação assumia especial importância, em primeiro lugar porque a política civil no Rio Grande sempre se alternava com a força das armas, e isto estabelecia fácil entendimento entre Pinheiro e as correntes militares e, em segundo lugar, porque, no Rio Grande, a situação era a bem dizer vitalícia, com o domínio dos republicanos castilhistas. Por esta razão o prestígio de Pinheiro no meio federal se manteve após ano.

Quanto ao republicanismo histórico de Pinheiro Machado, era tão óbvio que nem mereceria ser lembrado. Apenas pode-se observar que esse republicanismo foi posto à prova na Revolução Federalista, contra o qual Pinheiro comandou a famosa Divisão do Norte. Era, pois, um histórico provado pelas armas.

Líder nato, filho de grande Estado, civil com tradição militar, dispondo de estabilidade garantida e republicano histórico, era inevitável que Pinheiro Machado se convertesse no político mais influente da República, como ele de fato foi, entre as eleições de Rodrigues Alves e Veneslau Brás, ou seja, de 1902 a 1914. Com a volta dos mineiros, seu prestígio entrou em declínio e, quando o punhal assassino cortou-lhe a vida, já era um sol poente que morria.

Se todas as condições políticas do momento se reuniam na personalidade de Pinheiro, duas, de cívicas, faltavam à pessoa de Rodrigues Alves: o republicanismo histórico e o apoio do seu grande Estado.

Sua condição de adeso e a divisão interna de São Paulo, em virtude da contradição entre a política econômica do café e a política financeira do governo federal, tornavam inevitável, desde 1905, o declínio da liderança política do presidente da República.

O fato de Afonso Pena, outro adesista, ser o candidato vitorioso contra Rodrigues Alves não invalida as afirmações aqui feitas. Pinheiro não desejava Afonso Pena; seu nome foi a solução que aos poucos se firmou, entre os mineiros, para trazer o apoio de Minas ao dispositivo montado contra Rodrigues Alves. Afonso Pena, conselheiro monarquista, foi apenas o ponto de convergência (aparentemente contraditório) das forças econômicas com as do republicanismo histórico. O triste fim do seu governo foi a consequência natural desta contradição.

O grande vitorioso na eleição presidencial de 1906 foi Pinheiro Machado. Rui seguiu-o e os mineiros beneficiaram-se, por curto prazo, dessa vitória, que lhes custou a morte do seu presidente e o atrelamento de Minas ao governo de Hermes da Fonseca.

*

Com a precocidade usual na Primeira República, desde 1904 se cogitava da sucessão presidencial. Os nomes iam surgindo naturalmente e, entre os primeiros falados, estavam os de Campos Sales e Afonso Pena.

O de Campos Sales começou a ser considerado, como consta da narrativa de Rodrigues Alves, em agosto de 1904, mas logo depois apareceu em cogitação o de Afonso Pena.

Com efeito, a 15 de outubro de 1904, *Os Anais* de Domingos Olímpio veiculavam uma notícia sobre consultas aos governadores respeito do nome de Campos Sales. Parecia manobra (continuada e publicação) para afastar Afonso Pena, que começava a ser naturalmente falado.

De fato, os dois nomes, o do republicano histórico e o do conselheiro do Império, foram os que se mantiveram mais constantemente nas cogitações do meio político, até a escolha final do segundo. O de Bernardino de Campos, levantado pelo presidente de São Paulo e apoiado pelo Presidente da República, nunca chegou, realmente, a se firmar.

É difícil interpretar, na ausência de documentos, os móveis verdadeiros da ação dos homens públicos. A iniciativa de Pinheiro

Machado, ao lançar a candidatura Campos Sales, situa-se entre esses gestos de difícil elucidação. Uma preliminar parece muito provável. Não podendo ser pessoalmente candidato (o senador gaúcho era bastante atilado e realista para não se iludir sobre este ponto), Pinheiro desejava, pelo menos, ser o condutor principal da solução. E, no caso da eleição de Afonso Pena, não há dúvida de que o conseqüiu.

O golpe da candidatura Campos Sales, precocemente levantada, era de inegável habilidade. A divisão de São Paulo foi conseguida (como previu com lucidez Rodrigues Alves), e, com ela, o afastamento da hipótese de mais um paulista, hipótese que, se confirmada, faria de Pinheiro o caudatário e não o líder da solução. A união de São Paulo em torno de um nome paulista, que tivesse o apoio de Rodrigues Alves, seria provavelmente invencível. Mas, desde logo, evidenciou-se que essa união era impossível. As divisões na comissão das pelo go ver no Campos Sales (de que Rosa e Silva, seu vice-presidente, era exemplo) esta vamo próximo mas de mais e repercutiam fortemente em São Paulo. Campos Sales era o símbolo de uma política econômico-financeira deflacionária e opressiva que estava nos antípodas das conveniências paulistas do câmbio baixo e da defesa artificial do café. Nunca o governo Tibiriçá o apoiaria. Mas, por outro lado, a força de Pinheiro Machado era bastante para suscitar apoios políticos dentro de São Paulo, nos meios mais distantes das forças econômicas.

Em 11 de maio de 1905, os estudantes paulistas lançaram vigoroso manifesto pela candidatura Campos Sales, no qual reconheciam expressamente a liderança de Pinheiro Machado. Tornava-se impossível a união estadual, e o confronto apresentava-se com as características de luta.

Deve-se reconhecer que Pinheiro procedeu com extrema habilidade, lembrando o nome do ex-presidente, o qual era bastante forte para abrir a cisão regional, mas, em virtude mesmo dessa força, a paz de suscitar resistências nacionais e locais, que tornariam inviável o êxito de sua candidatura.

Em nota bem posterior, mas referente à fase inicial das negociações. Rodrigues Alves reitera que a manobra de Pinheiro envolvia interesses políticos alheios à eleição. Eis a referida nota, que é de 6 de junho de 1906:

“Disse-me também o Dr. Gastão da Cunha [...] que o Pinheiro Machado, no começo da questão das candidaturas, não fazia questão do nome de Campos Sales, dava mesmo a entender que aceitaria o Bernardino: – o que ele não queria absolutamente era o Pena. Isto dizia o Gastão, de pois de dizer eu que não acreditei na sinceridade do Pinheiro Machado, quando indicou o Campos Sales. Parecia-me um arдил, para arredar o Pena e encaminhar talvez a candidatura do Rui. Depois as coisas se acen tu a ram e ele se *devo tou*¹⁷ ao Campos Sales. O Gastão con firmou a sus pei ta, fa zen do aque las de cla ra ções.”

Pinheiro, aliás, ao mesmo tempo em que se concentrava os esforços divisionistas em torno do nome de Campos Sales, não deixava de acenar para outros homens prestigiosos, sempre no empenho de dividir o mais possível o meio político.

Uma outra nota de Rodrigues Alves, es cri ta a 13 de setem bro de 1906, elu ci da es tes fa tos mal sa bi dos:

“Ontem o Gastão da Cunha referiu-se a um banquete (almoço?) dado pelo Murtinho ao Pinheiro Machado, em que este fez o brinde e bebeu ‘à prosperidade da família *Murtinho*’¹⁸ O Joaquim Murtinho disse-lhe que o Pinheiro Machado na sua meia língua havia falado em sua apresentação como candidato à presidência da República. ‘Como foi isso?’ perguntou-lhe o Gastão, e ele res pon deu que o par ti do lhe dis se ra – ‘*se não fosse a figuração da nossa política, você seria o candidato.*’ O caso era referido como pilhéria. O Juquinha,¹⁹ na mesma ocasião, disse ter ouvido do Rio Branco que o Pinheiro também lhe acenara com a presidência, o que ele referia com ar de troça, na presença do Bulhões, que também tinha sido, em outra ocasião, lembrado pelo mes mo ho mem para tal car go.”

17 Sublinhado no origi nal.

18 Estas e as seguintes expressões acham-se sublinhadas no origi nal. Convém lembrar que Pinheiro e os Murtinhos estavam então aliados na revolução de Mato Grosso.

19 José de Paula, filho do pres i dente. Fora nomeado para o Itamarati.

A banca da federal paulista dividiu-se, em fraquecendo os presidentes do Estado e da República.

Em setembro de 1904, quando a autoridade do presidente estava sendo gravemente abalada pelas agitações levantadas contra a vacina, Campos Sales tinha a impressão de que sua candidatura podia ser servitoriosa.

No manifesto de 14 de agosto de 1905, em que historia (um pouco a seu modo) o episódio da candidatura, ao mesmo tempo em que oferece apoio a Afonso Pena, o ex-presidente mostra claramente que, em 1904, acreditava na vitória.

“Observei [escreve] que o movimento crescia e que a idéia da minha candidatura ia tomando consistência na opinião. Tive a prova das manifestações que me chegavam de todos os lados, dos representantes da mais elevada hierarquia na ordem política e social. Não era pequeno o número dos que, tendo estado em franca hostilidade ao meu governo, me traziam agora a sua adesão leal e desinteressada.”

Era eterna ilusão dos políticos, em qualquer país ou regime.

Campos Sales parecia acreditar na vitória, desde que viesse trazida pelas forças que se opunham a Rodrigues Alves. Por isso mesmo é que, em outubro de 1904, acreditando a um amigo que lhe sugeria entrar em acordo com o presidente, exprime-se com estes conceitos que transcreve no seu manifesto:

“Uma intervenção, embora velada, do presidente, seria bastante para fazer suspeitar da espontaneidade desse movimento [...]. Ao Rodrigues Alves só cabe, pois, uma única atitude, se porventura tiver de ser lançada a minha candidatura: – a mais completa e escrupulosa abstenção.”

Como se não bastasse, Campos Sales acrescenta:

“Ficaram, pois, os meus amigos sabendo, e também S. Ex^a ficou sabendo, que eu repudiava de modo firme e com absoluta intransigência a idéia de voltar ao Catete, com a condição de lá entrar pela mão de quem lá estava.”

Esta carta, como informa ainda o manifesto, foi mostrada a Rodrigues Alves. Não se pode estranhar, portanto, que o presidente, cientificado de que o possível candidato não queria saber do apoio do Catete (receoso de perder o dos lançadores do seu nome), tivesse, daí por diante, ficado sempre em posição contrária à candidatura do seu antecessor. Não seria justo incriminá-lo por isso. Rodrigues Alves, como disse e repetiu, não acreditava na sinceridade de Pinheiro Machado, e, sobre esse estado de espírito, recebeu advertência do próprio interessado, de que não queria a sua ajuda.

É, portanto, aparentemente inexplicável, e certamente contraditória, a queixa que Campos Sales apresenta contra Rodrigues Alves, em carta dirigida a 5 de março de 1905, a Pinheiro Machado, então em São Luís das Missões:

“Agora, porém, sabe-se que Rodrigues Alves é hostil à minha candidatura (está claro que não indago os motivos) e que, se não tem nesse sentido agido a descoberto, vai, entretanto, autorizando calculadas indiscrições, que deixam ver que um dos seus ministros o era na conformidade do seu pensamento.”

São obviamente incompatíveis o desabafo de Campos Sales para com Pinheiro, ao acentuar a falta de apoio do presidente da República ao seu nome, e as expressões reiteradas do manifesto, pelas quais afirma que não aceitaria, em nenhuma hipótese, o patrocínio do Catete.

O ministro referido era Lauro Müller, que Rodrigues Alves incumbira, como vimos, de levar a São Paulo, nos primeiros dias de março, boas notícias sobre a candidatura de Bernardino. Campos Sales refere-se nominalmente a ele, em outro trecho do seu manifesto, e Rodrigues Alves escreveu, a respeito, a seguinte passagem que é útil repetir aqui:

“Aproveitei, pois, a ida do Dr. Lauro a São Paulo, e o incumbi de dizer ao Tibiriçá e Bernardino que me parecia que o nome deste poderia reunir a maioria das adesões.”

O MALHO

O 2 DE NOVEMBRO POLITICO



1. Alves - Vem cá, vem cá, que eu tenho novidades que te vão dar muita alegria... vou-te trazer um império.
Seabra - Ah! eu sei, eu sei, eu sei... vou-te trazer a terra do céu. Vou-te trazer o tempo do futuro.
2. Müller - Certo, certo, lagrimas nos olhos, dentes cerrados, a fronte dilatada e boca seca de um homem que é morto!
Álvares - Vou ver de vez em quando o Conselho de Calvados, talvez seja que ressaem por cima da fúria!
O malho. Fazer o momento esperanças - Vozes por cima? Distorção da governação da terra? Jotaka!... Jotaka!...

O "enterro" da candidatura Bernardino de Campos. Rodrigues Alves, Seabra e Lauro Müller levam consigo. O anjo no túmulo é Glacério. E Tibiriçá é o mocho. Caricatura de O Malho. Coleção Álvaro Cotrim

A contradição de Campos Sales só é explicável se pensarmos que ele, na carta a Pinheiro, desejava apresentar-se como candidato hostilizado pelo governo, a fim de confirmar o apoio da oposição.

Em meados de 1905, já estava fracassada a candidatura Campos Sales no meio dirigente, embora os seus resquícios ainda se espalhassem, como os provocados, na superfície da água, pela pedra que vai ao fundo.

*

Nessa quadra, ocorreu o maior erro de Tibiriçá, seguido por Rodrigues Alves: o lançamento da candidatura de Bernardino de Campos.

Rodrigues Alves depõe que Tibiriçá, ao lembrar o nome do velhorepublicano, fê-lo para “evitar” ou “conter” a agitação que crescia em São Paulo, em torno da candidatura de Campos Sales.

Bernardino de Campos representava, pelas suas idéias, uma orientação muito diversa da ação levada a efeito por Campos Sales, quando no governo.

Sem ser um inflacionista, era contrário aos rigores fiscais, partidário declarado da produção agrícola e da imigração e cheio de reservas quanto à industrialização. Era, em suma, um economista liberal, que tinha como modelo, possivelmente, o quadro de prosperidade argentina.

Bastante enfermo, gravemente afetado na visão, Bernardino de Campos seguiu para a Europa em 1904, fazendo-se operar em Paris. Em janeiro de 1905, regressou ao Brasil, desembarcando no Rio. Rodrigues Alves recebeu de Tibiriçá a sugestão do nome de Bernardino para suplantar o de Campos Sales, já lançado, e o acolhera em princípio, reservando-se porém, como relatou, para opinar de pois que tivesse idéia direta das condições de saúde do amigo. Bernardino foi a Petrópolis, como ficou dito, e Rodrigues Alves, em borra não o achasse ainda vigoroso, considerou-o bem e começou as consultas sobre o seu nome.

Seguindo para Santos, onde chegou a 8 de fevereiro, foi recebido em São Paulo com grandes manifestações, logo se apresentando o antigo presidente do Estado como o segundo candidato paulista.

Notícias sobre as consultas presidenciais se espalharam e começou a se organizar a reação, caracterizada pelo que Rodrigues Alves chamou “a mais indigna campanha de difamação” contra Bernardino.

Assituacão ainda mais confusa se tornava com a entrevista, lúcida nos conceitos, mas imprudente, que Bernardino de Campos concedeu a Alcindo Guanabara, e que apareceu em *O País*, do Rio de Janeiro, a 26 de junho.

Bernardino expôs, como um desabafo, idéias, em muitos pontos chocantes com a política financeira irados dois últimos quadrinios. De tal maneira afirmou sua orientação que, para segui-la, dever-se-ia reformar a própria Constituição.

Talvez a intenção de Bernardino fosse, mesmo, a de liquidar desde logo com uma candidatura que não pleiteara e que só lhe vinha trazendo mais agouros do que esperanças.

Em julho já era patente que se tornara inviável, embora os governos federal e paulista ainda a sustentassem pró-forma. É que não tinha meio hábil de abandoná-la.

A 27 de julho, Rodrigues Alves foi procurado por Glicério, que lhe deu provas da desagregação da candidatura Bernardino. Achava que, como paulista, era preferível agora optar pela de Campos Sales, pois ia adiantado o trabalho em favor da candidatura mineira. Rodrigues Alves não achava ainda possível, àquela altura, abandonar o nome de Bernardino de Campos, embora considerasse muito fracas as suas possibilidades, inclusive pela atitude de Glicério, em São Paulo, sugerindo a mudança para Campos Sales.

“É certo que a candidatura sofrera golpe mortal”, diz Rodrigues Alves na sua narrativa. A 11 de agosto, afinal, recebeu comunicação da adesão de Minas à candidatura Pena, levantada pela Coligação, e, a 13, escreveu a Bernardino, opinando no sentido de que ele próprio se pronunciasse, também, a favor de Afonso Pena. Isto evitaria, como explica Rodrigues Alves na sua carta,²⁰ que a candidatura mineira aparecesse vitoriosa contra São Paulo e contra o governo federal.

20 Transcrita por Cândido Mota Filho, na sua biografia de Bernardino de Campos.

Bernardino de Campos procedeu com grande correção no episódio. Na declaração pública de desistência exaltou a imparcialidade que Rodrigues Alves havia guardado entre o seu nome e o de Campos Sales (o que era inexato) e a preferência íntima que Rodrigues Alves mantinha por Pena (o que também não era verdade). As duas inexatidões visavam deixar bem o governo federal, ao mesmo tempo em que assestavam um golpe no Bloco que via, assim, incorporadas à vitória, as forças derrotadas.

Os mineiros, agora donos do candidato, não tinham por que recusar a adesão de Ti bir i çá e Ro dri gues Alves, ape sar da irri ta ção que isto causou a Rui Barbosa e Pinheiro Machado, os “donos da enchente”.

“Não agradou aos membros da Coligação [escreveu o presidente] o apoio de São Paulo à candidatura do Afonso Pena e dizem que foi o Senador Rui quem mais se irritou com esta atitude.”

O mau humor de Pinheiro Machado com a recusa dos ministros de se apresentarem como vitoriosos na oposição, transpareceu, tempos depois, no inesperado e quase insensato discurso por ele feito em Belo Horizonte, a 7 de setembro de 1906, na posse de João Pinheiro como presidente de Minas.²¹ A esse discurso, cheio de vagarosas ameaças, Afonso Pena, presidente eleito, respondeu com benigna moderação.

*

O primeiro obstáculo a afastar fora a candidatura de Rui Barbosa, lançada na Bahia em março de 1905, sem possibilidade de alguma vitória. Mas o candidato devia ser tratado com toda cautela. Muito sensível, o afastamento do seu nome precisava ser previamente aceito por ele, sem o que não teriam ao lado do Bloco a sua grande autoridade e formidável eloquência.

21 Contou-me, certa vez, James Darcy, que a irritação de Pinheiro Machado naquele dia era também causada pelo fato de ter esquecido as calças da casaca no Rio...

A candidatura de Rui Barbosa foi lançada, como já vimos, a 13 de março de 1905, pelo jornal oficial *A Bahia*, em artigo do Governador José Marcelino. Campos Sales fora lembrado pelo Rio Grande. A Bahia resolveu então lançar o seu candidato. Não foi um gesto hábil, politicamente, dada a famosa divisão interna da Bahia. Como se previsse o que ia acontecer, Severino Vieira, então em Paris, escrevia a José Marcelino a 10 de fevereiro:

“O nosso Rui, se tivesse ele mentos, de via ser sustentado por nós, embora a minha convicção de que ele não seria a mais acertada escolha [...]. Rui se impõe à admiração de todos pelo seu talento e erudição; porém não é, nunca foi e não poderá ser jamais um estadista.”

Esse julgamento primário sobre Rui era dominante no meio político. E serviu para afastar do governo, como inconveniente, o maior político do seu tempo. Quem seria potencialmente maior estadista do que Rui Barbosa? Mas a opinião de Severino Vieira era, repetimos, o julgamento do tempo. Vê-se logo que Rui nunca teria os “ele mentos” a que aludia Severino, dado que este mesmo negava apoio ao seu pátrio. Quem o daria, fora do Estado? Quase ninguém, a não ser alguns poucos idealistas admiradores e alguns exploradores calculistas.

Rui, na sua “Explicação à Bahia”, publicada a 30 de agosto no jornal *A Tribuna*, de Antônio Azeredo (um dos exploradores calculistas, como mostrou Rodrigues Alves), procura mostrar que sua candidatura adquiriu uma substância que, na verdade, não chegou a ter. A coisa ficou limitada a uma parte da política baiana. Ele próprio, em frase lapidar, sintetiza a situação:

“Conheço-me bastante a mim, o país, a época e o regime, para não cair na ilusão de que, ainda aureolado com tamanho prestígio, o meu nome lograsse calar nas simpatias gerais da política republicana.”

E mais adiante:

“Apenas alguns órgãos jornalísticos, num ou noutro Estado, se exprimiram com benevolência ou aplauso. Mas os

che fes políticos, os centros políticos, os interesses políticos se abstiveram de amparar a iniciativa baiana.”

Foi tal e qual.

Mas Rui não era fácil de ser demovido. Sendo candidato, iria à frente. Assim fez em 1909 e em 1919.²² Mas, em 1905, percebeu logo que sua candidatura, sendo inviável, poderia dar a vitória a Bernardino, quer dizer, a Rodrigues Alves. E o que lhe importava, agora, era derrotar o governo e tomar conta da vitória. A oportunidade era única, mas formidável: despartar a ambição de Minas Gerais.

Mas Minas era uma incógnita. Parecia ainda fiel ao governo federal, embora o seu presidente, Francisco Sales, houvesse advertido ao presidente da República que um nome mineiro o colocaria em má postura.

Não havia ainda o nome, e a política mineira parecia dividida. Reuni-la em torno a um só candidato foi a exigência que Rui fez a Pena no “encontro solene” que com ele manteve no Senado, sob os auspícios de Pinheiro.

Apesar das dificuldades (os mineiros mais prestigiosos não queriam Pena), o nome do vice-presidente foi, aos poucos, dominando a situação.

Em junho, apesar das hesitações, Afonso Pena, lembrado naturalmente desde 1904, mostra-se já o mais viável.

Barbosa Lima, em um dos seus violentos discursos de oposição, concita os mineiros a se definirem. Ataca Minas Gerais, acoimando-a de submissa e incondicional, sem ânimo para erguer o nome de um dos seus filhos. Provoações como esta repercutiam. Naquele mesmo mês, os estudantes mineiros lançaram, em documento público, a candidatura de Afonso Pena. Propalava-se que Campos Sales se entendera com

22 Em 1919 os próprios correligionários pensaram em dissuadi-lo. João Mangabeira, Nilo Peçanha e José Eduar do de Macedo Soares foram procurá-lo, em Petrópolis, para isso. Rui recusou rispidamente. À saída, Nilo observou: “O Rui faz a barba na gente sem sabão.” (Contado por João Mangabeira.)

Glicério em favor de Pena e contra Bernardino, cuja reputação continuava a ser atassalhada.

Rodrigues Alves ia acompanhando os acontecimentos. A 27 de julho escreveu:

“Às 9h30min da manhã apareceu o Glicério. Soubera de coisas interessantes em relação à eleição presidencial. Continuava o trabalho de Pinheiro Machado em favor do candidato mineiro. Tem tido várias conferências com o Pena.”

No dia 29, encontra-se n’ *O Malho* esta quadrinha, que denuncia o fim dos entendimentos confidenciais:

*Receava-se o caceté,
Mas ca ce te não há, não!
Vai o Afonso pra o Ca te te;
Eis aí a so lu ção!*

Assi tu a ção, po rém, ain da não es ta va de fi ni da. Ro dri gues Alves foi informado de que Pinheiro parecia ter reservas ao nome de Afonso Pena e este di zia ace i tar o nome de Fran cis co Sa les. Na nos sa opi nião, as atitudes de Pinheiro e Pena eram simuladas. As reservas de Pinheiro visavam a valorizar o seu apo io, e a ace i ta ção de Pena ti nha por fim captar a total boa vontade do governo mineiro. No dia 28, Rodrigues Alves recebeu Carlos Peixoto.

Sobre esta entre vista, o presi den te an o tou:

“Conversei com ele longamente. Está certo de que o Pinheiro acabará aceitando o Pena e fa zen do uma con cen tra ção de forças em seu favor e mostrando-se apreensivo com isso. Sem repelir o nome, porque é mineiro, sente-se que o Pena não será bom para a po lí ti ca do Sa les e seus ami gos, por causa mesmo de uma certa repugnância ou hesitação em adotar a sua candidatura (do Pena) [...]. Glicério ficou desapontado com o que me disse o Peixoto, porque inferiu daí que tinha havido engano do Ramiro ou inexactidão.”

Ramiro Barcelos dissera a Francisco Glicério que Afonso Pena desistira de ser candidato, em favor de Francisco Sales. A notícia, espalhada por Pinheiro Machado, não era verdadeira. Obedecia à tática de vender mais caro a sua adesão.

No dia 29, Rodrigues Alves anotou:

“Os jornais noticiaram a desistência do Campos Sales e do Afonso Pena, e carta deste a Francisco Sales, apresentando-o candidato. Diz-se que é o candidato das oposições coligadas contra o Bernardino de Campos e o resultado de repetidas conferências do Afonso Pena.”

Prosseguia o plano confusionista. Mas já a 2 de agosto desvendava-se a trama da candidatura verdadeira. Eis a nota:

“Procurou-me de manhã o Afonso Pena, com quem conversei largamente a respeito da candidatura presidencial. Disse-me que o Pinheiro Machado declarou aceitar o seu nome e, por último, referiu-se à idéia de outro nome mineiro, como meio de reunir melhores elementos, falando nos nomes de Bias, Francisco Sales e dele. Acrescentou que conta com o Estado do Rio, Paraná, Pernambuco, Bahia, etc. Deu a entender que o Rui o sustentaria. Sobre Pernambuco disse que contava com o apoio do Rosa, referindo-se a conversas e conferências antigas.”

A confirmação do nome de Pena soou fria ainda ressaltando as aparências. É o que resalta da nota do dia 3:

“O Carlos Peixoto contou-me que o Venceslau Brás foi a Belo Horizonte levar a tal carta do Pena sobre candidaturas e mostrou-me um telegrama do Sales, presidente do Estado, dizendo mais ou menos ‘que, tendo entrado em nova fase a questão da eleição presidencial, o presidente²³ poderia aceitar a candidatura mineira, pela qual ele²⁴ tinha insistido.’ Disse-me o Peixoto que o Pena esperava um telegrama positivo

23 Sales.

24 Pena.

de adesão e ficou de sa pontado com o telegrama [sic]. O Pena, lendo-o, disse-lhe que não havia necessidade de me mostrar.”

Mas a verdade era que o nome escolhido era mesmo o do vice-presidente da República.

Pinheiro Machado aceitava-o, disse Peixoto a 28 de julho. Campos Sales e Bernardino estavam liquidados. As desistências de ambos eram fatos consumados.²⁵ Rui percebeu que seu nome não era viável e entrou como elemento de prol na Coligação, desde o “entrosamento” com Afonso Pena.

Esta, pois, plenamente vitória para a Coligação. Mas o velho e experiente político que ocupava a presidência da República deu, então, um golpe de mestre: aderiu à candidatura Pena e promoveu a adesão, a ela, do governo paulista.

Como o próprio Rodrigues Alves acentuou, o apoio do seu governo à candidatura da Coligação desagradou aos líderes desta, principalmente a Rui. Tibiriçá, em nome do governo paulista, Bernardino de Campos e Campos Sales, como candidatos de sistemes, declararam também suas adesões à fórmula mineira, no correr de agosto.

Mas os líderes coligados, que não podiam recusar esses apoios espontâneos, resolveram contra-atacar.

O contragolpe consistiu na indicação do nome de Nilo Peçanha para vice-presidente, nome que, sabiam, não podia agradar a Rodrigues Alves. A conduta do presidente do Estado do Rio foi negativa quanto à candidatura de Bernardino de Campos, e passou a hostil, nos casos do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão.

Rui Barbosa afirma que foi ele o autor da indicação. Escreve:

“Respondi (não me torço a responsabilidade) indicando o Dr. Nilo Peçanha. Não podia haver termo de conciliação mais desinteressado, mais simpático, mais auspicioso.”

Esta afirmação é incorreta. Rodrigues Alves diz exatamente o contrário:

25 O manifesto de desistência de Campos Sales, publicado no *Jornal do Comércio* de 29, foi recebido com frieza.

“Pensaram, então, os coligados, em procurar para a vice-presidência um nome que fosse um aviso ao Pena e uma provocação ao governo.”

Este nome, não sem ironia, é que Rui disse ser auspiciosa conciliação...

Pena aceitou o nome de Nilo contra as ponderações de Rodrigues Alves, como vimos. Reconheceu que Rosa e Silva também havia advertido “mas que ele receava renovar agitações”. Rosa e Silva chegou a pensar no nome de Seabra, para vice, como com pensação.

O futuro diria quem tinha razão, se o presidente, se o bloco. Afonso Pena não resistiu à política imposta pelo Bloco, que culminou na ameaça do seu próprio ministro da Guerra. Com a morte de Pena, Nilo assumiu. Mas assumiu para ser instrumento passivo da antiga Coligação e consolidar a candidatura Hermes. E Rui Barbosa, *magna pars* em todo o processo, rebelou-se afinal, inutilmente, porém, na campanha civilista, a maior página da sua biografia.

A princípio pensou-se em usar a forma, já tradicional, da convenção das duas casas do Congresso para a indicação do presidente e vice-presidente da República. Mas decidiu-se, afinal, pelo meio mais expedito: um documento firmado pela maioria dos deputados e senadores.

Rui Barbosa foi encarregado, no dia 27 de agosto, de redigir o documento e, já a 28, submetia seu trabalho à consideração de alguns colegas do Senado. O manifesto tem a data de 1^a de setembro.

Rodrigues Alves forneceu pormenores interessantes sobre o fato:

“Ontem começou a ser lido e assinado no Senado o manifesto de Pinheiro Machado e Rui sobre candidatos à presidência e vice-presidência. Disse-me o Dr. Francisco Bernardino²⁶ que houve algumas reclamações feitas por João Pinheiro. Aludia-se à idéia de combater a intervenção do presidente na indicação das candidaturas. Para afastar a idéia de hostilidade ao atual presidente, modificou-se a parte, falando em *presiden-*

26 Francisco Bernardino Rodrigues Silva, político mineiro. Era ligado a João Pinheiro. Filho de Firmino Rodrigues Silva, político do Império, autor do famoso panfleto sobre a “Facção Álica”.

tes.²⁷ Quando se combatia a idéia da convenção, ponderou ainda João Pinheiro, que foi quem fez aquela reclamação, que a idéia da convenção tinha sido adotada anteriormente, e que convinha assinalar-se este ponto. Modificou-se toda a redação, dizendo-se que a convenção era a opinião da maioria para nos pleitos anteriores.²⁸ Quando ler o manuscrito é que pudei aprofundar o sentido destas notas. Rui não queria [...] as modificações, e só fez com insistência, sobretudo do Pinheiro Machado. Refeindo-se às relações de Azevedo com Rui, disse o eminente político que aquele era o cornaca deste elefante (observação de Francisco Bernardino, que ouviu de Afonso Pena).”

No dia 31, o *Jornal do Comércio*, cujas atitudes, raramente inovadoras, eram sempre consagratórias, foi levado a acompanhar a corrente vitoriosa, apesar da amizade de seu diretor pelo presidente.

Tendo como redator provável Tobias Monteiro, o velho diário estampou na quele dia uma vária em que critica abertamente a influência do presidente da República na escolha do seu sucessor. O órgão consagrava, assim, a tese-pretexto, que o próprio beneficiário (Afonso Pena) não poderia resistir.

Estava confirmada a vitória do Bloco, sob a liderança de Pinheiro Machado. Mas já o fermento militar aparecia dentro da união política.

A 27 de setembro, Rodrigues Alves relata no seu caderninho o que soubera:

“Disse-me o General Aguiar²⁹ que ia comigo à Escola de Belas-Artes, que o General Pinheiro Machado havia convidado a jantar, há poucos dias, o General Mallet, e mos-

27 Sublinhado no original. O texto que aparece no manifesto é o seguinte: “O ascendente decisivo exercido pelos presidentes da República na transmissão do cargo suprema fere no coração a verdade republicana.”

28 Texto corrigido do manifesto: “Numa aproximação imitativa desse tipo se moldura a espécie de convenção, que aqui designou o presidente e o vice-presidente da República, nestes três quadriênios.”

29 Chefe da Casa Militar. Era genro do general Mallet, de quem se fala adiante.

trou-lhe a carta de vários oficiais do Exército, revoltados e prontos para entrar na campanha presidencial. Referiu que o Hermes estava pronto também e quis até procurar o presidente para se demitir do comando do distrito e ponderar os perigos da candidatura Bernardino e que ele, Pinheiro, não consentiu. Disse a Mal let que viu-se for ça do a to mar a ati tu de que ele conhece para evitar sérias perturbações, aludindo àquela condutados oficiais. Apro ve i tei a oca sião para di zer ao General Aguiar que o sogro era tido como um dos elementos do Pinheiro e que este se aproveitava das relações particulares com ele, Hermes, Alexandrino e outros, para o seu trabalho político.”

Anos mais tarde, em 1911 (nota sem data), Rodrigues Alves voltou ao dis tante episódio. Escreveu:

“Em sessão do Senado de 16 de novembro de 1911, o Senador Pinheiro Machado disse que, num banquete que os seus correligionários lhe ofereceram em 1905, no Hotel dos Estrangeiros, quando estava em ebulição a questão da sucessão presidencial, o Marechal Hermes, que comandava o distrito militar desta capital [Rio] e que também tomara parte no banquete, concluído este, chamou-o e lhe disse: ‘Vou pedir minha demissão porque entendo, como vocês, que o presidente da República não pode impor a candidatura de seu sucessor. Sou amigo do presidente da República, leal ao seu governo. Ocupando este posto não posso continuar a prestar-lhe os meus serviços, uma vez que ele se mantém irreduzível nessa deliberação’.”

Prosseguindo seu discurso, Pinheiro completou a informação, alegando que aconselhara Hermes a não se demitir porque o patriotismo de Rodrigues Alves o levaria a desistir da candidatura de Bernardino. E rematou o caso afirmando que ele, Pinheiro, mudara a posição de Rodrigues Alves:

“Sua Excelência, aceitando a minha solicitação, não levou avante o seu propósito e, dias depois, realizava-se,

como prevíamos, o ato patriótico do Sr. Rodrigues Alves, desinteressando-sedaquelacandidatura.”

No dia 9 de outubro, Afonso Pena chegou de Minas para a leitura da sua plataforma de governo. Foi recebido com as honras devidas pelo presidente.

No dia 10, à noite, sem se fazer prevenir, o futuro presidente esteve no Catete, onde não encontrou Rodrigues Alves, que saíra para um compromisso so ci al. Vol tou a 11 e deu ao seu ve lho co le ga e ami go o resumo do discurso que ia fazer. Explicou que falaria de administração e não de política. No dia 12, realizou-se o tradicional banquete do Congresso. O orador oficial foi JoaquimMurtinho, que leu um verdadeiro discurso-programa da Coligação. Afonso Pena leu a plataforma e o cavalheiresco Pinheiro Machado fez respeitoso brinde ao derrotado presidente da República.

Do dia 14 é esta sua nota:

“Mandeí um cartão ao Pena, com mu itos cum pri men tos pela plataforma e agradecendo a referência que fez ao meu go ver no, no ban que te de 12.”

Esses “muitos cumprimentos” não impediram que o Conselheiro cessante manifestasse certa amargura venenosa contra o Conselheiro entrante. Veja-se esta nota sem data, mas escrita pouco depois:

“Referiu-me o Gastão da Cunha que o Lafaiete³⁰ dizia que o Pena era uma fechadura velha, que abria para todos os la dos com cha ve, pre go, dedo, etc.”

30 Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira. Gastão da Cunha foi o político mineiro mais dedicado e leal a Rodrigues Alves. Era quem escrevia, nos apedidos do *Jornal do Comércio*, os artigos em defesa do governo, que apareceram em 1905 sob o pseudônimo de Frei Caneca.

.....

Capítulo Segundo

ELEIÇÃO DE AFONSO PENA

As dificuldades internas do Bloco vitorioso não demoraram a aparecer, com estrépito.

No banquete de 12 de outubro, o orador oficial, Joaquim Murtinho, aproveitou o discurso para apresentar, como dissemos, verdadeira plataforma de governo, em nome da Coligação. Rui Barbosa, sentado à mesa ao lado de Carlos Peixoto (com quem se avistara pela primeira vez), manifestou logo ao seu vizinho grandes divergências com a atitude de Murtinho. É o que diz em carta a Pinheiro Machado, do dia 13, e em um comunicado datado de 16, que o *Correio da Manhã* estampou a 17.

A Pinheiro, depois de exprimir “sua amarga e inconcebível surpresa”, Rui diz de entrada que não mais militava na Coligação. Acrescenta que não tinha o hábito de “ser amadrinhado” a decisões de que não participara. Não sacrificaria “a consciência, a honra e o respeito” a si mesmo. Ao jornal expõe estas idéias em palavras mais formais.

A 18 de dezembro, Rodrigues Alves, liberado das preocupações trazidas pela luta das candidaturas, subira para Petrópolis, em companhia da família. A febre amarela apresentava um surto anormal naquele ano,

devido ao relaxamento da política sanitária, e Osvaldo Cruz sugeriu ao presidente que precipitasse o veraneio, pois pretendia fazer o expurgo dos mosquitos no Palácio do Catete.

Em Petrópolis ficou o presidente, até depois da eleição presidencial. Suas notas revelam desinteresse pelo pleito que se aproximava. Habitualmente referem-se a outras coisas, entre elas fatos miúdos, como o ataque “terrivelmente cruel” que Luís Murat publicou na *Gazeta de Notícias* contra Leão Veloso, derrotado nas eleições de deputado na Bahia.

Em fevereiro desceu poucas vezes; uma para o triste dever de homenagear os mortos do *Aquidabã*, outra para inaugurar a fonte do Largo da Glória.

Afinal chegou o primeiro de março, data das eleições.

No dia 2, Rodrigues Alves assim comentou:

“Realizou-se ontem a eleição para presidente e vice-presidente da República. Na capital federal a abstenção foi completa. Pode-se dizer que não houve eleição. Concorreu muito para isso o mau tempo, pois choveu consideravelmente. Apenas recebi, à noite, telegramas dos governadores do *Ceará* e *Rio Grande do Norte*,¹ dizendo que o pleito correria bem. Telegrafei ao Pena dizendo que ‘as notícias vindas dos Estados davam o pleito correndo com regularidade, estando assegurada a sua eleição para o cargo de presidente da República e enviando as minhas felicitações cordiais.’ Recebi telegrama agradecendo.”

Seabra confirmou as impressões. Disse ao presidente que, no Rio, praticamente não houve eleição presidencial. As seções eleitorais estavam fechadas. Ninguém cuidara das cédulas. Foi preciso mandar imprimir cinco mil, que quase não encontraram tomadores. Os votos que apareceram oficialmente foram lançados nas atas a *bico de pena*.

Os jornais veicularam idênticas informações.

1 Palavras sublinhadas no original.

A *Tribuna* (vespertino) de 1^o de março consigna:

“Desanimador e triste o espetáculo oferecido em quase todas as seções da eleição de hoje. As mesas, sonolentas e tristes, esperavam debalde eleitores, que só por maravilha, um agora outro mais tarde, apareciam, olhando com espanto para as salas desertas.”

Em editorial, o mesmo jornal diz que Rodrigues Alves havia repudiado as suas doutrinas e passado “com armas e bagagens para o lado onde a vitória sorria”.

O *Correio da Manhã* de 1^o de março é ainda mais agressivo contra Rodrigues Alves. Disse que o presidente era um “bairrista tacanho que não cultivava a virtude da gratidão”.

Dá a vitória da situação a Rui Barbosa, à sua “abnegação sem exemplo”. Pinheiro Machado representara apenas uma comédia. Prevalecera a “vontade decisiva” da Bahia, segundo o provável redator, o baiano Leão Veloso.

.....

Capítulo Terceiro

FIM DO GOVERNO DE RODRIGUES ALVES

Decidido no plei to de 1^o de março o caso da su ces são pre si den ci al, Ro dri gues Alves, pre pa ran do em bo ra o país para a pas sa gem do governo, não podia descuidar-se dos acontecimentos que se sucediam. Ele sabia que estava sem força política, mas nem por isso deixava de mar car a sua po si ção pes so al, vi san do, ao mes mo tem po, pre ser var a sua au to ri da de e sal var a sua re spon sa bi li da de.

Já vi mos como se com por tou nos dois epi só di os mais im por tan tes da que le pe rí o do fi nal: a re vo lu ção em Ma to Gros so e a Ca i xa de Con ver são.

No primeiro, indiferente às sucessivas derrotas impostas por um Congresso submisso e incoerente, manteve-se firme, até a vergonhosa curvatura da Constituição à rebeldia e ao crime. No segundo, conseguiu, sob a ameaça do veto, fazer re cu ar a ma i o ri a hos til, que pre fe ri u adiar a decisão para o futuro governo. Aí foi a oposição a derrotada (pelo menos temporariamente) porque era muito duvidoso que conse gnis se a ma i o ri a es pe cial ne cess á ri a à re je i ção do veto. As inten ções dos

oposicionistas eram de forçá-lo a capitular também nesse ponto, mas não o con se gui ram. O ex-Chefe de Po lí cia Car do so de Cas tro, no me a do para o Su pre mo Tri bu nal, re fe riu ao pre si den te que, em con ver sa com o Ministro Manuel Mur ti nho, ou viu des te que a “va lo ri za ção do café se ria levada, como a va ci na, aos úl ti mos ex tre mos”. Por aí se vê o tipo de co bertura política que a oposição queria dar à iniciativa eco nô mi ca de São Paulo.

Um ter ce i ro as sun to im por tan te atra iu a aten ção de Ro dri gues Alves no decurso de 1906: a Conferência Pan-Americana. Mas, aí, sua pre sen ça era ape nas a do che fe do Esta do, re ce ben do os es tran ge i ros na ci da de re no va da. Não teve parti ci pa ção real.

O diário íntimo de Rodrigues Alves, no decorrer de 1906, completa, com in for ma ções que se per de ri am, o no ti ci á rio da im pren sa e os *Anais* do Con gres so. Nas no tas es cri tas dia a dia, sen ti mos o iso la mento crescente do chefe do governo no meio político, a crescente agressividade dos seus adversários, e, como reação natural, a amargura dele di an te de al guns ho mens de ação mar can te. Com ex ce ção dos au xi li ares diretos, da família e de alguns amigos mais chegados, Rodrigues Alves termina o governo aban do na do pelo meio po lí ti co e apo i a do pelo povo. Esta cer te za será o con so lo do seu os tra cis mo.

Hostilizado no Congresso, no Supremo Tribunal, na imprensa, ele re a ge no seu diário, ata can do pa rla men ta res, ju í zes e jo r na lis tas.

Já temos transcrito vários textos que exprimem esses senti mentos. Este é o dever do historiador. Há outros exemplos. Contra Lúcio de Mendonça, que não escondia sua hostilidade ao governo, ele ano ta a 3 de mar ço:

“Disse-me o Bulhões que foi procurado pelo Dr. Lúcio de Mendonça, do Supremo Tribunal, pedindo para pagar 4 contos pela incumbência de organizar a publicação dos acórdãos, mas não queria que o seu nome aparecesse. Contava com esse dinheiro para ir para Teresópolis. O orçamento dá, creio, que 9 contos para dois auxiliares, que seriam incumbidos desse trabalho e o Dr. Lúcio se contentava, *sendo um deles*,¹ que o dinheiro fosse mandado ao

1 Sublinhado no original.

presidente, que lho entregaria [...]. Dis se-me o Bu lhões que os dois auxiliares era o Dr. Lúcio e um filho do Olegário, presidente do Tribunal.² No tempo do Campos Sales já o Dr. Lúcio recebia uma *gratificação*,³ para ajudá-lo no cargo de procurador.”

Com o iní cio das ses sões pre pa ra tó ri as do Con gres so, no mês de abril, o presidente vai observando até que ponto sua chefia política estava sendo contestada. Muito diferente era esta Câmara da de 1903, no início do seu governo. O verdadeiro líder da política nacional era agora o Se na dor Pi nhe i ro Ma cha do. As ob ser va ções de Ro dri gues Alves deixam claro como o reconhecimento de poderes, no Legislativo, obedeceu à sua vontade. Os amigos mais chegados, como Glicério, iam se bandeando: “Desde o prin cí pio se tem dado o Gli cé rio como fe i to com o Pinheiro. Todos os amigos me preveniam disto e *eu os ia dissuadindo e contestando*, mas vendo quanto tudo era verdadeiro. Seria plano ou fraqueza,⁴ pen sa va eu?” (nota de 30 de mar ço).

Quando Pinheiro regressou de uma estação em Poços de Caldas, no mês de abril, tor nou-se, a bem di zer, ofi ci al a sua che fia.

Na estação de Cascadura foram encontrá-lo Nilo Peçanha, o General Mallet e o Almirante Alexandrino. Na pra ça fron te i ra à Central havia cerca de 2.000 pessoas e 100 carruagens. Longo cortejo acompanhou-o até a residência, na Tijuca. Glicério estava entre os acompanhantes. No jantar, na residência do senador, o vice-presidente eleito, Nilo Peçanha, saudou-o como chefe. Glicério estava ao lado de Pinheiro e falou tam bém. Ano ta Ro dri gues Alves:

“Este [Gli cé rio] fez o seu dis cur so ace i tan do a che fia de Pinheiro e concitando os republicanos a dar-lhe força. Somos um Bloco,⁵ disse ele, e desde que pregamos a cruz no om bro do che fe é pre ci so aju dá-lo [...]”.

2 Ministro Olegário Herculano de Aquino e Castro.

3 Sublinhado no original.

4 Expressões todas sublinhadas no original.

5 Daí partiu o nome de Bloco, dado à Coligação.

Dias de pois, no dia 20, Rodrigues Alves relatou como se encontrou com Glicério:

“Ao Glicério disse também que não era do Bloco; falei do escândalo dos reconhecimentos, da valorização, etc... Hei de cumprir com meu dever com desassombro até o dia 15 de novembro, ponderei eu, referindo-me à atitude do Congresso.”

Mas Glicério, como todo o Congresso, precisava firmar-se no oficialismo futuro, e o penhor dessa firmeza era Pinheiro Machado. Com a astúcia e a galanteria de sempre, o senador gaúcho aproveitou o momento para um golpe que fez crescer o seu prestígio. Bateu-se em duelo com Edmundo Bittencourt, que o vinha atacando violentamente. Rodrigues Alves deu grande importância ao fato, como toda gente. No dia seguinte ao duelo, 23 de maio, escreve:

“Deu-se o duelo entre o General Pinheiro Machado e o Dr. Bittencourt, do *Correio da Manhã*, saindo este ferido. O duelo teve lugar na Copacabana. Foram testemunhas do primeiro, o General Hermes e o Senador Ramiro; do segundo, o Dr. Vicente Piragibe e Osmundo Pimentel, redatores do *Correio*. Houve reserva no encontro. O delegado auxiliar foi procurado na manhã do dia por uma parente do Dr. Bittencourt, mas quando chegou a Copacabana já se tinha dado o encontro. Dizem que o Rui foi a única pessoa a quem Pinheiro comunicou a sua resolução [...]. Fez muito má impressão a presença do Hermes como testemunha, e fiz ver isto ao ministro da Guerra, que pensava do mesmo modo.”

Foi um enorme acontecimento na cidade. Aumentou a lenda de bravura e fidalguia do chefe gaúcho. Os jornais se dividiram. A *Gazeta de Notícias* era mais simpática ao jornalista; *O País* ao senador. *O Malho* dedica a caricatura da capa ao acontecimento.

A presença do General Hermes, se violava os regulamentos militares, consolidava a aliança entre Pinheiro e poderosa corrente do Exército. Preparava-se o futuro.

Havia tempos que Rodrigues Alves, na sucessão dos fatos, ia marcando o seu próprio isolamento.

A 20 de abril de cerca de Petrópolis, como fazia periodicamente. Em tais ocasiões recebia numerosos congressistas. Dessa vez poucos compareceram ao palácio. O presidente escreve-lhe os no mes, eram seis, e um deixou cartão. Observa: “Como é significativo isso! Era a primeira vez que lá estava, depois do começo das sessões preparatórias e há 180 deputados no Rio.”⁶

Quem lê a mensagem enviada ao Congresso a 3 de maio não imagina o desalento das impressões que o presidente fixara para si mesmo, dias antes. A última mensagem do governo é um documento enérgico e afirmativo. Recapitula em palavras simples a obra do quadriênio, os seus êxitos na legislação eleitoral, na saúde pública, na reforma urbana, nas estradas de ferro, nas pastas militares, na administração financeira, na reforma bancária. O homem podia ressentir-se com o desprestígio, mas o presidente mantinha-se firme nas posições.

Procurava encontrar razões de confiança. No dia 24 de junho, parece estar mais animado:

“Fui ontem assistir a uma conferência do Medeiros e Albuquerque, no Instituto de Música, sobre ‘adivinhações do futuro’. Fui convidado pessoalmente pelo Medeiros. Disse na conferência que quem nasceu a 7 de julho vence nas lutas, é o vaticínio do *Almanaque Hachette*.”

Mas no dia 7 de julho, seu aniversário, verificou uma outra realidade:

“Dei recepção em palácio, como de costume. Foi muito concorrida. Tocou a Antonietta Rudge, Artur Napoleão, Cernicchiaro; cantaram o Faro e a Vera; tocaram Beviláqua e Mari no e Vera e Artur, a 2 pia nos e 8 mãos.⁷ Poucos deputados de São Paulo, o Valois e Sarmento. Durante o dia, poucos (Arnolfo, Álvaro, Braga, Altino, Penteados). O Glicério mandou cartão de felicitações. José Lobo, idem. O Pinheiro Machado mandou telegrama, que agradei em carta. Rui, nada. Em

6 O número está sublinhado no original. Rodrigues Alves devia referir-se a deputados e senadores conjuntamente.

suma, alguma animação, muitas cartas e telegramas, mas afasta mento de amigos, etc., etc.”⁸

Amigos era a palavra usada na Primeira República para indicar correligionários, companheiros políticos. Rodrigues Alves, homem exclusivamente político, sentia isso: o isolamento naquele meio que mais lhe interessava.

Outras notícias do ostracismo chegavam. Em São Paulo, em um banquete oferecido a Carlos Peixoto, o Presidente Tibiriçá só muito instado aqui esceu em fazer o clássico brinde de honra ao presidente da República. Em Lorena, quando da inauguração da fábrica de pólvora de Piquete, o “Dr. Washington”, representante de Tibiriçá, não quis brindar o presidente da República. “Aquele Dr.”, continua Rodrigues Alves referindo-se ao jovem Washington Luís, “limitou-se a fazer um brinde ao ministro” (General Argolo).

Assim passavam as glórias do mundo... Mas Rodrigues Alves não se deixava abater.

A Conferência Pan-Americana oferecia ao presidente oportunidade que atenuavam suas amarguras íntimas. As festas; o orgulho de oferecer ao estrangeiro, que não mais receava a peste, a nova e maravilhosa cidade, cercada de águas e coroadas de flores; a sensação de ser sem preo principal personagem das reuniões e passeios; a segurança de que, apesar de tudo e de todos, estava ali, presente, a obra do seu governo, eram a recompensa que

7 Antonieta Rudge Miller (São Paulo, 1886), pianista desde muito jovem, famosa como intérprete de Beethoven. Artur Napoleão (Porto, 1843–Rio, 1925), pianista e compositor. Deu concertos na Europa e na América. Veio pela primeira vez ao Brasil em 1852 e aqui se fixou em 1866. Casimiro de Abreu refere-se a ele em uma poesia. Vincenzo Cernicchiaro (Tornaro, Itália, 1858–Rio, 1928). Violinista, pianista, regente, compositor e historiador da música. Nomeado professor do Instituto de Música por Pedro II. Publicou um livro sobre música no Brasil. José Darrigue de Faro, cantor de ópera. Deu recitais em 1906 no Teatro São Pedro, do Rio. Regente de orquestra. Alfredo Beviláqua (1846-1927), estudou piano na Áustria, França e Itália. Deu concertos na Europa. Voltou ao Brasil em 1870. Professor e diretor do Instituto de Música. Marino: não foi possível identificá-lo. (Informações de Carlos Drummond de Andrade.) Vera Barbosa, bela moça de sociedade, amiga da família. Depois esposa do Embaixador Félix Cavalcânti de Lacerda.

8 Padre José Valois de Castro, Alberto Sarmiento, Arnolfo de Azevedo, Álvaro de Carvalho, Francisco Ferreira Braga, Altino Arantes e Joaquim Barros Penteado.



Francisco Rodrigues Abreu na varanda interna do Palácio do Catete — da esquerda para a direita: Cecília da Silva Pereira, genro; Célia Rodrigues Abreu, depois Carolina de Melo; Ana (Cecília), Srª Cecília Pereira; José e Paula Rodrigues Abreu, futuros embaixadores; Maria (Marizete), depois esposa de Carlos Francisco de Paula Filho (Navegante), deputado federal; Oscar Rodrigues Abreu (Caca), futuro secretário do governo Altino Azevedo em São Paulo e deputado federal; Senador, o Presidente Rodrigues Abreu

ele colhia antes do fim. Mu i to di ver sa a sua si tu a ção da do sa cri fi ca do e bravo Campos Sales, cor ri do a pe dra das pela po pu la ção, es ca pan do a fur to, sob pro te ção mi li tar, até o trem, e ven do tri ste men te, da ja ne la do va ção, fi las de po vo à mar gem da li nha im pre can do con tra ele.

Rodrigues Alves ia a toda parte, sem guardas, no seu landô pu xa do a dois ca va los, com o co che i ro e o aju dan te de car to la. O Mi nis tro ame ri ca no Root che gou a pre o cu par-se, a seu lado, no car ro, quan do foram cer ca dos pelo po vo. O pre si den te teve di fi cul da de em ex pli car-lhe que se tratava de demon stração afe ti va e não hos til.⁹ Root devia estar pen san do nos pre si den tes bru tal men te eli mi na dos na sua gran de Rep ú blica, ou nas pe que nas di ta duras la ti no-ame ri ca nas. No Bra sil, o po vo do Rio, o timis ta e cor dial, não pou pa va pro vas de ca ri nho ao seu pre si den te, cuja obra a to dos be ne fi ci a ra.

Homens e mulheres aderiam à moda dos trajes leves: elas com blusas finas, sombrinhas, véus e luvas claras; eles com ternos de brim branco e chapéus de palha. Ro dri gues Alves man ti nha-se no ve lho es ti lo. Era de sobrecasaca e cartola que aparecia nos jogos de futebol, entre garri dos tor ce do res e tor ce do ras, em trajes lu xu o sos, mas es ti va is.

“Na Copacabana”, como escrevia o presidente, as be las mo ças, com as formas dis far çadas em hor ren dos ma ca ções de lã, a fun da vam-se com de lí cia nas águas ver des. Co pa ca ba na es ta va ape nas a 40 mi nu tos do cen tro, por bon de elé tri co, e era um pa rá is so. Co mu ni ca va-se fa cil men te com os ou tros ba ir ros, pelo Tú nel Novo, aber to em 1905, no mor ro da Ba bil ô nia. A are ia se desen ro la va, bran quís si ma, e o per fu me da ve ge ta ção ma ri nha recen dia pel as en cos tas. Nas ruas ain da não cal çadas co me çavam a ap are cer ca sas boas, ti po mestre-de-obra, abert as no meio de lar gos jar dins, com dois pa vi men tos, va ran da cor ri da, gra dis de fer ro. Qu a se todo o ma te ri al che ga va da Eu ro pa, dos ali cer ces aos te lha dos.¹⁰ Vin ham gru pos da ci da de, de dia nos fe ri a dos, à noite em qual quer dia, fa zer pi que ni ques na pra ia do Leme ou pró xi mo à Igre jin ha. Are i as bran cas, mar de in fin das pers pec ti vas, céu azul, solo re co ber to de ver du ras, Co pa ca ba na era mes mo um pa rá is so.

9 Narrado ao A. por Rodrigues Alves Filho.

10 Sobre a casa de meu pai, das melhores da Copacabana de então, construída em 1905, ver *Um estadista da República e Alma do tempo*.

No Campo de Santana havia batalhas de flores, com desfile de carruagens ornamentais. A jovem sociedade republicana ali se encontrava com os remanescentes outoniços da nobrezaimperial. Muitas dessas carruagens eram já automóveis, reluzindo nas formas novas dos *calhambeques* que hoje fazem, como brinquedos saudosos, a delícia das crianças.

Os primeiros chegaram ao Rio em 1903, como por menor do impetuoso progressismo. Pertenciam ao jornalista negro José do Patrocínio e ao requintado Diplomata Fernando Guerra Duval. Em pouco multiplicavam-se, a ponto de não mais chamarem a atenção, quando espocavam os bulhentos motores ou fonfonavam pelas ruas triunfalmente. Esse ruído das buzinas deu nome, no início de 1907, a uma revista renovadora, o *Fon-Fon!* – chocadeira de intelectuais jovens e relicário da alta sociedade.

O carnaval, velha paixão da cidade, sempre acomodada às mudanças sociológicas, entrou em brilhante período. Lembramos, com grande saudade, o depoimento de um jovem carioca do tempo, grande carioca de qualquer tempo, Gasão Cruls:

“Onde esquecer aquelas tardes triunfais de terça-feira gorda, em que o somido ainda apagado dos clarins ou um vago clarão de fogos-de-bengala ao longe anunciavam a entrada [...] da fantasmagoria ofuscante que era a passagem dos Democráticos e dos Tenentes?”

Machado de Assis, outro conservador, como o presidente, que não dispensava a sobrecasaca, a cartola e o *pince-nez*, presidia a Academia Brasileira e, sem qualquer oposição, a República das Letras. Encontrava-se, pela última vez, com o seu “querido Nabuco”, nas novas instalações da Academia, que, em 1904, se mudara para casa própria, no edifício público do Silogeu.

Jovens escritores, como Bilac e João do Rio, sustentavam a moda das conferências literárias. O presidente não deixava de atender a elas, quando convidado, segundo a tradição do mecenato imperial.

Nos clubes noturnos seletos, nos bordéis de luxo – as pensões das francesas que também tiveram sua quota na nosocivilização – encontravam-se com regularidade e naturalidade figuras de relevo no

meio social e político. Sua fama das *patronnes*, tinha o seu prestígio entre os homens influentes.

O Teatro Lírico acolhia personalidades mundiais da ribalta, como Sarah Bernhardt, a quem o venetiano do Rio Branco lançou o seu ramalhete de platônicos galanteios.

Nos prados corriam parelheiros argentinos, e o Iate Clube do Rio de Janeiro armaria com petições nas águas azuis da baía.

O futebol, paixão brasileira e glória mundial do Brasil, começara em 1905, com um clube de nome inglês, o Football Athletic Club, pelos lados da Tijuca e o carioquíssimo América, na sua provocante camisa rubra.

Aos sábados, as senhoras elegantes faziam o *footing* pela Avenida, muitas vezes aos pares, sem acompanhantes masculinos. Eram fotografadas e saíam nas revistas e jornais com notícias mesureiras: “Mme. X e Mlle. Y, admiravelmente *habillées* e *chapeautés...*”. Na porta das lojas de luxo, homens de bigode e chapéu-chile acompanhavam-nas com olhares gulosos, enquanto elas, arrebanhando as saias longas, marcavam bem as garças fornicadas. O poeta Manuel Bandeira, que bem que se lembrava daquele tempo, dizia-me que as mulheres eram mais excitantes assim, cobertas e modestas, com o mistério do corpo oferecido em pasto à imaginação, do que desnudas e reveladas como agora, com as imperfeições aparentes.

*

Em setembro, Afonso Pena já havia viafora do seu Governo, comunicando-o a Rodrigues Alves. Eram ministros: Rio Branco; Davi Campista, na Fazenda; Miguel Calmon, na Viação; Tavares de Lira, na Justiça; Hermes, na Guerra e Alexandrino, na Marinha. O Chefe de Polícia era Alfredo Pinto. A escolha de dois homens do centro para os postos supremos (Pena, mineiro, e Nilo, fluminense) determinou a repetição de nomes do Norte para os ministros: Calmon, baiano; Lira, potiguare e Alfredo Pinto, pernambucano.

Rodrigues Alves agradeceu a comunicação em carta de 15 de setembro:

“Estimarei muito que sejam auxiliares bons do seu governo e que pres tem os ser vi ços que você es pe ra de les. Pen so que você faz bem em adiantar essas indicações, para fazer cal lar a im pa ciên cia de al guns e dar tem po aos fu tu ros mi nis tros de se pre pa rar para o tra ba lho de suas pas tas.”

Ro dri gues Alves nada dis se a Rio Bran co do que sou be ra: que ele seria o único ministro que passava para o novo governo. Mas o Barão também fechou-se. A 18 de outubro, relatando uma conversa que tivera com Rio Bran co, Ro dri gues Alves es cre veu:

“Ainda não tinha o Barão recebido convite algum para o novo ministério. Sei, porém, por carta do Pena, que ele se ria o seu mi nis tro do Exte ri or. Nada dis se ao Ba rão.”

A dis cri ção do Con se lhe iro esta va sendo ilu di da pela do Barão, cuja ati tu de tal vez fos se mais as tú cia que dis cri ção.

Com efeito, no arquivo de Afonso Pena, existe uma carta de Rio Bran co, da ta da de 27 de ou tu bro, da qual cons ta este tre cho:

“O Dr. Veiga¹¹ que, devidamente autorizado, *me falou no dia 25 de setembro*¹² já disse a V. Ex^a que estou inteiramente às suas ordens para concluir, segundo as instruções e conselhos de V. Ex^a, os delicados assuntos internacionais que temos pendentes.”

A escolha dos outros ministros causou, como sempre, decepções e ciúmes.

Em Minas, os amigos de João Pinheiro, novo presidente do Estado, teriam preferido Carlos Peixoto, embora soubessem que Campista era inevitável. O desapoio de Minas ao nome de Campista, na sucessão de Afonso Pena, ex pri mia um pou co es sas re ser vas ini ciais.

Na Bahia, Rui Barbosa dominava, e, segundo confidencia Ro dri gues Alves, a in di ca ção de Cal mon des gos tou o ta len to so De pu tado Augusto de Freitas, que tinha suas aspirações. Não devemos esquecer que foi ele, Freitas, quem, em discurso irônico, cunhou a expressão Jardim da Infân cia, apli ca da ao go ver no Pena.

11 Edmundo Veiga, genro de Afonso Pena e chefe da sua Casa Civil.

12 Destaque nosso.

Rodrigues Alves, para quem os bastidores da política conservavam inesgotável atratividade, recolheu com prazer as notícias, que lhe chegavam, da luta surda, na Bahia. Freitas não compareceu, como os patriotas, à casa de Rui, no dia dos anos da esposa deste. Rui aceitara uma eleição sem prestígio (com maioria duvidosa) para vice-presidência do Senado, na vaga de Joaquim Murinho, que renunciara ao mandato. Rui aceitara porque precisava do posto para fortalecer-se.

Assim, o presidente ia recolhendo as novas que lhe traziam, sobre o governo do seu colega de academia. Mágoas de conselheiros desavindos...

No dia 18 de outubro, Rodrigues Alves deixou definitivamente o Palácio do Catete, transferindo-se, com a família, para a mansão da Rua Senador Vergueiro. Queria preparar a residência presidencial para o sucessor.

Os hábitos austeros e simples daquela fase republicana levaram as residências oficiais a serem tratadas como ampliações das boas casas de família. Certos pormenores fazem hoje sorrir. Como exemplo, é bastante consignar que, quando o presidente veraneava em Petrópolis e descia ao Rio para entreter-se com os membros do seu governo, fazia vir o almoço da Confeitaria Pascoal para si e os assessores da presidência, porque o serviço de cozinha era um só, e transferira-se para o Palácio Rio Negro. Nessas ocasiões, Rodrigues Alves pagava do próprio bolso a refeição em via da Pascoal a si e aos seus auxiliares.

O serviço particular da família, nos aposentos privados, era também feito por empregados de Rodrigues Alves, que, viúvo, entregara à mais velha das filhas solteiras a governança da casa.

Repetimos o que já foi dito, isto é, que o presidente e a família não levavam, portas adentro do Catete, vida em nada diferente da que era habitual na Rua Senador Vergueiro. Era a vida normal da boa sociedade carioca, a que ele, homem de posses, se acostumara desde os seus tempos de ministério e senador.

Ao aproximar-se o termo do mandato, começaram as manifestações de despedida, que marcavam o prestígio intacto do governo que findava, apesar de toda a sua debilidade política.

A 31 de outubro, o presidente recebeu calorosa manifestação popular em Niterói, onde fora inaugurar as oficinas elétricas que tomaram o seu nome.

No dia seguinte, inaugurou uma escola e um instituto profissional, no Rio. Grandes aclamações à sua chegada. Ele próprio anota que, nos últimos dias de mandato, assistiu “a várias inaugurações, recebendo constantes e repetidas manifestações de apreço”.

A casa da Senador Vergueiro estava sempre cheia de visitantes de todos os meios. Até as bandas militares da polícia e de outras corporações compareciam. Rodrigues Alves fez vir da Europa várias batutas que entregou aos chefes das bandas. “Eram de ébano, com chapas de ouro [consigna, minudente] e [traziam] na extremidade: Dr. Rodrigues Alves, 1906.”

A 3 de novembro, o presidente ofereceu um banquete de despedida aos seus auxiliares mais próximos, no Cateete. Estavam presentes os ministros, os elementos das Casas Civil e Militar e outras autoridades. Havia várias senhoras e a família presidencial. Rodrigues Alves, em ligeira saudação, declarou reconhecer que aos ministros cabia a maior parte da sua obra de governo. Respondeu, pelo ministério, Rio Branco. A opinião do Barão era contrária à do presidente. Segundo o chanceler, “o mérito de tudo quanto puderam fazer pertencia exclusivamente, ou principalmente, ao chefe de Estado”.

Os últimos dias de governo foram tão intensos quanto os primeiros. Rodrigues Alves despachava e expedia decretos,¹³ dava audiências, recebia amigos, comparecia a solenidades, inaugurava obras sobre obras. As manifestações em campo aberto ou em recinto fechado eram consagradoras.

No dia 5, houve festa no Jockey Club, recebendo o título de seu presidente honorário. Foi, então, homenageado pela sociedade carioca. No dia 8, inaugurou o prédio da Associação Comercial (atual Banco do Brasil, na Rua Primeiro de Março), recolhendo as homenagens das classes empresariais. No mesmo dia, inaugurou grande trecho do porto. Foi uma cerimônia espetacular.

13 Entre os decretos está o de 6 de novembro, que promoveu o General Hermes da Fonseca ao posto de marechal.

O presidente, com auxiliares, amigos e pessoas da família foi levado para bordo do navio *Goiás*, fundeado junto à ilha de Villegaignon. Daí o *Goiás* rumou para o ponto de inauguração, que era a paratevição, à saída do Canal do Mangue. Às 11 horas, o navio acostou e atracou no novo cais sob intensa aclamação vindas das populares, em terra, e das numerosas embarcações ornamentadas, que singravam nas proximidades. O presidente desceu ao cais, inspecionou os dois armazéns já prontos e assistiu ao levantamento da barragem que permeia a entrada, pelo canal, das águas do mar. Finalmente, inaugurou a parate nova da Avenida do Mangue, até o viaduto da Central, em construção.

No dia 11, inaugurou o novo Campo de São Cristóvão, senão aclamado pelo povo do bairro, ao qual endereçou discurso de saudação. No mesmo dia, inaugurou a Avenida Beira-Mar, em companhia de Passos, desde a Avenida de Lição, recém-construída (atual Osvaldo Cruz), até a Avenida Central. Percorreu, também, a praia de Botafogo, já pronta, e visitou o desaparecido Pavilhão Mourisco, em construção. Falou, na oportunidade, o engenheiro e construtor Miran Latif.

O *Correio da Manhã*, órgão do Bloco, negava no dia 13 que Rodrigues Alves tivesse se qualquer parate nas obras que inaugurava. Para o jornal (dia 14), a Avenida Central era “obra de mero luxo” e o presidente não passava de um homem “como dista e alonga”.

No dia 13, Passos, que continuava rudemente atacado, inclusive em ferinos apedidos do *Jornal do Comércio*, ofereceu ao presidente um banquete, na sua mansão das Laranjeiras. Rodrigues Alves compareceu com a família. Entre os convidados estava Oliveira Lima. Ao chegar em casa, o presidente anotou que, depois do jantar, “houve magnífica recepção”.

Passos assistiu ao próprio triunfo na Câmara da cidade, em cerimônia comovente, na qual o velho prefeito prestou contas da sua espantosa trajetória, diante dos representantes federais que haviam invadido a assembléia local.

Lauro Müller era aclamado nas últimas obras que inaugurava, inclusive fora do Rio, como quando foi a São Paulo abrir oficialmente o tráfico da Noroeste, que construíra.

A permanência, nas funções respectivas, de Rio Branco e Osvaldo Cruz era a prova do triunfo espetacular da ação do velho diplomata

e do moço cientista. Glória antiga e glória jovem, que rutilavam sem manchas, como um belo poente ou uma bela aurora. Inutilmente as víboras do despeito e a calúnia tinham tentado atingi-los, nos casos da *Panther* ou da febre amarela.

Bulhões recebeu um banquete, no qual a sociedade, as empresas, a imprensa e o Congresso estavam representados e a ótima situação financeira foi reconhecida nos discursos.

Seabra, o ministro político, saíra batido pelo novo esquema de poder. Excluído do Senado, para o qual fora eleito, havendo recusado a cadeira no Supremo, seu futuro parecia duvidoso. Foi ele o único a quem Rodrigues Alves ofereceu um jantar, no palácio presidencial, antes de retirar-se para sua casa. No dia 14 de novembro, Rodrigues Alves escreveu uma carta ao Senador Glicério, pedindo-lhe que trabalhasse em favor do reconhecimento do Seabra e “salvasse São Paulo da humilhação” de seguir o facciosismo de Rui. Glicério não deu resposta a essa carta, tendo dito, apenas, a Seabra que ia ver “se era possível remover as dificuldades”. Incansável na lealdade para com seu ex-ministro, incontestavelmente eleito, o presidente escreveu ainda, de próprio punho, a alguns senadores, em quem supunha poder confiar: Álvaro Machado, Pais de Carvalho e Índio do Brasil. Já em Guaratinguetá anotou, revoltado: “Nenhum me respondeu, e todos votaram pela anulação da eleição do Seabra. Que baixeza!”

Afonso Pena veio de Minas no dia 9, em trem especial, acompanhado por grande comitiva de políticos. Foi esperado, na estação de Casca dura, por Pinheiro Machado e outros líderes do Bloco.

Rodrigues Alves havia deixado o palácio, como ficou dito, desde 18 de outubro.

Estando o Catete pronto e arranjado, escrevera ele ao sucessor, no dia 14, comunicando-lhe que se encontraria com as filhas em palácio, a fim de receber o novo presidente e a esposa, para apresentá-los ao pessoal de serviço. Afonso Pena compareceu, mas não a família. Alegou que a esposa chegara de Minas na mesma noite, muito fatigada.

Rodrigues Alves e as filhas o receberam no Catete. À noite desse mesmo dia, foi ele visitar Afonso Pena e seu filho, no hotel em que

se hospedavam. Ao retornar à Rua Senador Vergueiro, no segredo do seu quarto, anotou com malícia:

“Lá estavam as famílias do [Antônio] Azeredo e do Eli-siário de Almeida: muito pontuais, porque a senhora do Pena havia chegado do nesse dia.”

Veio, afinal, o 15 de novembro. Na edição desse dia, o *Jornal do Comércio* publicou uma matéria dedicada a apreciar a ação do governo que findava. Era uma extensa matéria de redação, possivelmente de Tobias Monteiro ou do próprio José Carlos Rodrigues, composta em termos de documentada exposição factual, de equilibrada crítica e de elevado louvor. Representava um tipo de trabalho jornalístico que desapareceu da nossa imprensa, embora ainda seja corrente em grandes jornais do mundo. Sem adulação e sem retórica, com liberdade e franqueza, a matéria consagrava o governo, como bem demonstra esta frase final: “O quadriênio que hoje finda poderá confiar tranqüilamente no juízo dos vindouros.”

Na mesma edição, o *Jornal do Comércio* inicia a publicação, na íntegra, do relatório final sobre o governo, preparado pelos ministros, do qual já foram reproduzidas várias passagens. Também o *País* do dia 15, estampou longo artigo, de entusiástica apreciação do governo que findava. Era, provavelmente, da pena copiosa e experiente de Alcindo Guanabara.

O Presidente Pena tomou posse em sessão do Congresso, realizada no pequeno mas belo recinto do Senado da República, que também fora sede do Senado do Império.

Rui Barbosa, empossado a 25 de outubro como vice-presidente do Senado, presidiu a sessão. Fotografia do ato mostra a mesa com Rui ao centro e Afonso Pena à sua direita. Os circunstantes, na mesa e no plenário, estão de pé, vestidos de casaca. Na tribuna de honra, aparecem senhoras com grandes chapéus e algumas crianças enfarpeladas. A tribuna vizinha é ocupada por militares em uniforme de gala, onde reluzem galões e alamares. Distinguem-se, entre os parlamentares em atitude respeitosa, alguns vultos conhecidos, como Pinheiro Machado, James Darcy, Barbosa Lima, Miguel Calmon, agora ministro antes dos trinta anos. Meninos, do novo sistema, também podem

ser identificados: Carlos Peixoto e Calógeras, entre os já famosos; Melo Franco, entre os novos, que iam adquirir fama.

Rodrigues Alves chegara ao Catete ao meio-dia, vindo de casa. Visivelmente emocionado, despediu-se dos seus ministros, dos auxiliares diretos de maior ou menor categoria, e de numerosos visitantes.

Às 14h30min entrou no jardim do palácio o carro de Estado, em que vinham o Presidente Pena, o Vice-Presidente Nilo e o Ministro da Guerra, Marechal Hermes.

A cerimônia da transmissão foi breve, com curtas saudações dos dois presidentes. Rodrigues Alves retirou-se imediatamente e foi acompanhado pelo Presidente Pena, no carro da presidência, escoltado pela guarda de cavaleiros.

*

Entre 15 e 17, dia da partida do ex-Presidente para Guaratinguetá, a mansão da Rua Senador Vergueiro viveu alguns dos grandes dias da sua história.

Era um dos belos exemplares da chamada “arquitetura do café” do Segundo Reinado, construída pelo arquiteto Bosísio. Foi seu primeiro proprietário o Visconde de Cavalcântis. Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque, da mais pura linhagem dos Cavalcântis. No antigo regime, Diogo Velho presidiu pro víncias, foi ministro da Agricultura, da Justiça e dos Estrangeiros, e ocupou os dois postos mais desejados da vida pública: senador e conselheiro do Império. Homem fino, culto e viajado, encontrou na esposa, a formosa e elegante Viscondessa de Cavalcânti, uma companheira à sua altura. Amélia Machado Coelho de Castro, a viscondessa, de velha cepa mineira, foi uma das rainhas da sociedade carioca, e seus dois requestados salões da Senador Vergueiro, o vermelho e o azul, mobiliados à francesa, atraíam o que de mais alto havia nos meios da fortuna, da política e da diplomacia. No período em que o Visconde de Cavalcânti foi ministro, especialmente em 1877, quando deteve a pasta dos Estrangeiros, o salão da viscondessa encheu-se, todas as semanas, de belas mulheres, políticos gloriosos, visitantes de outras terras, celebrações intelectuais. Machado de Assis fala das quintas-feiras da Senador Vergueiro,

e Ramalho Ortigão lamentou que Amélia Cavalcânti tivesse trocado o Rio por Paris. Seu retrato, em pin-tura de Bonnat,¹⁴ mostra-nos a linda mulher que ela era, apesar de outoniça, já então. A carnadura é lisa e branca, forni-da e voluptuosa nas suas curvas e volúmes bem marcados. A cintura fina divi-de harmoniosa mente as formas generosas do corpo. Os seios opulentos destacam-se, muito brancos, mal cativos do largo decote do vestido negro. Do ombro esquerdo desce o braço roliço, terminando em forte mão, de dedos torneados. Para baixo da cintura não se vê carne, mas adivinha-se, sob as sedas, as sinuosidades sólidas das ancas. “Bela mostra”, como a qualifi-cou maliciosamente o presidente francês Sadi Carnot, ao visitar o pavilhão brasileiro na Exposição Universal de 1889, na qual o visconde era o delegado do Império.

Com a República, passara a mansão aos Castro Maya, aos Rocha Miranda, para vir ter aos Rodrigues Alves, em 1895.

Tal como acontecera, tantas vezes, no Império, o solar republicano acolhia agora tudo o que o Rio tinha de mais representativo, mas também do povo, estudantes, militares, modestos moradores das vizinhanças. O jardim ficava cheio de gente, grupos de curiosos, por falta de espaço aglomeravam-se na rua, dificultando a passagem dos veículos.

Centenas de mensagens chegavam, nos últimos dias do governo, por via postal ou telegráfica. Aos poucos, para além do bairro, a aproximação da partida de Rodrigues Alves foi atraíndo a atenção da cidade, a ponto de fazer com que o público tivesse mais em vista o presidente que deixava o poder do que aquele que inaugurava o governo.

A partida fora anunciada para o dia 17. Desde a manhã sucederam-se, no solar, pessoas de todas as classes, que vinham despedir-se desta distá-republicano; que vinham vê-lo, apertar-lhe a mão.

O ex-presidente a todos atendia, com sua afabilidade habitual, ao mesmo tempo simples e austera. Estava ali, então, pensariam os que passavam, o conselheiro do imperador, o dorminhoco incorrigível das sátiras de 1902, o surpreendente renovador da cidade, dominador da peste, de fenos da ordem contra a mazorca, pai extremo so de filhas moças, velhinho apurado de cavanhaque e *pince-nez*, que corria as ruas em carro

14 Hoje no Museu Nacional de Belas-Artes.

descoberto e cocheiroencartolado, que ia de sobrecasaca às batalhas de flores, às manobras militares, aos jogos de futebol. Estava ali, com os olhos penetrantes por detrás das lentes, o sorriso escasso, a bonomia distante, a pequenestatura, ao mesmo tempo emperdigada e familiar, o presidente, o presidente brasileiro, aquele que mais conseguiu praticar o regime presidencial em termos de eficiência e liberdade e em sintonia com os atributos da alma nacional. Ali estava o presidente tantas vezes vilipendiado pela imprensa, abandonado pelo sistema dominante, odiado pelos puros que queriam a República ditatorial, pelos uditivos que desejavam submissa às violências oligárquicas regionais, pelos aproveitadores que não se conformavam com a perda de antigas sobras da corrupção, pelos ressentidos, que viam na sua vida as oportunidades que não chegavam a alcançar.

Ali estava o presidente, com os seus erros e deficiências de formação, tolerante com os homens encarados individualmente, mas duro com os adversários, politicamente considerados; o advogado de província, informado do Direito, mas não jurista; o jornalista hábil, mas de pequena cultura; o homem sensível, mas pouco emotivo, para quem os mais dramáticos acontecimentos políticos adquiriam uma feição realista, às vezes chocante, e eram mencionados e tratados como tal.

Estava ali, como dono de casa, como pai de família, o presidente, cuja fisionomia, tão brasileira, tornara-se popular em todo o país pela fotografia e pela caricatura, esta muitas vezes cruel.

Que pensaria ele, o presidente, naquele dia? Pensava, talvez, no velho pai à sua espera, na cidade dezinha onde nascera, na casa onde se casara e onde vivera em Guaratinguetá; mas pensava também na imagem do seu nome, na conduta dos sucessores, nas vicissitudes do futuro. Pensava, politicamente, como pensou até no leito de morte.

Às 20h30min, grupos de estudantes entraram pelo jardim, invadiram a casa. Vinham trazendo balões venezianos e fogos-de-bengala. Riam, cantavam, aplaudiam, houve pequenas falas, tentativas de discursos, mas o ruído do povo aglomerado não permitia qualquer ordem manifes tação. O povo aumentava na casa, no jardim, na rua, e foi com grande dificuldade que se aproximou o carro do presidente da República, que Afonso Pena enviava com o chefe de sua Casa

Militar, Coronel Feliciano Mendes de Moraes, a fim de conduzir Rodrigues Alves à estação.

Foi então que estudantes e populares tentaram desatrelar os cavalos para puxarem o carro, coisa que acontecia, naquele tempo, em momentos de grande entusiasmo. Rodrigues Alves saiu, veio até o portão, parou com os rapazes e, com grande dificuldade, dissuadiu-os da que leges to constrangedor. Aceitou que a carruagem se guiasse a passo, cercada pelo povo, até a Praça da República. O trem especial o aguardava, não havia hora para o embarque, podiam levar o tempo que quisesse. E assim saiu o cortejo. Na frente ia o carro do ex-presidente, que seguia acompanhado das filhas Marieta e Celina, e do Coronel Mendes de Moraes. Depois alinhou-se um cortejo de mais de cinquenta carros, cheios de gente fina, de gente humilde, de estudantes alegres. E, na frente, ao lado, atrás das viaturas, vinha o povo a pé, aplaudindo, soltando fogos, agitando os balões.

As casas do percurso estavam abertas, iluminadas, cheias de gente que, das janelas, atirava flores. Era uma festa nunca vista até então, em condições idênticas.

Desceu o cortejo pela Rua Senador Vergueiro, passou por diante da casa de Rosa e Silva, pe que na chácara com bela residência e jardim de altas grades; atravessou a Praça José de Alencar, onde já se erguia o monumento ao escritor, inaugurado com discurso de Machado de Assis; à direita, ficava o palacete do Barão do Flamengo, casa linda, cujo terreno dava frente para a praça e fundos para o mar; costeou o Largo do Machado, com suas palmeiras, sua grande igreja inacabada; entrou pela Rua do Catete, na qual Rodrigues Alves deve ter contemplado o antigo Hotel Vitória, em que residira como ministro, o Palácio Nova Friburgo, exemplar supremo do luxo residencial no Império, e, até pouco, sua residência presidencial, a bela mansão à esquerda, perto do mar, onde Pedro I dormia nas noites de festa no Outeiro. Depois viu o Largo da Glória, com o jardim que Passos fez; desceu pela Avenida Beira-Mar, obra do seu governo; entrou pela Rua do Passeio, onde os remadores do Boqueirão o aguardavam em fila, e, ladeando o jardim do Vice-Rei e o Palácio Monroe, desembocou no monumento maior da sua obra urbanística: a joia e orgulho da Avenida Central. O povo, que vinha aumentando, ali já era multidão. Os cavalos seguiam a passo, o presidente acenava

para os novos grupos que iam se juntando ao prestígio da despedida. Os edifícios *belle époque*, *art-nouveau*, *modern-style*, da Avenida, iam passando. O Teatro Municipal já era reconhecível naquilo que viria a ser. No prédio de um cinema, divertimento novo, que começava a empolgar, um enorme retrato do presidente, cercado de luzes, atraía a atenção. O povo crescia, os cavalos seguros pelos freios iam devagar, os carros rompiam cuidadosamente, com pedres por todos os lados.

Percorrida a Avenida Marechal Floriano, contemplado o Itamarati de salões acessos e janelas abertas, com funcionários que aplaudiam nas sacadas, chegou, em fim, o cortejo à Praça da República, pouco depois de 10 horas da noite. Ali, apesar da chuva fina que caía, acumulavam-se milhares de pessoas. A descida do presidente do carro, a sua entrada na estação e marcha até o trem foram problemas delicados. Foi preciso que fileiras de policiais abrissem estreita passagem, pela qual Rodrigues Alves transitou praticamente carregado. Chegavam bondes cheios de senhoras e crianças, que iam despejando mais gente e aumentando a dificuldade do embarque. Várias bandas de música tocavam ao mesmo tempo, o patamar da estação estava coberto de folhas e flores, a massa era temível apesar de afetuosa, o berreiro ensurdecedor aumentava o ruído descompassado das bandas militares. Mal se via o peço que no vulto do presidente, arrastado para o trem pelos familiares e amigos dedicados.

O comboio compunha-se do carro-salão presidencial, de três vagões-dormitórios, um carro-correio e outro de bagagens. O carro-salão e os dormitórios estavam todos enfeitados de flores, por fora e por dentro. Afonso Pena esmerava-se em gentilezas para com seu velho amigo de mocidade.

Numa tempestade de aclamações, o presidente e família foram empurrados para o carro-salão, enquanto numerosos amigos e parlamentares se acomodavam nos dormitórios. Perto das 22h30min, partiu o comboio, vagorosamente, enquanto prosseguiram o som das bandas militares e os gritos e palmas da multidão. Nas estações próximas ao Rio, nas cidades paulistas cortadas pelo trem, até tarde da noite, quando chegou a comitiva a Guaratinguetá, sucederam-se as provas calorosas da afeição popular.

Rodrigues Alves sentia-se feliz. Em nota sem data, escreveu no seu caderno:

“Foi muito imponente a minha partida. Cho via bastante no dia 17, mas, ainda assim, os estudantes e povo fizeram-me uma ovação extraordinária, em todo o percurso, e, na estação, foi tal o aperto e a concórdia que não foi sem grande dificuldade que cheguei ao trem, apesar de todas as cautelas e prevenções. Vieram a Guaratinguetá, comigo, o Lauro, Argolo, Noronha e vários amigos. Em caminho de São Paulo muitas ovações, isto é, em Queluz, Cachoeira e Lorena. Em Cruzeiro não houve manifestação, por haver falecido o mais velho dos filhos do Novais. Em Guaratinguetá muitas festas. A comitiva almoçou em casa do Virgílio e regressou às 2 horas, ficando alguns para a noite, para assistir ao jantar, por fazer anos a Marieta.”

Em outra lembrança, consigna o reverso da medalha:

“O Dr. Tibiriçá limitou-se a agradecer o telegrama que passei aos governadores, no dia 15, referindo-se aos serviços que prestei ao Estado, com a estrada de Bauru e o alargamento da Central. Não mandou ninguém a Guaratinguetá, nem telegrafou [...]. Os deputados de São Paulo e os senadores portaram-se com igual indiferença, excetuados poucos. Arnolfo, Valois, nada! O Glicério esteve na Rua Senador Vergueiro no dia 15, e mais nada, tam bém.”

No repouso da velha casa de Guaratinguetá, Rodrigues Alves anotava as injustiças do presente.

Mas não demoraria muito e o futuro viria bater-lhe à porta.



*Casa da Rua Senador Vergueiro (esta do atual).
Foto Wilson Araújo*

.....

Livro VIII

Capítulo Primeiro

Viagem à Europa – Retorno a Guaratinguetá.

Instalado na velha casa de Guaratinguetá, desde que chegara do Rio, Rodrigues Alves manteve o hábito de anotar fatos e opiniões.

Parece, então, preocupado com duas coisas: os atos praticados pelo novo governo, que considerava inamistosos para com o seu, e o preparo da viagem que pretendia fazer à Europa, acompanhado pelas filhas solteiras.

Sobre os atos do governo Pena, ou, mais precisamente, do Ministro Davi Campista, conservou circunstanciado apontamento, sem data, mas escrito em janeiro de 1907. Eram coisas miúdas as de que se queixava: demissões de pequenos funcionários, por interesses políticos dos seus adversários no PRP.

Ao leitor desprevenido pode causar surpresa essa pequena apuração de contas por parte de um homem que deixava, cercado do reconhecimento nacional, o posto supremo da República.

Mas não devemos esquecer que a política se fazia, então, nos municípios, à base de nomeações de amigos e demissões de inimigos. E o prestígio local se aferia pelo poder de amparar os correligionários.

Rodrigues Alves, político representativo, chefe eleitoral na sua zona, não podia deixar de se sentir atingido pelas provas de desconsideração do governo federal. Era sinal de que os agentes do Bloco, que dominavam São Paulo, descobriam as baterias, e isso adquiria uma significação sem dúvida muito maior do que as simples quizílias municipais.

Eis um desses apontamentos:

“O Ministro Campista, segundo declararam os jornais, demitiu os fiscais de consumo da 21 e 22 circunscrições deste Estado (Guaratinguetá e Cachoeira), Manuel Fiscal e Ambrósio Bretas, e nomeou o Capitão Nestor e Fulano Castro. Soube-se que o fez a pedido de Arnolfo¹ e em virtude de ofício do Dr. Siqueira Campos, em nome da Comissão Central. Anteriormente o mesmo ministro demitiu o coletor de Lorena, Carlos Bittencourt, nomeando substituto. Em lugar de demitir claramente, o ato diz que ‘foi declarada sem efeito a nomeação do coletor F. feita em novembro último. Simplesmente *o novembro*² era do ano anterior, pois fazia um ano que estava o coletor em exercício, tendo prestado fiança e gozando de boa nota. Consta que este funcionário reclamou contra o ato e que o ministro achou bem-feita a reclamação, mas o ato ainda não foi considerado! Quanto aos fiscais, por intervenção de um dos meninos, não foi publicado no *Diário Oficial* e o Virgílio escreveu ao Pena a respeito.³ O ministro disse ao Nhonhõ que podia escrever que o ato não seria publicado. Posteriormente, o mesmo ministro disse ao Nhonhõ, que lhe agradecia o ter-lhe servido, que ainda não era tempo de agradecer porque os políticos de São

1 Arnolfo Azevedo, deputado federal e chefe político em Lorena, cidade vizinha de Guaratinguetá.

2 Palavras todas sublinhadas no original.

3 Virgílio Rodrigues Alves, irmão do presidente, Senador estadual em São Paulo.

Paulo estavam insistindo e ele não queria responsabilidade de qualquer rompimento; que faria o que o Pena resolvesse. O Virgílio tornou a escrever ao Pena, constando que este manteria a primeira resolução do Campista em favor dos *velhos*⁴ fiscais. Disse-me o Nhonhô que quando, pela segunda vez, falou ao Campista, inquirindo das novas dificuldades que surgiram, disse-lhe ele: 'Por que seu pai não escreve ao Pena?' 'Porque meu pai não se envolve nessas coisas', respondeu ele. 'Então o Coronel Virgílio...?' É triste consignar tudo isto, tão pequenino e mesquinho, mas, por isso mesmo, aí fica a nota, para reflexões posteriores. O Campista tem feito verdadeira derrubada nos empregos da Fazenda de sua nomeação. Referiu-me aqui o Lauro Müller que 'havendo solicitação dos homens políticos, está feito seja o que for!' Na Marinha tem havido igual movimento, e também na indústria, parecendo justa a observação do Lauro."

A nota acima, transcrita, parece-nos bem ilustrativa dos costumes políticos da época.

Antes de tudo, o tipo patriarcal das negociações políticas. "Os meninos" é que falavam pelo velho pai, e defendiam seus interesses. Entre os meninos figurava na frente o mais velho, Francisco, o "Nhonhô", nome que cheira a leite de negra, a bodum de senzala. Nome que é o mesmo que "Sinhô", ou "Sinhozinho": o jovem senhor de escravos.

Mas a política patriarcal se exercia pelo patronato, o amparo do patrão. E Rodrigues Alves sempre defendeu seus amigos mais humildes, com encarniçamento e dureza. Vê-se, também, que a ação contra o governo anterior concentrava-se no triângulo Davi Campista, Alexandrino de Alencar e Miguel Calmon. Minas, Bahia e a Marinha. Estava aí o esquema da futura candidatura Hermes, quando o apoio de Minas deu-lhe a vice-presidência e uma pasta, o da Bahia o retorno de Seabra ao ministério, e a Marinha permaneceu nas mãos fortes de Alexandrino.

Em Guaratinguetá, Rodrigues Alves atendia a visitas, locais ou vindas de fora, recebia homenagens, conversava com os amigos e companheiros, anotava os fatos. Pouco saía de casa. Quando estava

4 Sublinhado no original.

sozinho fazia caminhadas no grande salão de jantar, como exercício para as pernas, que lhe andavam fracas. Afetuoso mas não terno, polido mas reservado, os filhos sentiam que ele sofria com o ostracismo e a relativa solidão. A curiosidade permanente com que procurava se inteirar dos fatos políticos mostrava a falta que lhe faziam os longos anos de ação predominante e intensiva, praticamente ininterruptos desde o fim do Império. Todo vestido, de colarinho duro e *pince-nez*, as mãos cruzadas nas costas, o presidente passeava sozinho na sua sala de jantar. As filhas, já recolhidas, ouviam-lhe os passos no silêncio da noite.

Em fevereiro, recebeu Paulo de Frontin e a família. Traziam-lhe as medalhas de ouro e bronze, comemorativas da construção da Avenida Central. No mesmo mês, recebeu o cônego Amador Bueno, que lhe trouxe uma das três medalhas de ouro, cunhadas para comemorar a elevação do bispo Arcoverde a cardeal. As outras duas foram remetidas ao próprio prelado e ao papa.

Não era tolerante com os que o haviam combatido no fim do governo, mesmo se se tratasse de velhos amigos. Veja-se esta nota, de 4 de março:

“Apareceu aqui [em Guaratinguetá] o Sr. Laje, do *País*. Parece que veio fugindo de intimações judiciais, porque o *País* não reconhece a legalidade da dívida contraída com o Banco da República [...]. Jantou comigo e creio que se retira amanhã para Poços de Caldas, na companhia da família, que amanhã deve vir do Rio. Referiu que redigia a [ilegível] quando Campos Sales ia para a presidência do Estado ou da República e, querendo dar um número especial, pediu dados a este. Campos Sales mandou-os, e também uma fotografia da casa em que nasceu, em Campinas. Diz o Laje que na mesma estava escrito por letra do Campos Sales: ‘Casa em que nasci, em Campinas. Está situada no canto das Ruas Campos Sales e Feijó. Que coincidência, dois nomes paulistas (Campos Sales e Feijó) e ambos destinados às mais altas posições!!!’⁵ O Laje contava isto para mostrar a pretensão ou a vaidade do Campos Sales.”

5 Palavras sublinhadas e exclamações do original.

No dia 5, anotou um artigo do *Jornal do Comércio*, o qual, falando da administração de Passos no Rio, qualificou-a de “*devastadora tempestade* [...]”, *violenta, imoral, ruínosa, desvairada*”.

Outra preocupação de Rodrigues Alves, naqueles dias, era a próxima viagem à Europa, a primeira que empreendia.

Na frente, seguiu Nhonhô, a 16 de janeiro de 1907. “O embarque foi muito concorrido”, anotou o pai zeloso. De fato, naquele tempo, o chamado “bota-fora” para a Europa era acontecimento social que marcava a importância do viajante, como os enterros e as missas de sétimo dia, para a viagem sem retorno.

Juntavam-se fraques e cartolas, véus e chapéus emplumados, no Cais Pharoux. Havia cochichos sobre separações e saudades. Foi muito comentada a atitude de Carlos Peixoto, ao acompanhar ao cais um casal amigo, no qual a formosa mulher lhe era mais íntima do que o marido. O jovem líder político, da nova situação, o moço que até Rui e Pinheiro respeitavam, escandalizou os circunstantes ao permanecer de pé, sob a chuva, chorando abertamente enquanto o navio se afastava.⁶

Com o cuidado e antecedência que as coisas requeriam, pois uma viagem à Europa era uma expedição memorável, para quem não fosse diplomata, Rodrigues Alves preparava-se.

A 21 de janeiro, escrevendo a Joaquim Nabuco, então em Washington, para agradecer-lhe as felicitações pelo seu governo, anuncia a próxima partida para a Europa, com as filhas “que tanto desejam o passeio”.

A 9 de fevereiro, ainda não parecia ter decidido a data. Escreveu à filha, Catita, com os zelos de velho patriarca brasileiro. Assustara-se com a notícia de que a netinha mais velha, Marina, estava com coqueluche. Preocupava-se com o problema da babá da outra, Regina:

“Parece-nos que não será difícil encontrar aí uma boa ama, se vocês estiverem dispostos a suportá-la. Aqui é mais difícil. Já não se vê uma só que tenha boa aparência. Encontrando uma que sirva, parece-me que você deve aproveitar.

6 Contado ao A. por Nhonhô Rodrigues Alves. A dama em questão, já bem idosa, inquirida discretamente por mim, bateu-me sorrindo no braço e disse com graça: “Pode falar...”

Hoje de manhã morreu a Maria Mulata. Deve enterrar-se amanhã. Telegrafaram ao filho. Não sei se virá. Minha mãe também está doente, de cama. Ontem e hoje muito abatida. São os achaques da velhice.”

A ama-de-leite, a Maria Mulata, e a mãe, enferma, eram aludidas sucessivamente, com naturalidade. Maria Mulata era uma antiga escrava do sogro Oliveira Borges, que com ela tivera um filho, Francisco, irmão paterno, portanto, da sua mulher. Rodrigues Alves e o irmão, Virgílio, cuidaram da educação desse rapaz, filho da outrora bela Maria Mulata. Chico Oliveira Borges, neto de visconde, era um rapaz guapo, formou-se em engenharia e casou-se com moça de boa família, aparentada com o Marquês do Paraná. Não era, é certo, homem de sentimentos firmes. Depois de lançado na vida, passou a ter vergonha da origem, vergonha de ser filho da Maria Mulata. Daí a observação final do meio cunhado, o ex-presidente, homem de outra têmpera: “Telegrafaram ao filho. Não sei se virá.” Teria ido o doutor, mulato claro, a Guaratinguetá, acompanhar ao cemitério a mãe, mulata escura, que se orgulhava dele?

Quanto à mãe de Rodrigues Alves, Isabel Oliveira Borges, os ‘achaques da velhice’ eram mais sérios do que pensava o filho. Não se levantaria mais. Morreria antes da partida dele para a Europa.

A 25 de abril, escreveu Rodrigues Alves a Afonso Pena:

“Pena,

Tomei passagem para mim e minhas filhas no paquete *Aragon*, que deve passar aí no dia 8 de maio próximo. Tencionava fazer a viagem logo que deixei o governo, mas tive de adiá-la por conveniência de família. Espero completar, na Europa, o repouso de que careço, curar-me de um resto de beribéri que, de vez em quando, ainda me incomoda, e ver se a Marieta se liberta de uma enxaqueca impertinente, que não a deixa. Conto partir daqui no dia 1^o de maio, para poder estar uns dias com a Catita e assistir ao batizado da segunda netinha, que ainda não conheço, e fazer os últimos aprestos da viagem.”

Durante a permanência na Rua Senador Vergueiro, Rodrigues Alves recebeu numerosos políticos. No dia 7, véspera da partida, visitou as instalações renovadas do Instituto Histórico, que então funcionava

na Praça Quinze de Novembro, no antigo Convento do Carmo, o qual havia sido lamentavelmente desfigurado por um arquiteto *art-nouveau*. O presidente foi ali recebido pelo Marquês de Paranaguá e pelo seu ex-colega de colégio, o ilustre Vieira Fazenda.

O *Fon-Fon!*, nova e triunfante revista literária e social, aparecida a 13 de abril daquele ano, abre duas páginas de fotografias, no seu número de 18 de maio, para noticiar o embarque de Rodrigues Alves. O ex-presidente aparece em várias poses, ao descer do seu landô puxado a cavalos (ainda não aderira ao automóvel), na escada do cais, em companhia da filha Catita e do genro Cesário Pereira, no largo do Cais Pharoux, entre pequena multidão de admiradores, em um grupo de que participam Francisco Sales, de chapéu-coco, Carlos Peixoto, magríssimo, de fraque e chapéu-do-chile, e Gastão da Cunha, no auge da elegância, com seu fraque cinzento. Passos, Miguel Calmon e João do Rio (muito apumado no colete branco e no chapéu cinza) são também reconhecíveis.

Embarcado no *Aragon*, Rodrigues Alves dirigiu-se primeiramente a Londres, onde se hospedou no Hotel Metrôpole e internou em um colégio as filhas mais moças, Zaira e Isabel. De Londres, a 3 de junho, escreve a Catita:

“Recebi a primeira carta do Oscar e uma outra do meu pai, respondendo a um telegrama que passei do Recife. Vamos indo bem nessa enorme e atordoadora cidade [...]. Eu não pude ir⁷ por que a mesma hora tinha-me sido dada para audiência do rei, a que eu não podia faltar [...]. Temos visto muita coisa nesta cidade – os magazines, os museus, os teatros. Os brasileiros e ingleses relacionados no Brasil têm-nos procurado assiduamente. É a estação das festas e os diplomatas não têm tempo para desperdiçar. Ontem assisti a um jantar em casa do Régis⁸ nosso ministro e no sábado, 8, teremos um concerto. Nesse mesmo dia convidou-me para jantar o ministro argentino, e no dia 10 outro jantar na

7 Visitar o colégio das filhas.

8 Francisco Régis de Oliveira, ministro plenipotenciário desde janeiro de 1905. Seu filho Raul foi embaixador em Londres.

legaço. Conto ir no dia 13 a Belfast, na Irlanda, para o batismo do navio do Lóide *Pernambuco*. Na volta não me demorarei aqui, seguindo para Paris, onde haverá ainda um resto de estação. Achei o Rei Eduardo sincero e amável. Já o tinha visto na véspera, num torneio militar, e gostei muito das suas maneiras afáveis e cordiais.”

A 3 de julho já se achava no Hotel Regina, em Paris, de onde escreveu à filha:⁹ “Temos visto algumas coisas, havendo aqui muitos brasileiros. As famílias do Passos, do Lauro, Frontin, Burlamaqui, etc. Todos têm aparecido.”

No dia seguinte, 4, escreveu ao presidente:

“Pena,

Fiz com as meninas muito boa viagem. Como era minha intenção, fui diretamente à Inglaterra, onde demorei-me cerca de um mês, pretendendo voltar logo que for possível, porque deixei em Londres as filhas menores. Há oito dias estou nesta grande cidade, onde demorar-me-ei o tempo preciso para orientar-me no rumo que vou seguir. Tenho encontrado em toda parte muito bom acolhimento, ouvindo sempre falar bem do nosso Brasil, o que me enche de alegria.”

No dia 9, escreve a outro velho colega e amigo: Joaquim Nabuco. Este andava doente. Rodrigues Alves faz votos pela sua saúde. Ele próprio não andava bem. As lutas da presidência o haviam esgotado.

Ao genro dá uma impressão de Londres. Estavam no Hotel *Metrópole*, “um edificio enorme e no meio de uma considerável multidão de desconhecidos”. Fala do local: “É uma enorme acumulação de palácios e monumentos, numa rua intensíssima, notando-se monotonia na construção grandiosa dos prédios.”

Pensara em repousar num sanatório na Floresta Negra, mas, não encontrando acomodações, resolveu dirigir-se à Suíça. Ao genro

9 A maioria das cartas é dirigida à filha Ana (Catita), que residia no Rio.

informa que não lê jornais brasileiros, nem acompanha as coisas políticas.

A 9 de agosto, escreve do Kuranstalt Victoria, em Battenberg. Lá se encontrara com o irmão, Virgílio, que lhe dera notícias do Brasil. Em sua companhia fizera excursões pelos locais turísticos, Interlaken, o lago de Thun, de carro. Em setembro, depois de curta viagem a Paris, onde foi assistir à partida do irmão para o Brasil, retornou à Suíça. Internou-se no sanatório de Valmont-sur-Territet, à beira do Lemán. A casa, dirigida pelo Dr. Widmer, era muito freqüentada por brasileiros. Em Valmont procurava refazer-se da fadiga em que ficara, com as viagens sucessivas. Escolhia nelas apenas o que era mais importante para ver, mas “ainda assim verifiquei que a fadiga era infalível”.

A fadiga era já o início do declínio físico, a que aludiu mais de uma vez depois. Declínio que o levou a afastar-se do último governo de São Paulo, e que impediu, pela morte, sua posse na segunda presidência da República.

Descreve a vida do sanatório, os banhos com enfermeiros, as massagens, as visitas matinais dos médicos. Fala na linda vista do lago, os balcões abertos sobre as águas, as montanhas, as povoações esparsas nas encostas.¹⁰

O inverno se aproximava e ele “estava sem coragem, receando o frio”. Preparava-se, no entanto, para ir a Paris onde, em novembro, lhe ofereciam uma grande homenagem, constante de um banquete. De fato não foi uma, foram várias homenagens as que recebeu na capital francesa, as quais deram lugar até à impressão de um folheto descritivo.¹¹

De Valmont, a 15 de setembro, escrevia a Afonso Pena. Agradecia a carta que recebera do presidente e acrescentava:

“Em Londres e Paris não perdi a ocasião de recomendar o nosso país, sobretudo com os financeiros [sic], e, quando voltar, ainda continuarei nesse mesmo empenho.

10 Em 1924, hospedado em Valmont, com minha irmã Amelinha, levei exatamente a vida que Rodrigues Alves descrevia.

11 “*Notice sur les fêtes donnés à Paris en 1907 en l’honneur de Son Excellence le Conseiller Rodrigues Alves, ancien Président de la République des E. U. du Brésil*” (impressão do jornal *Le Brésil*, que circulava em Paris desde 1880).

Vejo que as coisas vão bem e o nosso desejo é que você caminhe sempre com êxito e felicidade.”

A 3 de novembro, ainda em Valmont, acompanhou com grande interesse a votação popular (referendo) sobre uma lei. Como político, despertava-lhe aquela demonstração de democracia direta, tão diferente dos hábitos brasileiros de eleição a bico de pena e delegado de polícia... Anotou:

“A 3 de novembro de 1907, estando em Valmont-sur-Territet, teve lugar o referendo que aprovou a nova lei militar da Suíça. O povo aceitou a lei por 326.103 votos contra 264.183. O pedido para o referendo tinha alcançado 80.000 assinaturas. Foi uma luta encarniçada, como não se via há muito tempo na Suíça. Os socialistas combatiam a lei. O Dr. Widmer, diretor do sanatório, estava desolado com os primeiros resultados, inclinado a crer na rejeição da lei.”

Acompanhava, também, os debates da Câmara francesa, e tomava notas.

A 12 de novembro, Rodrigues Alves e as duas filhas mais velhas voltaram a Paris, continuando no Hotel Regina, na Rua Rivoli. Deveria receber, a 16, o banquete anunciado, mas houve adiamento. Foi a Londres, por três dias, ver as filhas menores. Queixava-se, em carta à filha Catita, do frio e da chuva em Londres, e, em Paris, “do grande incômodo dos convites para jantares e passeios”.

Naquela época, Armand Fallières era o presidente da República, e, desde outubro de 1906, chamara Georges Clemenceau para a presidência do Conselho. O primeiro ministério Clemenceau era de grandes homens: General Picquart, na Guerra; Briand, no Interior; Caillaux, nas Finanças. A pasta do Trabalho, então criada, estava entregue ao socialista e futuro presidente da República, Viviani.

A 10 de dezembro, foi homenageado pelo ministro do Brasil, Gabriel de Toledo Piza¹² e esposa. Foi uma brilhante recepção. O presidente fez-se representar por um oficial. Rui Barbosa, então embaixador

12 Toledo Piza era ministro plenipotenciário em França desde 2 de agosto de 1890.

na Conferência de Haia, compareceu com a esposa e a filha. Os principais chefes de missões estrangeiras estavam presentes: da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália, da Suíça, da Bélgica, de quase toda a América Latina. A lista de brasileiros era extensa, e mostra quantos patrióticos residiam em Paris, ou ali estacionavam.

Entre os mais conhecidos, além de Rui e família, compareceram Lauro Müller, Francisco Passos, Carlos Sampaio, General Argolo, Lineu de Paula Machado, Tobias Moscoso e o Marquês de Barral, filho da querida de Pedro II. Muitos encontravam-se em companhia das famílias.

No dia 14, teve lugar um almoço realizado no Café Riche, presente o Presidente da Câmara dos Deputados, Paul Doumer.

Doumer era então um dos mais prestigiosos políticos da Terceira República, e levou ao máximo a carreira, tragicamente interrompida.

Em 1907 já tinha sido deputado, ministro das Finanças e governador-geral da Indochina. Naquele mesmo ano, em setembro, esteve no Brasil, onde foi recebido pelo Barão do Rio Branco e muito festejado nos meios políticos. Depois foi senador e presidente do Senado, mais duas vezes ministro das Finanças e afinal eleito, em 1931, presidente da República. Em maio de 1932 o Presidente Doumer foi assassinado por um terrorista russo, quando inaugurava uma exposição de livros de escritores combatentes.¹³

O grande banquete, longamente preparado, realizou-se dias depois, a 21, no Hotel Continental (hoje Intercontinental), na Rua Castiglione.

Presidiu à mesa Stéphen Pichon, ministro das Relações Exteriores. Pichon, dos mais dedicados amigos de Clemenceau, voltou à pasta do Exterior quando o chefe reassumiu o poder, durante a Primeira Guerra. Suas relações com Rodrigues Alves deviam ser antigas, pois Pichon chefiou a legação da França no Brasil, entre 1896 e 1898, quando aquele era ministro da Fazenda de Prudente.

Foi um jantar consagrador para o prestígio do ex-presidente e do seu país. Entre numerosas personalidades francesas e brasileiras,

13 Eu me encontrava então em um sanatório suíço e acompanhei pela imprensa a grande emoção que cercou o acontecimento em toda a Europa.

várias já referidas anteriormente, ali se achavam o representante de Armand Fallières; o Ministro do Comércio Gaston Doumergue, depois presidente da República; o governador-geral do Banco de França; diretores de grandes bancos, como o de Paris et Pays-Bas e o Comptoir d'Escompte; parlamentares franceses e alguns brasileiros (entre os quais Antônio Prado e Demétrio Ribeiro), vários dirigentes de entidades representativas da produção econômica. Uma banda militar executou a *Marselhesa* e o Hino Nacional Brasileiro. Depois de falarem Piza e outro orador, Pichon tomou a palavra, como ministro dos Estrangeiros e como antigo ministro no Rio de Janeiro. O entusiástico discurso de Pichon sobre o Brasil era uma espécie de compromisso pela revogação da circular de 1875, que punha entaves à emigração francesa.

O presidente brasileiro leu, em francês, o discurso de resposta. Depois de repartir, com alguns dos ex-colaboradores presentes, a glória do seu governo, fez a apologia da República brasileira e do seu surto de civilização. Crédito firmado, receita em expansão, higiene pública vitoriosa, grande porto na capital, política externa conduzida firmemente, como demonstrava nossa representação em Haia, indústria em crescimento, tudo fazia do Brasil um país “que não se encontrava em atraso, entre os que se esforçavam pelo progresso”.

Aborda com franqueza a valorização do café, omitindo naturalmente suas reservas ao plano e procurando defendê-lo aos olhos do estrangeiro.

Não evita declarações realistas sobre a fragilidade da nossa moeda-papel inconversível:

“Os fundos de resgate e garantia funcionam normalmente, mas (e isto foi sempre minha opinião e hoje é a de todo meu país) impõe-se o abandono desse mau regime e a entrada no da conversão metálica. Como sabeis, a tarefa não é fácil. Mas, por meio de orçamentos equilibrados, de economia nas despesas, da paz e trabalho no interior, de ordem e método na administração, chegaremos seguramente ao objetivo.”

Eram suas idéias, sua orientação de senador, ministro e presidente, que Rodrigues Alves tinha agora autoridade para reafirmar.

Nabuco, que lhe comunicou estar acompanhando de Washington o noticiário sobre sua viagem, felicitou-o pelas manifestações de Paris, e Rodrigues Alves, no dia 26, escreveu-lhe agradecendo os cuidados de velho amigo.

Naquele fim de verão, Rodrigues Alves fez excursões pela França, uma delas em companhia de Paul Doumer.

Receando provavelmente o frio de Paris, dirigiu-se, depois do Natal, para a Itália. Em Roma, segundo escreveu à filha, foi obsequiado “com grandes festas” e encontrou muitos brasileiros amigos.

Em março de 1908, estava no sul da França, em Nice. E confidenciava orgulhosamente: “A Avenida dos Ingleses,¹⁴ tão afamada, é realmente bonita, mas as nossas não ficam inferiores.”

Recordava com satisfação a sua Avenida Beira-Mar, a sua praia de Botafogo. Em junho, voltou a Londres, hospedando-se, dessa vez, no Savoy. Ali estavam amigos brasileiros, entre os quais Antônio Prado e seu genro Afonso Arinos. Manifesta alegria pelo nascimento “da nova netinha” Anah, desejando que ela “cresça feliz”.¹⁵

Em 8 de junho, estava em Colônia, na Alemanha. A 9, encontra-se em Essen, para visitar as usinas Krupp. Ficou hospedado na luxuosa residência da família Krupp, recepção que lhe valeu, mais tarde, durante sua última presidência em São Paulo, em meio à guerra mundial, rudes ataques partidos de um filho de Rangel Pestana, que não esquecera os ressentimentos paternos.

Na primavera e verão de 1908, excursionou longamente pela Alemanha, Áustria, Holanda e Bélgica, e, em seguida, passou um mês em Londres, na companhia das filhas.

Na Itália, foi recebido pelo rei, como relatou, aludindo à conversa que com ele teve sobre a sua desastrosa sentença na questão com a Inglaterra.

Em agosto, estava de novo em Paris, preparando a viagem de volta. Embarcaria com as quatro filhas, pois retirara as duas menores do

14 Promenade des Anglais.

15 Carta de 3 de junho a Cesário Pereira.

colégio inglês. De 3 de setembro de 1908 há uma carta sua a Afonso Pena, cumprimentando-o pela inauguração da Exposição Nacional do Rio de Janeiro e comunicando-lhe seu regresso “em fim de outubro”. Partiu, de fato, no dia 30 daquele mês, chegando a 16 de novembro pelo novo e admirado paquete inglês *Araguaia*, o mesmo em que o presidente argentino Roca aportara, meses antes, no Rio. O desembarque de Rodrigues Alves e sua família não se fez no Cais Pharoux, como era hábito, mas na enseada de Botafogo. A Exposição Nacional, na Urca, dera lugar a um serviço marítimo de transportes naquela enseada. Rodrigues Alves e as filhas vieram até o pavilhão de regatas de Botafogo, em escaler da Marinha, remado por marinheiros. O *Fon-Fon!* dedicou uma reportagem ilustrada ao fato, na edição de 21. A bordo foram recebê-lo, entre outros amigos, seus ex-colaboradores Seabra, Lauro Müller, Bulhões e Passos. Rio Branco, muito gordo, não se arriscava a aventuras marítimas, mas esperava-o no pavilhão, e com ele foi, de carro,¹⁶ até a Rua Senador Vergueiro. Em Botafogo, havia-se formado grande massa popular, que, em cortejo a pé, cercou os carros e acompanhou-os até a residência do ex-presidente. Repetia-se, em menor, na chegada da Europa, a manifestação que recebeu na saída do governo.

16 Em uma fotografia da época (1907), tirada no “corso” de Botafogo, a proporção era de onze carros para dois automóveis. Em 1908, só três senadores tinham transporte próprio: Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Antônio Azeredo. Todos os veículos eram carros. O de Rui era um cupê, puxado a bestas; o de Azeredo, uma *vitória* de rodas de borracha, também atrelado a bestas; o de Pinheiro era o mais luxuoso: uma *vitória* nova, com cocheiro de libré, tirada a cavalos, bela parelha que o gaúcho gostava de mudar com frequência. Carlos Peixoto, presidente da Câmara, andava a pé, de bonde ou no automóvel do Catete.

.....

Capítulo Segundo

Afastamento político – Residência em Guaratinguetá.

A partir de seu regresso da Europa, Rodrigues Alves não exerceu mandato político até ser eleito, pela terceira e última vez, para o governo de São Paulo, em 1912.

O período de cinco anos e meio que transcorreu entre o termo da presidência da República e o início do governo estadual foi aquele em que mais longamente se manteve afastado dos postos políticos, em toda sua vida pública.

Afastamento dos postos, porém, não significava distância da vida política.

Nas eleições federais, de março de 1909, o único posto a que ele podia aspirar, que era o de senador por São Paulo, foi ocupado por Campos Sales, que sobre ele tinha inegável precedência como republicano, como ex-presidente do Estado e como ex-presidente da República. O campineiro foi eleito a 3 de outubro e reconhecido a 17 de novembro de 1909. Vinha completar, na sétima legislatura, o mandato de Lopes Chaves, falecido naquele ano. Assim sendo, o seu período devia

durar até janeiro de 1913. Campos Sales foi reeleito em 30 de janeiro de 1913, mas morreu em junho daquele ano, sendo substituído por Adolfo Gordo. Rodrigues Alves encontrava-se então no governo do Estado.

Com a precocidade que era a marca da questão sucessória na Primeira República, o nome de Rodrigues Alves começou a ser falado para uma nova presidência, desde fins de 1908, quando de seu regresso da Europa.

Rodrigues Alves não desejava animar tais boatos, nem mesmo participar de conversas no meio federal. Isola-se em Guaratinguetá, para onde partiu pouco depois da volta. Seu plano era de viver na cidade onde nascera. A casa da Senador Vergueiro servia para abrigá-lo nas ocasiões em que vinha ao Rio. Mas passava a maior parte do tempo no seu vale natal do Paraíba, entre a velha casa e a velha Fazenda das Três Barras. Era plano assentado desde a Europa. A 23 de outubro de 1908, escrevendo a Nabuco, de Paris, anuncia-lhe o regresso iminente ao Brasil e diz que “vai residir” em Guaratinguetá.

Gostava de sua cidade, da mansão familiar tão ligada a toda a sua vida. A localização de Guaratinguetá, a meio caminho entre Rio e São Paulo, com condução fácil e diária pela Central do Brasil, era ideal.

Congressistas e homens de imprensa costumavam fazer escala na cidade, informando-o e procurando ouvir suas opiniões. Ele escutava, falava pouco, observava a evolução do panorama político, nem sempre com otimismo. Olhava os seus interesses de fazendeiro, dedicava-se com o desvelo de sempre à família, e, vemos pelas suas notas, ocupava o tempo em leituras, coisa que, na vida intensa, pouco pudera fazer. Foi nos períodos de 1909 a 1912, e de 1916 a 1918, que Rodrigues Alves mais leu. Romances clássicos, poetas consagrados, estudos históricos, biografias, eis o que transparece de suas notas em matéria de leitura.

A 20 de janeiro de 1909, realizou-se o casamento da filha, Celina, com o Dr. José Joaquim Cardoso de Melo Neto. A casa do avô, agora sua, em que também se dera o seu matrimônio, enfeitou-se toda.

“O ato civil [anota ele] teve lugar às 9h30min da manhã na sala de visitas e o religioso às 10 horas, na capela armada na sala de jantar. O altar ficou muito bem decorado, com as alfaias

mandadas pela Candelária, do Rio. Foi celebrante o Arcebispo Dom Duarte Leopoldo, ajudado pelo seu secretário e mestre-de-cerimônias. O Padre João,¹ assistiu também. O casamento teve lugar antes da missa, fazendo o arcebispo um belo discurso.”

O almoço de 80 pessoas foi em casa do irmão, Virgílio. Os noivos seguiram para São Paulo em trem especial, em companhia do arcebispo e convidados.

Assim corria a vida mansamente, em Guaratinguetá.

No país, porém, as águas políticas encrespavam-se e o céu ameaçava tormenta.

1 Padre João Filippo, durante longos anos vigário de Guaratinguetá.



*Fachada da casa do Conselheiro Rodrigues Alves em
Guaratinguetá. Cortesia do
Professor José Luis Pasin*

.....

Capítulo Terceiro

Crise política – Morte de Afonso Pena – Candidaturas presidenciais.

En outro estudo dedicado à Primeira República tratamos longamente da crise política nacional deflagrada em fins de 1908, que culminou com a morte do presidente Pena, em junho do ano seguinte.

Não voltaremos ao exame daquele angustioso período da história republicana.¹

Aqui faremos somente uma recapitulação sucinta dos episódios mais marcantes, de forma a que se encadeiem os fatos com a vida de Rodrigues Alves.

A eleição de Afonso Pena, já o vimos, tinha obedecido a interesses que, no fundo, eram contrários à pessoa e à política do candidato. Pinheiro Machado, o dono do Bloco, só aceitou a candidatura mineira, que acabou impondo, para derrotar Rodrigues Alves e São Paulo. Mas, paradoxalmente, Afonso Pena surgia como expressão de um movimento de republicanismo radical que em nada se parecia com ele, monarquista liberal e moderado. O Marechal Hermes (não esqueçamos

1 *Um estadista da República*, vol. II, cap. XIII.

que tinha sido promovido ao posto supremo por Rodrigues Alves), já em fins do quadriênio incidira em manifestações de indisciplina, que não vieram a público pelo trabalho suasório de Pinheiro. Rodrigues Alves, porém, era informado das inconvenientes declarações da intenção do comandante do primeiro distrito do Exército, e as anotava no seu caderno.

O Jardim da Infância, ao desafiar imprudentemente Pinheiro Machado, contribuiu para a crise. Por inexperiência e falsa segurança, os jovens líderes daquele movimento, principalmente os amigos inseparáveis Carlos Peixoto e James Darcy, presidente e líder da Câmara, ameaçavam o domínio de Pinheiro Machado no Senado, confiantes no apoio de Afonso Pena, no Catete, e de João Pinheiro, no Palácio da Liberdade.

As cisões na Bahia e no Rio Grande foram completando o quadro da crise. A última pôs frente a frente o Bloco e o Jardim de Infância, no choque entre Pinheiro Machado e James Darcy, do qual o primeiro saiu vitorioso, enquanto o segundo se viu forçado a renunciar ao mandato e à vida política, em 28 de dezembro de 1907. O Bloco tentou evitar a reeleição de Carlos Peixoto para presidente da Câmara, em maio de 1908, sem resultado. Afonso Pena deu mão firme ao jovem chefe mineiro. A derrota do Bloco, no importante episódio da presidência da Câmara, consolidou aparentemente a situação. Mas a vitória era no fundo ilusória.

A 25 de outubro, João Pinheiro morreu em Belo Horizonte, desabando a mais forte viga de sustentação do domínio mineiro.

O desaparecimento do presidente de Minas implicava, antes de tudo, em esvaziar o quadro sucessório. João Pinheiro seria quase inevitavelmente candidato à sucessão de Pena, dando a Minas a seqüência de poder que São Paulo usufruía em três períodos.

Afonso Pena cometeu então o grave erro de suscitar a candidatura de Davi Campista. O mesmo erro fora cometido por Rodrigues Alves com o nome de Bernardino, mas aqui a participação do presidente era reflexa; obedecia, na verdade ao comando de Tibiriçá.

Pena agiu com iniciativa e responsabilidade pessoais. Foi o principal culpado pelo desastroso fracasso, que lhe custou a vida. Abandonado por São Paulo, e, depois, pelo seu próprio Estado,

Afonso Pena viu-se, de repente, cercado apenas pela jovem guarda do Jardim da Infância. A própria situação mineira negara-lhe estribo, na hora de montar.

De fato, foram Bias Fortes e Francisco Sales que, por manifestações públicas, tornaram extremamente difícil o progresso da candidatura Campista. Seguem-se então os costumeiros e confusos conchavos de próceres, nos quais surgem vários nomes, com mais insistência os de Rio Branco e Hermes da Fonseca, sendo que este, desde o começo do ano, era lembrado em reuniões públicas, por oficiais do Exército.

No dia 12 de maio, aniversário do Marechal, sua candidatura foi lançada, em violento discurso do Capitão Jorge Pinheiro. No dia 14, Afonso Pena, vendo desvanecida a candidatura Campista, pediu ao ministro da Justiça, Tavares de Lira, que coordenasse uma solução saída de grandes nomes, entre os quais Rodrigues Alves, Campos Sales e Quintino Bocaiuva.²

Mas naquele mesmo dia, no despacho coletivo, Hermes leu a Lira o seu pedido de demissão, que formalizou junto a Afonso Pena no dia 18, em carta a que não faltaram veladas ameaças. Na véspera, dia 17, oficializara-se a candidatura do Marechal em reunião na casa de Pinheiro Machado. Francisco Sales deu-lhe o apoio de Minas, sendo escolhido para, em companhia de Pinheiro, levar a notícia ao premiado.

Candidato oficial a 19, Hermes teve a homologação do seu nome em apressada e transida Convenção de congressistas, reunida no dia 22. Era o fim do domínio mineiro.

Peixoto renunciara à presidência da Câmara a 17, sendo substituído por Sabino Barroso, que simbolizava a submissão do PRM, juntamente com Venceslau Brás, escolhido vice-presidente.

O Bloco estava vitorioso, o Jardim da Infância liquidado. E Afonso Pena na mesma situação de Rodrigues Alves em 1905. A 14 de

² Em 1957, Tavares de Lira confirmou, em entrevista a Odilo Costa Filho, essa revelação que nos fizera, e acentuou que o nome preferido era o de Rodrigues Alves, ajuntando, mesmo, que, se Afonso Pena não houvesse morrido, seria ele, afinal, o presidente.

junho, menos de um mês mais tarde, o presidente ralado de desgostos e desilusões, morreu no Palácio do Catete.

O barco republicano ficava, agora, sob o comando frágil de Nilo Peçanha. Pela primeira vez, desde 1889, o governo era entregue a um homem que não saía do Exército, nem de um grande Estado, e que, além de tudo, não gozava de especial autoridade política.

A princípio, Nilo não se enquadrou no sistema hermista, tanto assim que o Estado do Rio foi um dos três ausentes da convenção de maio.

Segundo tudo indica, procurou ainda encontrar uma solução, e pensou também em Rodrigues Alves. Com esse fim tentou uma sondagem, em Guaratinguetá. O ex-presidente fornece-nos curiosos dados a respeito, na nota que tomou no seu refúgio, no dia 23 de julho:

“Tive aviso do Rio, de meu filho, que o Medeiros Albuquerque viria conversar comigo. Chegou pelo rápido, à 1½; fui recebê-lo na estação. Passou a tarde, jantou e às 9 horas foi para o hotel, para esperar o trem noturno de São Paulo. Veio conversar sobre candidaturas presidenciais. Sabia por um amigo que o Nilo, se tivesse a certeza de que teria o apoio do futuro governo para a sua direção política e vida futura, abandonaria o nome do Hermes, e, com sua atitude, a opinião dos Estados se modificaria. Se ele pudesse, por sua conta, assegurar que, no novo governo, seria ele (Nilo) o diretor da política na Câmara e no Senado, etc. etc., estava certo do êxito. Estendeu-se nestas idéias, que achava de grande alcance, uma vez que tinha sido abandonada a outra, de embaraçar os meios do governo no Congresso, para forçá-lo a entrar em algum acordo. Disse-lhe que havia uma preliminar decisiva: é que eu não queria ser candidato. Isto mesmo havia dito ao Cassiano e ao Rubião,³ ao chegar da Europa. Expus-lhe, então, qual era a situação do meu espírito, absolutamente indisposto para a atividade neste momento. Se pudesse aceitar a indicação, o alvitre sugerido não me agradava, porque não compreendo tais

3 Cassiano do Nascimento, gaúcho, seu líder na Câmara, e Rubião Júnior, amigo paulista.

subordinações e o meu temperamento repeliria tais conchavos. Nunca trabalhei na política e desacordo com o Nilo⁴ e penso, mesmo, que as nossas idéias não combinam, nem os processos de vida política. Não me parece que ele [Medeiros] ficasse muito contente de me ouvir, o que eu não estranhei, porque ele é dos que não acreditam que se não queira ser presidente da República. É possível que, mais tarde, me resolva a entrar em atividade no meu Estado. Disse-lhe ainda que meu filho, no Rio, estava informado do meu pensamento e ficou de lá procurá-lo. Creio bem que isto foi apenas meio de encerrar a conversação. Disse-me que já tinha feito as pazes com o Rui e que, se fosse eleito o Hermes, iria para a Europa. Só precisava da garantia de 3.000 francos por mês, para lá viver. Pouco adiantou sobre os trabalhos para a convenção que vai se realizar em agosto. O nome do Rio Branco era talvez o único que poderia ser aceito por todos, mas ele continuava a recusar...”

A tentativa de envolvimento só tinha importância porque a sondagem partia do ocupante do Palácio do Catete.

Nilo Peçanha não pertencia à escola política que Rodrigues Alves respeitasse. O emissário também não lhe merecia confiança, apesar de sempre ter se mostrado seu amigo. E a trama, enfim, além de ingênua não lhe parecia correta.

Muito interessante, pelo panorama geral que traça da situação, é a carta escrita a Rodrigues Alves pelo Senador carioca Tomás Delfino, a 19 de julho. Dela são os trechos que se seguem:

“O Dr. Pena teve durante todo o tempo que governou um ponto vulnerável que o deixava mal aos olhos dos imparciais [...]. Pareceu um apressado, um ardente, digamos mesmo, pelo mando [...]. Ainda ouço o discurso do Dr. Murinho, no banquete das candidaturas, dizendo que a coligação era isto, era aquilo, era um rosário de coisas e ia governar com aquele programa. Ora, logo, imediatamente,

4 Provavelmente o sentido da frase era: “Nunca trabalhei com o Nilo em política e com ele não concordo”, etc.

na resposta ao Dr. Murtinho, o Dr. Pena não pareceu ter ouvido o que era a coligação, o que ela impunha e proclamava. A seguir fez o seu ministério, sem dar-lhe o caráter partidário claro e firme, e, depois, no banquete em Minas, em resposta ao Dr. Pinheiro Machado, que era outra afirmação semelhante à do Dr. Murtinho, e significava também uma reclamação pelo compromisso tomado pelo candidato à presidência, repeliu a reclamação empregando uma linguagem tão nobre e tão elevada, quanto inesperada e inconseqüente... Assim continuou o seu governo [...]. Longe estava a coligação da candidatura do Dr. João Pinheiro, da sucessão dessa candidatura pela do Dr. Davi Campista, dos atos do Dr. Peixoto Filho que, este, até, não há muito tempo, quando veio tomar assento no Congresso este ano, afirmou que não via necessidade de partidos para o bom governo da República. Em suma, os coligados, nem pessoal [sic] nem por idéias, tiveram no Dr. Pena o seu homem. Ao contrário, muitas vezes, sobretudo durante a vida do Dr. João Pinheiro, poderiam considerá-lo o seu maior inimigo. Por último não reclamavam mais que governasse com eles, gritavam que o presidente da República não devia fazer o seu sucessor, e com este princípio brilhando para o povo, para os ambiciosos, para os trêfegos, conseguiram a crise governamental que se resolveu pela candidatura Hermes [...]. A candidatura do Dr. Davi Campista sofreu os mais duros golpes do Dr. Afonso Pena e do próprio Dr. Davi Campista, cujos dotes brilhantes de orador e, sobretudo, de ironista prejudicaram o homem de Estado [...]. Eu persisto na convicção de que o seu nome é o mais conveniente para candidato neste momento. É o único que tem a aceitação geral dos elementos conservadores, em que as novas instituições se apóiam. No meu espírito tenho fundado este dilema, de que penso que não se sairá: – ou Hermes ou Rodrigues Alves [...]. Não quero dizer que só pudesse surgir a sua candidatura da Convenção de agosto, e só devesse surgir desse modo. Pode ser uma candidatura – ainda pode nesta hora

ser – de acordo e conciliação por várias maneiras. Os acontecimentos vão se precipitando, e cada dia que passa neste país novo, em plena fermentação social, democrática, financeira e até mesmo literária e científica, tem um aspecto diverso. É pena que não possamos talvez ter à frente da República quem pudesse guiá-la na paz para a prosperidade. Precisamos caminhar rapidamente, apressar-nos com energia e ordem. A nação tem mais aspirações, desejos e veleidades do que forças. Que pode fazer um presidente que nunca se dedicou aos problemas principais do país, que nunca tratou as matérias administrativas, que é limitado nos recursos da inteligência, sem prática e especialista por dever de ofício? E mais sinto, muito mais. Mas isto me basta para ver que tenho razão quando não posso me acomodar com a candidatura Hermes [...]. Persisto no meu dilema, Hermes ou Rodrigues Alves, bem entendido que, entre as duas [candidaturas] sou em absoluto pela sua. E creio que se consultarmos a opinião, a boa, a sensata, patriótica, esclarecida e imparcial, diria o mesmo.”

Junto à carta, que é longa, Rodrigues Alves conservou a minuta da seguinte resposta:

“19 de agosto de 1909.

Amigo Dr. Tomás Delfino.

[...].

A sua carta última fez ainda amáveis referências ao meu nome, com apreciação que muito me desvaneceram.

O meu amigo sabe, entretanto, por cartas anteriores, qual é a minha atitude e o estado do meu espírito neste momento.

Pois os fatos a que se referiu na sua carta, e os outros que vierem como conseqüências reais virão me convencer da necessidade de não abandonar aquela atitude, na qual sinto o dever de me conservar.

É cedo para formar juízo completo dos grandes acontecimentos políticos da administração Pena. Os seus amigos falavam sempre do entusiasmo das suas expansões logo que

se tornou candidato à presidência da República. Eu procurava explicar esse contentamento pela grande confiança que tinha em si e a esperança de poder realizar as excelentes idéias do seu governo. Mas o programa da coligação, o discurso de Belo Horizonte, a candidatura Campista e os grandes episódios de última hora sugerem reflexões que um homem prudente não deve expressar, aguardando elementos para apreciar bem e sem injustiças tais acontecimentos.

Não sei se já lhe disse uma vez: a nossa educação política é muito fraca e o personalismo, a vaidade e o aferro a pequenos interesses de zona não deixam que o espírito dos homens políticos se eleve à altura dos grandes interesses nacionais, além de que o imprevisto entra por essas e outras razões na marcha e solução dos maiores acontecimentos [...]”.

A resposta de Rodrigues Alves, recusando fosse o seu nome envolvido no processo sucessório, era sincera. O ex-presidente aspirava provavelmente a voltar ao Catete. Desde que chegara da Europa via os jornais e revistas falarem, com nostalgia, do seu “glorioso governo”. Mas não se deixaria envolver em aventuras. Sabia que, para voltar ao Catete, o caminho mais curto passava por São Paulo. Daí o seu desabafo, ao relatar a entrevista havida com Medeiros e Albuquerque: “É possível que, mais tarde, me resolva a entrar em atividade no meu Estado.” Foi o que fez. Voltou ao governo paulista em 1912, para recomeçar a marcha para o Catete, que a morte interrompeu.

A insinuação de Nilo Peçanha, feita por intermédio de Medeiros e Albuquerque, e o vago convite de Tomás Delfino não podiam, realmente, ser levados à sério. Outra coisa, bem diferente, era a comunicação constante da seguinte carta de Rui Barbosa, que se desvencilhava de Pinheiro Machado e da candidatura Hermes desde 19 de maio:

“Rio, 12 de agosto de 1909. Reservada.

Ex.^{mo} amigo Dr. Rodrigues Alves.

Consultado por membros da Junta Nacional⁵ sobre a candidatura que melhor corresponda, na eleição presidencial

5 Órgão criado, sob a presidência de José Marcelino, para coordenar a candidatura civil da oposição.

de março, às aspirações nacionais empenhadas na manutenção da ordem civil, respondi que, na série das mais convenientes, políticas e eficazes, a de V. Ex^a, a meu ver, pesadas todas as circunstâncias atuais, é a primeira. Ouvida com aplauso esta minha opinião aos amigos que ma pediram e abraçaram, não pude recusar o encargo, a mim muito grato, de escrever a V. Ex^a, indagando se podemos contar com a fortuna do seu assentimento, em sendo adotado o seu nome pela convenção de 22 do corrente.

Desempenhando-me desta incumbência, peço a V. Ex^a licença para juntar aos votos desses amigos a expressão dos meus mais instantes desejos, acreditando que V. Ex^a não evitará uma ocasião tão verdadeiramente patriótica de ser útil à nossa terra natal. O seu passado o obriga a não recusar este sacrifício ao país, num pleito em que o prestígio do seu nome seria mais um grande penhor de vitória da boa causa. Eleito já uma vez por um partido, sê-lo-ia V. Ex^a agora pela nação, em cuja companhia não se sabe qual maior honra seja, se a de vencer, ou de ser vencido. Com a mais alta estima, de V. Ex^a colega e amigo afetuoso e obrigado. Rui Barbosa.”

José Marcelino tentou, sucessivamente, obter o assentimento de Rio Branco e de Rosa e Silva, mas não teve êxito. O movimento em favor de Rio Branco extravasou os conchavos políticos e provocou manifestações populares no Rio. O Barão, porém, liquidou-o indo pessoalmente à residência de Hermes na Rua Guanabara (atual Pinheiro Machado) pedir-lhe que aceitasse a candidatura! Capangas armados, sob comando do já referido Pinto de Andrade, o agitador da revolta da vacina, agrediam na rua os supostos adversários do Marechal. Somente então pensou-se em Rodrigues Alves, cuja candidatura não foi, assim, a primeira, como asseverou Rui.

A resposta de Rodrigues Alves a Rui Barbosa, foi a seguinte:

“Guaratinguetá, 13 de agosto de 1909.

Ex.^{mo} amigo Dr. Rui Barbosa.

Meu filho foi portador da carta reservada de V. Ex^a de 12 do corrente, na qual teve a bondade de me comunicar

que, consultado por membros da Junta Nacional sobre a candidatura que melhor corresponda, na eleição presidencial de março, às aspirações nacionais empenhadas na manutenção da ordem civil, V. Ex^a respondera que, na série das mais convenientes, políticas e eficazes, pesadas todas as circunstâncias atuais, a minha era a primeira, não podendo V. Ex^a recusar, aos amigos que aceitaram essa opinião, a tarefa de saber se poderão contar com o meu assentimento, se for adotado o meu nome pela convenção de 22 do corrente.

Fiquei extremamente desvanecido com a honra dessa comunicação e a benevolência com que V. Ex^a se referia ao meu nome, sendo profundo o pesar de não poder aquiescer à lembrança de V. Ex^a que os dignos membros da Junta tiveram a generosidade de acatar.

Desde que dirigi o governo, tomei a resolução de me afastar da atividade política. É escusado indicar a V. Ex^a a série de motivos que têm influído no meu espírito para adotar essa atitude, e nela me conservar.

Constando-me, ao regressar da Europa, que se falava no meu nome como candidato possível à sucessão presidencial, preveni, sem demora, os meus amigos,⁶ de que deviam arrear qualquer indicação que porventura aparecesse nesse sentido. Os fatos políticos subseqüentes, em vez de me aconselharem outra norma de conduta, fortaleceram a convicção de que não posso, nem devo, abandonar aquele propósito. Peço, pois, a V. Ex^a e aos ilustres membros da Junta que me relevem o pesar de não poder, ainda com sacrifício, corresponder aos seus votos generosos, anuindo a uma indicação tão honrosa para mim.

Afastado do movimento político, não tenho o espírito preparado para entrar em atividade no atual momento, e, em tais condições, é impossível aceitar os encargos e as responsabilidades de uma candidatura.

6 Rodrigues Alves se refere ao pedido feito a Rubião Júnior e Cassiano do Nascimento para que afastassem seu nome das cogitações, conforme anotou quando da conversa com Medeiros e Albuquerque.

Apresento a V. Ex^a e aos membros da Junta a expressão do meu profundo reconhecimento, muito agradecido especialmente a V. Ex^a de quem sou, com o mais elevado apreço, afetuoso amigo e colega admirador. F. P. Rodrigues Alves.”

Ninguém pode assegurar que a aceitação de Rodrigues Alves mudasse a face das coisas. Minas já tinha aderido à candidatura Hermes, com Venceslau (o “Judas Venceslau”, como foi então chamado) na vice-presidência. A Bahia dividira-se, com Seabra na liderança da candidatura Hermes. O Rio Grande era uma trincheira inexpugnável. Em São Paulo, o grupo hostil ao governo Rodrigues Alves, grupo poderoso, entrara no dispositivo hermista. Todos os outros Estados haviam aderido, inclusive o do Rio de Janeiro, quando Nilo sentiu a inviabilidade da sua tentativa. O próprio Rui, no final da sua carta, mostra claramente que não esperava a vitória, ao falar-lhe da honra de ser derrotado.

Foi nesse ambiente, dez dias antes de se reunir a convenção oposicionista, que Rui se lembrara dele. Era inevitável a recusa. Os coligados da Junta tentam ainda demovê-lo, apelando para a intercessão do presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, que não aceitara o nome de Hermes. Mas Rodrigues Alves havia tomado uma atitude definitiva.⁷

Rui Barbosa deve ter visto, de repente, a tremenda série de erros políticos que vinha cometendo desde 1905, jungindo-se à chefia secundária de Pinheiros e Azeredos. O desastroso futuro do país, provocado pela mesquinha política do Bloco, que ajudara a fundar, deve ter aparecido aos seus olhos, naqueles momentos, como num clarão.

Foi então que Rui se levantou em toda a sua ciclópica estatura de inteligência e coragem. Ergueu-se e, sozinho, enfrentou a borrasca. Para isso esqueceu as próprias contradições, rompeu com amigos, reconciliou-se com inimigos e atirou-se, sabendo-a perdida, à mais extraordinária luta política da República.

7 Rui, no veto que opôs à candidatura de Rodrigues Alves para suceder a Venceslau Brás, em 1918, transcreveu, no manifesto que então publicou, não só sua carta a Rodrigues Alves, em 1909, como também a que redigiu a Albuquerque Lins, pedindo-lhe que insistisse junto àquele.

.....

Livro IX

Capítulo Primeiro

Governo Hermes da Fonseca – Candidato à presidência de São Paulo.

GOVERNO HERMES DA FONSECA

A

15 de novembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca empossava-se em um governo que, desde os primeiros dias, se mostrava cheio de grandes dificuldades.

Hermes contava com inegável e grande maioria no meio político, mas vinha muito enfraquecido no seio da opinião, abalada pela Campanha Civilista.

Naquele tempo de eleições “a bico de pena” não era possível dizer-se que Rui saíra vitorioso do pleito, porque praticamente este não existia na maior parte do interior, dominado pelos chefetes locais, representantes das oligarquias estaduais.

Mas se, em termos de votos, não se podia discutir a sério a vitória do Marechal (e isto foi reconhecido em excelente artigo do *Jornal do Comércio*), certo era também que, pela primeira vez, o verbo de Rui Barbosa levantara toda a elite pensante e descomprometida do país contra os hábitos viciosos do sistema eleitoral. Daí o desprestígio do governo, ao lado da sua vitória.

O ministério do Marechal ficou assim constituído: Exterior, Rio Branco; Justiça, Rivadávia Correia, representante do Rio Grande do Sul e, pessoalmente, de Pinheiro Machado; Fazenda, Francisco Sales, o que vinha a ser o prêmio da submissão mineira; Viação, José Joaquim Seabra, escolhido para marcar o abandono de Rui pelo oficialismo baiano; Agricultura, Pedro de Toledo, representante do grupo hostil a Rodrigues Alves no PRP; Guerra, General Dantas Barreto e, Marinha, Almirante Marques de Leão. Posteriormente houve modificações: o gaúcho Barbosa Gonçalves veio para a Viação, em substituição a Seabra, eleito governador da Bahia. Dantas Barreto deixou a pasta da Guerra para ser governador de Pernambuco, sendo substituído pelo General Mena Barreto, o qual também se demitiu, porque não pôde ser presidente do Rio Grande do Sul, sendo sucedido pelo General Vespasiano de Albuquerque.

Para que se possa bem entender a situação de São Paulo, quando, em meio ao quadriênio presidencial (1912), se deu a sucessão de Albuquerque Lins, será útil um rápido retrospecto dos acontecimentos.

Com Albuquerque Lins, companheiro de chapa de Rui, a grande maioria dos dirigentes do PRP apoiou o civilismo. Alguns, contudo, seguiram a candidatura de Hermes, homens como Glicério e o genro Herculano de Freitas, Rodolfo Miranda, Pedro de Toledo, Rafael Sampaio e Manuel Vilaboim.

O dócil Nilo Peçanha fizera do mais audacioso discolo do perreppismo, Rodolfo Miranda, seu ministro da Agricultura, e este apoio federal ajudou muito os hermistas na votação que tiveram em São Paulo.

Albuquerque Lins retirou-se do Governo a 1^a de novembro de 1909, para se desincompatibilizar, passando-o ao Vice-Presidente Fernando Prestes, que o exerceu até passado o pleito de 1^a de março de 1910.

Rodrigues Alves estava, então, rigorosamente afastado, quer da situação estadual, quer da federal.

Ele seguira para a Europa, em 1907, estremecido com Tibiriçá, que não lhe perdoava seu desapoio à Caixa de Conversão. Nem fora ouvido na eleição de Albuquerque Lins, e, a não ser a manutenção de seu filho Francisco na bancada federal, nada tivera do governo do Estado, que, praticamente, o ignorava.

O apelo de Rui, em agosto de 1909, fora normal. Nem ele podia aceitar ser o candidato de luta, nem os outros esperavam que aceitasse. Seu nome, para o próprio governo do Estado, surgiu como etapa de um processo. Continuará afastado, em Guaratinguetá.

Quando da posse de Hermes, devia estar no Rio, ou para lá foi logo depois porque a 23 de novembro compareceu com Campos Sales, ao Catete, a chamado do presidente, para aconselhá-lo no grave caso da revolta do marinheiro João Cândido.

A situação de São Paulo era delicada, em face do governo que se inaugurava.

Grande Estado, pilar do republicanismo histórico, fortaleza da política dos governadores, com o seu PRP fora do qual não havia salvação, São Paulo, por uma dessas curiosas reviravoltas do destino, alinhara o seu oficialismo ao lado da oposição. Como em toda parte, o oficialismo ali vencera. Por isso mesmo os resultados do pleito federal, em São Paulo, eram fortemente favoráveis ao civilismo.

Rui saiu com 82.884 votos, enquanto Hermes não passou de 25.551. De qualquer maneira a diferença era considerável, e o hermismo triunfante no país passou a apoiar seus representantes em São Paulo, chefiados pelo Deputado Rodolfo Miranda, homem audacioso, reivindicante e sem muita escolha de processos, pelo que se observa do seu comportamento posterior.

A antiga dissidência de 1901, encabeçada por Prudente, não acompanhou o hermismo. Dividiu-se, ficando a sua parte mais prestigiosa ao lado do civilismo, inclusive o seu grande órgão de expressão, que era *O Estado de S. Paulo*, dirigido por Júlio Mesquita.

Embora pouco expressivo nacionalmente, o hermismo paulista era perigoso dentro do Estado, porque queria conquistar posições apoiado pelo PRC (Partido Republicano Conservador) de Pinheiro Machado.

Por outro lado, Pinheiro tinha contas a ajustar com o PRP, que sempre lhe barrava as aspirações presidenciais, e as tinha principalmente com Rodrigues Alves, cujo governo, como vimos, combaterá abertamente.

Não se poderia esperar nada de bom, para o sucessor de Albuquerque Lins.

O plano de Pinheiro Machado e do seu PRC não pecava por falta de audácia e ambição. Visava, desde logo, o próprio governo do Estado para o hermismo, na sucessão de Albuquerque Lins. O nome indicado era o do próprio Rodolfo Miranda.

O grande trunfo hermista de São Paulo residiu na exploração das violências praticadas pela maioria civilista, vitoriosa nas eleições estaduais. Essas violências existiam, pois o PRP nunca foi partido de usar luvas de pelica. Deve-se recordar que a política de punho de ferro do PRP nos municípios vinha prestigiada com a enorme vitória nas urnas. Mas Pinheiro e seus amigos (o caudilho nunca permitiria que alguém se intrometesse no Rio Grande) resolveram forçar a mão e intervir militarmente no Estado.

O próprio ministro da Guerra, Mena Barreto, em carta de 24 de dezembro de 1914, lida por Rui Barbosa no Senado, confessou que “intervenção no Estado de São Paulo foi projetada, tanto que, na qualidade de ministro da Guerra, tive ordem do presidente da República de nomear uma expedição de forças militares, a fim de seguirem para ali”. A intervenção federal, reclamada ardentemente por Rodolfo Miranda e Pedro de Toledo, não se concretizou pela corajosa resistência dos paulistas. Rodolfo Miranda encontrara apoio em Azeredo, Nilo e outros, para os seus sonhos, mas o Barão do Rio Branco era irredutivelmente contrário à intervenção no grande Estado, cujas conseqüências previa. Em São Paulo mesmo, Albuquerque Lins preparou resistência armada, com apoio de Altino Arantes, secretário do Interior, Washington Luís, chefe de Polícia, e Coronel Balagny, chefe da missão francesa de instrução da Polícia Militar. Seria a guerra civil. O governo federal teve de recuar.

A base do PRP era muito forte. Excluídos os renegados do hermismo, mantinha-se a união imposta pelo risco comum, união que começava a se firmar com a volta dos dissidentes ao seio do partido, em 1908, no fim do governo Tibiriçá, através do chamado Congraçamento.

Foi esta base fortalecida pela necessidade de paz, em face do perigo que a todos ameaçava, que, em 1912, levou Rodrigues Alves, pela terceira vez, à presidência de São Paulo.

Havia porém algo que começava a fraquejar naquele homem forte: a saúde. Desde 1910 surgiram os primeiros sintomas de declínio físico, que iriam se acentuar durante o exercício do terceiro mandato paulista.

A 1^a de janeiro de 1910 Rodrigues Alves escreveu, do Rio, ao seu “caro Nabuco”, em Washington. É a sua última carta àquele amigo, que em breve morreria. O tom parece pessimista, quase triste. Denotava receio pela situação nacional, agitada pela campanha presidencial que terminava, e, ao mesmo tempo, demonstrava preocupações com a saúde e a morte.

Não era da própria morte que falava, mas da de Afonso Pena, o velho companheiro de ambos, que se fora. À referência ao falecimento de Pena juntavam-se apreensões sobre o futuro político e as queixas sobre a própria saúde.

Conta que estivera doente em Guaratinguetá e que necessitava “de repouso muito prolongado”.

Sobre Pena, escreveu:

“Foi realmente deplorável a morte do Pena. Deixou-nos em uma situação extremamente delicada. É possível que, feita a eleição para presidente a 1^a de março, volvam todos à calma que tanto carecemos, para que o país não perca o terreno já conquistado.”

Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Rodrigues Alves mal passavam os três dos sessenta anos. A vida pública, porém, os esgotara prematuramente, com suas exigências e tensões.

Uma das indicações de que prosseguia intelectualmente válido estava na consciência clara de que não mais podia prestar os serviços que os amigos esperavam. Às vezes que repetiu isso, e a forma por que o fazia indicam sinceridade.

A eleição de 1^a de março de 1910 não trouxe a Rodrigues Alves, afastado dos postos políticos, qualquer comprometimento. Ficou à margem da batalha, observando os fatos e anotando-os ocasionalmente nos seus cadernos.

Não esconde, naqueles desabafos íntimos, seu desgosto com os rumos que tomava o país, nem sua má opinião de certos figurantes da cena política.

“Carlos de Laet e Marechal Hermes,

Estranhando eu um dia ao Dr. Oliveira Borges (F. de P.)¹ a atitude do Dr. Laet na imprensa, em defesa do Marechal Hermes, e aos boatos de que, assim procedia ele, para obter a reintegração de professor do ginásio² e uma forte indenização, disse-me o Dr. Borges que ouvira da Baronesa de Loreto que o Laet tinha essa linguagem por cálculo político, porque contava com o Marechal para a restauração da Monarquia, que devia se operar pelo mesmo processo por que se fez a República. Compreende-se bem. Trabalhava para um certo fim que lhe aproveitava, mas procurava, junto aos correligionários, manter a linha de correção partidária. Molière definiu com sabedoria essa casta de gente.”

Naquele mês de janeiro seguiu para São Paulo, a fim de conhecer uma nova netinha, filha do Professor Cardoso de Melo. Retornando a Guaratinguetá continuou atento aos acontecimentos.

A 20 de fevereiro telegrafou ao Senador Bernardino de Campos, no Rio, pedindo-lhe que desfizesse uma intriga veiculada pelo *Diário de Notícias*, entre ele e Rui Barbosa, segundo a qual o Deputado hermista Germando Hasslocher teria declarado que Rodrigues Alves havia dito ao Barão do Rio Branco: “Barão, você não enfeite este homem [Rui]. Ele é muito bom para fazer conferências em Haia. Aqui seria uma desgraça.”

O telegrama a Bernardino, anota o seu signatário, foi publicado em todos os jornais.

A política do governo Hermes descambava o período das “salvações”.

Vista com maior distância, essa fase oferece uma significação mais coordenada, que escapava ao observador contemporâneo. O processo usado para a conquista do poder nos Estados era, sem dúvida, o emprego da força armada contra as instituições legais. Repetia-se, com a diferença do tempo, a onda de deposições dos governadores pelo Exército, a que o país assistira no governo de Floriano.

1 Era o meio-irmão de sua mulher, filho da bela Maria Mulata, antiga escrava, de quem já falamos.

2 Colégio Pedro II.

Mas, agora, havia, nos Estados, apoio popular àquele deslocamento das oligarquias enraizadas. O fenômeno da união da força armada com a massa, contra as instituições, tinha feito as repúblicas latino-americanas cem anos antes. É o mesmo fenômeno que apareceu, na nossa geração, nos países árabes e negros da África, e em algumas nações do Extremo Oriente. Rompido o quadro legal, apesar da brutalidade e do primarismo das “salvações”, não podemos deixar de reconhecer a existência, dentro delas, de um certo apelo popular.

A lógica da aliança entre os militares e o povo nos Estados chegou ao ponto de que algumas “salvações” fossem dirigidas contra Pinheiro Machado. O senador gaúcho pagava o preço da sua liderança nas instituições políticas civis.

Antipinheiristas foram, pelo menos, as candidaturas de Clodoaldo da Fonseca (primo de Hermes), em Alagoas; a de Dantas Barreto, ministro da Guerra, em Pernambuco; e a do Capitão Getúlio dos Santos, no Espírito Santo, contra Jerônimo Monteiro, amigo dedicado do senador rio-grandense. O mais que este conseguia, como no caso do Espírito Santo, era eleger um *tertius*. Candidato dele não vingava mais, como antes.

Dantas Barreto entrou no Palácio das Princesas, em Recife, em um rastro de sangue.

Em Alagoas, Hermes chegou a opor-se aos desígnios do primo-irmão, que Pinheiro não aceitava. Mas o próprio presidente perdera o controle da situação.

As dinastias republicanas foram caindo. No Amazonas, desabou a dos Néri; no Pará, a dos Lemos. A agitação mostrou que nem os maiores Estados estavam livres da ameaça. São Paulo irá enfrentá-la resolutamente, a partir das preliminares da sucessão de Albuquerque Lins.

Se Hermes perdia o comando dos militares, Pinheiro Machado sentia escapar-lhe das mãos a liderança das forças civis, congregadas no seu Partido Republicano Conservador.

O reconhecimento de poderes dos deputados, eleitos para a legislatura de 1912, já se fez em franca rebeldia contra ele. É bem provável

que o grande líder amargasse consigo mesmo o rumo que dera ao Bloco, depois da morte de Pena.

As anotações de Rodrigues Alves, durante todo o decorrer daquela angustiada fase, principalmente a partir de fins de 1911, indicam sua angústia de velho político e estadista, pelo rumo dos acontecimentos.

Com o título “Opinião do General Quintino sobre os presidentes civis”, Rodrigues Alves reproduz no seu caderno o amargo depoimento de Quintino Bocaiúva, patriarca e modelo dos republicanos históricos, aparecido em *A Imprensa*, de 15 de novembro de 1911, data em que se comemorava o vigésimo segundo aniversário da queda da monarquia, destacando os seguintes tópicos:

“[...] Prudente de Moraes, o terceiro presidente, foi o governo maléfico que as contingências da ocasião prepararam. Acreditava-se que a paz da República estaria em um governo civil, como um resgate da nacionalidade após o regime militar de Floriano. Grande erro... Prudente, que era um homem de excelentes qualidades, mas um espírito limitado e vaidoso, acreditou-se o predestinado para libertar a República das pretendidas garras do militarismo. E aí o tivemos, atirando-se à loucura da denominada reação civil, que mergulhou o país em um descrédito lamentável. Felizmente, mais uma vez é o Exército que mantém a dignidade republicana e nos salva da conflagração geral, aceitando patrioticamente a situação criada, sem fazer a contra-reação que seria desculpável, após a dissolução do Clube Militar e o fechamento da Escola, e a despeito do sacrifício de tantos cidadãos. Hoje, observados esses fatos à luz de um critério sereno, nada há que possa justificar esses desvarios, e a crítica menos severa não deixa sem condenação irremediável esse período que vai de 1894 a 1898.

“O governo seguinte é o do Dr. Campos Sales, e inegavelmente foi de rudes transes para o país. É sabido que o seu nome surgiu como uma solução para o que se chamava o caso paulista – em satisfação ao Sr. Glicério, a quem o atual Ministro Seabra desarmara na Câmara, de general em chefe... das 21 brigadas políticas. A situação econômica era então deplorável: o Estado se via à beira da falência, procurando o novo governo debelar a situação com medidas financeiras que foram certamente razoáveis em tais circunstâncias. Mas, se outros erros lhe são



*Quintino Bocaiuva e Pinheiro Machado saindo do Palácio do
Catete. Careta. Coleção Plínio Doyle*

perdoáveis, dois há da administração Campos Sales que jamais a livrarão das mais severas reservas. O primeiro deles foi a inauguração da política dos governadores, que escravizou a União aos Estados, em troca de favores que estes pudessem prestar ao poder central. Os deploráveis resultados de tal política aí os vemos atualmente de norte a sul, com o império geral das oligarquias; e digo eu de norte a sul, porque não é somente o regime indecoroso de famílias, que constitui as oligarquias; há-os igualmente nos outros Estados, onde o conluio dos compadres explora em seu proveito as vantagens da administração pública, de que o povo se vê segregado em toda a parte [...].

“[...] A outra grande falta do Sr. Campos Sales foi dar ao Catete o direito de designar o sucessor presidencial, isto contra o mais comezinho princípio democrático. Sucedeu assim com o Sr. Rodrigues Alves, chefe de Estado feito por esse seu predecessor, no meio da pasmaceira geral. De certo que não podia contar com as simpatias republicanas esse conselheiro monarquista que fora o maior energúmeno opositor da propaganda. Mas, às vezes, na vida dos Estados, sucede que se chega a resultado satisfatório por desvios estreitos. A própria plataforma do Sr. Rodrigues Alves, em que ele se mostrava resolvido a empreender os melhoramentos da capital, ia ferir de morte o artigo da Constituição que proíbe expressamente a aplicação dos dinheiros da União em obras municipais. Entretanto, assim declarou que fazia e fê-lo de fato, o Sr. Rodrigues Alves, e nem por isto se pode negar os benefícios sobrevindos após a sua administração e resultantes desses melhoramentos levados a efeito.

“O Sr. Afonso Pena, candidato surgido de uma conciliação, e que se pretendia um escolhido do povo, nada deixou que motive a gratidão brasileira. Felizmente para ele e para o país, sobreveio a sua morte em momento oportuno. Seria hoje impossível imaginar a que perturbação nos levaria o sucessor do Sr. Rodrigues Alves, se não o tem a morte arrebatado.

“Por último, o Sr. Nilo Peçanha, moço, entusiasta, trazendo para o governo brilhantes projetos, pode ter um ou outro ato que mereça a censura da análise; o que é evidente, porém, é que a sua administração foi fecunda em serviços de real utilidade pública.

“Quanto ao governo do Sr. Marechal Hermes... Falaremos talvez depois, daqui a três anos, se formos vivos.”

Juntamente com a entrevista de Quintino, Rodrigues Alves registrou no seu diário íntimo a opinião publicada no mesmo jornal por outro “histórico”, Sampaio Ferraz, igualmente pessimista, e que no fundo vinha apoiar a política das “salvações”. A entrevista de Quintino foi um melancólico canto do cisne do velho líder republicano, falecido em 1912.

O desencantado patriarca de um regime que tanto lhe devia e que nunca o aceitou como chefe verdadeiro, destilava melancolicamente o fel das suas frustrações.³

Presidindo o Senado, em 1910, fora cúmplice da farsa do reconhecimento, curvando-se a Pinheiro, apesar dos protestos caudalosos de Rui Barbosa. Todo o atavismo ditatorial daquele descendente de argentinos emergia agora, no crepúsculo da vida, quando não mais podia duvidar da sua inutilidade ornamental.

Foi este triste fim do patriarca da República que o eloqüente Barbosa Lima comentou, em discurso feito a 19 de julho de 1915, com estas expressões:

“O imaculado Quintino Bocaiúva, torturado na sua alma cândida, patriarca desinteressado e digno da República, levado prematuramente ao túmulo pelo choque terrível [...] entre a sua consciência e a brutalidade da realidade a que estava jungido dentro do PRC.”

Ao lado do testemunho de Quintino, *A Imprensa* estampa o de Sampaio Ferraz, mais rude ainda, e mais grosseiro, em relação aos três presidentes paulistas. A menor importância do personagem dispensa-nos de transcrever trechos daquele amontoado de incompreensões. Rodrigues Alves é particularmente visado. Ele comenta os ataques de Sampaio Ferraz com esta sentença lacônica: “No dia seguinte, 16, *A Imprensa* publica uma retificação do homem. Parece que é dado a bebidas...”

No mesmo novembro escreveu este tópico sobre o Juiz Godofredo Cunha, genro de Quintino Bocaiúva:

3 Quintino influiu, desde muito moço, como jornalista. Quando dava aquela entrevista já levava mais de meio século de vida de imprensa.

“Notas curiosas – *Um tipo de juiz no Supremo Tribunal...*”

Um dos juizes presentes interpelou o Sr. Godofredo Cunha se aplaudia o ato do governo desacatando a sentença do Tribunal.⁴ ‘Eu defendo o governo, achando que ele fez bem desacatando a decisão do Supremo Tribunal.’ Depois de transcrever o tópico, Rodrigues Alves juntou estas palavras: “*Que juiz!*”

Outros apontamentos se seguem, contra o Supremo, contra políticos, contra, em suma, o ambiente degradante em que o país afundava.

Esta nota merece ser transcrita:

“A casa do Marechal.

O *Diário Oficial* de 17 de dezembro de 1911 publicou a lista das pessoas que contribuíram para a compra da casa da Rua da Guanabara,⁵ a favor do Marechal, por ocasião do primeiro aniversário do seu governo. A subscrição elevou-se a 193.700\$000. A casa custou 140. O distintivo e chave de ouro 2:650\$000. Houve um saldo de 20:137\$415 que foi entregue à Irmã Paula, como donativo que terá o nome D. Orsina da Fonseca.⁶ A primeira contribuição é de 10 contos, de ‘amigos e admiradores do Estado de São Paulo’, enviada pelo Dr. Rodolfo Miranda. A comissão executiva: Frontin, Coronel Pessoa, Dr. J. Pires Ferreira, Dr. Alfredo Barcelos, Rafael Pinheiro, Tenente-Coronel Joaquim Inácio, Manuel dos Reis, Dr. Humberto Antunes, Floriano de Brito, Tenente-Coronel João Bernardino Cruz Sobrinho, Tenente Palmírio Serra Pulquério. O *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias* estigmatizam o ato. As testemunhas da escritura: Frontin, Pessoa, Coronel Manuel dos Reis. Isto é: o diretor da Central, o comandante da Brigada Policial e o funcionário do gabinete do ministro da Viação.”

4 No caso das eleições para o Conselho Municipal do Distrito Federal, Hermes desobedeceu ao acórdão do Supremo Tribunal.

5 Atual Rua Pinheiro Machado. A casa existiu até pouco tempo.

6 Primeira esposa do Marechal.

No aconchego da sua casa, no Rio ou Guaratinguetá, Rodrigues Alves vai colecionando pérolas. Acompanha atentamente as manobras de Pinheiro Machado. Segue-lhe os passos nas viagens ao Sul, recolhe as suas palavras em discursos, entrevistas, telegramas, “notícias curiosas [como diz] que retratam bem o caráter do caudilho”.

A Bahia se estorcia debaixo dos obuses, e Rio Branco morria um pouco por causa disto? Não, opinava Pinheiro. “A cidade não foi bombardeada; foram apenas bombardeados os edifícios onde estavam entrincheiradas as forças da Polícia.”

As guarnições depunham governadores, impunham candidatos nos Estados do Norte? Não, insistia Pinheiro, “não há intervenção alguma até agora; a União não interveio em um só Estado...”

Dantas Barreto chegava ao Palácio das Princesas sobre corpos de adversários abatidos pela metralha federal? Não, proclamava Pinheiro: “em Recife [...] quando muito, podia ter havido alguma pressão moral.”

Acíoli fugia de Fortaleza, Malta escapava de Alagoas, Rosa e Silva punha-se a salvo no Recife... Rui Barbosa clamava no deserto. Pinheiro Machado fingia conservar um domínio que não tinha mais. As “salvações” o vinham superando, enquanto a espécie de fascínio, que sua galanteria criava na opinião, ia se esboroando. Refugiado no Rio Grande, a caminho das Missões, o gaúcho missioneiro telegrafou a Hermes, a 29 de janeiro de 1912, neste termos:

“VOSSO TELEGRAMA DE HOJE COMPLETA A SATISFAÇÃO QUE TENHO GOZADO NO SEIO DA TERRA AMADA, ONDE SOIS CONSIDERADO O PRINCIPAL ESTEIO DA PUREZA DO REGIME FEDERATIVO CONTRA AS TENTATIVAS REACIONÁRIAS. TÃO ACLAMADO O VOSSO NOME QUÃO APRECIADA A AÇÃO SEGURA E EFICAZ QUE HAVEIS EMPREGADO, NA REPRESSÃO DOS DESVIRTUADORES DA OBRA REPUBLICANA. AFETUOSAS SAUDAÇÕES. ÀS VOSSAS ORDENS EM S. LUÍS.”

Poucos dias depois, em nome da “pureza do regime federativo” a metralha incendiava a Bahia, matando populares inocentes, sob a proteção de Seabra, o “Caim”, o “Cara calçada de bronze” dos tropos

ruianos. E o Barão, vendo golpeada a terra de seu pai, morria tristemente, entre as ruínas daquele governo que ele imaginara forte, expressivo da sua idéia de soberania e poder nacional, governo que ele cobriu com a sua glória e ajudou a instalar com sua autoridade.

Rodrigues Alves, velho ermitão político, escondido no seu canto, segue anotando no seu caderno. Aquele ano de 1911 era, para São Paulo, uma encruzilhada do destino. Devia ser indicado o candidato do PRP à presidência do Estado, para o quadriênio a iniciar-se em 1912.

O Estado fundador da República, o Estado que, logo depois dela, durante o governo de Deodoro, conseguira conservar-se sob a autoridade civil e que, a partir de Floriano, tinha, por três quadriênios, firmado no país o princípio civilista, via-se agora ameaçado de perto pelas “salvações”.

A eleição de Hermes plantara, nos acampamentos do PRP, a bandeira do partido de Pinheiro Machado. A votação obtida pelo Marechal fora ponderável, se se levasse em conta o fato de que o presidente estadual figurava na chapa civilista, e que o partido dominante não deixara de empregar os processos habituais de pressão. Estado rico e adiantado, São Paulo possuía uma estrutura de poder que não diferia muito da existente nos Estados nordestinos. Era a mesma oligarquia do dinheiro e das posições herdadas desde 1889. Os melhores homens, como Rodrigues Alves, não deixavam de ser expressões dessa oligarquia.

Seria ingênuo supor que as mesmas causas não gerassem conseqüências semelhantes. As “salvações” não eram uma improvisação sem base. Representavam um processo sociológico definido: a luta da oficialidade jovem, com apoio ou indiferença das classes populares, para deslocar a aristocracia republicana e instalar-se nas suas posições.

Essa transferência do poder era muito mais difícil em São Paulo do que nos Estados do Norte, mas era impossível evitar-se a sua tentativa.

A polícia militar de São Paulo era mais numerosa do que a tropa federal, e seu armamento não lhe era, provavelmente, inferior. Além disso, desde alguns anos, vinha ela sendo instruída por uma missão militar francesa. Se o dispositivo dominante estivesse unido, o hermismo não tentaria a aventura. Mas as ambições dos dissidentes paulistas

constituíam um elemento novo, de ação imprevisível, sendo de notar-se que a corrente hermista contava com homens hábeis e prestigiosos.

Só a candidatura de um grande nome e a união completa do PRP poderiam defender São Paulo do desconhecido.

CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DE SÃO PAULO

Deve-se fazer justiça aos políticos de então. Como ao tempo dos governos de Deodoro e Floriano, eles souberam, em 1912, evitar que o Estado saísse da órbita constitucional e civil.

Merece destaque especial a atitude dos antigos dissidentes, que obedeciam à liderança de homens como Júlio Mesquita, Sampaio Vidal, Adolfo Gordo ou Moraes Barros. A velha dissidência de Prudente, reforçada pelo prestígio do grande jornal *O Estado de S. Paulo*, logo percebeu o perigo da insistência em uma segunda candidatura dentro do PRP e veio reunir-se à corrente dominante, em torno do nome de Rodrigues Alves.

Este procedeu, no episódio, com aquela habilidade, prudência e desprendimento que, ao lado da firmeza, compunham o conjunto das suas qualidades políticas, sem paralelo entre os homens do tempo.

Decadente na saúde, mas alerta de espírito, Rodrigues Alves mostrou, então, a medida do que ele sempre fora: o grande político com a dimensão de estadista.

Quando se começou a cuidar da sucessão, em meados de 1911, havia dois nomes à frente das cogitações, o do Vice-Presidente Fernando Prestes, sustentado pelo ex-Presidente Jorge Tibiriçá e sua corrente, e o de Olavo Egídio Sousa Aranha, lançado pela dissidência, com o apoio de Albuquerque Lins. Olavo Egídio era secretário da Fazenda deste último, e passava por ter sido autoridade no plano valorizador do café, do qual Rodrigues Alves divergira. Fernando Prestes, vice-presidente do Estado, exercera o governo com acerto, durante a Campanha Civilista.

Em nota de 27 de agosto, escrita do Rio, que tem a extensão de um pequeno relatório, Rodrigues Alves fornece dados minuciosos sobre os bastidores da trama sucessória.

Recebera, na Rua Senador Vergueiro, o Deputado Cincinato Braga, que lhe trouxera carta do seu amigo Rubião Júnior. As intrigas e boatos grassavam no meio político local. Herculano de Freitas espalhara a notícia de que os três grandes chefes – Rodrigues Alves, Francisco Glicério e Bernardino de Campos – tinham se fixado no nome de Prestes. Rubião e seus amigos se alarmaram por verem em Prestes “um candidato da Light, avesso à idéia possível da encampação das estradas de ferro pelo Estado”. Reconheciam as boas qualidades de Prestes, mas eram de opinião que ele “não poderia ter a independência necessária para exercer o cargo”. A situação era tanto mais delicada, ajuntava Cincinato, quanto o presidente Lins parecia inibido de recusar o nome de Prestes, porque achava ser do agrado de Tibiriçá.

No decorrer da conversa, que o Conselheiro vai recordando miudamente, abre-se, de repente, a luz para o seu nome. Com efeito, Cincinato alude a um diálogo de Júlio Mesquita com Albuquerque Lins, no qual o chefe dissidente afirmara ao presidente: “O senhor sabe qual é a minha atitude junto ao Rodrigues Alves; pois eu o aceito para presidente, depois da eleição.” Era, visivelmente, uma concessão, quase uma concordância da dissidência. Mas Albuquerque Lins não esquecera o Convênio de Taubaté. Respondeu: “Não, este não, há embaraços de ordem econômica.” Mesquita lembrou Campos Sales. “Também este não”, foi a resposta do presidente.

Outros nomes vieram à baila, mas Albuquerque Lins não parecia interessado: “Trabalhem vocês, respondeu ele, ouçam os amigos.” Para bom entendedor parecia que o recado a Rodrigues Alves estava dado. A dissidência, pelo seu elemento mais combativo e mais forte, o diretor-proprietário de *O Estado de S. Paulo*, prometia sustentá-lo. Ele não deixou de receber o recado, mas sem açodamento, sondando sinceramente a possibilidade de outra solução. Sua experiência devia dizer-lhe ao ouvido, naquele momento, que só a renúncia era capaz de trazer-lhe o sucesso.

Albuquerque Lins sugerira, afinal, a Mesquita, que a Comissão Executiva do PRP submetesse à sua apreciação um elenco de nomes, entre os quais referiu Bernardino, Tibiriçá, Rodrigues Alves, Fernando Prestes, Adolfo Gordo, Cesário Mota, Olavo Egídio e Rubião Júnior a fim de que ele, o presidente, fizesse a indicação definitiva.

Em resposta a tudo isso, Rodrigues Alves opinou. Primeiro, restabeleceu a verdade dos fatos. Glicério o procurara com a notícia de que Albuquerque Lins queria indicar Prestes, mas necessitava da concordância

dele, Rodrigues Alves, de Bernardino e do próprio Glicério. Rodrigues Alves concordou logo, pessoalmente, com Prestes, mas sugeriu a Cincinato que ouvisse Bernardino e Rubião. (Sabia que Rubião havia de se bater pelo seu nome, em vez do de Prestes. Não disse isto na nota, mas parece evidente.) Rodrigues Alves registra mais este passo, de relance: “Disse ao Cincinato que tanto o Herculano e Glicério, como o Bernardino, falavam com simpatia no meu nome, parecendo-me que, vendo a corrente se encaminhar para o Prestes, julgavam dever me dar alguma explicação, assim uma *espécie de condolências*⁷ – falei eu, gracejando.” Estava dado o recado de volta.

Mas, como sempre, Rodrigues Alves não colocava a escolha do seu nome como excludente de outra solução, mais compatível com as circunstâncias, sempre mutáveis, da política feita por pequenos grupos. Por isso, completou a conversa aconselhando Cincinato a ouvir Bernardino de Campos sobre a viabilidade da candidatura de Fernando Prestes, preferida por Albuquerque Lins. Declarou que “não partilhava dos receios contra ele, e terminei dizendo que o maior mal que nos podia acontecer era nos mostrarmos desunidos no atual momento e incapazes de uma deliberação harmônica; que era preciso evitar isto a todo transe, em benefício do nosso Estado”.

Esta era, sem dúvida, a atitude aconselhada pela sua experiência e o seu amor a São Paulo. A brecha aberta pelo hermismo só poderia ser reparada com a mais completa união do PRP. Sem ela, com o aparecimento de ambições e disputas, a autonomia de São Paulo estaria imediatamente ameaçada. Era pueril supor-se que os grandes Estados estavam acima do perigo. Com eles, o jogo era mais arriscado, mas sempre possível. Minas escapara porque a sucessão se fizera juntamente com a federal, e o Presidente Bueno Brandão encontrar-se-ia no poder até 1914. No Rio Grande, também, a vitaliciedade de Borges de Medeiros, a liderança de Pinheiro Machado e a força da Brigada Militar não permitiam a “pressão moral”, que Pinheiro considerava aceitável em Pernambuco.

São Paulo era, em 1911 e 1912, o único dos três grandes Estados que poderia sofrer uma investida “salvadora”. A força relativa do

7 Sublinhado no original.

PRC paulista, ávido de poder, não podia ser negligenciada, como ponto de concentração de tal investida.

A ponderação final de Rodrigues Alves, na conversa com Cincinato Braga, traduziu a justeza do seu pensamento sobre a conjuntura. Ele aceitaria, prazeroso, qualquer nome que suscitasse essa união, mas, no íntimo, devia perceber que o único possível era o dele próprio. E assim aconteceu.

Aos sessenta e três anos, o velho paulista, sem ambições mas com deveres a cumprir, aceitou a candidatura. O encaminhamento dela era matéria que dependia da sua experiente habilidade. A Cincinato ele recomendou que ouvisse Bernardino (coisa que o outro não queria fazer) e Rubião. É que tinha suas razões. Rubião lançou o nome nos *caucus*. Bernardino e Glicério apoiaram. Era difícil a Albuquerque Lins recusar, sobretudo depois do apoio de Júlio Mesquita. Houve ainda um incidente que quase põe tudo a perder.

A decisão ainda não fora oficializada e o *Comércio de São Paulo* se preparava para dar o 'furo' jornalístico, a 7 de setembro de 1911. Na noite de 6, havia espetáculo no Teatro Municipal. Tita Ruffo cantava a *Boêmia*, de Puccini. Nos corredores (ou *promenoirs*, como então se dizia, à francesa), Rubião foi informado de que, no mesmo dia 7, sairia no *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, a informação de que não havia nenhum nome assentado. A nota tinha sido solicitada pela dissidência, a fim de dar a impressão de liberdade de escolha, por parte da Convenção. Bernardino de Campos, considerando-a sem importância, autorizou-a.

Mas, como nos cochichos do Congresso de Viena, os iniciados deliberaram nos corredores da ópera. Rubião, Alfredo Pujol, Cândido Rodrigues e o jovem líder Washington Luís, entre dois dós de peito de Tita Ruffo, acharam a coisa muito grave. Se sáisse a notícia, o Conselho de Guaratinguetá ia sentir-se desprestigiado, quem sabe se publicaria uma nota dizendo que não era candidato? O caldo ameaçava entornar. Situação gravíssima. Um deles, sem despir a casaca (como João da Ega aconselhou ao Cruges) correu à redação, suspendeu a nota na página e voltou ao *promenoir* para alívio dos amigos ansiosos. Essa cena de ópera não chega a ser de opereta. Era realmente assim, a política daquele tempo. Domínio de uma elite que conhecia, nos momentos próprios, as regras do cavalheirismo e da sutileza.

Sentindo a inutilidade de qualquer esforço que viesse a obstar a candidatura vitoriosa, os hermistas inclinavam-se por um acordo que lhes garantisse a sobrevivência como grupo. As bases desse acordo constam do seguinte documento, escrito com a letra de Rubião:

“Para evitar que se propague ao Estado de São Paulo a agitação política que lavra em diversos pontos do país, agitação que, além de abrir uma tumultuosa e deplorável solução de continuidade na tradicional cordura das nossas lutas partidárias, certamente interromperá, também, com prejuízos incalculáveis, a atual, intensa e animadora expansão de todas as nossas forças econômicas, discutiu-se e formou-se o seguinte acordo entre os diretores dos dois partidos em que se divide a opinião paulista: 1^ª) o Partido Republicano Conservador não pleiteia a eleição presidencial; 2^ª) o Partido Republicano mantém a candidatura do Dr. Rodrigues Alves à presidência do Estado e a do Dr. Carlos Guimarães à vice-presidência; 3^ª) nas próximas eleições federais, o Partido Republicano não disputará ao Partido Republicano Conservador uma representação exatamente proporcional ao seu eleitorado; 4^ª) o Partido Republicano apoiará todos os atos do governo do Marechal Hermes que não forem contrários à letra e ao espírito das leis fundamentais da União e do Estado; 5^ª) o mesmo compromisso assume o Partido Republicano Conservador em relação ao governo do Estado.”⁸

O acordo era a capitulação do PRC paulista. O presidente aceito era o seu mais forte adversário; o vice-presidente, embora vindo da dissidência, tinha sido fiel à sua ala civilista. O respeito ao resultado das urnas era irrelevante, dada a grande maioria do PRP. E, coisa importante, o documento condena as ilegalidades do governo federal, condenação de certa forma ratificada pela concordância dos hermistas.

No dia 16 de setembro, Rubião visitara Cardoso de Almeida na sua residência do Largo do Arouche, para comunicar-lhe o assentamento da candidatura do Conselheiro. No dia seguinte o *Comércio de São Paulo* estampou minuciosa reportagem a respeito.

8 Documento fornecido por José Rubião.

Rodrigues Alves encontrava-se no Rio, quando recebeu o telegrama:

“TEMOS SATISFAÇÃO COMUNICAR CONVENÇÃO PARTIDO, PRESENTE OITENTA REPRESENTANTES, POR UNANIMIDADE DE VOTOS ADOTOU NOME V. EX^a E DO DR. CARLOS GUIMARÃES PARA CANDIDATOS PARTIDO A PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE ESTADO, ELEIÇÃO 1^o DE MARÇO FUTURO. NOSSAS FELICITAÇÕES E AFETUOSOS CUMPRIMENTOS. BERNARDINO DE CAMPOS, JORGE TIBIRIÇÁ, RUBIÃO JÚNIOR, ADOLFO GORDO. 28 DE SETEMBRO DE 1911.”

São Paulo confirmava a união ante a ameaça. Adolfo Gordo, cunhado de Prudente e fundador, com ele, da dissidência de 1901, dava o aval dessa unidade do PRP.

O hermismo militarista recebia uma grave advertência. A não ser numa tentativa de emprego da força, de resultados duvidosos, nada impediria mais Rodrigues Alves de voltar a presidência paulista, que deixara em 1902 pela presidência da República.⁹

De Rui Barbosa veio este despacho: “Com São Paulo e V. Ex^a vivamente me congratulo pela inspirada escolha de sua candidatura. Ninguém a aplaudirá com mais confiança, nem fará mais votos pela verificação dos benefícios que dela espera a nação.”

Rodrigues Alves assim respondeu aos quatro porta-vozes da Convenção:

“Acabo de receber a vossa honrosa comunicação, de haver sido aprovado pelos membros da Convenção, por unanimidade de votos, a indicação do meu nome para candidato do partido ao cargo de presidente do Estado no próximo quadriênio, e do Dr. Carlos Guimarães para a vice-presidência. Aplaudindo sinceramente a indicação do Dr. Carlos Guimarães, cujos dotes elevados de espírito aprecio e respeito, agradeço, com vivo reconhecimento, a grande distinção com que fui honrado. E, se o voto da

⁹ Eis a lista dos presidentes de São Paulo, em ordem cronológica: Rodrigues Alves (1900-1902); Bernardino de Campos (1902-1904); Jorge Tibiriçá (1904-1908); Albuquerque Lins (1908-1912) e Rodrigues Alves (1912-1916).

Convenção tiver a consagração das urnas, hei de procurar corresponder a tão dignificante confiança. Apresento os meus afetuosos cumprimentos. 29 de setembro de 1911.”

Nem uma palavra sobre o governo federal. Só menciona o partido, o Estado e a confiança a que procuraria corresponder. Seu passado era penhor da serena energia com que costumava desempenhar as missões que lhe eram confiadas. Agora abria-se um novo e escuro período de provas, que, aos sessenta e três anos, ele ia enfrentar em mais uma encruzilhada de sua carreira.

Sobre a Convenção e o seu estado de espírito, assim se reporta Rodrigues Alves nos seus cadernos:

“Acompanhei os trabalhos preliminares da Convenção, com interesse calmo de quem está afastado do movimento, mas deseioso de uma solução digna e harmônica. Via o meu nome frequentemente envolvido nas intrigas das candidaturas, mas, francamente, não acreditava que, em torno dele, se reunissem todas as influências políticas do Estado, condição preliminar indispensável para que eu me resolvesse a sair daquela atitude de afastamento. Vários nomes eram indicados pelos diversos agrupamentos e eu os achava dignos, todos, da investidura da presidência, não me conformando absolutamente com a idéia de disputar a qualquer deles a prioridade de uma indicação.”

Depois de relatar novamente os fatos do surgimento do seu nome (candidatura Prestes e Egídio e confluência para a dele próprio), junta cópia da carta que enviou a Rubião, depois de assentado o nome. Dessa carta são os seguintes trechos:

“É natural que a indicação do meu nome não agrade, aqui, a alguns homens políticos, que olham de revés nosso Estado e nos fazem a afronta de pretenderem tutelar a sua direção política. Notam-se já os primeiros sinais dessa irritação, que não devem talvez ser desprezados, e não é difícil manter a boa linha de correção partidária, desviando escolhos já descobertos, e fugindo a embaraços que nos podem incomodar no futuro. Há muitos nomes, que eu creio bem

não suscitariam as desconfianças que o meu desperta, e corresponderiam perfeitamente aos interesses do nosso Estado. Peço que reflita muito com os amigos, franca e abertamente, sem o mínimo receio de me molestarem com qualquer deliberação em que o meu nome tenha de ser atingido. Falo com a maior sinceridade e ficarei muito contente de ir auxiliá-los na sustentação de qualquer dos nossos amigos. Passou, para mim, o tempo da vaidade das posições e eu, se me conformo com prazer com a idéia de um sacrificio em favor do nosso Estado, teria grande desgosto de ser embaraço a qualquer outra solução, que possa ser melhor no momento. Falo ao amigo e com o coração aberto.”

O documento reflete as melhores qualidades humanas de Rodrigues Alves. Sua natural ambição, comum a todos os políticos, era sempre sujeita a princípios de patriotismo e desprendimento. Em 1902, na carta a Campos Sales, em hora decisiva de sua vida, alinhara argumentos semelhantes, que convidavam o amigo à livre reflexão, antes de oficializar sua escolha. Agora, no declínio, não eram diversos seus sentimentos. Aceitava o posto para servir ao Estado e aos amigos, talvez o desejasse, mas sempre com esses intuitos. Enfatizava as dificuldades e se dispunha a colaborar em outra solução. Sentindo-se fisicamente fraco, seu desprendimento era porventura mais instantâneo do que no vigor de 1902.

Rodrigues Alves estava certo nos seus receios.

Na verdade, o acordo consentido pelos hermetistas de São Paulo não foi reconhecido pelo PRC federal. Pinheiro Machado não hesitou em manifestar publicamente a sua hostilidade. Passando por São Paulo, depois da Convenção, a caminho da sua habitual estação em Poços de Caldas, disse cripticamente aos jornalistas: “Vou para a guerra.” A mesma coisa repetiu a Cassiano Nascimento, que transmitiu a frase a Rodrigues Alves.

Sobre Pinheiro e sua atitude naquele momento, Rodrigues Alves escreveu vários comentários de grande interesse. Segundo eles, o líder gaúcho exigira, no dia 20 de setembro, que *O País* retificasse um artigo favorável a Rodrigues Alves publicado naquele dia. Como o jornal recusasse, impôs-lhe a publicação de uma nota, sob a epígrafe “Escreve-nos eminente político”, redigida por ele próprio. Em tal nota, com disfarce transparente,

depois de atacar pessoalmente a Rodrigues Alves, afirmava que a sua candidatura “no atual momento político, não representa senão um duro gesto de hostilidade, nascido da política dominante em São Paulo, contra a política representada pelo governo federal”.

Lauro Müller, por sua vez, informou a Rodrigues Alves de que o descontentamento de Pinheiro Machado era profundo. Chegara a querer intervir dentro do PRP, para que fosse escolhido o nome preferido pelos dissidentes, Olavo Egídio.

Depois de alinhar todos esses fatos, Rodrigues Alves prosseguiu nos seus apontamentos:

“O general não acreditava que a minha candidatura estivesse aceita realmente por todos, e diziam os seus íntimos que nem o Campos Sales nem o Albuquerque Lins estavam comprometidos. Verificou o contrário, logo que chegou a São Paulo, mas, ainda assim, referem os jornais que, em conferência com o Albuquerque Lins, chegou a lhe dizer: ‘Então, você foi vencido?’ ‘Não – respondeu o presidente – nem podia ser, porque adoto o pensamento do meu partido de não intervir, como presidente, na escolha de candidatos.’ De Caldas o general falou por meio de uma *interview* que concedeu a um dos jornais hermistas, *A Tarde*. Essa entrevista teve larga publicidade.”

Passa a resumir tópicos da entrevista:

“Não disse que a candidatura Rodrigues Alves fora uma solução adequada... A candidatura Rodrigues Alves é mais fácil de ser demolida que outra qualquer. Eleitoralmente é natural que se jacte de mais forte [...] mas [...] quanto à opinião republicana é tarefa não difícil combatê-la com eficácia e sucesso.”

Depois de outras afirmações sempre provocadoras, Pinheiro Machado continuava, segundo as notas de Rodrigues Alves:

“O Marechal Hermes não pode ser indiferente aos riscos a que estão expostos, em São Paulo, os bravos correligionários que pela sua vitória se bateram, e acredito que providências serão tomadas para impedir a continuação de semelhante chacina.”



Pinheiro Machado e sua família (esposa e sobrinha) no salão principal da sua mansão no Morro da Graça. Careta. Coleção Plínio Doyle

Aludia a conflitos havidos durante a campanha civilista, de que resultaram mortes. Depois de insinuar a intervenção, Pinheiro falou na candidatura do PRC (Rodolfo Miranda), pois o acordo ainda não fora feito. Em seguida faz esta alusão agressiva a Rodrigues Alves:

“Neste momento vemos, frente a frente, em pleno domínio do regime republicano, o perseguido de São Simão, nas alvoradas da propaganda pela república¹⁰ e o procônsul monárquico e reacionário, incumbido então de cortar cerce as manifestações dos paladinos republicanos.”

Pinheiro se referia aqui ao ato de Rodrigues Alves, Presidente de São Paulo em 1887, suspendendo a Câmara Municipal de São Simão. Precisa melhor a referência, dirigindo-se ao repórter:

“Veja você o que são as surpresas do destino! Estão hoje ao lado do Dr. Rodrigues Alves alguns dos republicanos que, com Rodolfo Miranda, sofreram a guerra que lhe moveu o antigo presidente da Província de São Paulo.”

Termina Pinheiro assegurando a solidariedade pessoal de Hermes aos seus amigos de São Paulo.

No episódio, o presidente da República aparece como Pilatos no credo. Desde o começo da República os gaúchos viam com grande desconfiança o predomínio federal de São Paulo, e, a partir do governo Afonso Pena, o sucedâneo de tal predomínio, que era a aliança mineiro-paulista. Pinheiro chefiara, por meio do Bloco, a organização da candidatura Afonso Pena, para impedir a de São Paulo, com Bernardino.

Ligara-se, desde cedo, a Hermes e aos militares (não esqueçamos que Hermes nascera no Rio Grande), com o fito de quebrar a aliança dos mineiros e paulistas. Mais tarde tudo fará para ser candidato na sucessão de Hermes, e o Rio Grande só aceitará Venceslau por não poder impedi-lo. A volta de Rodrigues Alves ao governo de São Paulo indicava o ressurgimento do seu nome, em segunda etapa, para ocupar de novo o Catete. Era o que Pinheiro, experiente e astuto, não podia aceitar. A

10 O mesmo Rodolfo Miranda.

morte do caudilho, em 1915, afastou um grande obstáculo à coordenação de forças em torno de Rodrigues Alves, em 1917. Mas, em 1912, a resistência de Pinheiro estava no auge.

Rodrigues Alves dá, depois, uma idéia do ambiente:

“Com a passagem do General Pinheiro Machado para Caldas e a publicação da sua entrevista, o partido hermista acirrou a luta pela imprensa. Os assassinatos ocorridos nos últimos tempos e já discutidos e explicados no Estado voltaram à baila, para mostrar que os hermistas estavam sem garantias. Tinha-se dado em Sorocaba, por motivos particulares, o assassinato do Dr. Ferreira Braga, noticiando os jornais que o Marechal Hermes mandara à família caloroso telegrama de pêsames, e foi esse o ponto de partida para discussão dos crimes e falta de segurança no Estado. Depois... a propósito de instruções para exercícios de metralhadoras... veio a debate que o Estado havia importado por contrabando... várias metralhadoras, ‘armas de guerra’, e que os exercícios denunciavam hostilidade contra a União... Mais tarde... começou a correr o boato de levante da Força Policial... Todos esses fatos, perversamente explorados, criaram uma situação muito deprimente para o Estado, anunciando-se por toda parte que o governo do Marechal Hermes ia intervir à força em São Paulo para garantir a situação dos seus correligionários. Intervém ou não intervém – era o tema forçado dos jornais políticos, dos telegramas, das conversações [....].”

O relatório de Rodrigues Alves é extenso. A defesa da autonomia do Estado foi facilitada pela cooperação do irmão do Marechal, o Deputado Fonseca Hermes (Jangote), que agia como delegado pessoal do presidente.

Quando se operou o movimento das forças federais dentro do Estado, nos quinze dias que se seguiram à Convenção do PRP, Fonseca Hermes interveio para apaziguar. Impediu que o irmão presidente enviasse um telegrama violento a Albuquerque Lins, e narrou esse fato a deputados paulistas. Albuquerque Lins escreveu, então, uma carta suasória e digna a Hermes, “explicando a atitude pacífica do Estado”. Era a

primeira vez, ajunta Rodrigues Alves, que o presidente paulista se dirigia diretamente ao da República. “Consta [acrescenta o Conselheiro] que o presidente respondeu no mesmo tom”.¹¹

A situação federal era instável. A 12 de novembro de 1911, *O País*, do Rio, publicou uma carta do Marechal a Albuquerque Lins em termos muito ásperos. Aludia “à luta tenaz, violenta e agressiva” que os seus correligionários sofriam no Estado e advertia que os não ia abandonar. No fim afirmava que não seria ele o autor de perturbações na vida de São Paulo, mas terminava enviando um lembrete a Rodrigues Alves (“o sucessor de V. Ex^a”, como escrevia, sem lhe declinar o nome), para que mantivesse, “dentro das normas constitucionais, a harmonia indispensável à ação fecunda de ambos os governos”. Essas palavras prendiam-se às anteriores, sobre a defesa dos correligionários, e levariam às exigências que, depois, faria aos governantes paulistas.

Rodrigues Alves, anotando o episódio, desvenda-lhe os antecedentes. Conta que Hermes tinha escrito, a princípio, uma carta cordial, na qual anunciava haver sustado qualquer nova remessa de tropas para São Paulo e fazia ao nome do futuro presidente paulista “referências diretas e muito lisonjeiras”. Ajunta que o “Dr. Fonseca Hermes deu conhecimento desta resposta a vários deputados paulistas e o *Jornal do Comércio* escreveu um editorial a respeito”.

A carta do presidente da República teria sido, porém, interceptada por Pinheiro Machado e Quintino Bocaiúva, que convenceram o Marechal de substituí-la pela outra, ameaçadora, pressurosamente publicada pelo *País*.

Em dezembro a pressão aumentou. No dia 6, Rodolfo Miranda, truculento chefe do hermismo em São Paulo, enviou a Pedro de Toledo, paulista e ministro da Agricultura de Hermes, um despacho agressivo e provocador. Afirma que os partidários do governo paulista queriam “cobrir-se com um falso manto de autonomia para impunemente violentar o mais sagrado que existe em uma República, qual é o direito de voto”. Fazendo coro a tais expressões, o jornal *São Paulo*, órgão do hermismo, não hesitava em publicar, no dia 8, o seguinte editorial:

“Em Estados, como o nosso, em que o governo prega francamente a separação [...], em que o regime federativo

11 Era hábito de Rodrigues Alves dizer sempre “consta”, para as coisas que sabia de ciência própria.

foi substituído por uma oligarquia infamante, entendemos que a intervenção federal é, não só legítima, como imprescindível e, até, inevitável, para repor São Paulo dentro da Constituição que nos rege.”

“Que grandes farsistas e tratantes!” – ajunta Rodrigues Alves, após transcrever esse trecho de cinismo político.

Mas não se intimidava. No dia 12 de janeiro, partiu do Rio pelo noturno, chegando a São Paulo na manhã de 13, recebido com extraordinário entusiasmo popular. No dia 16, compareceu ao banquete realizado no salão do Clube Germânia, para leitura do seu programa. Foi uma festa política imponente, com centenas de participantes. Rodolfo Miranda retirara, dias antes, a sua candidatura ao governo do Estado e chegara-se a um entendimento, negociado por Fonseca Hermes, que viera do Rio.

O bombardeio da Bahia agitou os espíritos e os seus dramáticos resultados tinham intimidado o governo federal. O sangue baiano estava quente ainda, e a indignação popular com essa brutalidade fazia os hermistas temerosos. A 23, Rodrigues Alves viajou para Guaratinguetá, saudado entusiasticamente nas estações intermediárias, inclusive pelas novas “sociedades antiintervencionistas”, em formação por todo o Estado.

A intervenção, que chegou a parecer assentada, começou a se desvanecer.

“Dizem que o Dr. Fonseca Hermes, melhor orientado que os outros partidários do Marechal, pôs-se ao lado do Estado, contrariando as vistas do General Pinheiro Machado. A agitação passou, e o Marechal foi declarar que ‘não haveria intervenção’ pelo jornal do irmão, a *Folha do Dia*.”

“Dizem”, escrevia o prudente político. E argumenta:

“Pinheiro não podia estar conformado com a decisão dos paulistas a meu respeito. Esta, que era a minha impressão, era também a do Dr. Lauro Müller, que disse ao Oscar ser esse o plano do Pinheiro.”¹²

O Barão do Rio Branco, embora membro do governo, transmitia a Rodrigues Alves informações úteis. Uma delas referia-se ao

12 A intervenção federal. Oscar é o filho.

Major Assis Brasil.¹³ Este oficial conduzia manobras intervencionistas na guarnição federal de São Paulo, chegando a desafiar para um duelo o Coronel Balagny, da missão militar francesa, que instruía a Polícia Militar do Estado e que, como vimos, ajudara a preparar a resistência.

“Disse-me o Barão do Rio Branco [relata Rodrigues Alves, escrevendo no Rio] que conseguiu fosse chamado ao Rio esse oficial e retirado da guarnição de São Paulo, mas que voltou logo ali, a pedido do Rodolfo [Miranda] para instrutor das linhas de tiro no interior do Estado. E lá ainda esse oficial, que me disse o barão ser *compadre*¹⁴ do Marechal a fazer *interviews* muito inconvenientes.”

Reservado, cauteloso, dissimulado quando se impunha, que pensaria o Barão do futuro daquela República que, no fundo, desprezava? Instintivamente voltara-se para Rodrigues Alves, o chefe antigo, vindo, como ele, do Império. Semanas mais tarde morreria. E morreria um pouco por causa do drama vivido pela terra de seu pai.

O bombardeio da Bahia consternara, também, Rodrigues Alves. Comenta, nas suas notas, a sessão de 9 de março do Supremo Tribunal. Segundo ele, o Ministro André Cavalcânti, ao se declarar pela inoportunidade de uma intervenção, “provocou grande hilaridade”.

“Falou depois, longamente, o juiz Epitácio. Discurso apaixonado, mais de político do que de juiz. Terminou concitando o Cônego Galvão a não ter medo de assumir o governo [...] e que, se lhe faltasse garantias, viesse então pedi-las ao Tribunal! Grande artista.” Segundo o *Diário de Notícias* do dia 10, Epitácio perorou durante cerca de duas horas. Concluía o jornal: “E assim, escudado na imunidade de que goza em virtude do seu cargo, fez cruéis acusações ao Dr. Aurélio Viana e ao Cônego Galvão, acoimando-os de covardes e, mesmo, criminosos.”

As manifestações de desagrado contra André Cavalcânti, que provocaram a reação do combativo Epitácio, eram fundadas. Aquele ministro, antes sequer de ouvir os requerentes do *habeas corpus*, chamado

13 Depois general; pai de outro general que teve grande notoriedade no governo João Goulart.

14 Sublinhado no original.

para prestar informações, sacou do bolso o voto escrito denegatório, e leu-o.

As notas de Rodrigues Alves, naqueles dias que antecederam sua posse em São Paulo, denunciam a consternação em que se achava, ante a política nacional.

No banquete de 16 de janeiro, em São Paulo, lera sua plataforma. Era um documento cuidadoso, politicamente neutro. Fala em assuntos econômicos e sociais, no café, na indústria incipiente, no mal que eram as greves operárias, no progresso da capital. Não ataca nem defende o governo federal. Ignora-o.

Chegou afinal, depois de tantas ameaças, o pleito de 1^o de março. O registro de Rodrigues Alves é lacônico:

“A eleição de presidente do Estado teve lugar a 1^o de março de 1912. Correu muito bem. A oposição, em geral, se absteve, mas houve alguns que compareceram. O resultado geral acusa já um total de 96.000 votos, faltando alguns colégios.”

A 17 de abril foi a apuração. Rodrigues Alves teve, de fato, 93.944 votos, enquanto o candidato hermista, Rodolfo Miranda, não passou de 1.845.

Muitos eleitores paulistas, que haviam votado em Hermes, davam agora seu apoio a Rodrigues Alves. Isso fica claro por meio da comparação dos dois resultados.

Apurado o pleito, confirmada a união de São Paulo em torno do seu ilustre filho, Rui Barbosa, sempre generoso em tais momentos, telegrafou-lhe a 18 de abril.

“DO MEU LEITO DE DOENÇA CUMPRO O DEVER DE SAUDAR EM V. EX^a O DIGNO ELEITO DA OPINIÃO VIRTUALMENTE UNÂNIME DO POVO PAULISTA, ESPERANDO QUE DEUS LHE INSPIRARÁ A CONSCIÊNCIA DO GRANDE PAPEL RESERVADO A SÃO PAULO, NA EXTREMA CRISE ATUAL DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES.”

Rodrigues Alves não podia se exprimir com a mesma energia. Estava agora preso ao oficialismo federal. Sua resposta é incolor:

“CORDIAIS AGRADECIMENTOS E VOTOS MUITO SINCE ROS PELO RESTABELECIMENTO SUA SAÚDE.”

.....

Capítulo Segundo

*Presidente de São Paulo – São Paulo e o governo federal
– A atitude de Glicério – Moderação de Rodrigues Alves.*

PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Rodrigues Alves fornece pormenores sobre a sua investidura no governo paulista. Anotou:

“De Guaratinguetá escrevi ao Dr. Rubião para convidar os Drs. Altino Arantes, Sampaio Vidal, Paulo de Moraes e Joaquim Miguel para meus secretários. Anteriormente havia estado naquela cidade o Dr. Rubião, a quem ouvi sobre a futura organização do governo, e por ele, que tinha recebido o meu pedido de ouvir o Dr. Bernardino, foram lembrados aqueles nomes. Quanto ao Altino, o primeiro que falou-me sem sua conservação foi o Ellis, depois o Arnolfo em nome de alguns amigos do Congresso. Os outros lembrados por aquela forma. A 26 de abril parti em trem especial de Guaratinguetá, com o Oscar e as meninas. Festas nas estações e bom acolhimento na capital. O Dr. Lins trouxe-me no seu landô. Hospedamo-nos na Rotisserie.”



Posse de Rodrigues Alves no seu terceiro governo no palácio. Acha-se na parte esquerda entre Bernardino de Campos e Albuquerque Lins. Careta. Coleção Plínio Doyle

No dia 27 es cre veu da que le ho tel a Gli cé rio:

“Cheguei a 26 para aguardar a posse no governo do Estado. Convidei para meus secretários no governo os Drs. Altino Arantes, Sampaio Vidal, Paulo de Moraes e Joaquim Miguel, certo que serão bons companheiros de trabalho e amigosleais.”

O Estado de S. Paulo, ór gão da an ti ga dis si dê n cia, que vol ta ria à oposição no fim do quadriênio, fez pre ce der a pos se de Ro dri gues Alves de amplo noticiário. Júlio Mesquita tinha sido fator importante na consoli da ção da can di da tu ra. Assim co me ça o jor nal a sua re por ta gem:

“O Sr. Dr. Albuquerque Lins transmite hoje a presidência do Estado ao Sr. Dr. Rodrigues Alves, eleito pela quase unanimida de do povo paulista.”

Depois de acentuar a importância do fato para a política estadual, acres centa o jor nalis ta, pro va vel men te o pró prio dire tor:

“Muito mais importante, porém, se nos revela, se o obser vamos dentro do quadro atual da vida política do país. Então o seu des ta que é o de um cla rão, de luz in ten sa num fun do ne gro e confuso, realce, aliás, que não quisé ra mos ver tão con tras ta do, por mais que amemos o nosso torrão paulista. A ver da de, porém, é que a luta pela sucessão presidencial, em alguns Estados da Re pú blica, tem feito o país recuar vergonhosamente a um regime deviolências e selvagerias, que parecia haver para sem pre de sa pa re ci do des ta parte da América.”

So bre Ro dri gues Alves, ve lho ad ver sá rio, as pa la vras do jor nal não são me nos ex pres si vas:

“O novo presidente, Sr. Dr. Francis co de Paula Ro dri gues Alves, leva para o go ver no as me lho res es pe ran ças do povo paulista. A sua longa vida pública, o tato e a sagacidade polí ti ca de que tem dado as me lho res pro vas, a sua ação na presidência da República, assinalada por serviços de verdadeira benemerência, já nos asseguravam um período de governo à

altura da importânciapolítica do nos so Esta do e do pa pel que lhe está re ser va do no pro gres so ge ral do país.”

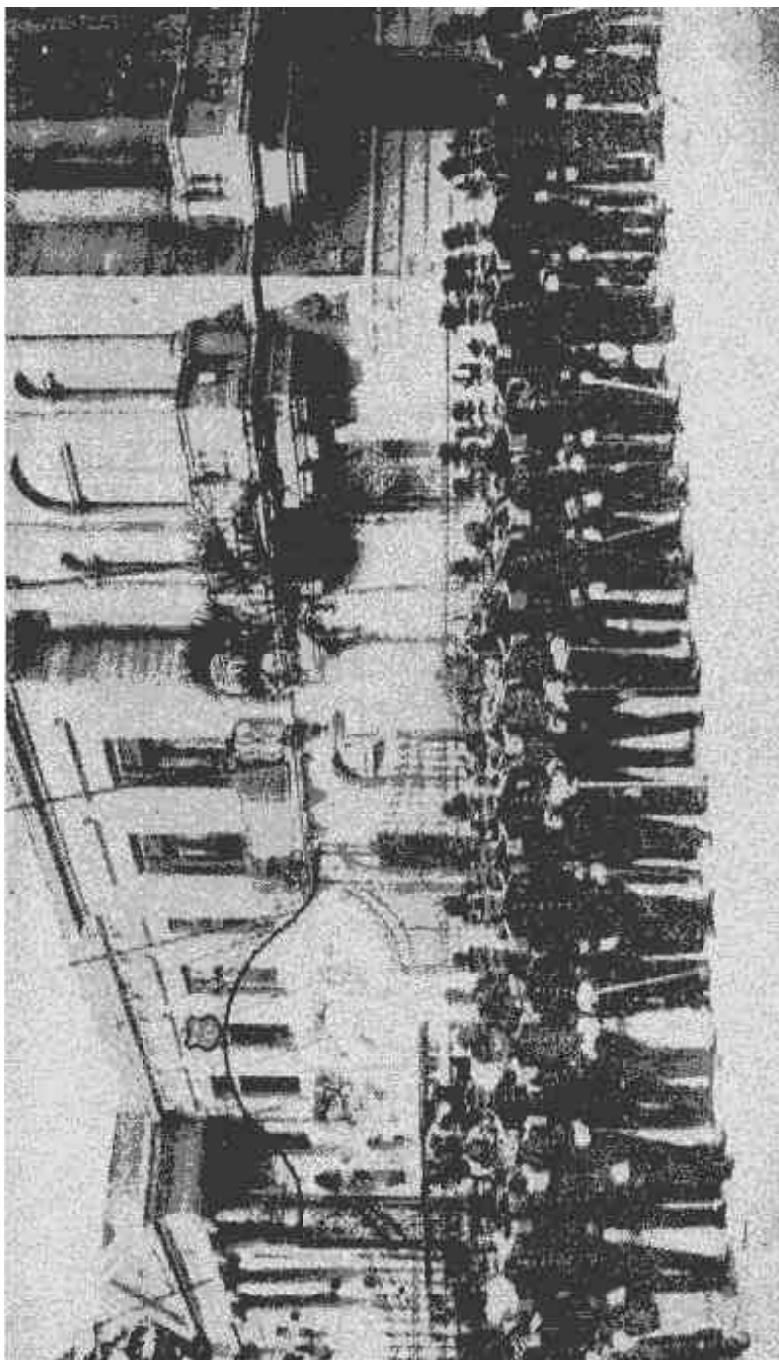
Todo o novo go ver no é, em se gui da, lou va do pelo *O Esta do de S. Paulo*. Realmente, os nomes dos colaboradores diretos de Rodrigues Alves eram dignos de confiança. O Vice-Presidente, Carlos Guimarães, era ligado à dissidência, e já havia ocupado a secretaria do Interior. O Secretário desta pasta, Altino Arantes, era, como reconhecia o grande jornal, “uma brilhanteinteligência” e “conhecida capacidade de estudo”. A tais qualidades devemos assentir ainda que Altino (que ocupara a pasta do Inte ri or por quin ze me ses no go ver no Albu quer que Lins), tor na-ra-se conhecido, dentro e fora do Estado, pela sua notável ação parlamentar na Câmara Federal. Para a Fazenda, vinha Joaquim Miguel, republicano histórico, com notória atuação nos gloriosostempos da implantação do novo regime, depois voltado para as atividades produtoras. Na Justiça ficou Rafael Sampaio Vidal, de Campinas, talentoso membro do Congresso estadual, onde se destacava pelos seus estudos em vários setores. Finalmente a Agricultura foi entregue a Paulo de Moraes Barros, da velha estirpe do primeiro presidentecivil, Moraes Barros, que fora prefeito de Piracicaba, a cidade da família, e sua administração passava por ter sido mo de lar para todo o Bra sil.

Os secretários, à exceção de Joaquim Miguel, pouco passavam dos qua ren ta anos, e Alti no an da va na casa dos trin ta.

A *Platéia*, jornal fundado no fim do Império, trouxe o seu testemunho so bre a car rei ra de Ro dri gues Alves, des de en tão, na Pro víncia, no Estado e na União. Governar São Pa u lo, di zia o jor nal, era res pon sa bilidade própria de um homem daquela experiência gloriosa, e o governo de São Paulo, nas circunstâncias em que ele o assumia, daria origem a no vos ser vi ços em fa vor do país.

Na hora em que a Federação e o próprio regime pareciam desmoranar-se, o mais importante Estado da Federação dava brilhante exem plo de re sis tên cia le gal e or dem pú bli ca, ao le var ao go ver no aque le filho que era então, sem dú vi da, ao lado de Rui Bar bo sa, uma das maiores fi gu ras da vida pú bli ca do país.

A candidatura, a eleição e a posse pro vo caram ma ni fes ta ções diretas de regozijo vindas de todo o Estado. Entre elas, destaca-se esta car ta, es cri ta por um jo vem po lí ti co do tem po:



*A oficialidade da Fortaleza de São Paulo, no dia da posse de Rodrigues Alves
Caretta. Coleção Plínio Doyle*

“São Paulo, 3 de março de 1912. Ex^{mo} Sr. Conselheiro Rodrigues Alves. Meus respeitosos cumprimentos. Peço permissão a V. Ex^a para transmitir minhas sinceras felicitações pelo brilhante resultado das eleições que, consagrando mais uma vez o nome de V. Ex^a, trouxeram a vitória definitiva de São Paulo. Com o mais elevado respeito, subscrevo-me de V. Ex^a administrador criado atento obrigadíssimo. Júlio Prestes.”

A posse, no dia 1^o de maio, foi uma consagração. Enorme multidão aglomerou-se nas imediações do palácio diante do qual a Força Pública formava com todos os seus efetivos divisões.

Rodrigues Alves, que se encontrava na Rotisserie Sportsman, tomou ali, em companhia do filho, Oscar, de Altino e de Carlos Guimarães, a carruagem de aparato, que vinha cercada por um piquete de lanceiros, dirigindo-se à assembléia, entre massas de povo. A sessão foi aberta à uma hora da tarde, repletos o recinto e as galerias. O presidente prestou compromisso sob grandes aclamações, sendo de se notar a presença de toda a oficialidade da guarda nacional.

As festividades culminaram no velho Palácio do Governo, sede do poder civil desde os tempos da Colônia. Toda a praça e ruas próximas regurgitavam com imenso concurso do povo enquanto o palácio mostrava-se flanqueado pelo numeroso tropa militar estadual.

Dias após a posse, morreu o velho pai. Deve ter sido um triste momento para o filho, mais que sexagenário. Sua afeição pelo genitor e amigo era profunda. Todos os dias, quando se encontrava em Guaratinguetá, ia vê-lo, no sobrado da praça, a poucos passos da sua mansão. “Seu” Domingos estremejava o filho ilustre. Desde moço de notar preferência em seu favor. Foi o único a estudar no Imperial Colégio D. Pedro II, a graduar-se na Faculdade do Largo de S. Francisco. Fora o único a quem oferecera uma viagem à Europa, que o filho recusou, alegando que não queria onerar o pai, em prejuízo dos irmãos. Agora ia-se o velho e ele mal podia recolher-se na sua lembrança. Na nota do seu punho com que se abre este livro, lê-se, a propósito do falecimento do pai: “*Eu acabava de tomar posse do governo do Estado.*” O apontamento sobre o fato, escrito além da quebra da nota, é este:

“Morte de meu pai. A 5 de maio, às 4½ da manhã, faleceu em Guaratinguetá. Quando partistes a pé, de pois de uma longa e gravíssima enfermidade. Mas parecia-me que ainda havia de viver. Recebi o telegrama de aviso, do meu mano Antônio, na Rotisserie, onde ainda estou hospedado. Às 7 da noite parti com as meninas, o Oscar, o Virgílio e outros parentes e amigos para Guaratinguetá, para assistir ao enterro no dia seguinte, às 9 horas da manhã. Chegamos à meia-noite e velamos junto o corpo até o enterramento. Conduziram o corpo, na saída, os Drs. Altino Arantes e Joaquim Miguel, meus secretários, que foram conosco a Guaratinguetá, eu, o Virgílio, Eduardo Sobrinho e Augusto Reis. O enterro foi muito concorrido. Os dois secretários passaram a noite em casa. Às 2 horas da tarde regressamos, chegando à capital às 7 da noite. O Dr. Frontin mandou me dar trem especial para a ida e para a volta.”

Assim perdera o pai, o portuguesito da Correlhã, chegado à corte do Império, na Regência de Feijó, com alguns vinténs de prata no bolso. Com seu acento minhoto, sua probidade laboriosa, vivera a campanha de Rosas, a guerra de López, a alforria dos pretos. Já então acompanhava de longe o filho, na presidência da Província. Depois viera a República dos generais, a luta da Armada, o caboclo Floriano (que andara ali por perto, na estação de Roseira), a subida dos paulistas, a glória do filho. E “seu” Domingos continuava, como um tronco europeu enraizado no Vale do Paraíba. No trem, de volta do enterro, o filho do velho português de via ir pensando em tudo isso. Ele também, no íntimo, sentia-se velho, combalido. Mas o de verchama-va-o, um de verapaga do e triste.

SÃO PAULO E O GOVERNO FEDERAL

O Marechal Hermes, na capital da República, de via sentir que as tropelias e as “salvações” encontrariam eficaz resistência naquele governo estadual, a resistência da legalidade prestigiada pelo povo e pelas armas. A Igreja também colocara-se ao lado do situacionismo. O bispo de Ribeirão Preto, autorizado pelos colegas, escreveu a Pinheiro Machado,

advertindo-o contra o risco de violências. O senador respondeu negando tais intenções, que, no entanto, afirmava nos discursos.

Aquela espécie de paz armada foi mantida à custa de estreita vigilância política. As relações do governo paulista com o federal eram delicadas, e, dentro do sistema vigente, anômalas. O PRP, dominante no Estado, era, indisfarçadamente, opositor ao grupo governante da República. Não podiam ser esquecidas nem a candidatura de Albuquerque Lins à vice-presidência, com Rui Barbosa, nem as tentativas infrutíferas de intervenção em São Paulo. O PRC, partido oficial, chefiado por Pinheiro Machado, tinha junto a Hermes um só representante de São Paulo, o Ministro Pedro de Toledo. Só a experiência e a autoridade de Rodrigues Alves poderiam conduzir o barco entre os traiçoeiros escolhos. Naqueles transes, que foram os mais arriscados da sua longa vida, o velho político procedeu de forma extremamente hábil: agia com a maior prudência, não aceitando nenhum conselho de excesso, nenhuma provocação. Suas relações oficiais com Hermes eram as mais corretas. Mas nunca o seu governo transigiu em pontos fundamentais. E, nas notas íntimas, podemos acompanhar o misto de apreensão e cuidado com que ele se guia os acontecimentos na esfera federal.

Em abril, dias antes da posse, Rodrigues Alves esteve na fábrica militar de Piquete, estabelecimento federal, onde foi muito bem recebido pelo coronel comandante. De volta a Guaratinguetá passou aável telegrama a Hermes, que lhe respondeu no mesmo tom, terminando seu despacho por dizer que “saudava afetosamente” o seu antigo chefe.

A 15 de abril, Álvaro de Carvalho estivera em Guaratinguetá com más notícias. Fonseca Hermes lhe informara que o irmão presidente, depois de manifestar intenções conciliatórias para com o novo governo paulista, mudara radicalmente, após ter recebido uma carta de Pinheiro Machado, que descansava em Campos. O próprio Fonseca Hermes recebera também missiva de Pinheiro “falando muito mal de São Paulo e dos paulistas”.

Lauro Müller, por seu turno, aconselhava moderação, “tolerância e bom espírito de harmonia”, para com o governo federal. Mas Pinheiro Machado não parecia conciliador. Manobrando por trás dos bastidores, procurava rearticular os dissidentes em torno do PRC, mantendo assim a cizânia dentro da política paulista.

Anota Rodrigues Alves:

“É uma balbúrdia esta política. Sen te-se que há o propósito de desbancar o Pinheiro, mas todos têm medo de demonstrarem a descoberto e se limitam a fazer esse jogo de atitudes e combinações.”

A situação tornou-se mais inquietante, em meados de 1912, quando o grupo do minante começou a articular a candidatura de Pinheiro Machado para a presidência da República. Nada de mais ameaçador poderia pairar sobre São Paulo.¹

A primeira notícia que Rodrigues Alves teve da trama foi-lhe trazida pelo Senador goiano Gonzaga Jaime, que o visitou na manhã de 18 de junho.

Pinheiro começava a ajeitar a sua candidatura, e para isso ia se servindo de amigos dedicados, nos meios estaduais e federal. No Pará, já contava com o prestígio tradicional dos Lemos e, no Amazonas, com o dos Nérís. Logo depois desta comunicação, e como já havia acontecido em outras oportunidades, a autoridade de Pinheiro desmoronava ante o avanço das “salvações”. Mas, no cenário federal, principalmente no Congresso, sua vontade imperava. O reconhecimento de poderes, no início da legislatura, fez-se sob as suas ordens. Rodrigues Alves recomendara à bancada paulista que votasse nos que houvessem sido eleitos. Mas o PRP dividiu-se, sob a atração de Pinheiro. O caso Antunes Maciel, *maragato* eleito no Rio Grande, foi típico. Pinheiro condeinou-o. Rodrigues Alves queria sustentá-lo, por intermédio do relator Cincinato Braga. Esse viajou para a Europa e pas sou o caso a Álvaro de Carvalho, que mudou de rumo. Álvaro, amigo fiel de Rodrigues Alves, preferiu transigir. Inutilmente o presidente escreveu ao líder Galeão Carvalhal, recomendando a verdade eleitoral como único critério. Álvaro, que comparecera à casa de Pinheiro, na festa de seu aniversário, acabou concordando com a “degola” de Antunes Maciel. Elói Chaves, outro fiel amigo, acompanhou-o. Achavam melhor proteger São Paulo, cometendo embora injustiças. O velho chefe não

1 V. adiante a exposição pormenorizada do episódio, no capítulo “A candidatura de Venceslau Brás”.

concordou. Escreveu, a 18 de maio, uma carta de solidariedade a Maciel e to mou uma nota que i xo sa no seu diá rio. Ele não ce de ria.²

Rodrigues Alves, pelo respeito e autoridade que todo o país lhe reconhecia, foi se tornando elemento decisivo nas veladas escaramuças políticas que se seguiram.

Dos figurantes do início da República, poucos restavam e nenhum, no mo men to, po dia dis pu tar-lhe a pri ma zia.

Campos Sales car re ga va o peso das re a ções pro vo ca das pela sua presidência e era um isolado, mesmo em São Paulo. Quintino Bocaiúva não passava de figura simbólica. Seu prestígio efetivo nunca fora dos maiores, desde que as instituições se haviam firmado, e, agora, sua submissão ao her mis mo ti ra va-lhe qual quer in fluên cia, pois não par ti ci pava realmente do sis te ma que apo i a va.

Borges de Medeiros, senhor feudal do Rio Grande, era intocável no seu Estado, mas pouco valia fora dele. Minas perdera, com João Pinheiro e Afonso Pena, seus últimos patriarcas nacionais. Os mineiros antigos que restavam, Bias Fortes, Francisco Sales, não eram personalidades federais. O novo líder que surgira, Carlos Peixoto, fora destruído em 1909. Os outros – entre eles o próprio Venceslau Brás – só se destacariam mais tarde.

Rui Barbosa con ti nu a va sua car re i ra de equí vo co se de sen cantos. Sua gló ria na ci o nal che ga ra ao auge, de po is da *Réplica*, da Con fe rên cia de Haia e Campanha Civilista. Mas sua influência política era relativa. Serviam-se dele, mas ele não servia para ninguém. Nos documentos íntimos dos personagens da época, quando se tratou da sucessão do Marechal, ou da de Venceslau Brás, quase sempre as referências a Rui são para acen tu ar a in va li da de do seu nome.

Da Bahia para o Norte não havia ninguém, nem poderia haver, na que le re gi me de gran des Esta dos.

Rodrigues Alves aparecia, pois, no meio em transformação, dentro do qual velhas lideranças se extinguíam, e as novas ainda não se fir ma vam, como fi gu ra do mi na do ra. Ele de um lado: do ou tro, Pi n he i ro Ma cha do. E ele, na ver da de, mais for te do que Pi n he i ro.

2 Veremos que essa atitude lhe valeu o apoio dos federalistas gaúchos (e Maciel o era) na sua candidatura à segunda presidência da República.

Sua autoridade só fizera crescer, na medida em que a obra do seu governo ia adquirindo distância histórica. A ela somava-se o poder político inerente ao governo de São Paulo, sem esquecer o fato de que seu mandato ia se rar, em dois anos, o do presidente da República. Se a doença não o invalidasse (como esperavam-se cretamente os seus inimigos) nada se poderia fazer no Brasil sem ele.

As relações entre o Estado e a União, no terreno político, eram o maior problema de Rodrigues Alves, no princípio do seu terceiro governo paulista.

Os fatores componentes da situação apresentavam grande complexidade e, não raro, sensível contradição.

Os mais visíveis eram os dois blocos nitidamente antagônicos, o PRC de Rodolfo Miranda, grupo pequeno mas aguerrido, e o PRP que não era só de Rodrigues Alves.

A divisão do tradicional partido, fundador da República, era exatamente o ponto mais delicado das dificuldades que cercavam o presidente paulista.

Como chefe do governo – experiente, respeitado, e duro quando se fazia mister, – sua ação era, sem dúvida, preponderante, mas nunca decisiva, como a de Pinheiro Machado no meio federal. Rodrigues Alves tinha junto a si, e nem sempre consigo, homens prestigiosos do partido, como Campos Sales, Bernar di no de Campos e Francis co Glicério, sem falar nas forças locais do tipo de Jorge Tibiriçá, Fernando Prestes e Albuquerque Lins.

Todos esses homens tinham suas personalidades, seus interesses e pontos de vista. Mas não partia deles a maior dificuldade. Esta se encontrava na ação dos antigos dissidentes, reunidos no aprisco do partido diante da ameaça comum de intervenção, mas sempre portadores de velhas ambições e antigos ressentimentos.

A ATITUDE DE GLICÉRIO – MODERAÇÃO DE RODRIGUES ALVES

Curiosamente, a primeira dificuldade que Rodrigues Alves teve de enfrentar, nas relações com o governo federal, foi a reviravolta na

posição do Senador Glicério. O velho chefe republicano era respeitado como exímio estrategista político e, sendo embora pessoalmente discutido, gozava do acatamento devido a sua longa trajetória. Não se podia esquecer que fora propagandista e elemento marcante do movimento republicano, nos seus primórdios; pertencera ao Governo Provisório e chefiara o Congresso com Prudente; enfrentara a luta com este e com seu rival sobreviver.

Mais tarde, Glicério fundara o Bloco com Pinheiro (foi ele, mesmo, o criador do nome), aliando-se em São Paulo aos adversários de Rodrigues Alves e mentores da candidatura Afonso Pena. Com Pinheiro permanecera unido, integrando-se no hermismo, enquanto São Paulo apoiava Rui.

Agora, numa das suas surpreendentes reviravoltas, vinha alinhar-se na oposição e, no começo da sessão de 1912, rompuera as relações com o governo federal, no Senado.

As intenções moderadoras de Rodrigues Alves não podiam receberem o novo radicalismo de Glicério. O presidente estava disposto a não se atrelar ao carro político do hermismo, mas não podia, sem sacrificar os interesses do povo paulista, concordar em que o PRP enveredasse pela oposição. Suas considerações sobre a atitude de Glicério, embora extensas, merecem ser transcritas, porque esclarecem os costumes políticos do tempo:

“Os discursos do Glicério no Senado, nas sessões deste ano (1912), assumiram tal caráter de violência contra o governo, e notadamente contra o General Pinheiro Machado, que todos os políticos começaram a se impressionar, recebendo, de repente, qualquer conturbação na vida do Estado. O General Glicério não se entendeu comigo antes de assumir aquela atitude, e disseram-me, mesmo, que havia ficado ressentido com a organização do governo do Estado, queixando-se de não ter sido ouvido. Aliás, eu não ouvi a ninguém. Quando incumbi o Dr. Rubião de convidar os atuais secretários para meus auxiliares de governo, constou-me que esse amigo informou da minha resolução aos chefes políticos que aqui se achavam. Feita a escolha, comuniquei-a por carta ao Carvalho, para dar



*Francisco Glicério, prócer da República. Caricatura de Raul.
O Malho. Coleção Álvaro Cotrim*

ciência aos colegas da Câmara, ao Glicério e ao Ellis: este me disse que não recebeu essa comunicação.

Em 26 de junho tive uma carta do Glicério, explicando a sua conduta, o seu comparecimento a reuniões de opositores, a comissão de organização de um centro de resistência contra os desmandos do governo, e a sua posição no Senado.

‘Estou agindo, disse ele, por minha conta, servindo, segundo o meu conceito, à Constituição e à liberdade, sem sacrificar os princípios em que se fundam a ordem política e a ordem moral no conjunto das instituições. Creio estar firmemente, sinceramente servindo à nação brasileira, tanto quanto me persuado estar exprimindo o sentimento geral da opinião pública. Estimarei muito que nossos patrícios, e com eles os chefes do nosso partido em São Paulo, não desaprovem a minha conduta. Mas, se apesar do estado do meu espírito, a opinião deles me for adversa, não terei o menor constrangimento em respeitá-la, procurando sempre evitar que desta minha atitude resultem quaisquer inconvenientes que perturbem a obra comum da situação governamental de São Paulo.’³

Tratando-se de um caso político importante, Rodrigues Alves convocou Bernardino de Campos e, por ele, deu conhecimento da carta de Glicério à Comissão Central do PRP manifestando, ao mesmo tempo, a sua maneira de pensar a respeito. Com a concordância da Comissão, expôs sua opinião na carta de resposta a Glicério, no tável documento de sabedoria política que vamos transcrever, utilizando a minuta por ele conservada:

“São Paulo, 16 de julho de 1912.

Glicério. – Demorei a resposta de sua carta porque, tratando-se nela de negócio, que interessa à política de nosso Estado, entendi que os amigos da Comissão Central deviam ter conhecimento dos seus termos. Como você sabe, antes de começarem os trabalhos legislativos que, no corrente ano tinham de ser precedidos do serviço delicado do reconhecimento

3 A carta de Glicério, de que Rodrigues Alves copiou o trecho, consta do arquivo do presidente.

de poderes, os nossos companheiros, diplomados e eleitos, procuram se informar dos chefes e diretores da política do Estado, qual devia ser aí a atitude deles, de pois da luta ardentemente em que todos estivemos envolvidos, por ocasião da eleição presidencial. A opinião do partido foi que, passado o período da grande crise e tendo sido cumprido o nosso dever na sustentação do princípio que nos levou às urnas, não havia razão para que não anuíssemos em acompanhar uma prometida ten dên cia de paci fí ca ção que, nos di zi am, só po de ria se gene ra li zar, se não fôs se mos nós, pa u lis tas, hos tis a esse movi men to. Ora, você não ignora os perigos que corremos em certo momento e como os grandes interesses do Estado estiveram ameaçados em brutal perturbação. Daí a idéia de não concorrermos para acirrar ódios ou paixões, e, ao contrário, a de influirmos dignamente para que a máquina governamental funcione sem embaraços, embora continuando a manter os compromissos de nossa anterior condu ta. Daí, ain da o con sel ho aos amigos da representação geral⁴ para cumprirem o seu dever com isenção, sem ligações partidárias ou de agrupamentos, sem provocarem atritos que produzam exacerbação de ânimos, estudando e discutindo as questões de ordem econômica e administrativa, votando com liberdade, e, para os casos políticos graves, que ocorressem, procurando ouvir os amigos do Estado. Foi um conselho prudente e bom, que todos têm seguido com excelente com pre en são do seu al can ce e com alto critério. Não há razão, de minha parte, para o modificar, quando tenho sobre os ombros as responsabilidades do governo do Estado que precisa de paz completa para o seu trabalho, e sérios problemas da administração. Não se pode dizer que somos egoístas, assim procedendo, como às vezes me parece que buscam insinuar os que pensam que o nosso lugar deve ser sempre nas linhas perigosas, pois que

4 Rodrigues Alves conserva nessa linguagem interessante reminiscência do Império. Então é que o Parlamento do Estado unitário era chamado Assembléia Geral. A representação republicana era federal. Mas o presidente mantinha, às vezes, a terminologia do antigo regime.

tudo quanto fizermos em proveito do nosso Estado, há de refletir beneficentemente em favor da União. Você tomou outro caminho, em ten den do que cum pria as sim me lhor o seu de ver, cer to de es tar sen do apla u di do pela na ção e na cren ça de que, agin do por con ta pró pria, não com pro me tia a res pon sa bi li da de dos chefes políticos do Estado. A um mestre do regime não serei eu quem venha dar lições de conduta parlamentar, mas reflita nos conselhos que daqui levaram os nossos amigos e diga-me se, no estado atual dos ânimos, esse caminho não poderá levar à revolta contra os poderes constituídos, solução desastrada e fatal que cumpre a todo transe evitar. É preferível, como mal menor, aguardar, seja qual for a intensi da de do so fri men to, o ter mo le gal dos maus go ver nos. Re fli ta mais, se num dado mo men to, não po de re mos ser acu sa dos de pou co sin ce ros nos nos sos in tu i tos, ado tan do, na Câ ma ra dos Deputados, em nome do partido político do Estado, uma norma de proceder que está em completo desacordo com a que segue, no Senado, um dos ilustres chefes desse partido? Pense ain da na si tu a ção em que terá de fi car o Cam pos Sa les, ex-presiden te da Repú bli ca, se na dor do Esta do e de le ga do do atual governo, se tiver de ouvir, de um seu companheiro de representação, manifestações políticas de caráter pessoal e violento contra o chefe do Estado... É possível, meu amigo, que qualquer de nós, sem as responsabilidades políticas que nos acabrunham, fosse levado a se expandir livremente na apre ci a ção de al guns atos do go ver no, su je i tos à jus ta cen su ra. Mas pense em tudo quanto estou dizendo e você conhece melhor do que eu, e estou certo que há de agir, sem deixar mal o nosso Estado e os seus companheiros de representação, procurando e seguindo a fórmula que os homens de sua experiência sabem sempre encontrar, para fugir a dificuldades, que não se es con dem a olhos me nos perspicazes.”

Osrepublicanoshistóricos, como Glicério, sempre confundiram oposição com revolução. A idéia de que a manutenção das instituições é sempre a melhor solução para qualquer crise política, nunca se enraizou na mentalidade dos veteranos da república. O procedimento

político contraditório não é compatível com o interesse das facções conflitantes no fortalecimento das instituições. Essa é a lição máxima da República nos Estados Unidos, que os pretensores se guiados da América Latina nunca puderam aprender. A carta de Rodrigues Alves a Glicério é uma lição política, haurida não na cultura mas na experiência, e poderia, ainda hoje, servir de modelo aos brasileiros.

Glicério, astuto e versátil, parece ter concordado com a linha moderada. A 1^a de outubro, escreveu a Rodrigues Alves opinando sobre a maneira de se executar o acordo, segundo o qual seriam garantidos, no Congresso estadual, lugares para a minoria hermista. Para Rodrigues Alves, a medida não era vexatória, visto que, quando presidente da República, assegurara, em 1904, o direito da representação às minorias. Glicério não recusava o acordo. Recomendava prudência na aceitação dos adversários, e ponderava: “um acordo fundado no respeito de fato à representação da minoria nos põe a coberto da suspeita de estarmos fazendo um conluio com o governo impopular do Marechal”. E acrescenta: “Refleta quais não serão os esforços empregados por ele [Hermes] para aproximar-se do presidente de São Paulo, sobretudo quando este é o Rodrigues Alves [...]. Ele referiu ao Azeredo o teor da carta que lhe escreveu, e, pedindo para o fato máximo reter-se, ponderou-lhe: ‘Olhe – eu nem ao Pinheiro comuniquei coisa alguma’.”

Essa carta de Hermes a Rodrigues Alves tem a sua pequena história, que precisa ser relatada, para completar o quadro das difíceis relações entre São Paulo e a União.

Em 29 de setembro, o presidente paulista escreveu a Glicério:

“Agora uma nota confidencial. Recebi, ontem, uma carta íntima do Marechal sobre a conveniência de um acordo político, no Estado, com os amigos dele. Fala em nossa velha amizade, no apaziguamento das lutas, no meu espírito de tolerância [...] e sugere a idéia de uma aproximação, garantindo por exemplo o governo, nas próximas eleições do Estado, àqueles seus amigos, o terço da Câmara e do Senado. Os eleitos viriam colaborar com o governo. De vez em quando surgia aqui uma destas fórmulas de combinação, mas agora ela vem do alto, embora em termos muito amistosos. Respondi ao Marechal

que ia procurar ouvir a opinião dos chefes do Partido Republicano do Estado, para ficar habilitado a dar-lhe resposta ulterior. Diga-me você alguma coisa sobre isto com possível urgência.”

A fatia pretendida era grossa. Um terço da representação fixado antecipadamente, sem levar em conta a proporção expressa no pleito. Seria uma capitulação do presidente paulista, depois da grande vitória eleitoral. Corresponhia à subversão das instituições, que ele condenara nos seus conselhos a Glicério. Corresponderia, também, a algo de mais grave: ao abandono da justa representação das minorias, estabelecida durante a sua presidência pela lei Rosa e Silva, em troca de um cambalacho político, arbitrário e sem fundamento eleitoral.

.....

Capítulo Terceiro

Rodrigues Alves e a Câmara – Tentativa final do PRC.

RODRIGUES ALVES E A CÂMARA

S

e, no Senado, Pinheiro Machado procurava simular acordo, na Câmara o seu jogo era mais ostensivo. As primeiras escaramuças ocorreram dias após a posse de Rodrigues Alves, no clássico episódio do reconhecimento de poderes, no qual a prepotência do chefe gaúcho só era limitada pela autodefesa das duas grandes bancadas de Minas e São Paulo.

O problema em 1912 era delicado, pois dizia respeito ao próprio terreiro do chamado “chanceler dos poteiros”, apodo que aplicara Rui Barbosa a Pinheiro Machado, em discurso no Senado, duplamente pejorativo: ao próprio Pinheiro e à bancada gaúcha.

A 4 de maio, o líder paulista, Galeão Carvalhal, escreveu a Rodrigues Alves uma carta de que foi portador Cândido Mota. Expunha o líder:

“O caso mais importante no reconhecimento de poderes é o da eleição no Rio Grande do Sul, do distrito no qual o Conselheiro [Antunes] Maciel¹ foi votado, julgando-se ele eleito. O Cincinato Braga, segundo me consta, entregou os papéis, por ter de partir para a Europa, deixando de emitir parecer. O Senador Pinheiro Machado faz questão do reconhecimento do candidato dele, aliás diplomado pela junta apuradora. Os companheiros aqui estão hesitantes na atitude que devemos assumir, pois hoje foi sorteado o Álvaro de Carvalho para a comissão que deve estudar a eleição do Rio Grande do Sul. Torna-se indispensável a opinião sua, para que possamos firmar a nossa orientação. Como devemos proceder? Devemos seguir o critério da justiça ou o critério da conveniência política? Devemos hostilizar o Pinheiro, pois ele recebe o parecer contrário ao candidato governamental como um ato de hostilidade?”

A resposta de Rodrigues Alves é outro documento de dignidade pessoal e sabedoria política. Sua moderação não se confunde com a subserviência ou pusilanimidade. Estava, é certo, iniciando o governo estadual, e sentia as responsabilidades que lhe havia trazido a confiança do povo paulista. Mas o abandono dos princípios representaria a desilusão, no Estado e no país, quanto à sua liderança. Sem jactância, nem desafio, decidiu pela resistência, dando-lhe uma notável forma de prudência e respeito pelos amigos do Rio:

“São Paulo, 12 de maio de 1912.

Amigo Carvalhal.

Recebi sua carta por intermédio do nosso amigo Dr. Cândido Mota, com quem conversei detidamente sobre a eleição do Conselheiro Maciel pelo Rio Grande. Tive, depois, ocasião de me entender sobre o mesmo assunto com os nossos amigos Cardoso, Elói e Sarmento...²

1 Antunes Maciel era *maragato*, como já lembramos, e, como tal, adversário de Pinheiro Machado.

2 Cardoso de Almeida, Elói Chaves e Alberto Sarmento.

Não me surpreendem as dificuldades que estão encontrando no trabalho do reconhecimento de poderes. Foi sempre um assunto difícil, e, na atualidade, penoso pelas ameaças constantes aos direitos que pareciam e parecem incontestáveis. Tenho as maiores simpatias pela causa das minorias, e portanto, do Conselheiro Maciel, que, além de ser um homem de grande mérito, tem sido um elemento de ordem aí e, a meu ver, na política do Sul. Não posso mesmo compreender como os diretores da política não têm facilitado a sua entrada no Parlamento. O meu critério, naturalmente, em matéria de reconhecimento de poderes, é o da justiça, e me repugna aconselhar que se prive do direito de representação quem o recebeu do corpo eleitoral nas urnas. Ouvi do Cândido Mota que havia estudado a eleição do Rio Grande e que tinha por incontestado o direito de Maciel. Disse-me o Sarmiento que era essa também a opinião do Cincinato, que não dera o parecer sobre as eleições porque não estaria aqui para defendê-lo perante a Câmara. Ouvi depois, de outros amigos, que o Cincinato tinha opinião diferente, isto é, que a eleição não fora favorável ao Maciel. Não sei onde está a verdade sobre esta informação, mas penso que se trata de um caso que não é líquido e no qual, portanto, o voto da minoria deve prevalecer.³ Confio em que os nossos amigos hão de agir com o habitual critério e a necessária coesão. É provável que a atitude da bancada, seja ela qual for, não agradará, mas ninguém poderá se queixar de nós, se nos limitarmos ao nosso voto, com isenção e nobreza, sem a preocupação de organizar forças para combater algum dos grupos que dominam na política, mas simplesmente tendo em vista o cumprimento do nosso dever. Procedendo com essa elevação, algum dia se fará justiça ao nosso esforço.”

Os desacertos dos que dominavam o governo federal haviam levado, em meados de 1912, o país a um clima de exaltada agitação. Naturalmente isso vinha repercutir na Câmara, e na posição de São Paulo,

3 Atente-se para esse princípio liberal: em caso de dúvida devia-se optar pela minoria.

que, além de ser o maior Estado era o único governo oposicionista da Federação. Rodrigues Alves, cuja saúde começava a declinar, tinha de juntar aos cuidados da administração paulista os embaraços da política nacional. A 26 de julho, escrevia a Carvalhal dando conta de longa entrevista que tivera com o Deputado Prudente de Moraes Filho, na qual a crise política crescente fora longamente debatida.

“Estou acompanhando com interesse [diz] o movimento da opinião. A atmosfera daí foi sempre muito carregada contra os governos e, infelizmente, não há razões para que a temperatura política seja mais moderada.”

Depois de louvar a conduta independente e cauta da bancada, ajunta:

“Com essa atitude ficaremos habilitados para, no momento oportuno, auxiliarmos as melhores correntes que se formem para tratar da escolha do futuro presidente e concorrermos para não ser perturbada a vida neste Estado, o que me parece deve ser *maior*⁴ preocupação dos nossos representantes [...]. É possível que o Partido Conservador tenha, como você diz, o pensamento de nos isolar. É natural que nos tenha ainda de observação. Mas é prudente aguardar os acontecimentos, porque, se existe essa tendência, há uma outra que desenvolve esforços para ter a nossa colaboração [...]. A situação aí é, eu confesso, muito delicada, mas foi para poder enfrentá-la que se criaram os homens refletidos e moderados e eu espero que hão de todos bem cumprir o seu dever.”

Quando o líder se intimidava, como no caso da eleição de Maciel, o presidente o estimulava. Quando o líder se exaltava, o presidente o continha.

Outro testemunho dessa prudente contensão aparece nos conselhos dados por Rodrigues Alves no episódio da proposta de *impeachment* apresentada contra Hermes.

4 Sublinhado no manuscrito.

Carvalho escreveu ao presidente pedindo instruções, mas avançando sua opinião, que era no sentido de que a denúncia fosse objeto de deliberação pela Câmara ou, pelo menos, que se desse liberdade à bancada de São Paulo para votar como entendesse. O recurso do *impeachment* é, como sabem todos os estudiosos do Direito Constitucional, um mecanismo político ineficaz, que só serve para agravar paixões e acender crises.

Rodrigues Alves, na resposta a Carvalho, datada de 28 de setembro, demora-se em considerações convincentes. Ele, que defendia sempre uma posição de independência, recusava-se a entrar naquela via de retaliações inoperantes. As razões que alega são as mais procedentes:

“Poderia parecer [escreve] que havendo a bancada se manifestado já contra alguns atos do atual presidente, como os que se prendem ao Conselho Municipal e à intervenção nos Estados, que constituem ponto de acusação na denúncia, não ficará bem aos representantes paulistas votar por uma conclusão daquela natureza,⁵ sem incorrer na censura de incoerentes. Não penso assim. Esses atos, contra os quais todos nos pronunciamos, são de fato irregulares ou ilegais, mas a responsabilidade deles está coberta pelo Congresso, que os tem aprovado. E nada impede que continuemos a afirmar a divergência com o governo, nesses e nos outros pontos, deixando de lado a ação criminal, para só fazermos valer o voto político ou parlamentar.”

A tais razões de inegável procedência jurídica juntavam-se outras, de estratégia política:

“Entramos aqui em um período, não se pode dizer de conagraçamento, mas de apaziguamento de paixões políticas. Recebemos emissários, iniciamos confabulações, levamos todos os dias a falar em cessação de hostilidades... e eu não vim senão para auxiliá-los nesse trabalho... e, quando parece que a calma tende a se restabelecer, que a agitação tem perdido

5 O parecer era naturalmente contra a aceitação da denúncia.

a sua razão de ser, que os trabalhos do Estado se normalizam, voltamos nós a reaquecer o calor das paixões, dizendo ao país que o presidente deve responder criminalmente por seus atos? É preciso pensar nas conseqüências dessa atitude. Não é natural, que criada aquela situação, possamos continuar no trabalho de apaziguamento tão bem iniciado. Na hora em que nos distanciamos do governo, por aquela forma, parece que ficarão rotos os pontos de aproximação e voltaremos ao período das agitações. Convirá isso? Que vantagens nos advirão dessa conduta? [...]”.

Ele viera como candidato de resistência, mas seria também – e este era o seu dever – um presidente pacificador.

De fato, a denúncia não foi considerada objeto de deliberação pela Câmara. A bancada paulista votou a favor da decisão, com a única exceção de Prudente de Moraes Filho, que fez brilhante declaração de voto.

A mesquinha da maioria do meio político da época não deixou de apresentar a atitude conciliatória do presidente paulista como determinada por baixos motivos. Rodrigues Alves, seguro no governo de São Paulo, achava que devia aguardar a sucessão de Hermes, preparando uma eleição pacífica, com um nome respeitado. Essa posição de prudência e equilíbrio já fora por ele manifestada em outras ocasiões e oportunidades. Pois, daquela vez, seus impenitentes inimigos logo propalaram que assim procedia ao preço da nomeação do genro, Cesário Pereira, para juiz de Direito no Rio de Janeiro. Cesário demitira-se do ambicionado cargo de procurador da República quando do desrespeito do governo ao julgamento do Supremo Tribunal, no caso do Conselho Municipal.

Depois submeteu-se a concurso, foi classificado, e veio a ingressar na magistratura, carreira a que se dedicou com todo empenho e correção, até o fim da vida.

Mas sua nomeação foi logo apresentada como barganha, o que levou o sogro a anotar:

“Esta carta [a carta a Carvalho, já transcrita] foi conhecida da imprensa e um dos jornais aludiu à circunstância de haver sido nomeado juiz de Direito o Cesário, pretendendo

maliciosamente ligar uma coisa à outra. Não tive a menor intervenção nesta nomeação, direta ou indireta, nem mesmo era simpático à reentrada do Cesário na carreira, neste momento.”

TENTATIVA FINAL DO PRC

No decorrer de 1912, Rodrigues Alves, que ainda se encontrava em regular estado de saúde, foi consolidando gradativamente sua posição no governo de São Paulo.

Dois elementos concorreram de forma predominante para esse resultado: a firmeza do presidente, no período da candidatura e logo após a posse, e, uma vez empossado, a sua ação conciliatória e moderada. Ignorou as ameaças do Catete mas procurou estabelecer, com o mesmo, relações normais. Era o que lhe competia fazer, em defesa dos interesses do Estado e da normalidade das instituições.

De sua parte, o governo federal, percebendo que estava superada a fase das tentativas de intervenção, procurou outro caminho para satisfazer as pretensões do grupo hermista de São Paulo. Esse caminho seria um acordo político, com distribuição camarária de postos.

O Marechal Hermes, que servira de porta-voz das ameaças, aparecia agora como arauto da paz.

Com data de 24 de setembro de 1912, escreveu a Rodrigues Alves uma carta, provavelmente inspirada e talvez da lavra de Pinheiro Machado, na qual, depois de referir-se à velha amizade entre ambos, sugeria uma composição política para o pleito estadual iminente, que deveria renovar a Câmara e o Senado paulistas. A proposta cifrava-se na garantia da eleição de dez deputados e dois senadores estaduais a serem indicados pelo PRC.

Recebida a carta, Rodrigues Alves pediu ao seu Secretário Altino Arantes que fosse dar conhecimento dela a Bernardino de Campos, que se encontrava em Guarujá, e solicitou diretamente, no Rio, a opinião de Glicério. O Marechal devia estar sendo – como anotou Rodrigues Alves – “atropelado pelos amigos”, pois, enquanto se processavam aquelas consultas, o Almirante Tefé, sogro de Hermes, telegrafou a Oscar Rodrigues Alves, chefe da Casa Civil, urgindo pela resposta.

Esta veio em carta de Rodrigues Alves, de 10 de outubro, da qual extraímos os seguintes trechos:

“Havendo prestado a maior consideração à carta de V. Ex^a, de 24 do mês passado, que tanto me honrou, entendi que, para bem corresponder ao pensamento que a inspira, cumpria ouvir previamente, com a discricção e reserva necessárias [...] a opinião dos diretores do Partido Republicano do Estado, pois que os assuntos de ordem eleitoral devem obedecer, de preferência, à ação dos homens políticos.

Peço a V. Ex^a que me releve a franqueza de o dizer, mas tenho como certo de que o maior mal de que está sofrendo o regime republicano provém do pouco respeito tributado à verdade eleitoral e dos excessos e irregularidades praticados pelos poderes verificadores. É natural que me possa ser atribuído qualquer quinhão de responsabilidade nesses desvios; sempre, entretanto, que me tem cabido alguma parcela de poder hei procurado concorrer para atenuar a intensidade do mal, que é antigo; e V. Ex^a não ignora que foi no período em que juntos trabalhamos, que o Congresso votou, com esse pensamento, a atual lei eleitoral da República.

Trouxe para este Estado a mesma preocupação, exagerando talvez a sua importância. E, quanto mais vou envelhecendo na vida pública, mais me convenço de que, nesta ordem de idéias, os governos terão cumprido o seu dever com o máximo proveito, se se limitarem a assegurar a cada um o seu direito de voto, se não consentirem que esse direito possa ser anulado por qualquer forma, e se interferirem apenas para aconselhar e guiar os chefes políticos, com respeito a essa situação.

Os partidários de todas as agremiações hão de se sentir perfeitamente garantidos com a prática leal destes princípios. Ora, vencida a grande crise política, produzida pela última eleição presidencial, e, acalmadas as paixões, todos compreenderam aqui que os interesses do Estado e os da República impunham aos elementos partidários, como aos órgãos oficiais, a necessidade de uma ação contínua, justa, moderada

e tolerante, para que a aproximação dos republicanos pudesse ir se operando dignamente, sem vexames nem ressentimentos para qualquer dos antigos contendores. Foi essa a fórmula que os políticos encontraram para esse trabalho de apaziguamento e de aproximação, que se tem realizado no Estado com êxito manifesto. E tão bem indicada foi que, ante as razões que a aconselharam, todas as idéias do acordo, baseadas em arranjos ou combinações eleitorais, surgidas aqui mais de uma vez, têm sido abandonadas, como improficuas e desvaliosas para o regime [...].”

Através dessa apreciação geral e preliminar, ficava claro que São Paulo não se inclinava à barganha política, preferindo fazer a pacificação interna através de garantias autênticas oferecidas aos adversários. A idéia aparece com mais força em outro trecho da carta:

“O que tem parecido, pois, conveniente aos dirigentes da política, para o fim de provocar uma harmonia completa, é que não devemos nos afastar daquelas normas, assegurando a continuidade de uma ação eqüitativa e tolerante, ou se trata de assunto de administração, ou de ordem eleitoral.”

Logo em seguida veio a resposta franca e negativa:

“A idéia que ocorreu ao espírito esclarecido de V. Ex^ã com o pensamento de dirimir contendas políticas do Estado, isto é, a de garantir o governo, desde já, aos amigos de V. Ex^ã, o terço nas próximas eleições para o Congresso, não conseguiu impressionar favoravelmente os dirigentes do nosso partido [...].”

Rodrigues Alves faz, depois, uma exposição sintética do sistema eleitoral do Estado, para demonstrar que a minoria hermista, unida e atuante, teria fatalmente postos no futuro Congresso. Afirma peremptoriamente que sua ação pessoal será no sentido de assegurar a lisura do pleito e os direitos da minoria, de acordo com suas reais possibilidades. Assim procedendo, ajunta, “penso que prestaremos à República um concurso leal e digno e a aproximação de todos os elementos se fará por

si mesma, independente de combinações, mas se fará pelo processo único que não amesquinha, que não deprime e a ninguém vexa”.

As eleições estaduais tiveram lugar a 1^a de março de 1913 e Rodrigues Alves cumpriu escrupulosamente o que avançara ao Marechal.

Reunida no Palácio dos Campos Elísios, a comissão central do PRP, para decidir sobre o pleito, foi-lhe comunicada a apresentação da chapa completa para a Câmara (que se renovava toda) e de dois nomes para as duas vagas existentes no Senado. Rodrigues Alves concordou com a primeira medida, porque a lei eleitoral do Estado, instituindo o voto cumulativo, assegurava à minoria a eleição dos deputados que correspondessem aos votos de que dispunham. Mas impugnou a apresentação dos dois senadores, porque, sendo a eleição majoritária, sem voto cumulativo, só a lista incompleta garantia a minoria. A única solução seria a apresentação de um só candidato para que fossem cumpridos os princípios que havia sustentado perante o presidente da República. A situação era difícil, pois os candidatos apresentados eram os antigos presidente e vice-presidente do Estado, Albuquerque Lins e Fernando Prestes. Tal era a sua autoridade que a comissão curvou-se e Prestes foi sacrificado em benefício do candidato da oposição. Como acentuou Rodrigues Alves na conversa – de que tomou nota –, “São Paulo devia dar esse exemplo à Federação.”

.....

Livro X

Capítulo Primeiro

Aspectos da Administração – A defesa do café – Demissão do secretário da Fazenda.

ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO – A DEFESA DO CAFÉ

P

oucos dias depois de ter assumido o governo do Estado, em maio de 1912, Rodrigues Alves defrontou-se com um gravíssimo problema: a defesa do café de São Paulo, armazenado em Nova Iorque, ameaçado de seqüestro pelo governo norte-americano.

As ameaças vinham de antes, mas concretizaram-se nos dias iniciais da sua administração.

Declinava o governo republicano do Presidente William H. Taft (março de 1909 a março de 1913) e as eleições deste último ano decidiriam da permanência dos republicanos no poder, por mais um quadriênio, ou da sua substituição pelos democratas.

Considerações eleitorais e outras razões de política interna levaram membros da administração a uma ansiosa campanha de popularidade,

que, afinal, foi inútil, pois Taft não se reelegeu em 1913, e o governo da União passou aos democratas, na pessoa de Woodrow Wilson.

Entre as medidas consideradas mais importantes, naquela caça ao favor popular, colocou-se o esforço pela baixa dos preços do café, já incorporados aos hábitos de todos os lares americanos.

O Brasil produzia, na época, em números redondos, sessenta por cento do café mundial, e os Estados Unidos consumiam cerca de quarenta por cento do café brasileiro, sendo o consumo mundial de 18 milhões de sacas de 60 quilos.

O plano de valorização do Convênio de Taubaté encontrava-se em plena execução.

O empréstimo de 15 de milhões de libras, levantado pelos três Estados cafeeiros, bem como todo o mecanismo do convênio haviam sido aprovados, no governo Afonso Pena, pela lei de 9 de dezembro de 1908. O empréstimo de 15 milhões foi tomado, a princípio, pelos banqueiros franceses (*Société Générale*) e ingleses (*Henry Schröder*) na base de 5 milhões para os primeiros e 10 milhões para os segundos. Mais tarde os franceses venderam 2 milhões de libras, em partes iguais, aos banqueiros americanos *J. P. Morgan* e *First National City Bank*. O empréstimo era garantido pela taxa especial de 3% ouro, cobrada por saca de café exportado aos preços do convênio, e pelo valor do próprio café comprado pelo governo paulista, armazenado nos portos americanos e europeus. O produto da taxa, meio de liquidação do empréstimo, era entregue a câmbio fixo à casa exportadora *Theodore Wille & Cia.*, de Santos, que funcionava como agente dos dois primeiros bancos citados. Os títulos foram entregues a estes ao tipo de 93% do valor nominal, correspondendo a diferença à comissão dos banqueiros pelo lançamento. Além disso, os banqueiros tinham comissão sobre o pagamento parcelado dos juros e amortizações, bem como compensação por todas as despesas, tais como anúncios, telegramas, correspondência postal e outras. Finalmente, os governos interessados se obrigavam a não contratar qualquer outra operação de crédito sobre o café, antes da existente encontrar-se saldada.

Ainda em dezembro de 1908, o governo de São Paulo concluiu novo acordo, com o Banco *Schröder* e a *Société Générale*. Por tal acordo

criou-se uma Comissão Executiva do empréstimo, composta de sete membros, dos quais quatro eram indicados por Schröder, dois pela Société Générale e um pelo governo de São Paulo. Em 1912, o representante paulista era o escritor Paulo Prado, sócio, com o pai, Conselheiro Antônio Prado, de forte casa de exportação de café. Competia à Comissão pagar aos banqueiros o serviço de capital e juros do empréstimo, bem como as demais obrigações, e efetuar a liquidação do estoque do café, por conta do governo de São Paulo, à medida que o produto fosse liberado pelo pagamento que garantia, pagamento este, convém recordar, proveniente da aplicação da taxa de exportação de 3% ouro. A Comissão era remunerada na base de 1% sobre o produto das vendas do café. As suas reuniões periódicas eram realizadas em Londres.

Com os recursos do empréstimo, o governo de São Paulo comprou grande quantidade de café, retendo parte para manter o preço e vendendo outra para satisfazer os serviços do empréstimo. Quando se deram as ocorrências que narramos, haviam sido compradas perto de 11 milhões de sacas, das quais encontravam-se armazenadas, à disposição da Comissão, perto de 7 milhões, em Nova Iorque, Havre, Antuérpia, Londres, Roterdã, Bremen, Trieste e Marselha. Em princípios de 1912, foram vendidas 700.000 sacas do governo de São Paulo, sendo 400.000 em Nova Iorque e 300.000 na Europa. Os preços se mantinham estáveis, nas bases previstas no Convênio de Taubaté.

A pressão norte-americana contra o café brasileiro fazia-se sentir, já o dissemos, desde antes da posse de Rodrigues Alves no governo paulista.

Em março e abril de 1907, o governo brasileiro, por intermédio do seu Embaixador Joaquim Nabuco, impediu que o Senado dos Estados Unidos aprovasse um imposto especial sobre o café. Mas o resultado não parecia definitivo. Rodrigues Alves anotou:

“Em 11 de abril de 1909, disse-me J. Nabuco:¹ penso que o imposto sobre o café estará sempre, de ora em diante, na ordem do dia, visto a finalidade da cobrança, o crescente *deficit* do Tesouro, e, também, o interesse dos especuladores.”

1 Rodrigues Alves emprega o verbo *dizer* por força de expressão. Nabuco estava então em Washington. Deve ter-lhe escrito.

Esses especuladores detinham grande quantidade de café importado, além daquele pertencente ao governo paulista, e iriam ganhar fortunas, segundo Nabuco, com a alteração dos preços devida ao imposto. Isto impediu a criação imediata do imposto, mas que viria mais tarde, porque a opinião americana era hostil ao Brasil, pelo fato de o nosso país ter o seu grande comprador nos Estados Unidos e os seus grandes vendedores na Europa.

Em fevereiro de 1911, o Deputado Norris, representante do Nebraska, apresentou pedido de informações sobre a possibilidade dos Estados Unidos retaliarem contra o Brasil nos impostos alfandegários, visto que, segundo ele, o aumento de preço do café trazia um prejuízo anual de 35 milhões de dólares ao povo americano.

O Encarregado de Negócios, Rinaldo de Lima e Silva (que ocupou a embaixada até a nomeação de Domício da Gama como sucessor de Nabuco), conseguiu atenuar a proposição, que deixou de conter referência direta ao nosso país.

O governo dos Estados Unidos optou, então, pelo reclamo de vantagens fiscais brasileiras para a importação dos seus produtos, o que era razoável, embora tal medida provocasse protestos da Argentina, quanto ao trigo, e de certos países europeus. As vantagens para as importações americanas passaram a figurar nas nossas leis anuais de orçamento.

A 15 de maio de 1911, o Barão do Rio Branco escreveu ao Presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, uma carta confidencial, informando-o de que o governo norte-americano havia solicitado, na antevéspera, ao nosso representante em Washington, informações sobre os preços de venda, nos Estados Unidos e na Europa, de 1.200.000 sacas de café. As informações destinavam-se a uma comissão de inquérito da Câmara dos Representantes.

A 16 de maio de 1912, dias depois de empossado no governo paulista, Rodrigues Alves enviou a Lauro Müller, novo ministro do Exterior, o seguinte telegrama, redigido do seu punho, mas assinado pelo secretário da Fazenda:

“DESDE O ANO PASSADO QUE NOS ESTADOS UNIDOS SE FORMOU UMA CORRENTE CONTRÁRIA AO PLANO DA

VALORIZAÇÃO DO CAFÉ DO BRASIL, QUE NOS TEM AMEAÇADO COM A CRIAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE ESSE PRODUTO. NOTÍCIAS RECENTES TÊM NOS INFORMADO DE QUE UMA COMISSÃO DO CONGRESSO DAQUELE PAÍS IA PROSEGUIR NO SEU INQUÉRITO SOBRE A VALORIZAÇÃO, NATURALMENTE COM O MESMO PROPÓSITO DE CRIAÇÃO DAQUELAS TAXAS... PENSANDO QUE ESTA QUESTÃO TENDE A RENASCER, COM GRANDES AMEAÇAS PARA OS INTERESSES ECONÔMICOS DO NOSSO PAÍS E DESTE ESTADO, O SR. PRESIDENTE ME INCUMBIU DE DAR PARTE A V. EX^a E DESSA OCORRÊNCIA, O QUE TERÁ OCASIÃO DE FAZER DIRETAMENTE, LOGO QUE RECEBA INFORMAÇÕES QUE ESPERA DOS MERCADOS DO EXTERIOR.”

Abaixo do rascunho, Rodrigues Alves acrescentou:

“Hoje mandei, em carta particular, esta minuta, que pode servir de base à comunicação que o Dr. Joaquim Miguel tem de fazer, confirmando o seu telegrama.”

No dia 19, o presidente escreveu esta carta ao ministro:

“Amigo Dr. Lauro.

As notícias que nos têm vindo dos Estados Unidos estão alarmando os interesses comerciais presos ao plano de valorização do café. Receio que as pretensões eleitorais em jogo, ali, neste momento, possam trazer alguma perturbação nos negócios, afetando os interesses da União e os nossos. Sabe quanto é intensa a luta eleitoral naquela praça. Hoje os telegramas avançam que o governo pensa em proibir a venda do café brasileiro, lá depositado.”

Depois de referir-se a Domício da Gama e a Rinaldo de Lima e Silva acrescenta:

“Venho pedir-lhe a bondade de chamar a atenção deles, instantemente, para esta questão, de modo que o governo americano sinta que o nosso não está desinteressado dela. Referi-me ao Dr. Lima e Silva porque tenho à vista uma

carta do finado Rio Branco ao meu antecessor, mostrando os serviços que ele nos prestou em Washington sobre o café da valorização.”

Rodrigues Alves pedia, pois, a Lauro Müller a intervenção diplomática do governo brasileiro, único que poderia exercê-la, e, para encorajá-lo, mostrava que o Barão havia entrado no assunto. Domicio chegara a procurar o Ministro da Justiça (*General Attorney*) Georges Wickersham, e este lhe prometera aviso prévio, quanto a qualquer medida.

Mas nada pôde impedir a ação oficial do governo Taft. Subitamente, sem nenhum aviso, um procurador federal, em nome do ministro da Justiça, requereu ao tribunal distrital de Nova Iorque uma série de medidas que visavam aplicar ao café brasileiro, ali armazenado, de propriedade do governo de São Paulo, as disposições penais da famosa lei Sherman, de 1890, destinada a combater as combinações comerciais lesivas ao interesse público (lei antitruste).

Segundo a petição, o tribunal era solicitado a ordenar o seqüestro do café de São Paulo (950.000 sacas) e, em seguida, a promover sua venda “de tal maneira e nas quantidades que impedirão uma restrição do comércio externo e interestadual do café nos Estados Unidos”.

Com a venda judicial, mesmo de parte do estoque, os negócios normais ficariam suspensos e a tendência baixista surgiria, pois os poderes públicos brasileiros não mais poderiam reter os produtos, nem manter os preços. A repercussão nos mercados europeus seria inevitável e imprevisível a situação da nossa lavoura cafeeira, com grandes quantidades de café sendo vendidas abaixo do custo da produção.

Assim, o governo norte-americano intentou um processo judicial para impedir a execução de leis brasileiras que visavam à proteção do produto básico de nossa economia, e isto nos Estados Unidos, onde, segundo o advogado que ali foi contratado, medidas análogas tinham sido executadas para impedir a queda de preços do algodão do Sul.

Logo se organizou a reação brasileira. Os membros do Comitê Executivo do Café põem-se em campo. De Londres telegrafou Schröder; de Nova Iorque, o grande importador Sielcken; de Paris faz o mesmo Paulo Prado.

Cabe aqui uma digressão a respeito de Herman Sielcken, personagem que teve grande importância nos negócios internacionais do café. O livro de William Ukers *All About Coffee* mostra como a história do comércio cafeeiro mundial é em grande parte feita por manipuladores do produto na Europa e nos Estados Unidos. O primeiro desses chamados “reis do café” foi Benjamin Green Arnold, que se instalou em Nova Iorque no ano de 1836, exatamente quando o café do Vale do Paraíba começava a levantar a economia brasileira, arruinada pela queda da mineração. Arnold foi o primeiro presidente da Bolsa do Café da metrópole americana. O último comerciante que teve o título de “rei do café” foi exatamente Sielcken. Nascido em Hamburgo em 1847, naturalizou-se cidadão americano, mas morreu na Alemanha, durante a guerra, em 1917, na sua principesca propriedade de Baden-Baden, para onde regressara pouco antes de irromper o conflito. Aos vinte anos veio para Costa Rica, e de lá para São Francisco, onde aprendeu o idioma inglês. Foi comprador de algodão no sul dos Estados Unidos, depois fixou-se em Nova Iorque. Falando inglês e espanhol (aprendido em Costa Rica), além do alemão nativo, começou, no meado do século, a vir à América do Sul, a negócios. Em 1881 já era então considerado o melhor conhecedor de café nos dois continentes. Seus êxitos no ramo fizeram-no temido em Wall Street, entrando em enormes especulações de várias naturezas, mas a coluna mestra da sua enorme fortuna continuava a ser a cultura cafeeira do Brasil. Quando em 1907-1908 definiu-se a política da valorização, Sielcken contribuiu mais do que ninguém para sua aplicação nos Estados Unidos. Eliminou, aos poucos, os concorrentes e tornou-se, na prática, o manejador do mecanismo dos estoques oficiais brasileiros entre os milhares de firmas compradoras nos numerosos Estados da União americana. Chegou a oportunidade com que sonhava, acentua o seu biógrafo: a de dominar o comércio do café como um colosso. Acentua Ukers: “Ele foi um gigante comercial, com a agudeza militar de um Bismarck [...]. Sua política no café era de ferro e sangue. Não admitia interferências nos seus planos e não escolhia processos ao tratar com homens ou governos.”

Foi um homem dessa têmpera que, levado pelos seus enormes interesses em jogo, aliou-se ao Brasil na defesa do café valorizado, como membro que era do Comitê da Valorização. No entanto, dentre

todos os componentes dessa comissão, os despachos mais enérgicos, na hora da crise, foram os de Paulo Prado. O representante de São Paulo neles alude ao “inaudito proceder do governo dos Estados Unidos” e reclama “a mais enérgica ação” do nosso governo, acentuando que “não há tempo a perder”. Os telegramas de Prado se sucedem, informando e aconselhando. Só a ação diplomática seria eficaz, segundo pensava o nosso advogado, Joseph Choate, grande figura do foro americano. Recomenda entendimento com Sielcken, mas insiste sobretudo na ação pronta e enérgica. Lauro Müller, por sua vez, avisado por Domicio, moveu-se com presteza. Proposta que foi a ação, mandou instruções a Washington e telegrafou, no dia 20, a Rodrigues Alves pedindo-lhe que enviasse um representante seu ao Rio.

No mesmo dia, Rodrigues Alves enviou ao Rio o Secretário da Fazenda, Joaquim Manuel, incumbindo-o de acompanhar Lauro em tudo que se fizesse mister. Ainda no dia 20, Domicio interpelou, em Washington, o ministro da Justiça. Este lhe disse que os membros da Comissão Executiva do Convênio de Taubaté procediam como particulares, excedendo as instruções do governo de São Paulo, o que era evidentemente falso, como demonstrava a própria intervenção diplomática.

Domicio logo argumentou nesse sentido e ponderou que o assunto era de Direito Internacional, e não de ordem interna. O ministro respondeu que ia consultar o secretário de Estado (ministro do Exterior). Domicio pediu então a Rodrigues Alves que fosse confirmado o caráter oficial da Comissão. O presidente logo acedeu, com o seguinte despacho a Lauro:

“Rogo-lhe dignar-se declarar ao embaixador em Washington que o Comitê de Valorização do Café é órgão deste Estado, tem agido e continuará a agir de acordo com as instruções do governo de São Paulo, que tem aprovado os seus atos.”

No dia seguinte, Domicio da Gama procurou o Secretário de Estado, Philander C. Knox, a fim de oficializar a ação do Comitê Executivo. Eis o curioso telegrama, em que dá conta da entrevista:

“COMO DE COSTUME, SECRETÁRIO DE ESTADO IGNORAVA O ASSUNTO, MAS MOSTROU SURPRESA QUE O MINISTRO DA JUSTIÇA TENHA PROCEDIDO, EM MATÉRIA DO INTERESSE DO DEPARTAMENTO DE ESTADO, SEM CONSULTAR ESTE. MANIFESTOU PESAR PELO INCIDENTE, DO QUAL DIZ ELE SER TÃO INOCENTE COMO CRIANÇA RECÉM-NASCIDA.”

No dia 23, o embaixador voltou a Knox, “porque dito secretário sempre finge ignorar, ou realmente ignora, os assuntos das conferências diplomáticas”.

Enquanto isso, Joaquim Miguel procurava o Presidente Hermes da Fonseca, em nome de Rodrigues Alves. O Marechal, no dia da entrevista, que foi a 23, escreveu de próprio punho a Rodrigues Alves. O bondoso Hermes apressa-se em “tranqüilizar o espírito” do seu antigo chefe, promete-lhe apoio firme pelo Itamarati e conclui afirmando: “Breve os receios de V. Ex^a, que são também os meus e de toda a nação, estarão, certamente, dissipados.”

Rodrigues Alves respondeu, afetuoso e agradecido, a 27.

No dia 24, a conversa de Domício com o secretário de Estado foi séria. O embaixador conhecia o fundo político do incidente e aludiu à possibilidade do governo brasileiro reagir, com medidas tarifárias. Horas depois, Knox telefonava à embaixada e informava que o seu colega da Justiça recusava-se a intervir *ex-officio*, e que somente o tribunal decidiria.

Com efeito, a 25 prosseguiu o processo em Nova Iorque, e Domício teve outra entrevista com Knox. Informa: “Declarei que [...] só me resta passar nota de protesto, por deixarem submeter a juízo propriedade declaradamente pertencente a um Estado brasileiro, respondendo como garantia de um empréstimo da União.” Assegurou que os termos da nota não deixariam dúvida nos Estados Unidos, do “ressentimento que o governo brasileiro experimenta ante tratamento inamistoso e injusto (*unfair*), prova de que a falada amizade entre nós é apenas unilateral”.

Deu-se, então, a intervenção de um ilustre americano e verdadeiro amigo do Brasil: Elihu Root. O ex-secretário de Estado, que



Elihu Root, ex-secretário de Estado, advogado do Brasil no caso do café. Foto da revista Renascença. Coleção Plínio Doyle

conhecia Rodrigues Alves desde que visitara o nosso país em 1906, “mostrou-se escandalizado com o passo imprudente do ministro da Justiça” e prometeu falar-lhe.

Daí por diante, Root, com seu grande prestígio, colocou-se ao lado dos brasileiros.

A imprensa do Rio e São Paulo abriu logo colunas ao assunto. No dia 24, o *Jornal do Comércio* publicou, como primeira *vária*, o texto da lei Sherman e acentuou que ela não se aplicava ao caso. Lembrava o jornal que só depois de vários anos de política de defesa do café, o governo norte-americano se lembrava da sua existência. Parecia haver outras razões na tentativa tardia. A *Imprensa*, o *Comércio de S. Paulo* e outros órgãos trouxeram, naqueles dias, informações e opiniões sobre o assunto.

A 25, o governo foi informado de que a decisão do tribunal nos seria provavelmente favorável.

No dia 27 de maio, falando em um banquete da Sociedade Pan-Americana, na presença do secretário de Estado, o embaixador brasileiro proferiu um discurso corajoso e objetivo, pondo os pontos nos ii. Knox, primeiro orador da noite, levantou hinos à amizade continental a propósito do Canal do Panamá (de onde chegara havia pouco), cuja construção andava em curso. Em seguida, levantou-se o embaixador brasileiro, saudado “com uma grande ovação”. A *Imprensa*, jornal carioca de Alcindo Guanabara, publicou, na edição de 25 de junho, em primeira página, amplo noticiário sobre o discurso de Domício. O banquete reunia mais de 500 comensais e realizava-se em honra do Conselho Diretor da União Pan-Americana.

Domício começou declarando que o seu amigo John Barret, elemento de prol na organização, o aconselhara a fazer naquela noite “o discurso da sua vida”. E ele o fez, de fato, como demonstra os trechos que passamos a transcrever:

“As minhas esperanças em uma nova era para as nossas relações comerciais acabam de sofrer um sério golpe, por ver que os Estados Unidos endossam uma doutrina um tanto arbitraria e revolucionária, segundo a qual eles pagarão pelos produtos de outras nações, não os preços que estas pedem, mas, sim, o preço que o comerciante americano

quiser pagar. Esta é uma nova doutrina, que os Estados Unidos parecem dispostos a tornar efetiva, até mesmo com sacrifício das antigas relações de amizade internacional.”

E termina com estas expressões de tom inusitado em cerimônia como aquela:

“Destarte nós, os sul-americanos, temos ainda muito que aprender a respeito dos novos métodos americanos nas relações com as nações estrangeiras, da mesma forma que os americanos do norte estão ainda por conhecer os caminhos que vão ter aos nossos corações.”

Salientou o correspondente da *Imprensa* que, “segundo noticiaram os jornais do dia imediato [...], o resultado de tão patriótico discurso foi a deliberação do Ministro do Exterior, Sr. Knox, de aconselhar o presidente Taft a mandar cessar o processo interno instaurado contra o nosso café e levar a questão para o terreno diplomático”.

No dia 28 de maio, seguinte ao discurso, o tribunal de Nova Iorque julgou, por unanimidade, improcedente a temerária ação.

O Estado de S. Paulo do dia 29 estampou longo e substancioso noticiário, no qual é transcrito artigo publicado na *American Review of Reviews*, contendo fortes críticas aos manejos puramente políticos do governo Taft, interessado em “obter a primazia na convenção presidencial”.

Rodrigues Alves escreveu, a 21 de julho, de próprio punho, a Domício da Gama, aprovando e agradecendo o seu procedimento. No dia 3 de setembro o embaixador respondeu ao presidente, queixando-se de Lauro:

“A aprovação de V. Ex^a é, para mim, um prêmio e um valioso apoio moral. Esse apoio faltou no momento crítico e continua a faltar-me. Depois de um segundo telegrama descontente (o primeiro fora para desaprovar o meu discurso no banquete pan-americano) [...] nunca mais recebi resposta telegráfica às minhas comunicações sobre o assunto. Isso desde fins de maio. A minha correspondência com o ministro é unilateral, o que me põe na mais embaraçosa das posições.”

Domício estende-se defendendo o seu discurso, explicando a sua posição e discorrendo sobre a orientação que lhe parecia mais acertada nas nossas relações com os Estados Unidos. Para ele os americanos eram amigos do Brasil, e os nossos interesses, em muitos pontos, concorriam. Cumpria, porém, defender com firmeza os interesses brasileiros, nos casos em que divergissem dos americanos. Domício insistia em que, nesse ponto, seu pensamento se ajustava e não se afastava do pensamento do Barão do Rio Branco:

“Nunca procedi senão de acordo com o Barão ou em harmonia com o seu pensamento político. E ele já tinha começado a rebater as excessivas exigências americanas e observar quanto às suas incorreções de forma (nota à embaixada americana, de 18 de dezembro de 1911, a propósito do concurso para aquisição de submarinos). Agora parece que tudo isso, que o próprio interesse americano aconselha, está errado.”

Logo após o julgamento, Knox pediu realmente a Taft que sustasse qualquer outra medida contra o café, mas o presidente não decidiu nada, enquanto o ministro da Justiça continuava seus manejos hostis.

No dia 30 de maio, Lauro Müller preveniu Rodrigues Alves de que, apesar da decisão judicial, os riscos continuavam.

Elihu Root aconselhou Domício a passar uma nota de reclamação à secretaria de Estado, cujos termos ele próprio, Root, forneceu. A nota foi enviada. Além disso o ilustre Root procurou Taft, no dia 2 de junho, pedindo-lhe que recebesse Domício. A audiência teve lugar no dia 6, e o embaixador informou:

“Observei que o processo, continuando sob qualquer forma contra agentes do Estado, por atos que tivessem sua aprovação, seria praticamente contra ele e prolongaria o atual mal-estar entre nós. Instei pela supressão definitiva do processo, ainda que apenas o suspendessem, e paraceu-me abalado quando lhe falei na utilidade maior de conservar boas relações conosco.”

O Presidente Taft prometeu estudar pessoalmente o assunto, com o secretário de Estado.

A solução encontrada (de caráter secreto, segundo informa um telegrama) foi a venda de todo o estoque armazenado em Nova Iorque, no prazo de seis meses, desistindo o governo americano de qualquer ação, desde que o estoque se extinguisse. Embora os despachos não informem, parece óbvio que o café seria vendido aos preços do mercado sustentado, que eram os decorrentes do Convênio de Taubaté. O acordo se fez no dia 9.

A decisão judicial invalidou as esperanças de se obter, por aquela via inamistosa, a baixa do café, mas não levou o governo americano a desistir do seu objetivo.

A execução do acordo secreto entre os dois governos foi interpretada de maneira diferente, por um e outro, criando novo problema.

Antes que se esgotasse o prazo de seis meses, assentado no acordo de 9 de junho, voltou o governo Taft ao plano que só aparentemente abandonara.

O já referido Deputado Norris, representante do Estado de Nebraska, apresentou projeto que, se aprovado, tornaria impossível o mecanismo de defesa do café brasileiro. O mais grave era que o projeto provinha, de fato, do ministério da Justiça, conforme indica esta nota de Rodrigues Alves, de 7 de fevereiro de 1913:

“O projeto de lei Norris, embora não tenha a palavra ‘café’ é elaborado e intentado puramente como uma medida contra o Brasil. Sobre isto não pode haver a mínima dúvida, visto que foi o procurador-geral² que o elaborou, e tanto ele como o Deputado Norris declararam de público que a lei tinha por fim atacar o café.”

O Itamarati, com a mesma energia de antes, agiu no caso duplamente. De um lado, Domicio da Gama conseguiu que fosse emendada a lei na Comissão Judiciária da Câmara dos Representantes, atenuando, senão anulando suas disposições unilaterais. Por outro lado, no Senado brasileiro, Lauro Müller fez aprovar, em 1912, para a lei de orçamento de 1913, um dispositivo pelo qual as reduções aduaneiras, que vinham sendo concedidas aos produtos importados dos Estados Unidos,

2 Ministro da Justiça, ou *General Attorney*.

ficavam condicionadas às “facilidades comerciais” dispensadas aos nossos produtos naquele país. Era a possibilidade de anulação das vantagens particulares, concedidas com justiça ao nosso melhor comprador. O Governo de Washington não deixaria de atentar para isso.

Mas o ataque contra o produto brasileiro era feito em dois flancos.

No dia 12 de novembro, Lauro Müller escreveu a Rodrigues Alves carta confidencial, na qual dava notícia de novo processo instaurado em Nova Iorque pelo procurador da República, processo desta vez dirigido contra os membros da Comissão Executiva do Convênio de Taubaté, tomados como pessoas físicas, como se não representassem o poder público brasileiro. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano anunciava sua intenção de sustar o novo processo, caso o nosso governo se dispusesse a vender todo o estoque de café, até abril de 1913, no mercado livre.

Essa carta de Lauro era explicativa de uma nota do Embaixador Edwin Morgan, datada de 11 de novembro, na qual o diplomata declarava que a exigência do mercado livre vinha do ministro da Justiça, o qual desconfiava de Sielcken, e achava que ele poderia monopolizar o estoque. O ministro parecia não compreender a questão básica, vinda desde o princípio. Os preços estavam garantidos por lei brasileira, e não por Sielcken, a venda do estoque, como pretendia agora o governo norte-americano, iria causar enorme dano à economia brasileira, sem as vantagens para o consumidor e com o enriquecimento dos especuladores americanos, que comprariam em grosso o café na baixa para revendê-lo a varejo, aos preços do mercado de consumo.

No dia 14, Rodrigues Alves respondeu a Lauro Müller. Percebia o perigo de continuar aquela luta. Concordava em liquidar o estoque (como previsto no acordo secreto), mas nunca no mercado livre, o que seria para nós um desastre e para os comerciantes americanos a fortuna, visto que o preço não caía para o consumidor. Da sua carta constam estes expressivos trechos:

“Desde que o governo americano fez-nos a afronta de um processo violento e injusto, para servir aos interesses comerciais do seu país, compreendemos, aqui, que era mister

regular de uma vez aquele depósito, para podermos melhor regular as nossas relações comerciais com o exterior [...]. O governo americano está servindo aos interesses do grupo baixista do seu país – nosso empenho, porém, é servir de elemento ponderador na disposição cautelosa do estoque de café, para que essa baixa não venha perturbar a nossa vida econômica [...]. Parece-me que, com o compromisso de nos esforçarmos pela liquidação do depósito de café de Nova Iorque, deverá o governo americano se dar por satisfeito. Conhece as minhas idéias sobre a valorização.³ Pois bem, os incidentes ocorridos são de tal ordem, que pergunto às vezes a mim mesmo se teríamos acertado com a política que andamos desenvolvendo nos Estados Unidos, desde o tempo do Rio Branco.”

Em nota do dia 16, entregue a Lauro Müller e por este ao Embaixador Morgan, a situação ficou perfeitamente clara. O Estado de São Paulo faria a liquidação “em mercado legítimo”, mas não “em leilão público à mercê dos torradores de café e sem benefício para os consumidores americanos”. O leilão público “importaria num *crack* geral nos mercados de café, com graves prejuízos para estes e para São Paulo, tudo em favor apenas dos intermediários de Nova Iorque, porque o consumidor americano tem sido estranho aos benefícios dos preços baixos de café”.

O Embaixador Morgan, segundo Joaquim Miguel informou do Rio, achou a nota “muito razoável”. Mas o governo dos Estados Unidos continuou a interpretar os acontecimentos de acordo com a sua obstinada opinião. A 7 de dezembro, a embaixada norte-americana no Rio entregou ao Itamarati uma nota cominatória, cujo teor, dada a sua gravidade, foi enviado a Rodrigues Alves por portador especial, o Secretário Hélio Lobo.

A transcrição da primeira parte desse documento esclarece, por si só, a irreduzível posição americana:

“O *Attorney General* dos Estados Unidos da América estava disposto a aceitar a proposta sugerida pelo ministério das Relações Exteriores, em seu memorial de 16 de novembro

3 Lauro, como ministro de Rodrigues Alves, assistira sua resistência ao Convênio de Taubaté.

próximo passado, até que teve insinuação [sic] de que o estoque de café valorizado, atualmente em Nova Iorque, seria transferido a um forte sindicato de pessoas associadas com a valorização. Manifesto é que o controle desse estoque por um sindicato dessa ordem frustraria o propósito do governo de São Paulo de liquidar as 950.000 sacas em mercado legítimo. Só no caso da venda se efetuar sem a interposição de semelhante sindicato, existirá uma base satisfatória sobre a qual o proposto acordo possa assentar. O governo do Brasil reconhecerá à primeira vista esse fato evidente por si mesmo.”

Não é necessário insistir sobre o significado de tal colocação do problema. O memorando brasileiro de 16 de novembro, já o vimos, destina-se precisamente a recusar a venda direta, em leilão, porque isto seria levar os preços de roldão. E só a Comissão Executiva do Convênio, agindo como representante de São Paulo, poderia proceder à venda de forma ponderada (como disse Rodrigues Alves), evitando o *crack*. O cavalo-de-batalha do ministro norte-americano era o fato de comerciantes de café participarem da Comissão que devia dispor sobre a venda. Mas isto decorria do acordo para a execução do Convênio, feito entre São Paulo e os credores. Era matéria da nossa competência, sobre a qual o governo americano nada tinha que opinar. A questão voltava, pois, ao ponto de partida. Os Estados Unidos consideravam um truste privado aquilo que afirmávamos ser um agente do poder público. Terminava a nota norte-americana reclamando uma “solução sem delonga”. Ora, a exigência ali contida mostrava que aquilo que os americanos chamavam “mercado legítimo” era exatamente o que os brasileiros consideravam “mercado livre”, isto é, a venda sem o controle da comissão.

Vejamos, agora, a série de notáveis documentos com que o velho presidente de São Paulo reagiu contra a injustiça do governo norte-americano. Vê-se, através deles, que Rodrigues Alves mantinha íntegra a sua fibra de homem de Estado. O primeiro documento é uma carta do dia 8:

“Amigo Dr. Lauro,
Agradeço muito as informações que mandou por intermédio do Sr. Dr. Lobo [...]. Desde que me convenci de que o governo dos Estados Unidos estimaria a extinção do estoque

do nosso café depositado em Nova Iorque, o meu empenho tem sido de ir ao encontro desse desejo, aproveitando-me da oportunidade da venda anual autorizada por nossos contratos. Nada temos alterado nas práticas seguidas anteriormente, tanto nos mercados da Europa como dos Estados Unidos, agindo com perfeita lisura e nos termos consagrados pelas leis do comércio e costumes de todo o mundo. Em virtude daqueles contratos o governo de São Paulo está obrigado a pôr à venda, pelos cuidados do Comitê, em públicos leilões ou por ofertas lacradas, uma certa porção de café, anualmente. Ora, obrigando-se a fazê-lo, com relação ao estoque de Nova Iorque, até abril próximo, como sugeriu o governo daquele país, só por muito impertinência se poderá insistir na continuação das normas a que tem estado sujeito o Estado de São Paulo. O memorial do *Attorney General* está irritante. A sua resposta foi formulada em termos dignos, com os quais estou de acordo [...]. Sabe que não desejo, por forma alguma, criar dificuldades ao governo da União, mas há sempre um limite para certas exigências, e de veras é melhor ser vítima da insolência do que transigir com ela, em dano do bom nome do país.”

Em despacho de 15 de dezembro, Lauro Müller queixava-se amargamente de Sielcken, dizendo que ele prosseguia no processo judicial (o segundo intentado pelo governo norte-americano), com prejuízo das negociações diplomáticas em curso. Exigia instruções de Rodrigues Alves, para que Sielcken sustasse qualquer medida. Rodrigues Alves atendeu, mas, em telegrama de 16, defendeu Sielcken e criticou “a irritação e injustiça do governo americano”. No telegrama do mesmo dia 16, remetido à embaixada em Washington, Lauro Müller parecia não aceitar totalmente as sugestões do presidente paulista. Depois de insistir na desistência de Sielcken declarou que havia telegrafado a Rodrigues Alves, “cuja atitude é igual à nossa pedindo urgentíssima intervenção junto a Sielcken para que retire pedido de continuação do processo”. Ora, nada disso era exato. No seu telegrama ao Itamarati, de 16, já referido, Rodrigues Alves, depois de criticar o governo americano, escreveu:



*Lauro Müller, na fase do seu maior prestígio político.
Renascença. Coleção Plínio Doyle*

“Penso que Sielcken e seus companheiros não foram informados das diligências das chancelarias, na parte que lhes pudesse interessar, presumindo que o seu eminente advogado Choate aconselhou o prosseguimento do processo, em vista dos embaraços constantes que o governo americano, a despeito das promessas de pôr termo ao processo, está criando para colocação do nosso café, o que seguramente embaraçará a extinção do estoque existente.”

Para marcar bem que se sujeitava a uma decisão federal brasileira, com a qual não estava de acordo, Rodrigues Alves rematou o telegrama com estas declarações:

“Como V. Ex^a já deu instruções ao nosso embaixador sobre o desagradável incidente, o meu secretário da Fazenda vai telegrafar no sentido de secundar os seus esforços.”

O terceiro documento é o mais importante, pois nele Rodrigues Alves, em expansão reservada a um velho amigo, como Lauro Müller, diz realmente o que lhe parecia dever ser dito. Trata-se de uma carta pessoal, resposta íntima que se seguiu ao telegrama oficial de 16. Está datada de 17, e contém os seguintes períodos:

“Recebi ontem o seu telegrama com as instruções que mandou ao nosso embaixador em Washington. Não tenho tido surpresas com os incidentes ocorridos a propósito do pleito que o governo americano intentou contra o Comitê da Valorização envolvendo, em princípio, o Estado de São Paulo. Comecei, entretanto, a duvidar do acerto de nossa direção na política internacional, e já em cartas particulares tenho feito referências a essa situação do meu espírito. É possível que ande errado e que tenha, mesmo, sido vítima da irritação que me tem causado a violência daquele processo. O governo norte-americano tem estado ao serviço dos interesses de uma certa classe de negociantes de café, que pleiteiam a baixa do preço desse produto. Como vii em Sielcken o elemento mais forte contra a sua atitude, ao passo que nos vem entretendo, lenta e hipocritamente, com

um ajuste, para a terminação do processo, com base na extinção do estoque de nosso café em Nova Iorque, desconfiando que Sielcken poderia ser agente de colocação desse estoque nos diferentes centros de consumo, vai a todo momento criando dificuldades para esse trabalho, imputando-nos ainda a formação de sindicatos e outros artifícios comerciais, de tal sorte que a nossa posição tem sido a de ir transigindo, dia a dia, cedendo, cada vez maiores vantagens aos consumidores, para podermos cumprir, com prejuízos que vão crescendo e não sei até onde chegarão, o nosso empenho de eliminação daquele estoque [...]. Depois que ouvi as declarações que confiou ao Dr. Lobo, portador do célebre memorial, que eu chamei apenas de irritante, quando há dias escrevi, fiquei certo de confiar na sua ação e de ajudá-lo a vencer as dificuldades que vão surgindo: é dever de brasileiro, antes de ser o de amigo. Não quero mais saber qual poderá ser a soma de prejuízos que daí nos advirá. Devo dizer, entretanto, ao meu amigo, que aquele memorial foi uma arrogância dificilmente suportável [...].”

O destino havia colocado Rodrigues Alves em situação penosa, na questão do café. Na presidência da República ele não fora simpático ao plano de valorização, e se opusera frontalmente ao empréstimo contraído para garanti-lo. Agora, como presidente de São Paulo, competia-lhe defender as medidas com que não concordara. Seu dever era este, pois do contrário resultariam imprevisíveis danos à economia de São Paulo e do Brasil.

Nos Estados Unidos, a pressão continuava. O ministro da Justiça reiterava, nos jornais, comunicados hostis aos direitos do Brasil, e, agora, obtivera que fosse sustado o processo judicial, cujos resultados sabia que não lhe seriam favoráveis. Que fazer? Como impedir o apossamento e a dissipação do valor que garantia o empréstimo a que nos obrigáramos? Para os norte-americanos, 15 milhões de libras não seriam muita coisa; para nós seria um encargo insuportável, se secassem as fontes de renda destinadas ao seu pagamento: a taxa-ouro e o preço do café.

Por felicidade nossa, os vendedores, que eram também interessados na manutenção da garantia do empréstimo, conseguiram promover a venda de grande parte do estoque, a preços convenientes, em janeiro de 1913.

A 3 daquele mês, Lauro Müller, que se refizera do momento de valicação em face da carta do antigo chefe, informou que se encaminhava um acordo pelo qual “o processo seria cancelado e o café vendido gradualmente, comercialmente mas não em leilão”.

No dia 5, pedia instruções a Rodrigues Alves e desmentia boatos baixistas, publicados pela Havas. Deu, também, instruções a Domício, para reiterar a ligação entre o acordo sobre o café e as vantagens aduaneiras dos Estados Unidos. Já no dia 13, Paulo Prado comunicou a Rodrigues Alves a venda “de mais de 750.000 sacas, a 52 diferentes compradores, em 20 diversos Estados da União”. No dia 15, Domício avisava que voltávamos a dominar a situação.

No dia 7 de fevereiro, Rodrigues Alves, em Guarujá, anota novos dados. Tinham sido vendidas 931.000 sacas em 33 cidades de 20 Estados. E acrescenta: “Queira ou não o governo americano, a venda está perfeita.”

Na mensagem enviada ao Congresso do Estado de São Paulo, em 1913, vazada em linguagem oficial, os acontecimentos são narrados com exatidão, mas com cuidado. Reconhecia o valor do excepcional cliente que era o povo americano, o seu alto nível de vida, o volume das suas compras e a ausência de impostos que taxassem o café. Mas não deixava de advertir que não se devia “confiar demais [...] no sentimentalismo dos nossos amigos, quando se torna intensa, entre eles, a pressão dos grandes interesses comerciais e orçamentários”. Na mesma mensagem, outras considerações importantes eram feitas sobre o café, destinadas a orientar a fixação razoável dos seus preços sem artificios. Entre elas sobressaíam a técnica da produção e a boa comercialização do produto, sobretudo pela graduação dos embarques durante o ano, evitando-se a concentração das remessas nas colheitas, que provocavam o jogo da baixa. O mais importante resultado da vitória brasileira, contra as tentativas americanas de 1912 e 1913, foi, porém, a possibilidade de, com o produto da venda dos estoques aos preços fixados na valorização, poder

o governo de São Paulo fornecer recursos para a liquidação do grande empréstimo federal de 15 milhões de libras, feito no governo Afonso Pena. Daí poder o presidente de São Paulo acentuar na sua mensagem que, sendo embora um Estado dentro de uma Federação, “poucos os países que seriam senhores de situação financeira igual a essa e que, neste momento, gozassem de tal crédito”.

DEMISSÃO DO SECRETÁRIO DA FAZENDA

Os problemas do café determinaram, em fins de 1913, a demissão do Secretário Joaquim Miguel, sendo substituído pelo secretário do Interior, Rafael Sampaio Vidal. Para o lugar deste foi nomeado o Deputado Elói Chaves.

Rodrigues Alves relatou o incidente em nota que merece ser transcrita, em trechos, porque revela o cuidado em defender a correção do seu governo.

A causa da demissão foi o insucesso do secretário em evitar a baixa do mercado do café, no fim de 1913. Rodrigues Alves confiara-lhe a responsabilidade das medidas, mas o seu estado de saúde não era bom (licenciou-se pouco depois) e não lhe permitia acompanhar de perto as providências. O presidente acrescenta, porém:

“O que me contrariou profundamente foi a lembrança, que teve, de incumbir de negócios de café, por conta do governo, à Casa Alves & Toledo de que fazem parte [...] meu sobrinho Dr. José Martiniano e meu mano Virgílio. E aliás, por mais de uma vez, havia prevenido de que me desagradaria o concurso destes nos negócios do governo. A imprensa tentou explorar o fato, pensando que eu era também sócio da casa. Quando veio o pedido de demissão não vacilei em concedê-lo, porque tal conduta me havia desgostado, não obstante a afeição pessoal que tinha pelo Dr. Joaquim Miguel.”

.....

Capítulo Segundo

A PREFEITURA DE SÃO PAULO

A experiência de Rodrigues Alves quanto aos problemas do Rio de Janeiro, que enfrentou e resolveu de 1902 a 1906, levaram-no a preocupar-se muito de perto com a administração da capital de São Paulo. O prefeito era o Barão de Duprat que, conjuntamente com a Câmara Municipal, possuía amplos poderes, nos termos das leis em vigor. Existe uma carta do presidente ao prefeito, datada de 18 de novembro de 1912, que mostra até que ponto Rodrigues Alves utilizava sua força moral para a boa administração da cidade. É uma missiva bastante longa, de oito páginas, recheada de reflexões, conselhos, alusões e precedentes e citações de leis. Partindo da afirmativa de que São Paulo seria “em pouco tempo uma das grandes cidades da América”, Rodrigues Alves fornece, sem melindrar o prefeito, uma série de indicações, sobre a maneira de administrá-la. Algumas opiniões seriam válidas ainda hoje, quando São Paulo, tornada metrópole não somente americana, mas mundial, encontra-se, pela imprevidência de tantos governos, em situação reconhecidamente difícil. Aludindo aos planos do prefeito, e aos seus desejos de recorrer ao crédito externo, o presidente, que enfrentara a revolução urbana carioca, observa, com relação à capital paulista, que

convinha “acompanhar com cuidado o seu forte desenvolvimento e dotá-la dos aparelhos indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços que todos os dias estão crescendo”. Prossegue: “Felizmente, esse processo vai se apurando por si mesmo, de sorte que a ação dos poderes públicos deve tender antes a regular do que precipitar o já extraordinário crescimento. Não obstante o aumento contínuo da renda da municipalidade, ela será sempre acanhada para o custeio das múltiplas exigências da administração a seu cargo.”

Os melhoramentos aparentes não o atraíam especialmente; mas pensava nos serviços invisíveis: “Os serviços que se relacionam com a limpeza e a higiene da cidade [...] vão nos custar grandes sacrifícios e é mister encará-los de frente, larga e ativamente, para acabar as justas impaciências da população. Além desses há outros reclamos, aos quais é preciso prestar a máxima atenção para não sermos perturbados pelas surpresas do movimento.” Agora fala da especulação imobiliária, e dos seus riscos futuros: “Não convirá, mesmo, acumular construções em uma cidade onde elas se renovam sem cessar e tudo tende a encarecer – a propriedade imóvel, o material e a mão-de-obra. Os valores atuais já são, a meu ver, exagerados, e é curioso que, quanto mais os poderes locais se esforçam para dar expansão aos melhoramentos da cidade, em benefício do público e dos proprietários, mais estes buscam explorar, em seu proveito, maiores vantagens, às vezes verdadeiras extorsões, fundando-se na valorização decorrente daquele esforço.” Ainda não havia o recurso da contribuição de melhoria. A solução que preconizava era, porém, enérgica: “Continuo a pensar que essa situação é devida, em grande parte, à falta de uma lei de desapropriação que, sem prejudicar o proprietário em suas justas pretensões, auxilie eficazmente a administração municipal e a do Estado. Sem essa providência os poderes públicos estarão sempre à mercê de exigências descabidas e exageradas [...].”

Na parte final da carta-relatório opõe-se discretamente ao plano de um empréstimo externo, sem adequado planejamento.

Os receios da desordenada urbanização de São Paulo, gigante com pés de barro, sem transportes, sem esgotos, sem serviços é, em maior, o mesmo quadro atual de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife. A carta de Rodrigues Alves representa prudente documento de advertência sobre a necessidade de se assegurar uma infra-estrutura ao desenvolvimento urbano.

.....

Livro XI

Capítulo Primeiro

A candidatura de Venceslau Brás – Ação de Rodrigues Alves.

En nosso outro estudo sobre a Primeira República,¹ tratamos do surgimento da candidatura mineira, na sucessão do Presidente Hermes, focalizando especialmente o desenvolvimento do episódio nos quadros políticos de Minas Gerais. No presente trabalho impõe-se outra visão do problema: o da participação de São Paulo e de Rodrigues Alves na sua solução.

Mostramos no livro anterior que o indisfarçável insucesso do governo do Marechal deu em resultado o surgimento do problema sucessório mais cedo do que habitualmente ocorria: em fins de 1912, mal completados seis meses da posse de Rodrigues Alves na presidência paulista. As *démarches* processaram-se inicialmente em conciliábulos restritos, inspirados por Pinheiro Machado, e visavam suscitar o nome de Rui Barbosa, desde que este desistisse dos seus planos de revisionismo constitucional. A manobra era hábil, pois, se lograsse êxito, abafaria a

1 *Um estadista da República*, vol. II, cap. XVIII.

voz do mais eloqüente e aguerrido adversário da situação, ao mesmo tempo em que diminuiria o seu prestígio.

Rui não mordeu a isca, e, a 25 de janeiro de 1913, concedeu entrevista ao *O Imparcial* do Rio de Janeiro (jornal do J. E. de Macedo Soares), lançando o nome de Rodrigues Alves. Repetia o gesto de 1909, quando, antes de aceitar pessoalmente a luta civilista, convidou o seu velho colega de Academia, em nome da Junta Nacional, para encarnar a candidatura de oposição.² O pensamento de Rui era mais o de utilizar a resistência que São Paulo soubera manter contra o governo federal, desde 1910, do que a pessoa do seu presidente, a quem não deixava de prestar grandes homenagens. Rui, na entrevista, censurava o conformismo paulista em não impugnar o reconhecimento de Hermes, mas elogiava a energia com que o Estado defendera sua autonomia. Quanto a Rodrigues Alves, ele já considerara sua elevação ao poder estadual, em 1912, como um fato nacional. Agora tirava as conseqüências. Como em 1909, Rodrigues Alves recusou, em 1913, aceitar o encargo, para o qual não tinha condições.

De Guarujá, onde se encontrava, escreveu ao amigo, no dia 6 de fevereiro, esta carta:

“Ex.^{mo} colega e amigo Dr. Rui Barbosa.

Li, com o interesse que os seus trabalhos sempre me despertam, a entrevista que *O Imparcial* publicou em 25 de janeiro próximo findo, e muito cordialmente agradeço as generosas referências que fez a meu nome nesse documento notável. Seria, em verdade, grande honra para mim poder contar, em pleito de tanta importância, com o seu poderoso apoio. Sinto, porém, que me vai faltando o vigor para as grandes responsabilidades da administração, tendo, além disso, a convicção de que o meu nome, conhecida a delicada situação política do país, não viria acalmar, como é necessário, a agitação que está perturbando a vida nacional. Creia, entretanto, que, afastada a idéia da candidatura, é muito sincero o meu

2 Nota curiosa: naquele mesmo janeiro de 1913, Rodrigues Alves deixou de atender a um pedido em favor de Batista Pereira, genro de Rui. Vê-se que este último não levava em conta casos de família ao tomar posições políticas.

reconhecimento pela excessiva bondade daquelas referências. Com o maior apreço e consideração, seu colega afetuosamente e amigo admirador. F. P. Rodrigues Alves.”

Resposta de Rui:

“Rio, 9 de fevereiro de 1913.

Acabo de receber sua carta de 6 do corrente, por cuja amabilidade lhe fico muito obrigado. Só a sua modéstia lhe poderia ditar as expressões de reconhecimento com que me agradece o meu juízo a seu respeito, na entrevista com *O Imparcial*. Nessa apreciação, outra coisa não fiz que render justiça ao seu mérito, assim como, na indicação de sua candidatura, me limitei a ser eco do sentimento geral. Deploro sumamente a sua resposta. Mas peço licença para não a considerar como definitiva, e nutrir a esperança, confiando em seu civismo, de que ele, com o tempo e a reflexão, ainda o demova das escusas que agora nos opõe. Sempre com o maior apreço e consideração, seu colega atento amigo e admirador, Rui Barbosa.”

Uma indagação que acode ao distante observador de hoje é o fato de Rodrigues Alves não ter sustentado, naquele momento, a candidatura de Rui que, pela segunda vez, levantava a sua.

O senador da Bahia encontraria, por estranho que pareça, muito menor resistência no dispositivo dominante do que o presidente de São Paulo. O PRP e talvez o hermismo considerariam seu nome com menos dificuldade do que o do monarquista dos Campos Elísios. Segundo correu na ocasião, o Marechal Hermes, a quem não faltavam qualidades morais, teria declarado a Pinheiro que não se oporia à eleição do seu impiedoso opositor, se isto conviesse ao Brasil. O obstáculo maior estava no próprio Rui, para quem a aproximação com o oficialismo seria uma humilhação inimaginável. Rui não podia aceitar o oficialismo, e este não podia aceitar Rodrigues Alves. As duas hipóteses eram inviáveis. Sua candidatura começaria por atravessar as forças caudinas da revisão constitucional.

Ainda em fevereiro apareceu, rapidamente, a candidatura de Francisco Sales, ministro da Fazenda, favorecida por alguns chefes mineiros.

A imprensa combateu-a logo, recordando o caso da cunhagem das moedas de prata na Alemanha, que tomara, injustamente, visos de escândalo. Rui Barbosa contribuiu para abafar a candidatura, com longo discurso no Senado, sobre o caso da prata. No final do mês, Pinheiro Machado levou o PRC a um veto aberto ao nome de Sales. Isto seria pago, com juros, pelos mineiros, meses depois.

O PRC e os amigos pessoais de Pinheiro, Azeredo à frente, levantaram então, em princípios de 1913, nome do chefe gaúcho. Este, que comandava a manobra na sombra, repetiu, para facilitá-la, o gesto de 1905, e lançou o nome de Campos Sales. O propósito transparente era dividir os paulistas, o que dificultaria uma solução conservadora. Mas o alvo real era o nome do chefe do PRC. Ninguém se iludia.

Rodrigues Alves era informado de tudo, por carta de amigos, como Glicério e Amaro Cavalcânti. Este último, embora afastado da atividade (ou por isto mesmo), via as coisas com grande lucidez. Depois de referir as alternativas da candidatura de Pinheiro Machado, o mistério em que este se mantinha, enquanto os outros agiam em seu nome, Amaro juntava:

“Entretanto sabe-se, muito à pureza, meu bom amigo, mesmo entre os que, com entusiasmo, mandaram recado para os Estados, da candidatura Pinheiro.”

E conclui:

“Você é o único nome, *ainda agora*,³ capaz de uma solução nacional. Estivesse eu na política ativa do momento, bem poderia adiantar mais a respeito.” (Carta de 23 de abril.)

Os dirigentes paulistas, em face da nova situação, consultaram a Campos Sales, o qual declarou que só concordaria se fosse “uma solução conciliatória, evitando perturbação e luta”. O seu parente Pádua Sales, dirigente do PRP, levou esta resposta condicional a Rodrigues Alves. Na verdade, o nome de Campos Sales não conciliava São Paulo, onde as resistências levantadas pela política financeira do seu governo ainda não se haviam arrefecido. Bernardino de Campos, Albuquerque Lins, Tibiriçá, Rubião Júnior, Lacerda Franco e Carlos Guimarães (vice-presidente do

3 Palavras sublinhadas no original.

Estado) interpretaram a declaração de Campos Sales como sendo de desistência, salientando apenas que São Paulo “veria com agrado” a candidatura, caso pudesse a mesma conciliar as correntes.

João Mangabeira, no seu livro sobre Rui Barbosa, veicula o boato injusto, que então se espalhou, de que o nome de Campos Sales fora torpedeado por Rodrigues Alves. A versão era infundada, como em breve mostraremos e Mangabeira chegou a afirmar que, para o presidente paulista, três nomes compunham uma “lista tríplice de indesejáveis”: Pinheiro Machado, Rui Barbosa e Campos Sales. Quanto a Pinheiro, é certa a afirmativa, certa e mais que compreensível; quanto a Rui, nada a prova; quanto a Campos Sales, falsa, como vamos provar.

O próprio Rodrigues Alves nos esclarece a respeito, em depoimento íntimo, irrefutável, no qual se queixa de Bernardino. Eis o que consta de uma página sua:

“Quando se falou na candidatura de Campos Sales para sucessor do Marechal Hermes, aceitei a indicação desse nome com a máxima lealdade e me esforcei, quanto pude, para que fosse aceita. Pois constou-me que *alguns amigos*⁴ se queixaram da ação do governo do Estado, pretendendo convencer Campos Sales que eu fingia simplesmente desejar a sua candidatura e andavam eles, de um lado para outro, simulando um grande trabalho político, quando não faziam senão perturbar o meu esforço. Campos Sales foi, em tempo, prevenido a tal respeito. À casa do Bernardino iam eles, freqüentemente, levar notícias ou pedir-lhe que telegrafasse, neste ou naquele sentido, ao chefe do PRP.”

Depois destes períodos, Rodrigues Alves estende-se em queixas contra Bernardino. Hermes e Pinheiro cercavam-no de agradamentos e atenções interesseiras. Pinheiro foi esperá-lo na Estação da Central, e levou-o de carro ao hotel, convidando-o depois para almoçar e jantar em sua casa.

“Disse-lhe nessa ocasião [escreve Rodrigues Alves] que eu não teria coragem para tanto. – Mas o que faria você, replicou

4 Palavras sublinhadas no original.

ele, se fosse como eu procurado por tal forma? Mudei de atitude, para que a conversa não deslizesse para mau caminho.”

A sinceridade de Rodrigues Alves, no apoio ao nome de Campos Sales, fica comprovada pela insistência com que persistiu nos esforços. As divergências quanto ao ex-presidente fundavam-se em um pretexto, alimentado por Pinheiro Machado: a escolha do vice-presidente.

Tendo se colocado fora da competição, Rodrigues Alves ainda tentou o apoio de Minas para Campos Sales, mas a exigência deste de participar da indicação do vice-presidente (ele imitava aqui o costume dos Estados Unidos) tornou inviável o caráter conciliatório da sua candidatura, considerado essencial. A chapa Campos Sales-Venceslau Brás foi recusada pela Coligação,⁵ e a chapa Campos Sales-Bueno Brandão não foi aceita pelo PRC.

Era evidente que o lançamento do paulista pelo gaúcho era apenas uma manobra de cobertura. Rodrigues Alves, em telegrama de 2 de abril a Bueno Brandão, ainda tentou salvar o nome de Campos Sales, lembrando o de Lauro Müller para vice-presidente. Pedia desculpas pela insistência, “mas cheio de apreensões pelo futuro da pátria, eu não me acanho de procurar amparar-me com o prestígio de V. Ex^a e do grande Estado de Minas, para prestarmos ao Brasil o grande serviço de lhe dar paz e tranqüilidade”. Não houve seguimento, embora Pinheiro dissesse aceitar a solução.

Durante os meses de abril, maio e junho, Rodrigues Alves ainda se dirigiu a Bueno Brandão, propondo outras soluções que pudessem salvar a candidatura de Campos Sales. A 6 de abril, telegrafou a Azeredo, “ajudado pelo Dr. Campos Sales, que está muito interessado no assunto”, segundo informou, no mesmo dia, a Bueno Brandão. Mas a 11 de maio, os representantes de Minas (Ribeiro Junqueira), da Bahia (Mário Hermes), de Pernambuco (José Bezerra) e do Estado do Rio (Raul Fernandes) enviaram carta a Pinheiro Machado, opondo-se ao nome de Campos Sales. São Paulo, que também pertencia à Coligação, não entrou, como se vê, na jogada.

5 A Coligação foi o nome que tomou a aliança entre os Estados de São Paulo, Minas, Pernambuco e Rio para contrabalançar a força centralizadora do PRC de Pinheiro Machado.

A 24 e 29 de maio, e a 14 de junho, Rodrigues Alves ainda pedia o auxílio do presidente mineiro, para ajudar a desembaraçar o impasse da vice-presidência. Mas era evidente que nada venceria os pretextos formais. Como bem dizia o experiente Otávio Mangabeira, em política, as dificuldades de forma acobertam sempre resistências de fundo. De qualquer maneira, fica patenteado o equívoco do outro Mangabeira, ao acusar Rodrigues Alves de ser hostil à candidatura do seu companheiro político e coestaduano.

O que estava continuando, por debaixo de tudo, era o trabalho pertinaz pela candidatura de Pinheiro Machado. Desde antes do afastamento de Campos Sales (que em breve morreria) o nome do chefe do PRC vinha sendo articulado com força. Daí o envolvimento de Bernardino, que teve um filho nomeado pretor no Rio, e de Glicério, este através do seu genro Herculano de Freitas, que nunca se desligara do hermismo. “Tipo acabado de ambicioso ingrato”, anotou Rodrigues Alves sobre Herculano, quando ele foi nomeado ministro da Justiça de Hermes, em 11 de agosto de 1913, para substituir a Rivadávia Correia, que passara para a pasta da Fazenda,⁶ posto aquele que Herculano aceitou “sem consultar ninguém e ali está obedecendo cegamente aos exigentes patrões, fazendo para São Paulo somente o que interessa a estes”.

A candidatura do líder gaúcho surgiu para valer. O Senador Azeredo escreveu a Rubião Júnior, consultando-o, e ao PRP, sobre “a apresentação do nome do General Pinheiro”. Seria “uma defesa contra o revisionismo da Constituição” (que matara a farsa do lançamento de Rui) e, também, “o grande perigo que nos ameaça, o militarismo do General Dantas [Barreto]”.

Azeredo oferecia, assim, a São Paulo, o candidato teoricamente perfeito, concorde com as declarações do seu presidente: anti-revisionista e antimilitarista.

Rubião respondeu, em nome de Rodrigues Alves. Respondeu sem disfarces. São Paulo não aceitaria jamais Pinheiro Machado. Eram muito recentes suas ameaças contra a autonomia do Estado. Pinheiro devia usar sua autoridade para “promover a apresentação de um nome

6 O primeiro ministro da Fazenda de Hermes, Francisco Sales, foi levado a demitir-se por causa da oposição de Minas à candidatura de Pinheiro Machado.

que viesse a⁷calmar os espíritos e trazer a tranqüilidade de que tanto carecemos”.

Começa, então, a delinear-se a solução mineira, que acabaria vitoriosa.

O principal artífice da candidatura mineira foi o presidente de Minas, Júlio Bueno Brandão, homem pouco instruído mas dotado de excepcional figura política, cuja influência nos acontecimentos nacionais perdurou, graças ao prestígio do PRM, até a revolução de 1930. Vice-presidente do Estado, com João Pinheiro, assumira o governo por morte deste, em 1908, tendo conseguido, nos poucos meses que durou seu mandato interino, até a eleição de Venceslau Brás, que completou o quadriênio, impor-se pela tolerância, inteligência e habilidade de atitudes. Essa conduta valeu-lhe a escolha para presidente efetivo, na sucessão de Venceslau que, antes de assumir a vice-presidência da República, com Hermes, a 15 de novembro de 1910 passou a presidência do Estado a 7 de setembro a Júlio Bueno (como em Minas era mais conhecido) no Palácio da Liberdade.

Ao mesmo tempo em que sondava os paulistas sobre o nome de Pinheiro Machado, o Senador Azeredo fazia o mesmo com os mineiros.⁸

A 18 de janeiro de 1913, o experiente mato-grossense escreveu, de Petrópolis, uma carta muito jeitosa, cheia de rodeios, em que ainda não descobria o jogo, mas o preparava. Lembrava vários nomes para a presidência, como o do próprio Bueno, o de Venceslau, o de Sales, o de Sabino Barroso e o de Bias Fortes, entre os mineiros. Fora de Minas, incluía Pinheiro Machado, “chefe do nosso partido”, Nilo, Lauro Müller, Campos Sales e Borges de Medeiros. Para completar o ramalhete, chegava aos “adversários”: Rui e Rodrigues Alves. Como se vê, o excesso de nomes correspondia à ausência de qualquer deles. A não ser o de Pinheiro, único destacado com a menção de chefe do partido.

7 Cartas de Rodrigues Alves Filho a Francisco Glicério, informando-o a pedido do pai.

8 A parte principal da documentação sobre a ação de Bueno Brandão é encontrada no livro da sua correspondência.

A 2 de fevereiro, em nova carta, ainda de Petrópolis, Azeredo contava a seu modo os contatos que mantivera com os políticos de São Paulo. Dizia que os paulistas não aspiravam ao posto e que estavam “prontos para colaborar conosco na escolha dos candidatos, uma vez que não sejam militares e que possam fazer a felicidade do país”. Pinheiro estaria incluído no esquema, quando era certo que o seu nome já havia sido recusado por Rodrigues Alves. A referência, desta vez, é direta: “É certo que o nosso amigo Pinheiro Machado continua achando que não quer nem aceita a sua candidatura, entretanto a combinação me parece felicíssima, como bem disse o Marechal.”

Azeredo passa a articular a chapa Pinheiro Machado-Bueno Brandão. Procura animar a este, em carta de 12 de fevereiro (de Petrópolis), dizendo que de São Paulo vinha recebendo “excelentes notícias”, o que não era verdade. Segundo ele, a chapa Pinheiro-Bueno era “aceita com entusiasmo”.

Bueno Brandão escreve a 17 de fevereiro. Sua carta, para quem soubesse ler nas entrelinhas, era negativa. Dizia que, apesar do seu apreço por Pinheiro, teria que consultar a Comissão Executiva do PRM, “para poder pronunciar-se com a responsabilidade do partido que hoje representa a quase unanimidade da opinião mineira”.

A candidatura de Campos Sales continuava, como um jogo de superfície, enquanto o preparo da de Pinheiro prosseguia, em águas mais fundas. A última apresentação do ex-presidente foi com Venceslau para vice, mas o nome deste não logrou acolhimento dos Estados da Coligação, à exceção de São Paulo. De fato, em 15 de junho, Rodrigues Alves ainda telegrafava a Bueno Brandão comunicando que os dirigentes do PRP “ACEITAM A INDICAÇÃO, CONFIANDO EM QUE A FÓRMULA CAMPOS SALES-VENCESLAU BRÁS PONHA TERMO DEFINITIVO À CRISE QUE NOS ESTÁ PERTURBANDO.”

Mas poucos dias depois, a 28 de junho, o grande campineiro morria no Guarujá, pobre, desiludido, amargurado talvez pelas injustiças e decepções da vida.

Rodrigues Alves podia referir-se ao amigo, como fez na mensagem do ano seguinte (1914), lamentando com sinceridade o seu desaparecimento. Havia divergido do seu antecessor, mais de uma vez, principalmente nos dois últimos anos do seu quadriênio. Mas, agora, tinha a

consciência tranqüila. Quando se abriu a oportunidade da volta do campineiro à chefia da nação, fez o quanto lhe era possível para ajudá-la. Sincero devia ser o seu pesar pela morte do homem que o elevara à Constituinte, à pasta da Fazenda, à senatoria, ao governo de São Paulo e ao da República. Os seus companheiros do Império iam desertando: Prudente, Nabuco, Rio Branco e, agora, Campos Sales. Ele próprio e Rui já pareciam sobreviventes de tempos esquecidos. A morte do amigo colocava em termos novos a sucessão.

Naquela marcha confusa de avanços e recuos, uma posição sólida ia se construindo em sigilo: o entendimento entre São Paulo e Minas.

Desde abril que a manobra se encaminhava, à margem dos acontecimentos mutáveis e sem saída.

Em abril, Bueno Brandão descansava na sua cidade de Ouro Fino, próxima à fronteira paulista. Rodrigues Alves, aproveitando a discrição do ambiente, mandou lá o Deputado Cincinato Braga, líder da sua bancada federal. Na carta de recomendação ao presidente mineiro, dizia que Cincinato iria “conversar sobre a situação política tão delicada do momento, e meios de resolvê-la com maior proveito para a República”.

Rodrigues Alves estava na época, já o vimos, empenhado ainda na solução Campos Sales, mas não se iludia sobre os empecilhos que encontrava, mesmo nos arraiais pinheiristas, que fingiam sustentá-la. Sua experiência e lucidez o induziam a ir examinando a possibilidade de outra solução – provavelmente mineira – que fosse capaz de evitar o único desenlace para ele intolerável: a eleição de Pinheiro Machado.

A finalidade básica do “pacto de Ouro Fino”, como alguns chegaram a denominar aquele entendimento político, era afastar o nome de Pinheiro, velada ou abertamente. Na carta de 29 de abril ao Senador Glicério, Rodrigues Alves Filho desvenda esse segredo, ao informar que Cincinato trouxera de Bueno Brandão a impressão de que Minas nunca aceitaria o nome de Pinheiro Machado para presidente, mas que, também, não podia aceitar “de forma alguma a vice-presidência”.

Na verdade, voltando de Ouro Fino, Cincinato escreveu a Bueno Brandão, a 3 de maio: “Comuniquei ao Dr. Rodrigues Alves a atitude que Minas assumiria contra a candidatura do General Pinheiro Machado: mantendo nós, entretanto, discreta reserva sobre o caso.”

Mas a coisa transpirara, como era inevitável, e os amigos de Pinheiro decidiram lançar, de qualquer forma, o nome do *condottiere*. Foi o que Cincinato comunicou ao presidente mineiro, enquanto Rodrigues Alves Filho se entendia com Glicério, em carta de 1^a de maio, acentuando que Azeredo informava que o Presidente Hermes apoiava oficialmente a iniciativa do PRC, a qual seria lançada “de qualquer forma” (carta de Rodrigues Alves Filho).

À bon entendre un demi-mot suffit. Se Minas ajudava no veto ao candidato governista e se recusava a vice-presidência é porque aspirava ao Catete, eis o que deve ter entendido, desde logo, Rodrigues Alves.

Os paulistas, já então unidos aos mineiros para o que desse e viesse, pediam a estes que tomassem conhecimento da firme posição bandeirante na reunião dos dirigentes do PRM, a realizar-se em Belo Horizonte a 4 de maio. A posição de São Paulo era conhecida e irretroatável: 1 – recusava o nome de Pinheiro; 2 – aceitava a indicação de um paulista (Campos Sales) trazido por Minas ou com seu apoio; 3 – aceitava um nome mineiro, apoiado por outros Estados.

No dia 4 de maio, a velha *Tarasca* (Comissão Executiva do PRM) procedeu na então pequena capital mineira à reunião que ficou famosa na história da Primeira República, tão importante quanto a outra, de anos depois, em que se opôs à candidatura de Júlio Prestes. O nome de Pinheiro Machado tinha sido levado oficialmente pelo Ministro Francisco Sales, representando o Presidente Hermes. A Comissão, presidida por Bias Fortes e integrada pelo Senador estadual Antônio Martins, pelo Senador federal Bueno de Paiva (primo e amigo de Bueno Brandão) e pelos Deputados federais Sabino Barroso, Ribeiro Junqueira, Álvaro Botelho e Francisco Bressane, diz a ata, “resolveu unanimemente não aceitar a candidatura do General Pinheiro Machado, conforme a consulta que lhe foi feita”. O senador e os deputados federais ficaram credenciados para representar Minas junto ao governo federal e aos dos Estados, “no sentido de se adotar uma candidatura à presidência da República, que mereça o apoio da opinião nacional”.

Como não podia deixar de acontecer, Francisco Sales, no dia 9, pediu demissão da pasta da Fazenda, para a qual foi transferido Riva-dávia Correia, sendo nomeado para a Justiça um hermista de São Paulo, Herculano de Freitas, genro de Glicério. Herculano, embora político

paulista, era nascido no Rio Grande do Sul e homem da confiança de Pinheiro. Os paulistas recebiam, assim, o contragolpe da sua união com os mineiros.

Dois dias antes da morte de Campos Sales, os elementos da Coligação voltam a pensar em Rodrigues Alves. Deputados que representavam Minas (Ribeiro Junqueira), Bahia (Mário Hermes), Estado do Rio (Raul Fernandes), Pernambuco (José Bezerra) e Ceará (Moreira da Rocha), escreveram a Rubião Júnior “apelando para o patriotismo do Sr. Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, a fim de que aquiesça S. Ex^a à indicação do seu nome para a presidência da República”. Mas Rodrigues Alves não poderia aceitar, a não ser como candidato de conciliação, o que era obviamente impossível. De fato, Pinheiro Machado sufocou a tentativa no nascedouro, ao opor-lhe, publicamente, o seu veto.

Morto Campos Sales, apareceu a rápida candidatura de Rui Barbosa, mais uma vez frustrada, pela falta de base política. A pretexto deste episódio, João Mangabeira incorre em novo engano, como o cometido a propósito de Campos Sales, que já retificamos. Eis, em resumo, os fatos.

O Senador Bueno de Paiva e os Deputados Sabino Barroso, Álvaro Botelho e Francisco Bressane tinham ficado credenciados pelo PRM, na reunião de 4 de maio, para encaminhar, junto aos governos federal e dos Estados, uma candidatura que merecesse o apoio da opinião nacional. Vimos isto há pouco. Em conversa, no Rio, com o seu colega Senador Glicério, Bueno de Paiva disse que alguns daqueles delegados do PRM aceitariam a chapa Rui-Glicério. Evidentemente, a sondagem não obedecia à delegação recebida, pois esta dizia respeito a tratativas junto aos governos federal e estaduais. De acordo com a técnica habitual no tempo, Bueno de Paiva desejava provavelmente a boa vontade de Rui para o nome mineiro, que o PRM já estava articulando, e a ação favorável do experiente Glicério, quando fosse precisa. Interessado no caso, pois seria uma honra ser vice-presidente com Rui, Glicério foi com Galeão Carvalhal à Rua São Clemente, na mesma noite, e comunicou ao ilustre baiano o que se dera. Rui, cuja ambição era sempre ingênua, não viu a fragilidade de tudo aquilo, a falta de base política e de autoridade daquelas afirmativas de meia conversa e logo se empenachou, fundado na posição da Bahia e nos habituais aplausos da opinião não política.

Em 1919, depois de morto Rodrigues Alves, na sua campanha presidencial contra Epitácio, eis como Rui relatou o episódio em discurso proferido na capital de São Paulo:

“À chapa Rui-Glicério faltava apenas a aquiescência da Comissão Executiva do partido aqui⁹ para onde o Senador Glicério viria, com esse intuito, no dia subsequente, como de fato veio. Reunida a Comissão, vingou, no seu seio, por três contra dois votos, a chapa organizada. O Conselheiro Rodrigues Alves, porém, declarou que sobrestava na deliberação, adiando-a para daí a 24 horas. No prazo dado celebrou a Comissão a sua assentada. Mas o Conselheiro não compareceu: mandou por si um dos seus filhos e este, desembolsando um papel, mostrou nele a cópia de um telegrama, que seu ilustre pai, naquela data, expedira ao Sr. Venceslau Brás, oferecendo-lhe a candidatura presidencial. A esse sopro evaporou-se a maioria da Comissão, anulou-se o voto do partido, que ela representava, desmanchou-se a resolução assente, mandou-se a Coligação passear, e teve-se destrinchado o incidente sem bulha nem matinada. Eis como se faz, no Brasil, um presidente, pelo arbítrio de um homem.”

João Mangabeira, no seu panegírico de Rui, glosa este trecho e insiste no veto (mais um) de Rodrigues Alves ao nome de Rui. Ora, isto é tão falso quanto seu pretendido veto a Campos Sales, pouco antes. Aliás Rui Barbosa, neste discurso, mostra-se num dos seus momentos mais infelizes. Falando menos de três meses depois da morte de Rodrigues Alves, não hesita em lançar sobre a memória do amigo de tantos anos uma acusação de perfídia e deslealdade, que não há exagero em qualificar de impiedosa.

Rodrigues Alves Filho, em carta ao *Jornal do Comércio*, contestou a veracidade dos fatos relatados por Rui e endossados por João Mangabeira. Não houve tal reunião em que se aprovou o nome de Rui, nem a outra em que um dos filhos do Conselheiro (nem se diz qual era ele!) desembolsou o telegrama do pai, oferecendo o trono presidencial a Venceslau.

9 Comissão Executiva do PRP.

Tudo invencionice, caraminholas de tempo de candidaturas, às quais a credulidade fácil de Rui (quando ele estava em causa) abria largamente os ouvidos. (Já em outra passagem, vimos a surpresa e a mágoa de Rodrigues Alves, ao saber que o antigo colega acreditava em dito torpe que lhe haviam atribuído, segundo o qual Rui tinha o seu preço.) No caso concreto, a atitude de Rui era mais censurável, pois, no discurso proferido no Senado, em 13 de novembro de 1914, antevéspera da posse de Venceslau, ele próprio se vangloria de ter contribuído para a candidatura mineira. Veja o leitor como Rui conta a história em 1914, e compare com a sua versão de 1919:

“Só então, de Belo Horizonte, pela iniciativa dos amigos políticos do nobre vice-presidente da República¹⁰ [...] foi então que surgiu, por essa iniciativa, a candidatura de Venceslau Brás, encontrando no concurso de São Paulo e no concurso da Coligação.”

Aqui o orador é interrompido por apartes de aprovação e prossegue:

“Foi desse modo que se ergueu essa candidatura, e erguendo-se na situação em que as circunstâncias, a esse tempo, se afiguravam, era, desde o seu começo, uma candidatura quase triunfante no mundo político.”

E, levado pelo entusiasmo da narrativa, que tinha por fim desmentir a primazia, reclamada por Pinheiro, na preparação da candidatura de Venceslau, o orador vai mais longe, para ressaltar o seu próprio papel na montagem da solução que, anos depois, é levado a falsear lamentavelmente, quando Rodrigues Alves e Pinheiro não o podiam contestar. Veja-se mais este trecho do discurso de 1914:

“Erguida essa candidatura [...] com as simpatias do grande Estado mineiro, com o apoio da numerosa e vasta representação desse Estado, elementos que tinham, então, o nome de Coligação, com o apoio dos poderosos elementos da opinião nacional, que eu, incontestavelmente, represento, essa candidatura

10 O próprio Venceslau, que ainda o era, naquele dia 13.

não encontrava diante de si, na política brasileira, resistência capaz de triunfar.”

Esta era a verdade. A falsidade estava na versão forjicada de 1919. Infelizmente não cabe outra palavra para designar a versão veiculada por Rui Barbosa depois da morte de Rodrigues Alves.

Os fatos hoje documentados do assentamento do nome de Venceslau Brás, por iniciativa de Minas, com o concurso posterior da política paulista, são os que se seguem.

Quando o Deputado Cincinato Braga, emissário de Rodrigues Alves, encontrou-se, em fins de abril, com o Presidente Bueno Brandão, na cidade de Ouro Fino, a candidatura Campos Sales ainda existia, mas era difícil. O que ficou assentado de positivo, naquele encontro, foram duas coisas. Em primeiro lugar, Minas e São Paulo marchariam unidos para a sucessão e, em segundo, Minas não aceitaria a vice-presidência, que duas vezes lhe fora oferecida por Rodrigues Alves, nas pessoas de Venceslau Brás e de Bueno Brandão. Minas não aceitava a vice, mas nada disse sobre a presidência, o que já era uma meia afirmativa.

Os primeiros cuidados dos mineiros foram no sentido de atenuar, junto ao Marechal Hermes e ao PRC, o golpe do veto a Pinheiro Machado.

A carta de Azeredo a Júlio Bueno, de 18 daquele mês, era um rosário de queixas e acusações. Fala em brutalidade, descortesia e intolerância dos mineiros. A missiva de Hermes, no dia 7, não é tão ríspida, mas muito seca e dorida. A resposta do presidente mineiro é digna mas conciliadora. O argumento central era o de que a decisão havia sido política e não pessoal.

Na verdade, a posição de Hermes e Pinheiro, em 1913, era tão fraca quanto a de Rodrigues Alves em 1905, ou a de Afonso Pena em 1909. O Catete não conseguiria fazer o seu sucessor. O único caminho que restava ao PRC era acompanhar a corrente mais forte. E foi o que acabou fazendo.

O veto de Minas cindira o PRC em cujo seio consolidou-se a dissidência da coligação, formada pelos partidos oficiais de Minas, São Paulo, Pernambuco (Dantas Barreto) e Estado do Rio (Oliveira Botelho), com as simpatias de Alagoas (Clodoaldo da Fonseca, primo de

Hermes) e Ceará (Franco Rabelo). Pinheiro já não passava de chefe nominal de um exército dividido, cuja maioria escapava ao seu comando.

No dia 8 de julho, Sabino Barroso, presidente da Câmara, foi com Tavares de Lira encontrar-se com Pinheiro, em casa de Fonseca Hermes. Aludiu francamente ao nome de Venceslau. Pinheiro ficou de pensar, mas, na mesma noite, em um baile oferecido por Lauro Müller no Itamarati, o líder gaúcho comunicou ao chefe mineiro que o PRC aceitava Venceslau.¹¹

No dia 9, pela manhã, Pinheiro comunicou a Hermes a escolha do candidato – *papam habemus* – disse ele – ao presidente que, como de hábito, concordou.

No mesmo dia 9, já ciente da capitulação do PRC, Bueno Brandão telegrafou a Rodrigues Alves:

“ACREDITANDO SER AINDA POSSÍVEL UM ACORDO PARA SOLUÇÃO DA QUESTÃO REFERENTE À SUCESSÃO PRESIDENCIAL EM TORNO DO NOME DO DR. VENCESLAU BRÁS, PEÇO A V. EX^a A GENTILEZA DE RESPONDER-ME, CASO NÃO JULGUE INCONVENIENTE, COMO O ESTADO DE SÃO PAULO, DE CUJA POLÍTICA É O MAIS AUTORIZADO EXPOENTE, RECEBERÁ ESSA SOLUÇÃO.”

O telegrama foi reforçado por outro, de Bias Fortes, presidente do PRM, transmitido no dia 10:

“COMO PRESIDENTE DO PRM, E CONHECEDOR DO GRANDE PATRIOTISMO DE V. EX^a, VENHO LEMBRAR O NOME DO DR. VENCESLAU COMO CANDIDATO DE CONCILIAÇÃO, EVITANDO ASSIM AS CONSEQÜÊNCIAS FUNESTAS DE UMA LUTA ESTÉRIL, PARA A ESTABILIZAÇÃO DO REGIME.”

O apelo a São Paulo foi aconselhado, no Rio, a Sabino Barroso, por Álvaro de Carvalho. Álvaro de Carvalho lembrou a Sabino que, além de Bueno Brandão, também Bias Fortes devia telegrafar, como ex-colega de turma de Rodrigues Alves. O Vice-Presidente Urbano

11 Segundo correu na época, Pinheiro disse a Sabino com bonomia: “Vocês vêm conversar trazendo sempre um mineirinho no bolso.”

Santos, representante do Norte, foi lembrado por Pinheiro Machado. As dificuldades para o provimento do posto desapareciam com o acordo em torno do nome de Venceslau Brás.

Poucos dias antes, a 4 de julho, Rodrigues Alves tinha enviado sua mensagem anual ao Congresso paulista. O documento, pela extensão e variedade dos assuntos, mostrava que São Paulo era um país a governar. Na parte política, o presidente, depois de traçar o elogio de Campos Sales, recém-falecido, lamenta a confusão e a desordem causadas pela ausência de partidos e pela falta de líderes autênticos, formados na República. Era o que estava vendo, naqueles angustiosos dias. Quanto a si, declara que nada desejava e só estava intervindo no esforço de pacificar. Sua ação próxima veio confirmar tudo isso. Velho líder, formado no Império, não hesitou em pôr-se ao serviço dos novos comandantes, criados na República, procurando coordenar-lhes a ação.

Ao telegrama de Bueno Brandão, respondeu, presto, no dia:

“ESTÁ EM MEU PODER O TELEGRAMA DE V. EX^a DE ONTEM. HOJE OU AMANHÃ PODEREI INFORMAR AOS DIRETORES DO PARTIDO DO ESTADO DA COMUNICAÇÃO DE V. EX^a E TRANSMITIREI LOGO O RESULTADO DESSA CONFERÊNCIA.”

No dia 12 Rodrigues Alves reuniu a direção do PRP no palácio (lá se realizavam as reuniões sempre que o presidente comparecia) e o resultado foi transmitido ao presidente de Minas neste despacho da mesma data:

“O Estado de São Paulo deseja sinceramente que os elementos políticos do país encontrem uma fórmula conciliatória que, pondo termo às agitações do momento, nos garanta contra possíveis perturbações da ordem. O nosso esforço tem sido invariavelmente nesse sentido. Desde que V. Ex^a, em nome do grande Estado de Minas, acha possível um acordo para a solução referente à sucessão presidencial em torno do nome do ilustre Dr. Venceslau Brás, venho dizer a V. Ex^a que o Estado de São Paulo receberá bem essa solução. É este o pensamento dos chefes que dirigem a política do Estado, e o meu, pessoalmente.”

Minas e São Paulo unidos era meio caminho andado para a solução do impasse. O resto viria por si.

Oliveira Botelho aceita pelo Estado do Rio, no dia 15; Dantas Barreto, por Pernambuco, no dia 14; Clodoaldo da Fonseca, por Alagoas, no dia 13, desde que Rodrigues Alves concordasse; Franco Rabelo, pelo Ceará, no dia 14. O Rio Grande do Sul já se havia manifestado pela voz de Pinheiro.

No dia 14 de julho, Venceslau Brás já podia enviar a Bueno Brandão este telegrama modesto e digno na sua discrição:

“RECEBI TELEGRAMA ACEITAÇÃO SÃO PAULO HONRA MINAS NA PESSOA DE UM DOS SEUS MAIS OBSCUROS FILHOS. MUITOS ABRAÇOS AO QUERIDO AMIGO.”

O que Borges de Medeiros e Pinheiro Machado mais temiam tinha acontecido, pelo jogo inevitável das forças conservadoras. Para dividir São Paulo, os gaúchos fundaram a dissidência hermista e chegaram a tentar a intervenção federal. Em 1905 Pinheiro conseguiu o que visava, dividindo a política do Estado e impondo, com o Bloco, o nome de Afonso Pena. Desta vez, viu o feitiço virar contra si. São Paulo unido impunha-lhe outro mineiro.

Que a adesão de Borges e Pinheiro à candidatura mineira foi forçada, prova-o Joseph Love,¹² em artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (vol. 286), baseando-se em papéis particulares do arquivo de Borges de Medeiros. Em telegrama de 18 de maio, Pinheiro censura “a insólita atitude” de Minas, recusando a candidatura gaúcha e insiste no nome de Campos Sales, que iria fragmentar a coalizão contrária ao PRC de Estados “congregados numa obra de ódios e interesses subalternos”. Em 7 de julho, com a morte de Campos Sales, dias antes, Pinheiro ainda repele a possibilidade de candidatura de acordo e ajunta que “não podemos [...] pensar mais no nome de Venceslau”. Mas no dia 22, reconhece que era impossível evitar a vitória mineira, apesar da “grande relutância de amigos nossos, desejosos de irmos à peleja haja o que houver”.

12 Joseph Love é autor do excelente livro *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*, editado em 1971 pela Stanford University Press.

.....

Capítulo Segundo

*Enfermidade de Rodrigues Alves – Seu afastamento
do governo – Sua influência política.*

E

m nota referente ao ano de 1913, Rodrigues Alves alude ao estado físico decadente em que se sentia:

“Fiz duas estações em Guarujá, sem grande proveito para a minha saúde. Ao contrário, sempre que chegava a esta capital reapareciam ou se agravavam os incômodos.” A princípio confessou os incômodos como “ligeira enfermidade”, mas ficou em Guarujá um mês e meio, acompanhado da família e do ajudante-de-ordens, Capitão Lejeune. A enfermidade não era ligeira; era a vida que começava a se extinguir.

Nos dias de hoje, com os recursos novos da higiene e da geriatria, não se pode dizer que, aos sessenta e cinco anos, um homem se apresente valetudinário. Mas, no princípio do século, outras eram as condições de vida e ainda se considerava, como entre os romanos, que a velhice marcava a casa dos sessenta.

A 30 de junho de 1912, dois meses depois de se empossar no governo de São Paulo, Rodrigues Alves escrevia a Catita (Ana), sua filha mais velha:

“Há muitos dias que não escrevo. Ando preguiçoso: não sei se é o frio de São Paulo ou a velhice que anda me deixando assim. Espero que isso passará.”

Não passou. Ao contrário, rareavam os períodos de melhora, o estado físico ia sempre declinando, ainda que sem prejuízo da mente e da fibra. O que mais o aborrecia era a fraqueza das pernas, conseqüência natural de toda uma vida sem exercícios.

De Guarujá, queixa-se de inapetência. Os filhos mandavam-lhe frutas-de-conde e era o que mais lhe apetecia. A família e os amigos mais íntimos se alarmavam. Espalhava-se que o Conselheiro estava muito mal. O diagnóstico era o de “anemia perniciosa”, moléstia mal conhecida, a exigir longo tratamento. Os inimigos passaram então a veicular boatos cruéis, inclusive o da morte próxima. Tão funda (e tão baixa) vai a paixão política entre nós. Na verdade, sua saúde era frágil. Desde que deixou a presidência da República, falava em fraqueza, em “restos da beribéri”. Sentindo-se incapacitado para as funções e esperando restabelecer-se com repouso e tratamento, Rodrigues Alves licenciou-se da presidência a 11 de outubro de 1913, passando o governo a Carlos Guimarães. Só voltaria ao posto em 4 de janeiro de 1915.

Licenciado, recolhe-se a Guaratinguetá, de onde, no mês de novembro, escreveu à filha:

“Eu vou melhorando aos poucos: as pernas têm ficado mais fortes e o exame de sangue está sendo de bom agouro. Em vista dessas melhoras parece ao Dr. Valadão¹ que o melhor é ir me fortalecendo aqui, para procurar depois os Poços de Caldas. Neste sentido ia ouvir os médicos daí.”

Sua preocupação com a saúde era visível. A 27 de dezembro, em carta de boas-festas para a filha, o genro e as netinhas, manifesta

1 Matias Valadão, médico assistente de Rodrigues Alves em São Paulo. Era mineiro, natural de Campanha.

esperanças: “Eu espero que o ano novo comece restituindo por completo a minha saúde. Parece que já é tempo.”

Amaro Cavalcânti, velho companheiro e amigo de sempre, convidara-o para testemunha de casamento da filha com o Dr. José Linhares (futuro presidente interino, em 1945, quando da deposição de Vargas). Respondera agradecendo. Seu estado de saúde não lhe permitia viajar.

Miguel Pereira, irmão do genro Cesário e, no momento, estrela da medicina nacional, escrevia-lhe mandando receitas e fazendo recomendações para os seus achaques.

De Guaratinguetá transfere-se para o Rio e, na Rua Senador Vergueiro, cercado pela família, iniciou um longo período de repouso e tratamento. Cuidava-se principalmente de fortalecer-lhe o organismo debilitado e, tanto quanto possível, forçá-lo a um regime de descanso.

As filhas e até as netas meninas se desvelavam. A menor destas, Anah, então com cinco anos, lembra-se do avô sentado na cadeira de balanço, no salão de bilhar, todo vestido e de *pince-nez*, lendo jornais e recebendo amigos. Ficava ao lado do avô, ou saíam juntos, de automóvel, “para ver se havia navios no porto”. Apostavam dez tostões, mas a menina informava-se, antes, pelo jornal, por intermédio do Capitão Lejeune, ajudante-de-ordens. Ganhava sempre do avô, que pagava, fingindo-se enganado. Anah ficava na cozinha, junto com a negra velha, horas esquecidas, amassando balinhas de “tutano” com açúcar, para o avô comer.

Não tinha nenhum medo dele, das suas barbas, do seu ar afável mas seco. Não; não tinha nenhum medo do Conselheiro, do Presidente, de quem tantos senhores se aproximavam com mostras de temor. Encostava-se na cadeira de balanço, apoiada nos seus joelhos, dava-lhe comida, balas de tutano, caldo de rã, aflagava-lhe os cabelos. Não; ela não tinha nenhum medo daquele avô velhinho, que os outros chamavam de Conselheiro.

Mas este sabia que não estava bem. Até os apontamentos que tomava, havia tantos anos, não lhe interessavam mais. Encerrando uma série deles, escreveu esta nota denunciadora do seu desânimo, da sua fraqueza:

“Tendo se acentuado o meu estado de enfermo, interrompi estas notas. Posso apenas recordar, um pouco sem ordem, alguns fatos de que me recordo [sic].”



*Rodrigues Alves com três netas, filhas do casa! Cecário Pereira. Da esquerda para a direita: Regina (Sr^a Manuel Leão), Anah (Sr^a Afonso Arinos) e Marina (Sr^a Cláudio Goulart de Andrade).
Arquivo da família Rodrigues Alves*

.....

Capítulo Terceiro

A guerra européia – Acusações contra Rodrigues Alves.

D

urante todo o ano de 1914, afastado do poder e da administração, mas não da política, Rodrigues Alves acompanhava atentamente, pelos jornais e pelas conversas com os numerosos e variados visitantes, os acontecimentos nacionais e internacionais. Estes se despenhariam, em meados do ano, na catástrofe da grande guerra.

A guerra européia não podia deixar de ser recebida, por ele, com a maior apreensão. Nos dias da eclosão, a 14 de agosto de 1914, Rodrigues Alves escreveu a Carlos Guimarães, seu vice-presidente e substituto no governo de São Paulo:

“Estou acompanhando com interesse o movimento econômico e financeiro do país, e muito preocupado com as dificuldades que estão sendo criadas pela guerra européia. O nosso Estado, por suas condições especiais de riqueza e trabalho, há de sofrer a repercussão desse formidável acontecimento; e as divergências que temos sido forçados a manter com o governo federal e a má vontade que observamos quando se trata de nossos interesses reclamam de nossa parte uma ação mais vigilante [...]. Ninguém sabe até onde irão os efeitos da guerra e é sempre prudente, em ocasiões de crise desta ordem, contar com o pior.”

Seus conselhos eram no sentido de que Carlos Guimarães tomasse as mais severas medidas no tocante às despesas públicas. O crédito de São Paulo, essencial ao seu progresso, não poderia ficar à mercê dos imprevistos da guerra: “os embarços atuais, a gravidade dos que podem sobrevir”.

Os embarços a que se referia o presidente prendiam-se sobretudo aos estoques de café paulista, armazenados nos portos do Havre e de Hamburgo. A guerra entre a França e a Alemanha colocava o produto brasileiro, necessário às forças mobilizadas, em iminente risco de requisição, com graves repercussões no crédito de São Paulo, pois o pagamento do empréstimo da valorização continuava preso à garantia dos depósitos de café.

Era natural que, preocupado antes de tudo com as suas responsabilidades de presidente do Estado, de que só aparentemente se despira, e aproveitando o contínuo progresso de sua saúde, que era sensível em meados do ano, Rodrigues Alves não quisesse assumir atitudes radicais em favor dos aliados, que eram as dominantes na opinião brasileira. Daí lhe vieram as acusações de germanófilo, com que o perseguiram os seus inimigos, e que tiveram bastante divulgação.

Essas acusações foram depois reunidas em um livro escrito por Nereu Rangel Pestana, com o pseudônimo de Ivan Subiroff, *A oligarquia paulista*, coletânea de artigos publicados n’*O Estado de S. Paulo*.

Embora escritos a partir de fevereiro de 1919, muitos desses artigos de combate referem-se ao segundo governo de Rodrigues Alves em São Paulo.

Não há dúvida de que o livro de Rangel Pestana tem notável interesse, não somente pelas qualidades de escritor e polemista, como por dados importantes que oferece (e comprova) relativos à influência do poder econômico no PRP e na administração de São Paulo.

De resto essa influência era inevitável. São Paulo, com o seu enorme progresso, iniciava, naqueles anos, a passagem da economia agrícola para a economia industrial. Os fazendeiros de café e seus advogados, que foram os redatores do manifesto de 1870 e os governantes civis de São Paulo e do Brasil nos primeiros decênios do regime republicano, estavam sendo sucedidos pelos pioneiros da indústria, principalmente a hidroelétrica e a têxtil, sem esquecer outras, como a de louças e materiais de construção, como o vidro.

Os nomes tradicionais da lavoura paulista, os grandes senhores do café, plantadores e exportadores, apareciam agora na posição de capitães da nova indústria. Mas eram os mesmos de antigamente, como o ilustre Antônio Prado, exportador de café, mas fabricante de vidros, ou Rodrigues Alves, que, dos cafezais do Vale do Paraíba e da terra roxa, passara a participar de fábricas de tecidos. Outros eram filhos, sobrinhos, genros dos antigos patriarcas, eram os jovens Campos, filhos de Bernardino; os jovens Rodrigues Alves, filhos, sobrinhos e genro do Conselheiro; os jovens Morais Barros, sobrinhos de Prudente; e assim novos líderes que iam surgindo na política e nos negócios, Álvaro de Carvalho, Elói Chaves, Altino Arantes, Olavo Egídio. O próprio *O Estado de S. Paulo*, estuário da campanha contra a “oligarquia paulista”, era, ele próprio, uma fortaleza dessa oligarquia financeira e conservadora. Sua indústria era a do jornal, que – honestamente, deve-se reconhecer – trazia rios de dinheiro aos Mesquitas, descendentes do patriarca Cerqueira César, sucessores do patriarca Rangel Pestana.

O desenvolvimento espetacular de São Paulo não poderia dissociar a política do poder econômico.

Neste particular, São Paulo não podia ser comparado a qualquer Estado do Brasil, mas aos Estados Unidos da América, onde a democracia capitalista não pode funcionar sem ser intérprete dos interesses e contradições do poder econômico.

Não se pode, portanto, negar a procedência da ligação da família do presidente com interesses econômicos nacionais e internacionais daquele período. Nereu Rangel Pestana, portador tardio dos velhos ressentimentos paternos, mostra-o de forma irretorquível. O que ele não mostra, contudo, é que o Presidente Rodrigues Alves tenha, pessoalmente, praticado qualquer ato ou entrado em qualquer transação digna de censura. Rodrigues Alves era um representante da sua classe, a classe rica de São Paulo. Mas seu inato e invulnerável espírito público o fazia sempre ver o interesse geral, mesmo quando defendia interesses conservadores. Daí o fato inegável de ser um progressista; talvez, aos quase setenta anos, o político mais progressista do seu tempo.

Aliás, Nereu Rangel Pestana, que não lhe poupa o irmão, os filhos, os sobrinhos e os amigos; que desvenda as ligações entre alguns deles e empresas alemãs à procura de proteção, além de outras transações

censuráveis, nunca deixa de reconhecer a inatacável probidade do homem que demitia o seu secretário por causa de favores concedidos a um irmão dele, presidente. Era o mesmo homem que enfrentara os bancos estrangeiros e os milionários nacionais, como ministro da Fazenda de Prudente.

O germanofilismo pretendido de Rodrigues Alves é acentuado em virtude da sua viagem à Alemanha, da hospedagem pelos Krupp (com referências mentirosas a jóias oferecidas às filhas do presidente). Aliás, em 1908, o próprio Barão do Rio Branco passava por germanófilo, e o era, seguramente, mais que Rodrigues Alves.

As cautelas de Rodrigues Alves, no início da grande guerra, devem-se principalmente à sua obrigação de salvar o café de São Paulo (e do Brasil), depositado nos portos das nações beligerantes. Isto, que adiante será demonstrado, não podia ser, evidentemente, do conhecimento do exaltado redator d'*O Estado de S. Paulo*.

Carlos de Campos, Altino Arantes, Álvaro de Carvalho, Elói Chaves, Júlio Prestes, Francisco e Oscar Rodrigues Alves, Cardoso de Melo, Olavo Egídio e outros são acusados de negócios discutíveis por Ivan Subiroff. Jornalistas conhecidos como os diretores do *Correio da Manhã* e d'*O Imparcial* já haviam, anteriormente, lançado lama sobre o próprio Conselheiro, mas, como nenhuma prova ajuntavam às injúrias, pouca importância tinham os seus escritos.

Quanto ao paulista Nereu Rangel Pestana, seus sentimentos de justiça e de respeito para com o companheiro de geração de seu pai transparecem mais de uma vez no livro feito para denegrir os políticos paulistas.

Falando, por exemplo, da resistência de Rodrigues Alves aos manejos de poderosas companhias concessionárias de serviço público, escreve que esses atos constituíram “o melhor serviço por ele [Rodrigues Alves] prestado ao povo de São Paulo”. Em outro artigo, depois de fazer o elogio também de Prudente e Campos Sales, Ivan Subiroff acentua:

“Rodrigues Alves, mesmo na presidência do Estado como na da República, tendo autorizado grandes negócios, criado excelentes empresas, feito esplêndidas concessões, em nenhuma delas seu nome figurou, nem se lhe articularam acusações desairosas.”

.....

Livro XII

Capítulo Primeiro

O Governo Venceslau Brás – Política doméstica.

O GOVERNO VENCESLAU BRÁS

D

urante o ano de 1914, Rodrigues Alves procurou restabelecer sua saúde a fim de voltar ao governo.

A 14 de agosto, escrevia a Carlos Guimarães:

“Ainda não estou completamente restabelecido, mas sempre com a esperança de que os ares desta cidade [Rio] me hão de logo restituir a saúde antiga.”

E a 18 de outubro reitera, ao mesmo destinatário: “Vou passando regularmente.”

De fato, as melhoras se acentuavam, no seu estado geral. Os amigos observavam isso, e se alegravam com a probabilidade de sua volta à atividade política.

As pernas estavam mais firmes, e ele iniciou, a conselho médico, um programa de longas caminhadas a pé. Ia apoiado na sua bengala de castão curvo de marfim e anel de ouro, hoje em nosso poder. Fazia-se acompanhar pelo filho Francisco, que residia também em Senador Vergueiro, e desciam ambos pela praia do Flamengo, cujo movimento de transeuntes e veículos estava longe de ser o que agora é. As caminhadas duravam bastante, até que lhe viesse a fadiga e, então, tomava o automóvel que os seguia pela praia, guiado pelo fiel motorista Luís, antigo cocheiro de carros, no Palácio do Catete.

Quem ia ou vinha da cidade diminuía a marcha, para observar o velho presidente, caminhando ao longo da praia, construída no seu nunca esquecido governo. Muitos o saudavam e ele erguia invariavelmente o chapéu em agradecimento.

O interesse pelas questões administrativas do Estado e pelas da política federal, interesse revelado pelas cartas que escrevia aos amigos e homens públicos, mostra a consolidação gradativa da sua saúde.

Numerosas são, também, as notas que escreveu no período de afastamento, comentando fatos e personalidades, às vezes com rude franqueza. Acompanhou a polêmica escandalosa entre Rui e o General Vespasiano de Albuquerque, ministro da Guerra. O general apelou para “os sentimentos de brio e dignidade” de Rui “se por acaso existissem” e o senador respondeu com grande violência.

Ao aproximar-se a posse de Venceslau Brás, espalharam-se boatos de graves perturbações, com ameaças de desordens destinadas a impedir a transmissão do poder. Falava-se em intervenção militar, para coibir as manifestações populares contra o governo de Hermes, que chegava ao fim. Estas manifestações tomavam, realmente, caráter grave. No Rio havia choques entre estudantes e populares, de um lado, e capangas armados do governo, comandados pelos conhecidos Serra Pulquério e Pinto de Andrade, aquele assassinado algum tempo depois por um homem a quem esbofeteara em local público.

Na Câmara e no Senado, os ataques a Hermes e Pinheiro tocavam a extremos de violência. Na representação popular destacavam-se, entre os opositoristas, Irineu Machado, Pedro Moacir e Maurício de Lacerda. No Senado, a velha sala imperial reboava com a voz vingadora de Rui.

No dia 7 de novembro, o *Jornal do Comércio* noticiou uma reunião, havida na véspera, entre generais e outros comandantes de corpos, sendo a mesma presidida pelo General Sousa Aguiar. Dos debates e decisões, enviou-se a seguinte comunicação à imprensa:

“O Ex.^{mo} Sr. General Sousa Aguiar, inspetor da 9^a Região, impressionado com os fatos que se estão desenrolando e que afetam grandemente o prestígio da classe militar, a qual tem mais de uma vez sido atingida nas afrontas que uma grande turma de desocupados tem tentando atirar contra a pessoa do Ex.^{mo} Sr. Marechal Presidente da República, chefe supremo das forças de mar e terra, estendendo-se, mesmo, tais afrontas físicas e morais a vários oficiais e praças de pré, pelo simples fato de estarem fardados, reuniu os generais comandantes de brigadas e mais comandantes de corpos, para combinarem providências a respeito de tão claras provocações, que ferem de frente o princípio de autoridade constituída e prestígio das classes armadas. Estudando convenientemente o assunto, ficou resolvido que se agiria de acordo com as circunstâncias, a fim de resguardar a honra e dignidade da classe, presentemente tão vilipendiada. O General Vespasiano de Albuquerque, ministro da Guerra, entendeu-se ontem a respeito do assunto com o seu colega da Justiça e Negócios Interiores.”

A respeito da publicação, escreveu Rodrigues Alves:

“Causou-me este ato uma penosíssima impressão. Havendo terminado o estado de sítio – o longo estado de sítio! –, a imprensa começou a atacar o presidente da República e auxiliares do governo com violência, exagerando talvez as suas agressões. Os estudantes, irritados com as ocorrências anteriores e, ultimamente, escandalizados com o perdão concedido a um dos assassinos dos seus colegas, exatamente quando comandava a brigada o General Aguiar,¹ começaram a

1 A chamada “primavera de sangue” de setembro de 1909, quando estudantes foram mortos no Largo de S. Francisco.

fazer ameaças ou troças que faziam rir a população. Motivaram esses fatos aquela reunião escandalosa, sob pretexto de ofensas às classes armadas. O Senador Rui profligou ontem [7 de novembro] no Senado, com energia, a reunião militar.”

Rodrigues Alves não tinha razão nestes comentários. Ele próprio pensara e agira de maneira diversa da que agora expunha, em circunstâncias parecidas. Escrevendo a Glicério recomendara que São Paulo devia aguardar com prudência o termo do mandato de Hermes, pois era melhor esperar o fim de um mau governo do que provocar agitações de desfecho imprevisível. E ele também, no dia 14 de novembro, em face da desordem das ruas que ameaçava sua autoridade, lançou mão da repressão, com a força armada, e fez decretar e prorrogar o estado de sítio. As pessoas e o governo eram diferentes, sem dúvida, em 1904 e 1914. Mas Hermes e os militares não eram os maiores culpados da situação. Os maiores culpados eram os civis, sob o comando de Pinheiro Machado e de alguns régulos provinciais.

Essas reuniões militares relacionavam-se com providências para garantir a própria sucessão, ameaçada por conspirações.

Nas vésperas do encontro noticiado pelo *Jornal do Comércio*, Rodrigues Alves havia escrito a Carlos Guimarães, dando notícia das informações que lhe chegavam:

“Rio, 4 de novembro de 1914

Há cerca de um mês tive conhecimento, por carta vinda do Rio Grande do Sul para um amigo, que nesse Estado se falava em preparativos para um movimento que devia se dar no dia 15, com o fim de impedir a posse do Dr. Veneslau. Não liguei importância ao boato, que sempre aparece nas vésperas de um novo quadriênio; vejo, porém, por sua carta de 3 do corrente, que alguma coisa houve. Aqui nada se tem falado a tal respeito, mas é natural que o boato, com o qual os jornais se estão preocupando, gere alguma inquietação no espírito público e no ânimo dos políticos mais tímidos. Vou procurar saber se, nas regiões oficiais, se

dá crédito à notícia. Em todo caso fez muito bem [sic] pedir vigilância ao secretário da Justiça.”

Com a aproximação do 15 de novembro, aumentavam a tensão e a curiosidade em torno da formação do ministério.

Venceslau Brás, que na sua “plataforma”² havia declarado que pretendia governar acima dos partidos (o que queria dizer acima do PRC de Pinheiro Machado), não revelava, até às vésperas da posse, as intenções que trazia sobre os futuros ministros.

Se o PRC não foi ouvido, na pessoa de Pinheiro, o Estado de São Paulo, que tão importante papel desempenhara na indicação de Venceslau, também não o foi, na pessoa do seu presidente, então residindo no Rio de Janeiro.

Rodrigues Alves era consultado sobre a orientação política em geral, mas não sobre a formação do governo. O que ele desejava para São Paulo era a pasta da Justiça, pois o seu titular, apoiado pela força do grande Estado, iria de fato reconstruir o regime político, de forma a liquidar o predomínio de Pinheiro Machado e dos gaúchos. Mas a entrega da pasta política ao Estado que se mantivera em oposição no quadriênio expirante seria solução por demais polêmica.

A 18 de outubro, Rodrigues Alves escrevia, da Rua Senador Vergueiro, a Carlos Guimarães:³

“A opinião anda por aqui em uma grande expectativa quanto às vistas políticas do futuro governo, e, sobretudo, muito curiosa acerca dos nomes que serão escolhidos para seus auxiliares. Parece que o Dr. Venceslau adiará essa escolha até a proximidade da posse: foi, pelo menos, o que me deu a entender o Dr. Sabino.⁴ Em uma segunda conferência

2 “Plataforma” era uma palavra que a República adotou dos costumes parlamentares ingleses. Na Inglaterra, com efeito, dava-se o nome de *platform* aos discursos políticos pronunciados fora do Parlamento (Ostrogorski. *La Démocratie et l'organisation des partis politiques*, Paris, 1903).

3 O portador habitual da correspondência entre os dois presidentes era o ajudante-de-ordens recém-promovido, major Lejeune.

4 Sabino Barroso, que viria ocupar a pasta da Fazenda, era o líder principal de Venceslau no Rio.

que tive com este amigo (presumo que da primeira teria conhecimento pelo Dr. Rubião) falou-me sobre uma organização partidária que velasse pela política do governo, desejando saber qual seria a opinião de São Paulo. Disse-lhe que os nossos amigos estavam dispostos a prestigiar o futuro governo com toda lealdade, parecendo-me que, não se cuidando daquela organização, continuaria o atual PRC a dispor da vida política do país como entendesse, sem contar com os elementos que lhe são adversos. Sabia, disse eu, que o presidente do nosso partido esforçou-se muito para chamar a seu grêmio os nossos amigos de São Paulo e Minas, mas que nós éramos de opinião que só deveríamos agir de acordo com o nosso governo. Desde que nos for oferecida uma forma digna para aproveitar o nosso concurso, sem constrangimento, estava certo que os nossos amigos de São Paulo entrariam na organização que se projetasse realizar.”

Como se vê, Venceslau pensava em formar uma organização partidária (ou uma associação de partidos estaduais), que viesse representar, no seu governo, a força de apoio civil que o PRC representou no governo Hermes. Rodrigues Alves estava de acordo, mas desde que fosse oferecida a São Paulo “uma forma digna para aproveitar o nosso concurso”. Esta forma, já o dissemos, era a pasta da Justiça, mas ela não lhe foi entregue. O candidato de São Paulo (de Rodrigues Alves) seria, ao que tudo indicava, Altino Arantes, seu secretário do Interior e futuro sucessor no governo do Estado.

Também não foi entregue a pasta da Justiça a Pinheiro Machado e ao seu PRC, que tinha a mesma pretensão, por idênticos motivos.

Pinheiro queria um homem seu, notoriamente seu, na pasta da Justiça. Capitulara perante a candidatura Venceslau, tivera as honras enganosas de presidir a convenção parlamentar que indicou o candidato oficial, mas não ignorava quão frágil era sua situação no governo. Só a pasta da Justiça poderia reafirmá-la. Os mineiros, porém, não cederam. Rivadávia Correia – o homem indicado pelo PRC – foi convidado para prefeito do Distrito Federal e a pasta da Justiça veio às mãos de um



Rodrigues Alves em visita ao Presidente Venceslau Brás no Catete. Cortesia do Professor João Lira Filho

gaúcho, é verdade, mas antigo *maragato*: Carlos Maximiliano. Com ele, chamado pelos seus títulos de jurista, o Rio Grande era homenageado, mas Pinheiro e Borges desatendidos.

A 4 de novembro, Rodrigues Alves ainda não fora informado sobre o ministério, conforme escreveu a Carlos Guimarães: “Nada consta até agora sobre a organização do novo governo. Pelos jornais deve ter visto que os palpites abundam.”

Afinal, veio a oferta dos mineiros a São Paulo, transmitida a Rodrigues Alves, no Rio. Ele já se encontrava em vésperas de retornar ao seu Estado para reassumir o governo. Voltara, portanto, a ser o líder oficial da política paulista.

O convite dos mineiros era decepcionante. Tratava-se da pasta da Agricultura, com o nome de Altino Arantes, ministério que, além da sua pouca importância política, não convinha a São Paulo, no momento, por motivos especiais. A guerra europeia criara problemas delicados para o café paulista armazenado na Europa, e ficaria muito difícil para o Estado que o seu representante no governo federal viesse a agir diretamente na salvaguarda dos interesses locais. As críticas não faltaram a São Paulo e ao próprio governo federal, partidas do derrotado PRC. Só indiretamente (como de fato fez) poderia o governo Rodrigues Alves defender o café.

Rodrigues Alves, ao ser consultado no Rio, recusou, em nome de São Paulo, a pasta da Agricultura, que, afinal, depois de marchas e contramarchas, foi entregue a Calógeras na madrugada de 15 de novembro. O convite frustrado a Altino Arantes veio a influir mais tarde na decisão do Conselheiro de fazer dele o seu sucessor em São Paulo.

Ficavam os mineiros com dois ministérios, a Agricultura e a Fazenda, esta entregue a Sabino Barroso. No Exterior, continuou Lauro Müller (depois substituído por Nilo Peçanha, quando se agravaram nossas relações com a Alemanha). Para a Viação, veio Tavares de Lira, que já pertencera a outro governo de Minas, o de Afonso Pena. Para a pasta da Guerra foi convidado o General Caetano de Faria, e na Marinha

ficou confirmado o Almirante Alexandrino. A chefia de Polícia do Distrito Federal foi ocupada pelo baiano Aurelino Leal.⁵

O desentendimento entre São Paulo e Venceslau com a recusa da pasta da Agricultura não fora pequeno, como demonstra esta carta de Rodrigues Alves a Carlos Guimarães, escrita a 20 de novembro, logo após a posse do novo presidente:

“Depois do que ocorreu na formação do ministério do atual governo, tenho dito aos amigos que não devem ir além das manifestações havidas; ao Dr. Sabino declarei, quando me procurou, que o Dr. Venceslau não devia se contrariar com o incidente; que nós continuaríamos a ser amigos como dantes, e a dar-lhe o apoio que precisasse para o seu governo. Simplesmente acrescentei que o incidente não se teria dado se nos tivéssemos encontrado quando se cuidava da organização do ministério, mas que eu não tinha o menor sinal que indicasse que a minha opinião podia ser de algum valor nesse momento. Ao meu telegrama de ‘respeitosos cumprimentos’ no dia da sua posse, respondeu-me em termos amáveis. A nossa atitude não deve ser outra.”

Assim pensava o presidente paulista, pouco antes de retornar ao cargo. Não comparecera à posse. Enviara apenas um telegrama. Não escondera ao ministro mais prestigioso que marcara o alheamento em que fora mantido. Não consentira em ter delegado no ministério. Mantinha-se em discreta independência. Era a mais sábia orientação, pois, com ela, só se prestigiava, e ao seu Estado.

5 Embora voltemos mais tarde aos casos concretos, convém consignar, desde logo, que o governo Venceslau sofreu modificações durante o quadriênio. Sabino Barroso, gravemente enfermo de tuberculose, demitiu-se em 8 de julho de 1915, sendo substituído por Pandiá Calógeras. Este, por sua vez, pediu demissão da Fazenda em 6 de setembro de 1917, quando foi substituído por Antônio Carlos. O chanceler Lauro Müller demitiu-se a 2 de maio de 1917, por causa do nosso conflito com a Alemanha, e foi sucedido por Nilo Peçanha, nomeado três dias depois. Quando Calógeras deixou a pasta da Agricultura, foi sucedido por José Bezerra.

POLÍTICA DOMÉSTICA

Nas repúblicas, como nas monarquias, o poder pode concentrar-se em grupos familiares. Aristóteles já distinguia entre monarquia e oligarquia, mas a tradição oligárquica tem resistido mais, na História, do que a monárquica. As monarquias vão desaparecendo, nos dias de hoje, enquanto que, nas mais modernas repúblicas, o fenômeno do poder familiar é sempre presente. Nos Estados Unidos, os Adams, os Taft, os Roosevelt, os Rockefeller, os Kennedy, são exemplos de ontem e de hoje. Rodrigues Alves não pôde escapar às imposições desse sistema.

Pouco antes de reassumir a presidência de São Paulo, defrontou-se com delicados problemas político-familiares. À sua revelia, o filho Oscar, que era o chefe da sua Casa Civil, foi indicado para deputado estadual e isto ameaçou provocar críticas contra o pai. A função de auxiliar direto do presidente, posto de confiança imediata, não dava lugar a críticas. Mas a eleição de quem nunca havia concorrido a pleito eleitoral prestava-se a comentários desairosos, pois indicava pressão do Executivo sobre o partido.

Rodrigues Alves, que já demitira o secretário de Finanças, porque este beneficiara o irmão e sobrinhos em negócios de café, não titubeou em manifestar-se contrariado com o presente eleitoral, que queriam fazer ao filho. Vejamos como ele próprio narra o episódio:

“No dia 1^o de dezembro, a Comissão Central publicou em São Paulo, o *Boletim Eleitoral*, apresentando a candidatura de meu filho Oscar para a vaga, na Câmara dos Deputados do Estado, do Dr. Oscar de Almeida, eleito senador. Ouvia dizer que se pensava nessa candidatura, mas eu preveni o Dr. Rubião que isso me desagradaria, e, dias antes de ser publicado o *Boletim*, eu disse-lhe que tinha sido procurado, aqui, pelo Dr. José Vicente,⁶ que desejava saber se meu filho era candidato, em cuja hipótese ele não seria, e eu respondi que nada me constava sobre a pretensão atribuída a meu filho e que, em minha opinião, ele, José Vicente, é

6 José Vicente de Azevedo.

que deveria ser candidato. Fiquei muito contrariado com a publicação do *Boletim*.

No 3^o distrito já havia um sobrinho, filho do meu mano Antônio,⁷ e a apresentação de outro parente escandalizaria a opinião, sendo eu presidente do Estado. Acrescia que meu filho Francisco, atualmente deputado federal, não poderia apresentar-se nas próximas eleições gerais, pelo fato de ser filho do presidente. No dia imediato telegrafei ao Dr. Rubião⁸ nestes termos: 'Por motivos de ordem pessoal e política, não pode meu filho, no atual momento, aceitar a honrosa indicação para a eleição do dia 13. Peço aos amigos da comissão, como especial atenção, que seja o seu nome substituído.' Felizmente, meu filho, pensando do mesmo modo, telegrafou ao vice-presidente do Estado, dizendo que eu achava inconveniente a sua candidatura e pedindo que fosse o seu nome substituído. Aceita a desistência, foi indicado o nome do Dr. José Vicente de Azevedo, velho representante do distrito e depurado na última eleição para dar lugar ao Dr. Plínio de Godói.⁹

Fez boa impressão aquela desistência, o que não me livrou de um artigo na secção livre do Estado, censurando a indicação do nome do meu filho e lembrando nominalmente os meus parentes já aquinhoados com cargos eleitorais."¹⁰

Ainda a propósito do fato, Rodrigues Alves escreveu ao prestigioso Bernardino de Campos, no dia 10 de dezembro:

7 José Rodrigues Alves Sobrinho. Foi muito tempo político ativo.

8 Rubião Júnior era o presidente da Comissão Executiva.

9 Quando da depuração de José Vicente, Rodrigues Alves manifestou-lhe a sua solidariedade.

10 O *Estado*, fortaleza de uma das mais poderosas oligarquias paulistas, esquecia-se de que, desde o primeiro governo republicano em São Paulo, Cerqueira César e Júlio Mesquita (sogro e genro) ocuparam postos de destaque. Posteriormente Armando Sales e os seus cunhados Mesquitas dominaram São Paulo e, em certo momento, influíram decisivamente na política nacional.

“Somente agora posso cumprir o dever de apresentar aos honrados amigos da Comissão Central do partido os meus efusivos agradecimentos pela indicação do nome do meu filho, Dr. Oscar Rodrigues Alves, para o lugar de deputado na vaga deixada pelo Dr. Oscar de Almeida. Fiquei extremamente penhorado com essa indicação. Infelizmente, motivos poderosos influíram no ânimo de meu filho para não aceitá-la, o que constituiria para ele e para mim um grande constrangimento. Peço-lhe o obséquio de aceitar e transmitir aos ilustres amigos da Comissão aqueles agradecimentos e as homenagens do meu constante apreço e dedicada estima.”

Se Rodrigues Alves procedeu dessa forma com relação a Oscar, outra foi a sua opinião com referência ao filho Francisco. Este havia sido eleito deputado federal por São Paulo em 1906, sendo o pai presidente da República.

Em 1914, Rodrigues Alves Filho, homem íntegro e bondoso, continuava com a sua cadeira, que conservou até 1930. Naquele ano (1914) tinha sido aprovada na Câmara uma emenda ao orçamento da Justiça, pela qual se interpretava a lei de incompatibilidades eleitorais de forma a permitir a eleição de deputados federais que, embora parentes de presidentes ou governadores estaduais, tivessem exercido anteriormente o mesmo mandato.¹¹ Mas a emenda de 1914 era pessoal, pois o único deputado que por lei seria beneficiado era Rodrigues Alves Filho. A emenda foi aprovada na Comissão de Justiça, sendo relator Félix Pacheco, que ouviu, previamente, o Presidente Venceslau.

Passando o orçamento ao Senado, em fins de dezembro, Pinheiro Machado compareceu à comissão que deveria discutir a emenda da Câmara, e logo a combateu, dizendo que vinha derrogar uma lei moralizadora.

Glicério, que presidia a comissão, contestou o líder gaúcho, mas tão seguro era Pinheiro da sua força, que começou a tomar os votos

11 Deve-se lembrar, de passagem, que disposição idêntica foi adotada na Constituição Federal de 1946.

dos senadores presentes. Glicério reagiu à insolência, e disse que competia a ele, como presidente, tomar os votos. Verificou-se, então, a derrota da emenda, contra os votos apenas de Glicério, Gomes Ferreira e Bueno de Paiva, este mineiro e amigo de Venceslau.

Glicério, a quem não faltava bravura, levantou-se arrebatadamente e disse que ia discutir o assunto em plenário, para mostrar a campanha que a comissão montava contra São Paulo. Foi então que Pinheiro Machado, num luxo de prepotência, pediu que se reconsiderasse a matéria e aconselhou os seus comandados a votarem agora pela aprovação da emenda. E eles o fizeram, sem tugar nem mugir.

“Disse-me o Glicério [escreveu Rodrigues Alves] que teve mais repugnância dos senadores que assim procediam, do que do General Pinheiro, que lhes dava ordens.”

Sertório de Castro, então correspondente de *O Estado de S. Paulo*, noticiou o fato constrangedor em uma de suas crônicas. Mas o objetivo de Pinheiro Machado estava atingido. Mostrara a Rodrigues Alves que o filho e homônimo só continuaria na Câmara porque isto era de *son bon plaisir*...

.....

Capítulo Segundo

Rodrigues Alves reassume o governo – A batalha do reconhecimento.

RODRIGUES ALVES REASSUME O GOVERNO

A

14 de janeiro de 1915, depois de mais de um ano de doença e afastamento, o presidente de São Paulo retomou suas funções, se não completamente restabelecido, pelo menos em condições de poder trabalhar.

Sua volta aos penates paulistas foi precedida, como era de uso na época, de solenes manifestações de prestígio oficial. No Rio recebeu a homenagem dos patricios representantes no Congresso Federal, no dia 24 de dezembro, ocasião em que proferiu um discurso político, no qual indicava as intenções com que voltava ao governo. Como era também de praxe, pondo termo ao banquete, brindou o Presidente Venceslau Brás: “Depois de um longo período de agitação, é mister, antes de tudo, restabelecer a tranqüilidade e confiança, dentro e fora do país, e isto só se consegue – é banal repeti-lo – pelo respeito à lei, obediência à Justiça e aos seus arestos, satisfação aos compromissos assumidos e cessação

completa dos bárbaros processos de intervenção nos Estados, em detrimento de sua autonomia.”

Este último tópico, evidentemente alusivo ao caso do Estado do Rio, então em plena efervescência, era não só uma afirmação de apoio à atitude de resistência de Venceslau, como uma estocada no velho adversário Pinheiro Machado, mentor da fracassada intervenção fluminense.

O discurso de Rodrigues Alves mereceu as honras surpreendentes e mesmo extraordinárias de um editorial de primeira coluna e primeira página no *Correio da Manhã*, de 26 de dezembro de 1914. Eis as expressões do matutino de Edmundo Bittencourt, que tanto e tantas vezes o atacara:

“Falando, ontem, aos amigos de São Paulo, que, em sua companhia, se rejubilavam pelo seu completo restabelecimento, o eminente Sr. Rodrigues Alves, ex-Presidente da República e atual presidente do grande Estado, proferiu palavras que encerram, para o momento, uma lição de sabedoria política [...]. Assim, avisado pelo seu saber feito de longa experiência, examinada a situação pelo seu espírito ponderado, com sua digna circunspecção e lúcida compreensão dos preeminentes interesses do país, aconselhando uma política reparadora de estragos causados por um governo que foi a maior das calamidades que pesaram sobre o país, fala um ex-presidente da República, hoje chefe acatado da democracia paulistana, que deve servir de modelo a toda a democracia brasileira.”

Que diferença entre o esperançoso respeito de 1914 e os golpes tremendos de 1904, quando o *Correio* procurava impopularizar a obra de Passos, Lauro Müller e Frontin; investia contra Osvaldo Cruz; atacava o presidente e jogava lenha na fogueira da revolução da vacina!

O mal da justiça futura é que ela só vem quando os prejuízos da injustiça passada se tornaram, muitas vezes, irremediáveis.

Discurso semelhante ao do Rio foi proferido por Rodrigues Alves em São Paulo, no dia 4 de janeiro de 1915, véspera de sua efetiva reentrada no exercício do poder. O presidente não escondeu seus

sentimentos, e foi com veemência notável para um homem de sua idade que profligou os erros e atentados do governo Hermes, especialmente os praticados, com violência, contra a autonomia dos Estados. Combateu resolutamente as deturpações do regime e as investidas do poder pessoal. Era sempre o 'pinheirismo' que ele visava.

Já vimos que a sua posição diante do Presidente Venceslau, cuja eleição tanto ajudara, era de apoio, embora não muito de aproximação, dado o alheamento em que fora mantido quando da formação do ministério.

Mas o processo político o levaria, naturalmente, a ir se aproximando do governo federal, à medida que o seu grande e antigo adversário Pinheiro Machado ia sendo afastado. No fundo, a situação transcendia as personalidades, era um quadro geral que se restabelecia, o quadro mineiro-paulista, único que assegurou estabilidade à Primeira República.

O predomínio do Rio Grande nunca se pôde concretizar, apesar do prestígio pessoal incontestável de Pinheiro, por causa das peculiaridades intransferíveis do regime constitucional gaúcho. O Brasil não tinha como aceitar, naquele tempo, a nacionalização do sectarismo republicano dos pampas. Quanto à outra grande personalidade, Rui Barbosa, tão pouco poderia ele fundar um sistema eficaz de poder, diante de deficiências de relacionamento político.

O acordo mineiro-paulista, que falhara com a chapa Rodrigues Alves-Afonso Pena, ia agora firmar-se com o entendimento, dez anos depois, mediante o entrosamento entre as duas políticas estaduais.

A BATALHA DO RECONHECIMENTO

Os primeiros entrechoques se verificaram, como sempre, no reconhecimento de poderes da nova legislatura, a instalar-se em 1915. O outro *casus belli* foi a tentativa de intervenção no Estado do Rio.

Num e noutro episódios, os remanescentes do hermismo, corajosamente comandados por Pinheiro, entraram em luta com a nova situação; luta acerba, a cujas conseqüências indiretas deve, sem dúvida, ser somado o trágico desaparecimento do caudilho rio-grandense.

Um dos mais fortes episódios da batalha do reconhecimento deu-se a propósito da eleição de Barbosa Lima, para deputado pelo Distrito Federal. O excelso parlamentar já representara na Câmara, desde 1890, os



*Antes de reassumir, em São Paulo, Rodrigues Alves recebeu um banquete em sua homenagem, oferecido pela
banca da federal. Aparecem, entre outros, Francisco Glicério, Adolfo Gordo, Cincinato Braga, César Vergueiro,
Cardoso de Almeida e os filhos Francisco e Oscar. Na extrema esquerda, o Capitão Lepeune,
ajudante-de-ordens. Careta. Coleção Alvaro Coirim*

Estados do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e o próprio Distrito Federal. (Mais tarde foi ainda senador pelo Amazonas.) Mas, na eleição de 1914, sua situação era duvidosa. Entre os oito candidatos apresentados para as cinco vagas de que dispunha o primeiro distrito eleitoral da capital da República, Barbosa Lima foi o penúltimo, na ordem de votação, com menos da metade dos sufrágios do quinto colocado. O mais votado era Irineu Machado, e Pinheiro exigia o reconhecimento de um amigo, o jornalista Vítor da Silveira, que embora em sexto lugar tinha conseguido, segundo a junta apuradora, mil votos mais do que Barbosa Lima.

As contestações e contracontestações se sucederam naquele disputado pleito da capital, que, embora muito mais livre, não era isento dos mesmos vícios que as eleições dos Estados.

Pinheiro desejava mais a derrota de Barbosa Lima do que o reconhecimento do seu protegido, mas a votação de plenário exprimiu bem a oposição entre pinheirismo e situacionismo. O líder Antônio Carlos, ao invés de recomendar a aprovação do parecer da Comissão de Poderes (o que era normal), apoiou-o pró-forma, mas abriu a questão para os seus liderados, o que era o mesmo que ordenar às grandes bancadas de Minas e de São Paulo, que votasse pelo reconhecimento do fogaço tribuno. E foi o que ocorreu. Barbosa Lima voltou à Câmara, derrotando Pinheiro Machado por escassa maioria.

O gaúcho, como sempre, não se deu por achado. Ele sabia que Vítor da Silveira, seu candidato, era também amigo e candidato de Melo Franco, deputado dos mais ligados a Venceslau.¹ Pinheiro simulou confundir a vitória de Barbosa Lima com a “degola” de Vítor, e, encontrando-se, nos corredores do Senado, com o jovem estudante Virgílio de Melo Franco, freqüentador apaixonado das assembleias políticas, disse-lhe, em tom bonachão: “Você diga a seu pai que ele e eu ficamos desmontados, com a sela na mão”...

Mas o general não deixou de armar sua vingança. O Senado ainda lhe pertencia, e ali fez derrotar, escandalosamente, o Senador José Bezerra, amigo de Venceslau, e reconhecer Rosa e Silva, indiscutivelmente derrotado na eleição senatorial de Pernambuco.

1 Vítor da Silveira era pai de Paulo da Silveira, jornalista como ele, e conchunhado de Melo Franco.

O revide de Venceslau foi, por igual, público e imediato ao convidar José Bezerra, expulso do Senado, para ministro da Agricultura, enquanto Calógeras passava para a Fazenda, em virtude do mau estado de saúde de Sabino Barroso, mau estado que era agravado politicamente por certo desprestígio em que vinha caindo, causado por sua freqüentação com Pinheiro Machado. O próprio Venceslau confidenciou isso em conversa com Cincinato Braga.²

O comentário de Rodrigues Alves sobre o caso Barbosa Lima é acerbo:

“No reconhecimento do primeiro distrito do Município Neutro³ vingou uma emenda dos coligados, favorável a Barbosa Lima e outros, contra a qual se pronunciaram, apaixonadamente, os amigos de Pinheiro Machado. A maioria foi apenas de 6 votos. O resultado irritou o general que, para se vingar, promoveu no Senado o reconhecimento de Rosa e Silva, por Pernambuco. Nesta Casa do Congresso, tão desmoralizada já por anteriores reconhecimentos,⁴ os escândalos culminaram em 1915 [...]. José Bezerra fora incontestavelmente eleito [...]. Afirmava-se que o presidente não intervinha em matéria de reconhecimento de poderes, mas tinha-se como certo que a sua opinião era favorável a José Bezerra, e que ele considerava inominável escândalo a sua depuração [...]. Toda a imprensa, toda a opinião se agitou [sic] diante o deslavado escândalo, que explodiu quase ao mesmo tempo em que era apresentada a candidatura do Marechal Hermes, pelo Rio Grande do Sul, a uma cadeira no Senado. Raras vezes se vê um pronunciamento, tão

2 No meu livro *A alma do tempo* relatei a lembrança infantil, que me ficou, da recepção oferecida por meu pai a José Bezerra, por motivo de sua ida para o ministério. Era, no fundo, uma festa mineira antipinheirista.

3 Outra curiosa reminiscência do monarquista Rodrigues Alves. Ele se refere ao Distrito Federal da República com o nome que lhe foi dado pelo Ato Adicional do Império.

4 Rodrigues Alves devia estar lembrando aqui a depuração do seu amigo Seabra, em 1906, por Rui e Pinheiro.

generalizado, da opinião contra os atos políticos, e todos receiam as conseqüências funestas que dele podem provir.”

Estas últimas palavras de advertência de Rodrigues Alves pareciam incluir, também, um sinistro presságio. Os ódios acumulados contra Pinheiro Machado só faziam agravar-se, com suas contínuas e imprudentes atitudes de desafio. O punhal homicida que o vitimou, poucos meses depois desses acontecimentos, era o simples instrumento, nas mãos de um débil mental, de tais ódios crescentes.

Todo esse processo do reconhecimento era cuidadosamente acompanhado por Rodrigues Alves, que sobre o mesmo lançou, no segredo de seu caderno, observações outras, amargas e pessimistas:

“É incrível o que se passou na Câmara dos Deputados e no Senado, sobretudo no Senado, em matéria de reconhecimento de poderes, na sessão de 1915. Parecia que, na Câmara dos Deputados, as coisas correriam bem e o elemento contrário ao General Pinheiro Machado conseguiria a grande maioria. A atitude do presidente e a escolha do líder Antônio Carlos animaram essa expectativa que durou pouco. Quando surgiram os casos mais complicados, o líder mostrou-se frouxo, indeciso e parcial. Procurava freqüentemente aquele general, e procedia mais de acordo com os seus desejos do que com os dos velhos companheiros. As deliberações variavam de um dia para outro e as combinações as mais extravagantes triunfavam, com surpresa de todo o mundo. Não havia critério para o trabalho. O líder se entendia com as comissões, conforme os movimentos da opinião e os desejos do general. Mais de uma vez os paulistas, mesmo, tiveram de discordar do líder, chegando a haver receios de crise com a bancada.”

O atrito, com efeito, deu-se a propósito do reconhecimento da bancada alagoana, no qual Antônio Carlos, depois de fixar uma posição com o líder paulista, Cincinato Braga, alterou a solução sem preveni-lo. Cincinato aborreceu-se e ameaçou afastar os paulistas das combinações. A propósito, deixou Rodrigues Alves o seguinte relato:

“Antônio Carlos alarmou-se. Procurou no mesmo dia o presidente e este me telegrafou dizendo que sabia que eu ia receber uma carta do Cincinato e pedia que aguardasse sua comunicação do dia seguinte. Efetivamente recebi a carta [sic] do Cincinato e do Venceslau. Este soube do incidente, com o qual ficou surpreendido; não podia prescindir da colaboração de São Paulo, e, em muitos bons termos, pedia que eu o esclarecesse sobre o que havia ocorrido. Respondi, pondo o caso nos seus devidos termos, e telegrafei ao Cincinato para que me procurasse o presidente. Houve uma conferência muito amistosa e a situação ficou mais clara daí para diante. Se o líder Antônio Carlos tivesse mais energia e prática parlamentar, muitos reconhecimentos não se teriam dado e teríamos ficado livres de um *precedente funestíssimo*.”⁵

Os documentos do arquivo confirmam o relato, como sempre fiel, das notas íntimas de Rodrigues Alves. Mostram que as vitórias iniciais contra o PRC foram sendo prejudicadas por transigências parciais de Antônio Carlos e dos mineiros.

O primeiro desses documentos é uma longa carta do líder Cincinato Braga (19 páginas de texto em letra miúda), datada de 7 de abril, que narra pormenorizadamente todas as complicadas negociações de bastidores, nas quais os principais figurantes eram o líder do governo, Antônio Carlos, o chefe do PRC, Pinheiro Machado, e ele próprio, Cincinato, representante de Rodrigues Alves. As forças se observavam e se mediam antes de entrar em choque. Minas e São Paulo (Antônio Carlos e Cincinato) comandavam as hostes disciplinadas das suas bancadas, e atraíam para o seu campo, graças à ação persuasiva do Catete, elementos de outros Estados, não poucos dos quais desgarrados do PRC; Pinheiro, do outro lado, resistia, mas acabava cedendo. O objetivo final da batalha, para ambos os contendores, era conseguir a maioria da Câmara (quer dizer dos deputados reconhecidos, pouco importando a eleição), fosse para o PRC, fosse para a nova situação federal, que, à falta de um partido próprio, aglomerava-se em torno dos palácios do Catete, da Liberdade e dos Campos Elísios.

5 Sublinhado no original.

O problema básico e inicial era a feitura da chamada Comissão dos Cinco, o mais importante instrumento do processo do reconhecimento, porque era a que dava parecer conclusivo sobre quais os deputados 'líquidos', ou seja, aqueles diplomas que, pelo preenchimento indubitável dos requisitos legais, eram desde logo reconhecidos. Esses 'líquidos' é que iam formar as outras comissões apuradoras, que reconheciam os demais deputados. A votação de plenário, embora pudesse oferecer surpresas, como a referente a Barbosa Lima, habitualmente obedecia à indicação das comissões apuradoras. Portanto, a Comissão dos Cinco era a mais poderosa; era a origem do poder verificador.

“Aqui chegados [começa a carta de Cincinato] encontramos em plena corrida o páreo de outros Estados, em disputa da colocação na Comissão dos Cinco. O próprio Rui não soube abster-se de pedir lugar para a Bahia.”

Cincinato explica, em seguida, que, cômico da grandeza de São Paulo, nada solicitou para o Estado. “Não procurei ninguém. Não visitei, sequer por polidez de recém-chegado, nem o Venceslau nem o Antônio Carlos.”

Aproximava-se, porém, o dia do anúncio da Comissão, que era o 3 de abril, e São Paulo foi contemplado “sem comunicação alguma reservada”. *À tout seigneur tout honneur...*

Antes de oficializar os cinco nomes, o astuto Andrada alegara a necessidade urgente de ir a Juiz de Fora, depois a Belo Horizonte, depois a Petrópolis, onde se encontrava sua família. Tudo, seguramente, para evitar a rude pressão de Pinheiro.

“Presença de espírito e ausência de corpo”, era um dos seus lemas.⁶

Os fins estavam à vista, segundo narra Cincinato, e Antônio Carlos os trouxera das suas conversas com os governantes de Minas:

“A bancada mineira, *cobrando a Coroa*,⁷ tomava a responsabilidade, de acordo com São Paulo, de organizar uma

6 A mim mesmo Antônio Carlos invocou esta sua norma de ação.

7 Expressão usada no Império. No caso: afastando a pessoa de Venceslau. Sublinhado no original.

Câmara com maioria independente do PRC, arregimentada em torno do governo federal. As expansões de Antônio Carlos foram amplas, sem hesitações; não significavam a resolução imediata do ataque ao PRC [...] mas significava a necessidade da constituição da Câmara, por forma a poder a situação defender-se de possível hostilidade do PRC.”

Antônio Carlos historiou as ocorrências. Antes de viajar para Juiz de Fora, em fevereiro, fora procurado por Pinheiro, que lhe apresentou, sem disfarces, suas imposições. Aceitava um paulista na Comissão dos Cinco, mas não um “rubro”, isto porque o presidente Rodrigues Alves “timbrava em manifestar-se sempre adversário dele, Pinheiro”. Também não queria nenhum pernambucano. (Na verdade, Dantas Barreto, expressão do mais violento hermismo, havia sido, na sucessão, aliado fiel dos paulistas.)

Depois de conversar com Pinheiro, Antônio Carlos ouviu Venceslau, e ambos decidiram que Cincinato (“um rubro”, segundo Pinheiro) entraria para a Comissão. Em Belo Horizonte, os maiores da *Tarasca* impuseram, por outro lado, a presença de um pernambucano. Um mineiro era membro nato, ou antes, membro óbvio. Ficava assim a maioria de três contra dois, desfavorável ao PRC. Pinheiro teve duas fichas de consolação: um gaúcho, em homenagem a ele próprio, e um maranhense, em homenagem ao Vice-Presidente Urbano Santos (indicado por Pinheiro para o posto).

O general dos pampas reagiu. Interpretou a Comissão como uma vitória dos seus adversários e chegou a declarar a Antônio Carlos que dela retirasse seus dois homens. Queria “amedrontar os mineiros”, mas o Andrada sutil retornou: “Trago da *política mineira*,⁸ de Belo Horizonte, instruções positivas: – ou Pernambuco entra, ou Minas não pode entrar para a Comissão...”

Pinheiro, como sempre procedia em tais emergências, recuou para combater mais adiante.

Segundo a previsão de Cincinato, na carta de 7 de abril, a Câmara ficaria constituída por 128 deputados da Coligação (governo) e

8 Sublinhado no original.

83 do PRC (oposição disfarçada); portanto, com a confortável maioria de 45 votos.

Como que prevendo os desgostos que Rodrigues Alves manifestaria, na nota acima transcrita, com as indecisões de Antônio Carlos, Cincinato adverte, no fim do seu extenso relatório:

“Toda gente amiga nos está diariamente a prevenir contra a incorreção dos mineiros, com os quais, diz-se, ninguém pode contar.”

Semelhante apreciação não passava de injusta intriga. A posição dos mineiros era, antes de tudo, no interesse do Estado e do país, criar uma atmosfera de paz em torno do governo federal, para que este pudesse se concentrar na obra de reconstrução administrativa e financeira. Para que tivesse as condições necessárias de tranquilidade e força, Venceslau devia evitar a luta aberta entre coligados e PRC. Afinal de contas, devia sua candidatura aos coligados, mas a votação quase unânime que tivera fora obra também de Pinheiro e seus amigos.

Venceslau Brás, homem novo (pouco passava dos quarenta anos), não tinha nenhuma das razões de ressentimento pessoal que Rodrigues Alves experimentava contra Pinheiro Machado, seu inimigo desde os primeiros anos da República. Para Venceslau o problema era fugir à tutela de Pinheiro, mas não lhe interessava destruí-lo pessoalmente. Em resumo: não se poderia acoimar Antônio Carlos de tibieza e covardia pelo fato de procurar aliciar o apoio do PRC sem se submeter à sua tutela.

Mas os paulistas não podiam ver as coisas da mesma forma que os mineiros. Era natural que partidários de Rui na Campanha Civilista pretendessem entoar o *delenda Carthago* do PRC e, por isso mesmo, fossem levados a interpretar pejorativamente a tradicional prudência montanhesa, Cincinato era o principal animador dessa linha dura. E Rodrigues Alves agiu como poder moderador.

No dia 3 de maio, deu-se a eleição para presidente, primeiro e segundo vice-presidentes da Câmara, sem que a bancada de São Paulo fosse ouvida. Os paulistas votaram na chapa distribuída, mas recusaram a primeira secretaria para São Paulo. No mesmo dia (que era o da abertura da sessão legislativa), Cincinato enviou, por portador de confiança, outro longo relatório a Rodrigues Alves, no qual abre fogo contra os mineiros:

“Raramente me tenho visto em situação tão difícil. Repetindo frase que já disse aos companheiros, creio que sairei cardíaco desta prova. A indecisão, umas vezes, o receio, outras vezes, de deliberações importantes são o característico do feito mineiro. De dias a esta parte vão caindo grande parte [sic] das esperanças com que o Antônio Carlos nos enchia, através de muito boas palavras. Os casos fáceis já foram liquidados, com vantagens evidentes para o PRC. Agora encontro-me diante de um caso muito mais sério, para o qual preciso do conselho, ou melhor, das ordens do amigo. Refiro-me ao caso de Alagoas.”

Vem, neste ponto, a narrativa do reconhecimento dos deputados alagoanos, no qual Antônio Carlos faltara à promessa feita a Cincinato, premido por Pinheiro. Esse caso provocou os amargos comentários de Rodrigues Alves, acima transcritos. A solução negociada por Antônio Carlos, que premiou o PRC, foi a que deu origem à famosa e maliciosa expressão “acordo Camboim”, ainda hoje em uso nas conversas políticas no Congresso.

Apreensivo com a irritação de Cincinato, Antônio Carlos procurou-o e, sem falar no “acordo Comboim”, consultou-o sobre a composição da mesa. O líder paulista respondeu ao mineiro que São Paulo não se interessava pelo assunto. Escreve:

“Noto que a consideração a São Paulo está sendo mais aparente do que real; por isso, dizendo eu isso mesmo ao Antônio Carlos, disse-lhe também que preferimos uma atitude de relativo afastamento sem ostensivas responsabilidades, sem criarmos a menor oposição ao governo, mas reservando-nos a posição a que a lógica da nossa antecedente posição política nos obrigava.”

O afastamento de São Paulo poderia acarretar a entrega do governo ao PRC, pela necessidade de ter a maioria na Câmara. Mas a entrega ao PRC não se faria sem pesados tributos a Pinheiro. Foi isto que o atilado Antônio Carlos logo percebeu, e levou ao conhecimento de Venceslau. Então o presidente, a 4 de maio, remeteu longa carta a Rodrigues Alves, que merece ser transcrita *in extenso* por vir de quem vinha:

“Ex.^{mo} amigo Conselheiro Rodrigues Alves,
Afetuosas saudações.

Em primeiro lugar, cabe-me o dever, que cumpro gostosamente, de apresentar-lhe os meus sinceros agradecimentos pelo poderoso concurso, pelos grandes serviços e obséquios que o meu eminente amigo vem prestando à minha administração, honrando-a. Já tive oportunidade de expor francamente ao amigo a gravidade da situação por mim encontrada ao assumir o governo. Pelo lado financeiro: tesouro sem dinheiro, sem crédito, sem renda, com enormes, fabulosos débitos exigíveis no momento; pelo lado administrativo – tudo anarquizado; pelo lado político – acirradas paixões partidárias, ressentimentos profundos, exatamente no momento em que mais necessária se tornava a calma nos espíritos, a serenidade de visão e de ação para se poder chegar ao fim alvejado [sic]. Grande irritação da opinião contra todos os responsáveis pela situação presente.⁹ Indicado como eu tinha sido por vários matizes da opinião, exigiam a minha lealdade, o meu feitio e os altos interesses do país que eu entrasse resolutamente a pregar a paz, a conciliação dos elementos políticos. Pregar a paz, a conciliação e *praticá-la*.¹⁰ Assim tenho feito. Sabia precisamente que, assim agindo, não poderia ajudar até mesmo a uma grande corrente de opinião, respeitável por todos os títulos, corrente de opinião que entendia que melhores processos para o momento seriam os de *ferro em brasa*...¹¹ É possível que, sob certos pontos de vista, tenha razão essa corrente de opinião; mas, a mim, não cabia agir senão como vou agindo, isto pelas razões já ditas. Felizmente, já se vai convencendo de que, se ao atual presidente da República faltam algumas das qualidades exigidas, não lhe faltam, porém, moralidade intransigente, superioridade de intuítos, grande desejo de acertar e,

9 Como Rodrigues Alves (vide acima), Venceslau fazia também, aqui, velada referência à delicada situação de Pinheiro Machado, para-raio dos ódios.

10 Sublinhado no original.

11 Idem.

ainda, firme energia para não se submeter a ninguém, para só atender às injunções da lei, da justiça, da razão. Ainda agora, neste delicado momento de reconhecimento de poderes, em que é, desgraçadamente, impossível aos políticos bem intencionados tudo o que ditam a verdade e os bons princípios, se é certo que não tenho intervindo [sic] não o é menos que não me tenho desinteressado do assunto, para que se estabeleçam normas uniformemente reguladoras dos casos debatidos; para que não prevaleça senão o pensamento da verdade eleitoral e nunca o espírito de partidarismo estreito, de predomínio de facções, de hegemonias regionais. Tanto quanto é possível obter-se algum resultado favorável a estes princípios no meio da confusão, de um turbilhão de atas, duplicatas e triplicatas, obteve-se até aqui. E quem quer que estude detida e serenamente os resultados obtidos, há de reconhecer que muito se fez em face dos dois últimos reconhecimentos de poderes. É bem claro que os espíritos superiores, especialmente os que nunca se viram presos às dificuldades de reconhecimento de poderes, queriam muito mais do que esses resultados. Os reconhecimentos de poderes vão seguindo sua marcha; agora, porém, no plenário, as dificuldades crescerão, porque cada reconhecimento se poderá tornar um caso político.

Interessar-me-ei vivamente para que os trabalhos cheguem a bom termo, sem abalos, nem cisão, que seria inconvenientíssima, especialmente neste momento tormentoso da vida nacional.

Chego, agora, ao segundo ponto desta carta. Pelo Dr. Antônio Carlos, fui cientificado de que o nosso amigo Dr. Cincinato Braga estava impressionado e descontente com a marcha dos acontecimentos políticos e, até mesmo, resolvido a opinar pelo isolamento de São Paulo na política federal, tendo afirmado, mesmo, ao Dr. Antônio Carlos, que entendia que a bancada paulista não devia aceitar comissão alguma, continuando, não obstante, a apoiar o governo. Acrescentou o Dr. Cincinato que ia escrever, nesse sentido,

ao amigo. Ignoro as razões que deve ter o Dr. Cincinato para assim pensar; devo crer, mesmo, que ele as tem e de valor; mas peço licença ao prezado amigo para ponderar que, ainda que elas fossem procedentes, teria tal isolamento de um grande Estado, como o de São Paulo, grave repercussão dentro e fora do país, exatamente neste momento em que precisamos demonstrar ao mundo que a política brasileira é um verdadeiro bloco, dominado pelo pensamento de fazer a restauração financeira do país. Como é e sempre foi meu ardente anelo que a política paulista receba de meu governo as melhores provas de solidariedade, de afetuosa estima e de grande consideração, já pelo alto valor do presidente do Estado, e dos diretores da Comissão Central, já pela importância do opulento Estado, desejaria saber se tem havido, da parte da administração federal, qualquer ato ou movimento que tenha concorrido para desgostar a política paulista.

Confiando no seu elevado critério, no seu acendrado patriotismo, estou convencido de que tomará em consideração estas minhas ponderações, feitas na intimidade de velho Amigo¹² e de brasileiro que só tem um fito: cumprir o seu dever em um posto de verdadeiros sacrifícios.

Pedindo desculpas pelo tempo roubado às suas múltiplas ocupações, subscrevo-me com a melhor estima.

Colega e amigo muito afetuoso – V. Brás.”

Esse documento, tecido de prudência, modéstia, dignidade e agudo senso do real, não podia deixar de impressionar, desde logo, ao seu destinatário, caráter portador de virtudes semelhantes. Vejamos como, no desdobramento do episódio, Rodrigues Alves contém o árdego Cincinato Braga, o qual, diga-se de passagem, ressentiu-se tanto com o freio imposto ao seu cavalo de batalha, que viria a entrar, em breve, em nova dissidência do PRP.

12 Não devemos esquecer que Venceslau foi, em certo momento, líder de Rodrigues Alves na Câmara dos Deputados.

No dia 6, o presidente paulista respondeu ao presidente da República. Sua resposta é, tanto quanto a carta recebida, prudente e hábil. Agradece as gentilezas de Venceslau, solidariza-se com as suas dificuldades, estimula-o com a sua própria e dramática experiência de antigo governante.

Quanto ao problema dos reconhecimentos, especialmente no caso de Alagoas, reconhece, com franqueza, que a razão estava com Cincinato: “Representando uma grande bancada, sinceramente amiga do governo, qualquer ato que possa ter a aparência de uma desconsideração choca e melindra”. Conclui assegurando que São Paulo não tinha do governo federal “queixas de qualquer natureza”.

Se assim defendia o seu líder diante do presidente, dava ao mesmo líder instruções expressas e diretas para moderar os seus arroubos.

De posse da carta de Venceslau, logo no dia do seu recebimento (5 de maio), Rodrigues Alves providenciou, no sentido moderador.

Em primeiro lugar, telegrafou a Cincinato, dando resumo da carta recebida, e instruindo-o, sem alternativas, sobre como agir.

“Parece que é preciso procurar o presidente e conversar com ele como amigos sobre o caso de Alagoas e assunto carta. O isolamento de São Paulo terá mau efeito, e será explorada contra nós qualquer divergência neste momento. Dar-nos-ão naturalmente lugares nas comissões, e você, ouvindo a bancada, fará as indicações respectivas.”

O chefe mandava, o subordinado obedecia ou se retirava.

Na carta, também do dia 5, Rodrigues Alves desenvolvia seu pensamento.

Insistia em que o isolamento paulista “seria de péssimo efeito para a política geral”... Reconhecia que Antônio Carlos, “apesar dos seus dotes de inteligência”, não tinha o tato necessário às funções que exercia, mas era preciso ir suportando, por conveniências de ordem geral, “esses deslizos que devem ser atribuídos antes à inexperiência do homem político do que ao propósito de diminuir o valor da nossa colaboração”. Terminava dando a Cincinato toda autoridade para decidir dos casos concretos e exortando-o a ter paciência.

No dia 8, Cincinato respondeu a Rodrigues Alves. Explicava sua posição e aceitava as instruções:

“Parece que a nossa atitude de afastamento incomodou realmente ao Venceslau. Na conferência que com ele por último tive [...] repetiu ele o que em carta havia lhe dito: estava pela efetiva colaboração de São Paulo nas comissões.”

Cincinato prosseguiu, explicando que emitia esta opinião a Antônio Carlos em caráter pessoal, mas nunca como deliberação do governo paulista. As razões que o moviam eram as do reconhecimento aos amigos que haviam acompanhado São Paulo, em 1910, na campanha civilista, muitos dos quais estavam sendo agora aniquilados pelo PRC, com a transigência do governo federal. Daí sua preferência pelo afastamento, a fim de que os paulistas não tomassem parte em tais manobras. Para Cincinato, a traição do governo paulista aos que se haviam sacrificado em 1909-1910, punha aquele próprio governo em risco diante da opinião, contra a qual ele não podia ter “a arma do estado de sítio”.

Mas acabava declarando que ia indicar os membros paulistas para a mesa e as comissões, conforme as oportunidades surgidas. E consulta o chefe sobre as várias soluções alternativas. O D. Quixote travestia-se agora de Sancho Pança.

Solícito e agradecido, Rodrigues Alves voltou a escrever a 10 de maio, elogiando a ação do correligionário e desejando-lhe os melhores sucessos.

Ficava assegurado o apoio paulista ao governo federal (cuja retirada só podia interessar aos inimigos de ambos) e confirmado ainda mais o prestígio de Rodrigues Alves junto a Venceslau, o que muito valeu para o futuro. E, para os leitores de História, fica também demonstrado o alto grau de sabedoria e desprendimento dos homens da tão mal julgada Primeira República.

.....

Capítulo Terceiro

POLÍTICA, SEMPRE POLÍTICA...

O

ano de 1915 ia ser marcado, tanto para o governo federal como para o de São Paulo, por uma série de importantes acontecimentos políticos.

Aquele que culminou entre todos, “estalou como um raio em céu de abril” (para usar a expressão de um orador a propósito da morte de João Pinheiro) foi, sem dúvida, o assassinio do Senador Pinheiro Machado. Em tempo oportuno nos deteremos sobre este fato, que mudou os rumos da história propiciando nova acomodação de forças que vieram desaguar na candidatura de Rodrigues Alves a uma segunda presidência da República, candidatura que seria certamente inviável, caso estivesse vivo o grande líder gaúcho. Mas outros fatos, por menos dramáticos, não devem ser esquecidos, como a tentativa de intervenção no Estado do Rio, na qual vieram defrontar-se, outra vez, o governo federal e o PRC; as repercussões econômico-financeiras da guerra européia; o frustrado ensaio de revisão constitucional, encorajado por Venceslau e derrotado por Rodrigues Alves; e, finalmente, no encerramento do

agitado ano, a revolução dos sargentos, com suas inegáveis e ainda hoje obscuras ligações no meio dos trabalhadores civis, o que lhe deu indubitável caráter de movimento social.

Reinstalado na presidência paulista, Rodrigues Alves, em consonância com o seu duro temperamento político, e com o seu hábito antigo de ajustar contas com quem o desgostara ou lhe fizera mal, toma notas ferinas sobre figuras do tempo, algumas, inclusive, a ele ligadas desde a mocidade. Veja-se, por exemplo, a acrimônia destes reparos sobre Antônio Prado, escritos no início de 1915:

“Depois de um retraimento completo quanto a negócios políticos, começou o Dr. Antônio Prado a se mostrar simpático ao governo do Marechal Hermes e do General Pinheiro Machado. Ao ser decretado o estado de sítio, fomos todos surpreendidos com o seguinte telegrama ao marechal:

‘Político sem ligações partidárias e, portanto, sem aspirações pessoais de qualquer natureza, mas acostumado de longa data a assumir na política posições claras e definidas, cumpre-me afirmar minha solidariedade com o governo de V. Ex^a, nas providências tomadas para assegurar a paz e a defesa das instituições. São Paulo não assiste indiferente aos males que afligem o país neste momento; posso assegurar a V. Ex^a que, nas atuais circunstâncias, assim como em outras iguais, suas classes conservadoras estarão sempre ao lado do governo constituído’ (A *Época*, de 2 de novembro de 1914).

Meses depois, vindo da Europa, por causa da guerra contra a Alemanha e Áustria, de passagem pelo Rio, deu *interview* aos jornais, declarando que *ia voltar à atividade política*,¹ para prestigiar o chefe do PRC, fazendo-lhe grandes elogios. Chegando a São Paulo e observando a má impressão que causaram as suas palavras, e vendo que a atitude que anunciara não poderia medrar, recolheu-se, ou antes, não se animou a dar um passo sequer que demonstrasse a sua resolução, provocando, entretanto, a risota dos homens políticos que, a meia voz, diziam que as suas palavras e promessa de voltar à

1 Sublinhado no original.

atividade não eram senão devidas à pressão dos negócios a que, ultimamente, se tem dedicado. Nada lhe tendo dado a política em posições, tentou agora explorá-la para as empresas e para os empréstimos. Precisava ganhar dinheiro para reconstruir ou consolidar a sua fortuna. Esta era a voz geral, murmurada em segredo.”

Outro de quem se queixa, este muito mais moço e não seu amigo propriamente, era Cincinato Braga.

O deputado paulista era homem competente e atuante, mas precipitado e com atitudes discutíveis, tanto na vida pública como na particular. Cingindo-nos somente à vida pública, lembraremos a sua estranha declaração de que o melhor remédio para a seca do Nordeste era a transferência da população para regiões não sujeitas ao flagelo climático. Esta opinião do representante paulista provocou enorme e justa sensação nos Estados interessados, com as repercussões contrárias a São Paulo que se pode imaginar.²

Contou-nos Rodrigues Alves Filho que Cincinato atribuía tal valor aos seus próprios trabalhos na Comissão de Finanças (a que fora levado por Rodrigues Alves, sem perda da condição de líder da bancada) que, certa vez, estando a ler um maçudo parecer, e vendo que o líder federal Antônio Carlos mostrava-se desatento, interrompeu o catatau e, em alta voz, pôs-se a protestar contra a desconsideração que o Andrada demonstrava em relação a São Paulo. Antônio Carlos procedeu como devia, apresentou escusas, sorrindo, e justificou a conversa com o vizinho alegando motivo urgente (o que, na verdade, não passava de caceteação).

Cincinato não se conformou com a obediência que teve de prestar a Rodrigues Alves, nos casos já narrados de reconhecimentos de poderes, e, em 1915, participou de uma nova dissidência dentro do PRP, se é que não a inspirou e promoveu. Era a segunda cisão que os adversários de Rodrigues Alves tentavam abrir no glorioso partido, fundador da República, a contar da de 1901, chefiada por Prudente de Moraes. Mas, como a anterior, a dissidência de 1915-1916 (contando, como a outra, com o jornal *O Estado de S. Paulo*) não impediu nem a eleição de Altino

2 Ainda agora (1971) o Professor Vamireh Chacon, da Universidade de Pernambuco, em conversa com o Autor, aludiu com evidente mágoa ao nome de Cincinato Braga.

Arantes, para o governo do Estado, em 1916, nem a de Rodrigues Alves, para a da República, em 1918.

Depois de deixar o governo é que Rodrigues Alves recorda o acontecimento ocorrido no ano de 1915:

“Quando se deu a segunda dissidência em São Paulo, em 1915, na minha terceira presidência, o Cincinato, que foi a alma do movimento, reunidos os deputados no Rio, disse-lhes que precisava orientá-los sobre o que se havia passado e, referindo-se ao seu grupo, falava deste modo:

‘Nós que nunca andamos na rabadilha do partido, nós que somos o cérebro do partido, não podíamos aceitar o papel que nos queriam dar.’ Ouvei do Valois (deputado) por duas vezes, sendo a última a 29 de março de 1916, no Palácio da Cidade, em São Paulo, na presença do Cândido Rodrigues.”³

A amargura de Cincinato derivava também, com toda probabilidade, da segurança, que já então teria, de não ser o sucessor de Rodrigues Alves na presidência de São Paulo. O homem de prestígio no secretariado, o político novo, que vinha se impondo, era Altino Arantes. Cincinato consumou seu afastamento, no mês de dezembro de 1915, com um discurso que provocou vivos comentários, no qual proclamou a falência do sistema presidencial e teceu loas ao parlamentarismo do Império.

Assim como se queixava dos desafetos, o presidente elogiava os amigos, ressaltando os que lhe enalteciam a sua obra de estadista.

Quando, em 27 de abril, o chanceler Lauro Müller passou por São Paulo, a caminho do rio da Prata, acompanhado por luzida comitiva, Rodrigues Alves recebeu-o com todas as honras. No almoço que lhe ofereceu no Palácio dos Campos Elísios, discursou saudando-o, “lembrando com orgulho a sua colaboração no meu governo, agradecendo os serviços que tem prestado ao Estado com relação ao café depositado em mercados no exterior e fazendo votos de boa viagem, e para que continue a prestar ao país, que já lhe deve tanto, serviços de relevância na política internacional”.

3 Deputado Padre Valois de Castro. Cândido Rodrigues, que muito influenciou no Convênio de Taubaté, foi vice-presidente de Altino Arantes.

Ao resumir a resposta de Lauro, Rodrigues Alves, não sem vaidade, transcreve, entre aspas, este trecho:

“Tenho a honra, para mim muito grande, de saudar o Estado de São Paulo na pessoa do Presidente Rodrigues Alves, brasileiro sem maior entre os brasileiros vivos.”

Essa expressão só era empregada, usualmente, para Rui Barbosa. Mas é improvável que Rodrigues Alves, ao anotar cuidadosamente a frase de Lauro, estivesse pensando no seu colega de Academia, tantas vezes generoso e tantas vezes injusto para com ele.

Pouco antes de Lauro, outro ministro e amigo a quem queria e respeitava, Pandiá Calógeras, passara por São Paulo, rumo a Mato Grosso. Mas Rodrigues Alves não pôde homenageá-lo, como desejava, porque o ilustre deputado mineiro, na sua linha invariável de discrição e modéstia, tinha “feito anunciar o seu propósito de não receber manifestações”.

Outros governadores e parlamentares, bem como personalidades estrangeiras, visitaram também o velho presidente naquele ano, em que o futuro parecia se reabrir diante dele. São Paulo voltava a ser a Meca da política nacional.

.....

Livro XIII

Capítulo Primeiro

MORTE DE PINHEIRO MACHADO

O

assassínio de Pinheiro Machado a 8 de setembro de 1915, na entrada do Hotel dos Estrangeiros (onde ia cumprir sua última missão política, uma visita a Rubião Júnior, líder paulista e amigo de Rodrigues Alves), não foi apenas o fato brutal que se deu e emocionou profundamente o sentimento do povo.¹

A morte de Pinheiro constituiu acontecimento histórico capital na vida da República, mudando-lhe, sem dúvida alguma, os rumos imediatos. A ela deve ser associada, historicamente, a morte de Rodrigues Alves.

Pode-se dizer que, depois da queda do Império, certos episódios pessoais revelaram-se de uma importância geral que os colocou no acervo dos personagens protagonistas. Nesse sentido, o assassinio de Pinheiro, o

¹ Pinheiro, como é sabido, estava sempre em guarda contra um eventual assassino. Sua bengala escondia um sólido florete de aço.

falecimento de Rodrigues Alves, o suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros, foram acontecimentos cujas repercussões se ampliaram e aprofundaram muito além e muito mais do que a decorrência normal dos mesmos fatos, considerados isoladamente, em relação aos seus protagonistas.

O desaparecimento de Pinheiro tornou possível a concentração conservadora e civilista com a aliança revivida entre Minas e São Paulo, na íntima cooperação dos governos federal (Venceslau) e paulista (Rodrigues Alves de 1915 a 1918) e, em seguida, na oficialização da mesma aliança com a chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira.

Com Pinheiro, desaparecera a força de dispersão representada, desde o princípio da República, pelos resíduos do comitismo castilhistas e do florianismo.

Com efeito, Pinheiro, pelo seu próprio feitio absorvente, não havia deixado sucessor que pudesse representar aquelas correntes no cenário federal.

Altino Arantes, presidente de São Paulo, e Artur Bernardes, presidente de Minas, não tinham experiência nem autoridade para serem, morto Rodrigues Alves, os guardiões daquela espécie de poder moderador republicano.

A era dos presidentes fortes (Epitácio, Bernardes, Washington) foi também a era da República fraca. Forte era a República quando os presidentes costumavam ser chamados fracos, e aceitavam as derrotas políticas. O exemplo conspícuo desses presidentes tolerantes, que fortaleceram a República, chamou-se Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Por mais adversários que tivessem sido a vida inteira, Pinheiro Machado e Rodrigues Alves estiveram sempre unidos na defesa da República, representada pela Constituição de 24 de fevereiro. Neste ponto, nenhum dos dois jamais admitiu transigências, e se não se fez, em 1916, a reforma da Constituição de 1891, que Venceslau desejava, foi menos por causa de Pinheiro e do seu PRC do que pela oposição pública de Rodrigues Alves e do seu governo de São Paulo.

Desde os primeiros meses de 1915, começaram a surgir severas ameaças contra a vida de Pinheiro Machado, que as enfrentava com cavalheiresco desdém. Já sem forças para impor sua vontade, o candidato procebia como se ainda de las dispusesse.

A tentativa de intervenção no Estado do Rio, para entronizar no Palácio do Ingá o seu pupilo Feliciano Sodré, contra o presidente eleito Nilo Peçanha (seu aliado em 1909, quando o Bloco do mineira, mas libertado, pela eleição de Venceslau, dos velhos grillhões), fora uma manobra habilmente conduzida, mas que fracassou pela firmeza do Supremo Tribunal e da maioria do Congresso.² Pinheiro dominara o Senado, como sempre, mas fora rechaçada pela Câmara e pelo Supremo Tribunal.

Rodrigues Alves, reproduzindo uma conversa que tivera sobre o assunto com o líder Cincinato Braga, elogiou a resistência que Venceslau havia demonstrado no assunto e concordou com o sinistro presságio sobre Pinheiro, que seu interlocutor exprimira, repetindo conhecido brocardo latino: “Deus enlouquece primeiro aquele que vai perder.”

A *démarche* tentada por Pinheiro junto a Venceslau, segundo Cincinato narrou a Rodrigues Alves, era, na verdade, insensata. Tratava-se de fazer, pelos seus deputados (que eram minoria), um abaixo-assinado, no qual declaravam que votariam pela intervenção contra o acórdão do Supremo. O Senador Azeredo, eterno comparsa de tais entremeses, foi o portador do estranho alvitre a Venceslau, que, naturalmente, o repeleu, alegando que o Estado do Rio estava em calma e nada justificava a intervenção.

Não fosse esta a dúvida, segundo declarou Azeredo tranquilamente ao presidente. Os amigos de Pinheiro (partidários de Sodré) provocariam a agitação necessária para justificar a intervenção federal.³ Venceslau cumpriu rigorosamente o que avançara a Cincinato. No dia 31 de dezembro, Feliciano Sodré, apoiado por Pinheiro, tomou posse do governo estadual. No mesmo dia, o presidente da República enviou força federal às ordens do Juiz Otávio Kelly, para garantir Nilo, e convocou o Congresso extraordinariamente. O Senado obedeceu a Pinheiro, mas a Câmara repeleu a intervenção, com brilhante parecer de Melo Franco.⁴

De uma carta de Cincinato, datada de 16 de janeiro, depreende-se que Venceslau Brás, temeroso de um rompimento aberto com o

2 Em *Um estadista da República* estudei pormenorizadamente esse caso, pelo destacado papel que nele teve o Deputado Melo Franco.

3 Ibid.

4 Ibid.

PRC, ainda tentou um acordo político, cujo conteúdo não fica bem esclarecido no documento.

Nilo chegou a concordar, em conferência que teve com Cincinato, no Palácio do Ingá, exigindo apenas a anuência de Rui Barbosa. Amigos de Nilo, como Raul Fernandes e Macedo Soares (é sempre Cincinato quem conta), também se mostraram favoráveis. Parece que o acordo se basearia numa lei do Congresso, autorizando Venceslau a nomear um interventor, e este seria Leopoldo de Bulhões, amigo de Rodrigues Alves. O próprio Venceslau não se mostrou infenso, desde que o Congresso assim o decidisse. Só não faria em posar So dré, contra a ordem do Supremo Tribunal. Mas Rui Barbosa, que chegara a aceitar a combinação, repudiou-a dois dias depois, levando Nilo Peçanha, por sua vez, a dar o dito por não dito ao hesitante Venceslau, que parecia aceitar qualquer solução pacificadora.

O Marechal Hermes, em 1914, tinha cumprido do cilmente as ordens de Pinheiro para derrubar Nilo. O Presidente Venceslau, em 1915, estava disposto a cumprir a Constituição. Era, mesmo, a sua única disposição firme. Politicamente, hesitava.⁵

O caso do Estado do Rio foi um verdadeiro escândalo político, a juntar-se aos vários outros que, no governo Hermes, pesaram sobre a cabeça do mável de Pinheiro Machado.

Entre eles, as ameaças sobre São Paulo colocaram os paulistas em tremenda oposição ao caudilho. A batalha dos reconhecimentos, em 1915, na qual Pinheiro enfrentou resolutamente a lei e o governo, foi outro perigoso foco de ressentimentos contra a sua liderança.

A tal respeito é indispensável recordar os terríveis discursos de Barbosa Lima, proferidos na Câmara contra o senador gaúcho, nas sessões de 12, 15 e 19 de julho. Já vimos que, ameaça do depulso do palácio da Cadeia Velha, o representante carioca investira como uma fera (este era o seu apelido) contra o seu perseguidor.

5 Em outubro de 1948, meu irmão Virgílio e eu fomos hóspedes do Presidente Venceslau, na sua casa de Itajubá. Nas saudosas palestras que ali tivemos, o velho mineiro relatou-nos, com lúcida memória, o caso do Estado do Rio.

Neles, comparou Pinheiro aos imperadores tirânicos que impunham a submissão vergastados por Tácito (*solitudinem factunt, pacem appellant*); disse que o pinheirismo era “o adul té rio” da República; era “a diátese nefanda que se apoderou da coletividade brasileira [...] prostituindo-lhe, pelo pavor, o melhor das suas aspirações tradicionais”; afirmou que não analisava um homem, mas “estudava uma praga política” que “expunha a Re pú bli ca [...] à ver go nha em que ela se deba tia”. (Discurso de 12 de julho.) E vai num crescendo assustador. Opinou que Pinheiro era a corrupção sinistra do florianismo e do castilhismo; era “a bancarrota, a falência fraudulenta, sem igual na história dos honradíssimos costumes da coletividade brasileira”, e mais, “alguma coisa de torpemente vergonhoso”, acrescentando que os seus processos de enriquecer os amigos eram “o mais atrevido desafio às impaciências populares pela cólera de imensa maioria da nação faminta”. (Discurso de 15 de ju lho.)

Na última daquelas catilinárias brasileiras (verdadeiras catilinárias, pois, como as do grande orador romano, devem ter contribuído para o sa cri fí cio do nosso Ca til i na),⁶ a tô ni ca é o ri dí cu lo. Iro ni za o po si tivismo e o constitucionalismo gaúchos, “em que o Sr. Bor ges de Medeiros é Alá e o Sr. Pi nhe i ro Ma cha do, Ma o mé, o seu pro fe ta”. Imi tan do fra ses de Rui, ele que fora deputado pelo Rio Grande do Sul, fala na “fralda obscena da rascoa de quinto an dar que é a *Federação*” (jor nal do Par ti do Republicano rio-grandense). Quase ao termo da última “pinheirinária”, *Barbosa Fera*⁷ vol ta às suas re mi nis cên ci as clás si cas, ao com pa rar a épo ca do domínio de Pinheiro e Hermes “aos desvarios inomináveis de Calígula e Cômodo [...], à patetice imbecil de Cláudio, tão bem retratada nas páginas de Suetônio e Tácito”. O velho leão republicanodeviasentir-se um novo Cí ce ro, ver gas tan do o ini mi go da pá tria.

Orações parlamentares desse tipo (e quem escreve estas linhas teve delas uma dramática experiência pessoal em 1954) vão muito

6 Ao escrever esta frase, ocorre-me que talvez Barbosa Lima estivesse imitando, conscientemente, Cícero, nos seus discursos contra Pinheiro Machado.

7 O apelido pegou. Foi dado a Barbosa Lima por ter-se conservado de chapéu na cabeça, no recinto do Senado, no dia do reconhecimento de Hermes da Fonseca como presidente da República. Partiu de um popular, das galerias.

além dos ecos tribunícios. Provocam conseqüências que, no Direito, se chamam muijustamente preterintencionais.

As “pinheirinárias” de Barbosa Lima devem ter contribuído para o adensamento dos ódios ao chefe Pinheiro, que acabaram pondo na mão do si cá rio meio in cons ci en te o pu nhal que rom pe u, com a aor ta da ví ti ma, todo o pro ces so po lí ti co do tem po.

O Deputado pinheirista Floriano de Brito, em discurso alarmado e pro fé ti co, anun ci ou à Câ ma ra a cons pi ra ção que me dra va na sombra contra a vida do seu chefe. E este próprio, na célebre “Carta de Bronze” previu, com admirável bravura, a figura sinistra do sicário que o aguar da va na som bra.⁸

Muito estranha, dada a agudeza política de Rodrigues Alves, foi a pouca importância que, pelo menos nos seus papéis, atribuiu ao drama do Hotel dos Estrangeiros. Nem lhe pareceu ocorrer (a não ser que ocultasse de indústria o pensamento) que aquela morte era a oportu ni da de qua se cer ta, que se lhe abria, da vol ta ao Pa lá cio do Ca te te. Tão estranha é a sua reserva que a hipótese não parece gratuita. Prudente e experimentado, devia lembrar-se de que, durante toda a sua vida ascensional, os postos lhe chegavam sempre às mãos porque sabia dosar ambição com desprendimento. Criava as condições para ser procurado; não procurava. Talvez fos sem essa téc ni ca e essa es pe ran ça que o levaram a mi ni mi zar fa to da gra vi da de da mor te do Se na dor Pi nhe iro Ma cha do.

A única manifestação escrita que encontramos no seu arquivo, em tom de significativaindiferença, é a carta dirigida à filha mais velha, no dia 18 de setembro.

“Catita,

Todos vão bem. Depois de uns dias muito quentes o tempo mostra-se escuro e chuvoso. Tem havido muita falta d’água na cidade. Está aqui o Juquinha. O Oscar foi fazer uma excursão com o Altino e outros. Deve voltar na segunda-feira. Já se fala pouco na morte do Pinheiro. Tudo

8 A morte de Pinheiro foi largamente tratada em *Um estadista da República*. Não vamos repetir aqui. Quanto à “Carta de Bronze”, reportamo-nos ao livro de Costa Porto sobre Pinheiro Machado.

no mundo é assim. Nota-se mesmo que os jornais daí estão se mostrando mais calmos. Nhá Mina escreveu hoje a uma das meninas, muito contente porque você e D. Rosinha vão visitá-la.”

E vai o resto no mesmo tom...

Não varia muito das outras cartas em que, desde o mês de janeiro, quando do seu retorno ao governo, dava notícias miúdas sobre a própria saúde, sobre os amigos que vinham visitá-lo, o tempo que fazia, o curso na Avenida Paulista e as noites de gala de companhia estrangeirano Teatro Municipal.

Já outra foi sua atitude quando lhe morreu o velho amigo Rubião Júnior, companheiro indefectível nas derrotas e vitórias, dentro do PRP.

Rubião, a pessoa que Pinheiro ia visitar no Hotel dos Estrangeiros na tarde em que foi assassinado, morreu menos de dois meses depois, em São Paulo. Veja-se a diferença das expressões de Rodrigues Alves, em carta à filha, de 9 de novembro:

“Catita,

Todos vão sem novidade. Com a morte do Rubião tanto me impressionei que tive de me recolher por uns dois ou três dias, mais como medida de repouso do que por necessidade de tratamento.”

Nessa carta dava mais importância à morte do querido amigo e sucessores colhido do que à trajetória da própria sucessão ao governo federal, já então em franco andamento. Era mais uma manifestação do seu gênio; um político duro, frio, realista; nas relações pessoais, fácil, afetuoso, não raro ter no.



*A morte de Pinheiro Machado abalou o país e o seu enterro foi dos mais concorridos
Caxeta. Coleção Plínio Dente*

.....

Capítulo Segundo

REFORMA CONSTITUCIONAL

A eleição de Venceslau Brás e a consolidação da aliança conservadora mineiro-paulista tinham sido soluções jurídico-políticas que puderam amainar a crise institucional que terminou o governo Hermes.

Os problemas mais profundos, que eram os econômicos e sociais, não se manifestavam por meio de formulações partidárias nem ideológicas, de maneira a se tornarem um componente da vida da sociedade brasileira.

Havia já, sem dúvida, e isto desde o Império, pe que nos grupos de intelectuais, que conheciam e esposavam doutrinas socialistas conscientemente. Havia, por outro lado, líderes trabalhadores, quase sempre de origem italiana, espanhola ou portuguesa, que conduziram os companheiros na linha das reivindicações de classe, e até da revolução social, sob a influência anarquista. Em outros casos, os movimentos originariamente políticos e nacionais tomaram evidente coloração social. Os exemplos poderiam ser lembrados em número relativamente grande, desde os tumultos da Regência, sufocados por Feijó, até a revolução da

vacina, ven ci da por Ro dri gues Alves, a qual pos su iu in dis cu tí vel ala so cialista li de ra da por Vi cen te de Sousa.

A po lí ti ca, até a pri me i ra guer ra mun di al, só ti nha cons ciência das rivalidades pessoais, das competições entre oligarquias estaduais, do mandonismo nos municípios. A maior expressão intelectual da mentalidade política do tempo, Rui Barbosa, só se apercebeu, e isto mesmo de maneira muito superficial, da influência do pensamento socialista, depois da guerra, quando da sua campanha presidencial contra Epitácio Pessoa.

Dessa forma, os problemas que diziam respeito às repercussões que as dificuldades econômicas impunham à vida do povo, eram tratados sem percepção dos seus aspectos mais profundos; e sim com os recursos habituais do jogo das influências pessoais e regionais.

Movimentos sociais do tipo popular, como as greves ou mesmo certos atentados anarquistas, não infundiam muito receio aos governantes. Outra coisa eram os movimentos militares, também de tipo social, que eclodiam nos níveis mais baixos das classes armadas, por que, aí, o ad ver sá rio im pu nha o te mor das ar mas.

A revolta dos marinheiros de João Cândido intimidou o governo e o Congresso, levando-os à capitulação da anistia, apesar dos crimes bárbaros cometidos contra os oficiais.

A repressão de outro motim, levada aos extremos cruéis ocorridos a bordo do navio *Satélite* (sempre no governo Hermes), foi o reverso da medalha do medo. O excesso da violência repressiva denotava tanto medo quanto o excesso de transi gên cia an te ri or.

A ele i ção de Ven ces lau Brás, como so lu ção de cú pu la – solução jurídico-política – não considerou os problemas de ordem social, tampouco po de ria eli mi nar as suas cau sas de ter mi nan tes.

Por de bai xo da or dem a pa ren te, fer men ta va a vi o lên cia pro funda. O assassinio de Pinheiro Machado tinha sido, até certo ponto, uma conseqüência disso. Era um ho mem de eli te, o que mor ria, e as ra zões da sua morte pareciam todas ligadas ao processo político das elites. Mas os motivos que armaram o braço inconsciente de Manso de Paiva não eram aque les em que ele pró prio acre di ta va. O as sas si no meio idi o ta

agia também sob o impulso de frustrações, ódios e ressentimentos de classe, disfarçados ou mascarados pelos discursos e pelos artigos dos doutores.

Foi mais uma manifestação desse tipo a que ocorreu, em fins de 1915, com a chamada “revolta dos sargentos”.

Homem de sua classe, Rodrigues Alves não entendeu o sentido real daquele movimento, o seu sentido social. Viu nele, como toda gente, apenas um problema de ordem e disciplina. Eis como se referiu ao fato:

“Os jornais do Rio, de 19 de dezembro de 1915, dão notícia de haver sido descoberto, antes da explosão, um movimento de sargentos contra o governo e os oficiais da guarnição. O Deputado Maurício de Lacerda havia apresentado um projeto que dava grandes vantagens aos sargentos, e o pretexto para o movimento era a impugnação que sofria o projeto, por parte dos oficiais e civis. A administração da guerra e o governo foram informados em tempo e o movimento abortou. Muitos sargentos foram presos, cerca de 100, segundo alguns jornais. Uma véspera do *Jornal do Comércio*, de 20, condenando a agitação e louvando a ação pronta do governo e classes armadas, dá a entender que há civis envolvidos no caso. O inquérito, a que se está procedendo, porá tudo a descoberto. Parece que a anarquia cá minha. Boatos: – alguns jornais querem ligar o movimento dos sargentos à agitação preparada em favor do General Dantas Barreto, que deve chegar ao Rio em princípios de janeiro e *O País* de 26 de dezembro publicou um suelto dizendo que consta que o Cincinato vai promover aquela agitação e, a propósito, faz considerações muito procedentes sobre a irregularidade dessa atitude e suas ligações com os interesses da dissidência paulista. Quando se deu a nova cisão¹ constou que o Buéno de Andradá² dizia no Rio que o Dantas seria a salvação

1 Como ficou dito, Cincinato entrara na dissidência de 1915.

2 Deputado federal por São Paulo.

e com ele estava. A linguagem d'*O Estado de S. Paulo*³ dá a entender a mesma coisa, e ao Valois disse, há dias, o Cincinnati que estaria com o Dantas. Tudo faz crer que a gente da dissidência está na agitação e conta com ela, ou qualquer outra, para seus finseinteresses pessoais. Tristíssimo.”

Havia em São Paulo, como relatava o Conselheiro, uma nova dissidência. Era, de fato, a quarta, se bem que ele aludisse a ela como sendo a segunda. Na verdade, entre a dissidência de 1901-1902 e a de 1915-1916, houve a corrente paulista que se uniu ao Bloco, em 1905, para derrotar Rodrigues Alves, e o conseguiram com a candidatura Pena. Foi, pelo menos, uma meia dissidência. Em 1910, os paulistas também se dividiram entre os que apoiavam maciçamente Rui Barbosa e o pe que no grupo hermisista, fiel ao PRC de Pinheiro Machado.

Mas, desta vez, faltava um Pinheiro Machado, que pudesse coordenar politicamente a conspiração; faltava um Rio Branco, que pudesse disfarçá-la e prestigiá-la nacionalmente. Além disso, o governo Venceslau estava no início, e não no fim, como os governos Rodrigues Alves em 1905, ou Nilo Peçanha em 1909.

A revolução fracassada dos sarquentos, em 1915, ainda não foi bem estudada. Mas alguns fatos conhecidos mostram as suas ramificações sociais.

Abguar Bastos, por exemplo, no seu livro *Prestes e a revolução social* escreveu o seguinte:

“Em 1915, na conspiração contra o Governo Venceslau Brás, empregados da Light e estivadores apareciam comprometidos no movimento.”

Depois de descoberto e denunciado este, grande foi a emoção no Congresso. Cincinnati Braga discursou do bran do a fina dos sob o presidencialismo e a própria República. Mas Barbosa Lima, que não tinha as razões estaduais do paulista para colocar-se contra a situação, falou em defesa da ordem em um dos seus raros momentos de condescendência

3 O *Estado* também estava na dissidência. Combatia a indicação de Altino para presidente de São Paulo.

com o poder. No discurso de 31 de dezembro, o velho republicano defendeu não só a República como o governo:

“Na crise de crescimento em que estamos, o momento atual se caracteriza pelo advento de elementos de probidade pessoal, de honestidade administrativa, comandando a mais salutar das reações!”

A Câmara apoiou essas afirmativas otimistas, mas o Presidente Venceslau, escarmentado pelo evento, atormentado pelas dificuldades, continuava a sentir-se inseguro.

Se o seu governo, logo no início, em contravarias ameaças, que seria dele, naquele ambiente de guerra, quando fosse declinando o período do mandato?

Os amigos de Venceslau, logo em cima da revolta dos sarzentos, nos primeiros dias de 1916, trataram de preparar um plano de prestígio e fortalecimento do governo e das instituições ameaçadas. Basicamente, o plano se desenvolveria em duas partes: uma imediata e pessoal, que seria uma demonstração de prestígio do presidente; outra, jurídica e institucional, que seria a reforma da Constituição de 1891.

Para ambas as etapas, os chefes políticos consideraram indispensável a colaboração de Rodrigues Alves, então a principal figura do cenário público brasileiro.

No dia 8 de janeiro de 1916, o presidente paulista recebeu do seu colega fluminense, Nilo Peçanha, um telegrama, pedindo-lhe que acolhesse o Deputado José Eduardo de Macedo Soares, no dia seguinte. De fato, no dia 9, o brilhante jornalista de *O Imparcial* visitou Rodrigues Alves nos Campos Elísios, e pô-lo a par do que se tratava. Nilo achava conveniente que todos os Estados da Federação, por seus governadores e presidentes, “manifestassem de modo franco, cabal e expressivo o seu apoio e solidariedade ao governo do Dr. Venceslau, agora que estava finda a conspiração dos sarzentos e conhecidos a gravidade e extensão do movimento”.

Era voz corrente nos meios políticos que fora o próprio Venceslau, por intermédio do seu íntimo amigo Senador Bernardo Monteiro, quem havia insinuado a Nilo aquela iniciativa. Faltava apenas que Rodrigues Alves concordasse, e tomasse a si a chefia ostensiva da

manifestação. Rodrigues Alves aceitou logo tudo, inclusive a idéia de se aproveitar a data de 24 de fevereiro, aniversário da Constituição, como oportunidade simbólica para que a prova de apoio à legalidade institucional.

Ao mesmo tempo em que transmitia o recado sobre o movimento de solidariedade, Macedo Soares, com discrição e cautela, aludiu ao complemento que seria a reforma constitucional. Segundo ele, os meios parlamentares estavam se ocupando do assunto, e já havia até certos pontos concretos em vista, e os mais importantes eram a eleição do presidente da República pelo Congresso, e o controle dos empréstimos externos feitos pelos Estados.

Quanto a esta segunda parte, a da reforma, Rodrigues Alves foi franco. Disse logo que não a aceitava. Na sua plataforma de candidato à presidência da República, já se declarara anti-revisionista, e o era agora com maioria de razão – observou com o costumeiro bom-senso –, porque o seu debate iria provocar novas e fatais agitações contra o governo federal, que era exatamente o que se estava procurando evitar. Macedo Soares, ao se despedir, voltou ao assunto da revisão, como para demonstrar que o apoio ao governo estava ligado a ela. Disse que a idéia de mudar a lei magna não era bem aceita em São Paulo e no Rio Grande (Borges tinha muito medo de reformas que pudessem ameaçar a sua vitalidade presidencial), mas que, no Norte, a aspiração era vitoriosa.⁴

Venceslau, que inspirara a manifestação de apoio ao seu governo, era também simpático à reforma constitucional.

Naqueles mesmos dias de janeiro, Cardoso de Almeida, vindo do Rio, onde conferenciara com o presidente, comunicou a Rodrigues Alves que o movimento progredia e que a idéia da revisão parecia agradar a Venceslau, “como meio de acalmar a opinião do Rio”.

Rodrigues Alves pediu a Cardoso de Almeida que escrevesse a Venceslau e a Delfim Moreira, presidente de Minas, pondo-os a par de suas reservas. Como demorassem as respostas, escreveu ele próprio ao presidente da República, no dia 18 de janeiro, nos seguintes termos:

4 A eleição do Presidente pelo Congresso devia atingir o prestígio dos grandes Estados, cujo eleitorado direto poderia ser submergido pela união das pequenas bancadas.

“Ex.^{mo} ami go Dr. Ven ces lau Brás.

Aceite V. Ex.^a os meus afetuosos cumprimentos. Re fe riu-me, de volta do Rio, o Dr. Cardoso de Almeida, que o meu distinto amigo o informara de uma conversa havida com o Dr. Nilo Pe ça nha, a pro pó si to da idéia de uma ma ni festação de solidariedade que, partindo dos presidentes e governadores dos Esta dos, vi es se for ta le cer a ação do pre si dente da Repú blica, recentemente ameaçada pelo caso tris tís simo dos sargentos. Tive, dias depois, por intermédio de um amigo do Dr. Nilo, plena confirmação do fato, com o aditamento, para mim muito lisonjeiro, de que se lembrara de meu nome para encaminhar a manifestação. E, como se falasse no dia 24 de fevereiro para esse efeito, talvez para auxiliar ou não comprometer qualquer iniciativa de minha par te, dis se-me o re fe ri do in ter me diá rio que se fa zia, no Rio e fora do Rio, propaganda em favor de um proje to de re vi são constitucional, ao qual parecia não serem estranhos os elementos oficiais. Não liguei grande importância à declaração, mas vejo ago ra que o mo vi men to exis te e vai to man do vulto, não só entre homens políticos muito ligados ao governo, como nos principais órgãos da imprensa dessa capital. V. Ex.^a sabe que eu não era revisionista, quando exerci o cargo de presidente da República, e, em minha plata for ma de can di da to, o de cla rei com a ma i or cla re za. As circunstâncias do país não melhoraram: são, ao contrário, mais graves, de sorte que esse movimento me colocará em situação muito desagradável. Eu continuo a pensar que, dentro da Constituição, os governos ho nes tos e são s, como o de V. Ex.^a, têm elementos que os habilitam a prestarem à Repú bli ca o má xi mo dos ser vi ços que po dem ser re cla mados de administradores zelosos e solícitos. Tem defeitos o nosso código de organização política, mas será melhor suportá-los do que nos atirmos à aventura de uma reforma, que não está preparada na opinião, que surge impre vistamente e terá de ser debatida num meio trabalhado pela desordem, indisciplina e anarquia em todos os ramos

de atividade social. A reforma virá quando estiver amadurecida e puder transitar em um meio de paz e ordem. De se jo tan to que V. Ex^a continue a governar sem tropeços que, vencendo uma grande hesitação, ousou enviar-lhe estas impressões. V. Ex^a me há de desculpar, porque a minha voz é a de um amigo que está convencido do erro ou da inoportunidade dessa agitação. Como governo, eu não consentiria que ela caminhasse, se de mim dependesse tal movimento, e me regozijarei se souber que V. Ex^a não tem nela empenhada a sua responsabilidade e há de influir, com o seu prestígio, para que se não adiante ou não se afaste do círculo de ação em que todas as propagandas são úteis e respeitáveis. Ainda uma vez peço a V. Ex^a que desculpe a quem é, com a mais alta consideração, amigo e colega – F. P. Rodrigues Alves.”

Só a idade, a autoridade, o prestígio do ex-presidente lhe davam aquela liberdade de tom para assim se dirigir ao governante no poder, seu antigo líder na Câmara dos Deputados, sobretudo porque sabia perfeitamente das simpatias de Venceslau pelo movimento, reveladas pelas declarações públicas do líder Antônio Carlos. Mas Rodrigues Alves, como sempre, não hesitava em cumprir com firmeza o que julgava ser o seu dever, em boa e com a maneira prudente e suave que costumava sempre em pregar nos momentos de ação urgente.

Venceslau não demorou em responder. Logo no dia 23, escreveu a Rodrigues Alves, de próprio punho, a seguinte carta:

“Rio, 23 de janeiro de 1916.

Ex.^{mo} Amigo Conselheiro R. Alves.

Afetuosas saudações. Recebi com muito prazer a carta de V. Ex^a. Afazeres múltiplos e urgentes determinaram a demora desta resposta.⁵ Quanto ao assunto principal de sua carta – revisão da Constituição – direi à [sic] V. Ex^a o que houve. Impressionado com a gravíssima situação financeira de alguns Estados, em treia confabular com alguns amigos – Antônio Carlos, Cardoso de Almeida e poucos outros –

5 Demora, como se vê, de cinco dias.

sobre a necessidade de providências eficazes que permitissem à União a de fe sa dos gran des in te res ses fe de ra is pre sos à [sic] tal situação. Efetivamente, era e é delicadíssima a situação daqueles Estados – Amazonas, Pará e Espírito Santo, que haviam contraído enormes empréstimos externos, dando em garantia determinados impostos estaduais e, afinal, suspenderam *pagamentos sem um acordo prévio com os seus credores!!!*⁶ Estes, naturalmente, depois da guerra, pretendiam cobrar o que lhes era devido, supondo-se com o direito, o que é natural, de arrecadar os impostos que lhes haviam sido dados em garantia ou pelo menos – quereriam fiscalizar a cobrança desses impostos.

Uma e outra coisa ofenderiam os nossos melindres, senão a nos sa pró pria so be ra nia.

Tem sido grande o meu esforço para convencer os homens de res pon sa bili da de des ses Esta dos da gra vi da de de uma tal situação e da necessidade absoluta de fortes economias; mas confesso que os resultados desse esforço têm sido insignificantes. Cheguei, mesmo, a afirmar-lhes que, se não cuidassem seriamente de prover a essas necessidades e também ao caso da sucessão presidencial desses Estados uma solução elevada, digna e capaz, que eu faria política contrária à situação dominante.

É o elemento de que posso lançar mão para chegar a algum resultado prático.

Não terminarei estas considerações preliminares sem positivar em algarismos a gravidade da situação financeira do Amazonas e do Espírito Santo. Aquele tem uma receita de seis mil e tan tos con tos e um ser vi ço de ju ros de três mil contos! Este tem uma arrecadação de três mil e seiscentos con tos e um ser vi ço de ju ros e de amor ti za ção de dois mil e quinhentos contos.

Ante uma situação desta ordem, conversei, repito, com os referidos amigos sobre a conveniência de uma providência

6 Trechos sublinhados no original.

legislativa que, para ser eficiente, talvez tivesse necessidade de tomar o caráter de modificadora da Constituição. Eram conversas íntimas, nada mais. Ao mesmo tempo fui consultado por amigos da imprensa que indagavam se eu via inconvenientes em que os jornais agitassem a questão da revisão constitucional, ao que respondi que o regime era de opinião, que a Constituição permitia a reforma e que eu não via inconvenientes em que a imprensa discutisse o problema, sendo certo, porém, que a revisão, desejada por alguns, só podia ser lançada no Parlamento de pois que sua oportunidade fosse julgada e aconselhada pelos homens de responsabilidade do país, como Rodrigues Alves, Nilo, Borges e outros. Confesso que não veria com maus olhos essa discussão, que seria um derivativo...

Nunca acreditei que, em meu período governamental, fosse possível qualquer revisão; nem eu podia concorrer para isso, já pela situação do país, já pelos meus compromissos, assumidos em minha plataforma.

Pensei, então, que se os homens de responsabilidades entendessem conveniente e oportuna a reforma, poder-se-ia, *quando muito*,⁷ somente nomear-se, no fim do período, uma grande comissão parlamentar para estudar a oportunidade, e, dada esta, os pontos da reforma da Constituição. Vejo, porém, que a maioria julga inconveniente o momento, digo melhor, não quer agitação nesse sentido, mesmo na imprensa, e não se rei eu que a conteste.

A atitude assumida pelo Antônio Carlos foi que deu ao movimento esse caráter oficial, não obstante a declaração que logo fez de que era apenas opinião pessoal sua. Devo dizer, confidencialmente à [sic] V. Ex^a que reprovei a primeira entrevista dele e que fi-lo escrever a vária do *Jornal do Comércio*.⁸

7 Sublinhado no original.

8 Esta vária do *Jornal*, que não se sabia ter sido escrita pelo líder do governo, dizia, em resumo, que, se o Presidente pensara com simpatia na reforma, havia revisto tal opinião.

A primeira entrevista teve a agravante de ter sido dada depois que eu lhe havia telegrafado para Petrópolis dizendo que nada disse-se à imprensa, antes que conversássemos sobre o assunto. Esse telegrama eu o passei logo que recebi a carta do Cardoso de Almeida transmitindo-me o pensamento do prezado amigo. Foi, portanto, com fundo aborrecimento que eu li tal entrevista. Disse-o francamente ao Antônio Carlos; e perdoei-lhe tão grave irregularidade, porque vi o pesar que lhe causou e o desapontamento em que está. Há uns tantos amigos que pensam que ser vem melhor contrariando...

Eis o histórico do que houve.

Quanto ao futuro: não creio que seja apresentada a reforma, por que esta, para ser proposta, necessitaria da assinatura de 53 deputados ou de 16 senadores, números que não se irão atingidos. Minas não se desligará de São Paulo.

Quanto a mim, é óbvio que não cabe ao Executivo aconselhar tal reforma, muito menos promovê-la, máxime quando há em contrário opiniões abaladíssimas, como a do preza do amigo, a quem me dirijo.

Tenho muito prazer em receber suas opiniões e conselhos, que são os de um amigo que muito prezo e os de um velho servidor do país com grande experiência, saber e patriotismo. Peço, portanto, que me diga, sempre, o que pensa sobre os problemas da administração federal e pode usar de toda franqueza, que nunca me será de sa gr dá vel. Sou, com muita estima, co le ga e ve lho ami go ad mi ra dor – V. Brás.”

A longa carta, cuja transcrição se impunha na íntegra, é documento historicamente importante por dois motivos. Pessoalmente, reconhecia a liderança nacional de Rodrigues Alves e praticamente desvendava a probabilidade da sua candidatura à sucessão presidencial. No plano político e institucional, esclarecia o obscuro caso da tentativa de reforma, de que tanto se falou em 1916, e que só com a carta, aqui publicada em primeira mão, fica revelado nos seus por men res.

A primeira coisa a se observar – e a estranhar – quanto a este aspecto é a ausência de qualquer menção de Veneslau, na sua carta, ao



*Rui Bar bo sa, no sa lão da sua bi bli o te ca, na casa
(hoje Mu seu) da Rua São Cle men te.
Foto da Casa Rui Bar bo sa*

nome de Rui Barbosa. Isso denuncia o caráter político e não científico da tentativa. Realmente, é estranho que o presidente pensasse em ouvir Rodrigues Alves, Nilo e Borges (os três, é verdade, haviam sido constituintes em 1890), mas não se lembrasse do pai da Constituição, exatamente aquele que, desde a Campanha Civilista, se tornara o maior propugnador da reforma.

Rodrigues Alves apreciou muito as minudentes explicações presidenciais. Agradaram-lhe – diz em nota – as palavras amáveis, e tranqüilizaram-no as razões expendidas.

A 14 de fevereiro, agradece a prova de consideração do presidente em carta de igual interesse, pois espelha as preocupações semelhantes, que assaltavam as duas figuras de maior projeção no cenário político, em face da situação nacional. Eis o texto completo:

“Ex.^{mo} amigo Dr. Veneslau Brás.

Uma leve indisposição, mas incômoda e prolongada, me impediu de dizer há mais tempo a V. Ex.^a que a carta de 23 do mês findo, cujo recebimento acusei por telegrama, produziu no meu espírito a melhor impressão, pela justeza das apreciações e conceitos nela expressados, assim como que eu ficara extremamente reconhecido a V. Ex.^a pela generosidade com que se referiu à minha pessoa. Conquanto, a meu ver, e no sentir geral, muito delicada a situação do país, pela anarquia e indisciplina que reinam em todas as camadas sociais, e nos diversos departamentos da administração. O grande esforço que V. Ex.^a está fazendo para restabelecer a ordem e conseguir o respeito à lei não bastará, talvez, para normalizar, dentro do quadriênio, aquela situação mas, dado o exemplo, ficará traçada a rota para futuros administradores. A idéia da revisão viria complicar e agravar as dificuldades, conhecido o nosso meio e a paixão que sempre despertam as agitações de caráter político. Foi por isso que tomei a liberdade de me dirigir a V. Ex.^a, fazendo ponderações ditadas pela amizade e pelo desejo de não ser perturbada a ação do seu governo. Compreendo as inquietações de V. Ex.^a a propósito da irregularidade de conduta de alguns Estados, no que respeita a compromissos contraídos no exterior. Tive

iguais temores, e, na minha primeira mensagem ao Congresso, pedi a atenção dos legisladores para o assunto, aludindo à atitude do México, que modificou a sua Constituição para remediar o mal de que também nos queixamos.

Estava persuadido de que uma lei ordinária poderia corrigir o excesso dos Estados, que mal procediam, sem contudo entorpecer o andamento dos outros que, gozando de crédito, sabem usar dele sem comprometer as conveniências da União. Em certo momento, verificando que a corrente de opinião, na Câmara dos Deputados, era contrária à lei de rescrições aos empréstimos externos por parte dos Estados, tive que intervir, para que não houvesse pronunciamento nesse sentido, preferindo o adiamento da solução. Por último me convenci de que o governo poderia, com o regime existente, atender eficazmente às exigências públicas, desenvolvendo maior vigilância na vida administrativa dos Estados, e intervindo com discrição no exterior, junto aos agentes financeiros, para esclarecê-los e impedir os negócios maus e imprudentes. Para os casos finidos, isto é, os empréstimos já realizados, não me ocorria providência alguma, senão a de um incessante esforço a fim de serem liquidados honestamente, subsistindo, sempre, para a União, o perigo de ser, de um momento para outro, forçada a encampar tais responsabilidades.

Quanto aos revisionistas, sei que os há convencidos, mas não pude ainda bem conhecer quais as reformas que se podem considerar reclamadas pela opinião como necessárias para melhor funcionamento do regime republicano, o que me faz crer que as correntes andam dispersas, e que não é lícito afirmar que há reclamos urgentes a satisfazer. E as opiniões entre os homens políticos são muito inconsistentes. Eu mesmo, quando deixei o governo da República, me inclinei à idéia de ver prorrogado o prazo da presidência, por considerar o período atual insuficiente para se realizar um programa desenvolvido de administração. Naquele tempo o país atravessava um período de trabalho intenso. Pois

bem: os governos que vieram depois me fizeram convencer que a disposição constitucional não devia ser alterada. Eu havia imaginado governos que queriam trabalhar, respeitando a lei, sem cuídar dos danos que os maus governos podem infligir aos povos em um período de quatro anos! Desculpe V. Ex^a estas divagações, aceitando, com os meus cordiais agradecimentos, as seguranças de estima e consideração de V. Ex^a amigo e colega – F. P. Rodrigues Alves.”

Os propósitos de Venceslau, no tocante à reforma, eram predominantemente políticos. Ele mesmo insinuava isto, no ponto da sua carta a Rodrigues Alves, em que diz que a discussão da imprensa seria um derivativo. Derivativo para quê? Evidentemente para a inquietação política, que culminara na revolta dos sargentos e poderia, se continuasse, provocar episódios de igual gravidade.

Os dois pontos visados pela idéia de reforma, a eleição do presidente do Congresso e o controle dos empréstimos externos estaduais, eram velhas teses, discutidas desde o começo da República. As propostas de Rui Barbosa, sem serem totalmente originais, eram, no entanto, muito mais amplas e variadas. Não vamos lembrá-las aqui, pois não interessam ao caso em relação.

A eleição do presidente do Congresso, além do caso citado de Prudente na dissidência de 1901-1902, havia sido, antes, defendida por Assis Brasil no livro *Dogoverno presidencial*, e sustentada no seio da Constituinte (e nos projetos de Constituição), sendo também combatida por publicistas do mérito de João Barbalho (nos seus *Comentários*) e Amaro Cavalcânti, no seu grande estudo sobre o regime federativo. Quanto à questão dos empréstimos externos estaduais, também não era idéia nada nova. Rodrigues Alves tinha razão, quando propunha que se estudasse uma solução em lei ordinária. Tentativas neste sentido já haviam sido feitas.

Em 1901, o Deputado piauiense Joaquim Pires apresentou projeto dispondo sobre a permissão prévia do Congresso Nacional para os empréstimos externos pleiteados pelos Estados. O fato prendia-se exatamente ao Estado do Espírito Santo, que preocupava tanto Venceslau em 1915. O projeto Pires não foi julgado inconstitucional. Em 1902, o Deputado pernambucano Brício Filho renovou a iniciativa de Joaquim

Pires, e seu projeto não foi tampouco julgado inconstitucional pela Comissão de Justiça, que chegou a lhe apresentar um substitutivo, da lavra do mineiro Estêvão Lobo. Este substitutivo chegou a ser aprovado em primeira discussão. Ao projeto Brício seguiram-se, em 1905, um projeto do fluminense Leite Ribeiro e, em 1912, outro, do Senador carioca Sá Freire, to dos como leis ordinárias.

Rodrigues Alves tinha também razão ao lembrar suas advertências, na primeira mensagem que enviou ao Congresso, em 1903: “É prudente que o Poder Legislativo subordine essas operações a normas que afastem da União compromissos ou embaraços que possam sobrevir.” De pois vinha a velada referência ao exemplo mexicano, anterior a 1917: “O Congresso não ignora que um país, de regime igual ao nosso, já se viu forçado a proibir o uso de idêntica atribuição pelas perturbações que infligiu à política internacional e às condições graves de suas finanças.”

Afinal, como se sabe, a matéria foi resolvida pelo direito constitucional posterior, mediante ação reguladora do Senado.⁹

Todo o mundo político logo se apercebeu de que a tentativa de reforma, levantada pelo Presidente da República, havia sido vetada pelo presidente de São Paulo. Era evidente que este se tornara, depois da morte de Pinheiro Machado, o árbitro da política nacional.

O ilustre Alberto Torres, ardoroso reformista, em artigo de combate à posição anti-reformista de Rodrigues Alves, es tam pa do n’ *O Imparcial* de 25 de julho, dá-lhe as honras da vitória: “A palavra do Sr. Rodrigues Alves teve, assim, o poder de sustar o movimento revisionista.”

A responsabilidade de Rodrigues Alves no veto à revisão constitucional não deixou de lhe trazer desfavoráveis conseqüências no futuro. Em 1917, no copioso e violento manifesto à nação com que se opôs a uma segunda presidência Rodrigues Alves, Rui Barbosa assentou sua oposição em dois motivos principais, e um deles era o declarado anti-revisionismo do ex-presidente.

9 Como senador, tivemos oportunidade de apresentar indicação, interpretando as atribuições do Senado, estabelecidas na Constituição de 1946. Esse trabalho foi publicado na *Revista de Informação Legislativa*.

.....

Capítulo Terceiro

APOIONACIONALAVENCESLAUBRÁS

Na conferência de 9 de janeiro havida com Rodrigues Alves, dois foram, como vimos, os recados que trazia o jornalista. Um referia-se ao projeto de reforma constitucional, cujo malogro ficou descrito, e o outro dizia respeito à conveniência de uma manifestação política, que exhibisse ao país a força de apoio com que contava o presidente. A esta deu, des de logo, Rodrigues Alves o seu ir res tri to as sen ti men to. Eis como fi xou o epi só dio:

“Aceitando a idéia de uma manifestação coletiva dos presidentes e governadores dos Estados ao presidente da República, para prestigiar a ação do seu governo, ameaçado pelo espírito de anarquia, desordem e indisciplina da capital federal,¹ entendi que o meio prático dessa manifestação seria provocá-la por um telegrama confidencial, de ven do ser apro ve i ta do para esse fim o dia 24 de fe ve ri ro. Re di gi o te le gra ma, e,

1 Esta era outra expressão antiquada da linguagem de Rodrigues Alves, vinda do começo da República. Era o título de uma peça burlesca de Artur Azevedo.

antes de ser expedido, mandei cópia aos Drs. Del fim Moreira e Nilo Peçanha, pedindo sua aprovação. Um e outro manifestaram-se de acordo com os termos do telegrama que foi transmitido no dia 14 de fevereiro e é do teor seguinte:

‘Confidencial. Ex.^{mo} Sr.

‘Acontecimentos ocorridos no Rio, há pouco tempo, com grave ameaça da ordem pública, despertaram no espírito de amigos de alto valor político a conveniência de ser, neste momento, prestigiado por uma expressiva manifestação de apoio o governo central pelos Estados, a fim de que a sua autoridade tenha a força necessária para assegurar a ordem e reagir contra quaisquer agitações. Temos a impressão de que, na queles dias, a gratidão do movimento não foi bem compreendida e apreciada fora da capital. Parece-me, e submeto o alvitre ao alto critério de V. Ex.^a que, responsáveis pela direção dos Estados, poderíamos aproveitar a data de 24 de fevereiro corrente para, com as nossas congratulações, manifestar ao Sr. Presidente da República, de modo explícito, sentimentos de franca solidariedade e apoio, para tudo quanto interessar ao bom funcionamento do regime e à ordem pública.

‘Uma coletiva manifestação dos Estados, afirmando que o governo da União poderá contar com eles para a fiel execução dos seus deveres constitucionais, fortaleceria a ação do presidente, estreitando eficazmente os laços da Federação. Peço a V. Ex.^a que me desculpe a liberdade desta iniciativa, que só se explica pela minha antiguidade no exercício de altas funções na República. Ficarei extremamente lisonjeado, se V. Ex.^a estiver de acordo com estas ponderações e prestigiá-las com a sua autoridade.’

Os destinatários logo responderam à mensagem. Delfim com as seguintes palavras: ‘Muito de acordo e louvo patriótica iniciativa.’ Nilo Peçanha nestes termos: ‘Redação magistral. Afetuosos cumprimentos.’”

Recebidas as manifestações preliminares, Rodrigues Alves recolheu outras, similares, de todos os demais presidentes e governadores dos Estados da União.

Como era inevitável, o assunto transpirou para os jornais, tendo o Deputado Macedo Soares publicado o telegrama de Rodrigues Alves no seu *O Imparcial*, seguramente por comunicação de Nilo Peçanha. Macedo, para desviar suspeitas óbvias, declarou haver recebido o texto de Belo Horizonte, como para responsabilizar Delfim Moreira pela indiscrição. Mas o presidente de Minas protestou contra isso, em carta estampada por alguns jornais. O fato, porém, não tinha importância, era pormenor lateral. Todo mundo percebia que o articulador oficial da manifestação seria o presidente de São Paulo, não só pelo prestígio da sua pessoa, como pela importância do seu Estado.

No dia 24, Venâncio Brás teve o conforto moral e político de receber mensagens, vazadas em expressões altamente significativas, de todos os governantes estaduais.

O telegrama de Rodrigues Alves estava assim redigido:

“CONGRATULO-ME COM V. EX^a PELO ANIVERSÁRIO, HOJE COMEMORADO, DA PROMULGAÇÃO DA LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA. PREVALECENDO-ME DESTA OPORTUNIDADE, TENHO A HONRA DE ASSEGURAR A V. EX^a QUE O ESTADO DE SÃO PAULO ACOMPANHA COM O MÁXIMO INTERESSE O ESFORÇO DO GOVERNO, NO SENTIDO DE NÃO SER PERTURBADA A ORDEM CONSTITUCIONAL, CONFIANDO PLENAMENTE NA AÇÃO JUSTA E PRUDENTE, VIGILANTE E DECISIVA DE V. EX^a, PARA BEM CUMPRIR AS ÁRDUAS FUNÇÕES DO SEU ELEVADO CARGO. CERTO DE QUE NENHUM GOVERNO PODE DESEMPENHAR, COM HONRA E PROVEITO, OS SEUS DEVERES CONSTITUCIONAIS, SEM A MAIS PERFEITA SEGURANÇA DE QUE AS CLASSES CONSERVADORAS HÃO DE COADJUVAR, SEM HESITAÇÕES, O GOVERNO FEDERAL NAQUELE PATRIÓTICO EMPENHO, O ESTADO DE SÃO PAULO AFIRMA A V. EX^a A SUA SOLIDARIEDADE E APOIO, COM OS MELHORES VOTOS PELA TRANQUILIDADE E BEM-ESTAR DA REPÚBLICA. – RODRIGUES ALVES.”

O presidente respondeu nestes termos:

“AGRADECENDO, RETRIBUO MUI CORDIALMENTE AS FELICITAÇÕES QUE V. EX^a ME ENVIOU, NESTA GLORIOSA DATA, E SOU MUITO RECONHECIDO À MANIFESTAÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE QUE V. EX^a, NO SEU NOME E DO DESSE GRANDE ESTADO, REAFIRMA AO MEU GOVERNO, EM BEM DA ORDEM E DOS SUPREMOS INTERESSES DA REPÚBLICA. – V. BRÁS.”

A iniciativa visava, de fato, à ordem conservadora, no seu aspecto social, ameaça da pelagem de inferiores do Exército, apoiada por operários e estivadores. Rodrigues Alves era bem o representante dessas duas tendências: conservadorismo e progressismo. Ninguém melhor encarnou, naquela geração, do que o antigo monarquista, a aspiração de progresso dentro da ordem, expressa na nossa bandeira.

A grande maioria dos jornais elogiou o movimento de concentração em torno do presidente da República, e destacou a ação coordenadora do presidente de São Paulo.

Dois grandes jornais criticaram a manifestação e o seu principal autor. No *Correio da Manhã*, Costa Rego não viu, nela, mais do que um esforço para se evitar a necessária reforma da Constituição Federal. O mesmo fez *O Estado de S. Paulo*, este em tom mais acriminoso e pessoal contra Rodrigues Alves. O artigo era de um jornalista relativamente obscuro, Eduardo Ramos, que, tendo sido redator do oficial *O País*, tinha, agora, posição de honra no *Estado*, órgão da nova dissidência. Rodrigues Alves, como sempre suscetível, quando era agredido, reage no seu diário:

“Este senhor [...] deu ultimamente para se ocupar da minha pessoa². Um dos seus artigos, em forma de folhetim, foi respondido no *Comércio de S. Paulo* por Pláton Júni or (pseudônimo de conhecido escritor e político)³ com alguma aspereza. Parece que foi admitido a colaborar no Estado naturalmente por aquela mesma razão, isto é, para continuar a se ocupar comigo. Esse jornal gosta muito destes processos.”

2 Sublinhado no original.

3 Dunshee de Abranches.

Avante!



Rui e Lauro pregando a revisão da maldada Constituição.
Queira Deus que não preguem aos peixinhos.

*Lauro Sodré e Rui Barbosa defendiam a reforma da Constituição,
mas Rodrigues Alves preta vigilante. Caricatura de
O Malho. Coleção Alvaro Cotrim*

.....

Livro XIV

Capítulo Primeiro

O CAFÉ E A GUERRA

O

governo de Venceslau Brás começava em delicada situação econômico-financeira. Para isso contribuíram fatores internacionais, provenientes das conseqüências da guerra dos Bálcãs e da inquietação em toda a Europa e fatores nacionais, decorrentes do governo Hermes. No Brasil, havia retração de crédito, queda de produção e, no comércio, falta geral de dinheiro. A guerra agravou enormemente a crise, bastando lembrar que, em um país voltado para o comércio internacional, as nossas exportações caíram de mais de 76 milhões de libras, em 1912, a menos de 55 milhões, em 1914. Quanto ao capital estrangeiro, o seu afluxo declinara de cerca de 50 milhões de libras, naquele ano, a 6 milhões, no ano da guerra. Some-se a tudo isto a falta de transportes marítimos, que foi sempre se agravando, e ter-se-á idéia do conjunto.

Limitando-nos ao café, a nossa exportação diminuiu, em 1914, em 2 milhões de sacas.

Com o resgate do empréstimo de 15 milhões, extinguiu-se o Comitê de Valorização, sendo substituído, em 1914, por um Conselho Consultivo, composto das firmas Schröder, Sielcken, Theodore Wille e o representante de São Paulo, que continuou a ser Paulo Prado.

A licença de Rodrigues Alves, por motivo de saúde, durante todo aquele ano, não o impedia de ser ouvido pelo Vice-Presidente Carlos Guimarães, nem de aconselhar soluções, quando lhe era possível.

A propósito desse esforço de Rodrigues Alves, de dar tudo de si, mesmo quando muito doente, João do Rio, no seu livro *No tempo de Venceslau*, conta um episódio bastante significativo. Trata-se de um depoimento de Elói Chaves, que o brilhante escritor carioca¹ deu forma literária: “Era preciso uma decisão urgente sobre um grave assunto. Elói Chaves partiu com os papéis para os Campos Elísios. Ao chegar teve notícia de que o Conselheiro piorara ainda. Oscar Rodrigues Alves secretário da presidência e médico, temia importunar o grande vulto, tinha quase a certeza de que ele não poderia responder. Mas o respeito era tal e é tal pelo eminente estadista, nos seus filhos e nos seus amigos – que ninguém pensava em infringir a sua vontade. Elói Chaves entrou para o quarto de cama. O Conselheiro, abatidíssimo, não podia erguer os braços, abrir os olhos. Só uma força misteriosa conseguiria galvanizá-lo. Entretanto, Elói Chaves ouviu a sua voz débil: – ‘Fale!’ O secretário de Justiça explicou o assunto. – ‘Torne a dizer!’ Elói Chaves repetiu. – ‘Que pretende fazer?’ O chefe da Segurança desenvolveu a sua idéia. – ‘Bem. Faça assim. Escreva um telegrama. Eu ditarei o telegrama’. E a morrer ditou o telegrama que afastava de São Paulo um grave perigo.”²

Restabelecido, e de novo à frente do governo de São Paulo, é do ano de 1915 a seguinte nota sobre a situação do café:

“Com a guerra européia, o cerco dos mares, a limitação do comércio, o fechamento de portos e a privação de grandes consumidores, como a Alemanha e a Áustria, a situação do café tornava-se melindrosa. A colheita do ano era superior à do ano findo, mas as estatísticas nos favoreciam, porque a

1 João do Rio encontra-se em revalorização literária. Biografias suas e críticas de seus escritos atraem os leitores de hoje.

2 Elói Chaves era então secretário da Segurança.

produção do mundo não chegava para as necessidades do consumo. A lavoura começou a ter medo das dificuldades. Se se afastasse do mercado a Alemanha e a Áustria, pode-se contar, raciocinavam todos, com um excesso de 4 a 6 milhões de sacas, sem colocação, se os americanos quiserem então forçar os mercados, os preços cairiam fatalmente, com grave prejuízo para a lavoura, o Estado e o país. Começaram, então, a surgir os aviltres salvadores, como acontece em todas as ocasiões de crise. Para uns, o governo tem errado, abandonando o Plano de Valorização Tibiriçá, já experimentado. Daí as dificuldades. Eram desta opinião o Deputado Vilaboim e o João Laje, de *O País*, em umas cartas assinadas *Bandeirante*, muito insolentes e destinadas à intriga política. No *Comércio de S. Paulo* Jorge de Melo, que se diz amigo da lavoura, estudando a Valorização – diz ‘que foi um desastre e não convém repeti-la’. Outros diziam que um banco emissor, com base no café, salvaria a crise. É o truste nacional contra o truste estrangeiro do café. Fundação de um banco formado pelos elementos nacionais do comércio do café, banco esse que terá faculdade de uma emissão especial de 450 mil contos, destinados à compra de todo o café³ que, por meio das agências do banco, será vendido nos mercados consumidores em ouro. É o plano de F. Avancsyk, no *Correio da Manhã* de 14 de junho de 1915. Para alguns, o mal está em que a praça de Santos não conhece as cotações do café, senão por via dos interessados. Porque não organiza o governo esse serviço: bastaria isso, para o comércio e a lavoura. (‘Um lavrador’ no *Diário Popular*.) Para o presidente da Sociedade de Agricultura, a salvação está na criação de um banco de crédito agrícola, podendo metade da sobretaxa do café contribuir para a formação do seu capital. E outros, e outros aviltres eram lembrados a cada passo. O governo não estava desatento. O assunto era digno do maior desvelo e solicitude. Compreendendo que, em verdade, a situação do café poderá ser comprometida,

3 Sublinhado no original.

não só pelo afastamento do mercado dos grandes países consumidores, como pelas exigências dos especuladores e pressão dos ricos negociantes dos Estados Unidos, entendeu o governo que, se pudesse se aparelhar com recursos para afastar do comércio, ou do mercado de Santos, a parte do café que não encontrasse comprador, resistiria facilmente àquela pressão e à baixa consecutiva dos preços. Estas providências, porém, dependem dos poderes gerais,⁴ a quem o assunto também interessa. Entendi-me, pois, aqui, com o Dr. Lauro Müller, quando vinha de Buenos Aires, e, depois, por cartas e telegramas; escrevi ao Dr. Venceslau, informando-o da situação e, na minha última mensagem, expus os fatos com clareza. O Dr. Cincinato, no Rio, de posse do pensamento do governo do Estado, tem procurado repetidas vezes o presidente, o ministro da Fazenda, o presidente do Banco do Brasil, a fim de combinar as providências que deverão ser solicitadas ao Congresso. Indo ao Rio o Dr. Sampaio Vidal, por arranjos de família, ali demorou-se muitos dias, agindo no mesmo sentido, de acordo com Cincinato, junto aos membros do governo e alguns dos seus auxiliares. O presidente, seus ministros e auxiliares, têm recebido as nossas reflexões com grande interesse e amizade.”

Essas reações no plano interno, tinham levado Rodrigues Alves, desde o princípio do ano, a agir no plano internacional (Estados Unidos) por meio dos seus amigos Venceslau Brás, Lauro Müller e Domício da Gama. Ao ministro do Exterior escreveu, em 16 de março, um longo relatório confidencial, que vamos resumir.

O Estado de São Paulo vendera cerca de 800.000 sacas, depositadas em Hamburgo e outras praças, aos importadores da Alemanha, e o pagamento, depositado no Banco Bleischroder, devia ser transferido ao seu sócio e banqueiro Schröder, em Londres. O café vendido garantia o empréstimo de 1913. Mas, como muitos dos portadores dos títulos do empréstimo fossem súditos de países inimigos, o governo alemão,

4 “Gerais” por “federais”. Sempre a linguagem do velho servidor do Império.

naturalmente, recusou transferir o dinheiro para Londres, ficando São Paulo com o débito mas sem o crédito, nem possibilidades de realizá-lo. Valendo-se da Lei paulista nº 1.461, de 1914, Rodrigues Alves propunha a substituição dos títulos do empréstimo de 1913 por apólices-ouro emitidas por São Paulo, que serviriam de cobertura aos saques feitos sobre os banqueiros de Berlim. Ele achava que o governo alemão não se oporia, “porque o dinheiro viria para o poder de uma nação neutra”. Pedia a Lauro que fizesse agir o nosso ministro em Berlim nesse sentido, e fornecia, de próprio punho, o texto das instruções a lhe serem remetidas.

A Venceslau escreveu a 23 de março, pedindo-lhe que resistisse às pressões para quebra da nossa neutralidade na guerra. As acusações de germanofilismo dirigidas contra Rodrigues Alves ignoravam os enormes interesses que ele estava procurando defender; interesses que não eram só do Estado mas, também, do país, visto que o confisco do café liquidaria grande parte das nossas divisas.

A Domício escreveu, a 15 de maio, a seguinte carta:

“Ex.^{mo} amigo Dr. Domício.

Venho apresentar-lhe os meus afetuosos cumprimentos e pedir-lhe algumas informações sobre assunto de alta importância para este Estado. Temos chegado ao período normal da colheita de café que, esperamos, será maior do que a do ano findo. Como os Estados Unidos constituem o principal mercado desse produto, nos interessa saber como é encarada aí, pelos grandes comerciantes, a situação do café e o preço que alcançará, nos seus mercados, a safra do corrente ano. Todas as informações que temos são otimistas, isto é, que em consequência da escassez dos estoques e do alargamento do consumo para suprimento dos exércitos, a colheita terá boa colocação e será vendida por preços remuneradores. Há, porém, a observar que, em razão mesmo da guerra, os mercados da Europa estão fechados, e os dos países neutros são de difícil acesso, crescendo que os transportes se complicam cada vez mais, agravando os fretes e seguros. Restam-nos os mercados dos Estados Unidos, mas há o receio de que, dispondo de consideráveis recursos, procurem tirar partido dessas

dificuldades e organizem novo plano de baixa para se apoderarem de nosso café. Conhece bem quanto é intenso o espírito especulativo desse povo, e já experimentamos a impiedade com que, para obter grandes lucros, sabe ameaçar os interesses dos mais fracos. Não nos esqueçamos dos bons serviços que nos prestou, com sua atitude digna e altamente correta, no incidente judiciário aí ocorrido há tão pouco tempo. Quero merecer agora o favor de me informar sobre a situação dos mercados americanos e como receberão eles o café deste ano; se há fundamento para o receio de uma nova campanha de baixa e se se lembra de alguma providência para nos acautelarmos contra possíveis manejos para esse fim. Serei muito agradecido pelas informações que me der, continuando aqui ao seu inteiro dispor, por ser, com alta estima e consideração, amigo e colega afetuosos.”

Na mensagem ao Congresso estadual, de 1915,⁵ Rodrigues Alves manifestou com toda franqueza sua apreensão pela sorte do café brasileiro em depósito na Europa, principalmente nos portos de Hamburgo e Antuérpia. A situação se agravara a ponto dos empréstimos estaduais (empréstimo de 7.500.000 libras, de 1913) não estarem sendo pagos pontualmente porque a Alemanha, por sua vez, não pagava o café que já lhe havia sido vendido.

As vendas haviam caído enormemente com a guerra, nos mercados externos, como era inevitável, inclusive nos Estados Unidos, por causa das dificuldades da navegação. De mais de 50 milhões de sacas em 1913, passara a menos de 15 milhões no primeiro ano da guerra. Para se ter idéia da perturbação do comércio, basta acentuar que a bolsa de Nova Iorque, sendo os Estados Unidos país neutro, baixou de 22.500.000 a 7.100.000 sacas; menos de um terço.

A enorme retração podia aumentar os valores do consumo a retalho, mas não aumentava os preços do produto para o Brasil, vendedor, que, além disso, ficava sem poder receber o que lhe era devido.

5 Nesse documento, o presidente exprime grande pesar pela morte do velho e querido amigo Bernardino de Campos, ocorrida a 18 de janeiro.

O desfecho foi forçado. A 19 de outubro de 1914, nos últimos dias do governo Hermes, o delegado do Tesouro brasileiro, Joaquim Inácio Tosta, assinou com os nossos tradicionais banqueiros Rothschild um novo *funding* (o segundo da República) pelo qual consolidávamos as dívidas em aberto, prolongando-lhes os prazos mediante a garantia da renda da Alfândega do Rio de Janeiro.

Mas tão melindrosa era, na verdade, a situação brasileira, que o *funding* foi recebido como solução salvadora.

Telegrama de Londres, enviado à *Gazeta de Notícias*, do Rio, informava:

“O projeto de *funding* brasileiro, anunciado à noite passada pela Casa Rothschild, causou mui grande satisfação na *City* aos portadores de obrigações e à opinião pública em geral, pelos excelentes termos em que é feito, dadas as condições atuais.”

O *Financial News* acentuava que a posição financeira do Brasil era então muito mais firme do que no tempo do primeiro *funding* negociado no governo de Prudente de Moraes. A situação real era a seguinte: havia nove empréstimos estrangeiros em curso de execução, entre 1883 e 1913. Somados os seus encargos, resultava que, anualmente, o Brasil devia pagar mais de 3 milhões de libras de juros e mais de 1 milhão e cem mil libras de amortização, somando tudo um serviço geral insuportável para nós na época. Além disso, havia os famosos empréstimos franceses para construção de estradas de ferro, nos Estados de Mato Grosso, Bahia, Goiás e Ceará, negociados nas condições mais duvidosas, sendo que tais estradas não foram construídas a não ser uma, e parcialmente. Esses empréstimos iam a quase 600 mil libras de juros e amortizações anuais. Ao respeitável total juntavam-se, finalmente, os empréstimos feitos para os portos do Rio de Janeiro e do Recife, que iam a mais de 1 milhão de libras.

Pelos termos do contrato de 1914, os juros seriam suspensos por três anos e as amortizações por treze. A garantia era a renda da Alfândega do Rio “e de outros portos, no caso de não serem suficientes”.

A notícia da assinatura trouxe grande sensação de alívio na praça. O câmbio subiu mais de um ponto, superando a casa de 15 dinheiros.

Os congressistas e jornalistas, que deblateravam contra os instantes apelos de São Paulo, tinham a prova evidente de que o café era assunto federal e não local; quando degradingolava, as finanças nacionais entravam em colapso.

A atividade desenvolvida por Rodrigues Alves durante o ano de 1915 e os primeiros meses de 1916, até maio, quando terminou o seu mandato, na defesa da economia do Estado, especialmente do café, é verdadeiramente extraordinária.

As situações mais imprevistas se apresentavam amiúde, e o velho governante paulista, valendo-se do seu prestígio junto ao presidente da República e ao ministro do Exterior, desdobrava-se em informações, conselhos e alvitres, muitos dos quais aparecem em documentos do seu próprio punho. O Secretário Cardoso de Almeida e o Deputado Cincinato Braga, grandes conhecedores de assuntos econômicos e financeiros, eram enviados freqüentemente ao Rio, com instruções para entendimentos com as autoridades federais.

A correspondência diplomática, enorme e variada, era pontualmente transmitida a Rodrigues Alves por Lauro Müller, desde que se tratasse dos assuntos referidos. Sucediã-se os despachos vindos dos nossos representantes na Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Suécia ou Estados Unidos. Rodrigues Alves lia os despachos, notas e cartas, comentando-os depois em telegramas e cartas a Lauro Müller. Às vezes, criticava francamente o que lhe parecia ser omissão ou pouca habilidade de diplomata, como fez, por exemplo, com referência a Oscar Tefé, ministro em Berlim.

Fazia sugestões a serem apresentadas aos banqueiros franceses, alemães e ingleses; aos últimos, a de tomarem eles próprios o empréstimo interno em ouro, lançado por São Paulo para resgatar dívidas externas tornadas insolváveis pela guerra. Esta sugestão não foi atendida, apesar da cláusula prevista de que os capitais-ouro empregados no empréstimo interno brasileiro não poderiam ser aplicados pelos governos estrangeiros em despesas de guerra.

Sua ação múltipla e incansável não podia produzir resultados rápidos nem definitivos. Era mais conducente a evitar o agravamento dos males, do que a superá-los.

Também não se podia esperar grande coisa da ação de um Estado federado brasileiro, para defesa de um produto alimentar, naquela tormenta universal.

Os principais beligerantes tudo faziam para submeter os inimigos, e, com tal objetivo, não havia escolha de processos.

Os alemães não permitiam a entrega do pagamento das compras feitas. Os franceses, desesperados com a falta de transportes, pressionavam o Brasil de todas as formas para obter os navios alemães ancorados nos portos brasileiros. A França ameaçava-nos, ora com a requisição do café depositado no Havre, ora com a proibição pura e simples da importação do produto. O Ministro Olinto de Magalhães enviava telegramas alarmistas, que Lauro retransmitia, e eram respondidos com sugestões de Rodrigues Alves.

Nem uma nem outra das ameaças francesas se concretizou. Não passavam, possivelmente, de manobra para nos levar à quebra da nossa neutralidade na guerra. O ministro francês, no Rio, que era o grande poeta Paul Claudel, se esforçava ao máximo para nos arrastar para o lado dos aliados, e contava com o auxílio de homens de grande prestígio, como Rui Barbosa, cuja conferência de Buenos Aires, na qual sustentou que não havia neutralidade diante do crime, causou a sensação que se conhece. Mas o Brasil não poderia tomar isoladamente tal posição, que só se tornou possível em 1917, com a definição dos Estados Unidos.

O café depositado no Havre não foi requisitado. A proibição de importação, que o governo francês dizia imposta pela prioridade do transporte naval de mercadorias indispensáveis à guerra (armas, matérias-primas, trigo e outras), também não chegou a se realizar, graças aos esforços incansáveis despendidos por Rodrigues Alves, firmemente apoiado por Lauro Müller, no Itamarati, e Venceslau Brás, no Catete.

A visão interna dos problemas, através do arquivo de Rodrigues Alves, mostra como o desengajamento do Brasil da sua posição de neutralidade era difícil, e como a fácil emoção da imprensa e das ruas, em favor dos aliados, embora fundada, não podia gerar resultados prematuros, sem gravíssimos problemas para a economia nacional. Aí,

como em tantos outros episódios de sua gloriosa vida, o eloqüente idealismo de Rui Barbosa chocava-se com fatos muito sérios, muitas vezes por ele ignorados.

As acusações de germanofilismo contra Rodrigues Alves, e mesmo contra Lauro Müller, eram produto desses equívocos e dessa ignorância das realidades. Lauro Müller foi acima de tudo brasileiro, e Rodrigues Alves bem o sabia, quando, em 1918, considerou-o de novo para seu segundo governo.

Na Inglaterra, os Rothschild prometiam comprar café, desde que o governo federal se dispusesse a comprar armas na Inglaterra. Pediam o apoio de Rodrigues Alves. O despacho é secreto, com alusões a siglas em vez de nomes. Rodrigues Alves, com a honestidade de sempre, logo remeteu a proposta a Venceslau, dando os nomes aos bois.

Os documentos são copiosos e válidos, porém mais adequados a uma história econômica e política da época do que à biografia de Rodrigues Alves, na qual se deve ressaltar apenas a energia infatigável, a dedicação, a lucidez, a experiência e o prestígio de que sua ação se revestiu, naqueles meses trepidantes.

O intermediário para a referida venda de armas era o Banco Comércio e Indústria de São Paulo e os ingleses encontravam dificuldades junto ao governo brasileiro. Entre as centenas de documentos desse período, vamos transcrever a carta que, a respeito de assunto tão delicado, Rodrigues Alves escreveu a Venceslau, a qual bem mostra a lisura do seu procedimento.

“São Paulo, 20 de agosto de 1915

Ex.^{mo} Am^o. Dr. Venceslau Brás.

O Banco do Comércio e Indústria de São Paulo confiou-me hoje cópia de um telegrama, que recebeu dos seus banqueiros em Londres, Srs. Rothschild and Sons, a qual vai junta a esta carta. Os jornais do Rio já têm tratado do assunto, dando a entender que o governo resolvera, em sentido negativo, a solicitação que lhe foi feita para venda de armamento.

Fala-se, no telegrama, em compra de café, talvez na esperança de que essa idéia possa despertar maior zelo da parte do banco paulista.

Como se trata de financeiros altamente relacionados com o governo da República e com o Estado de São Paulo, ficarei muito agradecido a V. Ex^a se me puder indicar os termos da resposta que o Banco do Comércio e Indústria deverá dar à comunicação.”

A carta dos Rothschild, escrita em um português miserável, vai transcrita *ipsis-litteris*:

“Confidencial.

Temos sido pedidos pelo GI⁶ para pedir a vocês seus valiosos préstimos na seguinte matéria. É considerado aconselhável que rodas influências de café saibam que GI está pronto a comprar as sobras da safra de café um certo número máximo de sacas aceitando entrega de um tipo definido à preço estipulado – todos os pormenores serão arrançados por acordo – mas que o GI tem um velho relacionamento estabelecido há muito tempo com o GP⁷ que exige como uma condição que o pedido do GP para venda a ele, pelo GB⁸ de carabinas deverá ser satisfeito. Tendo em consideração as boas relações comerciais que existem entre nós de longa data, esperamos que vocês empregarão sua influência para assegurar o êxito dos desejos do GI, tanto mais que provará ser de grande benefício não somente a SP⁹ como também ao B¹⁰ em geral. Confiamos não somente no seu auxílio como também com vocês exercerem a maior discrição possível.”

Em resumo, parece que São Paulo queria importar armas inglesas (os problemas de ordem se agravaram) mas precisava de licença do governo federal, que demorava em concedê-la. Daí o pedido de troca de carabinas por café. Discrição talvez para que os franceses não fossem informados... Habilidades dos chamados *marchands de canons*. De qualquer

6 Governo inglês.

7 Governo paulista.

8 Governo brasileiro.

9 São Paulo.

10 Brasil.

maneira, acentue-se a franqueza com que Rodrigues Alves escreveria a Venceslau, como a carta longa de 23 de maio, sobre a situação internacional do café. Ambos vinham de zonas cafeeiras, e o presidente de São Paulo deu, naquele documento, prova dos seus notáveis conhecimentos do assunto adquiridos como lavrador, exportador e estadista.

Outro papel digno de menção é a carta já referida de Paulo Prado, representante brasileiro no Conselho Consultivo do Café, o qual englobava personalidades dos dois grupos beligerantes. Essa carta é datada de 4 de fevereiro de 1916, da cidade suíça de Basiléia, situada na margem do rio Reno, em frente à Alemanha.

O paulista-francês, que, na mocidade parisiense, encantara Eça de Queirós, regressava, no pior período da guerra, muito bem impressionado com a Alemanha. Viajara pelo país “sem grandes dificuldades, apesar das exigências das autoridades militares e policiais”.

Expunha longamente a situação em que se achavam os estoques de café armazenados em zonas de guerra, “em más condições devido ao bombardeamento, inundações, etc.”.

Sobre a Alemanha depõe Paulo Prado:

“O governo alemão tem mostrado boa vontade e tem tido uma atitude muito amistosa em relação ao Brasil nesta questão da liquidação dos nossos cafés. Há visível desejo de nos agradecer e, se assim não fosse, a coisa seria muito mais difícil e muito menos rendosa para o Tesouro do Estado... Neste momento convém muito não indispor-mos o governo alemão, de quem tudo depende, e que pode facilitar a venda rápida dos cafés, sem nenhuma requisição despótica, muito possível nas atuais circunstâncias.”

O francófilo Paulo Prado tinha, portanto, as mesmas cautelas de Rodrigues Alves, injustamente acoimado de germanófilo. O brilhante escritor e viajante comercial, mais tarde papa e mecenas do Modernismo brasileiro, termina sua carta suíça com o aviso bem próprio dos Prados do seu tempo: “Sigo hoje para Paris, onde fico às suas ordens.”

Assim, se Rodrigues Alves era acusado de germanófilo, tal acusação se estenderia ao francesíssimo autor de *Retrato do Brasil*.

.....

Capítulo Segundo

Eleição de Altino Arantes – Formação de Seu Governo.

Entre as inúmeras incumbências da administração do Estado e a atenção que lhe era solicitada por questões da política nacional e de outras unidades federativas, começou Rodrigues Alves, desde cedo, a se preocupar com a própria sucessão.

Sabia-se, com segurança, que o seu candidato era João Álvares Rubião Junior, velho amigo e leal companheiro, e, apesar dessa escolha ter possivelmente concorrido para a cisão de 1915, pelo desgosto causado a outros aspirantes (como Cincinato), na verdade os que poderiam competir com Rodrigues Alves na decisão, Campos Sales e Bernardino de Campos, tinham morrido. Glicério, além de ter o prestígio antigo muito diminuído, estava marchando para a morte. Era, no Senado, uma triste sombra do antigo e impetuoso “general das 20 brigadas”.¹

Que a candidatura de Rubião estava assentada, nas condições descritas, assegura-o uma testemunha autorizada dos fatos, o Secretário do Interior Altino Arantes, que veio a ser, afinal, o escolhido. No discurso feito em 1951, ao ensejo das comemorações do centenário de

1 Em princípios de 1916, Glicério escreveu a Rodrigues Alves falando de sua doença. Iludia-se, pensando que estava melhor.

Rubião, disse Altino que “por todos estes dotes de longanimidade, de talento e de caráter, Rubião Junior via abrir-se aos seus passos a estrada larga e fácil que já o conduzia, por assentimento geral, à presidência do Estado”.

A amizade e a confiança entre Rodrigues Alves e Rubião nunca se alterou. Quase da mesma idade (Rubião era mais moço três anos), monarquistas e conservadores no Império, colegas na constituinte republicana, nunca houve entre ambos os desentendimentos ocorridos entre Rodrigues Alves e Prudente ou Campos Sales, devidos a contingências da política bandeirante. Rodrigues Alves sabia que Rubião fora o principal artífice da sua volta ao governo do Estado e queria retribuir-lhe na mesma moeda.

Em 4 de novembro de 1915, Rodrigues Alves escrevia à filha Ana (Catita):

“Agora estamos às voltas com a escolha dos candidatos à minha sucessão na presidência. A convenção se reúne a 7 e, como é natural, os políticos estão em grande movimento.”

E era fato. Desde o dia mesmo da morte de Rubião que o problema se colocou: quem seria o novo candidato do Presidente à presidência?

Rubião Júnior, embora pouco conhecido fora do seu Estado, era, dentro do mesmo, um homem a quem, no ano de sua morte, não se podiam disputar credenciais.

Quanto a Altino Arantes, a situação era bastante diversa: sua escolha não poderia deixar de acender invejas e suscitar restrições. Até mesmo depois do prestígio que lhe conferira a presidência, seu nome não chegou a se impor nacionalmente, como vemos pelos sarcasmos de Rui, quando se refere ao futuro presidente paulista como sendo “a menina do piano”. Altino foi um espécie de Davi Campista de São Paulo; sua rápida ascensão não lhe permitiu o amadurecimento político necessário (não confundamos isso com amadurecimento pessoal) para que seu prestígio se impusesse realmente no meio federal, como, ao contrário, ocorreu com outro homem da sua geração, Washington Luís.



Altino Arantes, sucessor de Rodrigues Alves na presidência de São Paulo. Careta. Coleção Plínio Doyle. E à direita Rubião Junior, que era o candidato natural à sucessão de Rodrigues Alves no terceiro governo paulista (1916). Falecendo porém o prócer perrepista, o Partido escolheu Altino Arantes, antigo secretário da Justiça. Arquivo da Família Rubião Junior

O posto máximo a que poderia normalmente aspirar já lhe havia sido destinado. Com efeito, tinha ficado resolvido que Altino seria vice-presidente do Estado, na presidência de Rubião.

Altino Arantes chegou à presidência paulista antes dos 40 anos. Era um quarto de século mais moço que Rubião, desaparecido aos sessenta e cinco. Só esse contraste era suficiente para explicar algumas objeções. Sua carreira parlamentar federal fora marcante, mas meteórica. Seu discurso mais importante, já referido, dedicou-se à defesa do Convênio de Taubaté. Em São Paulo foi secretário do Interior, nos últimos meses do governo Albuquerque Lins, e Rodrigues Alves o manteve no posto, atendendo a conselhos do Senador Alfredo Ellis, do Deputado Arnolfo Azevedo e outros membros da representação paulista. Mas a razão principal que talvez haja influído no espírito de Rodrigues Alves, para pôr o peso de sua autoridade sem contraste em favor do nome do seu jovem sucessor, foi a experiência da colaboração dele, invariavelmente esclarecida, dedicada e leal, durante o seu governo. Lembremos, a propósito, que Rodrigues Alves pensara em Altino para ministro da Justiça de Venceslau, chegando a ressentir-se com a falta de atenção deste para com São Paulo, na formação de seu governo.

A indicação de Altino, até certo ponto condizente com a situação, não deixou de provocar reservas em alas do partido, que tinham candidatos considerados preteridos, como Cardoso de Almeida ou Cincinato Braga. Foi feita de maneira firme por Rodrigues Alves, embora servindo-se este de forma suasória e hábil. O fato foi que, consultado oficialmente pela Comissão Diretora do Partido sobre suas idéias a respeito da sucessão, o presidente respondeu, em carta de 3 de novembro de 1915, que provocou grande eco dentro e fora da Convenção. Nessa resposta, Rodrigues Alves dizia declinar da honra que lhe era feita pelos chefes do partido, sem nenhuma reserva, para orientar a solução do problema, e devolveu a responsabilidade total da escolha à própria Convenção, que, pelos estatutos, era composta dos deputados e senadores estaduais e federais. Ao entregar à Convenção o encargo da escolha, Rodrigues Alves não deixou de, no fim da sua resposta, insinuar a opinião pessoal que lhe pediam, e sobre cujo peso não podia se iludir. Disse que, entre tantos candidatos dignos, devia ser indicado um dos seus colaboradores no governo, mencionando, como exemplo, sem lhe declinar o

nome, aquele brilhante secretário que, pouco tempo antes, na formação do governo federal, tinha sido lembrado para uma das pastas de ministro. Ora, este secretário era o do Interior, Altino Arantes.

A maneira por que foi feita a indicação correspondia perfeitamente aos estatutos do partido e à incontrastável autoridade de Rodrigues Alves, mas provocou irritação em elementos convencionais, que derramaram, dentro e fora do recinto, as suas frustrações sem conseqüências.

Na Convenção, falaram pelos dissidentes Adolfo Gordo e Cincinato Braga, e pela situação, Carlos de Campos. Altino venceu por grande maioria: 73 contra 17 votos. Aliás, os dissidentes não votaram: retiraram-se da Convenção. Entre eles se achavam Júlio Mesquita e Prudente de Moraes Filho. Dois secretários de governo se demitiram. Rafael Sampaio Vidal e Moraes Barros.

A força da organização partidária era inquebrantável e esmagara não só os adversários externos, como fizera com a fração do PRC, no Estado, como as tentativas internas da dissidência. A organização partidária encontrava-se igualmente coesa em Minas, com o PRM, e isto foi que permitiu a aliança conservadora mineiro-paulista, coluna de sustentação daquela fase republicana.

As palavras iniciais da mensagem apresentada a Altino por Rodrigues Alves, a 1^a de maio de 1916, ao passar-lhe o poder estadual, são destinadas a mostrar a naturalidade daquela investidura: “Congratulando-me com o Estado de São Paulo pela posse do vosso governo, aprez-me afirmar, de acordo com o sentimento geral da população, que é de grandes esperanças o período administrativo que se inaugura. Tendo tido a vossa colaboração na quase totalidade do quadriênio,² que ora finda, estaria dispensado de vos dar informações do estado dos negócios públicos, se não devesse prestar essa homenagem ao Estado.”

Indicado na Convenção de 7 de novembro, com críticas de *O Estado de S. Paulo*, Altino tomou posse do seu governo na data constitucional, formando um gabinete inteiramente “alvista”, que se compunha dos seguintes nomes: Interior, Oscar Rodrigues Alves; Fazenda, Cardoso

2 Altino afastou-se do governo no prazo marcado pela Constituição Estadual para a incompatibilidade eleitoral.

de Almeida; Segurança, Elói Chaves; Agricultura, Cândido Mota. O prefeito de São Paulo foi o enérgico Washington Luís, cujo temperamento autoritário determinou mais de um choque com Altino, durante o governo. Washington, que recusou o ministério da Guerra, depois da morte de Rodrigues Alves, quando da formação do gabinete de Eptácio Pessoa,³ conseguiu o que de fato desejava: substituir Altino, em 1920, no governo de São Paulo, posto no qual, para confirmar a sua liderança dentro do Estado, anulou praticamente a influência do seu antecessor e restringiu severamente a da família Rodrigues Alves.

Com exceção de Washington Luís, todos os membros do governo eram amigos pessoais e discípulos políticos de Rodrigues Alves. Um era seu filho Oscar. Cardoso de Almeida e Elói Chaves haviam sido, como Altino, seus secretários. E Cândido Mota era dos seus mais íntimos amigos.

Pode-se dizer que Rodrigues Alves, no resto de vida que lhe sobrou, continuou como o inspirador da política e do governo do seu Estado. Uma espécie de instância superior, a quem se recorria em todos os casos difíceis da política e da administração, quer se achasse recolhido ao seu retiro de Guaratinguetá, quer se encontrasse na bela mansão carioca da Rua Senador Vergueiro, palco de tantos acontecimentos históricos, desde o Império.

3 Sobre a recusa de Washington Luís a ser Ministro da Guerra, veja-se o seu próprio depoimento, fornecido pelo seu filho e nosso amigo Caio Luís, e que incluímos no terceiro volume das nossas memórias, *Planalto*.

.....

Capítulo Terceiro

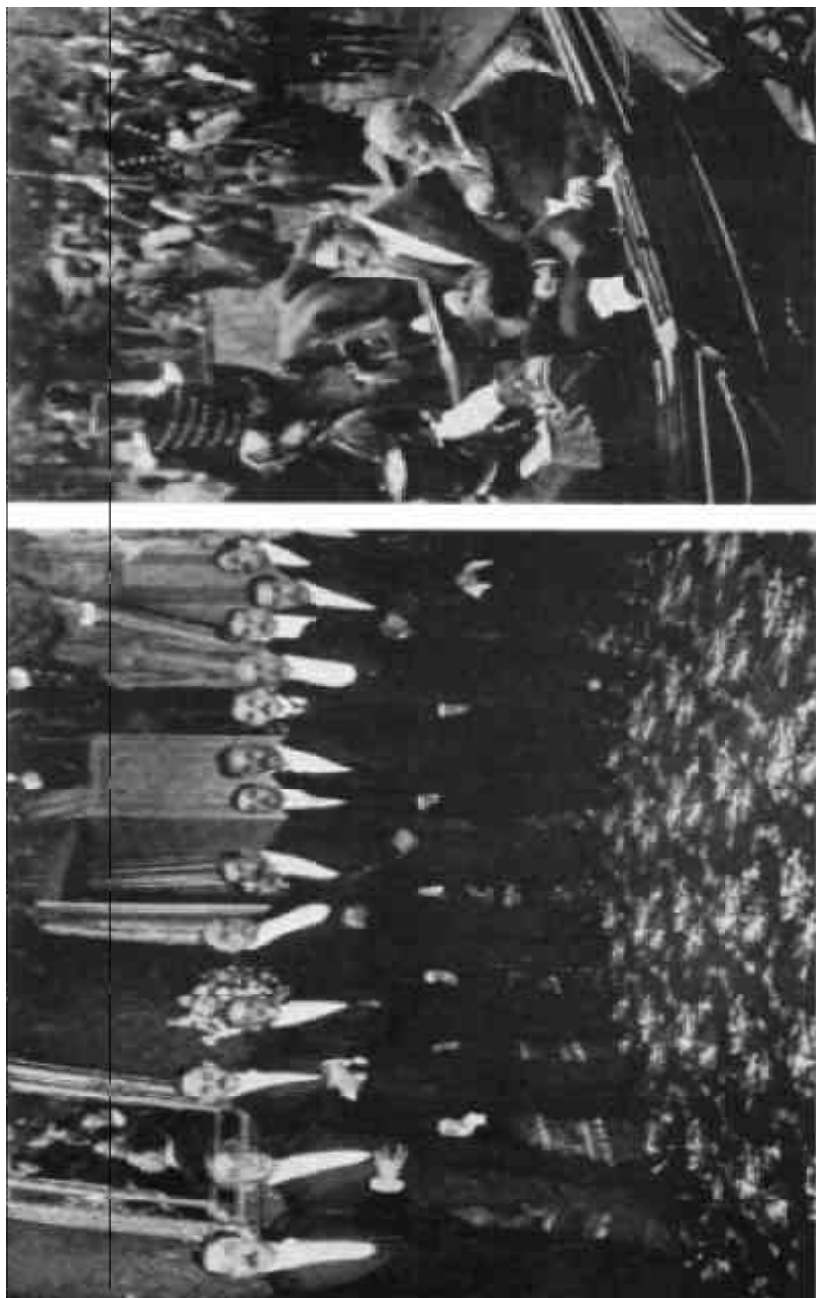
SÍNTESE DA TERCEIRA PRESIDÊNCIA DE RODRIGUES ALVES

A mensagem de 1º de maio de 1916, com que Rodrigues Alves transmitiu a presidência ao seu sucessor, é um documento cheio de confiança nas potencialidades do Estado e de mal disfarçado orgulho ante as evidências, que apresenta, dos êxitos da administração que se extinguiu.

Naquele mundo convulsionado pela guerra mais brutal e mais sangrenta registrada até então pela História humana, a palavra do presidente de São Paulo soava como um raríssimo incitamento à satisfação do presente e à confiança no futuro.

O orçamento estava saneado e praticamente equilibrado. O pequeno déficit do exercício de 1915 poderia ser absorvido no de 1916, com providências administrativas normais.

Os empréstimos externos da valorização do café, se não tinham sido inteiramente liquidados pelas dificuldades criadas pelos próprios credores, iam, no entanto, muito bem. Estavam garantidos na Alemanha pelo depósito de mais de 124 milhões de marcos, no Banco



Posse de Altino Arantes no governo de São Paulo. Careta. Coleção Plínio Doyle

Bleischröder (germano-inglês), preço do café vendido, tendo o governo alemão se responsabilizado pelo pagamento dessa soma e dos juros correspondentes, no fim da guerra,¹ graças aos esforços dos governos paulista e federal.

Por isso mesmo, Rodrigues Alves podia escrever textualmente na sua mensagem: “Somos um país neutro, cultivando com o governo da Alemanha relações de perfeita amizade.”

De fato assim era, até que a indiscriminada campanha submarina veio atingir-nos, no automático e criminoso expansionismo do militarismo alemão.

Na França, a garantia estava nos estoques de café de Havre, sendo de se notar que São Paulo, em plena guerra, continuava a cumprir religiosamente a sua obrigação contratual de entregar semanalmente, aos banqueiros europeus, a sobretaxa-ouro, cobrada pela exportação do café.

Os serviços de higiene, agricultura, instrução e obras públicas só tinham feito ampliar-se pelo Estado e progredir nas suas técnicas de execução. Em seu terceiro governo paulista, Rodrigues Alves fundou a Faculdade de Medicina, cuja direção foi logo confiada ao Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho.

Como sempre, a base de tudo era o café, e sobre ele as informações são pormenorizadas e extremamente animadoras, na mensagem de despedidas. A safra de 1915 tinha sido quase toda exportada, apesar das dificuldades da navegação internacional. A comercialização havia melhorado bastante, seguindo reiteradas recomendações de Rodrigues Alves. Agora já não se trazia, de repente, toda a safra para Santos, o que determinava sempre um elemento psicológico favorável ao jogo da baixa. Quando Rodrigues Alves deixava o governo, as Docas de Santos armazenavam 1.250.000 sacas, mas, no interior, aguardando a saída, encontravam-se 800.000.

A situação política era de perfeita ordem, com o predomínio total do PRP e as melhores relações com o governo federal.

1 É claro que a entrada do Brasil no conflito alterou tal arranjo. As soluções foram encontradas nas negociações que precederam ao Tratado de Versalhes.

As eleições de 2 de fevereiro para o Congresso do Estado, e as de 1º de março para a presidência e a vice-presidência, vieram demonstrar aos mais empedernidos adversários de Rodrigues Alves o irrealismo e a ingenuidade das suas posições. O velho presidente terminava o governo, iniciado com tantas ameaças, como líder único e inatacável dentro da política do Estado.

Porém, o que mais impressiona naquela espécie de despedida do povo a que servira no Império e na República é o tom de sincera e quase juvenil esperança com que ele encara o futuro. Vale a pena transcrever o trecho com que o antigo colega e contínuo ledor de Castro Alves se refere ao aparecimento no cenário socioeconômico do Estado, da zona do Noroeste, em toda a sua vertiginosa pujança.

Leiam-se estas linhas do seco relatório de fatos e cifras, daquele homem de sessenta e oito anos, linhas que tomam um tom quase poético:

“Não são elementos de prosperidade que podem desaparecer, sob qualquer pretexto, com sacrifício de nossa riqueza. Assentam, ao contrário, em base estável e segura, apoiados na convicção de que é preciso ampliar e desenvolver as fontes de produção, criando outras indústrias e preparando novas lavouras. Com essa orientação, os grandes municípios da fronteira têm progredido extraordinariamente. Ao Noroeste do Estado, a estrada de ferro franqueou ao trabalhador uma extensão enorme de terras excelentes. É impressionante o desenvolvimento da zona. A população cresce, numerosos núcleos se instalam, alargam-se as pastagens para a criação de gado e formam-se novas lavouras de café, destinadas à reconstituição das que vão enfraquecendo em outras circunscrições.”

O trem de ferro “espantando o caboclo nu”, como escreveu o seu genial amigo do tempo de estudante, diversificava a economia do território virgem que devassava. Gado, novas lavouras, outras indústrias. Era o portentoso Noroeste, que nascia no seu governo, e que pouco depois foi cantado por outro grande poeta nascido à beira do mar.

Dez anos depois da certidão de batismo do Noroeste, que foi a mensagem de Rodrigues Alves, aquela realidade nascente era transportada para a realidade eterna da poesia, nos versos de Ribeiro Couto, dedicados a Washington Luís. São dos mais belos escritos do admirável poeta brasileiro, para quem o calor do Brasil estava sempre no coração, nas frias neves da Europa. Em *Noroeste* ele canta:

*O trem carrega corpos indiferentes,
Viajantes fatigados de Mato Grosso
Que as rodas embalam, envoltos em mantas.*

.....

*Ó terra do Noroeste,
Tão pura agora, na inocência do amanhecer!
As primeiras claridades da aurora
Te envolvem de uma graça de infância
E, sobre a paisagem do teu grande corpo místico,
Parece ainda pairar o mistério da criação.*

.....

*Nenhum homem feito, ó Noroeste,
Poderá dizer-te: minha terra natal.*

.....

*E os olhos aflitos do engenheiro invocando Deus
Ao ver o mulato, abridor da picada,
Caído com o peito varado de flechas,
S. Sebastião da estrada de ferro da nova conquista!*

.....

*Até que uma tarde uma turma chegou à barraca palustre,
O engenheiro mandou distribuir cachaça
E beberam patrioticamente, à saúde do rio Paraná.*

Depois o poeta canta os imigrantes que chegam e se misturam aos caboclos nacionais sob a proteção de Nossa Senhora da Aparecida. São os “bandeirantes do torna-viagem”.

*É S. Paulo que caminha, ó Noroeste,
Como outrora,
Como no tempo das estradas incomparáveis!*

.....

*Estas casimiras são resistentes como as inglesas;
Estas tintas são tão boas como as alemãs.
Este aço é de Ribeirão Preto. Não te comoves?*

No Brasil morno e erradio das apólices, do fraque a 40 graus, do emprego público, da boêmia da imprensa e da literatura, naquele Brasil de João do Rio, Edmundo Bittencourt e Coelho Neto, dizendo desaforos, pastichando os franceses ou escrevendo difícil na reluzente euforia das avenidas triunfais do Rio de Janeiro, Rodrigues Alves, o reconstrutor da cidade, falava agora do campo, das lavouras que se abriam, das indústrias que se fundavam. Falava austeramente, em plena guerra, como Ribeiro Couto veio cantar depois dele, nos versos injustamente esquecidos.

Era compreensível que o presidente resumisse a obra realizada no terceiro governo de sua província, com expressões estranháveis naquele mundo convulsionado, naquele Brasil dormente e discursador. Disse ele:

“Os grandes serviços públicos estão organizados, e as suas forças produtoras têm revelado uma ânsia de expansão e uma resistência que provocam satisfação e orgulho. Há, nesta parte da República, no atual momento, e a despeito das condições de trabalho que entravam a atividade do mundo inteiro, uma atividade que nos faz honra.”

A glória do estadista foi proclamada no grande banquete que lhe foi oferecido, na noite de 3 de maio, no salão do Clube Germânia.

Altino Arantes, empossado havia dois dias na presidência, compareceu ao banquete. No seu precioso diário íntimo, começado no dia mesmo da posse, o novo presidente, chegando a palácio, de regresso da festa, escreveu o seguinte:

“Nunca vi reunião política tão solene [...]. Admirável pela forma e pela extraordinária elevação de conceitos, a resposta do Conselheiro; senti-me humilde e pequeno diante dele, ouvindo-lhe as nobres palavras de coragem e de incitamento.”

Ao banquete esteve presente o Deputado mineiro Antônio Carlos de Andrada, que, líder da Câmara Federal, vinha como representante pessoal do presidente de Minas, Delfim Moreira. Evidenciava-se a formação de novo triângulo de poder, formado por São Paulo, Minas e o governo federal.

A festa do Clube Germânia foi a consagração, pelo PRP, não somente da obra do estadista, mas da personalidade política de Rodrigues Alves. Foi o claro lançamento, por São Paulo, da sua candidatura a uma nova presidência da República.

O orador que o saudou foi o Deputado Antônio Lobo, que proferiu excelente oração.² Começa, diante dos congressistas do PRP, pela glorificação do velho partido, fundador da República. Nascido sob a “inspiração fecunda [...] de patriotas egrégios, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, João Tibiriçá Piratininga, Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Campos Sales, Bernardino de Campos e Francisco Glicério” (este, que falecera havia pouco, era considerado o “maior propagandista”),³ o PRP não hesitara em convocar, desde logo,

2 O republicanismo de Antônio Lobo provocara a ira do monarquista Martim Francisco (o chamado Martim de Santos, terceiro desse nome). Em um dos seus livros satíricos, colocou uma dedicatória a meu pai, na qual dizia que o livro, por defeitos de revisão, saíra tão cheio de erros que o autor “o atribuía ao Antônio Lobo...”

3 O Senador Francisco Glicério, o velho colega e grande líder republicano, morreu na manhã de 12 de abril, de um ataque de uremia, na modesta pensão em que morava, na Rua das Laranjeiras. Escrevendo no dia 16 à filha Catita, Rodrigues Alves se abre: “Senti muito a morte do Glicério. Depois da minha enfermidade fiquei muito sensível às doenças dos outros, e, nestes últimos tempos, tive mais ocasião de conviver com ele e apreciar as suas qualidades. O sentimento tem sido geral e as manifestações chegam diariamente dos pontos mais remotos do país.”

ao seu seio, os monarquistas Rodrigues Alves, Antônio Prado, Albuquerque Lins, Duarte de Azevedo, Rubião Júnior e Almeida Nogueira.

O partido era força propulsora do progresso econômico de São Paulo, que resistia a todas as dificuldades da hora; contribuíra para o fortalecimento das instituições nacionais e soubera criar uma “ascendência moral crescente no seio da federação brasileira”.

Para o orador, o partido era, pois, o dinamo do progresso paulista, o instrumento da influência paulista, nas melhores práticas republicanas e a causa da ascendência moral paulista dentro da União federal. Era o eco da linguagem dos cónsules e censores consagrados, dos generais vitoriosos, nos tempos áureos de Roma.

Mas aquele partido glorioso, tendo perdido pela morte tantas figuras consulares, guardava ainda, para glória e esperança de São Paulo, “fora do escalão superior, sem sombras e sem manchas, na personalidade do nosso avantajado progresso, a figura austera, o vulto respeitável daquele [...] cujos serviços inigualáveis [...] nunca serão em demasia rememorados”. E prossegue o orador: “Depois de vinte e sete anos de regime republicano, percebe-se que o período presidencial do festejado patricio é, até agora, por aclamação unânime, assinalado como a idade de ouro da República.” Pela sua honradez impoluta, pela sua coragem na hora do risco, pela sua doçura nos momentos de vitória, pela sua experiência, por todos os títulos que foi enumerando, o orador repetiu a frase de Lauro Müller, anotada por Rodrigues Alves, de que este “era o maior entre os brasileiros vivos”.

Depois da morte de Rio Branco ninguém ouvia esta frase, estando vivo Rui Barbosa.

O lançamento do nome de Rodrigues Alves aparece claro, na peroração do entusiástico discurso:

“Levantemos os nossos olhares até esse Deus clementíssimo [...] para que conserve tão alta personificação do civismo paulista, com vigor e energia de ânimo e com grande fortaleza física, a fim de ainda vir a desempenhar, no cenário da nossa pátria, o papel proeminente que lhe está reservado pelo destino da República e da nossa nacionalidade.”

A resposta de Rodrigues Alves a essa clarinada é modesta, prudente e hábil. Inicia-se, com certa tristeza, com a lembrança das suas

presidências anteriores em São Paulo, a primeira em 1887, “há muitos anos”, quando teve de enfrentar a fase final do abolicionismo, optando pela Lei Áurea. A segunda, que não chegou a terminar, por ter de assumir a chefia da nação. E agora a terceira, da qual esperava poder se retirar para o repouso que a idade lhe recomendava. Não recusaria o seu conselho e o seu auxílio, quando lhe fossem solicitados, não sentia vaidade, só emoção pelas homenagens que recebia, mas o que buscava era “no repouso, a tranqüilidade de que carecia, após uma tão longa peregrinação pela vida política”.

Depois deste exórdio pessoal, passa a falar da guerra, dos riscos que o seu fim envolveria para todos os países do mundo, fossem ou não beligerantes. Que seria a paz, com os países fortes destruídos e os fracos impotentes? A única rota era a da união nacional em torno do governo federal, em defesa dos interesses do Brasil em tão grave conjuntura.

Condenava a reforma constitucional, fonte de agitações, mas achava que leis ordinárias poderiam aliviar os dois maiores males das instituições de 1891, a intervenção nos Estados e a falta de autenticidade das eleições. Suas idéias continuavam as mesmas, e sua confiança também, nas soluções que não extrapolassem da Constituição.

Termina Rodrigues Alves o seu discurso com caloroso voto de confiança no êxito do governo de Altino, cabendo a este encerrar o banquete com o clássico brinde de honra a Venceslau Brás.

No dia 4 de maio, ao meio-dia, em trem especial, com a estação repleta de povo, Rodrigues Alves seguiu, acompanhado pela família, para a velha casa de Guaratinguetá.

Voltava em excelentes condições físicas para sua terra.

Altino, que o visitara no Hotel Rotisserie Sportsman, no dia 2, observa como ele estava alerta e risonho, ao lado das filhas. Chegou a fazer ironia, ao dizer que “se sentia tão acarinhado pelos amigos, que até lhe parecia que não deixara a presidência...”.

E, tal como aconteceu quando deixou a presidência da República, em pouco a mão do futuro viria bater-lhe à porta.

.....

Livro XV

Capítulo Primeiro

Volta a Guaratinguetá – Atividade política.

VOLTA A GUARATINGUETÁ

A intenção de Rodrigues Alves, ao despedir-se do governo, não era, como disse formalmente no discurso do Clube Germânia, encontrar a tranquilidade no repouso de Guaratinguetá.

Sua longa vida pública, seus serviços prestados ao Estado e ao país, a glória que lhe aureolava a velhice, concediam-lhe, sem dúvida e largamente, tal direito.

Era homem de fortuna. Poderia ficar entre filhos, netos e amigos, ocupando-se para distrair-se, com a gestão de suas fazendas, dos seus negócios de café, e entregando-se à leitura de velhos autores, exercício que lhe aprazia, mas que a permanente atividade política lhe concedia pouco tempo para praticar.

Sendo muito um homem da família, Rodrigues Alves não era, no entanto, homem de negócios, nem de cultura. Interessava-se pelas atividades produtoras – na maior parte entregues ao irmão Virgílio – porque tinha recursos herdados e adquiridos, e, sendo generoso, levava uma existência cara. Demorava-se em leituras, de que os seus cadernos trazem notas freqüentes, mas não por esta íntima necessidade do homem voltado para a cultura. Os livros eram, para ele, um passatempo e uma fonte de inspiração moral. Seus julgamentos obedeciam a critérios extraliterários, às vezes curiosos. Por exemplo, encantou-se com a leitura tardia do romance *Corina*, de Madame de Staël. Passou a interessar-se pela autora mas, ao conhecer-lhe a vida errada e livre, fez várias restrições à escritora, como se esta ficasse prejudicada pela sua conduta de mulher.

Seus autores de preferência eram os que escreviam sobre política e história política. Não são raras as cópias que fez de trechos de Sarmiento, Avellaneda, Alberdi, ou Velez Sarsfield, naquele tempo em que o Brasil disputava hegemonias sul-americanas com a Argentina, e ele próprio era um símbolo dessa mentalidade competitiva e da frustração com que olhávamos a brilhante civilização do rio da Prata.

Raramente se encontram cópias, feitas por ele, de escritores não políticos. Às vezes, vinham por intermédio de políticos, como, por exemplo, citações de Lamartine colhidas em Louis Barthou. Refere palavras espirituosas do Padre Antônio Pereira de Figueiredo, o da *Artinha*. Translada trechos de uma conferência do poeta Jean Richepin. Entre os brasileiros, além de Castro Alves, seu companheiro inesquecível, e de Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, parecia admirar, também, Eduardo Prado. Com efeito, copiou longa página de uma conferência de Prado sobre “O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Novo Mundo”, pronunciada na Faculdade de Direito de São Paulo a 20 de agosto de 1896. Explica-se. A conferência procurava demonstrar que o Brasil nascera de São Paulo; que, se não fossem as bandeiras, as populações lusas ficariam presas a Tordesilhas, e a língua portuguesa não seria falada senão em estreita faixa paralela ao Atlântico. Rodrigues Alves, descendente pelo lado materno de paulistas do século XVI, transcreveu cuidadosamente a passagem.

Para ele os grandes poetas modernos eram a trindade parnasiana: Bilac, Raimundo, Alberto. Mas já lia alguns modernos, como o português Carlos Malheiro Dias. É curioso que não se encontrem, nas frias notas

de leitura, referências a Machado de Assis. Machado de Assis também, que eu saiba, só uma vez referiu-se ao futuro renovador do Rio, e isso no tempo do Império.

Acima de homem de governo e de homem de família, Rodrigues Alves foi essencialmente o político – o homem político. Por ser o maior político é que foi o maior estadista brasileiro.

Semanas antes de deixar o governo de São Paulo, em uma noite fria e chuvosa, ele concedeu a João do Rio – que o freqüentava e ele estimava desde a presidência da República – uma entrevista que, quando publicada em *O País*, causou sensação. João do Rio recolheu-a em seu pequeno e interessantíssimo livro *No tempo de Venceslau*, sob o título “O estadista brasileiro Rodrigues Alves”.

A conversa foi longa, no salão aconchegado e tépido dos Campos Elísios, enquanto a chuva castigava, lá fora, as árvores do parque. Falaram de arte, de literatura, de teatro. Rodrigues Alves lembrou sua distante mocidade, os homens egrégios que conhecera sob o Império, os fatos memoráveis a que assistira na Abolição, na Constituinte, na ditadura de Floriano.

Demorou-se em citar os colaboradores da sua obra, Rio Branco, Osvaldo Cruz, Passos, Lauro Müller.

No final da entrevista é que veio a parte mais importante. Indagado sobre se ia abandonar a política, Rodrigues Alves respondeu:

“Não. Se a saúde me ajudar não poderei deixar de me interessar pela administração e pela política do nosso país. Continuo na política ativa.”

Era uma posição pessoal e era um aviso público. Essas frases foram glosadas pela imprensa. O velho Conselheiro recolhia-se a Guaratinguetá, mas conservava a casa aberta à política ativa, sua companheira de sempre.

Rodrigues Alves permaneceu muitos meses na cidade natal, sempre afetuoso com a família, sempre atento com a política. O dia mesmo em que chega, 5 de maio, era data do nascimento da netinha Anah, a quem não deixa de telegrafar e de enviar 50 mil-réis. Mas a volta ao Rio ia demorar.

Desde novembro de 1915 (vê-se por cartas suas à filha Catita e ao genro, Cesário Pereira) iniciara reformas na residência carioca da Rua Senador Vergueiro, aparelhando-a para nela se instalar confortavelmente. Pedia ao genro que ativasse os trabalhos, pois não queria ficar com “a grande quantia” paralisada no Banco River Plate. Interessava-se pelo andamento das obras. A 29 de março de 1916, escrevia a Cesário:

“Espero o croquis da frente para ver como ficará o quadro com a modificação das portas. Estou de acordo quanto ao alpendre. V. vá vendo o que é preciso fazer.”

Eram as portas de ferro colocadas na frente da antiga residência do Visconde de Cavalcânti, e o alpendre corrido, no fundo, aberto para a pequena chácara tropical. Velha casa, bela casa, cheia de sombras imperiais e republicanas, rara mansão histórica carioca, destinada, como as poucas mais que existem na cidade, a desaparecer mais dia menos dia.

A 1º de junho escrevia à filha: “Ficaremos aqui até que a casa do Rio esteja em condições de nos receber.”

Ia vivendo a vidinha da sua cidade. Frequentava as festas de Santo Antônio, na matriz, para ouvir a missa do Padre João e os sermões dos pregadores vindo do Rio. Disputava a nomeação de promotores e delegados nas comarcas vizinhas. Escrevia às netas, aos filhos, aos amigos. Mas também não perdia de vista os grandes fatos nacionais:

“Guaratinguetá, 10 de agosto – Ontem o Oscar avisou pelo telefone que os jornais davam a má notícia de se achar em estado desesperador o Dr. Osvaldo Cruz. Telegrafei a Nhonhô pedindo que o visitasse, mandando notícias, mas, até agora, nada sabemos ao certo. Será uma desgraça a perda do homem de quem tanto espera o país.”

Osvaldo Cruz estava mesmo muito doente, aos quarenta e poucos anos.¹ E Rodrigues Alves, no seu impulso sempre juvenil de homem público, não falava do grande higienista lembrando os feitos

1 Só veio a morrer a 11 de fevereiro de 1917, em Petrópolis.

passados e gloriosos do seu governo, mas pensando nos serviços que ainda poderia prestar ao Brasil no futuro.

ATIVIDADE POLÍTICA

Sua vida particular corria tranqüila, na pequena cidade do Vale do Paraíba. Mas, entremeada com ela, a atividade política, paixão exclusiva e destino imutável, prosseguia intensa.

Para que Rodrigues Alves tivesse oportunidade de funcionar politicamente, não como o Conselheiro, que ele era, mas como militante, tornava-se indispensável que ocupasse, desde logo, postos políticos. E estes, na incessante seqüência de sucessos que foi a sua longa carreira, vieram-lhe logo às mãos. Pouco depois de deixar o governo, foi conduzido à Comissão Diretora do PRP e à representação de São Paulo, pela terceira vez, no Senado Federal.

A entrada para a Comissão Diretora do partido foi resolvida pelo novo governo estadual no seu primeiro mês de existência. No dia 21 de maio, Altino Arantes requisitou um trem especial e seguiu para Guaratinguetá, em companhia de Oscar Rodrigues Alves, Elói Chaves e Meireles Reis.² Discutiram longamente com o Conselheiro a sua entrada na Comissão Diretora, em lugar do irmão Virgílio, que nela não era senão o seu representante. No mesmo dia, o grupo regressou a São Paulo mas Altino insistiu no dia 25, enviando uma carta, por portador, a Rodrigues Alves. Este lhe respondeu, no dia 26:

“Amigo Dr. Altino.

Acabo de receber a sua carta de ontem. Eu exatamente hoje havia escrito ao meu mano Virgílio sobre a organização da Comissão Diretora do Partido Republicano do Estado. Falando-se no meu nome para membro dessa comissão, eu lhe disse que a indicação seria muito lisonjeira para mim, mas de nenhum proveito para o partido, visto como eu contava estar no Rio durante o inverno, e, mesmo durante o verão, muito irregular poderá ser a minha presença nessa

2 Elemento de projeção política e social em Guaratinguetá. Aparentado com os Rodrigues Alves. Dessa família é o cantor brasileiro Mário Reis.



Encontro no Catete, às vésperas da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial — da esquerda para a direita: Nilo Peçanha, Ministro do Exterior; Rui Barbosa, Senador; Veneslau Brás, Presidente da República; Rodrigues Alves, Senador e Presidente eleito; Urbano Santos, Vice-Presidente da República. Careta. Coleção Plínio Doyle

capital. Ao mesmo tempo acrescentei que não convinha que ele sáisse da comissão, para poder continuar a falar dos interesses do Norte,³ que não são conhecidos dos demais diretores do partido. A sua carta, tão cheia de bons conceitos para comigo, expressa por tal forma a generosidade dos nossos chefes paulistas, que não tenho a liberdade de recusar o meu assentimento às suas ordens, às quais me submeterei com desvanecimento.”

Termina pedindo que se dê qualquer compensação de prestígio político ao irmão, que seria indicado pouco depois senador estadual.

No episódio vê-se a habilidade do político. Já estava informado do fato desde o dia 21, pelo que se vê do diário de Altino. Mas, não sabendo que esta nota ficaria fixada para o futuro, escreveu documentos formais, ao irmão e ao presidente, indicando os inconvenientes da aceitação do posto que lhe fora ofertado e que ele, evidentemente, havia aceito, porque Altino, no diário, não menciona resistência alguma de sua parte.

Afinal, no dia 27, compôs-se a nova Comissão Diretora, órgão de comando decisivo. Passam a integrá-la, além de Rodrigues Alves, Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Pádua Sales, Carlos de Campos, Lacerda Franco e Fernando Prestes, além de dois recém-admitidos, que foram Olavo Egídio e Rodolfo Miranda. Olavo Egídio era antigo correligionário e Rodolfo Miranda havia sido “o capitão” do hermismo e do pinheirismo em São Paulo. O partido explica:

“A conduta invariavelmente tolerante do PRP não comporta a existência de réprobos eternos: têm sido anistiados e admitidos aos conselhos dirigentes aqueles mesmos que tentaram, de armas na mão, subverter as instituições republicanas. Por que, pois, fechar as portas aos contingentes do Partido Republicano Conservador?”

Como prova final de prestígio, Rodrigues Alves foi eleito presidente da Comissão Diretora.

3 Norte de São Paulo, zona de Guaratinguetá.

Quanto à senatoria por São Paulo, veio-lhe naturalmente, com a morte de Glicério. Indicado para preencher a vaga pela Comissão Diretora, foi eleito em pleito realizado a 20 de novembro de 1916. No dia 10 de dezembro realizou-se a apuração em São Paulo. No dia 22, Rodrigues Alves recebeu o diploma e enviou-o à mesa do Senado, por intermédio do seu colega Alfredo Ellis. Foi especialmente ao Rio para tomar posse da cadeira, a 28 de dezembro, ao encerrar-se a sessão legislativa.

Rodrigues Alves pouco freqüentou o Senado nessa última passagem pelo antigo palácio do Conde dos Arcos. Raros eram os colegas a que se sentia ligado por velhas relações, com os quais houvesse participado de importantes acontecimentos. Entre esses estavam Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Epitácio Pessoa, Leopoldo de Bulhões, Seabra, Francisco Sales, Lauro Müller. Azeredo era o Vice-Presidente da Casa. Rodrigues Alves compareceu pela primeira vez a 15 de maio de 1917, e foi dos senadores menos assíduos à sessão legislativa do ano. Não consta dos *Anais* nenhum discurso seu em 1917. No segundo semestre é um pouco mais assíduo, e, às vezes, encontrava-se na sessão com Rui Barbosa, que também de raro em raro estava presente. Compareceram ambos à sessão de 26 de outubro, na qual foi aprovado, unanimemente, o reconhecimento do estado de guerra com a Alemanha. Quando se encontravam no Senado, os dois sentavam-se em cadeiras contíguas.

A 11 de abril, depois do rompimento de relações diplomáticas, Rodrigues Alves, de Guaratinguetá, telegrafou a Venceslau Brás:

“A ATITUDE DIGNA E PATRIÓTICA DE V. EX^a, NO GRAVE INCIDENTE INTERNACIONAL DO MOMENTO, VAI DESPERTANDO NESTE ESTADO EXPRESSIVAS MANIFESTAÇÕES DE APOIO E SOLIDARIEDADE. QUEIRA V. EX^a ACEITAR MINHAS CONGRATULAÇÕES.”

Assim, aquele que a imprensa hostil acusava de germanófilo, pôs-se logo contra a Alemanha, quando fomos atacados.

É de justiça e é importante consignar-se que o Senador Lauro Müller também compareceu à sessão do Senado, a 26 de outubro, e

nela proferiu o seu voto de bom brasileiro. Rui fez um discurso eloqüente mas infeliz, procurando todo o tempo destacar sua própria posição, e fustigar o que chamava as hesitações do governo, como se não houvesse causa para elas.

A 3 de outubro de 1918, já eleito Presidente da República, Rodrigues Alves renunciou ao mandato, a fim de preparar-se para a posse na presidência, que se deveria realizar a 15 de novembro.⁴

4 Não consta dos arquivos do Senado, segundo pesquisas feitas, o documento de renúncia a 3 de outubro. Retiramos a informação de uma nota pessoal de Rodrigues Alves. Mais adiante veremos a aceitação da renúncia, no mês de novembro, tal como consta do *Diário do Congresso Nacional*.

.....

Capítulo Segundo

Candidato à presidência da República – A convenção.

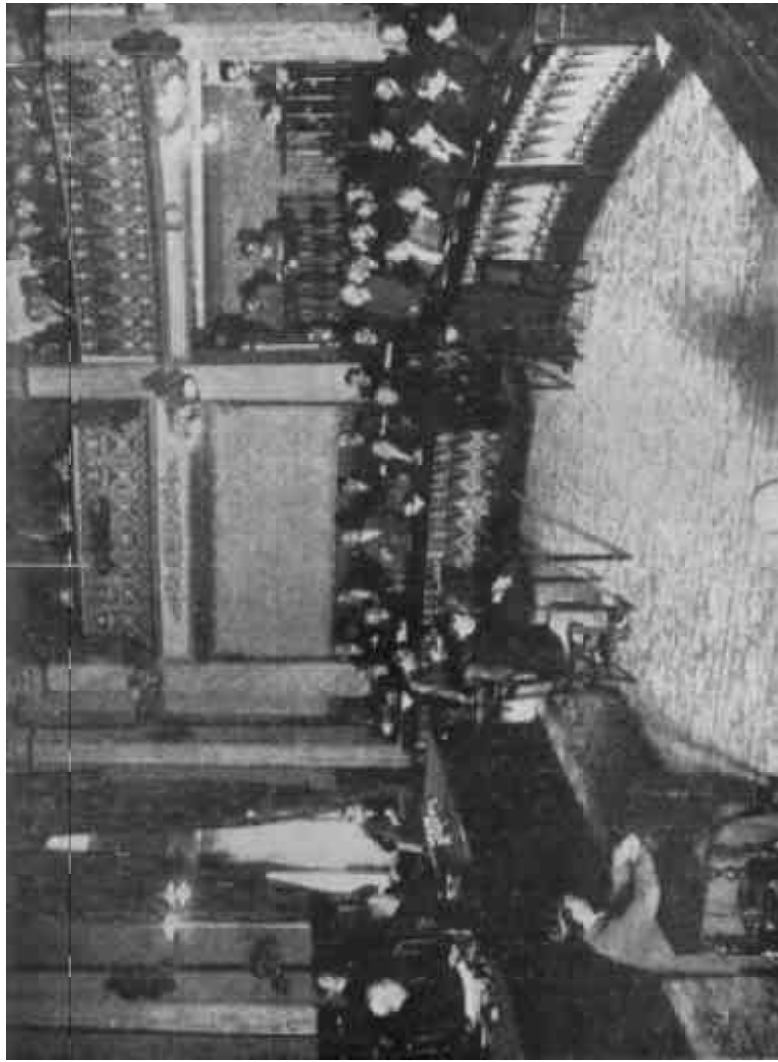
CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O

s indícios sobre uma nova presidência Rodrigues Alves eram reiterados e consistentes, a partir da morte de Pinheiro Machado, em 1915.

Antes disso – e já o vimos neste livro – seu nome aparecia na cogitação do público e nas manobras dos políticos, para ocupar o posto supremo, mas nunca com elementos efetivos de viabilidade.

Ou se tratava de simples especulações, sem maiores consequências, derivadas da impressão natural de que a autoridade do seu nome e a memória do seu governo eram fatores capazes de conjurar as crises periódicas da sucessão presidencial, ou eram jogadas políticas, sem esperança de vitória, simples golpes parciais no quadro complexo da organização de forças. Os apelos de Rui Barbosa, por duas vezes, para que aceitasse a indicação do seu nome, faziam parte deste último gênero de frustradas candidaturas.



A memorável sessão do Senado de 31-5-1917, em que Rui falou sobre a necessidade da declaração de guerra. A sua direita, Rodrigues Alves, Senador e Presidente eleito. Careta. Coleção Plínio Doyle

Rui, que foi um apóstolo da legalidade política, supôs sempre que esta podia fundar-se só em esquemas lógicos e jurídicos, sem atribuir a devida importância aos fatores econômicos, sociológicos e culturais. Como apóstolo não lhe interessava o êxito político das campanhas em que se empenhava; ou antes, para ele, o êxito era a própria campanha. Daí não hesitar nunca em chefiar oposições.

Em 1909, antes de se lançar à campanha civilista, Rui convidou Rodrigues Alves para chefiar a oposição a Hermes, que sabia – e dizia – de antemão perdida. Em 1913, o baiano lembrou, mais uma vez, o nome do paulista, mas para matar no nascedouro a candidatura de Pinheiro Machado, cujos primeiros movimentos Antônio Azeredo promovia no Senado, sob os seus olhos argutos e vigilantes.

É interessante, agora, observar que, morto Pinheiro, o grande adversário de Rodrigues Alves, e firmada aos poucos, naturalmente, a candidatura deste nos meios políticos, Rui Barbosa não se destacou em sua defesa.

Em 1915, as coisas haviam mudado. Nenhuma força séria parecia se opor a uma quarta presidência paulista. O governo estadual de Rodrigues Alves fora um grande sucesso, que mostrara a continuação de todas as virtudes administrativas do ex-presidente da República. A única sombra no caminho, que era a sua saúde, parecia dissipada, desde que, no princípio daquele ano, voltara ao posto e o pudera exercer com vigor até o fim do mandato. Seu nome, que parecia viável em 1915, foi se impondo, em 1916, como a única solução possível.

Os indícios – e só falamos de indícios sérios, visíveis e concretos nos altos círculos decisórios – revelam-se com surpreendente precocidade.

Antônio Carlos de Andrada, já o dissemos, comparecera em São Paulo à posse de Altino, ao mesmo tempo como líder do presidente da República e representante do presidente de Minas. No dia 2 de maio, seguinte ao da posse, Altino ofereceu ao representante mineiro um banquete no Palácio dos Campos Elísios. Fê-lo buscar no Hotel Rotisserie Sportsman, onde se hospedara, e cercou-o de homenagens, dizem os jornais do dia seguinte. Pois bem, no seu diário, iniciado na véspera, o presidente de São Paulo relata que, depois do jantar, tivera com Antônio Carlos uma longa conversa em *tête-à-tête*, que resume na seguinte página:

“Antônio Carlos expôs primeiro a situação melindrosa do governo federal, assolado por enormes dificuldades de ordem econômica e administrativa e sob a pressão de reiterados movimentos de revolta nos quartéis”.¹

Os dois políticos acertaram que o problema da sucessão presidencial não deveria ser aberto de pronto, mas resolvido oportunamente por Minas e São Paulo, “em perfeito e indispensável acordo e sob a orientação esclarecida do Senhor Conselheiro Rodrigues Alves, único e reconhecido árbitro dos destinos republicanos neste momento, chefe incontestável da política paulista e a quem o Estado de Minas (concluiu textualmente o Senhor Antônio Carlos) quer também para chefe da sua própria e da política nacional”.

Descontada que seja a relatividade de todas as declarações verbais das conversas entre políticos, eram significativas e graves as afirmações do líder mineiro.

Morto Pinheiro Machado, Borges de Medeiros perdera no meio federal o seu “braço secular”. Rui continuava a ser o que sempre fora: criador de entusiasmos mas nulificador de confianças. Nilo, sem muita autoridade pessoal, não tinha, atrás de si, um grande Estado. Lauro tinha essa autoridade, mas seu Estado era também pequeno. Os demais Estados pequenos não dispunham nem de líderes nem de força. Seguiriam a união mineiro-paulista, agora mais forte do que nunca, pelo enfraquecimento federal do Rio Grande. Só um risco efetivo, nunca confessado de público, se antepunha a uma quarta presidência paulista: seria o golpe dos mineiros em favor de uma terceira presidência para eles mesmos, o que não escapou, desde logo, aos paulistas, que trataram de se defender da maneira mais eficaz, ao fortalecer a união interna, evitando qualquer razão de desentendimento com o governo federal.

A união interna, já o vimos, era consolidada com a inclusão, na Comissão Diretora do partido, de elementos que tinham pertencido à dissidência e ao PRC. A solidariedade a Venceslau, publicamente cimentada com a manifestação de apoio encabeçada por Rodrigues Alves, prosseguiu com todo cuidado, embora, nas expansões íntimas, os

1 Vê-se por este ponto, que, além da sedição dos sargentos, com ramificações operárias, outras conspirações militares se haviam manifestado nas casernas.

paulistas andassem sempre desconfiados da famosa e até certo ponto mitológica malícia mineira.

Logo a 6 de junho, Altino advertiu Rodrigues Alves a respeito das suspeitas antimineiras. Noticiava-se a reunião de próceres montanhesees em Belo Horizonte, para tratar da sucessão. Antônio Carlos, na conversa recente, fora peremptório: só atuariam em conjunto. Que conversas misteriosas estariam entretendo, à sombra das magnólias belo-horizontinas, os esertísimos membros da *Tarasca*?

O PRP se organizava para a conquista silenciosa da vitória. Logo em princípio de maio, a Comissão Diretora se reunira, conjuntamente com os deputados federais, e Álvaro de Carvalho, recém-chegado da Europa, um dos mais hábeis e experientes políticos do tempo, conhecido pela sua íntima amizade com Rodrigues Alves, foi escolhido líder da bancada.

Fator da maior importância, o Rio Grande do Sul parecia entrar no aprisco. A 28 de junho, o Senador gaúcho Soares dos Santos, vindo de Porto Alegre para o Rio, entrevistou-se com Altino, em São Paulo, e assegurou-lhe “devidamente autorizado pelo Dr. Borges de Medeiros, o apoio desse Estado [Rio Grande] à orientação de São Paulo [...] notadamente na escolha do futuro presidente que deverá ser o Conselheiro Rodrigues Alves”.

Mas, nas informações íntimas, os gaúchos pareciam jogar com pau de dois bicos. Na véspera da conversa entre Soares dos Santos e Altino, o gaúcho Ildefonso Fontoura escrevia a Borges de Medeiros uma carta diferente, conservada nos arquivos deste. Segundo Fontoura, Rodrigues Alves deveria ser candidato em 1918, mas os mineiros pareciam preferir Rui Barbosa, e só aceitariam o paulista se não houvesse escapatória.

Quanto a Rodrigues Alves, sempre em Guaratinguetá, sua posição era prudente, sem confianças ingênuas. Almejava a presidência (naquele momento tudo parecia indicar isso), mas sem sacrifício de certas posições conhecidas, e sem acreditar inteiramente no apoio total dos mineiros. As cartas que escreveu, durante todo esse período, a Altino Arantes, e por este preciosamente conservadas, mostram a permanente flexibilidade da sua conduta diante dos palácios do Catete e da Liberdade. Apesar de contrário, por princípio, às violências contra a autonomia dos

Estados, recomendou a Altino apoio cauteloso da bancada ao governo federal, no caso da intervenção em Mato Grosso, com a qual Venceslau parecia concordar:

“Embora francamente partidário do princípio da não-intervenção, salvo os casos estritos da Constituição [...], agiremos como aconselharem os acontecimentos” (carta de 9 de junho).

Já em 20 do mesmo mês, criticou francamente a posição de Venceslau no caso da intervenção no Espírito Santo: “O caso do Espírito Santo foi um erro, um grave erro do governo federal.” E manifestava, nesse documento, clara desconfiança contra os mineiros:

“Vou pensar um pouco na atitude atribuída aos mineiros, preocupados já com a sucessão do atual presidente. É possível que os políticos, que dirigem o grande Estado, pensem em não abrir mão da grande investidura que estão exercendo pela segunda vez, alimentando, talvez, a crença de que os outros não poderão desempenhar o mandato com as mesmas vantagens para a República. Isto, porém, depois da última *entente* conosco, seria o cúmulo do mau gosto: – é o menos que se pode dizer. Como não há, entre os chefes mineiros, muita harmonia e coesão, não convém que precipitemos o nosso juízo.”

Era uma expansão pouco comum, esta, de Rodrigues Alves, contida na carta de 20 de junho de 1916. Nunca se mostrou tão claramente candidato a qualquer posto, talvez sem o perceber, como naquela confidência a Altino Arantes.

Era mister não se precipitar, mas também não esmorecer. Rodrigues Alves estava se preparando para transferir-se para o Rio, onde as obras da casa da Senador Vergueiro chegavam ao fim.

Altino resolveu ter com ele, antes dessa partida, uma conversa pessoal de mais profundo alcance sobre a sucessão. No dia 6 de agosto fez preparar o seu trem presidencial, e seguiu para Guaratinguetá, em companhia de Oscar Rodrigues Alves e outros colaboradores de confiança. Todo o dia, anotou no seu diário, conversaram sobre política.

As cautelas com os mineiros continuavam. Álvaro de Carvalho, vindo do Rio para conversar pessoalmente com Altino, a 7 de outubro, declarou-lhe que, no caso da sucessão presidencial, “os mineiros [...] não estavam agindo lisamente”. Mas, por outro lado, a marcha natural dos acontecimentos levava a uma união cada vez mais íntima entre mineiros e paulistas, união expressa pelos contactos freqüentes entre Venceslau e Rodrigues Alves, desde que este último, no mês de agosto, pudesse transferir-se com a família para o Rio de Janeiro.

A 29, já no Rio, escreve Rodrigues Alves a Altino Arantes:

“Ainda não tive tempo de agradecer a sua atenção, incumbindo o Dr. Elói Chaves de me acompanhar até aqui, onde continuamos a preparar a nossa instalação. Espero que, em poucos dias, ficará em ordem a vida da casa, podendo prestar mais ativa atenção a outros interesses. – Logo que cheguei estive com o Dr. Venceslau que se acha muito bem disposto fisicamente e bastante confiante nos esforços que está empregando para bem governar.”

A maior preocupação do presidente da República residia nas dificuldades financeiras, pois, em carta de 15 de setembro, Rodrigues Alves conta que foi chamado ao Catete por Venceslau, que o queria ouvir sobre as modalidades de combate ao déficit orçamentário. Era a sua experiência de ocupante da pasta da Fazenda, em duas ocasiões críticas, que parecia ser requerida. Da mesma opinião eram o Ministro da Fazenda, Calógeras, e o líder da Câmara, Antônio Carlos, com os quais o Conselheiro também se entreteve longamente sobre as finanças do país. Rodrigues Alves assegurara a todos o apoio irrestrito de São Paulo, mas não deixara de advertir que “nos regimes de federação é preciso agir tendo sempre em atenção os interesses das grandes unidades, não prescindindo da audiência e concurso dos seus dirigentes, antes de certas deliberações e para execução das que forem adotadas”.

São Paulo, na opinião de Rodrigues Alves, dava todo o apoio ao governo, mas solicitava retribuição. A federação era um equilíbrio dentro do qual os responsáveis pelos grandes Estados deviam ter seu papel próprio. Era o princípio da coordenação, superpondo-se ao da

subordinação, que veio depois a vigorar extinguindo, aos poucos, o sistema federativo no Brasil.

O Senador Rodrigues Alves funcionava praticamente como consultor do governo em assuntos delicados, mas também era ouvido – sua correspondência passiva o demonstra – sobre a política de vários Estados menores, cujos dirigentes lhe pediam a opinião.

No entanto, as dificuldades do governo Venceslau não eram somente financeiras. Outras havia, tanto internas quanto externas.

A guerra européia se eternizava, e a competição dos interesses beligerantes ia aos poucos se estendendo a todo o mundo.

O Brasil não podia escapar, pela sua relativa importância, de ser um dos centros de atração daquela competição. Não era só o café que monopolizava as dificuldades do nosso equilíbrio. Outros casos iam surgindo. Desgastados pelo esforço financeiro da beligerância, os ingleses pensavam em vender ao governo federal a São Paulo Railway (a “Inglês” como era chamada aquela ferrovia). Mas corria como certo que os capitais norte-americanos (que desde o começo do século XIX sempre tentaram concorrer com os ingleses no Brasil) estavam procurando se apropriar daquela via de exportação de café. Rodrigues Alves temia que a encampação federal fosse seguida de forte indenização pela prorrogação do contrato de concessão da ferrovia, e que, sendo os americanos os interessados, teriam eles o dinheiro suficiente para interessar o governo federal na operação, mas se cobriam depois com aumentos substanciais de tarifas que iam cair, no fim de tudo, em cima da economia de São Paulo. Venceslau prometeu-lhe que não faria nada sem ouvi-lo.

Outras dificuldades vinham da pressão aliada pelo rompimento de nossas relações com a Alemanha. O ministro da França pressionava abertamente e a opinião grandemente majoritária era favorável aos aliados. Lauro Müller, pela sua ascendência germânica, era injustamente suspeitado de contrariar os impulsos da alma brasileira, quando ele era, como dizia o seu patrício Edmundo da Luz Pinto, “um caboclo brasileiro de nome alemão”.

Rui Barbosa chefiava, com a flama de sempre, a campanha antigermânica, o que não deixava de criar dificuldades entre o governo e a mocidade. Em São Paulo, por exemplo, Altino Arantes negou homenagens especiais a Rui Barbosa, reclamadas pelos estudantes, em julho,

na sua volta de Buenos Aires, onde proferira a célebre conferência, porque não queria criar dificuldades à posição delicada do governo federal.

O fim de 1916 e o começo de 1917 foram períodos turvos, igualmente, na política interna. Em alguns Estados de menor importância a situação se agitava perigosamente. No Espírito Santo a luta era brava e a intervenção federal pairava como uma ameaça, para desgosto dos paulistas. No Pará, o Governador Enéias Martins foi deposto pelos mesmos partidários de Lauro Sodré que haviam derrubado Artur Lemos, sendo que Enéias fora eleito, naquela ocasião, com o acordo dos sodreistas, como elemento de conciliação. Pouco depois de expulso do governo, o brilhante colaborador de Rio Branco morreu no Rio de Janeiro, com apenas quarenta e cinco anos. No Amazonas, tentara-se igualmente a deposição do governador. O caso de Alagoas, apesar do “acordo Camboim”, preocupava os amigos do governo. Rodrigues Alves foi procurado pelas duas parcialidades e em seguida, em nome da política mineira, por Francisco Sales, “ouvindo-os com atenção e a todos prometendo que procuraria informar o governo de São Paulo a fim de habilitá-lo a mandar instruções à bancada”. Venceslau dava-lhe a impressão de vacilar no caso. Parecia-lhe “singular que não houvesse um ponto de vista seguro e firme por parte do governo e do seu líder, para que à sua ação, na Câmara, não faltasse o necessário prestígio”. Sales viera procurá-lo para acertar uma união com os mineiros, que desse força à ação claudicante do governo federal. Concordava, com Álvaro de Carvalho, em que se devia seguir a opinião emitida na Comissão de Justiça pelo mineiro Melo Franco, para assim “secundar os esforços do presidente da República” no sentido de regularizar a complicada situação da turbulenta Alagoas.²

Mato Grosso andava “anarquizado sob o Governo do General Caetano de Albuquerque”, e Azeredo, sempre metido nas intrigas locais, vinha informá-lo do que ocorria.³

Mas tudo isso era, no fundo, matéria marginal. O problema crucial da escolha do futuro presidente da República despontava irresistivelmente, apesar das cautelas, desconfianças e receios. E o fato mesmo de que Rodrigues Alves era o homem solicitado a cada momento pelo

2 Carta de Rodrigues Alves, de 30 de outubro.

3 Idem, 13 de novembro.

governo federal, por alguns estaduais e por congressistas de várias regiões do país, indicava que a situação ia se nucleando naturalmente em torno do seu nome, nos meios da política militante.

Ele próprio tinha receio de precipitar as coisas. Escrevendo a Altino, em 16 de novembro, opinava:

“Neste momento não se fala quase em eleição presidencial: um ou outro jornal traz, de vez em quando, alguma bisbilhotice. Parece que não é tempo ainda. *O Estado* não anda de bom humor e agora [...] é inevitável que o mal se agrave.”

A mesma opinião manifestou a Francisco Sales, um mês depois, como se vê desta nota sua de 22 de dezembro:

“Apareceu-me o Senador Francisco Sales. O Lamounier [Godofredo] havia pedido hora para sua conferência. Queria fazer algumas comunicações. Tinha sido convidado para uma reunião em casa do Dr. Seabra, à qual assistiu o Dr. Nilo Peçanha. Entendia Seabra que era tempo de conversar sobre a sucessão, devendo todos os homens de influência política colaborar nesse propósito. O Nilo mostrava-se disposto a uma colaboração. Sales disse que era cedo para se tratar de tal assunto e Minas tinha o compromisso de agir, quando fosse tempo, de acordo com São Paulo. Não tinha poderes para falar pelo seu Estado, embora, como político, não estivesse inibido de conversar. Agradei a comunicação, repetindo que era cedo para se tratar do assunto e que, depois do acordo feito entre os dois Estados de Minas e São Paulo, nunca mais aceitava confabulações a esse respeito. Acrescentou o Dr. Sales que o Dr. Seabra o autorizava a me dizer que a Bahia agiria, no caso da sucessão, de acordo com os Estados de Minas e São Paulo.”

Essas informações otimistas eram no entanto o que Rodrigues Alves chamou “intrigas políticas”. Logo após aquele trecho, acrescentou esta ressalva no seu diário:

“Note-se agora. Na véspera [21] o Deputado Macedo Soares procurou meu filho, seu colega na Câmara, para preveni-lo de que ia se dar aquela reunião em casa do Seabra, para a qual foi o Nilo convidado pelo Deputado Moniz [Sodré]. O Macedo estava alarmado. O fim da reunião era tratar da candidatura do Delfim Moreira a presidente da República; o Sales iria para a do Estado. Não se conformava com esta indicação, e se retiraria da política se isto acontecesse. Depois de falar a meu filho, foi almoçar com o José Bezerra, a quem fez a mesma comunicação, tendo dito mais tarde que Bezerra, no mesmo dia, levou a informação ao Dr. Venceslau, que se mostrou muito irritado. Quando soube da conversa do Macedo Soares com meu filho, pusemos em dúvida a informação, porque ele não se tem mostrado amigo de São Paulo. Por que nos informar? Seria jogo do Nilo?⁴ O certo é que a informação era verdadeira. O Lamounier ouviu algumas coisas de meu filho e do Álvaro, conversou com o Álvaro, e daí o pedido para aquela conferência.”⁵

Rodrigues Alves, pois, achava possível que os mineiros aspirassem a uma terceira presidência, o que seria, no fundo, razoável, pois tal se dera com São Paulo. O problema é que eles não tinham nomes, ou antes, os grandes nomes de que dispunham, como o de Calógeras, Melo Franco, Antônio Carlos ou João Luís, não os uniam. Não haveriam de ser Sales, ou Júlio Bueno, ou Delfim, homens capazes de despertar apoio nacional. Os velhos chefes mineiros afastavam os valores verdadeiros, ao contrário de São Paulo, que sempre os apoiou. Marginalizados estavam Calógeras, Carlos Peixoto, Gastão da Cunha, Melo Franco. Os novos, como Bernardes ou Raul Soares, mal tinham aparecido. Na verdade, o Brasil todo não dispunha de ninguém em condições de enfrentar Rodrigues Alves.

Mas que o pensamento existia entre os mineiros parece certo, e o fato era conhecido mesmo fora de São Paulo. Isto é plenamente confirmado por uma entrada do diário de Altino, referente a 4 de fevereiro de 1917. Diz a mesma que Altino recebeu, naquele dia, um emissário de

4 Isto é, teria Nilo esperança de surgir como *tertius*? (Nota do A.)

5 Conferência citada, de Sales com Rodrigues Alves.

Jerônimo Monteiro, o qual veio dizer-lhe que o Espírito Santo não tinha nenhum compromisso com Minas para a sucessão, e que os mineiros se fechavam, recusando-se a qualquer informação sobre o problema. Altino, irritado, escreveu então o seguinte: “Respondi-lhe que, se os políticos mineiros negavam ou ocultavam a existência de qualquer *entente* conosco sobre o caso da sucessão presidencial, eram de um revoltante cinismo, ou queriam fazer-se de ingênuos demais.” Pediu ao interlocutor que o Espírito Santo não tomasse posição sem aviso, mas confiava mesmo era na ação “do outro” Espírito Santo...

Com o começo do ano, apertava o verão. Para fugir a ele e, também, à intrigalhada carioca, Rodrigues Alves seguiu, com a família, para Guaratinguetá, na segunda quinzena de janeiro, ou já no mês de fevereiro. Lá poderia melhor escolher os seus interlocutores e participar, com mais proveito, das complicadas manobras da sucessão.

Os mineiros, se pretendiam continuar no poder, como era desconfiança dos paulistas, não recusavam de forma alguma apoiar a candidatura paulista, na pessoa de Rodrigues Alves, se fosse esta a solução viável, como parecia ser.

Logo no começo de 1917, Altino foi com Álvaro de Carvalho a Campos de Jordão, a fim de conversarem com o prestigioso mineiro Sabino Barroso, que ali se encontrava em tratamento da sua tuberculose. O encontro se deu na residência de verão que ali possuía o Comendador Antônio Rodrigues Alves, irmão mais velho do Conselheiro, e o assunto da candidatura deste foi abordado, com promissoras perspectivas. Sabino, que conservava intacta a sua amizade com Venceslau, informou-o da iniciativa paulista, de forma que, quando o presidente fez uma viagem a São Paulo, já não houve ali constrangimento em que a matéria fosse tratada, entre ele e Altino.⁶

No dia 25 de fevereiro, Antônio Carlos saiu do Rio em direção a Guaratinguetá, para conversar com Rodrigues Alves, lá encontrando com Altino e Oscar, vindos de São Paulo. Toda a longa conversa foi

6 *Um estadista da República*, vol. II, cap. XXI. Conforme acentuamos ali, o fato nos foi narrado pelo próprio Altino Arantes, nas longas conversas que tivemos, como colegas na Câmara dos Deputados, sendo ele e nós membros da Comissão de Justiça.

sobre a sucessão. Ora, era evidente que o encontro logo se espalharia pela imprensa, e ninguém duvidaria dos rumos da conversa. Que poderiam fazer o presidente de São Paulo e o líder mineiro na casa do homem que toda gente pressentia que seria o candidato?

A 12 de março Altino, reunido com os quatro secretários, recebeu a visita de Álvaro de Carvalho, vindo do Rio, e anotou:

“Ouvi com eles a exposição, feita pelo Álvaro, da marcha das negociações para a próxima sucessão presidencial. As notícias eram boas, pois consignavam a plena aquiescência do Dr. Venceslau e dos mineiros à fórmula Rodrigues Alves-Delfim Moreira.”

A solução parecia assentada, e não era possível que não houvesse sido transmitida para todo o meio político, pelos numerosos elementos que se achavam no conhecimento dela.

Em nome de São Paulo, Rodolfo Miranda promoveu oficialmente o apoio dos primeiros governadores. Por intermédio dele, que seguiria logo para o Rio, seria pedido o acordo do Vice-Presidente Urbano Santos, que se incumbiria de obter o apoio dos governadores do Norte. Diretamente, ficou de contactar Nilo Peçanha, presidente fluminense, e, por meio de Soares dos Santos, solicitar o patrocínio de Borges de Medeiros e do Rio Grande do Sul. Rodolfo Miranda, cuja dedicação à causa era estimulada pelos seus antecedentes hermistas, seguiu logo para o Rio, onde se entreteve com Venceslau (em Petrópolis), com Nilo, em Niterói, e com Urbano e Soares dos Santos na capital federal.

No dia 17, regressava a São Paulo com os resultados obtidos. Urbano e Soares dos Santos aceitavam “com entusiasmo” o nome de Rodrigues Alves, mas impugnavam a vice-presidência para Delfim. Queriam um nome do Norte para o posto. Quanto a Nilo, dava ele apoio categórico à solução global.

Borges de Medeiros, na verdade, já estava, havia muito, informado da candidatura. Com efeito, desde 26 de julho de 1916, seu amigo Ildfonso Fontoura lhe escrevera dizendo que Rodrigues Alves seria candidato. A dúvida estava somente no apoio dos mineiros. Mas Soares dos Santos que, no dia 17, aceitara “com entusiasmo” Rodrigues Alves, não estava tão entusiasmado assim. Com efeito, na véspera, dia 16, havia

escrito a Borges uma carta, na qual informava que, havendo Venceslau se recusado a assumir a responsabilidade do lançamento, ele, Soares dos Santos, “considerava prejudicada a candidatura Rodrigues Alves...”

No referido dia 17, Vitorino Monteiro, senador gaúcho, informava melhor ao seu amigo Borges. São Paulo indicava Rodrigues Alves. Venceslau aceitava, assim como Nilo e Urbano Santos, mas estes queriam conhecer a posição do Rio Grande, que só Borges podia interpretar. Sales, de fato, trastejara, pois havia tentado coordenar o nome de Delfim para presidente, contando para isto com Seabra. O objetivo era ridículo, segundo Vitorino, porque Delfim era “inteligência abaixo do mediocre e tão incompetente como nulo”.

Reuniu-se a Comissão Diretora do PRP para examinar a continuação das tratativas. Rodolfo Miranda afirmou que, na entrevista com Venceslau, este foi de opinião que o próprio Rodolfo devia ir a Belo Horizonte, em nome do governo de São Paulo, pedir a Delfim que aceitasse a vice-presidência. A Comissão divergia do alvitre, que parecia precipitado. Seria melhor convencer aos que se opunham que aceitassem o nome do presidente mineiro, antes do convite ser-lhe feito.

De fato, a experiência republicana mostrava mais de um caso de fracasso de candidatura presidencial, a pretexto de divergências quanto à escolha do vice-presidente. Altino, no dia 20, escreveu longa carta a Venceslau sobre a sucessão, na qual, provavelmente, terá explicado e sopesado esses pontos. Venceslau teve, então, um gesto de alta generosidade. Propôs que Altino escrevesse a carta a Delfim e que ele, o presidente da República, encaminharia o convite ao presidente de Minas. Altino não tinha por que recusar tão cordial sugestão. E assim foi feito, como se depreende do telegrama datado de 29:

“CONFIDENCIAL – COM MUITO PRAZER RECEBI ESTIMADÍSSIMA CARTA QUE TRANSMITI DR. DELFIM. DESTE RECEBI HOJE RESPOSTA EM QUE DECLARA ESTAR DESVANECIDO HONRA QUE PREZADO AMIGO LHE CONFERIU [...]. QUEIRA RECEBER AFETUOSO ABRAÇO MUITO SINCERO E CALOROSAS CONGRATULAÇÕES PELO GRANDE SERVIÇO QUE AMBOS PRESTAMOS AO NOSSO QUERIDO BRASIL. VENCESLAU BRÁS.”

O digno e modesto presidente procedia neste passo na trilha das melhores tradições da sua gloriosa Minas.

Nilo Peçanha, para desviar possíveis prevenções contra Minas, tomou a si propor Delfim Moreira, oficialmente, como vice-presidente de Rodrigues Alves. Estava fechado o círculo das combinações.

A 23 de março, Nilo, confirmando sua ação, telegrafou a Altino, aceitando oficialmente a chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira. Francisco Sales procedeu igualmente, no mesmo dia 23, afastando, portanto, as suspeitas de que emprestava seu nome e suas esperanças ao jogo obstrucionista de algumas alas mineiras. Três dias depois, a 26, veio a adesão do Senador Seabra, da Bahia, que lá chefiava forte corrente.

No dia 28, Álvaro de Carvalho já havia telegrafado a Altino, informando que estava “assentada, entre os próceres da política federal, a chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira”. Pode-se, portanto, fixar o mês de março de 1917 como a época do assentamento definitivo da eleição de Rodrigues Alves para a segunda presidência da República.

À vista disso Altino julgou-se autorizado a comunicar o fato ao Conselheiro, aos seus secretários e à Comissão Diretora. Já se podia ter por certo que o Senador Rodrigues Alves, então em Guaratinguetá, seria o próximo presidente da República.

No dia 29, o próprio Ministro da Justiça, Carlos Maximiliano (que não devia desejar muito uma nova presidência paulista), telegrafou a Borges reconhecendo o inevitável. Os líderes mineiros, únicos que poderiam lutar contra a solução a ser aceita, porque detinham o sumo poder federal, haviam mudado inopinadamente de posição, e aceitavam a chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira. As secretas esperanças gaúchas de uma cisão entre os dois grandes Estados se esboroavam, segundo o ministro da pasta política. Com certa amargura, reconhecia que “era impossível” já então, “triumfar outra chapa”.

No pequeno grupo das personalidades dominantes o assunto estava resolvido. Isso queria dizer que naquela República de Notáveis (segundo a conhecida expressão francesa), a solução era irreversível, pois partidos e eleitorado não passavam de caudatários dos círculos dominantes.

A 2 de abril chegou a adesão do longínquo Piauí, dada pelo Deputado Félix Pacheco. Nesse mesmo dia, o esperto Antônio Azeredo declarou-se também entusiasmado com a solução, mas no meio do otimismo geral, fez, em carta a Altino, advertências sombrias, que o futuro próximo se incumbiria de confirmar.

“Em torno da idade avançada do Conselheiro [disse o senador], agita-se um mundo de ambições: a ambição inquieta do Seabra; a ambição ardorosa de Nilo; a ambição coleante do Lauro; a ambição vaidosa do Rui; a ambição sorrateira do Sales.” E Altino ajunta, no resumo que faz da carta: “Os qualificativos são textuais.” O que Azeredo mais receava era que o poder viesse a cair em mãos mineiras. Recomendava o senador a união preventiva, a fim de que, “em caso de um fracasso” (a morte de Rodrigues Alves antes da eleição) se chegasse a um “candidato nosso”, isto é, não mineiro.

Altino, prudente, limitou-se a responder à insólita missiva, informando que o Conselheiro se encontrava física e intelectualmente na melhor forma. Mas o leitor do seu diário não pode deixar de se surpreender com o atilamento quase divinatório de Azeredo, o velho marinheiro das tormentas republicanas.

É interessante acompanhar-se as reações íntimas do candidato escolhido, amoitado no seu retiro de Guaratinguetá.

Durante todo o mês de março escreveu à filha, como se não estivesse envolvido nos acontecimentos que se tramavam em torno do seu nome. No dia 3, fala “das uvas do Narciso, muito bonitas mas pouco doces”. Como pormenor importante, acrescenta: “Este ano, talvez por causa das chuvas, as frutas andam desenvolvidas. Há por aqui muita manga ruim; mesmo as de Uberaba não andam boas...” Estava pensando em fazer “um passeio” à capital (São Paulo), mas nada estava assentado ainda.

A 14, explica que, por causa da chuva, vai adiando a ida a São Paulo. (É que a coisa fervia por lá, e ele preferia ficar longe do caldeirão político.) Na mesma carta conta da visita que recebeu, em Guaratinguetá, do Dr. Feitosa, “ministro do Brasil na Rússia”.⁷

7 Luís Antônio de Briene Carneiro do Nascimento Feitosa, diplomata da escola do Barão. Com todo este nome solene (eu o conheci bastante na infância) era homem alegre e simples, muito amigo de meu pai. Sua mulher era boliviana. Descendia de Nascimento Feitosa, da Revolução Praieira.

O velho Rodrigues Alves olhava a chuva que caía na rua, por detrás das janelas de guilhotina do seu casarão. Comia frutas, conversava fiado com vagos ministros do Brasil em vaguíssimos países da Europa. Mas, no diário pessoal, anotava:

“Março – Guaratinguetá.

Durante minha permanência no Rio, de onde vim há dois meses, já se falava muito na escolha do sucessor do Dr. Venceslau, e a imprensa se ocupava impertinentemente do assunto. O meu nome andava sendo muito discutido. São Paulo e Minas se haviam entendido para não tratarem do caso senão em tempo oportuno e no melhor intuito. As coisas, porém, se foram precipitando, e os chefes políticos mais graduados combinaram na chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira, devendo, conforme os precedentes, ser aguardada a reunião de uma convenção para a escolha dos candidatos, que deverá prevalecer.”

A tranqüilidade era absoluta. A convenção escolheria a chapa indicada pelos chefes mais graduados. E a escolha deveria prevalecer. Realmente ele poderia continuar chupando as mangas de Uberaba, não tão boas naquele ano, e conversando sobre os gelos e os anarquistas da Rússia, com Luís Antônio de Briene Carneiro do Nascimento Feitosa.

No dia 28 de março, data decisiva, como indicamos há pouco, ele colheu as duas melhores frutas daquele princípio de outono. A primeira era a comunicação de Altino:

“Com a maior satisfação tenho a honra de transmitir a V. Ex^a o seguinte telegrama que acabo de receber do Dr. Álvaro de Carvalho: ‘Dentro das reservas devidas, devo comunicar a V. Ex^a ter ficado assentada, depois de ouvidos os vários elementos políticos, a fórmula Rodrigues Alves-Delfim Moreira para a próxima sucessão presidencial. Vão prosseguir os trabalhos preliminares que devem anteceder à reunião da Convenção que fará a escolha, como tem sido de praxe, dos nomes que deverão ser levados às urnas. Não convindo que, por nossa iniciativa,

venha a publicidade essa notícia, que aliás é do conhecimento de toda a imprensa, rogo a V. Ex^a dar conhecimento da mesma aos ilustres membros do governo e da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista. Não me tenho dirigido ao Conselheiro Rodrigues Alves, por entender que a V. Ex^a cabe a primazia dessa notícia. Serei muito grato se V. Ex^a tiver a bondade de afirmar a esse ilustre brasileiro a minha alegria e o meu orgulho por tão feliz escolha’.”

Altino assim respondeu à comunicação:

“Tenho certeza de bem interpretar os sentimentos do Estado de São Paulo apresentando a V. Ex^a as mais efusivas congratulações pela feliz e auspiciosa escolha, que vai assegurar à República mais um brilhante quadriênio de ordem, de trabalho e de prestígio. Cordiais saudações.”

A outra fruta madura vinha neste telegrama da Comissão Diretora:

“TELEGRAMA ÁLVARO NOS INFORMA, DEBAIXO RESERVA, ESCOLHA NOME V. EX^a PRÓXIMA SUCESSÃO PRESIDENCIAL. QUEIRA V. EX^a ACEITAR NOSSAS FELICITAÇÕES. JORGE TIBIRIÇÁ, ALBUQUERQUE LINS, PÁDUA SALES, RODOLFO MIRANDA, FERNANDO PRESTES, LACERDA FRANCO, OLAVO EGÍDIO, CARLOS DE CAMPOS.”

A estes signatários juntava-se o mano Virgílio. Estava unida a Comissão; estava unido o poderoso, invencível instrumento do invencível e poderoso Estado. Ali vinha Jorge Tibiriçá, que em 1906 recomendou o rompimento da bancada paulista com o presidente da República. Ali figurava Albuquerque Lins, que não o desejara para sucessor no governo de São Paulo. Ali se encontrava Rodolfo Miranda, que foi candidato adverso na eleição de 1912 e que, depois de derrotado, pleitou a intervenção em São Paulo. Ali estavam todas, ovelhas negras e brancas, balindo uníssonas no mesmo aprisco.

Rodrigues Alves, no fundo malicioso, deve ter sorrido por debaixo do *pince-nez*, por cima do cavanhaque. E, de mãos nas costas, como era seu hábito, deve ter ficado marchando para lá, para cá, no

grande salão, olhando a chuva que caía na ladeira do mercado, nos velhos telhados da sua cidade bandeirante.

Eis como o presidente a ser eleito respondeu a Altino, daquela vez o seu maior eleitor:

“Guaratinguetá, 31 de março.

Dr. Altino.

Recebi seus telegramas, transmitindo os do Álvaro e Dr. Venceslau. Sou extremamente reconhecido à sua bondade, assim como à generosa manifestação dos amigos.

Não recebi, entretanto, com alegria, a notícia que tanto me desvanece e honra. Nutria a esperança de que a atitude conhecida de alguns homens políticos ilustres, que têm o direito de pleitear a grande investidura, proporcionasse o feliz ensejo para o afastamento do meu nome de quaisquer combinações e, confesso, terá mais tranqüilidade o meu espírito, se os amigos puderem ainda encontrar outra fórmula, para a solução do problema da sucessão presidencial. Sabe que nunca regateei os meus serviços ao país e desejo perseverar nesse propósito, mas sinto que me vai faltando a confiança nas forças do organismo, e, na minha idade, todas as probabilidades são para o declínio. Não são apreensões vãs, que devam ser indiferentes aos diretores da política, quando têm de dar solução ao maior problema do momento e será, para mim, uma fortuna poder continuar a ajudá-los esforçadamente, sem as responsabilidades do governo.”

Já dissemos (esperamos ter demonstrado) que Rodrigues Alves desejou a presidência, em 1917. Mas uma coisa é a ambição do político profissional – e ele o era, no mais alto sentido da expressão – e outra é a reflexão sensata e desprendida do homem, diante dos riscos e das responsabilidades que desejou. Antes desta carta a Altino, escrevera aquela nota na qual dizia que a Convenção o escolheria, e que a escolha deveria prevalecer. Era a ambição satisfeita do político que transbordava. Agora, no último dia do mês, manifestava-se receoso e franco quanto às suas fraquezas e até apreensivo quanto ao acerto da sua indicação, velho e doente como se sentia. Era o homem de bem

que aqui falava. Não havia, entre as duas manifestações contraditórias, senão a eterna contradição que existe no fundo de todos nós, pobres seres arrastados pela vida.⁸

Não diferem de sentido as palavras que enviou ao seu querido amigo Álvaro de Carvalho, que, depois de seu falecimento, veio a desposar Marieta, a filha que com ele mais de perto conviveu. Eis uma parte da carta ao amigo:

“Sou muito grato ao seu esforço, tão generosamente despendido, para prestigiar o meu nome. Conhece, aliás, o estado do meu espírito e o ardente desejo que nutro de ser ainda encontrada uma melhor combinação na escolha dos nomes que têm de constituir o futuro governo. Penso que você e os amigos estão confiando demais nas forças empobrecidas do velho companheiro.”

Esse recado transpira sinceridade. Seu filho mais velho, Francisco, disse-nos por mais de uma vez que o pai parecia triste, em vez de alegre, quando verificou que a solução com seu nome era definitiva. Ele próprio, Rodrigues Alves Filho, não se alegrou com o sucesso, enquanto a filha Marieta igualmente nos revelou que teve tão funestos pressentimentos que se escondeu no quarto para chorar, no dia em que viu o pai experimentando a casaca nova, que mandara fazer para a posse. Marieta teve a visão nítida do pai vestido naquela casaca, dentro do caixão.

A candidatura Rodrigues Alves foi uma solução que correspondia à expectativa geral do meio político e dos círculos da opinião conservadora, no sentido da ordem, mas esperançosa, no sentido do progresso nacional.

Seu nome pairava sempre, na imprensa e nas conversas, como aquele que, por um conjunto de fatores pessoais e históricos, mais facilmente se imporia.

Rui Barbosa havia declarado isto mesmo, por outras palavras, em duas vezes anteriores.

8 A propósito, lembro aqui que eu mesmo, quando percebi que ia ser convidado para ministro do Exterior, tive a sensação que procurei exprimir assim, em *A alma do tempo*: “A mesma sensação de vago, indefinível desgosto, o desgosto de se desejar o que se não quer, me assalta agora, que escrevo estas linhas na Rua Dona Mariana...”

Lançado o nome por São Paulo, encontrou a princípio, resistências em Minas, oriundas das esperanças daqueles que queriam um terceiro quadriênio mineiro, de vez que o primeiro, de Afonso Pena, fora prematuramente interrompido. Mas essas resistências não se firmaram, principalmente pela falta de um nome que pudesse ser apresentado. Venceslau Brás não foi mais do que o instrumento de um consenso, que cedo se formou em torno de Rodrigues Alves. Não podendo prever, como de resto ninguém podia naquele momento, a rápida deterioração da saúde do Conselheiro, procedeu como um coordenador de forças espontâneas, animado de grande desprendimento e patriotismo inegável.

O saudoso e ilustre João Mangabeira,⁹ no seu livro sobre Rui, dá a Venceslau o papel de politiquero sagaz, interessado em galvanizar Rodrigues Alves apenas para evitar a ascensão de Rui.

O livro de Mangabeira sobre Rui é um excelente estudo, mas destituído de senso crítico e do conhecimento das condições gerais da política brasileira do tempo. João Mangabeira sabia tudo sobre Rui, mas grandes eram suas lacunas de informação quanto aos fatos, conjunturas e determinantes gerais da vida nacional.

Como exemplo do que vem de ser afirmado, pode-se mencionar o fato de Mangabeira, tantos anos depois dos acontecimentos que relato, reiterar a afirmação leviana do germanofilismo de Rodrigues Alves. Já mostramos exaustivamente as difíceis condições da economia nacional (café), que levaram o presidente de São Paulo a procurar salvar nossas riquezas, enfrentando os dois lados beligerantes, Estados Unidos, França e Alemanha, mas procurando, enquanto possível, obter vantagens das nossas relações com a Alemanha. Pela tese dos inimigos de Rodrigues Alves, ligeiramente adotada por Mangabeira, o superfrancês Paulo Prado também seria germanófilo, bem como Venceslau e Calógeras, que em tudo apoiaram a política de salvação do café brasileiro.

O belo panegírico de Mangabeira não explica, senão por motivos pessoais, o insucesso da permanente aspiração de Rui à presidência.

9 No nosso convívio diário da Câmara dos Deputados, aprendi a estimar João Mangabeira tanto quanto já o admirava. Isto não me impede de reconhecer que o grande baiano era, em política, um irrealista (ele estava certo, disse-me seu irmão Otávio, que se elegeria senador pelo Distrito Federal em 1958, quando me elegei) e, pessoalmente, um idealista impulsivo e arrebatado.

Sem dúvida, o elemento mesquinho e pessoal funcionou contra “o maior dos brasileiros”, mas havia outros, de importância preponderante, que sempre impediram a sua subida ao posto que tanto desejou. Sem esquecer que Rui, por sua vez, agiu também pessoal e mesquinamente, como nos casos da denúncia de Alfredo Varela ou da senatoria de Seabra.

Mangabeira ficaria espantado ao percorrer, como eu percorri, centenas de documentos particulares, partidos de líderes políticos de vários Estados, nos quais nunca a candidatura Rui é tomada a sério. Quando seu nome aparecia, era apenas um lance no jogo muito maior. Isto não quer dizer que a exclusão de Rui da presidência não fosse uma enorme perda para o Brasil. Quer dizer que ele nunca se colocou nas condições reais de ser presidente. A última *chance* foi destruída por ele mesmo, precisamente depois da morte de Rodrigues Alves. E a destruiu em condições duvidosas, do ponto de vista moral, como veremos adiante. Esta é, pelo menos, nossa opinião, emitida por dever de consciência e muito contra nosso desejo.

Firmada a candidatura em fins de março, Rodrigues Alves seguiu em abril para São Paulo, onde se hospedou, como de hábito, no Hotel Rotisserie. No dia 20, com Altino Arantes e Álvaro de Carvalho, passou largamente em revista a situação política externa e interna. Esta última atravessava fase de calma, depois de resolvido o caso da sucessão. Aquela, porém, pela gravidade crescente da guerra, preocupava a todos os espíritos.

Em resumo ligeiro, recordemos a situação. Em fevereiro daquele ano, a Alemanha anunciara a campanha submarina indiscriminada, e o governo de Venceslau repeliu, em nota oficial, a agressão aos direitos dos neutros, reconhecidos pelo Direito Internacional. Em março foi torpedeado o navio brasileiro *Paraná*, e o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. Em abril, os Estados Unidos declaravam guerra à Alemanha, e o governo brasileiro proclamou por decreto a sua neutralidade quanto à guerra, embora de relações cortadas com um dos beligerantes. No dia 20 é que se deu o encontro de Rodrigues Alves com o presidente paulista. Sua atitude era exatamente a mesma de Venceslau. Achava que o Brasil não devia entrar logo na guerra, mas recomendava apoio a todas as decisões do presidente da República. No dia seguinte, 21, reiterou aos líderes paulistas a mesma orientação.

No dia 31 de maio, o Senado votou o projeto, vindo da Câmara, que dava por findo o estado de neutralidade do Brasil. Foi um dia glorioso para Rui Barbosa. Único orador inscrito, falou de sua cadeira, como habitualmente fazia, ao lado do seu colega Rodrigues Alves. Falou durante quatro horas, resumindo toda a campanha nacional em prol dos aliados que vinha chefiando, e que tivera outro ponto alto na embaixada especial à Argentina e na conferência de Buenos Aires. Rodrigues Alves, que pouco comparecia às sessões, estava ali, às vésperas da convenção presidencial, prestigiando o velho companheiro.

No dia 2 de maio, Lauro Müller havia pedido demissão, sendo substituído por Nilo Peçanha, nomeado no dia 5. Atribuiu-se falsamente a demissão à pressão de São Paulo. Ao demitir-se, Lauro Müller escreveu a Venceslau uma carta digna e afirmativa, que foi publicada com destaque no *Jornal do Comércio* do dia 3. Nela, o ex-Chanceler declarava que se manteve no posto até que o Congresso estivesse reunido, o que agora se daria (3 de maio). Deixava-o, assim, livre para discutir os seus atos. Ao mesmo tempo, invocando sua condição de general de Exército, ajuntou que, ao afastar-se do Itamarati, queria pôr-se à disposição das autoridades, para ser chamado “como o primeiro, ao sacrificio”. No fundo, saía pelas acusações de germanofilismo que lhe eram feitas, algumas em tom grosseiro, e que, de certa forma, comprometiam a autoridade do governo. No dia 4 Rodrigues Alves passou a Lauro, de Guaratinguetá, este telegrama, que deve ter trazido grande conforto ao seu ex-colaborador:

“ACEITE MEUS AFETUOSOS CUMPRIMENTOS E A
SEGURANÇA DA CONSTANTE ESTIMA, AMIZADE E
CONSIDERAÇÃO.”

O *Jornal do Comércio* publicou o despacho do dia 5, em primeiro lugar, entre as numerosas demonstrações de solidariedade que Lauro estava recebendo.

A prova de que todos os elementos governistas estavam acordes em que o Brasil devia marchar com prudência, e não tinha nem os meios nem as condições que levaram os Estados Unidos a entrar na guerra no mês de abril, está em que o novo ministro do Exterior aconselhou-se com o futuro presidente da República sobre a orientação que deveria tomar. A respeito, existe a seguinte nota de Rodrigues Alves:

“Nomeação do Dr. Nilo Peçanha para ministro do Exterior. No dia 4 de maio de 1917, pela manhã, recebi em Guaringuetá¹⁰ o seguinte telegrama:

SR. PRESIDENTE INSISTE PARA QUE EU ACEITE PASTA RELAÇÕES EXTERIORES. POR MAIOR QUE SEJA MEU SACRIFÍCIO ABANDONANDO ADMINISTRAÇÃO ESTADO, NÃO HESITO OBEDECER S. EX^a DESDE QUE FIQUE ASSENTADA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTADOS UNIDOS, PEDINDO V. EX^a ME ACONSELHE COM FRANQUEZA E AMIZADE SOBRE ESSA POLÍTICA E ACEITAÇÃO HONROSO CONVITE. AFETUOSAS SAUDAÇÕES. NILO PEÇANHA.”

Nilo, aliás, estivera em São Paulo no dia 25 de abril, quando já se sabia que Lauro ia pedir demissão, e quando ele, provavelmente, já recebera sondagem de Venceslau para aceitar a pasta. Seu telegrama deve ter sido a oficialização da conversa havida em São Paulo. Veja-se, agora, a resposta de Rodrigues Alves, dada sem demora, e se ela pode indicar qualquer tendência em favor da Alemanha:

“PENSO QUE NÃO DEVE RECUSAR SEUS SERVIÇOS AO GOVERNO, POR MAIOR QUE SEJA O SACRIFÍCIO QUE TENHA DE FAZER. COOPERAR COM OS ESTADOS UNIDOS FOI SEMPRE O MEU PROPÓSITO EM TEMPO DE PAZ, E DEVE SER O ANELO CONSTANTE DA NOSSA POLÍTICA INTERNACIONAL. COM RIO BRANCO AGI SEMPRE NESSA CONFORMIDADE DE VISTAS. ATÉ ONDE DEVERÁ IR ESSA COOPERAÇÃO, NO ATUAL MOMENTO, SÓ AS CIRCUNSTÂNCIAS E OS ACONTECIMENTOS QUE OCORREM NOS PODERÃO ACONSELHAR. CONFIO INTEIRAMENTE NA AÇÃO PRUDENTE E REFLETIDA E NA CAPACIDADE DO NOVO E ILUSTRE MINISTRO, QUE VAI DIRIGIR A SECRETARIA DO EXTERIOR.”

Como bom brasileiro, Rodrigues Alves era partidário de uma política de cooperação com os Estados Unidos, embora não deixasse de defender, como fez no caso do café, os interesses nacionais ameaçados pelo poder econômico. Então, como vimos, levado pela irritação do

10 Rodrigues Alves e as filhas tinham regressado de São Paulo no dia 29 de abril.

momento, chegou a pôr em dúvida a orientação política de Rio Branco. Mas aí ele estava em erro, porque a política do Barão – como é mais que sabido – foi sempre de cooperação com os Estados Unidos, mas nunca de subordinação aos mesmos.

Quando a guerra nos foi imposta – e a lei de outubro de 1917 reconhece a existência de um estado de guerra – Rodrigues Alves, já o dissemos, veio ao Rio para votar em seu favor. E tão firme estava na convicção de que devíamos seguir, sem desfalecimentos, a política de guerra contra a Alemanha, que no fim do ano, a 12 de dezembro, ao se discutir em São Paulo, o governo e a Comissão Diretora, a formação da chapa de deputados federais, foi ele, Rodrigues Alves, quem tomou a iniciativa de se opor à reeleição de um velho amigo e fiel correligionário, o Deputado Padre Valois de Castro, pelo fato de haver este se oposto, na Câmara, à declaração de guerra contra a Alemanha, votada dois meses antes. Ajuntou que era forçado a aconselhar isso “para prestígio do seu futuro governo”. Com este fato encerramos a discussão das acusações de germanófilo durante a guerra, levantadas contra Rodrigues Alves pelos seus adversários da política e da imprensa.

A CONVENÇÃO

A Convenção do Congresso para a indicação do futuro presidente se aproximava. E, em fins de maio, já havendo ocorrido mudança visível nos rumos da política externa, graças à ação de Nilo e à consagração nacional ao extraordinário discurso de Rui, no Senado (sessão que foi comparada às magnas reuniões do Império havidas naquela mesma sala), voltaram-se as atenções da imprensa para o grande acontecimento da política nacional. Mais interessante do que a notícia de qualquer jornal, por provir de quem proveio, é esta verdadeira reportagem que sobre a Convenção nos deixou Rodrigues Alves.

“A CONVENÇÃO

Foi designado o dia 7 de junho para a reunião da Convenção que tem de proceder à escolha de candidatos a presidente e vice-presidente da República para o próximo quadriênio. O Dr. Urbano dos Santos, Vice-Presidente da

República, e o Dr. Antônio Carlos, líder da Câmara dos Deputados, dirigiram aos deputados e senadores federais o seguinte convite: 'Estando verificado, por manifestações inequívocas, o acordo das principais forças políticas do país em relação à escolha do Senador Rodrigues Alves, para candidato à presidência e à do Sr. Dr. Delfim Moreira, para candidato à vice-presidência da República no próximo quadriênio, tomamos a liberdade de convidar os deputados e senadores para, reunidos no edifício do Senado, às 20 horas de 7 do mês vindouro, se pronunciarem sobre a aludida escolha, fazendo em seguida a competente indicação para os sufrágios da nação, conforme for deliberado. Rio, 28 de maio de 1917'. O convite foi dirigido a *todos*¹¹ os senadores e deputados, sem atenção à atitude política de qualquer deles, quanto ao governo da União ou dos Estados.

Reuniu-se a Convenção no dia 7 de junho, às 8 horas da noite, no edifício do Senado. Foi soleníssima a reunião, constituindo um grande acontecimento político na opinião geral. A imprensa foi unânime em atestar a imponência da assembléia. Compareceram 244 congressistas (192 deputados e 52 senadores). Foi presidida pelo Dr. Urbano dos Santos, que fez a exposição inicial, abrindo a sessão. Falaram vários oradores, com ordem, elevação e patriotismo. Falou por último o Sr. Epiácio Pessoa, que impressionou profundamente o grande auditório. Os Deputados Maciel Júnior e Moacir fizeram declarações de votos simpáticos a meu nome, mas declarando, em vista de seus compromissos políticos, aguardar o meu programa de governo para tomarem atitude decisiva. Da dissidência paulista compareceram o Senador Adolfo Gordo e o Deputado Francisco Alves.¹² O resultado da votação foi o seguinte: Rodrigues Alves, 244 votos; Delfim Moreira, 243. O Senador Miguel de Carvalho votou no meu nome e no do Dr. Borges de Medeiros. O Dr. Rodrigues Alves Filho não compareceu à reunião, por se achar em causa

11 Sublinhado no original.

12 Francisco Alves dos Santos.

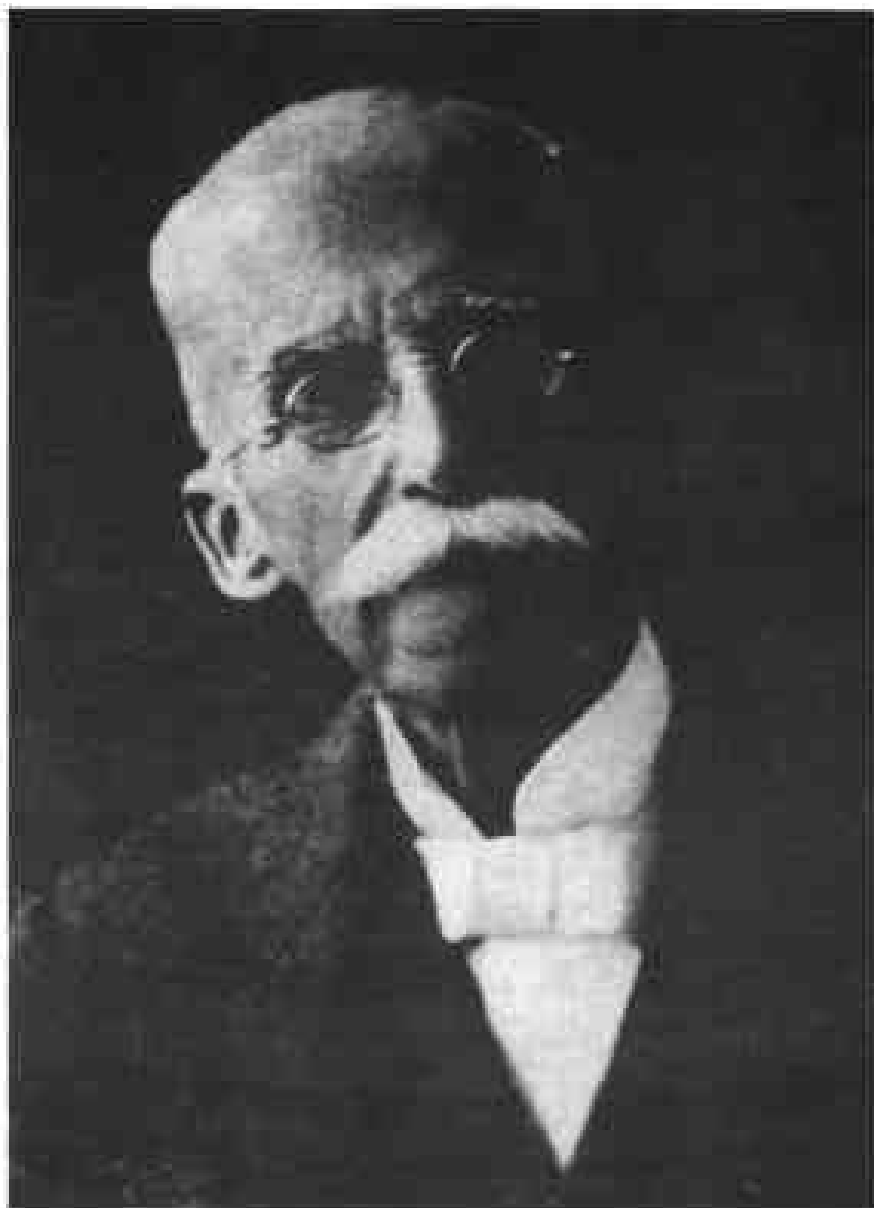
o meu nome. Finda a reunião, uma comissão composta dos Senadores Azeredo, Epitácio, Alcindo, Índio do Brasil, e Deputados Antônio Carlos, Vespúcio de Abreu, Seabra, Celso Baima e Félix Pacheco, veio me trazer o resultado da Convenção e felicitações. Falou o Senador Azeredo; agradei.

No dia 8 telegrafei ao Dr. Delfim Moreira nos seguintes termos: 'Apresento a V. Ex^a os meus afetuosos cumprimentos e felicitações pela justa homenagem que lhe foi ontem prestada, na grande convenção republicana, com a indicação do nome ilustre do meu distinto amigo para o alto cargo de vice-presidente da República no próximo quadriênio'. As bancadas baiana, paulista, mineira e a do Rio Grande do Sul trouxeram os seus cumprimentos."

Até aqui a exposição exata e seca de Rodrigues Alves. Ele não menciona, contudo, pormenores que são importantes para o delineamento verdadeiro daquela última fase do processo sucessório, do qual a Convenção de 7 de junho foi o desfecho cenográfico e consagrador.

Rui Barbosa, às vésperas da reunião dos membros das duas Casas do Congresso, havia divulgado um longo manifesto à nação, que foi dos passos mais infelizes da sua longa vida pública, destoando da unanimidade com que os dirigentes da política haviam escolhido os nomes de Rodrigues Alves e Delfim Moreira. O manifesto surpreendeu a todos. Rui Barbosa era o vitorioso da hora, graças à política externa que preconizava e que vinha sendo adotada pelo governo. O candidato à presidência compareceu no momento do seu triunfo tribunício, e sentara-se ao seu lado na sessão do Senado.

Os originais desse documento constam dos arquivos da Casa de Rui Barbosa, e se estendem por 155 páginas manuscritas em letra firme e clara. Além dele existe uma cópia datilografada e a impressão em *O Imparcial*, ocupando quase um caderno, na véspera da Convenção. O título é "Manifesto sobre a chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira", e em nota à margem Rui acrescentou, não se sabe por que, "irrevisto e incompleto", pois o original corresponde à cópia e à publicação. Provavelmente desejaria fazer obra ainda mais extensa. A primeira parte é datada de 2 de abril e a segunda de 4 de maio. Foi escrito a pedido de



*Rui Barbosa no esplendor da sua glória nacional.
Cortesia da Casa de Rui Barbosa*

Macedo Soares, de *O Imparcial*. O estilo, de forma abundante e barroca, como era de uso de Rui, é muito trabalhado. Seu tom parece desde logo muito agressivo e pessimista. Para Rui, naquele momento de ressurgimento mundial trazido pelo fim da guerra, o Brasil era “uma vazante de mangues descobertos, no empoçamento geral da nação em uma insensibilidade torpe, morta, putrescente”. Fala na queda do Czar, do Kaiser, do Sultão, enquanto no Brasil o que se via era “a nomeação do presidente da República por um ato clandestino do chefe do Poder Executivo”.

Dedicara-se nos últimos tempos à guerra; não falara em candidaturas, porque seus princípios eram tão conhecidos a esse respeito “como este grandioso passado em que o Conselheiro Rodrigues Alves envolve a majestade consular da sua candidatura”.

Lembra como combateu a influência de Rodrigues Alves na escolha de Bernardino, em 1905. Opôs-se, depois, à candidatura Campista, pelo mesmo motivo do patrocínio de Afonso Pena. Afirma que o governo Rodrigues Alves “nos induziu a gastar como filhos de pais ricos, em suntuários melhoramentos pagos ao dobro do seu preço”. (Rui aqui esqueceu seu vigoroso discurso, em resposta a Glicério, feito em defesa das obras do porto e da Avenida Central.)

Voltou à sua idéia, mais de uma vez exposta, contrária às convenções do Congresso e favoráveis às eleições primárias pelos partidos, como nos Estados Unidos, esquecido de que não se podia armar aqui, à última hora, um sistema que lá só aos poucos se assentou.

Falando de Venceslau afirma, mal informado como estava: “Não há linguagem bastante severa para medir a justiça da condenação a esse caso prototípico de quebra de mandato, abuso de confiança e traição aos deveres do posto supremo.”

O presidente, para ele, teria lançado “o lenço à odalisca do seu gosto – inaugurando, para o eleito das suas simpatias, a época das curvaturas servis, das adesões incondicionais, dos negócios clandestinos”. Compreende-se bem a resposta maciça que o Congresso deu a tais injúrias.

Contra Rodrigues Alves disse Rui que tinha razões diretas para se opor: o seu anti-revisionismo constitucional e o fato de aceitar uma candidatura “gerada nas entranhas da presidência”. Pessoalmente,

não alegava impedimentos. Para demonstrá-lo transcreve as cartas que lhe escreveu em 1909 e refere-se à tentativa de 1913. Mas logo ajunta com certa perfídia: “Por nossa desgraça, porém, o honrado cidadão, cujo espírito de viajero avezado a travessias seguras, não nos quis dar a valia do seu nome em 1910 [...] nem ainda em 1914, para encetar a rude purificação das mazelas [...] hoje, adormentado na calma dos mares banheiros, faz-se de volta no pego de um chaveco, em que a fortuna de César teria soçobrado.”

Passa, em seguida, a uma previsão aventurosa. Rodrigues Alves, candidato de Venceslau, não seria eleito, como o não foi Davi Campista, candidato de Pena. Assim o presidente que ele acabava de reconhecer que possuía um grandioso passado, era posto no mesmo pé que o jovem ministro que havia impugnado, em 1909, por não ter passado suficiente.

O manifesto, preparado na primeira parte para sair em 2 de abril, não foi publicado então, porque o torpedeamento do navio *Paraná* distraía a atenção pública. Foi aumentado, como se disse, com data de 4 de maio. Termina propondo o adiamento da Convenção de junho e a realização de outra forma de seleção do candidato, nos moldes que preconizava. Estende este apelo final ao próprio Rodrigues Alves.

Se Rui tivesse mais senso político e fosse menos sujeito ao ressentimento pessoal, tomaria atitude contrária à que tomou no manifesto, e ninguém lhe tiraria a presidência da República, depois da morte de Rodrigues Alves. Mas o “apóstolo da democracia” era, sem dúvida, um permanente ressentido. Não compreendia a escolha do seu colega de São Paulo, nem a exclusão do seu próprio nome, fatos que se prendiam muito menos a questões pessoais do que às condições gerais do país, como temos dito e repetido.

No referido manifesto, Rui extravasa toda a amargura de sua alma, deixa emergir o mosto do vinho de ressentimentos. *O Imparcial*, jornal de Macedo Soares, que sempre hostilizara veladamente a política de São Paulo, sintetizara as candidaturas como sendo a “união do ouro paulista com a população mineira”. Era isto mesmo; mas estes eram fatores econômicos e eleitorais da mais corrente naturalidade em um governo democrático. Nem se podia conceber

soluções políticas fundadas em abstrações jurídicas, sobretudo insinceras. Sim, insinceras.

Foi mais ou menos o que disse o *Jornal do Comércio* (edição paulista) no dia 7, ao acentuar que Rui “desejava substituir o processo constitucional pelo processo revolucionário”. Aliás era o que havia feito na revolta da vacina, para surpreender-se depois com o resultado.

A afirmativa de que Rodrigues Alves era um boneco de Venceslau era falsa. Basta recordar o que relatamos neste capítulo, para ver-se que era inverídico. Em segundo lugar, Rui apelava para o seu velho argumento do oficialismo da candidatura, esquecido de que participara do Bloco, em 1905, e o orientara intelectualmente, e o Bloco fora o criador de uma candidatura oficial, a de Afonso Pena. O fato de que se tratava de uma congregação de oficialismos estaduais, chefiado por Pinheiro Machado, o próprio Rui, e, afinal, pelos líderes mineiros, não lhe tirava o caráter lididamente oficial. Nem poderia haver outra origem, para as candidaturas à presidência, naquela República em que os partidos eram instrumentos oficiais.

No dia da Convenção, o *Jornal do Comércio* (edição do Rio) comentou o amargurado manifesto de Rui com estas judiciosas reflexões:

“Seria preciso, realmente, que a nossa degradação política tivesse chegado ao auge para se imaginar que um antigo presidente, que soube cumprir o seu dever, encher o país de benefícios no seu quadriênio, continuando a ocupar as mais altas posições, só pudesse voltar ao Catete guindado pela proteção ostensiva do chefe do Estado.”

Confirmando tais assertivas, a Secretaria do Palácio do Catete, em nota oficial da mesma data, contestou energicamente que o presidente da República houvesse participado de qualquer movimento de imposição de nomes à escolha do Congresso, para candidatos oficiais. Que Rui ficou isolado, inteiramente isolado, mostra o espetáculo da Convenção.

O *Jornal do Comércio* do dia 8 descreve-a com pormenores. Às 20 horas o recinto do Senado estava tão cheio que muitos deputados e senadores (provavelmente a maioria) tiveram que ficar de pé, pelos corredores laterais e entre as bancadas. Na mesa tomaram assento o Vice-Presidente Urbano Santos, os Senadores Vitorino Monteiro (Rio

Grande) e João Lira (Paraíba) e os Deputados Raul Fernandes (Estado do Rio) e Moniz Sodré (Bahia).

Ao abrir a sessão, Urbano Santos respondeu às objeções de Rui Barbosa, embora sem lhe mencionar o nome. Defendeu a autonomia da decisão do Congresso (que devia se sentir ferido com o manifesto), pois nenhum dos congressistas presentes era forçado a votar, a não ser como desejasse. Antunes Maciel falou em seguida, pelos federalistas do Rio Grande. Grato a Rodrigues Alves, que se manifestara contra a depuração do seu mandato por Pinheiro Machado, exaltou calorosamente o estadista de São Paulo. Ele e Pedro Moacir (outro federalista) votariam a favor da chapa, como demonstração da tese da eleição do presidente pelo Congresso, que era a tese dos parlamentaristas gaúchos, desde o Congresso de Bagé.¹³ Mas o grande discurso da noite foi o do Senador paraibano Epiácio Pessoa. Epiácio, no auge da sua carreira parlamentar falou como nos saudosos tempos do início, sob Floriano. Combateu de viseira erguida o manifesto de Rui Barbosa, que deixava o Congresso em postura subalterna. Afirma que nenhuma outra reunião, qualquer que fosse, teria mais representatividade que a dos representantes do povo para indicar os futuros dirigentes do país ao eleitorado. De Rodrigues Alves disse, textualmente: “É o estadista de maior renome no Brasil atual, com uma fé de ofício que nenhum homem público pode exhibir neste país [...]. A sua indicação é como uma aclamação nacional.” Os aplausos que abafaram as últimas palavras do orador eram prova, mais que de entusiasmo pela sua eloquência, de protesto contra o manifesto do ausente Rui Barbosa.

A votação foi, como já se disse, unânime quanto a Rodrigues Alves. Depois dela, além da comissão especial, grande número de congressistas dirigiu-se à mansão da Rua Senador Vergueiro, que viveu o último de seus dias de satisfação e glória, que tantos conhecera desde o Império. Os salões iluminados estavam cheios de amigos. No vestibulo, Rodrigues Alves Filho os recebia e os introduzia “no pequeno e luxuoso salão à direita” (como diz o *Jornal*) (chamado salão Luís XV) onde iam

13 Nota-se que Rodrigues Alves estava mal informado quando, no relato da Convenção, afirmou que os federalistas gaúchos manifestaram-se pela expectativa simpática. O relato do *Jornal do Comércio* fixou-lhes a verdadeira posição favorável.

passando para cumprimentar o Conselheiro que ali os esperava de pé. Azeredo falou, em breves palavras. A resposta de Rodrigues Alves, observa o jornalista, foi muito comovida, mas dada “com modéstia e naturalidade”. Declarou francamente que se sentia envelhecido, mas tudo o que lhe restava de vida havia de dar para servir ao país. Contava com a colaboração dos amigos para os encargos que os esperavam.

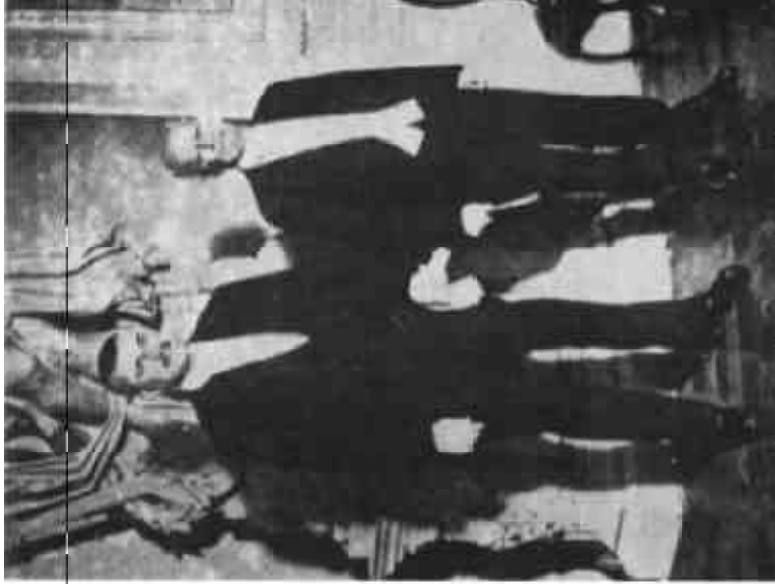
Na quietude do gabinete, depois da festa, Rodrigues Alves toma notas queixosas sobre Rui:

“Falava-se que algum trabalho estava sendo feito para provocar o adiamento [da Convenção] por parte de alguns políticos [...] e atribuía-se uma importância decisiva à senhora que animava o marido nesse propósito, e o isolava de amigos que procuravam dissuadi-lo de fazer o tal discurso, ou conferência. Citava-se mesmo, o nome de um dos Mangabeiras, amigo de Rui, que se esforçou, sem resultado, para que não aparecesse o tal discurso ou manifesto. Venceu a camarilha. O discurso [sic] apareceu tão cheio de referências maliciosas e alfinetadas que o efeito foi negativo [...]. Rui disse que o Deputado Mangabeira depois da convenção, teve a confissão de que era ele que tinha razão, quando lhe aconselhava o não-pronunciamento.”

A significação, para São Paulo, dos resultados consagradores da Convenção é ressaltada nesta passagem do diário de Altino, escrita no dia 8. Segundo ele, “o resultado restituiu ao Estado de São Paulo a sua preponderância política na Federação”. E junta esta frase que não deixa de ser surpreendente na pena de um presidente estadual: “Considero terminada a missão de meu governo na ordem externa.” Estas são palavras textuais. Em vez de dizer “ordem federal”, Altino escrevia “ordem externa”. Curiosa falta do subconsciente, que denotava, quanto ao presidente paulista, até que ponto ia no seu espírito o sentimento da grandeza do seu Estado. Era como se fosse um país; outro país.

*

A unanimidade da classe política em torno da fórmula encontrada para a sucessão não excluía a alheamento das massas populares, que na verdade mostravam-se indiferentes e nem sequer participavam dessas



*Aspectos do banquete do Clube dos Diários: Rodrigues Alves lê a sua plataforma.
À direita, os dois candidatos da convenção republicana. Careta. Coleção Plínio Doyle*

decisões. As condições de vida de São Paulo, já então cidade operária, pioravam dia a dia, com as restrições impostas pela guerra. A 11 de julho, começavam na capital agitações operárias e greves, devidas ao encarecimento da vida. Houve violência no Brás, assalto ao Moinho Inglês e morte de um soldado de polícia. Os ecos da revolução socialista de Kerenski, na Rússia, deviam fazer-se sentir na capital da indústria brasileira.

A princípio o governo agiu com moderação, tentando negociar, apresentando soluções, que os líderes operários recusaram. Depois, com o aumento da desordem, aumentou a repressão. Houve grandes violências policiais, com mortos e feridos nas ruas.

Altino Arantes, no seu diário, acusa *O Estado de S. Paulo* de ser o instigador dos motins de rua (nota de 15 de julho). Atribui ao jornal móveis políticos contra os governos federal e estadual. Segundo Altino, os jornalistas do *Estado* já tinham sido parlamentaristas, monarquistas e militaristas. Bem podiam ser agora socialistas e anarquistas.

Em consequência das agitações, foram expulsos do território nacional 26 anarquistas estrangeiros. A medida foi muito discutida pelos liberais do Congresso sobre pretexto de que a Constituição não previa aquela providência de defesa da ordem.

Modificação importante ocorreu, naquele mês de julho, no governo federal. Calógeras demitiu-se da pasta da Fazenda, sendo substituído por outro deputado mineiro, o líder Antônio Carlos.

A 30 de agosto morre, meio abandonado, em Jacarepaguá, Carlos Peixoto, vítima de tuberculose. Carlos Peixoto morria aos quarenta e sete anos e fora o mais prestigioso líder civil do país antes de atingir os quarenta. O fascínio de sua personalidade, sobranceira e senhoril, mas, ao mesmo tempo, cativante pelas qualidades humanas de inteligência e afetividade, conservara-se na memória dos que o haviam freqüentado. Altino, em nota melancólica, lembra a sua glória e a sua penumbra, e evoca a noite da renúncia de Peixoto, a sua queda da presidência da Câmara, quando ele, Altino, foi um dos raros deputados a visitar o ex-poderoso líder de Afonso Pena, na sua modesta casa das Laranjeiras.

*

O tradicional banquete oferecido pelo Congresso para leitura da plataforma do futuro presidente foi realizado no Clube dos Diários, que Rodrigues Alves ainda denominava Cassino, como era chamado no tempo do Império.¹⁴ Pormenor interessante, o dia do banquete, 23 de outubro, foi escolhido por ser o mesmo da festa, naquele salão, em que Rodrigues Alves leu sua plataforma de candidato em 1901.

A plataforma de 1917 não trazia novidades. Era, a bem dizer, a confirmação ampliada das conhecidas idéias políticas e administrativas do presidente.

A saudação, em nome do Congresso, foi feita pelo Senador Epitácio Pessoa, escolhido provavelmente pelo seu brilhante discurso na Convenção de 7 de junho.

A oração de Epitácio, pelos temas que abordou e pelo tom de que se revestiu, foi chamada desde logo, ironicamente, “plataforma de governo”. Ironia profética, pois, quando escolhido para sucessor de Rodrigues Alves, poucos meses depois, encontrando-se na Conferência da Paz, Epitácio, que não podia participar da campanha presidencial, recomendou aos seus correligionários que utilizassem o discurso de 23 de outubro como se fosse a síntese do seu programa.

Falando de Rodrigues Alves, disse Epitácio:

“O candidato à presidência da República estava naturalmente indicado. O Sr. Rodrigues Alves é um homem a quem se pode saudar sem temor de parecer lisonjeiro. Toda a nação lhe reconhece os serviços. Formado em uma escola de moderação, de ordem, de respeito à lei, de esclarecido patriotismo, atingiu as mais culminantes posições, sem nunca as procurar, sempre indicado, como o mais próprio para elas, pelos mais capazes de escolher.”

14 Quando jovem, ainda pude assistir a uma dessas cerimônias tradicionais. Da elevada galeria que circunda o grande salão de festas, estive olhando comensais de casaca e ouvindo discursos no banquete que o Congresso ofereceu a meu pai, no regresso da sua embaixada à V Conferência Pan-Americana, em 1923.

Depois de aludir sucintamente às grandes realizações do governo Rodrigues Alves, que precisavam ser confirmadas e ampliadas em todo o país, Epitácio prosseguiu:

“Rodrigues Alves [...] desde o tempo do Império, pela sua energia moral temperada por um largo espírito de tolerância e de concórdia, pela sua coragem cívica comprovada, em momento de grave perigo, na defesa da ordem constitucional, pela ponderação dos seus desígnios, pela finura das suas resoluções, pela sua respeitabilidade pessoal, em uma palavra, pelo prestígio e renome que estes predicados lhe granjearam em todo o país, era o mais capaz para presidir a esse momento, que se aproxima cheio de incertezas e perigos [...]. Em três décadas de governo é o Sr. Rodrigues Alves o primeiro que volta à magistratura da nação. Isto o habilita a coroar a sua carreira com um belo exemplo aos mais moços, uma grande lição do que seja o papel de um chefe de Estado, num país novo.”

Epitácio parecia prever o imediato futuro. O mais moço seria ele próprio, dentro de meses. E, como que confirmando tal previsão, o senador paraibano dedicou um dos mais importantes tópicos daquele discurso a ressaltar o desnível de civilização entre o Sul e o Norte e a reclamar para sua sofrida região o interesse e as providências dos governos federais. Estava já falando o futuro presidente das obras contra as secas.

Anotando, com o laconismo de sempre, o banquete do Clube dos Diários, Rodrigues Alves escreveu:

“Foi orador oficial dos congressistas o Senador Epitácio Pessoa, que proferiu um belíssimo discurso.¹⁵ Eu agradei,

15 Anah guarda entre as suas recordações de infância a satisfação com que a escolha do nome de Epitácio foi conhecido pela família de Rodrigues Alves. Depois da morte do presidente, filhos, genros e netos recolheram-se a Guaratinguetá, muito abalados pelo acontecimento. Anah se lembra da tristeza da casa, dos seus vestidinhos pretos de “luto fechado”, como então se dizia. Foi numa dessas noites de conversa da família, no salão de jantar da casa patriarcal, que o telefone tocou. Era alguém, comunicando a Nhonhô (Rodrigues Alves Filho) o assentamento oficial da candidatura Epitácio.

lendo a minha plataforma. O Dr. Delfim Moreira fez o brinde final ao Dr. Venceslau.”

No dia 25 de outubro, deu-se o torpedeamento do *Macau* e, no seguinte, a solene sessão do Senado, com o discurso de Rui Barbosa e os votos de Rodrigues Alves e Lauro Müller, a favor da guerra, a que já nos referimos.

Apesar da gravíssima situação mundial, tudo parecia tranqüilo na ordem interna. A imprensa, em geral, refletia esta tranqüilidade, esta confiança no futuro. As exceções eram mais devidas a questões pessoais, ou locais, do que a fatos objetivos que justificassem desconfiança e alarme. Uma destas exceções era o poderoso *O Estado de S. Paulo* que, depois da convenção de junho e da plataforma de outubro, culminava nos seus ataques à situação. Nos fins de outubro chegava a chamar de “traidor” o governo de Altino Arantes.

A acusação era grave, e a resposta nem sempre possível, por causa das deficiências dos meios de comunicação daquele tempo, no qual os governos não dispunham do rádio nem da televisão. A defesa contra os ataques era feita pelos órgãos oficiosos, como o *Correio Paulistano*, de escassa circulação.¹⁶ De qualquer maneira, Altino resolveu defender o seu governo de forma enérgica. Fez elaborar o artigo de resposta por um comitê de redatores composto de Washington Luís, Elói Chaves, Júlio Prestes e Carlos de Campos. Pelo número e categoria dos obstetras, vê-se como era delicado aquele parto político-intelectual.

Reprimidas as greves, desaparecida a agitação nas ruas, naquele fim de outubro de 1917, começam a aparecer, em caráter secreto, as primeiras notícias alarmantes sobre a saúde do Conselheiro Rodrigues Alves.

16 O Deputado Martim Francisco, sempre satírico, costumava dizer a meu pai que ele, Martim, era um homem sem vícios, pois “não fumava, não bebia, não jogava e não lia o *Correio Paulistano*”.

.....

Livro XVI

Capítulo Primeiro

Declínio da saúde de Rodrigues Alves – Sua eleição.

A

3 de novembro de 1917, Oscar Rodrigues Alves comunicou a Altino Arantes, sob absoluto segredo, que tinha recebido notícias dos irmãos, no Rio, de que o pai estava adoentado. Seria, possivelmente, resultado das emoções e dos esforços físicos determinados pela Convenção de junho e pelas cerimônias de outubro. Altino, alarmado, escreveu no seu diário, na noite daquele dia:

“É um grande susto e um enorme perigo para todos nós, para o Brasil inteiro.”

Com efeito, não se pode negar que a notícia fosse grave. Os problemas nacionais, internos e externos (e os recentes acontecimentos de São Paulo o confirmavam) exigiam um chefe de governo na plena posse das suas potencialidades físicas. Rodrigues Alves sentira de início que começava a fraquejar, e o declarara pelo menos duas vezes.

Todo mundo o sabia velho, mas muito poucos conheciam a fragilidade do seu estado de saúde, aparentemente recuperado depois da longa licença que tomara, quando presidente de São Paulo. Altino Arantes e os familiares de Rodrigues Alves mostravam-se preocupados.

Oscar, que era médico, estivera no Rio em visita ao pai e, na volta, dissera ao presidente paulista que a saúde do conselheiro “não era tranquilizadora”.

Ele próprio, o doente, não devia se dar muita conta da delicadeza do seu estado, porque tudo indica que, se o soubesse, teria procurado a tempo uma solução de harmonia. Ninguém estaria em melhores condições de, renunciando à candidatura por motivo de saúde, influir decisivamente na escolha do substituto.

Quem resistiria, por exemplo, ao nome de Rui, levantado por Rodrigues Alves? Infelizmente, as atitudes recentes do grande baiano tornavam tal saída humanamente impossível. Sim, humanamente, porque todos os homens não podem deixar de agir em função das emoções recentes. E, se as de Rui eram de mágoa justa pelo sofrido isolamento e a permanente preterição, com que seu nome – o mais admirado dos brasileiros – era cercado pelos dirigentes políticos, as de Rodrigues Alves eram de justa mágoa, com as atitudes de recente agressividade de Rui contra ele.

No dia 29 de novembro, o Deputado Palmeira Ripper discutiu abruptamente com Altino a hipótese do Conselheiro não poder tomar posse da presidência, um ano mais tarde. Altino aceitou a conversa. Suas sugestões eram duas: ou “promover-se” Delfim a presidente, ou confiar a presidência a um pequeno Estado, sugerindo então dois nomes: Urbano Santos e Eptácio Pessoa. Palmeira Ripper não concordou. São Paulo devia conservar o poder federal que retomara na figura de Rodrigues Alves. Ripper achava que Altino devia ir pensando na sua própria candidatura. “Fantasia de poeta”, comentou, jocosamente, o presidente paulista. No dia seguinte, voltam os dois a conversar sobre o assunto. “Feliz visionário”, insistiu Altino a propósito da insistência de Ripper. Mas a verdade é que ele, presidente de São Paulo e principal fator da candidatura Rodrigues Alves, já estava, em novembro de 1917, conversando sobre o seu possível fracasso.

No entanto, Rodrigues Alves parecia atuar normalmente. Sua atenção para os assuntos do Estado era tão vigorosa quanto sua energia

mental. No dia 17 de janeiro de 1918, escreveu, do Rio, longa carta a Altino Arantes, na qual, com letra firme e raciocínio perfeito, abordava a situação criada com a França a respeito do acordo em negociação sobre a entrega àquele país dos navios alemães apresados pelo Brasil, mediante a compra, pela França, do nosso café armazenado no Havre. O governo francês parecia suspeitar da existência de irregularidades na transação, com a intervenção de intermediários cujas comissões elevariam os preços. As suspeitas concentravam-se em Paulo Prado, que mantinha sua posição de representante de São Paulo na Europa, para os negócios do café.

Rodrigues Alves defendia energicamente o seu Estado e a política até então seguida:

“O convênio foi negociado lisamente, sem espírito de lucro ou de negócio da nossa parte e é esta a tradição da nossa diplomacia; a idéia da compra do café surgia como uma compensação razoável ao abandono dos navios que deviam fazer o seu transporte.”

Sempre enérgico, achava tímida e frouxa a ação do nosso ministro em Paris (Olinto de Magalhães). Transmitira esta impressão a Nilo Peçanha que com ela concordava. Em complemento, acha “impertinente” a correspondência de legação francesa, chefiada pelo poeta Paul Claudel. Nilo prometera-lhe “fazer sentir isto ao nosso ministro [Olinto], com firmeza, e observar para com o governo francês a mesma atitude”.

Vê-se que o Conselheiro mantinha o seu velho senso de autoridade e conservava vivo o sentimento da dignidade nacional.

Ainda em janeiro de 1918 foi a São Paulo de onde escreveu à filha Catita (dia 23): “Fizemos boa viagem e chegamos bem.” Falando da tia e sogra disse: “Depois do almoço fomos visitar Nhá Mina, que continua de cama, mas com boa e viva fisionomia. Ficou muito satisfeita de nos ver e me achou *gordo e forte*.”¹

No entanto, dias depois desta carta tão otimista, Carlos Maximiliano, o próprio ministro político de Venceslau, escrevia a Borges de Medeiros (dia 29): “Aqui ninguém acredita que Rodrigues Alves governe. Prevêem a morte antes da posse e, se esta se efetuar, a revolução

1 Palavras sublinhadas no original.

imediate.” Maximiliano insistia ainda em que Rodrigues Alves tinha sessenta e nove anos e não tinha saúde.

Os gaúchos se animavam, esperançados com o fim da solução que pretenderam evitar, desde Pinheiro Machado: um novo governo paulista. E o próprio ministro não recuava, bem na tradição gaúcha, de prever uma revolução imediata, caso se chegasse à posse do presidente, ancião e enfermo.

Rodrigues Alves ignorava as sinistras previsões. Tomou parte nas reuniões da Comissão Diretora, em São Paulo, e viu suas indicações invariavelmente aceitas: Álvaro de Carvalho para seu sucessor, no Senado Federal, e Carlos de Campos para a Câmara dos Deputados. Na Comissão Diretora, apesar dos ataques violentos que recebia da imprensa e da dissidência, apoiou a tese de que, em todos os distritos, o PRP devia apresentar chapa incompleta deixando uma cadeira para a oposição.

Sempre as suas idéias liberais, aplicadas na lei Rosa e Silva.

A 8 de fevereiro fez um apelo que denota insegurança quanto à própria saúde. Pediu o auxílio de todos para “as pesadas responsabilidades que ele, fiado no apoio e na assistência dos amigos de São Paulo, teve a fraqueza de aceitar, com a sua candidatura à presidência da República”.

Naquele mesmo mês de fevereiro retornou a Guaratinguetá, de onde escreveu à filha. Levava sua vidinha normal de homem de província. Fala do tempo, da febre que Anah estava tendo (“talvez seja a mesma febrícula que ela teve no Rio”) e recomenda cuidados com a saúde da neta; anuncia a remessa de um caixote de uvas pelo trem noturno.

Não parecia ferido pela aproximação da morte, da qual aparentava, às vezes, sentir os passos leves. Era o velho político de Guaratinguetá, o patriarca de província, entretendo-se com sua filha, preocupado com a saúde da netinha. E isso a alguns dias, apenas, da eleição presidencial.

Esta ocorreu a 1º de março de 1918, data prevista na Constituição. A unanimidade da indicação política, e a falta de competidor que desejasse levar avante uma campanha de oposição tiraram ao pleito qualquer caráter de entusiasmo ou de emoção. Foi um simples episódio de rotina, para confirmar solução inabalavelmente assentada. A votação de Rodrigues Alves foi alta, se se levar em consideração o desinteresse

pelo pleito, determinado pela ausência de contestação. O presidente obteve 386.467 votos e o vice-presidente obteve 382.491.²

Reunido o Congresso Nacional, nos termos da Constituição, para apurar a eleição foram constituídas as comissões auxiliares respectivas, e aprovado o parecer da mesa do Congresso, proclamando os eleitos, em sessão de 5 de junho, tendo o Senado, naquele mesmo dia, realizado sessão extraordinária em separado, para congratular-se com o senador, eleito presidente.

Deve-se consignar que Rodrigues Alves, durante o ano de 1918, esteve ausente do Senado. Com efeito, não consta sua presença em nenhuma das sessões daquele ano, segundo as listas publicadas no *Diário do Congresso*.³

Na mesma noite de 1^o de março, antes que os resultados começassem sequer a ser apurados, Altino Arantes comunicou-se com o Conselheiro, que se encontrava em Guaratinguetá, para cumprimentá-lo pela sua eleição à chefia da República, ajuntando no seu diário íntimo: “Deus há de permitir que ele complete o seu difícil mandato.”

A nota final mostra que as dúvidas sobre as condições físicas de Rodrigues Alves, e sua capacidade para o exercício do poder, assistiam no círculo dos seus mais íntimos amigos e responsáveis correligionários, desde a data de sua eleição.

Entretanto, a tranquilidade do presidente eleito era absoluta. Em cartas a Catita, escritas de Guaratinguetá naquele mês de março, não faz a menor referência ao pleito que o levara, pela segunda vez, à chefia da nação. No dia 15, lembra a necessidade de se adaptar o novo portão da casa da Senador Vergueiro “para a entrada de carros”. No dia 17, começa dizendo: “Todos vão indo sem novidade, continuando eu no mesmo regime, esperando sempre ficar mais forte.”

A saúde é que o preocupava. Sentia-a combalida, tinha o dever de se fortalecer. Terminava confessando a falta que sentia das netas, que

2 *Anuário estatístico do Brasil, 1960*. Rio de Janeiro, 1960 (comunicação de José Honório Rodrigues).

3 Comunicação da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Os anais do ano de 1918 não foram publicados.

pouco antes o haviam visitado em Guaratinguetá “e que tanto alegraram a casa”.

O ancião, preocupado e triste, parece que se animava, com a companhia das três meninas, no velho casarão.

*

A República se encontrou, então, em uma encruzilhada, decisiva das rotas do seu destino, em um momento no qual, se fosse possível a previsão dos acontecimentos futuros – e ela era perfeitamente previsível para os componentes do pequeno grupo dirigente – e se este grupo tivesse deliberado com rapidez e decisão, talvez a sobrevivência da Constituição de 1891 não se tornasse impossível, como veio a ser.

O mais acertado seria a candidatura de Rui Barbosa. Ela, depois da morte de Rodrigues Alves, chegou a adquirir uma consistência que antes nunca conhecera, nos meios políticos conservadores.

Mas Rui era levado por um estranho, invencível pendor de cobrir de obstáculos intransponíveis o caminho aberto à sua permanente ambição. Ainda não foi devidamente estudado, por nenhum dos mais ilustres *ruístas* (um João Mangabeira, um Homero Pires, um Luís Viana Filho, um Gontijo de Carvalho, um Américo Lacombe, um Salomão Jorge), nenhum *ruísta* competente, repetimo-lo, estudou até agora, com os elementos documentais e as investigações psicológicas necessárias, a invencível tendência de Rui Barbosa de tornar inviável aquilo que sempre mais desejou: ser eleito presidente.

Nas vezes anteriores ele lutou para perder; a vitória era impossível. Agora, porém, em 1919, continuou a lutar pela derrota do que almejava, num momento em que a vitória seria possível, e até bastante fácil. Um mínimo de tolerância teria evitado o destampatório do seu manifesto contra o velho amigo, do que depois, como vimos, se arrependeu. Um mínimo de humildade tê-lo-ia feito aceitar a embaixada à Conferência da Paz, que Rodrigues Alves lhe ofereceu imbuído somente dos melhores sentimentos de patriotismo e moderação como o próprio Rui, na campanha presidencial de 1919, expressamente reconheceu. A ausência voluntária de Rui criou a presença involuntária de Epitácio. Os

discursos de Epiácio na Convenção de junho e no banquete de outubro eram o reverso da medalha do desastradíssimo manifesto de Rui assim como a investidura de Epiácio (projetado por aqueles discursos) na Conferência da Paz, foi o reverso da medalha da recusa inexplicável de Rui. Rui Barbosa foi, no meio político, o maior eleitor de Epiácio Pessoa, cuja candidatura veio, no entanto, a combater com a sua própria, na mais heróica e inútil das suas campanhas, procurando, pela última vez, o gosto estranho da derrota.

Eleito, Rodrigues Alves permaneceu no seu retiro de Guaratinguetá, onde, naturalmente, passou a ser diretamente informado dos principais acontecimentos e, às vezes, consultado sobre eles; destinatário de mensagens de todo o país e anfitrião de visitantes de passagem, que vinham cumprimentar o velho sol renascente, não raro pedir-lhe amparo a pretensões pessoais, como, por exemplo, Medeiros e Albuquerque, que aspirava à prefeitura do Rio de Janeiro.

As cartas escritas a Altino Arantes, entre julho e setembro de 1918, mostram o seu excelente estado mental e a permanente atenção com que acompanhava os acontecimentos.

A 5 de julho, escreveu longamente sobre a geada e certa praga que devastavam os cafezais paulistas. Fala como fazendeiro, aludindo a medidas preventivas de técnica agrícola, e fala como governante, expandindo-se em considerações sobre providências administrativas adequadas a enfrentar a situação.

A carta de 16 de agosto já é bem diferente. Nela é o ex-ministro da Fazenda que, a pretexto de opinar, de fato orienta o presidente do Estado de São Paulo sobre a atitude a ser tomada diante da política financeira de Venceslau Brás. É um verdadeiro relatório epistolar, no qual são analisados os diversos planos monetários, que tendiam todos à expansão dos meios de pagamentos dentro de um quadro já inflacionário.

A 24 de agosto voltou ao assunto, com novos argumentos e observações, visto que a situação, no Congresso, parecia se estar modificando, quanto à matéria. Sugeriu instruções específicas a serem dadas a Álvaro de Carvalho e justificava, com pormenores, seus pontos de vista de administrador prudente e financista clássico.

A 19 de setembro é a política externa que se encontra na base de suas preocupações. O irmão de Nilo, Alcebiades Peçanha, ministro em Buenos Aires, entrara em negociações com o governo argentino sobre o aproveitamento hidrelétrico das cataratas do Iguazu. Rodrigues Alves estranhava a inoportunidade de negociações daquela importância, nas vésperas da mudança de governo. Na mesma carta aconselhava Altino a ir ouvindo “com paciência” as pessoas que o procuravam para fazer sugestões sobre o futuro ministério ...

De 28 de setembro é a derradeira carta de Rodrigues Alves a Altino Arantes. Anunciava o propósito de renunciar à senatoria no dia 30, para dar tempo ao preparo da eleição de Álvaro de Carvalho, e pedia, sobre o caso, a opinião do partido. Mas a carta termina com uma nota pouco animadora sobre a crise de saúde que se manifestava e que terminaria por impedir-lhe a posse:

“Com as irregularidades da estação tenho sentido um pouco os efeitos dos resfriamentos, mas espero ir de novo me fortalecendo.”

Além de Altino, Rodrigues Alves, com a aproximação da data da posse, correspondia-se com outros políticos. Nilo Peçanha lhe enviou longo relatório sobre a situação da política externa, peça que parecia denotar o seu desejo de permanecer no posto, tal como acontecera anteriormente com Rio Branco e com Lauro Müller. Tinha direito a essa pretensão, pela parte ativa no preparo da candidatura de Rodrigues Alves, e pelos antecedentes da sua carreira pública, vinda da Constituinte. Mas a colaboração de Domício da Gama nos episódios ligados ao café, já aqui salientada, fixara no espírito do presidente a idéia de convocar o embaixador em Washington e colaborador do barão para ocupante do Itamarati. Isto revelou-se, tardiamente, um erro. Se Nilo fosse o chanceler, nunca teria criado com Rui o caso da embaixada da paz, e, assim, ter-se-ia evitado uma das maiores razões do afastamento deste da presidência, com a morte de Rodrigues Alves. Já se pensou como seria inevitável a indicação de Rui, morto Rodrigues Alves, em um momento em que ele estaria atraindo a atenção do mundo, ao lado de Clemenceau

(que o homenageara pessoalmente), de Wilson e de Lloyd George, pela sua pregação de dois anos, em favor da causa aliada?

Rui estaria em Versalhes em posição superior à que conquistara em Haia. As ambições de Domicio, aliadas à complicada psicologia de Rui, constituíram-se em elemento de influência no desenrolar dos acontecimentos, que só mais tarde foi possível avaliar.

Não consta dos papéis de Rodrigues Alves qualquer resposta ao relatório de Nilo Peçanha. Provavelmente não terá ido além de uma carta formal de agradecimento, sem mostra de qualquer compromisso futuro.

Em março e abril, Rodrigues Alves ficou em São Paulo, em plena atividade. Sua saúde parecia equilibrada. Recomendava moderação nas medidas executórias do estado de sítio, que havia sido aprovado conjuntamente com o estado de guerra. Opinava que, em relação à censura da imprensa, dever-se-ia fazer diferença entre os grandes órgãos de opinião, mesmo os que o combatiam, e certos pasquins que então pululavam em São Paulo, infamando todo mundo, inclusive ele próprio (nota de Altino de 18 de março).

No dia 17, segundo o diário do presidente paulista, Rodrigues Alves presidiu a uma reunião das bancadas federais paulistas no Senado e na Câmara. Insistiu no seu velho princípio do respeito à verdade eleitoral, o que aliás salientara na sua plataforma.

A saúde continuava boa, pelo que anotou Altino no dia 24, mas a preocupação dos amigos denotava que o estado geral do Conselheiro não inspirava plena confiança.

Em maio, o Presidente Venceslau Brás prestigiou o seu sucessor com uma visita pessoal a São Paulo, onde se encontrou com Rodrigues Alves.

Já se começava a pensar no futuro ministério, e, apesar da discrição de ambos os presidentes, é possível que pelo menos certos rumos gerais, sem menção de nomes, houvessem sido assentados.

.....

Capítulo Segundo

A constituição do ministério – Alternativas na saúde do Presidente.

E

Em julho, Rodrigues Alves retornou a Guaratinguetá. No dia 17 Altino foi visitá-lo. Conversaram já, francamente, sobre o ministério em perspectiva. Rodrigues Alves confessava as dificuldades em que se encontrava. Para o Exterior, o nome já estava escolhido: seria Domicio da Gama. Quanto à pasta da Fazenda, sua decisão era também firme: iria chamar o velho amigo e ilustre homem público que era Amaro Cavalcânti. Na Viação, ele, no fundo, desejava recolocar Lauro Müller, que fora o grande ministro da pasta no seu primeiro governo. Mas receava que a situação internacional não lhe permitisse tal passo. Por isso mesmo imaginava entregar a Lauro um posto de menor relevo, a prefeitura do Rio de Janeiro, cidade para cuja transformação havia tanto contribuído. Não sabia quem colocar na Viação. Pensara no Deputado Otávio Mangabeira, mas receava resistências do seu amigo Seabra. O ministério do Interior ficaria muito bem nas mãos de Epiácio Pessoa, que tanto se destacara nos recentes eventos políticos. O problema era a Viação, pasta para ele importantíssima. Quem iria colocar nela? Altino

falou vagamente em Raul Soares para a Agricultura, pasta residual. Vê-se bem que seus intuitos eram restritivos quanto a Minas. Achava, também, que o presidente devia ter um amigo paulista, companheiro leal, que fosse seu informante íntimo dentro do governo. Rodrigues Alves concordou, e pediu-lhe que conversasse com Álvaro de Carvalho a respeito.

Mas as coisas não estavam fáceis, nem mesmo dentro do governo paulista. No dia 19, Cardoso de Almeida declarou-se contrário à entrega da Fazenda a Amaro Cavalcânti (sem indicar sucessor) e também à da Justiça a Epitácio. Parecia não querer nortistas em postos-chaves. Achava que a pasta política devia ser ocupada por Washington Luís.

As notícias colhidas nos documentos particulares, a partir de julho, entremeiam cuidados com a saúde do presidente e tratativas sobre a formação do futuro governo. Nada parecia indicar, seguramente, que a debilitação progressiva da primeira ia tornar inviável o segundo.

A 28 de julho, o presidente escrevia ao genro, Cesário Pereira, enviando-lhe procuração para que comparecesse como padrinho de casamento da elegante Vera Barbosa (a moça que encantava os saraus presidenciais de 1906), com o jovem diplomata e futuro embaixador, o aristocrático Félix de Barros Cavalcânti de Lacerda. Rodrigues Alves não parecia disposto a fazer a viagem ao Rio.

A 9 de setembro, o presidente escreve a Catita. É a última de suas cartas à filha, correspondência iniciada dias depois do seu casamento, em 1904, e conservada com religioso carinho.¹ Nesta última carta, o pai fala sobre a sua saúde: "...e o pior é que os resfriamentos não me deixam. Agora

1 Antes de morrer, Ana Rodrigues Alves Pereira recomendou que as cartas do pai fossem colocadas junto a ela, no seu caixão. Eu, que lhe queria muito bem, fiquei entre a obediência ao pedido, que conhecia, e o desejo de preservar documentos cuja importância histórica poderia ser valiosa. Nos jardins da casa de Dona Mariana conversei sobre a minha dúvida com o meu saudoso amigo Thiers Martins Moreira, o qual me aconselhou francamente não permitir que se perdessem aquelas cartas. Decidi consultar a respeito Rodrigues Alves Filho, a quem ouvi ao lado mesmo da irmã falecida. E o honrado, o excelente Nhonhô Rodrigues Alves, após breve reflexão, me disse que não destruísse as cartas, que ficasse com elas para mim. Talvez já pressentisse o meu plano de escrever sobre seu pai.

mesmo tive um desses casos com ligeira febrícula. Hoje estou bem, sem febre, e com o corpo voltando ao estado normal. Está aqui o Oscar.”

Hoje bem, amanhã pior, ia temperando. Mas tudo isso mostrava, evidentemente, que aquele homem combalido não estava em condições de enfrentar os problemas da presidência, dois meses depois. Problemas internos e externos, pois o fim da guerra se aproximava rápida e visivelmente com o fracasso das últimas e desesperadas ofensivas alemãs; problemas muito diversos daqueles que resolvera de 1902 a 1906, e que exigiam novas energias, novas disposições, nova visão de estadista. O governo Rodrigues Alves de 1918 não poderia ser uma repetição do governo Rodrigues Alves de 1902. Era uma situação nova, que precisava um homem, senão novo, renovado. E isto, por desgraça, não era, fisicamente, o caso do Conselheiro. Bem que o seu desalento o alertou, bem que, mais de uma vez, advertira a opinião em declarações públicas. Os amigos e o país iludiam-se sobre as suas possibilidades. A escolha, em 1918, fora “uma aclamação nacional”; fora muito mais autêntica do que a indicação unipessoal de Campos Sales, em 1902. Mas, então, ele era o homem do futuro e agora, força é reconhecê-lo, era o homem do passado. Foi precisamente o eco do seu passado que o tornara, por equívoco, o homem do presente. Ninguém era culpado. Tratava-se de uma dessas infidelidades da História ao destino das nacionalidades.

Em fins de setembro, Oscar voltou a Guaratinguetá, e ali ficou retido, pela enfermidade do pai. Tudo indicava que o quadro ia se agravando. A debilidade geral do enfermo ia se mostrando insuscetível de recuperação. Mas suas melhoras súbitas espantavam os próximos e os que dele se aproximavam ocasionalmente: seu estado inspirava apreensões. A 12 de outubro o *Jornal do Comércio* publica uma entrevista sua, dada dois dias antes a um jornalista que o visitara em Guaratinguetá e o encontrou na melhor disposição. Conversaram sobre a plataforma de governo, lida um ano antes no Clube dos Diários e Rodrigues Alves ratificou e ampliou os planos de governo ali contidos, que exprimiam suas antigas idéias e vividas experiências. Repetiu os conceitos sobre as finanças públicas, sobre industrialização, ajuntando reflexões sobre os novos problemas que surgiriam com o fim próximo da guerra. Quanto ao futuro ministério, nada adiantou; só o faria quando o tivesse organizado.

O estado de saúde do Conselheiro continuava em declínio, sem apresentar melhoras sensíveis. Por cúmulo da infelicidade, a peste terrível causada pela guerra, a chamada gripe espanhola, invadira já o Brasil, onde a devastação foi tremenda.²

O mês de outubro foi pior. A capital da República revestiu-se de aspectos de tremenda dramaticidade, que superavam de longe as experiências da febre amarela, da varíola e da cólera, vividas no século XIX. Naquele outubro de 1918, o noticiário dos jornais era quase todo absorvido pela epidemia que devastava a cidade. Afora os telegramas internacionais, sobre a guerra que findava, ou os anúncios, em quase todo o resto, inclusive as notas sociais, que versavam o estado de enfermos conhecidos, as mortes, os enterros e as missas, os jornais só falavam na gripe espanhola. Morreram no mês 5.676 pessoas, de gripe, no Rio de Janeiro.

No dia 23 de outubro, por exemplo, o *Jornal do Comércio* publica o seguinte:

“Sabemos que o governo, a fim de facilitar o intenso trabalho que se faz atualmente com o enterramento de cadáveres, ordenou o contrato de coveiros a preços vantajosos para auxiliarem esse serviço urgente, fazendo-se as remoções regulares de corpos ainda insepultos”.³

E, no dia 26, completa o mesmo jornal a informação:

“Graças às enérgicas providências do Dr. Carlos Maximiliano, ministro do Interior, que ocupou o cemitério de São Francisco Xavier, ficou ontem perfeitamente normalizado o serviço de enterramento nessa necrópole. Desapareceu o terrível espetáculo de cadáveres insepultos, acumulados pelos depósitos e pelas ruas do cemitério, empestando o ar de forma horrível pela decomposição rápida.”

2 A gripe atingiu praticamente todas as casas. Nela perdi minha mãe e um dos meus irmãos. V. a respeito *Um estadista da República*, vol. II.

3 No dia 23, como já relatei na biografia de meu pai, sepultou-se meu irmão Cesário, falecido na véspera. O sepultamento, apesar da situação pessoal de meu pai, só pôde ser feito em condições normais por causa da intervenção direta do Presidente da República, que teve a bondade de assistir ao velho amigo e colega de Faculdade, em São Paulo, naquele terrível transe.

Na segunda quinzena de outubro, o mal já começava a invadir rapidamente o interior. Dos portos, por onde entrara, propagou-se ao mais longínquo sertão. No dia 30, o próprio Venceslau estava acamado, embora seu estado não fosse grave, como anunciou o médico assistente, Miguel Couto. Era a peste à solta, como no Apocalipse.

Rodrigues Alves ia contraí-la e ser vitimado pelas suas conseqüências. No entanto, antes de se sentir completamente incapaz de assumir o governo, continuava a se esforçar por constituí-lo. O esforço que deu de si nesses últimos dias foi impressionante e deve ter contribuído para o agravamento de suas condições físicas. Procurava resolver a questão da pasta do Interior e Justiça, dadas as reações que encontrara, no meio paulista, para a aceitação de Epitácio. Washington Luís, apesar dos “seus conhecidos assomos” (a expressão é de Altino), parecia quase certamente escolhido, no dia 22 de outubro.⁴

No dia 24, Rodrigues Alves foi atacado pela gripe espanhola. Como seu estado não fosse grave, continuou nas negociações. Deixa-se de falar em Washington Luís para ministro da Justiça. Rodrigues Alves mandou então convidar Cardoso de Almeida. Mas este, no dia 8 de novembro, em carta muito atenciosa, recusou a pasta.

O Conselheiro, de tão fraco, não estava em condições de escrever. Seu filho José, o diplomata (o Juquinha), tinha chegado da Europa, atravessara apavorado o Rio de Janeiro devastado pela gripe e fora juntar-se ao pai em Guaratinguetá. Foi o Juquinha quem telefonou, naquele mesmo dia 8 de novembro, a Altino, dizendo que o pai não escreveria “para não se fatigar muito”, mas pedia que o presidente insistisse junto a Cardoso de Almeida, seu velho colaborador de confiança, para que viesse servir com ele. Cardoso recusou de novo, sem maiores explicações. No fundo, o velho já estava abandonado em Guaratinguetá. As coisas se explicavam por si mesmas. A posse estava a uma semana e o presidente

4 As relações do Prefeito Washington Luís com o Presidente Altino foram não raro tempestuosas. Washington, por mais de uma vez, pediu demissão. Alternava a violência com a doçura.

não podia escrever, nem mesmo telefonar, pois o filho é que falava por ele.

A interpretação do afastamento dos dois prestigiosos paulistas pode ser atingida por uma conjetura nada temerária: ambos queriam suceder Altino na presidência do Estado.

O mandato em curso iniciara-se em 1916 e terminaria em 1920, ao passo que o governo federal, a começar em 1918, só em 1922 teria conclusão. Os possíveis candidatos não queriam se afastar da política local, ocupando postos federais cuja importância serviria para a exclusão dos seus nomes, uma vez que já se encontraria atendido aquele que fosse ministro.

Que esta conjetura é fundada, prova-o o fato de Washington Luís, tendo sido chamado ao Rio por Epiácio, em 1919, e convidado para ocupar a pasta da Guerra, ter recusado obstinadamente o convite, apesar das instâncias de alguns paulistas.⁵ E recusou bem, pois foi ele, que era mais temido do que simpatizado, ele, o “paulista de Macaé”, quem veio substituir Altino Arantes em 1924. Se fosse ministro de Epiácio, perderia a vez.

Outra razão, tão provável quanto a primeira, deve ter influído. É que, já então, se difundia a certeza de que Rodrigues Alves não assumiria a presidência, e os paulistas, prevendo a morte ou renúncia do presidente eleito, não queriam entregar o futuro de suas carreiras aos azares de uma substituição imprevisível.

Delfim Moreira não era presidente para despertar entusiasmo de candidatos a ministros, a não ser que fossem mineiros. E o novo presidente, que devia ser eleito nos termos da Constituição, não se poderia saber quem havia de ser. Os paulistas preferiam retrair-se, dentro dos muros da sua inexpugnável cidadela.

No dia 11, Rodrigues Alves piorou consideravelmente. O médico de sua confiança era Matias Valadão (mineiro, dos Valadões da Campanha), chamado com urgência a Guaratinguetá, para onde seguiu em trem especial. Juntamente com o médico viajaram Oscar Rodrigues Alves e Elói Chaves. A temperatura do enfermo subira a 39 graus. Era a *espanhola*, indubitavelmente, atacando um organismo envelhecido e

5 V. Meu livro *Planalto*.

extremamente frágil. Álvaro de Carvalho, de todos os colaboradores o maior amigo, telefonou do Rio a Altino, naquele mesmo dia. Já não tinha mais dúvidas de que a posse seria impossível no dia 15 para o presidente enfermo, impossibilitado de levantar-se do leito. Álvaro não parecia esperar a morte do Conselheiro, pois pedia a presença de um paulista no governo, mesmo na pasta da Agricultura. Alguém que estivesse ali como amigo do presidente impedido. Quando os outros se escusavam, por interesse visível, o generoso Álvaro se oferecia, sabendo que ia sacrificar a senatoria que já lhe havia sido assegurada, na cadeira vaga com a eleição de Rodrigues Alves.⁶ Aceitaria ser ministro, em momento tão pouco desejado, e aceitaria, como escreve Altino “à falta de outro para garantir ao nosso Estado a sua situação proeminente na administração da República”.

O médico, de regresso, anunciou a recaída da gripe, e também que não podia se pensar em posse, na data prevista.

Mas Rodrigues Alves lutava sempre. Até o fim. No dia 11, naquela situação precária, ainda fez expedir a Borges de Medeiros o seguinte telegrama:

“HOJE ME DIRIJO AO DR. ILDEFONSO PINTO PEDINDO QUE ACEITE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA EM MEU PRÓXIMO GOVERNO [...]. PEÇO-LHE INTERVENHA PARA O ILUSTRE DR. ILDEFONSO PINTO NÃO SE NEGUE DE AUXILIAR-ME.”

Impotente no fundo de uma cama, na velha casa dos avós, onde se casara e vivera grande parte dos seus dias, o Conselheiro sentia que o vácuo se formava em torno de si. Os paulistas evitavam colaborar; seu estado físico não inspirava confiança; os jornais (raramente ele os

6 Com a renúncia de Rodrigues Alves no Senado, procedeu-se à eleição no Estado de São Paulo, para o provimento da vaga, no dia 9 de novembro de 1918. A eleição de Álvaro foi aprovada pelo Senado em 13 de dezembro, tendo sido feita a proclamação do eleito no mesmo dia. A renúncia de Rodrigues Alves à sua cadeira só foi registrada pela Comissão de poderes do Senado no mesmo dia em que se verificou a eleição em São Paulo (9 de novembro), segundo se lê no *Diário do Congresso Nacional* do dia seguinte.

lia, porque a família os sonegava à sua leitura) falavam francamente do seu provável afastamento; mas ele procurava, apesar de tudo, cumprir com seu dever. À beira da morte, apelava para uns e para outros. Agora se dirigia ao velho Borges, seu companheiro de Constituinte, grande figura provinciana e nacional. Dirigia-se ao adversário, em cujos sentimentos de honra e amor à República confiava, para humildemente pedir-lhe auxílio na sua dura tarefa.

As tratativas para formação do ministério parece que se descolaram para o Rio, escapando à supervisão do presidente paulista, o qual era substituído até certo ponto por Álvaro de Carvalho, cuja residência no Rio facilitava os encontros com os políticos federais.

Ficava assim a situação: o presidente enfermo acompanhando, informando-se e selecionando os nomes que lhe eram sugeridos pelos seus líderes no Rio; Álvaro e outros amigos, no Rio, estabelecendo os contactos; Altino, em São Paulo, sendo mais informado do que consultado.

No dia 12, Elói Chaves, chegando de Guaratinguetá, à noite, comunicava a Altino que Rodrigues Alves convidara mais dois ministros: Afrânio de Melo Franco, para a Viação, e Urbano Santos para o Interior e Justiça.

Rodrigues Alves atribuía, como já ficou dito, importância especial à pasta da Viação que tão grande relevo assumiu no seu primeiro governo, sob a chefia de Lauro Müller. Sua primeira intenção era prover nela um dos homens que mais admirava no meio político federal, o Deputado mineiro Pandiá Calógeras. Com esse fito despachou para o Rio o filho mais velho, deputado, com três cartas-convite: uma dirigida a Calógeras e mais duas, destinadas respectivamente ao General Cardoso de Aguiar, para a Guerra, e ao Almirante Gomes Pereira, para a Marinha.

No dia mesmo de sua chegada ao Rio, Rodrigues Alves Filho foi chamado ao telefone pelo pai, que lhe pediu não entregasse o convite a Calógeras, visto terem surgido, em Minas (quer dizer, no círculo de Delfim, que ia assumir o poder), restrições ao seu nome – restrições que seriam devidas aos maus termos em que ficaram as relações entre Calógeras e o presidente cessante, Venceslau, quando da demissão do primeiro da pasta da Fazenda.

Havia um deputado mineiro, Melo Franco, de nome feito no Congresso e fora dele, pela sua já longa e profícua atuação parlamentar federal, desde o fim do governo Rodrigues Alves em 1906. Este último, sem conhecê-lo de perto (poucas vezes se haviam encontrado, sendo a primeira em 1903, quando da viagem do presidente a Minas), conhecia bem o nome de Melo Franco e lhe acompanhava a atuação. Ainda recentemente, em 1917, quando de regresso de sua importante embaixada especial à Bolívia, na qual preparara o ambiente pan-americano para uma próxima entrada do Brasil na guerra, Melo Franco havia recebido um telegrama de Rodrigues Alves, cumprimentando-o e “felicitando-o pelo êxito de sua missão”.⁷

Acrescia que Melo Franco era íntimo amigo e contraparente de Álvaro de Carvalho.⁸ O fato é que, a 12 de novembro, outro filho do Conselheiro, José, o diplomata, veio com nova carta-convite, na qual o Deputado Melo Franco, então secretário de Finanças de Artur Bernardes, o novo presidente de Minas, era convocado para a pasta a que Rodrigues Alves atribuía capital importância. A escolha era feliz, quer pelos títulos do convidado, quer pela sua amizade com Delfim Moreira. Deveu-se, como é sabido, ao ministro da Viação do governo interino o mérito principal do seu êxito administrativo. Com efeito, o governo Delfim, segundo lembrava João Mangabeira, era chamado entre os deputados “a Regência Republicana”.

Altino não parece ter gostado das escolhas. Não manifesta, no seu diário, nenhuma restrição quanto aos nomes, mas é claro que se sentia posto à margem das negociações. No dia 12, escreveu que “ficara assentada a nomeação de Urbano Santos para o ministério do Interior e

7 Rui Barbosa, que na época chefiava o movimento pró-aliados, também telegrafou a Melo Franco “pelo brilho e resultado de sua missão à Bolívia”.

8 O Deputado e Senador paulista Álvaro da Costa Carvalho era de antiga família, de origem baiana. Álvaro era sobrinho-neto do Marquês de Monte Alegre, regente do Império durante a menoridade de Pedro II. Casado em segundas núpcias com Marieta, filha de Rodrigues Alves, teve do primeiro casamento uma filha única, Maria do Carmo, que se casou com Francisco Cesário Alvim, cunhado de meu pai. Álvaro de Carvalho foi sempre dos mais queridos amigos de meu pai, e também meu, desde o meu próprio casamento com sua sobrinha afim. Era homem muito inteligente, generoso, hábil político, colorida personalidade.

do Afrânio de Melo Franco para o ministério da Indústria [sic].⁹ Altino limitou-se a responder que “estava tudo muito bem”. Mas, em particular, anotou que os próceres paulistas achavam que a organização do governo federal estava se fazendo com descaso para São Paulo. Altino concordava com isso, pois ajunta que as suas “mágoas não interfeririam nas suas relações e apoio” a Rodrigues Alves.

Os paulistas pareciam esquecer-se do abandono em que haviam deixado o presidente enfermo, abandono duramente manifestado pela dupla recusa de Cardoso de Almeida e provável recusa de Washington Luís.

No dia 15, Delfim tomou posse como vice-presidente em exercício. Ele é que assinou os decretos de nomeação dos ministros, obedecendo em tudo às indicações feitas por Rodrigues Alves. O meio político permanecia inquieto e na ignorância do verdadeiro estado de coisas. Espalhava-se, com ajuda da imprensa (e *O Imparcial*, então órgão vermelho do *ruísmo*, era o intérprete mais vivo dessas notícias) que o presidente eleito não poderia, de nenhum modo, exercer a suprema magistratura da República.

A posse de Delfim Moreira deu-se em sessão solene, no Senado, presidida pelo Senador Antônio Azeredo, vice-presidente daquela casa. Delfim foi introduzido por uma comissão composta dos Senadores Epitácio Pessoa, Índio do Brasil e Jerônimo Monteiro, e Deputados Estácio Coimbra, Vespúcio de Abreu e Álvaro de Carvalho. (Este último só tomou posse de sua cadeira de senador a 14 de dezembro.) Nos termos da Constituição, Delfim Moreira prestou o compromisso constitucional perante os membros do Congresso, que se encontravam de pé, e as demais pessoas presentes. A sessão, embora formalmente solene, foi rápida, sem discursos e parecia destituída de interesse.

A comunicação de Rodrigues Alves é manuscrita, e do seguinte teor:¹⁰

9 O nome do ministério era Viação, Indústria e Comércio.

10 Cópia xerox, fornecida pela Biblioteca do Senado, em Brasília.

“Excelentíssimos Senhores Presidente e mais Membros do Congresso Nacional.

Na qualidade de Presidente da República, eleito para o quadriênio de 1918-1922, cumpre-me comunicar a Vossas Excelências que não poderei, por motivo de força maior, tomar posse daquele cargo e assumir a presidência da República na data fixada pela Constituição, a 15 do corrente.

Faço igual comunicação ao senhor Doutor Delfim Moreira, Vice-Presidente eleito, a quem compete, nos termos do § 1º do artigo 41 da Constituição, assumir o exercício da Presidência enquanto durar o meu impedimento.

Tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências as minhas respeitadas homenagens. Guaratinguetá, 14 de novembro de 1918. Franc.º de Paula Roiz Alves. Presidente eleito da República.”

Rodrigues Alves não escreveu o papel, cuja caligrafia deve ser de um dos filhos, provavelmente José, que então se achava mais constantemente em casa do pai. Rodrigues Alves tinha o hábito, comum do século XIX, de abreviar as palavras. Os seus cadernos manuscritos estão cheios de abreviaturas, inclusive de nomes próprios, sem excetuar o dele mesmo. Mas o fato de enviar a comunicação manuscrita com letra de outrem, e de assinar abreviadamente papel daquela importância, não deixava de indicar grande debilidade e economia de esforço físico.

No dia 18, Rodrigues Alves parecia ter melhorado bastante. Oscar voltou naquela data a São Paulo e tranqüilizou Altino sobre o estado de saúde do pai. Eram altos e baixos sempre inseguros em um organismo no qual a principal doença era a caquexia, devida a um envelhecimento precoce. Com efeito, mentalmente são. Rodrigues Alves apresentava, fisicamente, bem mais do que os setenta anos que tinha.

A recuperação dos velhos depende menos da intensidade da agressão mórbida do que da capacidade de resistência vital, que ainda subsista. No caso do Conselheiro, infelizmente, era este tono vital que declinava sem remissão. Ele não era propriamente um decrépito pela idade, pois contava setenta anos, quadra da vida em que um Thiers, um Bismarck ou um Churchill se encontravam em pleno gozo das energias físicas. Seu organismo encontrava-se gasto, e as indicações vinham desde 1913. Um lustro depois o estado geral havia piorado muito.

Prova inquestionável da gravidade da situação estava na comunicação confidencial de Álvaro de Carvalho a Altino, no dia 24 de novembro. Não havia, fora o círculo dos filhos, ninguém mais afeiçoado a Rodrigues Alves do que Álvaro de Carvalho, e ninguém poderia ter mais interesse do que ele em que o Conselheiro exercesse o seu mandato, pois o líder político de maior relevo no quadriênio seria, sem dúvida, o futuro senador por São Paulo.

Mas Álvaro, sempre generoso e afetuoso, colocava sua amizade acima de quaisquer outras considerações. Foi por isso mesmo que, no referido dia 24, aconselhou secretamente a Altino que se fizesse sentir a Rodrigues Alves a conveniência de sua renúncia. A grave diligência, segundo Álvaro, deveria ser levada a termo ou pelo próprio Altino, ou pelo médico assistente, Matias Valadão, em quem o Conselheiro confiava como amigo.¹¹

Altino recusou energicamente participar daquela *démarche*, apesar do argumento de Álvaro de que ela lhe cabia, como principal responsável pela eleição de Rodrigues Alves. O fato histórico incontestável é, no entanto, que nove dias depois da posse do vice-presidente, o maior eleitor e o maior amigo do presidente estavam quase certos do fatal desfecho.

As más notícias, como sempre, se espalhavam. Bernardes, de Belo Horizonte, sentia qualquer coisa no ar. Seu interesse no momento era visível, pois morto ou renunciante o Conselheiro, o nome dele, Bernardes, devia surgir entre os candidatos. E ele, que percebia não ter chegado ainda a sua hora, não queria, evidentemente, deixar de influir na sucessão, de maneira que lhe fosse favorável no quadriênio seguinte. Assim era, assim é, assim será sempre a política, em qualquer regime em que a sucessão não seja dinástica. O fato é que Bernardes mandou a São Paulo o seu amigo Carvalho de Brito, para se informar sobre as notícias que corriam, especialmente sobre a que propalava a existência de desentendimento entre Rodrigues Alves e Altino Arantes, devido à formação do ministério. Altino, de fato, queixara-se a Elói Chaves sobre a maneira pela qual estava sendo formado, sem consulta prévia ao governo do Estado,

11 Rodrigues Alves dizia às filhas que preferia seguir os avisos de Valadão, médico amigo, do que “os dos grandes mestres” do Rio, que nele viam apenas o caso clínico.

mas declarava que preferia renunciar à presidência de São Paulo do que divergir publicamente do presidente eleito.

Rodrigues Alves, não conhecendo bem a gravidade do seu estado de saúde, nem desconfiando do ponto a que haviam chegado, no meio político, as notícias a respeito, continuava, apesar da extrema fraqueza, a se esforçar em Guaratinguetá pelo cumprimento dos seus deveres políticos. Aquele velho, às portas da morte, parecia não se aperceber de que ela se aproximava, com seus passos implacáveis. Até o momento supremo, em que se abriu ao confessor sua alma diante de Deus, seu pensamento e sua ação foram pela pátria, pela árdua missão que, nas suas próprias palavras, tivera “a fraqueza” de aceitar.

Mal se sentia com um pouco mais de forças e continuava a agir.

A 3 de dezembro escreveu a Rui, convidando-o para representar o Brasil na Conferência da Paz.¹²

No dia 6 escreveu a Altino, pedindo-lhe que convidasse o prestigioso paulista Pádua Sales para o ministério da Agricultura, que ainda não tinha sido preenchido. Pádua Sales aceitou.

No dia 8, Altino foi a Guaratinguetá e surpreendeu-se com o estado do Conselheiro, que o recebeu “com a maior cordialidade”, juntamente com o filho José e as filhas solteiras, que nunca o deixaram. Conversaram largamente, e Rodrigues Alves deu lúcidas opiniões sobre o momento. Pensava em Vespúcio de Abreu para presidente da Câmara, “como sedativo às cóleras gaúchas”. Achava que, indo Álvaro para o Senado e passando Cincinato para a dissidência, o líder da bancada federal paulista devia ser Carlos de Campos. Era, talvez, uma homenagem ao sempre saudoso amigo Bernardino, de quem Carlos era filho. Discutiú vários assuntos econômicos e financeiros. Comentou o problema da Conferência da Paz e o convite feito a Rui. Entrou em pormenores que davam bem a impressão de como se iludia sobre o futuro, aquele homem que se encontrava a cinco semanas da morte. Falando de Gastão da Cunha, seu amigo dedicado no primeiro governo, que tinha entrado definitivamente para o corpo diplomático, Rodrigues Alves disse a Altino que ia enviá-lo como embaixador no Vaticano. E tão claros estavam sua memória e seu raciocínio que logo acrescentou que, no fim do seu

12 Mais adiante trataremos com pormenores esse assunto.

quatriênio, Gastão devia estar se aposentando e que então ele, presidente, enviaria Altino para a Santa Sé. Altino, católico e homem de bom gosto, apressou-se a dizer que aceitava “pressuroso” o convite presidencial.

Durante todo o dia, o Conselheiro conversou com vivacidade, assistido de perto pelas filhas Marieta, Zaira e Isabel. Altino, de volta, tomou notas minuciosas da jornada.

O fato é que se tratava de um momento favorável da periclitante situação de alternativas. Em fins do mês de dezembro, o estado de Rodrigues Alves piorara tanto, que já parecia sem esperanças.

.....

Capítulo Terceiro

O ÚLTIMO ENCONTRO E O ÚLTIMO DESENCONTRO

As relações entre Rui Barbosa e Rodrigues Alves, vimo-lo através de todo este livro, foram uma história de encontros e desencontros sucessivos.

Na Faculdade davam-se bem, mas Rui era liberal e Rodrigues Alves conservador. Deputado-Geral no Império, Rodrigues Alves deu dura resposta a ataques de Rui, a quem no entanto votava então, como sempre, irrestrita admiração intelectual. Ministro da Fazenda de Floriano e Prudente, coube-lhe lançar as bases da política deflacionária, em contradição com a política financeira de Rui, quando ministro de Deodoro. Senador, foi líder de Campos Sales, que Rui atacava. Presidente da República, teve a honra raríssima de uma declaração de solidariedade irrestrita, em discurso de Rui, mas, depois, sofreu os duríssimos ataques da campanha da vacina e foi vítima do Bloco, no qual Rui se acamaraudou com Pinheiro Machado. Em 1909, foi honrado com o apelo de Rui a candidatar-se, antes que este empreendesse a sua formidável campanha. Em 1912, sua eleição para São Paulo foi saudada por Rui como um evento nacional e ele respondeu afetosamente. Em 1913, repetiu-se o convite de Rui para a candidatura presidencial. Em 1917, veio sentar-se

ao lado de Rui e votar com ele pela declaração de guerra, que antes considerara inoportuna, como em 1888, quando veio votar pela Abolição, ao lado de Nabuco, a qual também não considerou oportuna, nos momentos iniciais da campanha. Em 1917, sofrera no coração as alusões malignas e os ataques abertos que Rui lhe fizera no manifesto contra sua candidatura. Mas isso não o impediu de, com a admiração de sempre pelo gênio de Rui Barbosa, convidá-lo para repetir a glória de Haia.

Rodrigues Alves tentou o último encontro com o velho companheiro. Suas vidas corriam paralelas havia exatamente meio século, desde aquele remoto ano de 1868, em que o eloqüente moço da Bahia encontrava sob as Arcadas o laureado estudante de Guaratinguetá. Desde aquela fase dourada dos vinte anos, as suas vidas corriam paralelamente nos debates políticos e acadêmicos que animavam o pequeno burgo paulistano, adormecido nas ruas estreitas e na névoa da garoa.¹

Em agosto de 1918, festejara Rui o jubileu da sua glória literária e Rodrigues Alves deu mais uma prova de sua constante admiração intelectual, como se estivesse procurando comemorar as bodas de ouro de uma rivalidade de meio século. No dia 11 de agosto de 1918 o presidente eleito da República enviou este telegrama ao senador pela Bahia:

“ÀS GRANDES FESTAS NACIONAIS INICIADAS HOJE, COM BRILHO EXCEPCIONAL, EM COMEMORAÇÃO AO JUBILEU LITERÁRIO DE V. EX^a EU ME ASSOCIO COM ORGULHO, ENVIANDO AO EMINENTE HOMEM DE LETRAS AS HOMENAGENS DA MINHA PROFUNDA ADMIRAÇÃO E RESPEITOSA ESTIMA.”

Os discursos fulgurantes do acadêmico baiano, as filípicas e catilinárias da tribuna parlamentar do Império e da República, a formidável obra do editorialista do *Diário de Notícias* e da *Imprensa*, as colossais orações da Campanha Civilista, a construção ciclópica da *Réplica*, toda esta montanha de palavras escritas e faladas devia ressurgir na memória de Rodrigues Alves, no momento em que, esquecido das farpas do ferino manifesto do ano anterior, trazia, com orgulho, sua oferenda de brasileiro ao altar de glórias do companheiro.

1 É interessante consignar que Machado de Assis escreveu muitas colaborações para a *Imprensa Acadêmica*. Ele era bem mais velho do que os dois estudantes de Direito.

Mas este companheiro não tinha a ventura de conhecer aquela ternura de alma, aquele acolhimento compassivo que o tempo deixa cair, tantas vezes, sobre o coração ressequido dos velhos, como uma espécie de orvalho abençoado, que faz os ressentimentos reverdecerem em sentimentos e a flor da afeição rebrotar no ramo seco das hostilidades.

Rui era um puro cerebral. Suas provas de generosidade – e citamos mais de uma relativamente a Rodrigues Alves – vinham da inteligência, nunca do coração.

Não era por habilidade política que o candidato triunfalmente indicado, apesar da áspera reprovação de Rui; o consagrado no pleito presidencial mais tranqüilo que a República conhecera; não era por habilidade política, mas movido pela sua permanente admiração e pelo seu vigilante patriotismo, que Rodrigues Alves enviou de Guaratinguetá, por intermédio do seu filho José (que servira com Rui em Haia em 1907) esta carta quase humilde:

“Guaratinguetá, 3 de dezembro de 1918.

Ex.^{mo} Sr. Senador Rui Barbosa. Hoje me dirijo ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Delfim Moreira informando-o da solução, assentada em meu espírito, desde que fui reconhecido presidente, de convidar V. Ex.^a para chefiar a delegação do Brasil na Conferência da Paz que está prestes a ser inaugurada. Sei que o vice-presidente tem o mesmo pensamento. É, aliás, a vontade geral da nação que assim presta mais uma homenagem ao preclaro nome de V. Ex.^a. Era meu propósito levar a V. Ex.^a, pessoalmente, esse convite. Infelizmente não posso fazê-lo, por ter necessidade de mais alguns dias de descanso. O senhor ministro do Exterior, porém, dará a V. Ex.^a todas as informações que se refiram àquela delegação, e ao pensamento do governo quanto à forma de a constituir. Apesar de grandemente honrosa a comissão, compreendo bem a extensão do sacrifício reclamado de V. Ex.^a e a República espera, com toda segurança, que V. Ex.^a não se recusará ao seu apelo.”

A resposta de Rui, datada de 8 de dezembro, é muito longa. Estende-se por 16 páginas datilografadas. Não podemos, por isso, senão oferecer dela um resumo. Rui começa por acentuar o desejo que teria

em aceitar o convite, e não esconde que pensara, antes, na possibilidade de vir a recebê-lo. Chegara a admitir que Venceslau, com a antecedência que ele, Rui, julgava preferível, tivesse assentado a escolha do seu nome, porque a missão, das mais espinhosas, exigia tempo e preparo. Chegava a aceitar que Rodrigues Alves o tivesse convidado a partir do armistício (11 de novembro) ou a partir do início do seu mandato, no dia 15 daquele mês. Mas – e este era um dos pontos capitais da sua recusa! – *O Jornal do Comércio*, em vária de 24 de novembro, afirmara que o chefe da delegação seria o ministro do Exterior, Domício da Gama, segundo a prática a ser seguida pelos demais países. Mostra-se amargurado com as intrigas da imprensa, que, acreditando na vária citada, salientavam que ele, Rui, iria como subordinado de Domício. Procede a uma verdadeira demolição da entrevista que Domício dera a um vespertino sobre a Conferência, destruindo inapelavelmente, uma por uma, as opiniões do chanceler sobre os futuros trabalhos; opiniões cuja fragilidade e falta de razão demonstra. Apega-se ao argumento de que não poderia, como delegado, seguir tais diretrizes. Segundo afirma, “o ilustre ministro” não o apoiaria, como o apoiou “o grande ministro” Rio Branco.

Quanto ao atraso com que recebeu o convite, Rui se queixa direta e francamente do próprio Rodrigues Alves. Lembra que Afonso Pena o convidara com três meses de antecedência e não nas vésperas da Conferência, como o atual presidente fizera.

A nova carta de Rodrigues Alves a Rui, datada de 12 de dezembro, e destinada a comunicar o recebimento da recusa, mostra, mais uma vez, a extrema delicadeza do presidente, mas também revela até que ponto lhe desgostara a atitude do amigo. Nesse documento, Rodrigues Alves diz-se “consternado” pela recusa, mas declara-se sem liberdade para insistir, pois não queria melindrar, dando a impressão com a insistência de que punha em dúvida a sinceridade das suas razões. Isto não quer dizer que concordasse com elas, pois contesta formalmente que o convite houvesse sido tardio. “Ao contrário, foi feito no momento oportuno, isto é, nos primeiros dias do atual governo.” Não poderia fazer tal convite nos últimos dias do governo Venceslau, sem ser indiscreto para com este. E escreve, com clareza: “Espero que V. Ex^ª não insistirá nas recriminações que me fez.”

Não falha aos seus deveres superiores do chefe de Estado e à sua admiração de homem, ao encerrar a carta com a afirmativa de que

esperava que Rui “continuasse a honrar o governo com o prestígio de sua grande capacidade e os conselhos de sua sabedoria”.

O presidente não podia deixar-se levar por mágoas ou ressentimentos. Cumpria-lhe homenagear, até o fim, um brasileiro que merecia homenagens de todos os brasileiros. Mas Rodrigues Alves sai engrandecido do episódio, enquanto de Rui não se pode afirmar a mesma coisa.

Os argumentos dele eram capciosos ou de uma fragilidade de parmar.

Como poderia Rodrigues Alves ser responsável pela vária do *Jornal do Comércio* de 24 de novembro, dia em que o seu estado de saúde era tão grave que foi o escolhido por Álvaro de Carvalho para prevenir Altino da necessidade de sua renúncia? Que podia ter o velho presidente, pregado na sua cama em Guaratinguetá, com o boquejar ocioso da imprensa carioca, que dizia ser Rui subordinado de Domício?

Afonso Pena tinha convidado Rui com três meses de antecedência. Mas Afonso Pena era, em 1907, o presidente em exercício e poderia fazer o convite com plena autoridade do cargo. Rodrigues Alves nem chegou a tomar posse a 15 de novembro, e nós, que pudemos assistir à representação do drama de dentro dos bastidores, sabemos bem o que estava sendo a sua vida de enfermo, na cidade em que morava. A declaração de Rui, de que o convite podia ter sido assentado previamente em combinação com Venceslau, mostra de um lado a sua vaidade, de outro a falta de informações sobre os fatos, deficiência que o levou tantas vezes a dizer coisas irrefletidas.

Rodrigues Alves estava em palpos de aranha para formar o seu próprio governo, a linha primeira dos seus auxiliares, os seus ministros, e nem chegou a indicá-los todos antes de 15 de novembro. Que justiça podia haver na incriminação de não ter tido tempo, nem cabeça, para chamar o grande homem para uma comissão eminente, mas que não tinha a data fixa de 15 de novembro?

O episódio mostra somente que Rui, informado, como todo o meio político, de que Rodrigues Alves não governaria, pela renúncia ou pela morte (coisa de que o próprio presidente ainda não tinha certeza), recusou-lhe o apoio pedido em favor da nação e da República. O papel de Rui é do político, naquela cruel acepção de que “política não

tem entranhas”. Afastado do Brasil, morto ou renunciante o presidente inválido, abriam-se-lhes as portas douradas da sucessão. E longe, sem poder manobrar, colher a flor do seu prestígio, levantar sua velha espada de combate...

Contou-me meu pai, então a principal figura do novo governo, o fato muito conhecido do pedido de Rodrigues Alves a Delfim para uma gestão direta junto a Rui Barbosa, numa tentativa para que este afinal aceitasse a missão. Esta é, tanto quanto me lembro, a versão de meu pai: em uma das visitas periódicas que fazia a Rodrigues Alves, em Senador Vergueiro, depois que este veio de Guaratinguetá, esperançoso de se recuperar, Delfim ouviu do presidente o pedido para que fosse pessoalmente, como presidente em exercício, solicitar a Rui Barbosa a revisão da sua negativa. Delfim, entre cujas notórias carências não estavam nem certo bom-senso, nem sentimento de pundonor, recusou aceder ao pedido do Conselheiro. Este reiterou-o: “Eu mesmo iria, Dr. Delfim, se estivesse em condições de sair de casa.” Ao que o mineiro redargüiu com esta resposta admirável: “Conselheiro, se o senhor subisse as escadas do Rui estaria subindo, mas eu, se fizesse o mesmo, estaria descendo.” Rodrigues Alves (é sempre como meu pai me contou), espantado ante o ajuste da ponderação indagou: “E que pensa fazer agora, Dr. Delfim?” Aí o vice-presidente deu uma resposta bem inesperada, repetindo a frase popular: “Sr. Conselheiro, sinto muito, mas chorar não posso.”

Rodrigues Alves não pôde deixar de rir, debaixo do cavanhaque. E, prosseguia meu pai (talvez informado por Álvaro de Carvalho), que passou a repetir a frase de Delfim, a propósito das lamúrias de Rui: “É isto mesmo; sinto muito, mas chorar não posso...”

Com suas razões em parte ressentidas e em parte maliciosas, esse último desencontro entre os estudantes de 1868, que encheram com seus nomes as páginas da Primeira República, só foi prejudicial a Rui Barbosa. Trata-se de uma sucessão de episódios, em que a parte pior do seu temperamento e personalidade muito contribuiu para o seu próprio prejuízo.

O desastrado manifesto de 1917, além de exhibir-lhe o total isolamento político, trouxe à tona o nome de Epitácio, orador da Convenção de junho e crítico daquele documento.

O notável discurso de Epiácio levou-o a ser novamente o orador na noite do lançamento da plataforma de Rodrigues Alves, e atraiu naturalmente, para o seu nome, as honras de chefe da delegação à Conferência da Paz.

Atendendo mais uma vez a Rui, Rodrigues Alves não quis que fosse Domício da Gama o substituto do grande baiano.

Em dezembro, Rodrigues Alves já mandara convidar Epiácio para ser, como subordinado de Rui, delegado à Conferência da Paz. Epiácio aceitou, em princípio, condicionando sua ida à concordância do chefe da embaixada. Ambos estavam certos. Não podia ir contra a vontade de Rui, que não tinha por que ser contra. Mas Rodrigues Alves, por seu lado, tinha pleno direito de indicar como delegado um senador que era das mais ilustres figuras da República, constituinte, ministro da Justiça de Campos Sales, ministro do Supremo Tribunal – e sem dúvida – e seu firme correligionário em 1917.

Tendo Rui desistido, e naqueles termos, mandou Rodrigues Alves que Domício convidasse Epiácio (não o fez por carta pessoal como fizera com Rui), sendo que o convidado, depois de breve hesitação, aceitou. Aceitou para coroar com aquela missão sua marcha para a presidência, iniciada com o discurso de 6 de junho do ano anterior.

Que Rui sentiu a falsidade dos passos que dera, prova-o o seu encarniçamento contra a candidatura Epiácio à Presidência, atitude que o levou, aos setenta anos, a mais uma grande campanha de oposição.

Mas ele lançara os dados do seu próprio destino, de mais um fracasso das suas ambições.

Depois da morte de Rodrigues Alves, na conferência realizada em São Paulo a 4 de abril de 1919, na campanha contra Epiácio, Rui prestou tardia homenagem ao velho companheiro e reconheceu sua boa fé. “As intenções deste [escreveu] eram evidentemente sinceras e verdadeiros os termos da sua carta. O malogrado presidente não ocultava a resolução, que desde nunca deixou de nutrir, desde o começo, de me cometer a embaixada.”

Se era sincera e verdadeira a carta de Rodrigues Alves, como disse Rui em 1919, como poderia ela conter os erros apontados em 1918, entre os quais ressaltava o do convite a outros delegados,

sem sua “soberana decisão”? Não; Rui nunca explicou suficientemente por que motivo ele, que agora, aos setenta anos, ia de canoa, fazer campanha ao longo do rio São Francisco no interior da Bahia, não tomou um trem da Central do Brasil – poderia ser até trem especial – para ir a Guaratinguetá acertar o assunto com seu velho colega. Naquele último desencontro da longa sucessão de encontros e desencontros das suas vidas paralelas, Rui Barbosa não procedeu com boa fé.

.....

Livro XVII

AS DUAS MORTES

Começava o ano de 1919. A atmosfera internacional era de euforia. Jazia esmagado o militarismo prussiano, e o mundo ocidental parecia renascer em nova idade de ouro, na qual a paz, o direito e a liberdade reinassem sobre a violência, o obscurantismo e a tirania. A chamada década dos “felizes anos vinte” começou, de fato, em 1919.

Essa década otimista já se mostrava no fim muito deteriorada, pela ação marxista seguida da reação fascista, com a confrontação que enfraqueceu a democracia. Esse processo, adaptando-se às condições peculiares do Brasil, pode ser acompanhado a partir do desaparecimento de Rodrigues Alves até a vitória da Revolução de 1930, a qual se seguiu aos períodos de perturbação dos tradicionais processos republicanos iniciados no governo Epitácio, prosseguidos no de Bernardes e culminantes no quadriênio de Washington Luís, os três fortes presidentes da democracia.

Rodrigues Alves permaneceu em Guaratinguetá até depois do Natal de 1918, sem prenas mas alternavas de saúde. A tempestade não mais se elevou a níveis alarmantes; mantinha-se porém estacionária uma febrícula renitente. Seu enfraquecimento geral era patente, e uma

de suas conseqüências era uma inapetência completa. Comer para ele era verdadeiro sacrifício.

O Natal foi triste, pois a filha Catita não veio passá-lo em Guaratinguetá com as netas, que tanto o divertiam.

Depois do Natal, o presidente sentiu-se bastante bem para regressar ao Rio. Viajou em trem especial, acompanhado somente pelas três filhas solteiras Marieta, Zaíra e Isabel, pelo filho Oscar e por um engenheiro da estrada de ferro. Grande número de políticos e amigos o esperavam na estação da Central, e Cândido Mota Filho, que ali foi representar o pai, achou o presidente muito abatido, pálido, o pescoço envolvido em um lenço de seda branca, apesardoverão.

No entanto, de põemas filhas, estava perfeitamente lúcido.

Instalado na casa renovada de Senador Vergueiro, passava a maior parte dos poucos dias que lhe restaram, de cama, mas levantava-se às vezes, ia até à secretaria, tomava notas, ou, sentado, lia os jornais.

Seu interesse pelos assuntos políticos permanecia vigilante, como sempre, como em toda a vida. Era uma curiosidade, um desejo de se informar que não cessava. À tarde, recostava-se na cama e relaxava do filho de putado orelato minuciioso do que havia ocorrido nas sessões e nos corredores da Cadeia Velha.

Nesses dias que antecederam à morte, o presidente conservava sua indomável energia e completa lucidez. Esta, como veremos, permaneceu até os últimos momentos. Mas o estado progressivo de debilitação física era implacável.

No dia 2 de janeiro de 1919, o ajudante-de-ordens Coronel Lejeune, comunicou a Altino que Rodrigues Alves dissera que renunciaria imediatamente se o seu sucessor fosse o próprio Altino: queria dizer, provavelmente, alguém que lhe merecesse total confiança.

No dia 3, os telegramas e boatos que chegaram ao presidente de São Paulo sobre a saída do Conselheiro eram alarmantes. Oscar, diz Altino, “revelou-lhe o que se estava passando no Rio”. O pai caíra em novo ata que de anemíia (este era o nome dado ao estado geral de caquexia). Não havia perspectiva nenhuma de que pudesse assumir o governo. O mais sério era que Delfim exigia plenos poderes, ameaçava retirar-se

para Minas se não pudesse governar por si, ou, pelo menos, com ministros “mais dóceis ou mais amáveis com ele”. As queixas do vice-presidente se concentravam na pessoa do ministro da Fazenda, Amaro Cavalcanti, que, sendo de todos os membros do governo o mais chegado a Rodrigues Alves, entendeu de tomar atitudes de primeiro-ministro, em regime presidencial. Surda luta começou entre Amaro e Melo Franco, que representava Delfim e os mineiros. Os próprios filhos de Rodrigues Alves confirmavam a Altino que Amaro procedia de sardadamente, nas delicadas circunstâncias. O resultado foi sua demissão, depois da morte do presidente, e a substituição pelo mineiro João Ribeiro.

No dia 3, Altino anotava que os filhos do Congresso eram de opinião que o pai devia pedir licença por tempo indeterminado e deixar Delfim governar com seus próprios homens. Na véspera, dia 2, Delfim procedeu a duas reuniões do seu ministério.

Deve ter sido então que ameaçou com a retirada para Minas, anotada por Altino no dia 3. Nesta última data, o *Jornal do Comércio*, na primeira página, protesta contra a onda de boatos e intrigas que corriam sobre modificações no governo. O presidente estava no Rio, mas o leitor percebe, pelo tom mesmo do artigo, que ele já não era mais a peça central do mecanismo político. Escreve o *Jornal*:

“Estivesse, realmente, muito grave o presidente e não pudesse, na verdade, assumir o governo, nem aí haveria motivo para tamanha celeuma e gritaria. A nação, quando ele geu o Sr. Rodrigues Alves, não ignorava sua idade e sua idade muito bem de seu estado de saúde. Foi exatamente para prevenir uma circunstância dessa ordem que a Constituição lhe designou não um só, mas vários substitutos.”

Amigo de Rodrigues Alves, como geralmente era, o *Jornal do Comércio* exprimia, de fato, desesperança na possibilidade de sua recuperação.

O mal era que a Constituição brasileira de 1891 não previa a hipótese de incapacidade do presidente, como a americana o fez. Incapacidade devida a causas outras, diferentes das que levam ao impedimento político (*impeachment*) que a nossa imitou. O caso de Rodrigues

Alves era de incapacidade de exercício, que, se existisse na Constituição, poderia ser decretada pelo Congresso.

Mas a confusão do momento, além da instabilidade emocional de Delfim Moreira, as lutas de ambições nos bastidores, tudo impedia que o meio político tomasse uma decisão. Esta não seria difícil, se os médicos aconselhassem a renúncia a Rodrigues Alves (coisa que ele aceitaria, com toda a certeza), ou se o Congresso tentasse a solução americana da incapacidade de exercício. Mas, naquele princípio de janeiro, nada de acertado se podia fazer, porque era um geral salve-se-quem-puder, e as ambições de grupos se entrecruzavam, alimentados pelos jornais pagos ou facciosos.

Os homens que com mais acerto poderiam coordenar uma solução não se entendiam: eram Rui e Borges. O primeiro só pensava em ser presidente, mas queria que o fôssem buscar em casa. O segundo só pensava em fortalecer a sua cidadela, de onde, como provinciano visceral, não desejava sair.

No dia 5, os jornais exaltados falavam abertamente na morte de Rodrigues Alves e na renúncia de Delfim. Quem estaria por trás disso: partidários de Rui, de Nilo ou de outro?

No dia 8, o Senador Ellis chegou a São Paulo e disse a Altino ser muito grave a situação no Rio. Quis ver o presidente, mas foi impedido “pelos rapazes”. Já se falava francamente na chapa Rui Barbosa-Borges de Medeiros para substituir aquele governo inviável. Altino não deu grande crédito à notícia.

No dia 14, as condições do enfermo tornaram-se extremamente precárias. Álvaro escreveu a respeito. Oscar telegrafou do Rio, pedindo a vinda imediata do Dr. Valadão, mas também da filha Celina e do genro, Cardoso de Melo. O fim se aproximava. No dia 15, embarcaram para o Rio o médico, a filha e o genro.

O estado de Rodrigues Alves denunciava-se desesperador. Reconhecia perfeitamente as pessoas, falava com os filhos, mas já não recebia ninguém.

Por volta das 20 horas daquele dia, o Vice-Presidente Delfim Moreira foi visitá-lo, acompanhado de oficiais dos seus gabinetes civil e militar. O chefe do governo foi recebido, nos salões do primeiro andar, por Rodrigues Alves Filho e pelo Senador Álvaro de Carvalho, em nome

da família. Ambos, segundo o *Jornal do Comércio*, que noticiou a visita no dia seguinte, “informaram não ter o interesse em fazer a presença do melho-rassensíveis”.

Delfim regressou ao Catete sem ter podido se avistar com o presidente.¹

Pelas 6 da tarde, a neta mais moça, que errava atarantada entre as salas de baixo, cheias de gente, e os quartos de cima onde a mãe e os tios se encontravam nas pontas dos pés, assustou-se ao ver a tia Isabel prorromper em choro aberto, dizendo claramente que o pai estava morrendo. Anah sentiu, pela primeira vez, aquela proximidade da morte, na imagem do avô que a levava a ver os netos. A mãe de Anah, Catarina, fez então chamar o padre jesuíta Américo de Novais, amigo da família, para confessar o moribundo e ministrar-lhe a extrema-unção.

O sacerdote subiu aos aposentos do enfermo e com ele se entreteve a sós, durante algum tempo. À saída, disse aos filhos reunidos: “Vosso pai é uma alma pura.”

Assentaram-se para casa dos pais. Devidamente nove horas. A família adaltecida, em tão, toda, no quarto do enfermo que permanecia lúcido e calmo. Dirigindo-se às filhas, disse-lhes em tom claro: “Tenham paciência, guardem silêncio.”

A certo momento, falando a Isabel, que lhe estava mais próxima, queixou-se de que “não estava enxergando mais”. A filha declarou-lhe em tão que era noite, que o quarto estava escuro e que elas assim o mantinham para não fatigar-lhe os olhos. Ele não reclamou, mas não pareceu aceitar a explicação.

Aproximava-se a meia-noite. Rodrigues Alves extinguiu-se devagar, serenamente. Não falava na morte; não empregou esta palavra uma só vez, na que las horas finais.

Sentindo provavelmente que o momento se aproximava, Rodrigues Alves praticou o seu último ato de vontade; ato de vontade exclusivamente político, próprio do homem público que sempre havia sido. Pediu que os presentes se retirassem, com exceção do filho Francisco

1 Às 21 horas, Delfim recebeu no Catete o Ministro Melo Franco, com quem conferenciou até às 23 horas. Era já o governo tomando as medidas para o desenlace previsível (notícia do *Jornal do Comércio*).

e do amigo Álvaro de Carvalho. Então a ambos, com serenidade completa, mas com firme determinação, deu as instruções derradeiras. Não visavam a negócios, a heranças, nem mesmo a problemas espirituais. Diziam respeito, só e só, à política do Brasil. Ordenou que Álvaro se entendesse com Altino Arantes e Francisco com Artur Bernardes, a fim de preveni-los, logo que fosse necessário, “do que ia acontecer”. Com este circunlóquio referiu-se à própria morte. Ajuntou ser importante que os presidentes dos dois grandes Estados responsáveis pela situação tomassem de imediato as providências “indispensáveis à garantia da ordem pública e da normalidade institucional”.

O testamento verbal do estadista, proferido ao filho e ao amigo na hora suprema, foi o último ato prático do por Rodrigues Alves, e resumiu na sua imponente simplicidade toda a sua personalidade essencialmente política. Feitas as últimas recomendações, ficou em grande calma. Sentiu que podia morrer.

Estava em paz com Deus e com a consciência, como depôs, após o vi-lo, o Padre Novaes. Tinha em torno de si, reunida, a família a ele unida durante toda a existência. Até onde sua memória podia alcançar, servira ao seu povo e sabia-se crente do reconhecimento das gerações. Participara dos dois regimes, conhecia o dos homens do seu tempo, viveu momentos de dor e de glória, vira florescer e frutificar a messe da sua semente dura. Sereno e forte, morria como vivera, forte e serena mente: moderado, enérgico e lúcido, até o último instante. Este veio aos 30 minutos do dia 16.²

Altino Arantes recebeu logo a notícia pelo telefone e Bernardes por telegrama urgente, ainda durante a madrugada, em cumprimento das instruções deixadas pelo morto.

Altino anotou, logo depois do telefonema, que o desaparecimento do “grande brasileiro” foi para ele um “terrível impacto” que o deixava até “incapaz de acreditar”.

2 O atestado de óbito foi firmado pelo professor Raul Leitão da Cunha, dando como *causa mortis* leucemia (assintolia aguda no decurso de anemia perniciosa). Na verdade, a morte proveio da gripe.

O fato da morte ter ocorrido aos primeiros minutos do dia 16 fez com que a imprensa da qual data pu des se de di car-lhe uma cobertura completa.

O *Jornal do Comércio* abre o seu noticiário trazendo já a repercussão internacional da notícia, na Argentina, no Uruguai e em outros países.

O noticiário sobre as homenagens e o embarque do corpo para Guaratinguetá é amplo e pormenorizado.

Na primeira parte do dia, o presidente ficou no próprio quarto em que falecera, sendo inumeráveis os visitantes que, desde cedo, acorream à velha mansão. Ali foram admiradas, de manhã, as netas, que, na véspera, tinham sido afastadas. Anah aproximou-se sem medo do avô morto, todo vestido. Sem medo beijou-lhe, pela última vez, a fronte gelada.

No quarto de dormir, foram recebidos Delfim Moreira com todo o ministério, chegados à 1 da tarde. Às 5 horas entrou Rui Barbosa, subiu as escadas e concentrou-se algum tempo diante do corpo do velho amigo. Que idéias, que imagens, que recordações atraíam naquele momento a mente poderosa do Conselheiro Rui Barbosa, diante do vulto inanimado do Conselheiro Rodrigues Alves? Teria lembrado seus despreocupados tempos de estudante, no longínquo São Paulo das rótulas, dos sinos e da garoa? Teria revisto os debates da Câmara do Império e da Constituinte republicana, os tumultos de Floriano, os governos de Prudente e Campos Sales, as transformações da cidade, os motins da vacina, o convívio no Senado, o cruzamento de ambos pela Europa nos tempos brilhantes de Haia, as aproximações e divergências recentes, os encontros e desencontros das suas vidas? Sem dúvida, o recolhimento de Rui era profundo, e sincero o seu sentimento. Ele provavelmente se via ali, deitado também em exposição pública, na mansão de São Clemente, mais dia menos dia. Que valiam, naquele momento, as lutas do passado, as incertezas do futuro? Ali estavam dois dos maiores homens da geração, o seu maior intelectual e o seu maior estadista. O outro morrera, ele continuava vivo. Vivo? Mas por quanto tempo? E, no fundo, vivo para quê? Se os outros, todos os outros, já haviam morrido? Se as lutas em que se haviam empenhado, um e outro, eram também lutas mortas, fossem coroadas pela vitória ou castigadas com a derrota?

Surgia um mundo novo do sangue, da lama e da peste das longínquas trincheiras europeias. Um povo mal conhecido, a leste da Europa, parecia abrir as portas de uma nova era. Tempestades, de ignotas doutrinas, diante das quais Rui devia pouco depois sentir-se como diante de um mar insondável.

À tardinha, depois da visita de Rui, o corpo desceu para a câmara ardente armada no salão Luís XV, aquele mesmo em que a bela Viscondessa de Cavalcânti, no tempo do Império, mostrava os braços roliços, os seios generosos, aos olhares indiscretos dos diplomatas estrangeiros.

Recendendo o morto as honras de chefe de Estado, a ornamentação fúnebre do salão era imponente. O catafalco erguia-se ao centro, cercado por dezoito enormes tocheiros. A parede do fundo estava coberta por uma cortina de veludo negro, onde ressaltavam, em ouro, as letas R. A. Os lustres, velados de crepe, esparziam uma penumbra discretamente luminosa. Na cabeceira do catafalco, um grande crucifixo de prata.

Era impossível fazer-se uma relação do imenso cortejo de pessoas que, durante toda a tarde, desfiliou ante o corpo do presidente e espalhou-se pelos salões da casa, repletos de flores. Respeitoso silêncio guardava essa multidão, que desbordava para os jardins e para a rua.

A Rua Senador Vergueiro teve o seu movimento interrompido pelo povo que não podia conter-se ao longo da rua, tal qual se dera, em circunstâncias muito diferentes, quando Rodrigues Alves, após a presidência, embarcou para sua cidade natal.

Às 6 horas da tarde, depois da missa de corpo presente realizada pelo Padre Novais, começou o cortejo fúnebre em direção à Central. Apesar da chuva, a população carioca veio homenagear o presidente morto antes de assumir o poder, como fizera com o presidente que deixava o poder em 1906, também sob a chuva.

O carro fúnebre rolou, cercado por um esquadrão de lanceiros a cavalo, e vinha seguido por enorme préstito de automóveis e carruagens.

Tal como se dera em 1906, mas agora em atmosfera de tristeza, o cortejo atravessava, devagar, enorme massa de povo, desde a Rua Senador Vergueiro até a estação da Central do Brasil. “A massa [re]latou

o *Jornal do Comércio*] se dividia à passagem do féretro em duas cerradas filas, mudas e compungidas, descobrindo-se reverentemente.” Delfim acompanhou o corpo até a estrada de ferro.

Na estação repleta, deu-se o embarque de numerosos acompanhantes no trem especial. Na plataforma, encontravam-se autoridades, membros do corpo diplomático, gente anônima de sejo sa de home nagear o morto venerável. O comboio era extenso. Compunha-se de um carro mortuário, transformado em câmara ardente, de dois dormitórios, de seis carros salões e dois carros de bagagens.

Cerca de 8 horas da noite, seguiu o trem, no qual embarcaram, além da família, os Ministros Melo Franco, Urbano Santos, Amaro Cavalcanti e Pádua Sales. Entre amigos ilustres contavam-se Laur Müller (que fora convidado, mas não nomeado para prefeito do Distrito Federal), Aurelino Leal, José Carlos Rodrigues, deputados e senadores, vários jornalistas e muitos íntimos da família. Esta ia completa, reunida no carro mortuário: todos os filhos, filhas e genros.

O trem marchava vagarosamente. Tal como se deu no enterro de Abraão Lincoln, apesar da noite chuvosa, em todas as estações havia gente que se amontoava para ver passar, pela última vez, o glorioso Presidente Rodrigues Alves. Desde as estações de subúrbio do Rio, até Guaratinguetá, a mesma cena se repetia. Nas cidades fluminenses e paulistas do Vale do Paraíba, o comboio que varava a madrugada suspenso a marcha, para que o morto recebesse o preito final de seus patriotas.

Só manhã clara, pelas 5 horas, ao fim de uma viagem que durara quase o dobro do tempo do percurso normal, o comboio entrou na estação de Guaratinguetá, repleta de povo. Ao mesmo tempo, tendo provavelmente, por comunicações telegráficas entre as estações, sincronizado os seus movimentos, entrava também em Guaratinguetá o trem vindo de São Paulo, que trazia o Presidente Altino Arantes, seus secretários, o arcebispo de São Paulo e muitos políticos e amigos.

Guaratinguetá estava de luto, as autoridades na estação, a população na rua, o comércio e as escolas fechados, as janelas das casas cerradas, as bandeiras arriadas, os sinos em dobras de tristeza.

O cortejo subiu a rua da estação, passou pela velha casa familiar, e continuou subindo até entrar na matriz. Ali o arcebispo de São Paulo disse a última missa em homenagem ao defunto. Depois foi o sepulta-

mento, às oito e meia da manhã, no cemitério dos Passos. Após longa caminhada, o menino, filho de imigrante, que dali saíra para estudar no Rio, voltava transformado no maior homem de Estado que o país, até então, conheceu.

A nação, na que lemo mento, cho ra va o pre si den te que, no fim da vida, ela se ha bi tu a ra a ver como uma es pé cie de pai. A re mi nis cên cia patriarcal da nossa formação sociológica influía, sem dúvida, na origem daquele sentimento geral de orfandade, que irmanava a massa e a elite nas mesmas dú vi das e he si ta ções.

Em face de um mundo que re nas cia dos des tro ços do prus ian is mo e das incógnitas do marxismo, o Brasil ficou, de repente, sem um condutor capaz de guiá-lo no caminho a ser percorrido, e que pela sua experiência e sua autoridade pudesse conservar a estrutura política tradicional, adaptando-a às contingências das novas realidades. Ficou sem a liderança do conservador progressista, que era Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Naquela desorientação geral dos espíritos, ninguém pode atentar que outra morte vinha de ocorrer, sem ser percebida pelos contemporâneos.

Em 16 de janeiro de 1919 morria, com Rodrigues Alves, a Repú bli ca de 15 de no vem bro de 1889.

Petrópolis, 27 de dezembro de 1968.

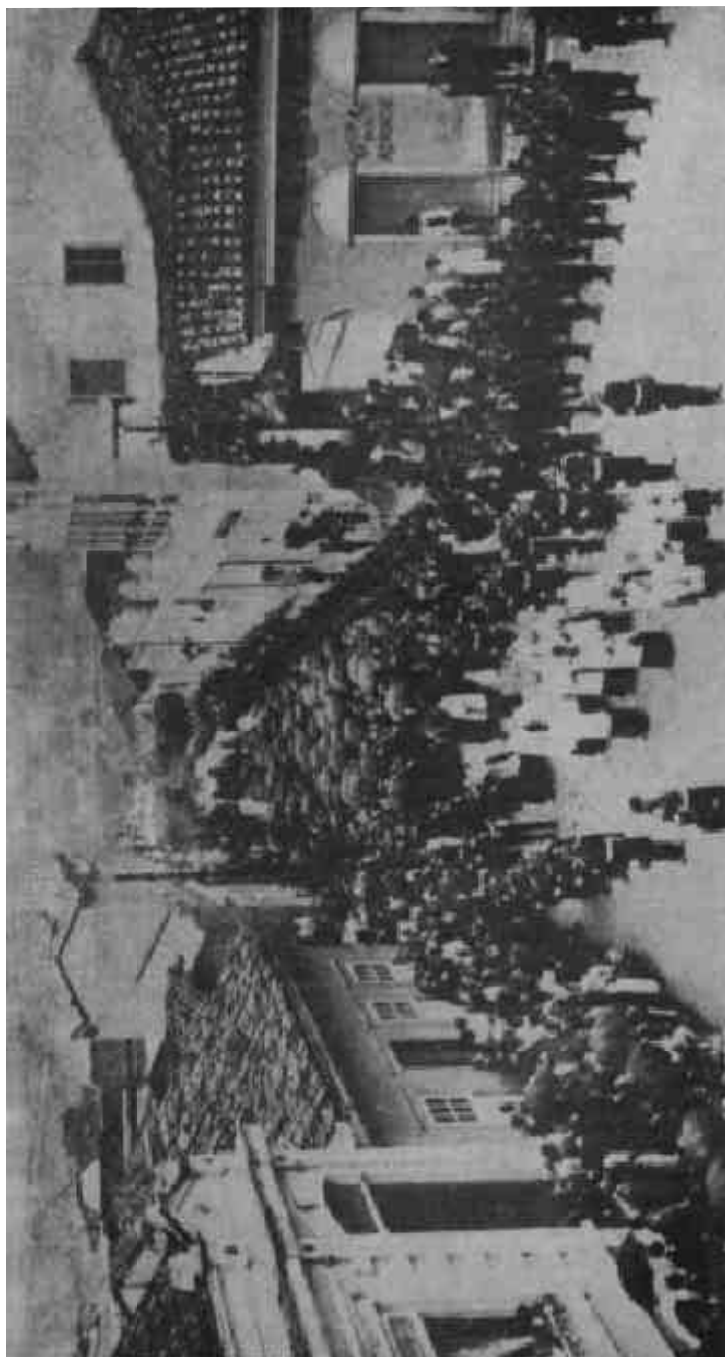
Petrópolis, 10 de janeiro de 1972.



**Homenagens funebres ao presidente eleito da Republica, Conselheiro
Francisco de Paula Rodrigues Alves**



O cortijo fúnebre, ao sair da casa da Rua Senador Vergueiro. Em primeiro plano, Antônio Azevedo e Delfino Moreira. No segundo plano, o Ministro Antônio Crulsóznik. No terceiro, Rodrigues Alves Filho. Cuesta. Coleção Plínio Duarte



O cortejo fúnebre em caminho da Igreja após o desembarque em Curitiba.
O Presidente Rodrigues Alves volta à sua cidade natal.
CALLETA. Coleção Plínio D'Ávila

.

Bibliografia

I – Arquivos, documentos e coleções particulares

- ARANTES, Altino. *Arquivo particular*, conservado com a Sr^a Stella Arantes.
- BARBOSA, Rui. *Arquivo particular*, conservado na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudo sobre as capatazias do Porto de Santos, incluído em carta pessoal a Rodrigues Alves*. Conservada no arquivo de Rodrigues Alves.
- COTEGIPE, João Maurício Wanderley, Barão de. *Arquivo particular, conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- CUNHA, Gastão da. *Diário manuscrito*, conservado pela Sr^a Ercília Penido Duarte Guimarães.
- DODSWORTH, Henrique de Toledo. *Anotações pessoais*.
- FRONTIN, Paulo de. *Arquivo particular*, conservado com a Sr^a Maria da Glória Frontin Muniz Freire.
- GLICÉRIO, Francisco. *Arquivo particular*, conservado com o Sr. Francisco Glicério Neto.
- MORAIS, Prudente de. *Arquivo particular*, conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
- NABUCO, Joaquim. *Arquivo particular*, conservado com a Sr^a Maria Ana Nabuco.
- OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Arquivo particular*, conservado na Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PASSOS, Francisco Pereira. *Arquivo particular*, conservado no Museu da República, Palácio do Catete, Rio de Janeiro.
- PENA, Afonso Augusto Moreira. *Arquivo particular*, conservado no Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Arquivo particular*, conservado no Palácio Itamarati, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, José Carlos. *Arquivo particular*, conservado na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES ALVES, Francisco de Paula. *Arquivo particular* e documentos pessoais, conservados pelas Sr^{as} Zaira Rodrigues Alves e Isabel Muniz de Aragão.

II – Arquivos de instituições

- APARECIDA, São Paulo. Arcebispado. Arquivo.
ARQUIVO Público Nacional. Rio de Janeiro.
- CUNHA, São Paulo. Cartório de 1^a Ofício. *Forum de Cunha*, São Paulo.

ESTADOS UNIDOS. Department of State. Archives. Washigton, D. C., Estados Unidos da América (Despachos da legação brasileira, copiados por Afonso Arinos Filho). GUARATINGUETÁ, São Paulo. Cartório do 1º Ofício. Fórum de Guaratinguetá, São Paulo.

GUARATINGUETÁ, São Paulo. Prefeitura Municipal. Arquivo.
SÃO PAULO, Universidade. Faculdade de Direito. Arquivo.

III – *Publicações periódicas e seriadas (coleções)*

OS ANAIS: Semanário de literatura, arte, ciência e indústria. Rio de Janeiro, 1904-1906. Diretor: Domingos Olímpio.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Ano 21, 1960. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1960. 430 p.

A AVENIDA. Rio de Janeiro, 1903-1905. Diretores: Vital do Vale e Domingos Ribeiro Filho.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais*. Rio de Janeiro, Dep. de Imprensa Nacional, 1891

-- *Caixa de Conversão (1906-1910)* Paris, Typ. Aillaud, 1914. 2 v. (Documentos parlamentares, 31 e 32).

-- *Elaboração dos orçamentos, 1912, 1913*, Paris, Typ. Aillaud; Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1913-1914. 7v. (Documentos parlamentares, 13, 20 a 23, 27 e 28).

-- *Estado de sítio*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1912-1925. 13 v. (Documentos parlamentares, 6 a 8, 19, 43, 77, 81, 82, 91, 91A, e 91B).

-- *Intervenção federal nos Estados*. Typ. Aillaud, 1913-1923. 16 v. (Documentos parlamentares, 12, 14, a 17, 42, 44, 45, 47 a 50, 69, 70, 75 e 76).

-- *Mensagens presidenciais (1891-1926)*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1915. 2 v. (Documentos parlamentares, 29 e 30).

-- *Política econômica*. Valorização do café. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1915, 2 v. (Documentos parlamentares, 29 e 30).

-- Congresso. Senado. *Anais*. Rio de Janeiro, *Imprensa Nacional*, 1891.

-- Congresso Constituinte. *Anais do Congresso Constituinte da República*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924-1926. 3 v.

-- Parlamento. *Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados*. 1826-1889. Rio de Janeiro, *Imprensa Nacional*, 1874-1889. 253 v. [Anos de 1885 a 1889].

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 1887-1902. Diretor: José do Patrocínio.

COMÉRCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1895-1916.

COMÉRCIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1904. Diretor: Alfredo Varela.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1901 - . Diretores: Edmundo Bitencourt, Paulo Filho.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 1854-1966.

O DEBATE. Rio de Janeiro, 1894(?)– 1898. Diretor: João Batista de Sampaio Ferraz.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.

- DIÁRIO OFICIAL [DA UNIÃO]. Rio de Janeiro, 1892.
- DOM QUIXOTE (revista). Rio de Janeiro, 1895-1903.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 1890 -. Diretores: Júlio de Mesquita, Plínio Barreto.
- A FEDERAÇÃO; órgão do Partido Republicano. Porto Alegre, 1884-1936. Diretor: Alfredo Varela.
- LE FIGARO. Paris, 1854 -. (Número de 17 de setembro de 1907).
- FON-FON! Rio de Janeiro, 1907-1958. Diretores: Alexandre Gasparini, Giovanni Vogliani e Mário Pederneiras.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1875 -. Fundador: Ferreira de Araujo.
- O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, 1912-1929. Diretor: José Eduardo de Macedo Soares.
- A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 1898-1914. Diretor: Alcindo Guanabara.
- IMPRENSA ACADEMICA. São Paulo, 1864-1871. (Estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo.)
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891 -. Fundador: Rodolfo Epifânio de Souza Dantas.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 1827.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Edição paulista. São Paulo, 1916.
- O MALHO. Rio de Janeiro, 1902-1954. (Semanal.)
- THE MORNING POST. London, 1772.
- A NAÇÃO. Rio de Janeiro, 1903-1904, Diretor: Alcindo Guanabara.
- OPINIÃO CONSERVADORA. São Paulo, 1869-?. Fundador: João Mendes de Almeida.
- O PAÍS. Rio de Janeiro, 1884-1934.
- O PARAÍBA. Guaratinguetá, S.P.
- A PLATÉIA. São Paulo, 1888-1942.
- LA PRENSA. Buenos Aires, 1869.
- RADICAL PAULISTANO. São Paulo, 1869. (Semanal.)
- RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Conselho Municipal. *Anais* 1903-1906.
- RIO DE JANEIRO, *Jornal do Comércio*, 1903-1906.
- SÃO PAULO. Assembléia Provincial. *Anais*, 1871-1879. São Paulo, Imprensa Oficial, 1872-1879.
- A TRIBUNA. Rio de Janeiro.
- O VERÃO EM PETRÓPOLIS. Petrópolis. (Número de 29 de fevereiro de 1929).

IV – Livros e artigos

- ACIOLI, Hildebrando Pompeu Pinto. *Tratado de Direito Internacional Público*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE., 1956-1957. 3 v.
- ALMEIDA, Tito Franco de. *O conselheiro José Furtado*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1867. 483 p.

- ALMEIDA NOGUEIRA, José Luís de. *A Academia de São Paulo; tradições e reminiscências*. São Paulo, Tip. A Editora, 1907-1912. 9 v.
- ALVES, Antônio de Castro. Ver CASTRO ALVES, Antônio de.
- ALVES, José Luís. Elogio dos sócios falecidos desde 15 de dezembro de 1888 até hoje. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 82(53): 589-622, 1890. [Antonio Joaquim Ribas: p. 620-622].
- AMERICAN REVIEW OF REVIEWS, New York, 28 de maio de 1912. [Titulo, em 1912, de REVIEW OF REVIEWS AND WORLD'S REPORT. AN INTERNATIONAL MAGAZINE, New York, The Review of Revivis Corp., 1890-1937. 95 v.].
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rio Branco e Gastão da Cunha*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1953. 281 p.
- ARAGÃO, Antônio Ferrão Muniz de. Ver MUNIZ, Antônio.
- ARAGÃO, Pedro Muniz de. Cartas do conselheiro João Alfredo à Princesa Isabel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 260:339-412, jul./set. 1963.
- ARANHA, José Pereira da Graça. Ver GRAÇA ARANHA, José Pereira de.
- ARAUJO, Joaquim Aurélio Nabuco de. Ver NABUCO, Joaquim.
- ARAUJO CASTRO, Raimundo de. *A reforma constitucional*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1924. 208 p.
- ARAUJO JORGE, Artur Guimarães, *Introdução às Obras de Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945. 210 p.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *Do governo presidencial na República brasileira*. Lisboa, Cia. Nacional Editora, 1896. 370 p.
- AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1879. 2 v.
- BARBALHO, João. *Constituição Federal brasileira, comentários*. Rio de Janeiro, Tip. da Cia. Lito-tipográfica, 1902. 411 p.
- BARBOSA, Francisco de Assis. A República e as oligarquias. In: QUADROS, Jânio & MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do povo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo, Jânio Quadros. Ed. Cultural, 1968, v. 5, cap. 3, p. 65-92.
- BARBOSA, Rui. O caso internacional [discurso sobre a chapa Rui-Glicério]. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1942 -, v. 46, 1919, t. 1, *Campanha presidencial*, p. 165-259.
- *O direito do Amazonas ao Acre Setentrional*. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1910. 2 v.
- Exposição de motivos do plenipotenciário vencido [Tratado de Petrópolis]. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa. 1942 -, v. 31, 1904, t. 1, *Discursos parlamentares*, p. 229-299.
- Manifesto à Nação [Manifesto sobre a chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira]. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1917, p. 5-7.
- *Obras completas*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1942 - (em curso de publicação).

- *Parecer nº 48-A, formulado em nome da Comissão reunida de Orçamento e Justiça Civil, acerca do projeto de emancipação dos escravos* [Projeto Dantas]. Rio de Janeiro. Tip. Nacional, 1884. 225 p.
- *Problemas de Direito Internacional* [ou O dever dos neutros]. Conferência realizada na Faculdade de Direito de Buenos Aires, 1916. London. Truxot & sons, 1916. 138 p.
- BARCELOS, Ramiro Fortes de. *Antônio Chimango*, 3ª ed. Porto Alegre, Globo, 1961. 252 p.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Ver LIMA BARRETO, Afonso Henriques.
- BARRETO, Emídio Dantas. Ver DANTAS BARRETO, Emídio.
- BARRETO, Paulo. *No tempo de Venceslau*. Rio de Janeiro, Vilas Boas, 1917. 316 p.
- BASTOS, Abguar Damasceno. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro, Calvino, 1946. 336 p.
- BEVILAQUA, Clovis. *Projeto de Código Civil brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. 320 p.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves do Sacramento. Ver SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves do.
- BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. Ver ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco.
- BRASIL. Comissão de Estudos das Minas do Carvão de Pedra do Brasil. *Final report, presented to h. exc. dr. Lauro Severiano Müller, minister of industry, Highways and Public Works, by I. C. White, chief of the Commission*, Transl. by Carlos Moreira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908. 617 p.
- Diretoria-Geral de Saúde Pública. Relatório apresentado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores pelo Diretor-Geral de Saúde Pública [Gonçalves Cruz]. 1903. In: BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra, em março de 1904*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, Anexo I [paginação irregular].
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Osvaldo Gonçalves Cruz [1904], In: BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra, em março de 1905*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, v. 3, Diretoria da Saúde Pública.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Osvaldo Gonçalves Cruz, 1905. In: BRASIL, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra, em março de 1906*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, v. 5, Diretoria da Saúde Pública.
- Ministério da Fazenda. *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891 a 1906.

- Ministério da Guerra. *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro, Tip. Laemmert, 1902 a 1906.
 - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatórios apresentados ao Presidente da República pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, nos anos de 1902 a 1905*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903 a 1906.
 - Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903 a 1906.
 - Ministério da Marinha. *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903 a 1906.
 - Ministério das Relações Exteriores. *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902 a 1903.
 - Presidentes, 1903-1906 (R. Alves). *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa pelo Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903 a 1906.
 - Soberanos, etc. *Falas do Trono, desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1953-1954. 3 v.
- BULHÕES, Augusto de. *Leopoldo de Bulhões, um financista de princípios, 1856-1928*. Rio de Janeiro, Ed. Financeiras, [s.d.].
- BURNS, Edward Bradford. *The unwritten alliance*. New York, Columbia Univ. Press, 1966.
- CABRAL, Mariano José. *Emigração dos Açores*. *Revista Universal Lisboense*, Lisboa, 5:40-42, 1845/1846.
- CAICEDO CASTILLA, José Joaquín. *El panamericanismo*. Buenos Aires, Depalma, 1961.
- CALDAS, Honorato. *A explosão da Escola Militar e as tradições d' O País*. Rio de Janeiro, Tip. da Cia. Lito-tipográfica, 1905.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, Impr. Nationale, 1910. 526 p.
- CAMBON, Jules Martin. *Le diplomate*. Paris, Hachette, 1926.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz. *Da propaganda à presidência*. São Paulo [s. ed.] 1908.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Rui estudante*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949.
- CASASSANTA, Guerino. *Correspondência de Bueno Brandão*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1958.
- CASTRO, Raimundo de Araujo. Ver ARAUJO CASTRO, Raimundo de.

- CASTRO ALVES, Antônio de. *Poesias escolhidas*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1947.
- CASTRO NUNES, José de. *A jornada revisionista*. Rio de Janeiro, Almeida Marques, 1924.
- CAVALCÂNTI, Amaro Bezerra. *Regime federativo e a República brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.
- CAVALCÂNTI, João Barbalho Uchôa. Ver BARBALHO, João.
- CENTENÁRIO do Conselheiro Rodrigues Alves. São Paulo [s. ed.] 1951, 2 v.
- CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL, Rio de Janeiro. *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. Rio de Janeiro, M. Orosco & Cia., 1907, 2. v.
- CERQUEIRA, Tomás José Pinto. Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social [inclui Julius Frank]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 3(3), suplemento, p. 24-33, 1841.
- CHATEUBRIAND, François Auguste René, vicomte de. *Memoires d'outre tombe*. Paris, Flammarion, 1949, 2 v.
- CORREIA, Inocêncio Serzedelo. Ver SERZEDELO CORREIA, Inocêncio.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1968, 324 p.
- COSTA, Luís Edmundo da. Ver EDMUNDO, Luís.
- COUTO, Rui Ribeiro. Ver RIBEIRO COUTO, Rui.
- CRULS. Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*, 3ª ed. rev. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1965. 2 v.
- CRUZ, Osvaldo Gonçalves, Exposição nº 225, de 1ª de abril de 1903, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores [plano de trabalho sobre erradicação da febre amarela]. In: FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969, p. 77-78.
- *Relatórios...* Ver BRASIL. Diretoria-Geral de Saúde Pública. *Relatórios...*
- *A veiculação microbiana pelas águas*. Rio de Janeiro, Tip. sucessora de C.G. da Silva. 1893. 162 p. [Tese – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro]
- CUEVAS CANCINO, Francisco. *Del Congreso de Panamá a la Conferencia de Caracas, 1826-1854*. Caracas, Ragón, 1955. 2 v.
- CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da. *Os sertões: Campanha de Canudos*, 27. ed. Brasília, Ed. da Universidade, 1963. 474 p.
- DANTAS BARRETO, Emídio. *Conspirações*. Rio de Janeiro, F. Alves. 1917, 355 p.
- *A expedição a Mato Grosso; a revolução de 1906*. Rio de Janeiro. Laemmert, 1907, 220 p.
- DR. RODRIGUES ALVES. *O seu governo, 1902-1906*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1906. 167 p. [Publ. também in *Diário Oficial* da União, Rio de Janeiro, 15 nov. 1906, p. 6.147-6.189].
- DUNLOP, Charles Julius. *Rio antigo*, Rio de Janeiro. Laemmert, 193, 150 p.
- DUNSHEE DE ABRANCHES, João. *Rio Branco e a política exterior do Brasil, 1902-1912*, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1945, 2 v.

- EDMUNDO, Luís. *De um livro de memórias*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958, 3 v.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos presidentes de São Paulo*, São Paulo [s. Ed.], 1926-1927. 3 v.
- FARIA, Benjamin Antônio da Rocha. Ver ROCHA FARIA, Benjamin Antônio da.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. Ver OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de.
- FINLAY, Carlos Juan. *Yellow fever: its transmission by means of the culex mosquito*. *The American Journal of the Medical Sciences*, Philadelphia, 92:395-409, Oct. 1886.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Ver MELO FRANCO, Afonso Arinos de.
- FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969. 208 p.
- FRANCO, Tito. Ver ALMEIDA, Tito Franco de.
- [FRANK, Júlio]. *Resumo de história universal, impresso por ordem do governo para uso da aula de geografia e história da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo*. São Paulo. 1839, 2 t. em I v.
- FREIRE, José de Melo Carvalho Muniz. Ver MUNIZ FREIRE, José de Melo Carvalho.
- GALERIA dos presidentes da República, 5. Francisco de Paulo Rodrigues Alves. *Brasil Genealógico, Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia*, Rio de Janeiro, 2 (2): 49-53, 1964.
- GUASTINI, Mário. *Na caravana da vida*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1939. 384 p.
- GOUVEIA, Hilário Soares de. *Os mosquitos e a febre amarela*. *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 16 (10): 91-94; 16(11): 101-103; 16(13): 121-122; 16(14): 131-132; 16(15): 141-143, 1902.
- GRAÇA ARANHA, José Pereira de. *Canaã*. 11. ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1959. 287 p.
- GUERRA, Egídio Sales. *Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, Vecchi, 1940. 775 p.
- HADDAD, Jamil Almansur. *O romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. São Paulo. Tip. Siqueira, 1945, 116 p. [Tese apresentada no concurso para a cadeira de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.]
- HAHNER, June. *Paulistas' rise to power; a civilian group ends military rule*. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, N.C., 47:149-165, May 1967.
- HERRMANN, Lucila. *Estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. *Revista de Administração*, São Paulo, 2 (5/6): 3-316, mai./jun. 1948.
- HOMENAGEM da Academia Nacional de Medicina ao Dr. Nuno de Andrade em 30 de abril de 1903. *Anais [da] Academia Nacional de Medicina*, Rio de Janeiro. 68:193. jul. 1902 jun.1903.
- JORGE, Artur Guimarães Araujo. Ver ARAUJO JORGE, Artur Guimarães.
- KOSERITZ, Carl von. *Bilder aus Brasilien*. Leipzig. W. Friedrich, 1885. 379 p.
- *Imagens do Brasil*. Trad. de Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo, Martins, 1943. 293 p.

- LACERDA, Joaquim Franco. *Finanças do Brasil*, In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais*, sessões de 1^a a 30 de junho de 1899. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1899, v. 2. p. 99-102.
- *O preço do café*, publicado no editorial do *Jornal do Comércio* de 17 de abril de 1899, In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais*, sessões de 1^a a 30 de junho de 1899. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, v. 2. p. 103-110.
- LEAL, Aurelino. *Teoria e prática da constituição federal brasileira*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1925, 911 P.
- LEITE, Cassiano Ricardo. Ver RICARDO, Cassiano.
- LESSA, Pedro. *Reforma constitucional*. Rio de Janeiro, Ed. Brasileira Lux. 1925. 257 p.
- LEWANDOWSKI, Maurice. Ver MARTINEZ, Alberto B. & LEWANDOWSKI. Maurice.
- LIMA, Manuel de Oliveira. Ver OLIVEIRA LIMA, Manuel.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo, Clube do Livro, 1966, 2 v.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro. J. Olímpio. 1945. 2 v.
- LISBOA, Alfredo. *Portos do Brasil*. Rio de Janeiro, Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, 1922-1923. 2. v.
- LOVE, Joseph L. Índice cronológico dos papéis de Antônio Augusto Borges de Medeiros, 1909-1932, arquivados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 286-223-276, jan./mar. 1970.
- *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Palo Alto, Calif. Stanford Univ. Press. 1971.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Z. Valverde, 1942, 414 p.
- MACEDO, José Agostinho de, padre. *Os burros, poema herói-cômico-satírico em seis cantos*. Porto. Livr. Cruz Coutinho, 1892. 259 p.
- MACEDO, Roberto. *Efêmerides cariocas*. Rio de Janeiro. Artes Gráficas, 1943. 383 p.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 271:11-150, abr. jun. 1966; 280:43-206, jul./set. 1968; 283:3-168, abri. jun. 1969; 294:3-178, jan. mar. 1972.
- MAGALHÃES, Olinto de Almeida. *Centenário do Presidente Campos Sales*. Rio de Janeiro, Pongeti, 1941. 193 p.
- MANGABEIRA, João. *Rui, o estadista da República*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1943. 432 p.
- MANIFESTO dos republicanos de São Paulo. Ver PARTIDO REPUBLICANO DISSIDENTE DE SÃO PAULO.
- MANIFESTO político aos nossos concidadãos. Ver PARTIDO REPUBLICANO DISSIDENTE DE SÃO PAULO.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. Ver AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de.

- MARTINEZ, Alberto B. & LEWANDOWSKI, Maurice. *L'Argentine ou XXè siècle*. Paris. A. Colin. 1906. 432 p.
- MARTINS, Luís Dodsworth. *Presença de Paulo de Frontin*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1966. 196 p.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870*. Trad. de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, 698 p.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de (1868-1916). *Obra completa*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969. 901 p.
- *A alma do tempo (memórias)*. Rio de Janeiro. J. Olímpio. 1961. 427 p.
- *Um estadista da República*, Rio de Janeiro. J. Olímpio, 1955. 3 v.
- *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro. J. Olímpio, 1968. 299 p.
- Senado Federal, competência; autorização para empréstimo externo a ser contraído por Estado, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Indicação n. 2, de 1963 [apresentada na sessão de 4 de julho de 1963 do Senado Federal] *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 3(10):67-70, junho de 1966.
- MELO FRANCO, Rodrigo. Ver ANDRADE. Rodrigo Melo Franco de.
- MENEZES, Jaime de Sá. *Oswaldo Cruz, o nacionalizador da medicina brasileira*. Salvador, 1970.
- MONIZ. Ver MUNIZ.
- MONTEIRO, Tobias do Rego. *O presidente Campos Sales na Europa*. Rio de Janeiro, Briquet, 1928. 242 p.
- MORAIS, Evaristo de. *A escravidão africana no Brasil*. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1933. 253. p.
- MOTA FILHO, Cândido. *Uma grande vida, biografia de Bernardino de Campos*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941. 286 p.
- MOURA, João Dunshee de Abranches. Ver DUNSHEE DE ABRANCHES, João.
- MÜLLER, Lauro Severiano, *Relatórios...* Ver BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Relatórios...
- MUNIZ, Antônio. *A Bahia e os seus governadores na República*. Bahia. Imprensa Oficial, 1923. 695 p.
- MUNIZ FREIRE, José de Melo Carvalho. *O voto secreto e a revisão constitucional*. Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio*, 1910. 86 p.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1928. 526 p.
- NABUCO, Joaquim. *O erro do Imperador*. Rio de Janeiro. G. Leuzinger. 1886. 26 p.
- *Obras completas*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949. 14 v.
- *Pensées detachées et souvenirs*. Paris. Hachette. 1906. 299 p.
- NOGUEIRA, José Luís de Almeida. Ver ALMEIDA NOGUEIRA, José Luís de.
- NOTICES sur les fêtes données à Paris en 1907 en Phonneur de son Excellence le Conseiller Rodrigues Alves, ancien Président de la République des E. U. du Brésil. Paris. Typ. de Le Brésil.1907.
- NUNES, José de Castro. Ver CASTRO NUNES, José de.

- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Memórias, estas minhas reminiscências...* Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1937. 319 p.
- OSTROGORSKI, Moisei. *La démocratie et l'organisation des partis politiques*. Paris. C. Lévy, 1903. 2 v.
- OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de, dir. *A década republicana*. Rio de Janeiro, Cia. Tip. do Brasil. 1889-1901. 8 v.
- PARANHOS, José Maria da Silva. Ver RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, barão do.
- PARTIDO REPUBLICANO DISSIDENTE DE SÃO PAULO. *Manifestos políticos de 7 de setembro e de 5 de novembro de 1901*. São Paulo, Tip. Industrial de São Paulo. 1901. 46 p.
- PASSOS, Francisco Pereira. *Mensagens e Relatórios ao Conselho Municipal*. Ver RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Prefeitos, 1903-1906 (P. Passos). *Mensagem [e] Relatório*.
- PATI, Francisco. *O espírito das Arcadas (memórias)*. São Paulo, 1948.
- PESSOA, Epitácio da Silva. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1955. 2 v.
- PESTANA, Nereu Rangel. Ver RANGEL PESTANA, Nereu.
- PITA, Sebastião da Rocha. Ver ROCHA PITA, Sebastião da.
- PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1952. 564 p.
- PORTO, José da Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo, tentativa de interpretação*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1951. 325 p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963. 354 p.
- RANGEL PESTANA, Nereu. *A oligarquia paulista*. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 1919. 332 p.
- RHEINGANTZ, Carlos G. Ver GALERIA dos presidentes da República.
- RIBAS, Emílio Marcondes. *O mosquito como agente de propagação da febre amarela*. *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, 15 (34):331-334; 15 (42):411-415, 1901.
- RIBEIRO COUTO, Rui. *Noroeste e outros poemas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933. 98 p.
- RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1954. 2 v.
- RIO, João do, *pseud.* Ver BARRETO, Paulo.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. Exposição de motivos sobre o Tratado de 17 de novembro entre o Brasil e a Bolívia. In: *Obras*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947, v. 7, p. 3-30.
- *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. 9 v.
- RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Prefeitos, 1903-1906 (P. Passos). Mensagem do Prefeito, lida na sessão de 29 de abril de 1904. In: *Anais do Conselho Municipal e*

sinopse dos seus trabalhos de 1^o de setembro a 31 de outubro e de 4 a 14 de novembro de 1904. Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio*, 1905, p. 4-73.

- Mensagem, lida na sessão solene de 3 de abril de 1906. In: *Anais do Conselho Municipal* e sinopse dos seus trabalhos de 30 de março a 31 de maio e de 7 de julho a 28 de agosto de 1905. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1907, p. 4-54.
- Mensagem, lida na sessão solene de 5 de setembro de 1906. In: *Anais do Conselho Municipal* e sinopse dos seus trabalhos de 29 de agosto a 31 de outubro e de 2 a 14 de novembro de 1906. Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio*. 1908, p. 5-51.
- Relatório, apresentando ao Conselho o histórico de sua administração e o projeto do orçamento para o exercício de 1904, lido na sessão solene de 1^o de setembro de 1903. In: *Anais do Conselho Municipal* e sinopse dos seus trabalhos de 18 a 27 de julho e de 29 de agosto a 31 de outubro de 1903. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1904, p. 24-82
- Relatório, lido na sessão solene de 2 de abril de 1904. In: *Anais do Conselho Municipal* e sinopse dos seus trabalhos de 2 de abril a 30 de maio de 1904. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1905, p. 4-37.
- Relatório, lido na sessão solene de 6 de abril de 1905. In: *Anais do Conselho Municipal* e sinopse dos seus trabalhos de 30 de março a 31 de maio de 1905. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1905, p. 5-46.
- Relatório, lido na sessão solene de 5 de setembro de 1905. In: *Anais do Conselho Municipal* e sinopse dos seus trabalhos de 20 de agosto a 31 de outubro e de 17 de novembro a 30 de dezembro de 1905. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1906, p. 5-43.

ROCHA FARIA, Benjamin Antônio da. *Epidemiologia da febre amarela*. *Gazeta Clínica*, São Paulo, 1 (9):385-398, out. 1903; I (10):439-455, nov. 1903; 2(1):8-26, jan. 1904.

ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. Lisboa, A. J. da Silva, 1730. 716 p.

RODRIGUES ALVES, Francisco de Paula. *Relatórios e Mensagens*. Ver BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatórios...* Ver também BRASIL. Presidente, 1902-1906 (R. Alves), *Mensagens...*

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves do. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1883-1902. 7 v.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. Ver CAMPOS SALES, Manuel Ferraz.

SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. São Paulo, J. Magalhães, 1930. 567 p.

SCHMIDT, Afonso. *A sombra de Júlio Frank, 1808-1841*. São Paulo, Ed. Anchieta, 1942.

SEABRA, José Joaquim, *Relatórios...* Ver BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatórios...*

SERPA, Phoción. *A vida gloriosa de Osvaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Of. Graf. da Secretaria de Bioestatística, 1937. 388 p.

SERZEDELO CORREIA, Inocêncio. *Páginas do passado*. 2. ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1959. 101 p.

- [SILVA, Firmino Rodrigues]. *A dissolução do Gabinete de 5 de maio; ou A facção áulica*. Rio de Janeiro, P. Brito, 1847, 47 p.
- SILVA, Lauro Nina Sodré e. Ver SODRÉ, Lauro.
- SOARES DE SOUSA, José Antônio. *A vida do Visconde do Uruguai, 1807-1866, Paulino José Soares de Sousa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1944. 664 p.
- SOARES JÚNIOR, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958. 2 v.
- SODRÉ, Lauro. *A proclamação da República. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anais do 3º Congresso de História Nacional*, outubro de 1938. Rio de Janeiro, 1942, v. 7, p. 349-416.
- SOUSA, José Antônio Soares de. Ver SOARES DE SOUSA, José Antônio.
- STAËL-HOLSTEIN, Anne Louise Germaine (Necker), baronne de. *De L'Allemagne*. Paris, Garnier, 1811. 622 p.
- SUBIROFF, Ivan, *pseud.* Ver RANGEL PESTANA, Nereu.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnole. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1941. 11 v.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro, Conquista, 1961. 3 v.
- TORRES, Alberto. "Todas as liberdades...". *O Imperial*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1916, p. 2
- UKERS, William Harrison. *All about coffee*. 2d. ed. New York. The Tea & Coffee Trade Journal, 1935. 818 p.
- VARELA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre, Globo, 1933. 6 v.
- VASCONCELOS, Rodolfo Smith, barão. *Arquivo nobiliárquico brasileiro*. Lausanne. Impr. de la Concorde, 1918. 622 p.
- VEIGA FILHO, João Pedro da. *O voto e a eleição*. São Paulo [s.ed.] 1885. 251 p.
- VIANA FILHO, Luís. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1952. 355 p.
- *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1959. 458 p.
- VISTA geral da administração de Rodrigues Alves. Ver *O Dr. Rodrigues Alves. O seu governo, 1902-1906*.
- WHITE, Israel Charles. Ver BRASIL. Comissão de Estudos das Minas do Carvão de Pedra do Brasil. *Final report*.
- YEPES, Jesús María. *Del Congreso de Panamá e la Conferencia de Caracas, 1826-1954*. Caracas, Cromo-tip., 1955. 2 v.

.....
Índice Onomástico

A

- Abranches, Dunshee de – 30
Abreu Lima – 96, 98, 99
Abreu, Anísio de – 38, 61, 62
Abreu, Vespúcio de – 449, 480, 483
Aciólis (os) – 90
Adams (os) – 326
Aguiar (general) – 146
Alberdi – 414
Alberto – 414
Albuquerque – 467
Albuquerque, Diogo Velho Cavalcânti de
– v. Cavalcânti (visconde de)
Albuquerque Lins – 42, 204, 205, 208,
210, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 229,
232, 233, 237, 239, 240, 247, 264, 268,
294, 400, 410, 419, 440
Albuquerque, Caetano de – 431
Albuquerque, Vespasiano de – 208, 318,
319
Alencar, Alexandrino de – 72, 73, 75,
146, 155, 179, 325
Almeida Nogueira – 410
Almeida, Gabriel de Toledo Piza e – 78,
79, 186, 188
Almeida, Oscar de – 326, 328
Almino Afonso – 88
Alves Branco – 24, 52
Alves de Barros – 95
Alves Sobrinho, José Rodrigues – 327
Alves, Francisco – 448
Alves, Francisco de Paula Roiz – v.
Alves, Francisco de Paula Rodrigues
Alves, Francisco de Paula Rodrigues –
58, 70, 316, 318, 327, 328, 481
Alves, João Luís – 101, 103, 104, 105,
109
Alves, José de Paula Rodrigues – 104,
133, 360
Alves, Oscar Rodrigues – 70, 234, 237,
242, 243, 261, 316, 326, 328, 386, 401,
416, 417, 428, 434, 461, 462, 473, 476,
481, 494, 496
Alvim, Francisco de Cesário – 479
Alvim, Ildefonso – 34
Amado, Gilberto – 50
Amaral, Luís Martins do – 27
Ana – 182, 183, 183, 184, 310, 360, 361,
398, 409, 416, 463, 465, 472, 494, 497
Anah – 311, 415, 459, 464, 499, 497
Andrada, Antônio Carlos de – 90, 325,
335, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 344,
346, 347, 351, 370, 372, 373, 409, 425,
426, 427, 429, 433, 434, 448, 449, 457
Andrade, Carlos Drummond de – 157
Antônio Carlos – v. Andrada, Antônio
Carlos de
Antunes Maciel – 245, 256, 257, 454
Antunes, Humberto – 218
Aranha, Olavo Egídio Sousa Aranha –
221, 222, 227, 229, 315, 316, 419, 440
Arantes, Altino – 50, 60, 158, 210, 237,
239, 240, 242, 243, 261, 315, 316, 322,
324, 351, 352, 356, 360, 366, 397, 398,

- 399, 400, 401, 402, 404, 409, 411, 417,
419, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434,
435, 436, 437, 438, 441, 444, 455, 457,
460, 461, 462, 463, 465, 467, 468, 469,
470, 471, 475, 477, 478, 480, 481, 482,
483, 484, 489, 494, 495, 496, 498, 501
- Araripe Júnior – 122
- Argolo (general) – 158, 174, 187
- Arnold, Benjamin Green – 271
- Assis Brasil – 90, 128, 235, 377
- Avancsyk, F. – 387
- Avellaneda – 414
- Azeredo, Antônio – 75, 93, 94, 95, 100,
103, 122, 140, 145, 168, 190, 205, 210,
253, 294, 297, 298, 299, 301, 305, 357,
420, 425, 438, 449, 455, 480, 503
- Azevedo, Arnolfo – 58, 120, 128, 129,
158, 178, 237, 400
- Azevedo, Artur – 379
- Azevedo, José Vicente de – 326, 327
- B**
- Baima, Celso – 449
- Balagny (coronel) – 210, 235
- Bandeira, Manuel – 162
- Barata Ribeiro – 49
- Barbalho, João – 377
- Barbosa Gonçalves – 208
- Barbosa, Lima – 28, 48, 49, 56, 60, 61, 81,
89, 103, 141, 168, 217, 333, 335, 336,
339, 358, 359, 360, 366
- Barbosa, Rui – 20, 24, 52, 72, 74, 75, 76,
77, 78, 103, 111, 112, 113, 120, 121,
122, 124, 127, 128, 129, 131, 133, 139,
140, 141, 143, 144, 145, 149, 151, 156,
158, 163, 167, 168, 186, 190, 199, 202,
203, 205, 208, 209, 212, 217, 226, 236,
240, 244, 246, 248, 255, 291, 292, 293,
294, 295, 297, 298, 302, 303, 304, 305,
318, 320, 333, 336, 341, 353, 358, 359,
364, 366, 375, 377, 378, 383, 393, 394,
410, 418, 420, 421, 423, 424, 425, 427,
430, 438, 442, 443, 444, 445, 447, 449,
450, 451, 452, 453, 454, 455, 460, 462,
466, 467, 468, 469, 479, 483, 485, 486,
487, 488, 489, 490, 491, 492, 496, 499,
500
- Barbosa, Vera – 157, 472
- Barcelos, Alfredo – 218
- Barral (marquês de) – 187
- Barret, John – 274
- Barreto – 95, 96
- Barreto, Tobias – 106
- Barros, Franco Júnior – 39
- Barros, Paulo de Morais – 240
- Barthou, Louis – 414
- Bastos, Abguar – 366
- Batista Pereira – 292
- Bernardes, Artur – 82, 99, 356, 433, 479,
482, 498, 493
- Bernhardt, Sarah – 161
- Beviláqua, Alfredo – 157
- Bezerra, José – 296, 302, 325, 335, 336,
433
- Bias Fortes – 119, 125, 143, 246, 298,
301, 306
- Bilac – 160, 414
- Bismarck – 271, 481
- Bittencourt, Carlos – 178
- Bittencourt, Edmundo – 23, 156, 332,
408
- Bocaiúva, Quintino – 197, 214, 217, 233,
246, 409
- Bonnart – 170
- Borges de Medeiros – 45, 124, 128, 298,
308, 324, 359, 368, 372, 375
- Borges, Chico Oliveira – 182

- Borges, Isabel Oliveira – 182
Borges, Pedro – 102
Bosisio (arquiteto) – 169
Botelho, Álvaro – 301, 302
Braga – 78
Braga, Cincinato – 47, 58, 63, 222, 224, 245, 256, 257, 300, 301, 305, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 351, 352, 357, 358, 365, 366, 388, 392, 397, 400, 401, 483
Braga, Francisco Ferreira – 158
Branco, Hortênsia Rio – 70
Branco, Raul Rio – 70
Brandão, Júlio Bueno – v. Bueno Brandão
Brás, Venceslau – 45, 130, 143, 197, 204, 205, 231, 245, 246, 296, 298, 299, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 318, 320, 321, 322, 328, 329, 331, 332, 333, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 349, 350, 355, 356, 357, 358, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 373, 375, 377, 381, 382, 385, 388, 389, 393, 394, 396, 400, 411, 418, 420, 426, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 439, 441, 443, 444, 445, 446, 451, 452, 453, 460, 463, 467, 469, 475, 478, 488, 489
Brasil, Cândido – 77
Brasil, Índio do – 449, 480
Brasiliense, Américo – 409
Bressane, Francisco – 301, 302
Bretas, Ambrósio – 178
Briand – 186
Brício Filho – 28, 377, 378
Brito, Floriano de – 218, 360
Bueno Brandão – 223, 296, 298, 299, 300, 305, 306, 307, 308
Bueno de Andrada – 365
Bueno de Paiva – 301, 302, 329
Bueno, Júlio – 305, 433
Bulhões, Leopoldo de – 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 51, 53, 55, 56, 60, 62, 63, 67, 75, 91, 92, 100, 121, 133, 154, 190, 358, 420
Burlamaqui – 184
- C**
- Caillaux – 186
Caio Luís – 402
Caldas, Quinco – 99, 229, 232
Caligula – 359
Calmon, Miguel – 48, 162, 168, 179, 183
Calógeras, Pandiá – 35, 52, 54, 63, 64, 65, 66, 67, 101, 168, 324, 325, 336, 353, 433, 443, 478
Campos (os) – 106, 107, 108, 315
Campos Sales – 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 37, 38, 45, 47, 62, 63, 71, 81, 83, 84, 85, 93, 95, 101, 106, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 155, 158, 180, 191, 197, 209, 214, 216, 222, 228, 229, 246, 247, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 307, 316, 397, 398, 409, 473, 485, 491, 499
Campos, Bernardino de – 19, 23, 24, 39, 45, 85, 112, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 196, 212, 222, 223, 224, 226, 237, 247, 250, 261, 294, 295, 297, 315, 327, 390, 397, 409, 451, 483
Campos, Carlos de – 316, 401, 419, 440, 460, 464, 483
Campos, Guilherme – 107, 109
Campos, Olímpio – 107, 110

- Cândido, João – 364
 Caneca (frei) – 148
 Cardoso de Aguiar – 478
 Cardoso de Almeida, – 58, 121, 225, 256, 368, 369, 370, 373, 392, 400, 401, 402, 472, 475, 480
 Cardoso de Castro – 89, 152, 154
 Cardoso de Melo – 212, 316, 496
 Cardoso, Fausto – 105, 106, 107, 108, 109, 110
 Carneiro da Fontoura – 99
 Carnot, Sadi – 170
 Carvalho, Galeão – 38, 63, 245, 255, 256, 302
 Carvalho de Brito – 482
 Carvalho, Álvaro de – 57, 120, 129, 158, 244, 245, 256, 316, 427, 429, 431, 433, 434, 435, 437, 439, 442, 444, 464, 467, 468, 472, 477, 478, 479, 480, 482, 489, 490, 496, 498
 Carvalho, Antônio Gontijo de – 52, 466
 Carvalho, Arnaldo Vieira de – 405
 Carvalho, Miguel de – 129, 448
 Castro Alves – 406, 414
 Castro Maya – 170
 Castro, Amélia Machado Coelho de – 169
 Castro, Fulano – 178
 Castro, José Valois de (padre) – 158, 352, 366, 447
 Castro, Olegário Herculano de Aquino e – 155
 Castro, Sertório de – 329
 Catita – v. Ana
 Catunda – 102
 Cavalcânti (visconde de) – 169, 416
 Cavalcânti (viscondessa) – 169
 Cavalcânti, Amaro – 111, 294, 311, 377, 471, 472, 495, 501
 Cavalcânti, Amélia – v. Cavalcânti (viscondessa de)
 Cavalcânti, André – 235, 503
 Celina – 172, 192
 Cernicchiaro, Vincenzo – 157
 Cerqueira César – 315, 327
 Cesário – 260, 261, 311, 474
 Chacon, Vamireh – 351
 Chaves, Elói – 245, 256, 287, 315, 316, 386, 402, 417, 429, 460, 476, 478, 482
 Choate, Joseph – 272, 284
 Churchill – 481
 Cícero – 359
 Claudel, Paul – 393, 463
 Clemenceau, Georges – 186, 187, 468
 Coelho Neto – 408
 Coelho, Custódio – 54, 55, 56, 57, 60
 Coelho, Érico – 34
 Coimbra, Estácio – 48, 480
 Cômodo – 359
 Correia, Rivadavia – 208, 297, 301, 322
 Costa Filho, Odilo – 198
 Costa Júnior – 120, 129
 Costa Porto – 360
 Costa Rego – 382
 Cotrim, Álvaro – 383
 Couto, Miguel – 475
 Cruges – 24
 Cruz, Osvaldo – 22, 150, 166, 332, 415, 416
 Cunha, Euclides da – 414
 Cunha, Gastão da – 132, 433, 483, 484
 Cunha, Godofredo – 218

D

- D'Eu (conde) – 70
 Dantas Barreto – 99, 105, 208, 213, 219, 297, 305, 308, 340, 365, 366

Darcy, James – 139, 168, 196
Davi Campista – 28, 38, 46, 47, 48, 52,
54, 56, 59, 60, 67, 101, 162, 177, 179,
196, 200, 398, 451, 452
De Amicis – 65
Delfino, Tomás – 129, 199, 200, 202
Deus, João de – 65
Dias, Carlos Malheiro – 414
Domingos – 243
Doumer, Paul – 187
Doyle, Plínio – 399, 404, 418, 424, 456,
503, 504
Duarte de Azeredo – 410
Duarte Leopoldo (arcebispo) – 193
Duprat (barão de) – 288
Durval, Fernando Guerra – 160

E

Edmundo – 243
Eduardo (rei) – 184
Ega, João da – 224
Elisiário – 168
Ellis, Alfredo – 35, 36, 37, 38, 62, 237,
250, 400, 420, 496
Escobar, Venceslau – 89

F

Fallières, Armand – 186, 188
Faria, Caetano de – 324
Faro, José Darrigue de – 157
Feijó – 243, 363, 364
Feitosa, Luís Antônio de Briene Carneiro
do Nascimento – 438, 439
Fernandes, Raul – 296, 358, 454
Ferreira Chaves – 125
Ferreira, J. Pires – 218
Figueiredo, Antônio Pereira de – 414
Fiscal, Manuel – 178

Flamengo (barão do) – 172
Fonseca Hermes – 232, 233, 234, 244,
306
Fonseca, Clodoaldo da – 213, 305, 308
Fonseca, Deodoro da – 21, 221, 485
Fonseca, Hermes da – 44, 54, 63, 70, 74,
76, 97, 105, 112, 131, 144, 146, 147,
156, 162, 165, 169, 179, 195, 197, 198,
199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208,
212, 213, 217, 220, 225, 229, 231, 232,
233, 236, 243, 244, 253, 258, 260, 261,
264, 273, 291, 292, 293, 295, 298, 301,
306, 318, 320, 322, 333, 336, 340, 358,
359, 363, 364, 385, 391, 425

Fonseca, Orsina da – 218

Fontoura, Ildefonso – 427, 435

Franco de Lacerda, Joaquim – 35, 36, 37

Franco Rabelo – 306, 308

Franco, Afrânio de Melo – 64, 93, 101,
119, 168, 357, 431, 433, 478, 479, 480,
495, 497, 501

Franco, Virgílio de Melo – 335

Freitas – 163

Freitas, Herculano de – 121, 208, 297,
301

Freitas, Augusto de – 124

Frontin, Paulo de – 22, 180, 184, 218,
243, 332

G

Galvão (cônego) – 235

Gama, Domicio da – 268, 269, 270, 272,
273, 274, 276, 277, 278, 286, 388, 389,
468, 469, 471, 488, 489, 491

Gaspar, Félix – 83, 104, 110

Gastão da Cunha – 148, 183

Gaston Doumergue – 188

Glicério, Francisco – 21, 39, 42, 44, 49, 58, 61, 62, 75, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 136, 138, 141, 155, 156, 158, 167, 174, 208, 214, 222, 223, 247, 248, 250, 252, 253, 254, 261, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 320, 328, 329, 397, 409, 420, 451

Godofredo, Lamounier – 122

Godói, Plínio de – 327

Gomes de Castro – 49, 61

Gomes Pereira – 478

Gonçalves, Segismundo Antônio – 124

Gonzaga Jaime – 91, 245

Gordo, Adolfo – 192, 221, 222, 226, 401, 448

Goulart, João – 235

Graça, Francisco Calheiros da – 77

Guanabara, Alcindo – 60, 100, 102, 104, 137, 274, 449

Guerra – 156

Guimarães, Carlos – 225, 226, 240, 242, 294, 310, 313, 314, 316, 320, 321, 324, 325, 386

H

Hassalocher, Germando – 212

Herculano – 223

Hermes, Mário – 296, 302

Hurtzig – 74

I

Isabel – 183, 484, 494, 497

Itaboraí – 20

J

João (padre) – 193, 416

João Cândido – 209

João Luís – 433

Joaquim Inácio (tenente -coronel) – 218

Joaquim Manuel – 272

Joaquim Miguel – 237, 239, 240, 243, 269, 273, 280, 287

Jorge, Amintas José – 107, 108

José – 475, 479, 481, 483, 487

José – 70

José Cândido – 73

José Marcelino – 202, 203

José Martiniano – 287

Juquinha – v. Alves, José de Paulo Rodrigues

K

Kelly, Otávio – 357

Kennedy (os) – 326

Kerenski – 457

Knox, Philader C. – 272, 273, 274, 276, 277

Krupp (os) – 189, 316

L

Lacerda Franco – 294, 419, 440

Lacerda, Félix de Barros Cavalcânti de – 157, 472

Lacerda, Maurício de – 318, 365

Lacombe, Américo – 466

Laet, Carlos de – 212

Lafaiete – 148

Lagos – 100

Laje, João – 100, 180, 387

Lamartine – 414

Lamounier – 432, 433

Latif, Miran – 166

Leal, Aurelino – 325, 501

Leitão, Raul – 498

Leite e Oiticica – 112

Leite Osório – 100, 105, 107

Leite Ribeiro – 378

Lejeune (capitão) – 309, 311, 321, 494

- Lemos (os) – 90, 213, 245
Lemos, Antônio – 129
Lemos Arthur – 431
Lemos, Frederico Ferreira – 92
Lewandowski – 59
Lincoln, Abraão – 501
Linhares, José – 311
Lira, João – 454
Lírio – 78
Lloyd George – 469
Lobo, Antônio – 409
Lobo, Aristides – 21
Lobo, Estevão – 92, 378
Lobo, Gusmão – 20
Lobo, Hélio – 280, 281, 285
Lobo, José – 158
Lopes Chaves – 62, 191
López – 243
Love, Joseph – 308
Luís (motorista) – 318
Luís Adolfo – 97
Luís XV – 500
Luís, Washington – 158, 210, 224
Luz, Hercílio – 129
- M**
- Macedo Soares – 381, 433, 451, 452
Machado de Assis – 160, 169, 172, 415, 486
Machado, Álvaro – 167
Machado, Irineu – 49, 318, 335
Machado, Lineu de Paula – 187
Maciel – 246
Maciel (conselheiro) – 256, 257
Maciel Júnior – 448
Magalhães, Olinto de – 393, 463
Mallet (general) – 146, 155
Malta, Euclides – 110, 111
Maltas (os) – 90, 113
Mangabeira (os) – 455
Mangabeira, João – 140, 295, 297, 302, 303, 443, 444, 466, 479
Mangabeira, Otávio – 297, 471
Manso de Paiva – 364
Maomé – 359
Marcelino, José – 83, 112, 123, 124, 139
Maria do Carmo – 479
Mariana – 472
Marieta – 172, 174, 442, 479, 484, 494
Marina – 181
Marino – 157
Marques (almirante) – 208
Martim dos Santos – 409
Martim Francisco – 52, 409, 460
Martinez – 59
Martins, Antônio – 301
Martins, Enéias – 431
Maximiliano, Carlos – 324, 437, 463, 464, 474
Maya, Raimundo de Castro – 27
Mayrink (conselheiro) – 21
Medeiros e Albuquerque – 157, 198, 199, 202, 204
Medeiros, Borges de – 223, 246, 426, 427, 435, 436, 437, 448, 463, 467, 478, 496
Meireles Reis – 417
Melo Franco – v. Franco, Afrânio de Melo
Melo Neto, José Joaquim Cardoso de – 192
Melo, Jorge de – 387
Melo, Otaviano – 107
Mena Barreto (general) – 208
Mendes de Moraes (coronel) – 172
Mendes, Feliciano (coronel) – 172
Mendonça, Lúcio de – 154, 155
Mesquita, Júlio – 209, 221, 222, 224, 239, 327, 401

- Mesquitas (os) – 327
 Metelo, José Maria – 93, 95, 96, 97, 98, 100
 Miller, Antonieta Rudge – 157
 Mina (nhá) – 361, 463
 Miranda, Rodolfo – 58, 119, 120, 129, 208, 209, 210, 218, 231, 233, 235, 236, 247, 419, 435, 436, 440
 Moacir, Pedro – 49, 89, 109, 318, 448, 454
 Modesto Leal – 119
 Molière – 212
 Moniz Freire – 90
 Moniz Sodré – 433, 454
 Moniz, Antônio – 83, 112
 Monte Alegre (marquês de) – 479
 Monteiro, Bernardo – 367
 Monteiro, Jerônimo – 213, 434, 480
 Monteiro, Vitorino – 401, 436, 453
 Moraes Barros – 221, 240
 Moraes Barros (os) – 315
 Moraes Filho, Prudente de – 258, 260, 401
 Moraes, Paulo de – 237, 239
 Moraes, Prudente de – 19, 20, 21, 23, 27, 34, 49, 54, 81, 85, 214, 300, 315, 316, 351, 377, 391, 398, 409, 485, 499
 Moreira da Rocha – 302
 Moreira da Silva – 129
 Moreira Gomes – 70
 Moreira, Delfim – 356, 380, 381, 409, 433, 435, 436, 437, 439, 448, 449, 460, 462, 476, 478, 479, 480, 487, 490, 494, 495, 496, 497, 499, 500, 503
 Moreira, Thiers Martins – 472, 481
 Morgan, Edwin – 279, 280
 Moscoso, Tobias – 187
 Mota Filho, Cândido – 138, 255, 256, 257, 402, 494
 Mota, Cesário – 222
 Mulata, Maria – 182, 212
 Müller, Lauro – 22, 100, 102, 104, 119, 121, 122, 123, 128, 125, 136, 174, 179, 187, 190, 229, 234, 244, 268, 269, 270, 272, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 286, 296, 298, 306, 324, 325, 332, 352, 353, 388, 389, 392, 393, 394, 410, 415, 420, 430, 438, 445, 446, 460, 466, 468, 471, 478, 501
 Murat, Luís – 150
 Murtinho – 199, 200
 Murtinho, Joaquim – 19, 22, 25, 63, 94, 95, 101, 102, 103, 133, 149, 163
 Murtinho, Manuel – 93, 94, 95, 96, 97, 154
- N**
- Nabuco, Joaquim – 20, 184, 189, 211, 267, 268, 300, 414, 486
 Napoleão, Artur – 157
 Nascimento, Cassiano do – 20, 35, 124, 125, 198, 204, 228
 Néri – 213
 Nérís – 245
 Nestor (capitão) – 178
 Nhonhõ – 178, 179, 181, 416, 459, 472
 Noronha, Mário de – 71, 73, 75, 76, 77, 174
 Norris (deputado) – 268, 278
 Novais, Américo de – 497, 498, 500
- O**
- Olegário – 155
 Olímpio, Domingos – 85, 131
 Oliveira Borges – 212

Oliveira Botelho – 305, 308

Oliveira Lima – 166

Oliveira, Francisco Régis de – 183

Oliveira, Hosanah de – 92

Orlando, Artur – 48

Otávio – 443

P

Pacheco, Félix – 328, 438, 449

Pádua Sales – 419, 440, 483, 501

Pais (coronel) – 102, 104

Pais Barreto, João Francisco de Novais – 99, 102, 104

Pais de Barros, Antônio – 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105

Pais de Carvalho – 167

Pais Leme – 94

Pais, Totó – v. Pais de Barros, Antônio

Palmeira Ripper – 58, 462

Paranaguá (marquês de) – 183

Parsin, José Luís – 32

Passos, Francisco – 22, 184, 187, 190, 218, 332, 415

Patrocínio, José do – 20, 160

Paula (irmã) – 218

Paula Guimarães – 129

Paula Ramos – 60

Peçanha, Alcebiades – 468

Peçanha, Nilo – 39, 40, 42, 51, 55, 57, 62, 63, 76, 102, 122, 127, 128, 140, 144, 155, 162, 169, 198, 199, 205, 208, 210, 216, 298, 324, 325, 357, 358, 367, 369, 372, 375, 380, 381, 418, 426, 432, 433, 435, 436, 437, 438, 445, 446, 447, 463, 468, 469, 471, 496

Pedro I – 172

Pedro II – 157, 479

Peixoto – 143

Peixoto Filho – 200

Peixoto, Carlos – 39, 62, 101, 102, 103, 104, 123, 126, 127, 142, 143, 149, 158, 163, 168, 181, 183, 190, 196, 246, 433, 457

Peixoto, Floriano – 20, 21, 23, 27, 71, 81, 111, 212, 214, 220, 221, 243, 415, 454, 485, 499

Pena (conselheiro) – 125

Pena Júnior, Afonso – 118, 119

Pena, Afonso – 21, 27, 29, 31, 38, 40, 44, 45, 46, 48, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 72, 73, 75, 78, 84, 94, 95, 97, 100, 101, 102, 103, 112, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 162, 163, 167, 168, 169, 171, 173, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 190, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 211, 214, 216, 231, 246, 248, 266, 287, 308, 324, 333, 366, 443, 451, 452, 453, 457, 488, 489

Pena, Feliciano – 61, 100, 101

Penteado, Joaquim Barros – 158

Pereira, Cesário – 183, 189, 416, 472

Pereira, Lafaiete Rodrigues – 148

Pereira, Miguel – 311

Pessoa, Epitácio – 82, 97, 218, 235, 303, 356, 364, 402, 420, 448, 449, 454, 458, 459, 462, 466, 467, 471, 472, 475, 476, 480, 490, 491, 493

Pestana, Nereu Rangel – 189, 314, 315, 316

Petersen – 27

Pichon, Stéphen – 187, 188

Picquart (general) – 186

Pimentel, Osmundo – 156

- Pinheiro Machado – 23, 43, 44, 45, 49, 58, 75, 81, 84, 100, 105, 135, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 151, 155, 156, 158, 168, 190, 195, 197, 200, 202, 204, 208, 209, 210, 212, 213, 219, 220, 223, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 255, 256, 261, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 318, 320, 321, 322, 324, 329, 332, 333, 335, 336, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 364, 366, 378, 423, 425, 426, 453, 454, 464, 485
- Pinheiro, João – 101, 102, 103, 104, 119, 123, 126, 127, 128, 139, 145, 163, 196, 200, 246, 298, 349
- Pinheiro, Jorge – 197
- Pinheiro, Rafael – 218
- Pinto de Andrade – 203, 318
- Pinto, Alfredo – 162
- Pinto, Edmundo da Luz – 430
- Pinto, Ildefonso – 477
- Piragibe, Vicente – 156
- Piratininga, João Tibiriçá – 409
- Pires, Homero – 466
- Pires, Joaquim – 377
- Platão Júnior – 382
- Ponce de Leon – 94
- Ponce Filho, Generoso – 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 105
- Porciúncula – 21
- Prado Júnior, Caio – 34, 49
- Prado, Antônio – 40, 188, 189, 267, 315, 350, 410
- Prado, Eduardo – 414
- Prado, Paulo – 267, 270, 272, 286, 386, 396, 443, 463
- Prestes, Fernando – 221, 222, 223, 227, 247, 264, 419, 440
- Prestes, Júlio – 301, 316, 460
- Pujol, Alfredo – 224
- Pulquério, Palmiro Serra – 218
- Q**
- Quadros, Jânio – 356
- Queirós, Eça de – 396
- R**
- Raimundo (poeta) – 414
- Ramalho Ortigão – 169
- Ramiro Barcelos – 37, 61, 125, 126, 128, 142, 156
- Ramos, Augusto – 46
- Ramos, Eduardo – 382
- Rangel Pestana – 409
- Rego, Firmino – 109
- Reis, Augusto – 243
- Reis, Manuel dos – 218
- Reis, Mário – 417
- Ribeiro Couto – 407, 408
- Ribeiro Junqueira – 296, 301, 302
- Ribeiro, Demétrio – 188
- Ribeiro, João de Aquino – 95, 495
- Richepin, Jean – 414
- Rio Branco – 410, 415, 446, 447, 468, 488
- Rio Branco (barão do) – 22, 68, 69, 70, 79, 133, 160, 162, 163, 165, 166, 187, 190, 197, 203, 208, 210, 212, 219, 234, 235, 268, 270, 277, 280, 300, 316, 366, 410, 415, 446, 447, 468, 488
- Rio Grande – 45
- Rio, João do – 160, 183, 386, 408, 415
- Roca – 190
- Rocha Miranda – 170
- Rocha, Rodrigo José da – 77

- Rockefeller (os) – 326
Rodrigues Alves Filho – 43, 48, 61, 159, 160, 298, 300, 301, 328, 351, 478, 503
Rodrigues Alves, Antônio – 327, 434
Rodrigues Lima – 124
Rodrigues, Cândido – 39, 224, 352
Rodrigues, Firmino – 145
Rodrigues, José Carlos – 45, 168, 501
Rodrigues, José Onório – 465
Rodrigues, Virgílio – 178
Roosevelt (os) – 326
Root, Elihu – 70, 273, 274, 277
Rosa e Silva – 21, 61, 88, 103, 119, 123, 128, 132, 143, 144, 172, 254, 203, 219, 243, 335, 336
Rosas, Oscar – 122
Rosinha (dona) – 361
Rothschild (os) – 394, 391, 395
Rubião Júnior, João Alvares – 42, 198, 204, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 248, 294, 297, 302, 322, 326, 327, 355, 361, 397, 398, 399, 400, 410
Rubião, José – 25
Rudge, Antonieta – 157
Ruffo, Tita – 224
- S**
- Sá Freire – 378
Sabino Barroso – 197, 298, 301, 302, 306, 321, 324, 325, 336, 434
Saldanha Marinho – 409
Sales Torres Homem – 52, 70
Sales, Armando – 327
Sales, Francisco – 39, 40, 57, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 141, 142, 143, 183, 197, 208, 246, 293, 297, 301, 420, 431, 432, 433, 436, 437, 438
Sales, Pádua – 294
Salgado (general) – 99
Salomão Jorge – 466
Sampaio Ferraz – 217
Sampaio, Carlos – 187
Santos, Getúlio dos – 213
Santos, Urbano – 61, 340, 418, 435, 436, 447, 448, 453, 454, 462, 478, 479, 501
Sarmento, Alberto – 158, 256, 257
Sarmiento – 414
Seabra, José Joaquim – 56, 77, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 91, 100, 104, 110, 111, 112, 113, 121, 136, 144, 150, 167, 179, 190, 208, 214, 219, 420, 432, 433, 436, 437, 438, 444, 449, 471
Serra, Pulquério – 318
Serzedelo Correia – 47, 60
Siciliano, Carlos – 37
Sielcken, Herman – 271, 272, 279, 282, 284, 285
Silva Ferraz – 52
Silva, Bernardinho Rodrigues – 145
Silva, Firmino Rodrigues – 145
Silva, Rinaldo de Lima e – 268, 269
Silveira, Paulo da – 335
Silveira, Vítor da – 335
Siqueira Campos – 178
Soares dos Santos – 427, 435, 436
Soares Júnior, Rodrigo – 34, 39, 44
Soares, José Eduardo de Macedo – 140, 292, 358, 367, 368
Soares, Raul – 433, 472
Sobrinho, João Bernardinho Cruz – 218
Sodré, Feliciano – 357, 358
Sodré, Lauro – 81, 383, 431
Sousa Aguiar – 319
Sousa Franco – 20
Sousa, Paulino de – 48, 49

Sousa, Vicente de – 364
Staël (madame de) – 414
Subiroff, Ivan – v. Pestana, Nereu Rangel
Suetônio – 359
Susana – 160

T

Tácito – 359
Taft (os) – 326
Taft, William H. – 265, 266, 270, 276,
277, 278
Tavares de Lira – 162, 197, 306, 324
Tefé (almirante) – 261
Tefé, Oscar – 392
Teodoro, José – 98
Tibiriçá, Jorge – 23, 34, 36, 37, 38, 39, 40,
41, 42, 44, 46, 50, 57, 58, 121, 126, 132,
135, 136, 137, 138, 144, 221, 222, 225,
247, 294, 419, 440
Tobias Monteiro – 146, 168
Toledo, Pedro de – 208, 233, 244
Torres, Alberto – 378
Tosta, Joaquim Inácio – 391

U

Ukers, William – 271

V

Valadão, Matias – 310, 476, 482, 496
Valdetaro – 43
Varela, Alfredo – 444
Vargas – 311, 356

Veiga Filho – 88
Veiga, Edmundo – 163
Velez Sarsfield – 414
Velho, Diogo – 169
Velho, Pedro – 125, 128
Veloso, Leão – 151
Vergueiro (senador) – 164, 165, 167, 169,
190, 192, 318, 428, 465, 490, 494, 500,
503
Viana Filho, Luís – 83, 466
Viana, Aurélio – 235
Vidal, Rafael Sampaio – 208, 221, 237,
239, 240, 287, 388, 401
Vieira Fazenda – 183
Vieira, Severino – 82, 83, 84, 85, 111,
112, 123, 124, 139, 140
Vilaboim, Manuel – 208, 387
Virgílio (coronel) – 33, 56, 174, 178, 179,
185, 193, 243, 287, 358, 414, 417, 440
Viviani – 186

W

Washington Luís – 158, 356, 398, 402,
407, 460, 472, 475, 476, 480, 493
Wickrshman, Georges – 270
Widmer – 185, 186
Wilson – 469
Wilson, Woodrow – 266

X

Xavier de Almeida, José – 91

Z

Zaira – 183, 484, 494